

ROMPENDO O SILÊNCIO E O ANONIMATO:

FEMINICÍDIO COMO FENÔMENO GEOGRÁFICO

Carolina Russo Simon





UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
FCT - Campus de Presidente Prudente

Programa de Pós-Graduação em Geografia
Área de Concentração: Produção do Espaço Geográfico
Linha de Pesquisa: Trabalho, Saúde Ambiental e Movimentos Socioterritoriais



Fundação Coordenação de
Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível
Superior (CAPES)



Programa de Pós-Graduação em Geografia da
Faculdade de Ciências e Tecnologia da
Universidade Estadual Paulista (PPGG/UNESP)



Laboratório de Biogeografia e
Geografia da Saúde (BioGeoS)

CAROLINA RUSSO SIMON

ROMPENDO O SILÊNCIO E O ANONIMATO:
feminicídio como fenômeno geográfico

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologias, da Universidade Estadual Paulista como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Geografia.

Orientador: Professor Titular Raul Borges Guimarães

Presidente Prudente- SP
2023

S594r	Simon, Carolina Russo Rompendo o silêncio e o anonimato: : o feminicídio como fenômeno geográfico / Carolina Russo Simon. -- Presidente Prudente, 2024 395 p. : il., tabs., fotos, mapas Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente Orientador: Raul Borges Guimarães 1. Pesquisa Qualitativa. 2. Cartografia. 3. Violência contra à mulher. 4. Prevenção. 5. Feminismo. I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca da Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

Câmpus de Presidente Prudente

CERTIFICADO DE APROVAÇÃO

TÍTULO DA TESE: "Rompendo o silêncio e o anonimato: feminicídio como fenômeno geográfico"

AUTORA: CAROLINA RUSSO SIMON

ORIENTADOR: RAUL BORGES GUIMARÃES

Aprovada como parte das exigências para obtenção do Título de Doutora em Geografia, área:
Produção do Espaço Geográfico pela Comissão Examinadora:

gov.br

Documento assinado digitalmente
RAUL BORGES GUIMARÃES
Data: 12/01/2024 18:10:55-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. RAUL BORGES GUIMARÃES (Participação Presencial)

Departamento de Geografia / Faculdade de Ciências e Tecnologia de Presidente Prudente - FCT/Unesp

Documento assinado digitalmente

Profa. Dra. CLAUDIA MARQUES ROMA (Participação Presencial)
Geografia / Universidade Federal da Grande Dourados

gov.br

CLAUDIA MARQUES ROMA
Data: 25/01/2024 10:52:20-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. ANGÉLICA LUCÍA DAMIÁN BERNAL (Participação Virtual)

Departamento de Geografia / Facultad de Filosofía y Letras- Universidad Nacional Autónoma de México

Prof. Dr. JORGE AMANCIO PICKENHAYN (Participação Virtual)

Geografia / Universidad Nacional de San Juan - San Juan, Argentina

Profa. Dra. NEIDE BARROCA FACCIO (Participação Presencial)

Departamento de Planejamento Urbanismo e Ambiente / Faculdade de Ciências e Tecnologia de Presidente Prudente - FCT/Unesp

Presidente Prudente, 16 de dezembro de 2023

Dedicatória

Dedico este trabalho às Pombagira, mulheres mortas pela violência feminicida, que iluminaram a minha escrita!

As ilustrações são obras de Maria Aparecida Frizarin Cipriano.

Nota da ilustradora:

“No processo de criação dessas ilustrações, entendi que elas não poderiam ser confortáveis. O trabalho clamava por uma arte que causasse desconforto. Trata-se de expressões sobre a morte de mulheres e a força coletiva de salvação e, como uma extensão do texto, era necessário que conduzissem à sensibilidade pelo medo e pela dor coletiva das mulheres.”

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, como deve ser, expresso minha gratidão a Exu, a Tranca Ruas e Exu do Ouro, que orientaram minha comunicação e caminho ao longo de toda a pesquisa. Às Pombagira, em especial a Maria Padilha e Rosa Branca, que nunca me abandonaram, protegendo-me do mal patriarcal ao realizar uma pesquisa sobre mulheres. Elas me apresentaram mulheres que, como elas, puderam relatar a angústia de sobreviver à morte.

À minha mãe Oxum, que constantemente me lembrou da minha coragem, apoiou-me nos momentos difíceis e reforçou que dentro do espelho uma mulher pode renascer, fazendo-se presente a todo momento. Ao meu pai Ogum, por me vestir com sua armadura e ensinar que sou uma guerreira, forte como Iansã. Agradeço todas as entidades que me acompanham nesta e em outras vidas.

À minha família

Ao João Pedro Pereira Caetano de Lima, Jota, meu companheiro de vida, agradeço por sonhar esta tese comigo. Dedico este trabalho a você! Obrigada por sua leitura atenta e por sua escuta paciente ao longo destes anos. Por ser meu suporte nos momentos em que parecia impossível continuar e por me fazer acreditar nesta pesquisa e em mim mesma. Agradeço pelo apoio incondicional à minha carreira, minha militância e minhas escolhas, sempre disposto a construir um futuro feminista com nossa família. Você, Pandora e Estela deram-me um lar baseado no amor em diferentes lugares. Eu te amo!

À minha mãe, Sandra Regina Russo Simon, mulher à frente do seu tempo, que proporcionou uma educação revolucionária, à qual devo minha existência e toda minha luta e persistência na educação. Ao meu pai Luiz Henrique Rodrigues Simon, que ao longo da minha trajetória vem desconstruindo a masculinidade patriarcal e fortalecendo nossos laços. Observando seu cuidado com minha mãe, aprendi a não aceitar menos do que amor e parceria.

À minha irmã Juliana, meu maior exemplo de persistência profissional e de amor materno, foi ela a primeira a me apresentar o feminismo e me incentivar a fazer Geografia. Obrigada por todas as nossas videochamadas, por todo carinho, amor e preocupação. Ao meu irmão Janssen, que sempre me ensinou sobre a fé. Às minhas sobrinhas e sobrinho, Theodora, Valentina, Luiza e Lucas, que me dão motivos para lutar por um futuro livre de violências.

À Ângela, por nossa relação de irmandade e confiança na criação das meninas com uma educação feminista. Ao Diego, que diariamente demonstra como a paternidade pode ser um ato transformador.

Agradeço à minha madrinha e padrinho, Soraia e Eduardo, por serem exemplos de afeto e família. As minhas avós Cleide e vó Lia (*in memoriam*), por sempre rezarem por mim. Ao meu cunhado Lucas e meu sogro João Caetano, pelo infinito incentivo.

Ao babalorixá Flávio Aparecido da Silva, filho de Oxóssi, que cuidou de mim e acompanhou de perto minha jornada no doutoramento, ensinando-me diariamente o exercício da fé e da paciência. Às irmãs e irmãos de santo do Abassá Templo de Umbanda de Oxóssi e Ogum de Presidente Prudente- SP.

Às amigas e amigos, que construíram o cotidiano do afeto e cuidado

Obrigada, Ivy Kobayash, por tantos anos de amizade. Agradeço por sonhar comigo a vida universitária desde antes da UNESP, pelo nosso cotidiano dividindo diferentes casas em tantos anos, pelas comidinhas de afeto, pelo colo, pelas festas, por ser parte da minha família e me permitir ser parte da sua.

À Bruna Borsoi, o maior presente que a Geografia me deu. Por toda história de 10 anos de amizade, por cada viagem, show, congresso, mas principalmente por cada carinho, pela escuta acolhedora. Me inspiro em você como mulher feminista e professora.

À Lorena Izá Pereira, minha eterna veterana e presidenta, por construir uma Geografia brasileira menos desigual, por ser exemplo de excelência acadêmica, inspiração de amiga, filha e irmã e por me incentivar a ser também. Por todos esses anos contribuindo com meu crescimento individual e profissional, por sempre dizer: “vai, você consegue!”

Ao Mateus Fachin por toda amizade e irmandade construída nesses anos todos. Obrigada por ser meu irmão de santo, amigo quando todos queriam nossa inimizade e,

principalmente, por ser meu companheiro de luta por uma ciência que escute as pessoas. As nossas conversas todas foram fundamentais para poder construir essa tese.

À Maria, pelas artes dessa tese, pela sensibilidade que aprendi ao longo dos anos. Pelas festas, pelas conversas no gramado, pela parceria nesta tese e, principalmente, pelo incentivo.

Um agradecimento especial também à turma do café com mentira, composta por Zé Carlos Dantas, Marlon Altavini, Bruno Barcella, Vitória Batista e Lorena, por sempre me incentivarem a pensar fora da caixa. Agradeço pelos momentos compartilhados, pelos cafés recheados de argumentações infinitas sobre como sobreviver à academia e por serem fontes de inspiração como pesquisadoras/es e amigas/os.

Ao Renan, pelos tantos anos de acolhimento, carinho e atenção. Ao Edson Marcelo e sua mãe, pelos tantos almoços de domingo com cheiro de comida de casa. Ao Will, William Miyakava, por todas as diversas conversas nesses anos todos, obrigada por todo acolhimento quando chegávamos com a família toda em Presidente Prudente- SP.

À Paula Novack, por ser inspiração enquanto geógrafa feminista e por sempre acreditar na pesquisa, me apresentando ideias e referências sempre com forma de afeto. Ao Jean Legroux, por sempre ser música nos dias difíceis. Ao Matheus Sampaio, por ser sempre estar disposto a me ensinar e pela paciência em ouvir minhas angústias teóricas sobre a cartografia.

Ao Abya-Yala Esporte e Cerveja

Por ser mais que um time de futebol e tornar-se um respiro de promoção da saúde na Pós-graduação, por isso agradeço todo o time masculino e feminino na figura do nosso treinador Guilherme Bogo e da nossa Presidenta Samarane. Graças ao time e aos nossos churrascos com pagode, ganhei o privilégio de conviver mais intensamente com algumas pessoas da pós-graduação e com cada uma delas aprendi algo importante para minha vida e para essa pesquisa, por isso destaco: Jean Cruz, Ananda, Janaina, Bruna Corrêa, Renata, Luana Novais, Bruno Gonçalves, Raísa Regala, Fernando Almeida.

Aos que me acolheram em Erechim

Agradeço a Paula Lindo e Pedrinho, por serem a primeira casa. Também aos amigos e amigas que ganhei nessa passagem pelo Sul, como Reginaldo, Raquel, Luís, Kalinka, Victor, Gabriela e todas as alunas e alunos que tive o privilégio de conhecer na UFFS.

A Yumbrel

Por serem cor e arco-íris nos momentos mais difíceis de isolamento social. Agradeço ao Martin Torres Rodrigues, Julian Medina-Naranjo, João Pedro Caetano, Kayque Cordeiro e Edson Marcelo.

As Mulheres Incríveis: que a militância me presenteou

Especialmente as mulheres que fizeram parte do Grupo Operacional da Frente Pela Vida das Mulheres: Mari Palhares, por ensinar que o cuidado feminista é algo que se pratica diariamente, que a política é alcançável para nossos sonhos feministas e que lutar sem arte não tem a mesma graça. À Aline Escarelli, que nunca poupou esforços para me explicar o "juridiquês" e sempre serviu de exemplo de acolhimento para as mulheres, me acolhendo muitas vezes. À Xulia, Julia Lazaretti, por emocionar-me com sua indignação e por me lembrar constantemente de que a militância é feita nas ruas, nas salas de aula e com deliciosas comidas. À Marina Godoy, minha paixão, que diariamente me ensina o poder da maternidade desejada na transformação de futuros feministas.

À Carol Martins, que me ensinou que ninguém pode deter uma mulher que decidiu ser feminista, e que me mostra como os meninos podem ser a cura para o machismo. À Lina Pereira, meu maior exemplo de pesquisadora feminista, que sempre me incentiva a fazer ciência comprometida com a vida das mulheres. À Flávia Santos, além de ser minha vizinha eterna, representa a calma e a raiva transformada em rebeldia em nosso cotidiano. Às que fazem parte da trajetória da Frente, que me ensinaram sobre a importância da sororidade: Débora Souza, Jane Rosa, Heloísa, Julia Duran, Mariana Vieira, Renata, Ana Clara Fuzaro, Walleria Suri, Regina Penati, Luciana Telles, Denise Pantaleão., Fernanda Matheus e Regiane Menezes.

Um agradecimento especial para as mulheres que constroem a Rede Mulher de Presidente Prudente, a mais de 15 anos. Com carinho, agradeço a Giovana Devito, por acreditar em mim, no meu trabalho e me mostrar que a forma de pensar da Geografia é valorosa para a conquista de direito das mulheres.

À todas e todos que fazem a AGB acontecer

Especialmente as amigas e amigos que ganhei com a militância do GT de Saúde. A Flora Soares e Karoline Ribeiro, por serem união e feminismo, mesmo estando cada uma em um canto do Brasil. Ao Pedro Rocha, por todo o carinho e palavras de incentivo, por compartilhar o desejo

de uma saúde profundamente decolonial e não medir esforços para estar presente mesmo estando longe. Ao Lucas Honorato, por ser exemplo de persistência, pelo afeto, pelas trocas e por toda a utopia de uma geografia pela vida das pessoas.

Ao BioGEOS

Agradeço as pessoas que vieram antes e construíram o começo do nosso laboratório. Em especial Natália Alves, Patrícia Matsumoto, Rafael Catão, Baltazar Casagrande, Archanjo Mota, Martin Torres, Umberto Pessoto, Ana Lúcia Almeida, Eduardo Werneck, Leonice Dias, por sempre me acompanharem e incentivarem.

Agradeço também aos que, por anos, dividiram o cotidiano como Mateus Fachin, Leandro Buzzo, Matheus Moreno, Bruna Borsoi, Edson Marcelo, Filipe Antunes, Marcelo, Kayque, João Pedro, Marlon e Flávia. Em especial, agradeço as pessoas que tive o privilégio de ser coorientadora ao longo desses anos de doutoramento: Gabrielle, Aline, Luiz e Pedro. Por me ensinarem na convivência a ter esperança em um futuro com uma ciência comprometida com todas, todes e todos!

Ao meu orientador

Professor Raul Borges Guimarães, agradeço principalmente por ser aberto a desafios, por me ensinar a fazer Geografia para as pessoas e por me ensinar a argumentar. Pelas orientações nos bares em diferentes cidades, pelas tardes no sítio, com encontros descontraídos com comidas deliciosas e boas risadas, foram nesses momentos que nasceu essa tese e, também, foram essas conversas que iam para além da pesquisa, que me ensinaram sobre a vida, logo sobre a Geografia! Sou grata por me incentivar por 10 anos, por acreditar em mim, mesmo quando eu quis diversas vezes desistir. Por ser um exemplo de professor, e por toda a escuta e palavras doces nos momentos difíceis. Muito obrigada!

À banca

Professora Cláudia Roma, Angélica Lucia, Neide Barrocá e Professor Jorge Pickenhayn, obrigada por aceitarem o desafio de uma leitura atenta deste trabalho e pela inspiração em toda essa trajetória de pesquisadora.

Por fim, mas não menos importante agradeço a todas as mulheres que lutam pelo fim da violência, especialmente a **Lucy, Carla e Isabela**, que com suas histórias deram vida a essa tese.

Muito obrigada!

Libres

Hoy me levanto, otro día siendo mujer
Desayuno con otra muerta más por la TV
Que su pollera, que era fiestera
Y su asesino qué?
Me voy de mi casa, quién sabe si podré volver
Solo quiero caminar en paz, dejá de chiflar
Que nos paren de matar!
No quiero correr más
Por mis hermanas voy a luchar
Porque vivas nos quiero, libres, sin miedo
Vivas nos quiero, libres, sin miedo de ser lo que quieras ser
Voy a vestirme como quiera, con jean o con pollera
Y voy a luchar por el aborto legal
Para que mis sororas no mueran más en manos de este sistema que nos condena
Vamos a gritar en nombre de las que ya no están
Vivas nos quiero, libres, sin miedo
Vivas nos quiero, libres, sin miedo de ser lo que quieras ser
Yo soy mi dueña aunque todavía no lo entiendas
Ya no voy a correr, porque juntas vamos a vencer
Vivas nos quiero, libres, sin miedo

Composición: Mora Navarro

RESUMO:

A presente tese propõe uma abordagem abrangente do fenômeno do feminicídio, explorando sua relação intrínseca com a violência de gênero, especialmente no Oeste do Estado de São Paulo, Brasil. Inicialmente, a pesquisa concentrou-se na implementação e consolidação da Casa Abrigo do Oeste Paulista, considerada o cerne da investigação, mas que se revelou um ponto de partida crucial para a compreensão do feminicídio como fenômeno geográfico. O desenvolvimento da pesquisa enfrentou o desafio de compreender o feminicídio não apenas como fenômeno jurídico, mas também como fenômeno político e geográfico com impactos na saúde. Isso implicou a coleta e análise de dados, bem como a necessidade de contextualizar o fenômeno na formação socioespacial do Brasil. Ao longo da pesquisa, a autora reconheceu a importância de escutar as mulheres que sobreviveram ao feminicídio, ouvindo seus testemunhos de sobrevivência, especialmente no contexto da violência doméstica. As histórias dessas mulheres desempenharam um papel fundamental na compreensão da dor diante da violência de gênero. A hipótese central da tese argumenta que o feminicídio é um fenômeno geográfico silencioso crucial para a compreensão mais profunda da violência de gênero. Nesse contexto, a autora destaca a relevância das Casas Abrigo, das Delegacias Especializadas e das Casas da Mulher Brasileira como medidas emergenciais para a proteção das mulheres em situação de violência doméstica no Brasil. A pesquisa é estruturada em sete capítulos, abrangendo desde a pesquisa qualitativa até a análise das políticas públicas e estratégias de prevenção. Cada capítulo oferece uma perspectiva única, desde a transformação da autora em uma "escutadeira feminista" até a análise da distribuição espacial do feminicídio e dos equipamentos especializados de prevenção, utilizando ferramentas como a cartografia feminista. Assim, foi possível detalhar os componentes fundamentais que envolvem o raciocínio geográfico feminista, como a posicionalidade, a dororidade e a interseccionalidade situada. Essa abordagem permitiu uma análise holística e profunda das causas e consequências da violência de gênero, considerando o espaço geográfico como um elemento fundamental para a compreensão do fenômeno. A pesquisa destaca a complexidade das questões relacionadas à violência de gênero, indo além das agressões físicas óbvias, abordando a violência imperceptível, a violência estrutural e a resistência às condições de desigualdade. O raciocínio geográfico feminista é defendido como uma ferramenta crucial na identificação e análise de estratégias de prevenção do feminicídio e, assim, na continuidade da Casa Abrigo. Essa abordagem permite a adaptação das ações às especificidades locais, reconhecendo que o feminicídio não é apenas um problema generalizado, mas profundamente enraizado em contextos geográficos específicos. A conclusão da tese destaca a necessidade de uma abordagem integrada e em rede no combate ao feminicídio no Brasil. Enfatiza a importância das histórias das mulheres como fundamentais para a compreensão do contexto geográfico, reforçando o compromisso contínuo com a pesquisa, educação e a desobediência epistemológica para transformar estruturas que perpetuam a desigualdade e a violência. O feminicídio é apresentado como um fenômeno geográfico essencial para entender a violência de gênero, impulsionando ações abrangentes em prol da igualdade de gênero e da proteção das vítimas.

Palavras Chave: Pesquisa Qualitativa, Cartografia Feminista, Violência contra à mulher, Prevenção, Feminismo.

ROMPIENDO EL SILENCIO Y EL ANONIMATO: feminicidio como fenómeno geográfico

RESUMEN:

La presente tesis propone un enfoque integral del fenómeno del feminicidio, explorando su relación intrínseca con la violencia de género, especialmente en el Oeste del Estado de São Paulo, Brasil. Inicialmente, la investigación se centró en la implementación y consolidación de la Casa Abrigo del Oeste Paulista, considerada el núcleo de la investigación, pero que se reveló como un punto de partida crucial para comprender el feminicidio como fenómeno geográfico. El desarrollo de la investigación enfrentó el desafío de comprender el feminicidio no solo como un fenómeno jurídico, sino también como un fenómeno político con impactos en la salud. Esto implicó la recopilación y análisis de datos, así como la necesidad de contextualizar el fenómeno en la formación socioespacial de Brasil. A lo largo de la investigación, la autora reconoció la importancia de escuchar a las mujeres que sobrevivieron al feminicidio, oyendo sus testimonios de supervivencia, especialmente en el contexto de la violencia doméstica. Las historias de estas mujeres desempeñaron un papel fundamental en la comprensión del dolor frente a la violencia de género. La hipótesis central de la tesis sostiene que el feminicidio es un fenómeno geográfico crucial para una comprensión más profunda de la violencia de género. En este contexto, la autora destaca la relevancia de las Casas Abrigo, las Delegacias Especializadas y las Casas da Mulher Brasileira como medidas de emergencia para la protección de las mujeres en situación de violencia doméstica en Brasil. La investigación está estructurada en siete capítulos, que abarcan desde la investigación cualitativa hasta el análisis de políticas públicas y estrategias de prevención. Cada capítulo ofrece una perspectiva única, desde la transformación de la autora en una "escuchadora feminista" hasta el análisis de la distribución espacial del feminicidio y de los equipos especializados de prevención, utilizando herramientas como la cartografía feminista. Así, fue posible detallar los componentes fundamentales que involucran el razonamiento geográfico feminista, como la posicionamiento, la dolorosidad y la interseccionalidad situada. Este enfoque permitió un análisis holístico y profundo de las causas y consecuencias de la violencia de género, considerando el espacio geográfico como un elemento fundamental para la comprensión del fenómeno. La investigación destaca la complejidad de las cuestiones relacionadas con la violencia de género, yendo más allá de las agresiones físicas obvias, abordando la violencia imperceptible, la violencia estructural y la resistencia a las condiciones de desigualdad. El razonamiento geográfico feminista se defiende como una herramienta crucial en la identificación y análisis de estrategias de prevención del feminicidio y, así, en la continuidad de la Casa Abrigo. Este enfoque permite adaptar las acciones a las especificidades locales, reconociendo que el feminicidio no es solo un problema generalizado, sino profundamente arraigado en contextos geográficos específicos. La conclusión de la tesis destaca la necesidad de un enfoque integrado y en red en la lucha contra el feminicidio en Brasil. Enfatiza la importancia de las historias de las mujeres como fundamentales para la comprensión del contexto geográfico, reforzando el compromiso continuo con la investigación, la educación y la desobediencia epistemológica para transformar las estructuras que perpetúan la desigualdad y la violencia. El feminicidio se presenta como un fenómeno geográfico esencial para entender la violencia de género, impulsando acciones integrales a favor de la igualdad de género y la protección de las víctimas.

Palabras clave: Investigación cualitativa, Cartografía feminista, Violencia contra la mujer, Prevención, Feminismo.

BREAKING THE SILENCE AND ANONYMITY: femicide as a geographical phenomenon

ABSTRACT:

This thesis proposes a comprehensive approach to the phenomenon of femicide, exploring its intrinsic relationship with gender-based violence, especially in the West of the State of São Paulo, Brazil. Initially, the research focused on the implementation and consolidation of the West Paulista Shelter, considered the core of the investigation, but which proved to be a crucial starting point for understanding femicide as a geographical phenomenon. The development of the research faced the challenge of comprehending femicide not only as a legal phenomenon but also as a political one with health impacts. This involved data collection and analysis, as well as the need to contextualize the phenomenon in Brazil's socio-spatial formation. Throughout the research, the author recognized the importance of listening to women who survived femicide, hearing their testimonies of survival, especially in the context of domestic violence. The stories of these women played a fundamental role in understanding the pain in the face of gender-based violence. The central hypothesis of the thesis argues that femicide is a crucial geographical phenomenon for a deeper understanding of gender-based violence. In this context, the author highlights the relevance of Shelter Houses, Specialized Police Stations, and Brazilian Women's Houses as emergency measures to protect women in situations of domestic violence in Brazil. The research is structured into seven chapters, covering qualitative research to the analysis of public policies and prevention strategies. Each chapter offers a unique perspective, from the author's transformation into a "feminist listener" to the analysis of the spatial distribution of femicide and specialized prevention equipment, using tools such as feminist cartography. Thus, it was possible to detail the fundamental components involving feminist geographical reasoning, such as positionality, dolorosity, and situated intersectionality. This approach allowed for a holistic and profound analysis of the causes and consequences of gender-based violence, considering geographical space as a fundamental element for understanding the phenomenon. The research highlights the complexity of issues related to gender-based violence, going beyond obvious physical aggressions, addressing imperceptible violence, structural violence, and resistance to conditions of inequality. Feminist geographical reasoning is advocated as a crucial tool in identifying and analyzing femicide prevention strategies and, thus, in the continuity of Shelter Houses. This approach allows for the adaptation of actions to local specificities, recognizing that femicide is not just a generalized problem but deeply rooted in specific geographical contexts. The conclusion of the thesis emphasizes the need for an integrated and networked approach to combat femicide in Brazil. It emphasizes the importance of women's stories as essential to understanding the geographical context, reinforcing the ongoing commitment to research, education, and epistemological disobedience to transform structures that perpetuate inequality and violence. Femicide is presented as an essential geographical phenomenon to understand gender-based violence, driving comprehensive actions for gender equality and the protection of victims.

Keywords: Qualitative research, Feminist cartography, Violence against women, Prevention, Feminism.

Lista de Figuras

Figura 1-: O enfrentamento a Violência contra às Mulheres proposto pela SPM em 2010.	138
Figura 2-: Os serviços da Rede de Enfrentamento À violência contra as Mulheres.....	139
Figura 3- Linha do tempo das primeiras Casas Abrigo do Brasil	147
Figura 4- Serviços disponíveis na Casa da Mulher Brasileira	155
Figura 5-: Folder de divulgação da primeira fase do projeto Desnaturalizando Violências Contra as Mulheres.	206
Figura 6-: Folder de divulgação da segunda fase do projeto Desnaturalizando Violências Contra as Mulheres.	217
Figura 7-: Folder de divulgação do XIII Fórum Municipal de Enfrentamento à Violência contra Mulher.....	226
Figura 8-: Folder de divulgação do I Fórum Regional de Enfrentamento a Violência contra a Mulher da Comarca de Pirapozinho.....	230
Figura 9-Página inicial do site Mapas Feministas	253
Figura 11- Bandeira do Woman's Social and Political Union	258
Figura 12- Lenços de luta feminista da Argentina	261
Figura 13-Folder de divulgação da Campanha UNA-SE da ONU.....	263
Figura 14-América Invertida- 1943 de Joaquín Torres-García.....	264
Figura 15- A orientação feminista interseccional do sul.....	266
Figura 16- Ilustração da capa do capítulo três da dissertação de mestrado	266

Lista de Fotos

Foto 1- A forma de olhar da autora pela militância Feminista	28
Foto 2-Mesa de abertura da solenidade de Inauguração da Casa Abrigo	187
Foto 3- Plateia da solenidade de Inauguração da Casa Abrigo	188
Foto 4- Fala da pesquisadora na solenidade de abertura da Casa Abrigo.....	188
Foto 5- Roda de conversa Desnaturalizando Violências Contra as Mulheres em Presidente Epitácio, em 01 de julho de 2022.	209
Foto 6-: Pessoas presentes na roda de conversa Desnaturalizando Violências Contra as Mulheres em Presidente Epitácio, em 01 de julho de 2022.....	210
Foto 7-: Roda de conversa Desnaturalizando Violências Contra as Mulheres em Rancharia -SP, em 04 de julho de 2022.	211
Foto 8-:Pessoas presentes na roda de conversa Desnaturalizando Violências Contra as Mulheres em Rancharia- SP, em 04 de julho de 2022.	212
Foto 9-:Roda de conversa Desnaturalizando Violências Contra as Mulheres em Narandiba -SP, em 04 de julho de 2022.....	214
Foto 10: Pessoas presentes na roda de conversa Desnaturalizando Violências Contra as Mulheres em Narandiba -SP, em 04 de julho de 2022.....	215
Foto 11-: Roda de conversa sobre Masculinidades.....	220
Foto 12- Roda de conversa desnaturalizando as violências contra as mulheres em Presidente Prudente- SP.....	223
Foto 13-: Reunião da Rede Mulher, na sede do CREAS de Presidente Prudente.	225
Foto 14- Apresentação do Pacto Pelo Fim da Violência Contra a Mulher.....	227
Foto 15: Assinatura do Pacto Pelo Fim da Violência Contra a Mulher.....	227
Foto 16- Apresentação do balanço de um ano de funcionamento da Casa Abrigo pela coordenadora do equipamento.	229
Foto 17- Intervenção da pesquisa de doutorado através do Mapa da Rede de Prevenção ao Feminicídio em Presidente Prudente-SP.	229

Foto 18- Mesa de abertura do I Fórum Regional de Enfrentamento à violência contra a Mulher da Comarca de Pirapozinho.....	231
Foto 19- Público do I Fórum Regional de Enfrentamento à violência contra a Mulher da Comarca de Pirapozinho.....	232
Foto 20- Apresentação da pesquisa no I Fórum Regional de Enfrentamento à violência contra a Mulher da Comarca de Pirapozinho.....	232
Foto 21- Aula de Geocartografia com mapas feministas, 13 de janeiro de 2023.....	255
Foto 22-.Madre de Plaza de Mayo e filha reivindicando a aparição com vida de um dos mais de 30 mil desaparecidos da ditadura Argentina em 1982.	259
Foto 23-.Manifestação feminista na cidade de Mendoza-Argentina, 2018.	262
Foto 24-.Manifestação feminista na cidade de Presidente Prudente- Brasil, 2022.	262

Lista de Gráficos

Gráfico 1- Mulheres Assassinadas no Brasil (2016 a 2022)	108
Gráfico 2- Distribuição de Casa Abrigo pelas macrorregiões do Brasil	151
Gráfico 3-Distribuição de Casas Abrigos por tamanho da população dos municípios (2009, 2013, 2018	152
Gráfico 4- Quantidade de Casa Abrigo sigilosa no Brasil (2009,2013,2018).....	153
Gráfico 5-- Orçamento Federal destinado ao combate à violência contra à mulher (2019 a 2022).....	161
Gráfico 6-- Orçamento Federal destinado a construção de Casa da Mulher Brasileira (2019 a 2022).....	162
Gráfico 7- Faixa etária das mulheres da Frente pela Vida das Mulheres.....	174
Gráfico 8- Orientação sexual das mulheres da Frente pela Vida das Mulheres	174
Gráfico 9- Cor autodeclarada das mulheres da Frente pela Vida das Mulheres.....	174
Gráfico 10- Quantidade de mulheres e dependentes abrigadas	195
Gráfico 11- Idade das mulheres abrigadas.....	195

Gráfico 12- Quantidade de violências que as mulheres abrigadas sofreram	196
Gráfico 13- Escolaridade das mulheres abrigadas	197
Gráfico 14- Fontes de renda das mulheres abrigadas	197
Gráfico 15- Religiosidade das mulheres abrigadas	198

Lista de Organogramas

Organograma 1 - Montanha russa da violência doméstica.....	73
Organograma 2- O Iceberg da violência contra a mulher.....	118
Organograma 3- Avanços feministas dos anos 70 e o no Brasil.....	122
Organograma 4- Conquistas dos anos 2000 no Brasil	132
Organograma 5- Fluxograma da Casa Abrigo de Presidente Prudente e Região	192
Organograma 6- Espiral do raciocínio de produção da Tese	300

Lista de Mapas

Mapa 1- Feminicídio: anos das legislações na América Latina	102
Mapa 2- Feminicídios na América Latina em 2021.	105
Mapa 3- Transfeminicídio na América Latina em 2022.....	106
Mapa 4. Taxa de Homicídio de Mulheres no Brasil e variação percentual (2018-2022).110	
Mapa 5. Taxa de Feminicídio no Brasil e variação percentual (2018-2022).....	111
Mapa 6- Brasil: Delegacias Especializadas no atendimento às mulheres durante a noite	142
Mapa 7- Brasil: Norma técnica de padronização das Delegacias Especializadas no atendimento à Mulher	143
Mapa 8- São Paulo: Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher	144
Mapa 9- Brasil: Casas Abrigo por Unidades da Federação, 2018.....	150

Mapa 10-- Distribuição da Casa da Mulher Brasileira, 2022.....	156
Mapa 11-Síntese Mulheres Assassinadas no Brasil	159
Mapa 12- Localização das residências das mulheres da Frente Pela Vida das Mulheres na Cidade de Presidente Prudente- SP	173
Mapa 13- Municípios da Microrregião de Presidente Prudente- SP	177
Mapa 14- Casas Abrigo e os consórcios intermunicipais do Estado de São Paulo	184
Mapa 15- Acolhimentos por municípios consorciados na Casa Abrigo do Oeste Paulista	201
Mapa 16- Localização dos Municípios inseridos no projeto Desnaturalizando Violências Contra as Mulheres	205
Mapa 17- Localização dos municípios da Comarca de Pirapozinho, participantes do Fórum Regional.....	231
Mapa 18- Municípios do Pontal do Paranapanema atendidos por Delegacias Especializadas e vagas na Casa Abrigo Regional.....	233
Mapa 19- Localização dos Equipamentos de Prevenção ao Feminicídio em Presidente Prudente- SP.....	267

Lista de Siglas

AGB: Associação de Geógrafas e Geógrafos Brasileiros

ASTAE: Associação de Saúde, Trabalho, Meio Ambiente e Educação

BIOGEOS: Laboratório de Biogeografia e Geografia da Saúde (UNESP)

CAM: Centro de Atendimento Multidisciplinar

CEPAL: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe

CIOP: Consórcio Intermunicipal do Oeste Paulista

CODEVAR: Consórcio de Desenvolvimento do Vale do Rio Grande

CONVIDA: Centro de Convivência para Mulheres Vítimas de Violência Doméstica

CRAM: Centro de Referência de Atendimento a Mulheres

CREAS: Centro de Referência Especializado de Assistência Social

CIS: Consórcio de Informações Sociais (Universidade de São Paulo - USP)

CUT: Central Única de Trabalhadores

DDMS: Delegacia de Defesa da Mulher

DEAM: Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher

DRADS: Diretorias Regionais de Assistência e Desenvolvimento Social

EJA: Escolarização de Jovens Adultos

FBSP: Fórum Brasileiro de Segurança Pública

FBP: Frente Brasil Popular

FPVDM: Frente Pela Vida das Mulheres

FAMESP: Fundação para o Desenvolvimento Médico e Hospitalar

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INESC: Instituto de Estudos Socioeconômicos

MTP: Ministério Público do Trabalho

MP: Ministério Público (Centro de Atenção Psicossocial - CAPS)

NAH: Núcleo de Atenção aos Homens

NUDEM: Núcleo Especializado de Promoção e Defesa dos Direitos das Mulheres

UNESP: Universidade Estadual Paulista

OAB: Ordem dos Advogados do Brasil

OEA: Organização dos Estados Americanos

ONDEM: Organização das Nações Unidas

OSC: Organização da Sociedade Civil

PSB: Partido Socialista Brasileiro

PSOL: Partido Socialismo e Liberdade

PT: Partido dos Trabalhadores

PSE: Proteção Social Especial

SAPRU: Serviço de Acolhimento para a População de Rua

SAS: Secretaria de Assistência Social de Presidente Prudente

SPM: Secretaria Especial de Políticas para Mulheres

TRT-15: Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região

TGEU: Transgender Europe

Sumário

Prólogo.....	28
INTRODUÇÃO.....	37
O primeiro projeto- implementar a Casa Abrigo	39
Os trabalhos de campo	44
Hipótese da tese:.....	49
Sobre os capítulos	49
A estrutura da Tese	51
Capítulo 01- Pesquisa Qualitativa: <i>práxis</i> de uma Escutadeira Feminista	54
Os encontros com as mulheres entrevistadas	59
Maria Helena- o encontro institucional	59
Carla - o encontro pela notícia	63
Isabela - o encontro espiritual	66
Lucy - o encontro com o espelho	69
Histórias de horror - “A montanha russa”- da violência doméstica.....	73
As lesões corporais e as memórias de espancamentos	76
“Ele torturava psicologicamente”.....	78
“Olha só o que esse cara fez, ele me SEQUESTROU!”	81
“A mulher tem que sumir”- as rotas de fuga.....	82
“Eu passei por ser mulher” - Presas, Putas, Loucas, Mães, esposas	84
Capítulo 02- Rompendo o silêncio: o feminicídio na vida das mulheres	89
Feminicídio: morte matada de mulheres	90
Judicialização do feminicídio na América Latina	99
Brasil: O país que mais mata mulheres na América Latina	103
Mulheres assassinadas problema antigo do Brasil.....	107

Violência de gênero: um problema, também , de saúde.....	114
O evento sentinela, a ponta do iceberg, da violência de gênero	116
Capítulo 03- As principais políticas públicas brasileiras para a prevenção do Feminicídio.....	121
Anos 70 e 80 no Brasil “legítima defesa da honra”	122
A Lei Maria da Penha: “a vida começa quando a violência acaba”	129
Avanços do Brasil na prevenção	132
A rede de atendimento as mulheres.....	135
Delegacias Especializadas de Atendimento às Mulheres	140
Casas Abrigo	146
Casa da Mulher Brasileira	154
Onde mais mata e onde mais protege?.....	157
Orçamento federal para promover a vida das mulheres	160
Capítulo 4: A Casa Abrigo e a o enfrentamento a violência do Oeste Paulista.....	165
Rede Mulher Presidente Prudente	166
Cordel social.....	170
Frente pela vida das Mulheres.....	171
A formulação do projeto Casa Abrigo	175
Do projeto à conquista da Casa Abrigo.....	178
Consortio Público- novas alternativas para o abrigamento	183
Da inauguração ao primeiro ano de funcionamento	186
A funcionalidade do equipamento e o trabalho dentro da casa	189
Os primeiros acolhimentos	194
Capítulo 05: Casa Abrigo sigilo não pode ser anonimato.....	203

Desnaturalizando Violências Contra as Mulheres	204
Presidente Epitácio- SP	208
Rancharia- SP	210
Narandiba- SP	213
Presidente Prudente- SP	216
XIII Fórum Municipal de Enfrentamento à Violência Contra Mulher de Presidente Prudente- SP	224
I Fórum Regional de Enfrentamento a Violência contra a Mulher da Comarca de Pirapozinho- SP	230
A luta contra o anonimato e silenciamento continua... ..	234
Capítulo 06- Os mapas militantes e a Cartografia Geográfica Feminista	236
Os mapas, a Cartografia e a Geografia	237
Visualização Geográfica como prática de investigação Feminista	246
Os mapas feministas	252
As cores.....	258
A orientação feminista do sul	264
O mapa da prevenção do Oeste Paulista	267
Capítulo 07- O raciocínio geográfico feminista para a promoção da vida das mulheres	269
As geografias feministas	275
Encruzilhadas de pesquisa: chamamentos ontológicos e epistemológicos feministas	282
A dor.....	285
“Você é doutora?”	288
Professorinha, Não!.....	293

Considerações Finais	299
Referências	304
ANEXOS.....	322
Entrevistas com as mulheres.....	322
Maria Helena-17 de fevereiro de 2022	322
Carla -08 de julho de 2022	343
Isabela- 20 de dezembro de 2022	353
Lucy Lima- 07 de março de 2023.....	371
Certificado de participação na implementação da Casa Abrigo	396

Prólogo

Foto 1- A forma de olhar da autora pela militância Feminista



Fonte: Coletivo de comunicação da UNESP, dia 08 de março de 2023. Disponível em:

https://www.instagram.com/p/CpipYsAuz1_/.

Esta tese é resultado de um conjunto de vivências teóricas e militantes de uma década de Geografia, pois uma tese é um acúmulo do ser, estar e pensar a ciência. Parto do que aprendi com meu orientador: “Toda tese de doutorado é a expressão da trajetória acadêmica da sua autora” (Raul GUIMARÃES, 2000, P.10).

Logo, não há como começar a explicar o tema da tese somente a partir do começo do doutorado, pelos últimos anos que concretizei essa pesquisa. Assim, vou iniciar contando quem sou e de onde venho, para poder apresentar uma retrospectiva de pesquisas anteriores, que amadurecem a tese tanto nas metodologias como também nas temáticas de violências contra as mulheres, interseccionalidades e luta pela vida.

Eu, Carolina Russo Simon, nasci no dia 09 de maio de 1994 no município de São João da Boa Vista, interior de São Paulo. Apesar de ter nascido no interior, morei até os meus 18 anos na capital de São Paulo. Sou a filha caçula de Sandra Regina Russo Simon e Luiz Henrique Rodrigues Simon, nasci dez anos depois do meu irmão Janssen e sete anos depois da minha irmã Juliana, sou a “temporana”, de uma família jovem, minha mãe tinha somente 25 anos quando me pariu.

A educação sempre foi motivação na minha casa. Minha mãe terminou o ensino médio enquanto eu terminava meu ensino fundamental, ao mesmo tempo que meu pai trazia o primeiro diploma universitário para casa. Cresci vendo meus pais, irmã e irmão estudando, aprendi a ler cedo, influenciada pela mini biblioteca presente em casa e pelas longas horas de estudo familiar. Acredito que nessa primeira fase da infância nasceu o desejo de ser professora.

Um pouco antes de completar dez anos de idade, minha mãe começou a apresentar sintomas da Esclerose Lateral Amiotrófica (ELA). Um dia descontraído da família brincando de basquete ela caiu, com os dois joelhos no chão. Em poucos meses, começaram câimbras nas pernas e dores terríveis. Logo, chegou à bengala e mais breve ainda a cadeira de rodas. O diagnóstico demorou muito mais que posso me recordar para contar. Cresci vendo a família sofrer pelas percas de mobilidade de minha mãe, primeiro das pernas, depois dos braços. Quanto mais movimentos ela perdia, mais nos preparávamos para essa nova realidade.

Quando eu era adolescente me tornei cuidadora. Meus irmãos já seguiam outros passos da vida, e a realidade mudou completamente quando minha irmã foi morar em Pelotas no Rio Grande do Sul, para cursar medicina. Naquele momento, parecia que tinha me tornado filha

¹ Colocado no feminino pela autora

única, em casa era somente eu e meus pais. Com o trabalho de meu pai exigindo dedicação máxima para manter a renda da casa, eu quem acompanhava minha mãe no cotidiano do cuidado. Naquele momento nasceu a feminista.

Compreender que por ser mulher o cuidado era um trabalho atribuído a mim por todas as parentes, me deu um rótulo de revoltada, que somente fui compreender com o passar dos anos. Eu não era revoltada, eu era feminista, e não aceitava que a obrigação do cuidado não fosse um trabalho dividido. Me vi envolta em uma realidade completamente diferente das amigas e dos amigos, das primas e dos primos eu tinha que cuidar de uma pessoa que me deu a vida², enquanto eu aprendia a viver. Apesar do trabalho do cuidado ter sido atribuído a mim por alguns anos, eu sempre fui incentivada a estudar e sair de casa.

Meus pais não ficaram felizes quando eu escolhi fazer Geografia, até porque tínhamos uma realidade extremamente sofrida e tudo que meus pais queriam era que eu pudesse ter sucesso profissional, e o curso que eu tinha escolhido não tinha reconhecimento social.

Porém, quando passei no vestibular minha mãe já estava em um estágio avançado da doença, já fazia uso de aparelhos de sobrevida para conseguir respirar, já não falava mais por ter sido traqueostomizada e os cuidados já eram atribuídos as diversas profissionais, principalmente técnicas de enfermagem e cuidadoras. Ainda assim, sem poder falar com a boca ela se comunicava pelos olhos, através do reconhecimento de letras em uma placa, onde piscando ela montava palavras. No dia que passei no vestibular ela disse: “Seja professora doutora, voe pelo mundo que eu não vi, só volte com o diploma de PhD, te criei pássaro com asas para voar”.

Ingressei na graduação em Geografia em 2013 na UNESP, me mudei para Presidente Prudente- SP, onde passei 10 anos. Logo no segundo semestre do primeiro ano comecei a frequentar o Laboratório de Biogeografia e Geografia da Saúde (BioGeoS) e tive minha primeira bolsa de pesquisa aprovada em 2014, a qual tinha como temática a dor latente na minha vida, a Esclerose Lateral Amiotrófica (ELA). Como boa parte da minha adolescência foi marcada pela luta pela vida de minha mãe, permeando diversos espaços de cura como – benzedeiros, centros espíritas, hospitais, clínicas de fisioterapia, laboratórios de exames, farmácias, postos de saúde, Unidades de Tratamento Intensivo (UTI), mas também, Associações ligadas a busca da cura da

² Para saber mais veja o livro: SCAVONE, Lucila. **Dar a vida e cuidar da vida: feminismo e ciências sociais**. Unesp, 2004.

doença, tanto acadêmicas como a Associação Brasileira de Esclerose Lateral Amiotrófica (ABrELA- UNIFESP) como da sociedade civil, como a Pró-Cura da ELA, ao iniciar o processo de iniciação científica eu segui o meu desejo de entender melhor, pelos olhos geográfico, o processo de viver e morrer.

A **Iniciação científica** visou o aprendizado de conceitos de Geografia Humana, em especial da Geografia da Saúde, assim como procedimentos da pesquisa qualitativa e da cartografia. A pesquisa teve como objetivo geral aprofundar os estudos sobre as condições de acessibilidade aos serviços de saúde e da mobilidade urbana, partindo da análise da situação de vida de pessoas com Esclerose Lateral Amiotrófica na região do Pontal do Paranapanema- SP.

A partir da pesquisa fomos³ provocados a pensar como a doença tem ocasionado o isolamento social desses sujeitos por falta de mobilidade corporal. Assim como esta perda de mobilidade, o enfermo também precisa lidar com várias outras perdas, como do movimento dos membros inferiores e superiores, da função respiratória e das funções vocais. Em função disso, o enfermo com ELA experimenta fragilidades da identidade, do próprio sentido da vida e da capacidade de resolver problemas que o afetam, já que tudo aquilo que organizava a identidade é alterado abruptamente com a doença.

A escolha da pesquisa qualitativa como eixo principal foi fruto de uma postura político-geográfica⁴ frente à construção de dados do real para além de “coletar dados, organizá-los e fazer as análises”, trazendo o desafio de compreender que a vida das pessoas, que é travada pelo vencer as barreiras das iniquidades espaciais produzidas pelo meio que torna (d)eficiente (econômica, social e politicamente) determinadas pessoas (Carolina Simon e Raul Guimarães, 2014).

³ A terceira pessoa do plural é usada porque diversas pessoas ajudaram a desvendar a Esclerose Lateral Amiotrófica, principalmente meu orientador Raul Borges Guimarães e Natália Cristina Alves, veterana no laboratório BIOGEOS, com os quais pude contar para escrever diferentes textos como por exemplo:

SIMON, Carolina Russo; GUIMARÃES, Raul Borges. Geografia, Trabalho e Saúde-o sentido da vida na fala de sujeitos com Esclerose Lateral Amiotrófica. PEGADA-A Revista da Geografia do Trabalho, v. 17, n. 2, 2016. Disponível em: [GEOGRAFIA, TRABALHO E SAÚDE - O SENTIDO DA VIDA NA FALA DE SUJEITOS COM ESCLEROSE LATERAL AMIOTRÓFICA | PEGADA - A Revista da Geografia do Trabalho \(unesp.br\)](https://www.pegada.org.br/revista/17/2/172-01-simon-guimaraes-ela.pdf)

ALVES, Natália. Cristina.; SIMON, Carolina Russo. A multidimensionalidade da deficiência: contribuições da Geografia e da pesquisa qualitativa. In: Natália Cristina Alves; Leonice Seolin Dias; Vitor Ribeiro Filho. (Org.). Pessoas com deficiência: uma abordagem geográfica. 1ed.Tupã: ANAP, 2021, p. 27-44. Disponível em: <https://www.estantedaanap.org/product-page/pessoas-com-defici%C3%Aancia-umaabordagem-geogr%C3%A1fica>.

⁴ Outros professores na minha formação me incentivaram a olhar a pesquisa qualitativa desta forma, para saber mais veja o texto de Nécio Turra Neto “ PESQUISA QUALITATIVA EM GEOGRAFIA” (2013), disponível em: . [\(12\) \(PDF\) Pesquisa Qualitativa em Geografia \(researchgate.net\)](https://www.researchgate.net/publication/318111111_Pesquisa_Qualitativa_em_Geografia).

Ao longo do percurso da pesquisa, observamos a necessidade de ampliação do recorte empírico, o que nos levou à análise da dimensão global que as redes sociais apresentam. Essa mudança ocorreu em função das próprias dificuldades da pesquisa, uma vez que observamos, de imediato, a invisibilidade dos pacientes com ELA em buscas de dados nacionais de casos e óbitos. Diante de uma dificuldade quase intransponível do contato físico com esses sujeitos, “protegidos” por uma rede de apoio formada por seus cuidadores e corpo clínico- muitas vezes capacitista⁵, foi quando se descortinou aos nossos olhos o universo através do qual era possível esse contato: *as redes sociais veiculadas pela rede mundial de computadores*. A questão central para diversos sujeitos era a inserção no mundo do trabalho, tendo em vista que a perda de sua condição de trabalhador pode ser considerado um elemento-chave na condição de invisibilidade das pessoas com a Esclerose Lateral Amiotrófica e na *internet* poderia desenvolver formas de se sentirem vivos, promovendo a saúde através do compartilhamento (Carolina Simon e Raul Guimarães, 2016).

O **Mestrado** Acadêmico em Geografia começou em 2017, com um projeto de rompimento pessoal com a temática anterior, quando tive que lidar com situações extremamente dolorosas de luto frente a morte de muitos participantes da pesquisa de iniciação científica. Mas também de continuidade, buscando compreender a luta pela vida através de metodologias qualitativas, as quais acessam a história das pessoas, através da recuperação da memória individual e coletiva, buscando compreender melhor a Saúde da Promoção da Saúde (Carolina Simon, 2020).

Assim, através de vivências anteriores em realidades semiáridas da Paraíba-Brasil e de San Juan e Mendoza- Argentina, a temática do projeto foi construída a partir do meu novo desejo, que buscava compreender mais sobre a Geografia Agrária, Geografia do Trabalho e as interfaces com a Geografia para a Saúde. Porém, toda pesquisa tem sua própria vida. “Quando se parte do realismo crítico, as descobertas encontradas devem respostas às necessidades expostas no processo de pesquisa e não do desejo da pesquisadora” (Carolina Simon, 2020, p. 25).

⁵Capacitismo é fruto da ideia de corpo-normatividade, caracteriza-se por toda forma de preconceito, discriminação e violências contra as pessoas com Deficiência.

A dissertação, [A Promoção da Saúde, Feminismo e Contraespaço: mulheres camponesas e suas lutas para se manterem vivas! \(unesp.br\)](#) evidenciou a relação do Feminismo Camponês e Popular como prática de promoção da saúde, produtora de contraespaços, por ser uma produção social decorrente do enfrentamento das mazelas causadas pelo sistema-patriarcal-capitalista-racista (Heleieth SAFFIOTI, [1969] 2013) que nega os diversos sentidos coletivos da saúde. A pesquisa de mestrado proporcionou ouvir a voz das mulheres camponesas e proporcionou o meu despertar da consciência corporal, minha corporiedade⁶ de mulher .

Apesar do mestrado não tratar a temática da violência como central, ao revisar os apêndices da dissertação⁷, e ler os relatos transcritos das mulheres camponesas do Brasil e da Argentina, me saltou aos olhos a questão da violência como uma realidade concreta. Na Argentina o coletivo de gênero do movimento de luta pela terra de Mendoza- *Unión de los trabajadores Sin Tierra* , me acolheu e me aproximou da vida das mulheres e das lutas cotidianas para se manterem vivas, e, assim, algumas memórias marcantes de violência doméstica apareceram:

“Me acuerdo que, en un momento, en un tiempo, yo ya estaba separada y él venía, entraba a mi casa, pateaba, rompía todo y me pegaba, capaz; entonces tenía siempre que estar alguien conmigo y algunos días me tenía que ir de mi casa. Entonces me iba a la casa de una compañera, me quedaba ahí unos días y bueno, él uno de esos días entró y prendió fuego a toda mi ropa, me tiró toda la comida, todo... bueno, muy duro” (Entrevistada EMI, Mendoza-ARG, 2018- p. 390)

“Era el 7 de febrero a las ocho de la tarde, cuando iba a devolverle la plancha a mi tío Héctor y me mete dedos. Febrero 20... y así sucesivamente le daba la hora, la tarde, la mañana iba. Les conte que una mañana me estaba bañando, siento un portazo al que no doy pelota, escucho un segundo portazo y se me mete a la ducha. Cuando corro la cortina estaba él ahí, le decía:” ;no tío, no tío, por favor; no tío!”, me tocaba, me hacía de todo, hasta que agarré y sentía una voz que decía: “Ahí viene, ahí viene” y digo:” ;Gracias a Dios se fue!” (...) Así que sola fui e hice la denuncia y ahí le conté todo. Yo tuve que levantarme y hacer yo la denuncia. Cuando yo llego de la comisaría con una psicóloga, mi papá de rodillas lloraba pidiéndome perdón” (Entrevistada KA -Mendoza-ARG, 2018, p.305)

⁶ A corporeidade, utilizada neste trabalho, se apoia no sentido de fluidez, de representação e das relações entre anatomia e identidade social, proposto por Linda McDowel (1999).

⁷ Foi indicação da professora Cláudia Roma (UFGD) que estava na minha banca de defesa da dissertação de mestrado, realizada em 23/03/2020.

Essas tristes histórias são reveladoras de momentos marcantes da abordagem da pesquisa qualitativa, que proporcionaram os encontros entre mulheres. Estes encontros são carregados de sororidade⁸, na época eu acreditava ser somente empatia, mas é mais que isso. Sororidade representa a união entre mulheres que compartilham os mesmos ideais e propósitos- baseado na empatia e companheirismo, é a união das mulheres para alcançar a liberdade através de informações e ensinamentos compartilhados, umas com as outras.

Como se pode observar nesses relatos, a violência foi um acontecimento na vida dessas sujeitas que sofreram de formas diversas, especialmente no contexto intrafamiliar, representada pelo ex-marido de EMI e pelo tio de KA. Enfim, trabalhar tantos meses com relatos das mulheres que tiveram suas vidas marcadas pelas lutas para conter as violências através das práticas que promovem a vida, com a construção do feminismo camponês e popular, despertou o interesse pela sororidade produzida nos movimentos feministas frente ao patriarcado e às violências. Afinal, é notório que **“o patriarcado representa uma estrutura de poder baseada tanto na ideologia quanto na violência”** (Heleith SAFFIOTi, 2004, p.60) e que afeta diretamente a saúde das mulheres em todo o mundo.

Foi da recuperação de situações muito concretas como estas, relatadas pelas mulheres camponesas, que o presente doutorado foi surgindo, como um compromisso meu, como mulher cientista, de contribuir com a nossa luta pela vida feminina, livre das violências!

Em 2016 comecei a me organizar com a Frente Pela Vida das Mulheres (FPVDM-PP), um **coletivo feminista** que nasceu da necessidade de nuclear diversas mulheres, principalmente as já organizadas em partidos, sindicatos e movimentos sociais para a construção da agenda de luta do mês de março, tendo em vista as manifestações do Dia Internacional das Mulheres, o dia 08 de março, na cidade de Presidente Prudente- SP. Participei da primeira reunião da FPVDM, em fevereiro de 2016, representando a Associação das Geógrafas e dos Geógrafos Brasileiros⁹, seção local de Presidente Prudente (AGB-PP). Desde então, fui me envolvendo cada vez mais com o coletivo de mulheres organizadas sob o feminismo popular.

⁸ Segundo a definição da antropóloga mexicana Marcela Lagarde (2009, p.03): Sororidad/ soridad/ sisterhood: pacto político de género entre mujeres que se reconocen como interlocutoras. No hay jerarquía, sino un reconocimiento de la autoridad de cada una. Está basado en el principio de la equivalencia humana, igual valor entre todas las personas porque si tu valor es disminuido por efecto de género, también es disminuido el género en sí. Al jerarquizar u obstaculizar a alguien, perdemos todas y todos. En ocasiones, la lógica patriarcal nos impide ver esto.

⁹ Na época eu era tesoureira da diretoria local e fui indicada pelo Grupo de Trabalho de Gênero e Sexualidade para participar da reunião.

Em 2018, com o mestrado em andamento e a experimentação cotidiana do feminismo popular proporcionada pelos trabalhos de campo da dissertação, comecei a participar do Grupo Operacional da FPVDM, sendo este um grupo que propõe, articula e operacionaliza as ações feministas no município de Presidente Pudente e na região do Oeste do Estado de São Paulo, tanto na cidade quanto no campo. Neste espaço pude conhecer, na prática cotidiana da militância, o que é a sororidade e, assim pude ter o apoio para escrever a dissertação e sonhar com um projeto de país e de América Latina no qual as mulheres estão vivas e são ouvidas.

A defesa da dissertação aconteceu dia 23 de março de 2020, o último dia que a UNESP funcionou presencialmente devido a chegada da COVID-19 e com o alarmante número de casos e mortes no Estado de São Paulo. A defesa foi estranha, somente eu meu orientador, meu companheiro e um amigo. Estávamos em um anfiteatro vazio de pessoas fisicamente, mas com a presença da banca e da plateia de forma virtual. Não tive comemoração com festa, iniciamos o isolamento social imposto pela alta transmissibilidade do vírus.

Poucos dias depois da defesa eu já iniciava as disciplinas obrigatórias do Doutorado, e, sem perder tempo, o Laboratório de Biogeografia e Geografia da Saúde- **BioGeoS, entrou em modo de emergência em Saúde Pública**. Os primeiros meses do meu doutorado foram voltados totalmente para compreensão da difusão da COVID-19, principalmente no Estado de São Paulo, e para tentar analisar o tamanho do impacto dessa pandemia na vida das pessoas.

Diversos trabalhos, técnicos e acadêmicos, foram produzidos, tanto pela UNESP quanto pela Associação de Geógrafas e Geógrafos Brasileiros (AGB)¹⁰, onde eu estava de coordenadora do recém reativado Grupo de Trabalho de Saúde (GT Saúde). Todos os trabalhos que foram sendo desenvolvidos na temática da COVID-19 e as determinações sociais da saúde demonstravam o risco à vida das mulheres, principalmente pela violência doméstica- altamente perpetuada no período do isolamento social, quando as mulheres estavam presas em casa com seus agressores.

Em maio de 2020, diversas mulheres chegaram à Frente Pela Vida Das Mulheres com uma proposta concreta de construção de uma Casa Abrigo na cidade de Presidente Prudente-SP, devido ao alto número de tentativas de feminicídio na região do Oeste Paulista. Este

¹⁰ RESISTIR PARA RE-EXISTIR: GT DE SAÚDE PRESIDENTE PRUDENTE. *Caderno Prudentino De Geografia*,4(42), 446–454. Recuperado de <https://revista.fct.unesp.br/index.php/cpg/article/view/7768>

equipamento público deveria acolher mulheres vítimas de violência doméstica e seus filhos, podendo acolher, também, mulheres de outros municípios da região.

A articulação para implementação desse equipamento foi bastante diversa e a Universidade Estadual Paulista foi convocada a participar. Essa demanda chegou ao Professor Titular Raul Borges Guimarães, através da Professora Renata Coimbra, que se envolveu a pedido da defensora pública¹¹ do município de Presidente Prudente- SP. Era necessário um apoio efetivo da UNESP na construção do projeto da Casa Abrigo. Professor Raul, meu orientador, me ligou e explicou que era demanda da sociedade civil para a universidade e pediu para que eu entrasse em contato com a professora e me envolve-se em nome do BioGeoS. Assim fiz, como estávamos fazendo com as diversas demandas que chegavam ao laboratório nesse período de crise sanitária. Ainda naquela semana fui visitar o local escolhido pelo coletivo de mulheres para implementação da Casa Abrigo em Presidente Prudente.

Naquele momento eu era recém ingressa no Doutorado em Geografia e pretendia dar continuidade aos meus estudo sobre Feminismo Camponês e Popular na América Latina, iniciados no meu mestrado¹². Porém, sempre parti do princípio de que a **Geografia é Compromisso** (Carolina Simon, 2020), logo não haveria como eu ignorar uma demanda que chegou na academia e na militância, ao mesmo tempo.

Assim surgiu essa pesquisa de **doutorado**. Da necessidade de argumentar com os municípios do Pontal do Paranapanema-SP a importância das Casas Abrigo frente ao cenário de violências feminicidas no Brasil, agravado pela pandemia da COVID-19 e pelo (des)governo bolsonarista.

¹¹ Giovana Devito dos Santos Rota, defensora pública da Defensoria Pública do Estado de São Paulo, na época era mestranda do Programa de Pós-graduação em Educação da FCT/UNESP.

¹² SIMON, Carolina Russo. A Promoção da Saúde, Feminismo e Contraespaço: mulheres camponesas e suas lutas para se manterem vivas!. Dissertação de Mestrado em Geografia. 2020.

INTRODUÇÃO

No verbiário feminista, falar é conjugado ao revés: ‘elas falam’ antes de ‘eu falo’. É uma fala sempre plural, mesmo quando pronunciada por uma só voz. Há uma profusão de falas perturbadoras ao patriarcado e suas tramas. Nós falamos de diferentes lugares de aparição e em dialetos. O lugar de fala é o da sobrevivência do corpo, por isso falar é testemunhar (Débora DINIZ e Ivone GERBARA, 2022, p. 245).

Essa tese é o grito de todas nós, rompendo o silêncio da violência. Toda a construção dessa tese busca representar como sentimos, profundamente, a dor, o luto por todas as mulheres assassinadas pelo fato de serem mulheres. Por isso, as páginas que se iniciam é uma forma de respostas à opressão estrutural do sistema cis-heteropatriarcado e à dominação masculina que frequentemente nos mata. Por isso, esse documento foi construído a partir dos resultados de uma pesquisa de quatro anos, construída com inúmeras mãos, mentes, corações, sonhos e utopia feminista. Afinal, a nossa resistência feminista, “sempre ecoou no silêncio da história e foram apagadas e esquecidas pela voz grave dos dominantes” (SAFFIOTI, Heleieth, 2000, p.17).

Tenho como objetivo principal evidenciar o feminicídio como fenômeno geográfico silencioso. Para isso, a tese permeou a necessidade de construir diagnósticos de políticas públicas de combate à violência contra as mulheres, mapeamento e análise de equipamentos especializados em feminicídio, levantamento conceitual do femicídio e do feminicídio nas legislações da América Latina, produção de epistemologias e ontologias feministas decoloniais e, também, demonstrar como este fenômeno geográfico é um problema de saúde, porque ocasiona a morte e atua como um evento sentinela. De forma que, o assassinato desempenha um papel crucial ao chamar a atenção para a alarmante violência de gênero contra as mulheres. Sendo assim, cada detalhe foi pensado para visualizar esse fenômeno geográfico: as transcrições de falas, os gráficos, os mapas, organogramas, fotos, tabelas, quadros. Estes elementos não são decorativos, fazem parte do propósito da tese: romper o silêncio e o anonimato sobre a matança de mulheres. São frutos de verbos feministas como ato de falar, escutar, escrever, mapear e ilustrar e demonstram como são necessárias diversas formas de visualização para romper o silenciamento domesticador patriarcal.

As ilustrações são verdadeiras obras de arte de Maria Frizarin, ilustradora feminista, que tenho o privilégio de chamar de amiga. Maria, ao acompanhar todas as minhas angustias ao longo da produção dessa pesquisa, desvelou o sentimento sufocante de compreender que: apesar de seres mulheres diferentes, a morte afoga a todas nós. As capas dos capítulos trazem à tona a indignação das páginas escritas, afinal não são só dados, mapas e números, são mulheres que não puderam contar suas histórias porque foram assassinadas. Aqui nesta pesquisa a morte de mulheres não tem o apelo estético sexual, mas sim, a dor e o sofrimento coletivo de viver e morrer sendo mulher.

Esta pesquisa se iniciou no calamitoso ano de 2020 e se encerra em 2023. Durante esses anos as mortes e o luto foram frequentes em nossas vidas. Dentre essas mortes estavam não somente as que morrem pela pandemia de COVID-19, mas também por feminicídio. A omissão do Estado diante dessas mortes é um problema de dimensões genocidas e configuram-se como feminicídios de Estado (Marcela LAGARDE, 2004, 2005, 2009; Rita SEGATO, 2008, 2013; Soraia MENDES, 2021).

No Brasil, foram mais de 4.850 mulheres que morreram por feminicídio, segundo os dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública¹³. Essa tese é por todas essas que perdemos para a misoginia em sua forma mais brutal, o objetivo desta pesquisa foi romper o silêncio em torno do feminicídio, e demonstrar como esse fenômeno geográfico, afeta a saúde das mulheres e produz mortes.

O feminicídio, é um dos tipos mais graves de violência, é caracterizado pelo assassinato de mulheres por razões relacionadas à sua condição de gênero. É um homicídio doloso, segundo a lei brasileira (Lei nº 13.104/2015), ocorre em diversos contextos, como relacionamentos íntimos, casa, trabalho, ruas e outros, frequentemente cometido por parceiros, ex-parceiros, familiares ou conhecidos das vítimas. Além disso, ele é parte de um padrão mais amplo de violência de gênero, que abrange diversas formas, incluindo a física, sexual, psicológica, econômica e doméstica (Izabel GOMES, 2018).

Uma das formas de prevenir o feminicídio e proteger a vida das mulheres é por meio do abrigo das vítimas de violência doméstica. As Casas Abrigo representam uma medida

¹³ Este número é o total acumulado de mortes por feminicídio em 2020 (1350), 2021 (1341) 2022 (1437) e até julho de 2023 (722), veja o gráfico 1- Mulheres Assassinadas no Brasil (2016 a 2022).

emergencial para proteger as mulheres em situação de violência doméstica. Sua localização não é divulgada publicamente, e a vigilância é contínua para garantir a segurança das mulheres abrigadas.

O primeiro projeto- implementar a Casa Abrigo

O primeiro projeto de doutorado consistia na demanda, de mais de 15 anos, para a implementação da Casa Abrigo, uma iniciativa crucial para prevenir o feminicídio e proteger as vítimas de violência doméstica no Oeste Paulista. Ao longo de todo o ano de 2020 trabalhei com a equipe que propôs essa política pública.

As Casas Abrigo representam uma medida emergencial, proporcionando segurança às mulheres em situação de violência. Sua localização é mantida em sigilo, e a vigilância é constante para garantir a integridade das mulheres abrigadas. O abrigamento vai além de simplesmente retirar a mulher do convívio com o agressor; busca promover a reflexão sobre as relações de gênero, considerando a construção histórico-cultural do patriarcado. Dessa forma, as mulheres abrigadas recebem apoio para alcançar autonomia e recuperar a autoestima.

Em 6 de agosto de 2021, inaugurou-se a "Casa Abrigo para Acolhimento de Mulheres e Dependentes, Vítimas de Violência Doméstica no Município de Presidente Prudente e Região", atendendo a sete municípios por meio do Consórcio Intermunicipal do Oeste Paulista (CIOP). O equipamento foi viabilizado com recursos do Ministério Público do Trabalho (MTP), com o apoio do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região (TRT-15).

Desde julho de 2020, engajei-me nesse projeto por meio do convite do coletivo feminista popular da cidade, a Frente pela Vida das Mulheres, e da Defensora Pública do Município. Participei de reuniões com representando a Universidade Estadual Paulista (UNESP), em reuniões com vereadores e vereadoras, prefeitos e prefeita de diversos municípios do Oeste Paulista, bem como representantes diversos do Estado de São Paulo.

Após a inauguração, enfrentamos outra batalha na região do Oeste Paulista: a continuidade do custeio do abrigo. Este desafio decorre da especialização do equipamento, tornando sua manutenção dispendiosa para municípios pequenos, que carecem de verbas suficientes e uma rede eficaz de enfrentamento à violência, conforme preconizado pelas normas e diretrizes federais do Brasil.

Durante esta pesquisa de doutorado, refleti sobre a importância da Geografia no combate ao feminicídio e utilizei o conhecimento geográfico para *geografar* pela implementação e continuidade de espaços especializados no combate à violência doméstica no Oeste Paulista. Destacou-se que, embora as Casas Abrigo sejam uma política pública feminista no Brasil desde 1986, sua presença é escassa, revelando uma profunda ausência de equipamentos especializados para mulheres em situação de risco.

Nos primeiros passos da implementação da Casa Abrigo, enfrentamos a necessidade de conscientizar os prefeitos da região do Pontal do Paranapanema, majoritariamente homens, sobre a gravidade do feminicídio e a obrigação do Estado em garantir o direito à vida das mulheres. Recorremos a argumentos jurídicos, históricos, estatísticos e, como evidenciado nesta tese, geográficos, nas reuniões de articulação para o abrigo na região.

Ao longo da pesquisa, era essencial argumentar com o aparato político e jurídico do patriarcado, o que exigiu não apenas o levantamento de dados, mas também a compreensão do feminicídio como fenômeno jurídico. Embora tenha estudado poucas leis durante a graduação em Geografia, percebi a necessidade de compreender a formação socio-política do Brasil para contextualizar os direitos das mulheres.

Como os argumentos, jurídicos e políticos, eram apresentados anacronicamente nas reuniões, me senti perdida por ter somente uma noção básica de direitos humanos, cidadania e de democracia. Por isso, tive que estudar sobre feminismos e políticas para as mulheres, através dos seguintes documentos legais:

Quadro 1: Principais documentos analisados

Internacional	1776	<i>Declaração de Virgínia</i>
Internacional	1789	<i>Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão</i>
Nacional	1824	<i>Constituição Brasileira</i>
Nacional	1871	<i>Lei do ventre livre</i>
Nacional	1881	<i>Constituição Brasileira</i>
Nacional	1881	<i>Lei Saraiva</i>
Nacional	1888	<i>Lei Áurea</i>
Nacional	1891	<i>Constituição Brasileira</i>
Nacional	1916	<i>Código Civil brasileiro</i>

Internacional	1918	<i>Declaração de Direitos para o Povo Trabalhador e Explorado</i>
Nacional	1932	<i>Decreto federal 21.076 - Decreta o Código Eleitoral.</i>
Nacional	1934	<i>Constituição Brasileira</i>
Internacional	1945	<i>Carta das Nações Unidas</i>
Internacional	1948	<i>Declaração Universal dos Direitos Humanos</i>
Internacional	1952	<i>Convenção dos Direitos Políticos das Mulheres</i>
Internacional	1957	<i>Convenção da Nacionalidade das Mulheres Casadas</i>
Internacional	1967	<i>Declaração sobre a Eliminação de Todas as Discriminações contra a Mulher</i>
Internacional	1979	<i>Convenção Para Eliminar Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher</i>
Nacional	1984	<i>o Programa de Assistência à Saúde Integral das Mulheres</i>
Nacional	1985	<i>Lei federal 7.353 - Criação do Conselho Nacional dos Direitos das Mulheres (CNDM)</i>
Nacional	1987	<i>Carta das mulheres Brasileiras aos Constituintes (1987)</i>
Nacional	1988	<i>Constituição Federal</i>
Internacional	1994	<i>Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra Mulher</i>
Nacional	1995	<i>Lei Federal 9099 - Dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais</i>
Nacional	1995	<i>Termo de Referência do Programa de Casa Abrigo</i>
Nacional	1997	<i>Termo de Referência do Programa de Casa Abrigo</i>
Internacional	2000	<i>ONU-Objetivos do Milênio</i>
Nacional	2003	<i>Lei Federal 10.683 – Criação da Secretaria Especial de Políticas Públicas para Mulheres (SPM)</i>
Nacional	2006	<i>Lei 11340 - Lei Maria da Penha- Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências.</i>
Nacional	2007	<i>Pacto nacional de enfrentamento à violência contra a mulher</i>
Nacional	2009	<i>Lei 12.034 - Altera as Leis nos 9.096, de 19 de setembro de 1995 - Lei dos Partidos Políticos, 9.504, de 30 de setembro de 1997, que estabelece normas para as eleições, e 4.737, de 15 de julho de 1965 - Código Eleitoral.</i>
Nacional	2010	<i>Norma Técnica de padronização das Delegacias Especializadas de Atendimento às Mulheres - DEAMs</i>
Nacional	2010	<i>Lei 10.778- Estabelece a notificação compulsória, no território nacional, do caso de violência contra a mulher que for atendida em serviços de saúde públicos ou privados.</i>

Nacional	2013	<i>Lei 12.845- Lei do minuto seguinte- Dispõe sobre o atendimento obrigatório e integral de pessoas em situação de violência sexual.</i>
Nacional	2013	<i>Plano Mulher viver sem violência (SPM)</i>
Internacional	2015	<i>Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável</i>
Nacional	2015	<i>Lei 13.104- Lei Feminicídio- Altera o art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos.</i>
Nacional	2018	<i>Lei Federal 13.718- Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para tipificar os crimes de importunação sexual e de divulgação de cena de estupro.</i>
Nacional	2019	<i>Lei 13.931- Altera a Lei nº 10.778, de 24 de novembro de 2003, para dispor sobre a notificação compulsória dos casos de suspeita de violência contra a mulher.</i>
Nacional	2021	<i>Lei 14245- Altera os Decretos-Leis nos 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), e a Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995 (Lei dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais), para coibir a prática de atos atentatórios à dignidade da vítima e de testemunhas e para estabelecer causa de aumento de pena no crime de coação no curso do processo (Lei Mariana Ferrer).</i>
Nacional	2021	<i>Lei 14.132 - crime de perseguição ou stalking</i>
Nacional	2021	<i>Lei 14.192- para prevenir, reprimir e combater a violência política contra a mulher</i>

Organização: Autora, 2022.

Após a leitura de todos esses marcos jurídicos e políticos, ficara perceptíveis apenas os direitos das mulheres, principalmente brancas do Ocidente, que começaram a ser discutidos no século XVIII, mas até hoje, pleno século XXI, não se efetivaram. Como afirma a Catherine Mackinnon, feminista radical Professora da Faculdade de Direito da *Michigan Law*, os crimes contra as mulheres não são percebidos como dignos de sofrimento humano, porque as vítimas não são homens:

Quando nenhuma guerra foi declarada e, no entanto, as mulheres são espancadas por homens próximos a elas, quando as esposas desaparecem nos estacionamentos dos supermercados, quando as prostitutas flutuam nos rios ou aparecem sob monte de trapos em edifícios abandonados, tudo tende a passar despercebido nos arquivos do sofrimento humano porque as vítimas são mulheres e cheiram sexo (Catherine MACKINNON, 2007, p.142- tradução da autora).

Por isso, parti dos princípios de que: “Tratar o tema dos direitos humanos das mulheres recuperando conceitos históricos e as lutas políticas que já foram travadas em torno deles é uma necessidade que se impõe a fim de que possamos prosseguir a luta para efetivá-los” (Maria Amélia TELES, 2006, p.07). Porque “[...] o que acontece com as mulheres é muito particular para ser universal ou muito universal para ser particular, o que significa muito humano para ser feminino ou muito feminino para ser humano” (Catherine MACKINNON, 2007, P.141).

Logo, foi importante ter em mente que o reconhecimento dos direitos humanos das mulheres (no plural) foi, e ainda é mediado por processos. O primeiro consiste na elaboração dos marcos jurídicos internacionais, nos quais intervêm diversas atrizes políticas, como organizações civis locais e internacionais, e, o segundo é o acompanhamento da aplicação jurídica assumida pelo Estado frente aos tratos e acordos internacionais (Angélica DAMIÁN, 2016).

Afinal, as mulheres conquistaram o reconhecimento jurídico, porém, a subordinação que leva a morte é um fato vivido, principalmente pelas mulheres latinas. Assim, é uma tarefa inacabada e em constante construção pelo movimento feminista. Para enfrentar o feminicídio e a violência de gênero, foi essencial compreender a complexidade do problema e abordá-lo em sua totalidade, incluindo as questões sociais, econômicas e culturais que perpetuam essa violência. Nesta perspectiva foi se construindo o projeto de doutorado, que tinha como hipótese inicial do projeto: *A Casa Abrigo é um equipamento público essencial para prevenir a vida das mulheres vítimas da violência patriarcal e de seus dependentes. Pautada na construção feministas, promovem a saúde através da união das mulheres para alcançar a liberdade através de informações e ensinamentos compartilhados, umas com as outras.*

O Objetivo Geral do projeto apresentado ao Programa de Pós-graduação pretendia: *Analisar as Casas Abrigo enquanto espaço de promoção da saúde através das estratégias feministas para implementação e continuidade do equipamento.*

Os trabalhos de campo estavam previstos para acontecerem ao longo do ano de 2022. Esperava poder encontrar com as mulheres abrigadas nas Casas Abrigo de diferentes Estados brasileiros, principalmente nos estados com maiores taxas de feminicídio¹⁴, e realizar entrevistas em busca das histórias de vida dessas mulheres que quase morreram e foram

¹⁴ Primeiro grande empecilho para a realização dos campos foi a falta de financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa de São Paulo, maior agência de pesquisa do Estado e com maiores bolsas, reserva técnica, que negou o meu projeto, alegando que eu tinha somente uma ideia e não um objetivo de investigação.

abrigadas. Porém, a pandemia da COVID-19 e a rede de contatos das Casas Abrigo que criei, ao longo de 2020 e 2021, barraram minha entrada em diversos momentos.

No primeiro momento, alegando possibilidade de contaminação das mulheres abrigadas pela COVID-19, mesmo após as vacinações já estarem avançadas e a casa receber outras profissionais eu fui barrada. As coordenadoras de três casas que consegui contato não retornaram meus e-mails, ligações e mensagens, e outras duas alegaram que eu não poderia visitar a casa, pois o endereço do equipamento tem o endereço sigiloso, prevista nas normas e diretrizes federais no funcionamento desses equipamentos.

Desta forma, foi necessário repensar as estratégias metodológicas de pesquisa, e, os trabalhos de campo foram realizados de duas formas que não estavam previstas anteriormente.

Os trabalhos de campo

As primeiras experiências foram a partir da tomada de consciência do meu papel de pesquisadora-militante¹⁵ nos eventos presenciais na região do Oeste paulista que tratavam especificamente da Casa Abrigo e/ou de violência doméstica, que aconteceram em 2021 e 2022.

A minha inserção nesses espaços foi permitida não só como pesquisadora, mas também como articuladora e organizadora, pois eu já tinha participado de diversas reuniões com diferentes órgãos públicos desde o momento de articulação da Casa Abrigo regional, desde abril de 2020 e, também, representei a UNESP na inauguração do equipamento em 2021.

Todos os eventos, presentes no quadro abaixo, visavam a continuidade do equipamento público para acolher mulheres vítimas de violência doméstica, inaugurado em agosto de 2021 em Presidente Prudente- SP. Em todos eu fui convidada para ser sujeita organizadora e/ou palestrante, como militante representante do coletivo feminista e popular Frente Pela Vida das Mulheres e, principalmente, como pesquisadora representante da UNESP. Estes fatos serão explorados em profundidade ao longo dos capítulos.

¹⁵ O encontro com o texto “Pesquisador-militante ou militante-pesquisador: dilemas da investigação científica frente à prática política” escrito pelo sociólogo, que foi meu Professor na graduação, Luís Antônio Barone de 1995, é fruto da sua dissertação de mestrado e foi um acalento a angustia de tentar resolver um dilema que faz parte de toda investigação social.

Quadro 2: Trabalhos de campo em Eventos Públicos e notícias relacionadas

Nome do evento	DATA	Cidade	Notícias (links)
Inauguração da Casa Abrigo de Presidente Prudente	06/08/2021	Presidente Prudente-SP	Fronteira Notícias 1ª Edição Casa Abrigo começa a funcionar nesta sexta-feira Globoplay
Prêmio da Defensoria de São Paulo “Justiça para todos e todas”	01/06/2022	São Paulo-SP	https://www.fct.unesp.br/#!/noticia/1254/pratica-apoiada-pela-fct-e-eleita-vencedora-em-premiacao . https://www.imparcial.com.br/noticias/defensoria-de-sp-premia-projeto-que-acolhe-mulheres-vitimas-de-violencia-domestica-na-regiao,51615 .
Desnaturalizando violências contra as mulheres	01/07/2022	Presidente Epitácio- SP	Medidas para assegurar direitos e proteção das mulheres vítimas de violência são debatidas em encontro em Presidente Prudente Presidente Prudente e Região G1 (globo.com)
Desnaturalizando violências contra as mulheres	04/07/2022	Rancharia-SP	Medidas para assegurar direitos e proteção das mulheres vítimas de violência são debatidas em encontro em Presidente Prudente Presidente Prudente e Região G1 (globo.com)
Desnaturalizando violências contra as mulheres	07/07/2022	Narandiba-SP	Medidas para assegurar direitos e proteção das mulheres vítimas de violência são debatidas em encontro em Presidente Prudente Presidente Prudente e Região G1 (globo.com)
Desnaturalizando violências contra as mulheres	05/08/2022	Presidente Prudente-SP	Medidas para assegurar direitos e proteção das mulheres vítimas de violência são debatidas em encontro em Presidente Prudente Presidente Prudente e Região G1 (globo.com)
XIII- Fórum Municipal de enfrentamento à violência contra a Mulher	25/11/2022	Presidente Prudente-SP	Sintrapp participa de evento e assina pacto pelo fim da violência contra a Mulher Sintrapp https://www.imparcial.com.br/noticias/sas-assina-pacto-em-forum-municipal-de-enfrentamento-a-violencia-contra-mulher,55122 .
I Fórum Regional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher	14/12/2022	Pirapozinho-SP	Pirapozinho sedia 1º Fórum Regional de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher O Imparcial

Organização: Autora, 2023.

Ao passo que eu participava dos eventos sobre Casa Abrigo do Oeste Paulista, mulheres começaram a saber sobre a temática da pesquisa e começaram a me procurar para contar seus testemunhos de sobreviver ao feminicídio. Nem todas elas tinham passado por equipamentos públicos especializados para mulheres vítimas de violências, mas elas queriam poder apresentar o seu testemunho sobre a morte, como uma forma de romper o silêncio e o anonimato em torno do feminicídio.

A princípio, eu não tinha ideia de como esses testemunhos entrariam na análise da Casa Abrigo, mas foi ouvindo as mulheres, ou melhor escutando as mulheres, através da escuta incomoda que o feminismo nos ensina (Débora Diniz, 2022) que eu pude compreender que a Casa Abrigo do Oeste Paulista não era em si o objeto da tese, mas o ponto de partida para pensar o feminicídio, como fenômeno geográfico.

Desta forma, o segundo momento dos trabalhos de campo foi feito de forma virtual, através da plataforma do *google meet*, onde eu escutei Dona Maria Helena, uma mulher que assumiu a coordenação da Casa Abrigo do Oeste Paulista em 2021 e, principalmente as três mulheres que sofreram tentativas de feminicídio, Carla, Isabela e Lucy. Essas mulheres que deram vida a tese, que se sustenta na utopia de construir um mundo feministas onde as mulheres não morram, não apanhem, não sejam estupradas, sequestradas.

Através das histórias de horror que escutei pude assim compreender sobre a dor de ser mulher, e me (re)conhecer como mulher, através das memórias de horror da violência vivida por elas e por todas as outras que não pudemos conhecer. Afinal, a morte é o silêncio profundo, é uma das ferramentas mais poderosas da violência de gênero. O silêncio pode ser usado de várias formas pelos agressores, desde a imposição do medo à vítima até a ameaça de represálias caso ela denuncie o abuso sofrido.

Muitas vezes, a violência de gênero começa com um controle sutil, que impõe limites à vida da vítima, incluindo o que ela pode ou não fazer, com quem pode ou não falar, onde pode ou não ir. Esse controle muitas vezes é acompanhado pelo silenciamento da vítima, que pode ser intimidada a não falar sobre o que está acontecendo em casa, ou sobre as agressões sofridas. O silêncio também pode ser usado como uma forma de minimizar a gravidade da violência sofrida. Por exemplo, quando a vítima tenta falar sobre o que aconteceu, mas é desacreditada ou responsabilizada pelo abuso, é mais fácil para o agressor continuar a exercer poder sobre ela.

Quadro 3- Informações gerais sobre as entrevistadas

Nome	Profissão	Vítima de violência	Relação com Casa Abrigo	Estado Civil	Filhos	Cidade que reside	Data da entrevista	Tempo de entrevista
Maria Helena	Assistente social	Não	Coordenadora	Casada	02	Presidente Prudente-SP	17/02/2022	01 hora e 17 minutos
Carla	Estudante de Direito	Sim	Ex-Moradora	Divorciada	02	São Paulo-SP	06/06/2022	40 minutos
Isabela*	Profissional do sexo, manicure e Designer de sobrancelha	Sim	Nenhuma	Solteira	02	Marília- SP	21/12/2022	01 hora e 03 minutos
Lucy	Assistente social	Sim	Idealizadora	Divorciada	03	Presidente Prudente-SP	07/03/2023	01 hora e 17 minutos.

*Codinome escolhido pela entrevistada.

Fonte: Diários de Campo. Organização: Autora, 2023.

Para combater o feminicídio, um crime baseado no gênero que resulta no assassinato de mulheres, pode ser analisado como um fenômeno geográfico. Embora ocorra em diferentes países e contextos, sua incidência e características podem variar de acordo com as particularidades geográficas de cada lugar. Para combater o feminicídio, que é a ponta do *iceberg da violência de gênero*,¹⁶ é necessário abordar as raízes profundas desse problema e romper o silêncio em torno do patriarcado.

Enfim, a análise geográfica do feminicídio envolveu nesta pesquisa diversos aspectos que permitiram compreender melhor esse fenômeno. Um desses aspectos é a distribuição espacial, que nos ajuda a identificar variações regionais e locais na ocorrência do feminicídio

¹⁶ Ver capítulo 02, página 114-116.

através da visualização cartográfica feminista. Ao analisar a distribuição espacial, podemos identificar áreas de maior incidência e compreender os padrões geográficos envolvidos. Além disso, é fundamental considerar o contexto socioespacial em que o feminicídio ocorre. A Geografia enquanto ciência, permite investigar os fatores sociais, culturais, econômicos e políticos presentes em determinado local que contribuem para a perpetuação da violência contra as mulheres.

Através da análise geográfica também examinei o acesso aos serviços e recursos disponíveis para as mulheres vítimas de violência no Brasil. Ao investigar a disponibilidade e acessibilidade de Casas Abrigo, centros de atendimento e redes de suporte, identifiquei lacunas geográficas na prestação desses serviços. Essas lacunas revelam desafios e limitações para as mulheres em busca de proteção e assistência, e destacam a importância de políticas públicas eficazes e adequadas à realidade de cada lugar.

Assim, o raciocínio geográfico feminista contribuiu para a identificação e análise das estratégias de prevenção do feminicídio. Ao entender como as intervenções e políticas públicas estão sendo implementadas em diferentes contextos geográficos, foi possível identificar boas práticas e avaliar sua eficácia. A espacialização das estratégias de prevenção auxilia na adaptação das ações às especificidades locais e regionais, levando em conta as características geográficas e as necessidades das comunidades. Somente através de ações abrangentes que promovam a igualdade de gênero, protejam as vítimas e responsabilizem os agressores poderemos efetivamente combater o feminicídio e garantir os direitos das mulheres. É fundamental que a sociedade como um todo se envolva na luta contra a violência de gênero e se recuse a aceitar a "patologia social da indiferença, a maior das patologias geográficas" (Raul Guimarães, 2015, p. 52).

Em suma, a tese em tela demonstra como o raciocínio geográfico feminista oferece *insights* valiosos para o desenvolvimento de políticas e ações de prevenção mais efetivas contra o feminicídio.

Para isto, o trabalho foi estruturado em sete capítulos, que busca demonstrar os caminhos que trilhei junto a diversas mulheres, para a construção da argumentação da necessidade de implementação e continuidade uma Casa Abrigo no Oeste do Estado de São Paulo. Desta forma, os capítulos foram construídos através da vivência da pesquisa, a partir da necessidade exposta em cada fase.

Hipótese da tese:

O feminicídio é um fenômeno geográfico silencioso fundamental para o entendimento da violência de gênero contra as mulheres, o que permite compreender a complexidade desse problema que afeta a saúde e os subsídios necessários para políticas públicas mais efetivas de promoção da saúde e proteção das mulheres.

Sobre os capítulos

No primeiro capítulo, intitulado "Pesquisa Qualitativa: prática de uma Escutadeira Feminista", mergulhei nas metodologias qualitativas, o que me permitiu não apenas ouvir as vozes das mulheres, mas também revelar os silêncios e dores causados pela violência feminicida. O texto aborda a minha transformação em uma "escutadeira feminista", destacando a relevância das emoções na escuta das mulheres. A escolha de realizar entrevistas narrativas, episódicas e de vida me permitiu o breve acesso às memórias das mulheres, possibilitando a reconstrução de suas histórias e a compreensão da desobediência feminista como ferramenta para romper com a violência.

O segundo capítulo, intitulado "Rompendo o Silêncio: o feminicídio na vida das mulheres," nos conduz por uma revisão teórico-legal e bibliográfica abrangente sobre o feminicídio. O capítulo explora a evolução do conceito de feminicídio e destaca o protagonismo da América Latina na visibilização das mortes violentas de mulheres. A análise de dados oficiais em diversas escalas, juntamente com gráficos e mapas temáticos, lança luz sobre a problemática do feminicídio, particularmente no contexto brasileiro. Além disso, uma discussão teórica amplia nossa compreensão, demonstrando que o feminicídio é não apenas uma questão de justiça, mas também de saúde.

O terceiro capítulo, intitulado "Principais Políticas Públicas Brasileiras para Prevenir o Feminicídio," oferece uma visão detalhada da rede de combate à violência contra as mulheres no Brasil e dos recursos especializados disponíveis. Destaco a luta política das mulheres para estabelecer a violência doméstica e de gênero como questão pública, abordando marcos legais relevantes, com ênfase na Lei Maria da Penha. Além disso, o capítulo avalia as diretrizes federais e expõe a carência de recursos para a prevenção do feminicídio, através de mapeamentos que abrangem desde as Delegacias Especializadas no Atendimento à Mulher até as Casas Abrigo e as Casas da Mulher Brasileira.

O quarto capítulo "A Casa Abrigo e o Enfrentamento à Violência no Oeste Paulista" aborda a implementação e operação do equipamento público especializado na região, destacando o papel dos coletivos de mulheres na concepção desse serviço público. O texto evidencia o processo de formulação da política e demonstra como os consórcios públicos são soluções viáveis para a instalação da Casa Abrigo em municípios de menor porte. O capítulo oferece uma visão detalhada do funcionamento desse equipamento em seu primeiro ano de implementação, através de uma entrevista com a coordenadora do equipamento e da análise dos primeiros acolhimentos das mulheres abrigadas. Isso nos proporciona uma compreensão abrangente da importância da luta continuada pela Casa Abrigo na região.

O quinto capítulo, intitulado "Casa Abrigo: Sigilo não pode ser anonimato," explora conceitos fundamentais de sigilo, confidencialidade, silenciamento e anonimato no contexto das Casas Abrigo. Destaco a importância de sensibilizar as autoridades sobre esses serviços, garantindo o apoio adequado às vítimas. Através de eventos públicos realizados em parceria com a defensoria pública do Estado de São Paulo e outros coletivos e instituições, o texto demonstra a importância da divulgação das Casas Abrigo como meio de romper com o anonimato da violência doméstica, mantendo, ao mesmo tempo, o sigilo necessário da casa.

O sexto capítulo, intitulado "Os Mapas Militantes: a Cartografia Geográfica Feminista," adentra o terreno teórico, destacando o papel vital desempenhado por mapas e gráficos na sensibilização das autoridades em relação à violência de gênero. Discorro sobre como essas representações visuais ajudaram a transmitir a realidade da violência e a falta de ações governamentais. Além disso, o capítulo revela como criei o site Mapas Feministas (www.mapasfeministas.com.br) e como utilizei as redes sociais e mapas online para tentar suprir a carência de mapas feministas que abordem a prevenção da violência contra as mulheres.

Por fim, o sétimo capítulo "O raciocínio geográfico feminista para a promoção da vida das mulheres" nos oferece uma visão de conjunto sobre o pensamento geográfico construído ao longo da pesquisa. Resgatando a importância de uma "Geografia para as Sujeitas," faço o convite para nomear e honrar a memória das vítimas de feminicídio, incluindo a morte de mulheres como uma agenda de luta e pesquisa, especialmente no campo da Geografia da Saúde.

A estrutura da Tese

Ao longo dos sete capítulos interligados, a tese se configura como um convite à reflexão, conscientização e ação. A condução da pesquisa, ancorada no realismo crítico e no feminismo, orientou a escolha da estrutura de exposição, culminando na ordem 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7.

Optei por iniciar com as histórias de mulheres que sobreviveram ao feminicídio. Acredito que ao sensibilizar a partir do cotidiano, o texto estabelece o ponto de partida real. Nos capítulos seguintes, os levantamentos jurídicos e teóricos são articulados com dados quantitativos sobre assassinatos de mulheres, cujo título reflete a busca da tese: "Romper o Silêncio e o Anonimato sobre o Feminicídio". O texto prossegue com análises de políticas públicas especializadas em mulheres vítimas, em diversas escalas, partindo também da escala do meu corpo, como mulher, feminista, professora, pesquisadora e militante.

Todos os cinco capítulos conectam-se à teoria, método e metodologias feministas, apresentados nos capítulos 06 e 07, que abordam o significante e o significado: "Feminicídio como Fenômeno Geográfico Silencioso". O capítulo 07 foi redigido por último, respeitando o processo de produção da pesquisa fundamentado na produção do raciocínio geográfico feminista como *práxis* militante. Este último capítulo aborda o cerne do trabalho, pois, como afirmou Armando Corrêa da Silva (1979, p. 15), "Fecha-se a sequência da lógica geral deste livro: o discurso ontológico se põe como epistemologia; o método é a mediação para a rediscussão do objeto, que retorna ao discurso ontológico, através da epistemologia".

A estrutura da presente tese faz referência à tese de livre docência de Armando Corrêa da Silva, intitulada "Cinco Paralelos e Um Meridiano: Contribuição ao Discurso Geográfico Teórico", defendida na Universidade de São Paulo em 1979. Optou-se por seguir a ousadia de Armando Corrêa da Silva, que permitiu a leitura através da permutação na ordem dos capítulos, desafiando os "cânones acadêmicos". No entanto, essa decisão teve um custo elevado na época, resultando na reprovação de sua tese pela banca.

A configuração da exposição da ordem dos capítulos foi extensivamente debatida durante as bancas de qualificação e defesa, a conclusão foi que: essa tese, assim como de Armando, permite a permutação na leitura entre os capítulos e a ordem de exposição é escolha política-geográfica da autora.

Desta forma, a escolha da ordem de leitura dos capítulos é livre. Embora a sequência de exposição da tese tenha sido pensada para posicionar-me no discurso geográfico teórico. Porém, evidencio que a ordem de escrita dos capítulos que refletiu a cronologia do processo da pesquisa de doutorado é 6, 3, 4, 5, 2, 1, 7.

Para aquelas pessoas que buscam uma abordagem convencional na estrutura de exposição de tese, sugere-se a sequência 7, 6, 1, 2, 3, 4, 5. Enquanto as interessadas nas políticas públicas podem optar por 2, 3, 4, 5, 6, 1, 7.

Boa Leitura!

Aviso:

Quero informar que o capítulo a seguir abordará histórias de mulheres que sobreviveram à violência feminicida. Este conteúdo pode conter relatos de violência perturbadores para algumas pessoas. Se você acredita que pode ser sensível a tais histórias ou sentir gatilhos emocionais ao lê-las, recomendo que tome isso em consideração antes de prosseguir, pois o relato de experiências traumáticas pode ser desafiador. Estamos compartilhando essas histórias, eu e as colaboradoras dessa pesquisa, com o objetivo de criar conscientização em relação às experiências das mulheres que enfrentaram a violência!

CAPÍTULO 01:

**PESQUISA QUALITATIVA:
PRÁXIS DE UMA ESCUTADEIRA FEMINISTA
OS ENCONTROS COM AS MULHERES
ENTREVISTADAS**



Capítulo 01- Pesquisa Qualitativa: *práxis* de uma Escutadeira Feminista

A abordagem político-metodológica feminista tem desempenhado um papel fundamental na compreensão das interseções entre saúde, gênero e violência. Isabel Dyck (2003), Natália Alves et al. (2019) enfatizam a importância de adotar perspectivas feministas que coloquem as experiências das mulheres no centro da análise de saúde. Essa abordagem reconhece que as mulheres enfrentam inúmeras violências, muitas vezes silenciadas, como resultado das estruturas patriarcais que perpetuam a subordinação feminina.

O silêncio, como observado por Débora Diniz e Ivone Gebara (2022), é um poderoso indicador da dor que as mulheres suportam sob o jugo do patriarcado. No entanto, a pesquisa qualitativa nos ensina que a verdadeira compreensão só emerge quando as vozes são escutadas. Como ressaltai anteriormente, na pesquisa qualitativa, é no encontro com as participantes que o silêncio pode ser desvendado, e as narrativas reveladoras da dor podem ser capturadas (Carolina SIMON, 2020).

A escolha da metodologia qualitativa, baseada em relatos de vida, revelou-se crucial para permitir que as participantes compartilhem suas experiências, cotidianos e intimidades (Maria PAULILO, 1999). Essa abordagem oferece uma janela para as realidades complexas das mulheres, levando em consideração variáveis como cultura, classe, política, raça, idade entre outros marcadores que moldam suas experiências de saúde e violência.

Cecília Minayo (2012) destaca a importância de abordagens qualitativas para compreender as diferenciações e complexidades das relações sociais que afetam a saúde. Ela argumenta que a metodologia é mais do que um conjunto de técnicas; é a alma da teoria, ligando-se às concepções teóricas que fundamentam a pesquisa. A pesquisa qualitativa, portanto, oferece não apenas ferramentas analíticas, mas também uma compreensão mais profunda da realidade vivida pelas mulheres.

Através da pesquisa qualitativa é possível acessar “a geografia que acontece na vida das mulheres” (Mateus PEDROSO et al, 2022). Neste contexto, a escolha da história oral como método de pesquisa se mostra acertada. A história oral vai além de uma entrevista

semiestruturada, permitindo a recuperação da memória individual e coletiva das colaboradoras da pesquisa. Isso é fundamental para compreender a relação entre as experiências das mulheres, sua identidade feminina e as questões de gênero e saúde-doença. Em última análise, a pesquisa qualitativa, especialmente através da história oral, escuta a voz das mulheres e valida suas experiências, contribuindo para uma compreensão mais completa das complexas interações entre saúde, gênero e violência.

A pesquisa de doutorado já se iniciou com a necessidade de ir além de “ouvir a voz das sujeitas”. Mais que “coletar dados, organizá-los e fazer as análises” era preciso compreender os silêncios, pois essa tese pretende trazer à luz as dores, geradas pela violência, principalmente doméstica, como resultado e resultante do sistema cis-hetero-patriarcal racista, o qual é estrutural e estruturante na história de opressão das diferentes mulheres latino-americanas, e por consequências brasileiras (Carolina SIMON, 2020).

Há quase uma década tenho trabalhado com histórias de vida, principalmente de mulheres, buscando nas falas e nos silêncios as resistências dos contraespaços feministas (Carolina SIMON, 2014, 2020, 2021). Neste processo, pude compreender que escutar é mais que ouvir. Escutar é uma condição essencial para imaginar uma nova sociedade, longe do sofrimento causado pelo silenciamento de violências de gênero (Débora Diniz e Ivone Gerbara, 2022). Segundo Débora Diniz, no capítulo Ouvir do livro Esperança escrito em conjunto com Ivone Gebara:

*A prática da escuta é sempre incompleta, pois ela necessita nos deslocar das certezas do vivido. Por isso, **a escuta feminista sempre será incômoda**. Mas o que escutamos e nos transforma em feministas? Escutamos as verdades das mulheres fora dos dogmas do patriarcado; escutamos a criatividade, a paciência, a coragem e a sobrevivência de mulheres submetidas a um regime de poder cruel que as discrimina, oprime e mata [...] (Débora DINIZ, 2022, p. 23- **grifo meu**).*

Depois de muito ouvir as mulheres passei a escutá-las, fora dos dogmas do patriarcado, e, assim, passei a ter o (re)conhecimento da necessidade de afetos para a escuta, me tornei uma *escutadeira feminista* (Débora DINIZ e Ivone GERBARA 2022). O processo de me tornar uma escutadeira feminista foi permeado pelo processo de assombramento do efeito do patriarcado na vida de diversas mulheres que ouvi, e, ao analisar seus relatos de vida, não acolhi mais o silêncio da obediência em mim mesma (Carolina SIMON, 2022).

Foi neste contexto de desobediência feminista, rompimento de metodologias de fronteiras e limites da Geografia, que a pesquisa de doutorado se iniciou. Mais do que buscar relatos orais, fui atrás dos *testemunhos* das mulheres que sofreram tentativas de feminicídio e foram acolhidas em Casas Abrigo pelo país, pois tinha como princípio que: “o testemunho é uma pronuncia contra o silêncio e, por isso mesmo, uma fala de valentia” (Débora DINIZ e Ivone GEBARA, 2022, p. 246).

Escolhi o testemunho, pois algumas dessas mulheres prestaram *depoimentos* em delegacia, contaram seus *relatos* de vida e de formas de acolhimento de outras mulheres em meios de comunicação, como por exemplo jornais, telejornais, rádios entre outros meios. Essas mulheres, já rememoraram a violência sofrida de diversas formas, mas nem sempre seus *testemunhos* de sobrevivência foram escutados.

Com os testemunhos das mulheres eu consegui (re)construir memórias, individuais e coletivas, sobre a violência de gênero, principalmente sobre o fenômeno do feminicídio e como reconstruir a vida após esse trauma, literalmente violento. As tentativas de feminicídio são marcas profundas e para acessá-las faz-se necessário envolvimento, o que exige conexão, tanto da entrevistada quanto da pesquisadora.

Todos os testemunhos de todas as participantes foram carregados de emoções, sentimentos de sofrimento reflexo da *dor*, causada pela violência misógina – expressadas principalmente pelos silêncios, como momentos fugazes da entrevista. O silêncio é um grande enunciador da dor (Eni ORLANDI, 2007).

Como ressalta Edward Thompson, “as pessoas experimentam suas experiências com o sentimento e lidam com esse sentimento na cultura” (1981, p.234) e a reflexividade é o fruto do tratamento dessas informações, mas, principalmente, da ação, pois o tempo estrutura a nossa consciência e “[...] Ficar em silêncio pode ser um modo precioso de permitir que um informante pense um pouco mais, e de obter um comentário adicional” (Edward THOMPSON, 1981, p. 271).

Para que eu possa acessar os testemunhos de sobrevivência das mulheres, elas precisam acessar a memória do passado, a qual tem a cara que o presente lhe atribui. Como exemplifica Thompson, quando queremos compreender a trajetória de vida de alguém devemos estar atentas as pessoas, “exatamente o modo como fala sobre ela, como a ordena, a que dá

destaque, o que deixa de lado, as palavras que escolhe, é que são importantes para a compreensão de qualquer entrevista” (Edward THOMPSON, 1992, p. 258).

Os testemunhos de sobrevivência das mulheres, que quase sofreram feminicídio, e das mulheres que trabalham no acolhimento de mulheres que sofreram violência, transformaram-se rapidamente em narrativas de sororidade e, foram analisados, também, com as lentes do conceito de dororidade. Sororidade vem de *sóror*- irmãs e dororidade vem de *dolor*. Segundo a definição da antropóloga mexicana Marcela Lagarde (2009):

Sororidad/ soridad/ sisterhood: pacto político de gênero entre mulheres que se reconhecem como interlocutoras. Não há hierarquia, mas um reconhecimento da autoridade de cada uma. Baseia-se no princípio da equivalência humana, valor igual entre todas as pessoas porque se o seu valor é reduzido pelo efeito de gênero, o próprio gênero também é reduzido. Ao hierarquizar ou atrapalhar alguém, perdemos todas e todos. Em ocasiões, a lógica patriarcal nos impede de ver isso (Marcela LAGARDE, 2009, p. 03 - tradução minha).

Vilma Piedade posiciona-se e define: “Dororidade, pois, contém as sombras, o vazio, a ausência, a fala silenciada, a dor causada pelo Racismo. E essa Dor é Preta” (2017, p. 16). Afirma, então, que existe uma dependência entre sororidade e dororidade, pois o feminismo promove a sororidade e é ancorada pela irmandade entre nós mulheres, mas que não basta para a mulher preta. Logo, um conceito depende do outro, mas “Dororidade carrega no seu significado a dor provocada em todas as mulheres pelo machismo” (2017, p. 17). Para a autora o que une nós, todas as mulheres, é a dor causada pelo machismo e dororidade não tem a intenção de substituir a sororidade e, sim, uma intenção dialógica. Sendo assim, esta nova perspectiva filosófica feminista intersecciona a dor de opressões: gênero, raça, classe (Carolina Simon, 2021). Desta forma, a análise dos testemunhos proposta nessa pesquisa é plural e ancora-se, também, em um diálogo com diferentes mulheres em diferentes lugares que foram vítimas de violência.

Conforme pontua a filósofa feminista Judith Butler (2015), a narrativa é um processo de subjetivação e de reinterpretação. A filósofa Marilena Chauí (1995) complementa e explicita que a memória recorda, muitas vezes, o que se gostaria de esquecer. Mas, através das entrevistas, as mulheres participantes deixaram explícito que lembrar-se e narrar-se é subverter a história já contada através da desobediência feminista (Débora DINIZ e Ivone GEBARA, 2022).

Assim, as entrevistas foram a principal metodologia qualitativa, para acessar as memórias das mulheres e foram guiadas através de procedimentos geradores de narrativas.

Busquei, articular as narrativas de vida e as narrativas episódicas das entrevistas. As narrativas de vida buscavam, principalmente, os testemunhos de quase morte de mulheres que sofreram com tentativas de feminicídio, tendo sido encaminhadas ou não para uma Casa Abrigo.

Com a necessidade de aprofundar as análises sobre a Casa Abrigo do Oeste Paulista, foram utilizadas entrevistas episódicas com as mulheres que idealizaram a política e, também, que trabalham no serviço. A **entrevista episódica** visava captar a experiência das sujeitas no processo de construção e consolidação da Casa Abrigo do Oeste Paulista, pois essas mulheres participaram ativamente da luta pelo equipamento especializado e tinham um domínio dos fatos, que foram lembrados na forma de conhecimento narrativo-episódico buscando abordar elementos do conhecimento cotidiano, pois “[...] Em diversos domínios, a entrevista episódica facilita a apresentação de experiências em uma forma geral e comparativa, ao mesmo tempo em que assegura que essas situações e episódios sejam contados em sua especificidade [...]” (Ewe FLICK, 2009, p. 172).

As mulheres que testemunharam a morte foram entrevistadas através da **entrevista narrativa**. Nesta perspectiva as mulheres contaram a história dos episódios de tentativas de feminicídio, vividos por elas e por conhecidas, elencando todos os eventos relevantes, do início ao fim, como proposto por Harry Hermanns (1995). Porém, a narrativa assume caráter de independência no testemunho, pois as mulheres narram suas experiências de suas vidas analisando e incorporando teorias que sabem sobre a violência contra elas mesmas.

Como apresenta Shutze (1976) na narrativa retrospectiva de experiências, os eventos da história de vida são relatados, por princípio, na forma como foram vivenciados pela narradora enquanto atriz, de forma que, as narrativas pouco preparadas ou improvisadas apresentam eventos que em conversas outras ou em entrevistas convencionais não se comentaria, devido sua consciência de culpa ou vergonha. Assim,

“o que foi lembrado, como foi narrado, em que circunstância foi evocado o fato - tudo isso integra a narrativa, que sempre nasce na memória e se projeta na imaginação, que, por sua vez, se materializa na representação verbal que pode ser transformada em fonte escrita” (José MEIHY, 2002, p. 52).

As mulheres narraram sua vida através do movimento de reconstruções frente à violência sofrida. Sendo assim, foi necessário total atenção a ordem dos fatos contados para reconstrução da narrativa, pois saltos temporais foram comuns e, “é na linearidade construída

através dos acontecimentos que ela considera significativos, que podemos desvendar as relações com os membros da sociedade global” (Maria Queiroz, 1988, p. 20-21).

Desta forma, em um primeiro momento, eu perguntava se a entrevista poderia ser gravada e informava sobre o termo de consentimento, explicando como estes instrumentos eram necessários para que suas histórias fizessem parte desta pesquisa. Logo após, eu me apresentava e a apresentava à pesquisa trazendo “uma pergunta gerativa de narrativa” (Riemann e Schütze, 1991, p.353), estimulando a narrativa principal sobre a vida dessas mulheres.

Foi notório que as mulheres se sentiram livres para me contarem suas vidas através de eventos detalhados da maternidade e apresentaram a violência e o feminicídio como eventos vividos diversas vezes. Depois de escutá-las atentamente, eu fazia perguntas para me aprofundar na ordem cronológica dos eventos vividos. Nos últimos momentos das entrevistas, na “fase de equilíbrio”, proposto por Harry Hermanns (1995), eu fazia perguntas visando relatos teóricos sobre o que aconteceu e me foi dito, nesta fase, as mulheres falavam como especialistas, teóricas de si mesmas.

Os encontros com as mulheres entrevistadas

As mulheres que participaram desta pesquisa foram apresentadas a mim por diversos caminhos e encruzilhadas. Por amigas, conhecidos da universidade, do templo de Umbanda, dos equipamentos especializados e por articulações políticas realizadas para a implementação da Casa Abrigo do Pontal do Paranapanema - SP. No momento de encontro com as entrevistadas elas já chegavam sabendo da temática central da pesquisa e, queriam contar seus testemunhos de sobrevivência, contribuindo para pesquisa, com a prerrogativa de que ao contarem suas histórias ajudariam outras mulheres a não passarem, ou saírem, da situação de violência, antes que morressem assassinadas brutalmente.

Maria Helena- o encontro institucional

Eu conheci Maria Helena em reuniões virtuais para articulação da Casa Abrigo do Oeste Paulista. Fomos apresentadas em abril de 2021. Apesar de meses de encontros com reuniões quase que semanais de articulação do abrigo, somente em fevereiro de 2022 aconteceu nosso encontro virtual para gravar a entrevista para essa tese.

A entrevista foi realizada após oito meses em que a Casa Abrigo começou a funcionar e, com a técnica da entrevista episódica, já foi possível constatar resultados positivos. Mulheres que chegaram com traumas e medos têm conseguido superá-los e seguir adiante com suas vidas. O trabalho desenvolvido pela equipe da casa tem mostrado seu potencial transformador, proporcionando uma nova perspectiva e um ambiente seguro para que essas mulheres se fortaleçam e sigam em busca de uma vida livre da violência.

Maria revela que tem 60 anos, é mãe, avó, assistente social e militante. Ela demonstra amor e dedicação ao trabalho na Casa Abrigo, ressaltando que não consegue se ver fora desse contexto de luta pela vida das mulheres. Ela é a atual coordenadora da Casa Abrigo do Oeste Paulista, foi contratada para o cargo pela Associação “O Amor é a Resposta”, que gerencia os recursos enviados pelo Estado e municípios consorciados¹⁷.

[...] Eu falo porque a gente precisa ser militante, não ser só profissional. Porque eu posso ser assistente social de formação e ter um outro viés de ação. Então, quando eu entendo que eu preciso, isso vem desde o processo de formação, de passar por todo esse processo de luta mesmo. Embora não está na execução, está na gestão de algum equipamento, isso é natural da gente. Mulher que traz, falando da Maria Helena, mulher que traz esse espírito de luta, de cuidado, de estar junto, de querer fazer, na construção de vida. A vida me fez assim, a vida me trouxe isso, sou grata por tudo[...] (Maria Helena, entrevista realizada em 17/02/2022).

Durante a entrevista, deixei explícito o meu compromisso ético em preservar a identidade das participantes e trabalhadoras do Abrigo, uma vez que se trata de um equipamento que demanda sigilo. Enfatizei que a gravação seria utilizada exclusivamente para transcrições e análises, respeitando a confidencialidade das informações compartilhadas. Porém, ela fez questão de usar seu nome,

Muita gente me conhece, alguém tem que dar a cara, alguém tem que falar o que é esse equipamento, alguém tem que colocar o que é que esse equipamento está fazendo e dizer pra você, mulher, você não está sozinha, vamos juntas” (Maria Helena, entrevista realizada em 17/02/2022).

¹⁷ No capítulo 04 será explicada a Casa Abrigo e o papel de Maria Helena dentro da Associação.

Maria compartilhou sua história e seu envolvimento com a Casa Abrigo. Ela contou que seu vínculo mais efetivo começou em abril de 2021, quando foi contratada para trabalhar como coordenador. Porém, já acompanhava o histórico dessa demanda devido ao seu trabalho na assistência social no município, o que a tornava familiarizada com a questão da violência contra a mulher. Ela já assumiu a Secretaria Municipal de Assistência Social (SAS) em 2016¹⁸ e já foi presidenta do antigo Conselho Municipal da Condição Feminina de Presidente Prudente em 2011.

Desta forma, ela já havia participado de reuniões e recebido solicitações do grupo que liderava a proteção e apoio às mulheres vítimas de violência, principalmente das articulações da Rede Mulher de Presidente Prudente - SP¹⁹, e por todo esse histórico, participou da ativa organização de diversos Fóruns Municipais de Enfrentamento à Violência Contra Mulher.

Por isso, no nosso encontro virtual ela enfatizou as transformações do serviço de assistência social do município, como a mudança do Centro de Referência de Atendimento a Mulheres (CRAM) em CREAS (Centro de Referência Especializado de Assistência Social) de Atendimento a Mulheres Vítimas de Violência. Essa mudança ocorreu em 2009, quando o município de Prudente precisou reorganizar sua política de atendimento às mulheres. A fragmentação dos serviços, com estruturas específicas para mulheres, crianças e outros grupos, foi uma das consequências dessa transformação.

Ao longo da entrevista, lembrou o momento em que o município foi provocado pelo Estado, por volta de 2014, a começar a pensar no acolhimento adequado para mulheres vítimas de violência. Anteriormente, as mulheres que necessitavam de abrigo em Prudente eram encaminhadas para fora do município, buscando o apoio de familiares, ou eram acolhidas em um serviço de acolhimento para pessoas em situação de rua, chamado SAPRU²⁰. No entanto, Maria enfatizou que o SAPRU não era capaz de garantir a segurança e oferecer uma equipe especializada para atender às necessidades das mulheres. Diante dessa realidade, iniciou-se uma luta por um local apropriado para acolher essas mulheres em Prudente.

Notícia sobre o cargo de secretária:

[G1 - Novos secretários assumem como interinos em Presidente Prudente - notícias em Presidente Prudente e Região \(globo.com\)](#)

¹⁹ A Rede Mulher é uma rede de enfrentamento a violência do município de Presidente Prudente - SP, será apresentada no capítulo 04.

²⁰ Serviço de Acolhimento para Situações de Rua em Presidente Prudente

No entanto, o município não dispunha de recursos suficientes para implantar o serviço sozinho, pois trata-se de uma iniciativa dispendiosa. Durante a entrevista, foi esclarecido que atualmente o custo médio desse serviço gira em torno de R\$ 36 mil, levando em consideração toda a estrutura necessária para seu funcionamento. Além disso, discutimos a importância da regionalização desse tipo de serviço, envolvendo a participação da DRADS, Diretorias Regionais de Assistência e Desenvolvimento Social, e o cofinanciamento do Estado. No decorrer da conversa, ficou evidente o papel fundamental dos grupos na mobilização e militância feminista para a criação da Casa Abrigo em Presidente Prudente no ano de 2020.

Outro tema discutido é a relação entre sigilo e anonimato na Casa Abrigo. Nós concordamos que a casa deve ser sigilosa para proteger as mulheres que buscam ajuda, mas não pode ser anônima. É fundamental que as mulheres saibam da existência dessas casas para que possam buscar apoio. O anonimato dificultaria o acesso aos serviços e impediria que as vítimas de violência conhecessem seus direitos e as opções disponíveis para elas. Ainda sobre estratégia de sigilo, Maria compartilha sua experiência de proximidade com outras Casas Abrigo, mencionando a “Fala Mulher” em Curitiba e a Casa de São José do Rio Preto. Ela mantém contato com coordenadoras dessas casas, trocando informações e aprendendo com suas práticas.

Ela evidencia que a Casa Abrigo é projetada para ser um local sigiloso, com um sistema de segurança e monitoramento que garante o sigilo de seu endereço, inclusive para a polícia militar e outros equipamentos da rede de proteção. A comunicação com os parceiros da rede ocorre por meio de um telefone celular disponibilizado exclusivamente para esse fim. Para que esse sistema funcione adequadamente, cada município precisa se organizar e montar sua micro-rede de atendimento, estabelecendo um fluxo de encaminhamento das mulheres em situação de violência. Essa entrevista revelou a importância de uma rede de apoio bem estruturada e ágil para garantir o acolhimento seguro e eficiente das mulheres em situação de violência.

Durante a entrevista, explicou o processo de acolhimento das mulheres em situação de violência, desde o momento em que a vaga é disponibilizada até a chegada da mulher ao local de acolhimento, que atualmente é a sede da organização “Amor é a Resposta”. Nesse sentido, a equipe da Casa Abrigo trabalha individualmente com cada mulher, identificando suas necessidades específicas e incluindo-as em serviços terapêuticos e educacionais.

O objetivo é proporcionar a elas oportunidades de desenvolvimento e empoderamento²¹, buscando a reintegração saudável e autônoma na sociedade. Maria compartilhou exemplos impactantes do trabalho realizado e enfatizou que tudo que é feito na Casa Abrigo é importante:

Porque quando a mulher sai do anonimato, que é o que falamos esses dias, ontem saiu a entrevista na TV Fronteira, então, quando ela percebe que aquilo que está lhe acontecendo é uma violência e que ela não pode ficar naquela violência, quando ela quer romper esse ciclo, ela precisa pedir ajuda. Quando ela pede ajuda e que ela aceita vir com o equipamento desse, acho que aí nasce uma nova criatura (Maria Helena, entrevista realizada em 17/02/2022).

A Casa Abrigo busca ir além do acolhimento, proporcionando condições dignas para que as mulheres reconstruam suas vidas. É gratificante para a equipe quando escutam relatos como o de uma mulher que, após o acolhimento, pôde tomar banhos adequados, cuidar de sua higiene pessoal e desfrutar de refeições saudáveis, aspectos básicos que antes lhe eram privados. Essas conquistas são vistas como um sinal de sucesso do trabalho realizado. No geral, a entrevista revela a dedicação e a motivação de Maria em seu trabalho como coordenadora, buscando fortalecer as mulheres atendidas, proporcionar um ambiente acolhedor e empoderador²², além de estimular a mudança de suas realidades. Suas palavras me inspiram, mostra a importância de continuar lutando pela causa das mulheres.

Carla - o encontro pela notícia

O meu encontro com Carla foi promovido pelo seu filho. Ele é meu colega de pós-graduação e atualmente cursa o Mestrado em Geografia na UNESP. No dia 20 de junho de 2022 saiu uma notícia, no site da faculdade, que contava sobre a minha participação na implementação da Casa Abrigo de Presidente Prudente - SP. A notícia foi enviada em um grupo de discentes da pós-graduação, ele comentou no grupo que achava a temática relevante porque a mãe dele tinha passado pelo equipamento e me parabenizou. Mandeí uma mensagem no privado, perguntando se ele achava possível a mãe dele me conceder uma entrevista, ele falou

²¹ O debate sobre o empoderamento na Casa será feito com mais detalhes no capítulo 04.

²² Para saber mais sobre o conceito de empoderamento recomendo a obra BERTH, Joice. Empoderamento. Pólen Produção Editorial LTDA, 2019.

que tentaria, mas deixou explícito que ela não falava muito sobre esse momento da vida dela. Ele conseguiu, me passou o número dela e marcamos, algumas vezes, até que no dia 06 de julho, aconteceu nosso encontro virtual.

Ela é mãe de duas pessoas, um homem e uma mulher, ambos já formados na universidade. Hoje, aos 40 anos, ela é universitária e cursa direito. Carla aos 28 anos, passou uma semana na Casa Abrigo da Mooca, em São Paulo- SP, junto de sua filha que na época tinha seis anos, após fugir do pai dos filhos. Os momentos que ela descreveu as cenas de violência foram poucos e fugazes, o desconforto de rememorar era evidente, e ela deixa explícito que:

Se eu pudesse apagar, eu apagava, mas a gente não... Não conseguia. Então, fica como experiência, né? Eu conto para quem precisa ouvir. Eu não fico expondo isso. Se tem uma mulher passando por esse problema, eu conto para que sirva de conforto. Um conforto para ela, né? Um conforto de que existe, sim, uma saída, mas que essa saída depende muito dela mesma. (Carla, entrevista realizada em 20/06/2022)

Carla sofreu diversos tipos de violência, física, psicológica, patrimonial e tentativas de feminicídio. Apesar de não entrar em muitos detalhes sobre as agressões que sofreu, ela rememora histórias de outras mulheres. Começa já demonstrando como a situação é atual com notícias de jornais sobre feminicídio e, ao longo do testemunho de sobrevivência, ela conta histórias de mulheres que ela conheceu no abrigo.

Lá nesse abrigo tinha uma mulher com duas crianças, o menininho, ele não falava, por que? Por causa das agressões com o pai, ele não falava. Eu fazia perguntas para o menininho, ele não respondia, de tanto medo. E aquilo me marcou também. Quando você vai conversar com essas mulheres, você fica aterrorizada com as histórias. Teve uma mulher que o rapaz batia na cabeça dela, com a tampa da panela de pressão, com aquele bico. Então agredia muito a mulher. (Carla, entrevista realizada em 20/06/2022).

Ao apresentar essas outras histórias, que se parecem em muitos pontos com a sua, ela inicia um processo de reflexão sobre o que é ser mãe, e também, sobre o que é ser mulher. Demonstra como, após quase 20 anos de passagem pelo abrigo, ela ainda se atualiza sobre as questões da violência e do feminismo junto a convivência com sua filha.

A pergunta vem de nós mesmas. Por que eu passei por tudo isso? E realmente, essa pergunta eu não consigo responder. Porque é algo que fez parte da minha vida. Não teve uma razão assim... Até chega um pouco a fazer mal para a gente, porque não tem um motivo. Isso não tem um motivo. Eu passei por ser mulher. Simplesmente por isso. É o que eu vejo. Eu passei por tudo isso porque eu sou mulher. E, sendo mulher, aí a gente é vista de diversas formas. A gente é vista com a lente daquele próximo. Então, aquele próximo pode achar muitas coisas de você. É isso. Eu nunca fui uma pessoa de sair, de ficar. Mas nem isso é razão. Eu vejo hoje que as meninas... E daí? Se você sair também? Mas, realmente, para a agressão, não tem justificativa. Nada justifica. Independente do que a pessoa faça, nada justifica aquilo. Então, é realmente uma questão da mulher ficar mais consciente em relação... Se ela identificar esse traço agressor no homem, para que ela se afaste, termine aquele relacionamento, porque não dá certo. Não dá certo. Não tem melhora. Não existe melhora. A pessoa é daquele jeito e acabou. É só você, o que te resta é você sair daquilo. (Carla, entrevista realizada em 20/06/2022).

Por diversos momentos da entrevista ela apresenta a terceira pessoa, fugindo do EU, demonstrando o quanto foi, e ainda é, difícil conviver com a perseguição do agressor, que foi preso por três meses por violência contra à mulher, e que somente depois da prisão dele e que ela foi para a Casa Abrigo, que ela conseguiu reestruturar a vida e que ele continua vivendo no ciclo da violência para com outras mulheres.

A importância do abrigo vai ser explorada em detalhes ao longo da pesquisa, pois ela narra esse espaço mais que uma casa, mas como um **LAR**, como um lugar bom, solidário e necessário para que a mulher “suma”, para que o agressor não encontre essa mulher e, também, como um espaço de conscientização. Ela acredita e enfatiza que se as histórias de violências, mas principalmente de superação, forem contadas elas podem inspirarem podemos ajudar outras mulheres a sair da violência.

Estou contente de poder estar falando, contar a minha história, porque eu sei que eu quero muito poder ajudar de alguma forma, porque é uma dor e eu acredito que quando a gente consegue ressignificar qualquer dor que a gente passe, isso faz todo sentido, seria isso... Então, se eu passei essa dor e através disso eu conseguir ajudar alguém ali, [...], alguém pode ouvir e fazer sentido para ela, e isso vai me deixar muito feliz, aí a gente vê o que vale a pena na vida de verdade (Carla, entrevista realizada em 20/06/2022).

Carla fez questão de usar o seu nome e assinou o termo de compromisso para que seu nome aparecesse. Usar o próprio nome para Carla é uma forma de **sororidade**, uma forma de

agradecer diversas mulheres que a ajudaram sair da violência, ir para um Abrigo e reconstruir sua vida.

Pode usar o meu nome. Porque hoje eu curso Direito, né? Então, faz parte até do meu profissional hoje. E eu faço questão, sabe por quê? Eu nunca tive oportunidade de agradecer também. Todas essas pessoas, agradecer a minha advogada. Eu nunca mais encontrei essas mulheres que estão no abrigo. Nunca mais eu vi. A juíza, o promotor que pediu para... Assinou lá para que ele fosse preso. Nunca mais eu vi. Eu não sei se essas pessoas têm a noção desse gesto. É um gesto (Carla, entrevista realizada em 20/06/2022).

Este encontro foi o único que eu consegui com mulheres que passaram pelo equipamento Casa Abrigo. Carla foi extremamente corajosa ao me contar sobre o abrigo e sobre a sua vida, me apresentando diferentes momentos da sua vida e de seu filho e filha, me permitindo reconstruir a linearidade dos acontecimentos e foi extremamente solícita em toda a entrevista.

Ela apresenta reflexões profundas sobre como poderia ser a questão da punição dos agressores, e explicitou como ele não mudou. Falou como especialista de si e deu conselhos para as mulheres saírem da violência. Apesar da dor e da vergonha que ela enuncia em seus testemunhos, ela demonstra a superação do medo como um caminho para o apoderamento das mulheres.

Isabela - o encontro espiritual

O que aconteceu comigo e com a Isabela foi um verdadeiro encontro espiritual. Fomos apresentadas em um encontro promovido pelo Pai Flávio de Oxóssi, babalorixá que cuida de minha espiritualidade no Templo de Umbanda: Axé Abassá de Oxóssi e Ogum. Isabela buscava acolhimento espiritual junto as entidades da Umbanda e, após ser atendida pelo babalorixá, foi marcado um trabalho para ela nas linhas das forças e energias das Pombagiras, e eu, como médium da casa, fui chamada para ajudar.

É importante ressaltar que Pombagira é uma entidade onde se mimetiza o poder e os sentimentos femininos. É a memória de mulheres, mães, meninas que sofreram violências patriarcais extremas. Essa entidade é cultuada como uma figura empoderadora para as mulheres, que muitas vezes são oprimidas em sociedades patriarcais. Por meio de suas energias,

a Pombagira ajuda as mulheres a encontrar sua voz e a tomar decisões importantes em suas vidas. Ela é, frequentemente, convidada ao terreiro para ajudar as pessoas em assuntos amorosos, financeiros ou de saúde. Dentro da cultura de terreiro, Pombagira é uma guardiã dos mistérios da vida e da morte, e ela pode ajudar a proteger as pessoas de energias negativas ou espíritos malignos.

Foram horas de trabalho. Quando tudo acabou, a Pombagira que comanda a casa - Dona Rosa Branca, me chamou e falou que eu tinha seu *axé*²³ para conversar com a Isabela, que ela tinha muito o que me contar para o meu “trabalhador” e que *ao circular a energia da vida, ela tinha planejado para que acontecesse nosso encontro e, assim, pudéssemos nos ajudar, para ajudar as mulheres que sofrem nessa terra!*

Assim fiz. Me sentei ao lado de Isabela, e enquanto ela organizava sua bolsa para ir embora, pedi licença e contei o que a Pombagira me falou. Apresentei o tema dessa pesquisa e disse que trabalhava com feminicídio. Sem nem mesmo terminar de falar sobre a pesquisa, ela me interrompeu e disse: *“Eu vi a morte, várias e várias vezes, posso te contar minha história e você pode contar na pesquisa para eu ser ouvida”*.

Trocamos nossos números de telefone. No dia seguinte ela me mandou uma mensagem, perguntando se eu não iria ouvir a história dela e marcamos nosso encontro virtual, pois ela já não estava mais em Presidente Prudente - SP e não tinha previsão de quando voltava. Até o nosso encontro virtual eu não sabia nada sobre ela ou sobre os porquês a Pombagira tinha promovido nosso encontro.

Naquele momento, do nosso encontro espiritual, eu já tinha desistido de encontrar relatos de mulheres que sofreram violência, pois eu buscava me encontrar com mulheres indicadas pelos serviços de Acolhimento Institucional e os serviços não facilitaram o contato com essas mulheres. Foi somente depois de ouvir a história da Isabela que pude compreender que: é preciso saber, também, a história daquelas que o Estado não sabe, pois se elas não foram para o acolhimento elas não tiveram suas histórias contadas, elas foram silenciadas.

Isabela é um codinome, escolhido pela entrevistada, *“é o nome de guerra”*. Ela tem 31 anos, é mãe de duas crianças, uma menina de dez anos e um menino de nove anos. Teve uma

²³ "Axé" é uma palavra de origem africana que significa "força" ou "energia". Além disso, a palavra "axé" também é usada como uma saudação ou um desejo de boa sorte e positividade.

infância violenta, vem de uma situação de extrema vulnerabilidade social. *“Eu já vim de uma vida fodida, sofrida, porque na minha infância também, meus pais usavam droga, era muita briga” (Isabela, entrevista realizada em 20/12/2022).*

Ela conta em sua história como teve dois relacionamentos com homens *tóxicos e violentos*. Sofreu diversas violências de gênero, rememora cenas de violência psicológica, violência doméstica, violência patrimonial, agressões físicas com cenas marcadas de murros e ponta pés, em diferentes momentos das duas relações, inclusive quando estava grávida. Ela também conta, em detalhes, de quando foi sequestrada e levada para um motel. Narra episódios de diversas violências, inclusive de tentativas de feminicídio, com disparos de arma de fogo.

Os dois homens com quem, infelizmente, a vida de Isabela se entrelaçou são ex-presidiários. O primeiro foi preso quando ela estava grávida da primeira filha, mas não foi pelo motivo da violência contra a mulher. Depois de muitos meses indo visitá-lo na cadeia, ela acabou tendo uma sequência de suspensões (ganchos) sendo impedida de entrar na cadeia, a mesma onde estava preso seu irmão. Assim, começou a visitar o irmão e a se distanciar do primeiro marido, conhecendo, assim, o pai do seu segundo filho nas visitas que fazia ao presídio de Marília - SP.

Eu não sei qual dos dois ganha a disputa, pra ver quem que acabou comigo mais. Eu não sei qual dos dois. É o mesmo perfil de violência, né? É o mesmo perfil. É, muda pouca coisa. Mas os dois eram violentos, gostavam de bater (Isabela, entrevista realizada em 20/12/2022).

Apesar de sua vida ter sido, por muitos anos, assombrada pela violência contra a mulher, hoje Isabela conseguiu sair da *“montanha russa”* - expressão que ela usou diversas vezes para descrever como se sentia nas relações, remetendo ao que na academia e nos serviços públicos chamamos de ciclo da violência.

E aí foi onde eu desisti, foi onde eu fui pra conhecer a noite, comecei a viajar pra esquecer dele, tudo. E assim foi. E aí eu também, depois, na noite, eu tive a vontade de ter meus cursos, porque até então eu vivi pra esses homens. Eu nunca pensei em mim, eu só queria ser dona de casa, cuidar, ter filho (Isabela, entrevista realizada em 20/12/2022).

Desde 2018 Isabela sustenta seu filho e sua filha com o trabalho sexual em diversas boates pelo interior de São Paulo. Chegou a perder bens materiais e usar tornozeleira eletrônica, após intervenção da polícia em uma das boates e serem encontradas drogas. Este é o momento

que Isabela narra como mudança, para o momento que ela vive atualmente. Hoje, Isabela não se limita ao trabalho sexual da boate, fez cursos profissionalizantes de manicure e de designer de sobrancelha, e sonha com sua carreira nessa área. Ela explicita como que nas boates pôde se reestabelecer, fugindo das ameaças de vida que sofria, ao viajar para diversas cidades e se empoderando, não só financeiramente, mas também potencializando sua autoestima e a autoestima de outras mulheres. Na boate ela tem colegas de trabalho e também clientes, é onde consegue fazer dinheiro com os trabalhos como manicure e designer de sobrancelhas.

É, amiga, porque eu me libertei. Hoje, nossa! hoje o amor que eu tenho por mim, eu demorei tanto tempo pra me amar, pra saber que eu tinha valor, que eu era valorosa. Eu achava que eu não viveria sem esses homens. E, na verdade, eu não vivia com eles, né? Eu não tinha vida (Isabela, entrevista realizada em 20/12/2022).

Terminar a entrevista sendo chamada de amiga, foi a confirmação que nesse encontro nós estabelecemos uma relação de sororidade e de dororidade - unidas pela dor de ser mulher (Vilma PIEDADE, 2019) para que nenhuma outra de nós tenha que viver como Isabela viveu.

Lucy - o encontro com o espelho

Lucy foi a primeira mulher que encontrei pessoalmente, e talvez uma das que eu mais encontrei no desenvolvimento da pesquisa. Lucy foi quem me recebeu na Casa Abrigo em 2020, sendo essa a única vez que pude entrar lá, pois ainda não existia o equipamento público instalado. Havia o sonho e a necessidade de se fazer um projeto. Ela era ativista feminista, fundou um coletivo de mulheres Cordel Social quando estava na faculdade, e esse coletivo foi o que recebeu o convite da Defensoria Pública para produzir o projeto do equipamento.

Eu era militante da Frente Pela Vida das Mulheres, outro coletivo feminista da Cidade de Presidente Prudente - SP, e nós nos conhecíamos por eventos auto-organizado por mulheres, principalmente em manifestações feministas, porém naquele encontro eu não era, somente, a militante feminista, eu era representante da UNESP e estava tentando entender como a universidade poderia ajudar a implementar o equipamento.

Marcamos nosso encontro por *WhatsApp*. Ela me passou o endereço e recomendações rigorosas de segurança, inclusive recomendações para não parar o carro perto da casa, dicas para perceber se eu estava sendo seguida e, quando eu estivesse próxima do portão eu ligava,

para não ficar esperando na porta. Eu estava completamente tensa, eu tinha lido brevemente materiais na internet sobre Casa Abrigo, não tinha muita noção do que realmente era o sigilo.

No dia em que conheci a Lucy fazia sol, depois de muito dias nublados. Era o auge da pandemia de COVID-19 e no isolamento social era raro sair de casa. Mas nosso encontro era uma emergência, ela queria me mostrar a casa que tinha sido aprovada para ser o equipamento, ela queria me convidar ao sonho. Eu precisava conseguir imaginar o que seria para poder ajudar, e ela sabia disso. Naquela tarde, sonhamos... imaginamos os móveis, decoramos mentalmente o espaço e... traçamos planos, políticos, burocráticos e institucionais, para que o projeto passasse com o total da verba pedida, a qual era necessária para a reforma e funcionamento dessa Casa. Daquele dia em diante, eu estudava a importância da Casa Abrigo no Brasil.

Comecei a frequentar dezenas de reuniões virtuais para construção do projeto do equipamento, para articulações políticas, para estratégias de militância feminista, para negociação com os poderes públicos, municipais e estaduais, para produção de documentos... Nessas tantas reuniões acontecendo, Lucy foi deixando de participar, até que um dia foi anunciado que ela não seria mais a coordenadora da Casa Abrigo, pois o seu coletivo não cumpria algumas exigências do Estado para gerenciamento do equipamento. Estes momentos são explorados por Lucy ao me conceder partes de sua história. Ela deixa explícito como a Casa Abrigo foi mais um divisor de águas em sua vida, como ela disse: “ninguém vê atrás dos bastidores o que realmente acontece”.

Depois de alguns encontros, com a casa já inaugurada e com equipe formada, comecei a encontrar novamente Lucy nos eventos públicos presenciais relacionados a violência e a Casa Abrigo. Tentei marcar nosso encontro para gravar a entrevista diversas vezes, mas parecia que a antiga Lucy, a Lucinete, ainda não estava curada, a ponto de eu poder escutar sobre ela.

Mas assim, eu estou aqui, estou à disposição. Para mim é uma honra. É um prazer. Quando eu recebi seu convite, eu fiquei bem pensativa porque, me dispara gatilhos, né? E aí me traz muitas memórias, né? Me trouxe muitas memórias o seu convite. Foi bom, foi positivo. Foi rever, né? Eu revi tudo que vivi. Foi rever de novo, foi pensar com detalhes. E eu acredito que foi bom para esse momento de eu poder passar para você (Lucy, entrevista realizada em 07/03/23).

Lucy é uma mulher negra de 47 anos, mãe de quatro filhos, duas meninas e dois meninos. Ela é palestrante, formada em assistência social, porém ela só nasceu quando Lucinete

morreu. E eu não conhecia a Lucinete, até Lucy contar como nasceu e como matou a Lucinete no dia que encontrou a Lucy, no espelho do banheiro.

Lucinete teve uma infância marcada pela extrema violência racial e de gênero, ainda criança sofreu violência física e sexual dentro de casa, e sempre teve memórias de violência psicológica. Irmã de muitas irmãs e irmão, era a quinta filha de um pai, que trabalhava de muitas coisas, principalmente de chefe de cozinha, e era alcoólatra. Já sua mãe trabalhava como doméstica e era narcisista, como ela mesma definiu. Lucy me apresentou detalhes de sua vida na infância e de sua relação com o pai, me mostrando até uma carta escrita pelo pai em 1994. Ele foi assassinado a pancadas depois de bater em uma mulher, como ela relata:

o meu pai, ele já estava com uma outra senhora, muito mais velha que ele, na época ele tinha 49 ela tinha uns 76, mais ou menos, mas ele bateu nela, nessa senhora, e foi para o boteco. E aí os filhos dela foram atrás dele, e mataram ele do mesmo jeito que ele fazia com as mulheres, batendo nele, bateram muito nele, e ceifaram a vida dele lá. Então a morte dele foi aquilo que ele procurou. Eu sempre digo isso. Sofri muito, mas hoje eu superei, e, que bom, que maravilha que eu pude viver, pelo menos dois anos aí, para conhecer quem foi meu pai (Lucy, entrevista realizada em 07/03/23).

Lucinete teve um primeiro relacionamento de oito anos, com o pai de sua primeira filha. Conta que esse relacionamento foi permeado pela violência, principalmente psicológica, e se coloca como agressora. Ela conta diversos episódios de sofrimento desse momento de sua vida. Ela me revelou que foi presa por extorsão mediante chantagem a um cantor famoso. A prisão aconteceu depois de um golpe levado pela sua ingenuidade, ela foi presa e, o marido, que não sabia de nada, foi acusado por formação de quadrilha. Foi quando seu primeiro casamento acabou.

Na prisão foram mais de quatro anos, mas ela não se atenta a muitos detalhes deste período. Porém, lá ela conheceu seu segundo marido, ele era missionário que trabalhava enviando recados para as presas através da rádio do presídio comandada pela Igreja Universal. Ao sair, perdeu a guarda da filha, foi renegada pela mãe e pelas irmãs e irmão, então foi atrás desse amor.

E nisso a gente começou a namorar e fizemos, noivamos, e até que nos casamos. Um ano depois, ele queria filho, eu falei que não, que eu queria só a Lorena, eu já tinha a Lorena com o pai dela, ne? Eu falei, não, eu só quero a Lorena e eu estou bem de filho. Mas eu não sou pai, eu quero ser

pai, e ele insistiu muito, eu fui ter o Caleb, só que ele queria uma menina. Ele não queria um menino. Quando nasceu o Caleb, começaram as agressões. O primeiro tapa dele eu ganhei nesse momento. Então foi a partir daí... (Lucy, entrevista realizada em 07/03/23).

Durante 10 anos Lucinete sofreu todos os tipos possíveis de violência dentro desse casamento, tinha um filho e uma filha com ele e se sentia culpada pelo primeiro relacionamento, pela prisão e pela perda da guarda da primeira filha. Quando ela conseguiu o divórcio, ela foi estuprada por ele.

Porque eu consegui o divórcio, só que ele pulou o muro dessa casa, e me violentou sexualmente. E foi onde eu engravidei do Benjamin, que é o caçula. [...] Então, eu passei seis meses não querendo essa gravidez. Até que com seis meses, eu estava nesse corredor dessa casa, e, andando assim, eu estava com uma garrafa de álcool na mão, fósforo na outra e eu falei, é hoje que eu vou tirar a minha vida. Chega, não aguento mais! Porque eu entendi que tudo que eu tinha passado lá atrás, em relação à prisão, não era nada, perto de tudo aquilo que eu estava vivendo com ele. Que o terror maior, a minha maior prisão... Eu te juro, a minha maior prisão, era estar casada com ele. (Lucy, entrevista realizada em 07/03/23).

Ao tentar atear fogo em si e na casa, com os filhos dentro, Lucy apareceu no espelho do banheiro e quem morreu foi a Lucinete, que se sentia feia de tanto ouvir que não tinha beleza...

Corri para o banheiro, no que eu corri para o banheiro, faziam dez anos que eu não olhava no espelho. Eu me deparei com o espelho, olha, eu entrava naquele banheiro, sempre teve espelho lá, e eu escovava os dentes, penteava o cabelo, mas não me olhava no espelho. Porque o meu psicológico ele já tinha matado. Ele falava assim, não olhe no espelho, você é feia, você já viu o quanto você é feia? Você é completamente feia. Então, eu acreditei nas palavras dele, eu acreditava [...]Então, a Lucinete, foi nesse dia que ela morreu. Quando ela se olhou no espelho... Quando ela se olhou no espelho ela deu de cara com a Lucy. Aí, quando ela encontrou a Lucy, a Lucy parou, fixou nela e falou assim: olha aqui, volta aqui, eu quero falar com você, você é linda, você é maravilhosa, seu sorriso é lindo, e eu acredito nisso até hoje... Menina, é um poder que eu tenho... nesse sorriso! (Lucy, entrevista realizada em 07/03/23).

Foi quando eu conheci o poder de transformação e a autoestima da Lucy que essa pesquisa passou a existir, e com seus testemunhos de sobrevivência as tentativas de feminicídio, suicídio, violência sexual, mas, também, com os episódios narrados sobre a fase de pré-

construção da Casa Abrigo de Presidente Prudente - SP, que eu encerrei o levantamento da pesquisa qualitativa, com a esperança de que o legado de Lucy aconteça!

o meu maior legado que eu desejo, assim, de coração, o meu maior legado é que mulheres tenham... Olha isso, escuta isso... que mulheres tenham a coragem de incomodar, como eu já incomodei, para que as suas histórias sejam ouvidas. Entendeu? (Lucy, entrevista realizada em 07/03/23).

Histórias de horror - “A montanha russa”- da violência doméstica

Organograma 1 - Montanha russa da violência doméstica

Montanha russa da violência doméstica



Elaboração: a autora, 2023.

O ciclo da violência é um padrão comportamental que ocorre em muitos relacionamentos abusivos, onde a violência doméstica é uma realidade constante. Os primeiros estudos sobre o ciclo da violência se originaram nas décadas de 1970 e 1980, quando pesquisadores e profissionais da área da psicologia, sociologia e trabalho social começaram a examinar os padrões comportamentais recorrentes em relacionamentos abusivos. Esses estudos pioneiros foram fundamentais para lançar luz sobre a dinâmica complexa da violência

doméstica e de gênero, permitindo uma compreensão mais profunda dos ciclos que se repetem nesses contextos.

Um dos estudos mais influentes sobre o ciclo da violência foi realizado por Lenore Walker, uma psicóloga feminista, em 1979. Em sua pesquisa, Walker entrevistou mulheres que haviam sido vítimas de violência doméstica e identificou um padrão consistente em seus relatos. Ela observou que a violência parecia seguir uma sequência de três fases: **acumulação de tensão, explosão da violência e período de lua de mel**. Atualmente, o ciclo da violência é amplamente reconhecido como um padrão presente em muitos relacionamentos abusivos e pode culminar no feminicídio.

Na fase de tensão, a violência se manifesta de forma sutil e crescente, com o acúmulo de tensão e conflitos no relacionamento. Pequenos desentendimentos e discussões são frequentes, e a vítima muitas vezes sente-se pressionada e ameaçada pelo parceiro. Nesse estágio, o agressor pode se tornar mais controlador, manipulador e verbalmente abusivo.

A segunda fase é a explosão da violência, onde ocorre a liberação da agressão acumulada. O agressor perde o controle emocional e físico, manifestando-se por meio de agressões físicas, verbais ou psicológicas contra a vítima. Essa fase é marcada por episódios de violência intensos e traumáticos, deixando a vítima em estado de vulnerabilidade e medo.

Após a fase explosiva, ocorre a chamada lua de mel. Nesse momento, o agressor mostra remorso e arrependimento pelas suas ações, buscando reconquistar a confiança da vítima. Esse período pode ser marcado por atitudes carinhosas e promessas de mudança, o que pode criar um sentimento de esperança na vítima. Entretanto, essa fase é passageira e logo pode se repetir o ciclo com o retorno à fase de tensão, perpetuando a dinâmica abusiva.

É importante ressaltar que o feminicídio não ocorre em todos os casos de relacionamentos abusivos, mas a compreensão do ciclo da violência é crucial para identificar padrões e sinais de alerta que podem indicar um alto risco para a segurança da vítima. Muitas vezes, o feminicídio é precedido por um histórico de violência doméstica que segue esse ciclo. Além disso, estudos posteriores destacaram que o ciclo da violência pode variar em duração e intensidade, e que a fase de lua de mel pode tornar-se cada vez mais curta à medida que o relacionamento progride, resultando em um aumento da frequência e gravidade das agressões.

As histórias das três mulheres sobreviventes ao feminicídio, Lucy, Isabela e Carla, são exemplos marcantes de como a violência pode afetar profundamente a vida das vítimas e como a quebra do ciclo da violência doméstica pode representar uma busca por liberdade e autonomia.

Lucy, ao nascer no espelho após vários anos vivendo em um ciclo contínuo de violência, nos mostra como a repetição dos padrões abusivos pode aprisionar a mulher em um relacionamento tóxico e opressor. Essa repetição pode criar uma sensação de que não há escapatória, tornando difícil acreditar em uma vida sem violência.

Por outro lado, Isabela, ao nascer na noite e conseguir quebrar o ciclo de violência através da prostituição, evidencia que a superação e a libertação das amarras abusivas podem acontecer de diferentes formas. Isabela é um exemplo de força e resistência, demonstrando que é possível encontrar caminhos alternativos para romper com a violência e buscar uma vida mais saudável e independente.

A metáfora da montanha-russa, apresentada por Isabela, retrata de forma vívida a intensidade dos altos e baixos emocionais presentes no ciclo da violência. Ela descreve como o agressor pode alternar momentos de amor e carinho com episódios de abuso e negligência, criando uma montanha-russa de emoções para a vítima. Essa montanha-russa pode se tornar um mecanismo de controle, prendendo a mulher ao relacionamento abusivo, mesmo diante das adversidades e do sofrimento.

Mas eu vivi muita coisa com ele, sabe? Meu era uma montanha-russa. Ao mesmo tempo que ele me amava, ele me colocava lá em cima, eu era tudo, eu não era nada. Ele me deixava muito sozinha

Quando eu perguntei para Isabela se eu podia usar a expressão montanha-russa, ela me disse:

[...] Pode, faz imaginar esse frio na barriga e a espécie medo que subiu, é uma intensidade tudo isso... é, e muitas vezes, é essa montanha russa que prende a mulher, ela fica ali naquele relacionamento. (Isabela, entrevista realizada em 20/12/2022).

As histórias dessas mulheres revelam a importância de entender a complexidade da violência de gênero no contexto da violência doméstica e os desafios que as vítimas enfrentam para romper com o ciclo da violência. Memórias sobre perseguições, sequestros, socos, pontapés e estupros são reveladas pelos testemunhos das mulheres, e demonstram como a violência contra a mulher vivida em casa apresenta diferentes faces. Essas histórias também nos alertam sobre a necessidade de combater as estruturas patriarcais e machistas que sustentam a

violência contra as mulheres, visando a construção de uma sociedade mais igualitária e segura para todas.

As lesões corporais e as memórias de espancamentos

Eu acho que... Eu acho que... Por hoje, a mente que eu tenho hoje. Se eu tivesse... quando eu era novinha, mais lá no começo, eu não tinha aceitado nem o primeiro tapa! (Isabela, entrevista realizada em 20/12/2022).

As lesões corporais dolosas são ferimentos (danos físicos) causados a uma pessoa de forma intencional, ou seja, com a intenção deliberada de prejudicar ou causar sofrimento a outra pessoa. O termo "doloso" refere-se à presença de *dolo*, que é a vontade consciente de cometer o ato que resulta nas lesões corporais. Essas lesões podem variar em gravidade, desde arranhões, tapas e hematomas até ferimentos graves que podem causar danos permanentes ou até mesmo a morte. Todas as sobreviventes passaram por lesões corporais de diferentes gravidades.

As lesões corporais dolosas podem ocorrer em casa em diversas situações, incluindo, mas não se limitando a violência doméstica: Isso ocorre quando uma pessoa é agredida por um membro da família, parceiro(a) ou cônjuge de forma intencional. Pode envolver socos, chutes, estrangulamento, queimaduras, entre outros tipos de agressão física.

A lesão corporal dolosa praticada no âmbito doméstico refere-se a qualquer ato de violência física cometido contra a mulher no seio de sua própria família, conforme estipulado pela Lei Maria da Penha (Art. 129 § 9º). Os registros de lesões corporais não apenas evidenciam a extrema gravidade das agressões sofridas pelas mulheres, mas também funcionam como um indicador alarmante de que essas situações podem progredir para formas ainda mais letais de violência, como o feminicídio.

Eu tenho a minha marca aqui, porque assim, eu estava com as minhas amigas lá vizinhas. Na casa que a gente morava. E elas brincando com o portão. E um amigo dele entrou e chamou. Entrou, a hora que saiu, ele me chamou e me deu um murro. Falou que eu estava brincando, me amostrando pro cara que estava no portão. Me deu um murro, abriu a minha boca, ficou aberta. (Isabela, entrevista realizada em 20/12/2022).

Também é doloroso testemunhar como essas mulheres, muitas vezes, enfrentam agressões violentas de parceiros e maridos, mesmo quando estão na condição de grávidas e puerperais. Essas experiências demonstram como todas que gestam podem estar submetidas a episódios traumáticos.

Eu sofri tanto, tanto grávida! Eu corria... Eu lembro que ele tentou me chutar. Eu chutei muito de volta. Eu só falava o nome do meu filho. Para ver se ele parava. E ele é um homem muito ruim. Eu acho assim... Não sei qual dos dois é pior. Eu acho que a única coisa boa que eu tive com os dois foi meus filhos. Porque são duas pessoas ruins. Que não tem mudança. Eu acho que... Não tem mudança. Muito ruim. Muito ruim. Ele era muito ruim. Ele é ruim. Ele era abusivo. Ele era péssimo. Péssimo. Foi um péssimo pai também. Ausente. (Isabela, entrevista realizada em 20/12/2022).

Carla foi a que menos deu ênfase nesses episódios. Ao longo da entrevista ela só afirma em dois momentos que apanhava, porque foi mais que uma vez, foi dito no plural. Ao longo da entrevista ela vai estruturando o pensando, rememorando as cenas de violência em busca do porque ela passou por violências com o ex-marido. Uma das primeiras coisas que ela fala na entrevista é:

Durante [o período] que eu estava sofrendo a violência doméstica, o medo domina, as pessoas perguntam, por que você apanhava? você deve pegar uma vassoura e bate nele. Mas você é dominada pelo sentimento de medo, e aquilo te deixa um pouco assim... você não sabe o que fazer, você não sabe o que fazer e é muito sério[...]. (Carla, entrevista realizada em 20/06/2022).

A gente fica mesmo com a cabeça muito... ruim, né? É uma decepção muito grande. Decepcionada, humilhada, sem dinheiro. É uma situação difícil mesmo. Então, você tem que aguardar mesmo e buscar ajuda psicológica para que você fique mais forte para passar por aquilo. . (Carla, entrevista realizada em 20/06/2022).

Lucy começou a ser agredida por estar gestando um homem. Foram 10 anos se culpando e vivendo cotidianamente com lesões corporais, por parir um homem.

eu quero ser pai, e ele insistiu muito, eu fui ter o Caleb, só que ele queria uma menina. Ele não queria um menino. Quando nasceu o Caleb, começaram as agressões. O primeiro tapa dele eu ganhei nesse momento. Então foi a partir daí... Aí ele começou a me agredir, começou a me bater, começou, ele tinha nojo de mim, ele falava que ele jamais iria tocar em mim de novo, porque não era uma menina que ele queria, um menino era uma menina, e as agressões começaram (Lucy, entrevista realizada em 07/03/23).

“Ele torturava psicologicamente”

A Lei Maria da Penha definiu diversos tipos de violência, não se limitando apenas à violência física, mas também abordando a violência psicológica, moral, patrimonial e sexual. A violência psicológica, em particular, é tratada de forma abrangente na legislação, englobando uma série de comportamentos que afetam a saúde mental e emocional das vítimas. Ela inclui ameaças, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, chantagem, ridicularização e a limitação do direito de ir e vir.

As entrevistas também ressaltam a dependência financeira das vítimas, que muitas vezes são impedidas de trabalhar e são privadas de sua independência econômica. Isso torna mais difícil para as vítimas buscarem ajuda e saírem do relacionamento abusivo. A dependência financeira é um elemento comum em casos de violência doméstica.

Ele me tratava igual uma princesa. Só que ele tinha um ciúme doente de mim. Então, se eu ameaçasse... Eu tinha mega hair que ele colocou em mim, porque eu não tinha nem cabelo menina! Eu acho que eu não tinha saúde. Meu cabelo não crescia, meu cabelo quebrava. Hoje que eu vejo esses estudos de perda de cabelo, eu tenho certeza que eu tinha. Aí, ele tinha me dado um mega hair que eu tinha colocado. Aí, ele falava pra mim, você quer largar? Tudo bem, então vamos tirar esse cabelo. Ele torturava psicologicamente. (Isabela, entrevista realizada em 20/12/2022).

eu tinha cabelo longo, comprido, ele me arrastava pelos cabelos, era faca no meu pescoço, me ameaçava de todos os jeitos, ele tinha revólver, colocava o revólver na minha cabeça, então, isso foi me amedrontando muito, porque eu via nos olhos dele uma coragem de praticar o que ele prometia. Os olhos dele falavam para mim, não duvida de mim que eu faço! (Lucy, entrevista realizada em 07/03/23).

As entrevistas ilustram como o medo é um fator dominante nas vidas das vítimas de violência. Muitas vezes, as vítimas não denunciam os abusos imediatamente devido ao medo das consequências e à sensação de impotência. Isso é destacado por Carla, que menciona como o medo a dominava enquanto sofria violência doméstica. O *stalking*, por sua vez, envolve a perseguição obsessiva, com ações repetitivas que causam medo e desconforto. Todas viveram as perseguições, em diferentes níveis.

Até chegar em ele ser preso, ele fez muita coisa para mim. Olha, eu passei muita vergonha. Muita vergonha. Eu me sentia muito envergonhada naquela época. Porque ele foi na casa da minha mãe, chutou o portão.

Olha, quebrou o portão da minha mãe. Os vizinhos todos viram. Essa cena também de estar lá no apartamento, ele chutou a porta, chutou a outra. Todo mundo ficava sabendo. Horrível! [voz embargada pelo choro seguido de tom de exaltação]. (Carla, entrevista realizada em 20/06/2022).

Ele me tirou de um emprego. Ele me tirou de três empregos. Três empregos eu perdi por causa dele. O primeiro emprego... Ele ligava... Todos os telefones tocavam. Que é um PABX, né? Ele ligava em todas as linhas do PABX. E fazia todos os telefones tocarem. Então, o meu patrão me dispensou. Falou assim: "Carla, eu vou precisar te mandar embora". E aí eu fui dispensada. E fui para São Caetano do Sul. Lá eu consegui outro emprego. Ele fez a mesma coisa. Por quê? Porque eu achava isso aí... Ah, não! Isso vai passar. Foi uma coisa do momento. [voz embargada pelo choro] . (Carla, entrevista realizada em 20/06/2022).

A Lei do *Stalking*, oficialmente conhecida como Lei nº 14.132/2021, é uma legislação recente no Brasil que trata do crime de perseguição obsessiva, também conhecido como "*stalking*". Aprovada em março de 2021, essa lei é um importante marco legal que visa combater e punir comportamentos invasivos e ameaçadores que podem ser direcionados a qualquer pessoa, mas frequentemente afetam de maneira desproporcional as mulheres.

Segundo a definição da lei, Art. 147-A, em redação dada pela Lei 14.132/2021, que a define como "Perseguir alguém, reiteradamente e por qualquer meio, ameaçando-lhe a integridade física ou psicológica, restringindo-lhe a capacidade de locomoção ou, de qualquer forma, invadindo ou perturbando sua esfera de liberdade ou privacidade" e que prevê agravamento da pena quando o ato é cometido contra mulheres por razão da condição do sexo feminino (§1º, inciso II).

A definição de violência psicológica também é revista, no Art. 147-B, em redação dada pela Lei 14.188/2021, que a define como "*Causar dano emocional à mulher que a prejudique e perturbe seu pleno desenvolvimento ou que vise a degradar ou a controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, chantagem, ridicularização, limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que cause prejuízo à sua saúde psicológica e autodeterminação.*"

A Lei do *Stalking* ²⁴estabelece que o crime de perseguição obsessiva é punível com pena de **reclusão de seis meses a dois anos**, além de multa. A pena pode ser aumentada em até

²⁴ Além de criar um instrumento legal para lidar com o *stalking*, a nova lei também contribui para a conscientização sobre a importância de reconhecer e denunciar esse tipo de comportamento prejudicial. Encoraja as vítimas a buscar ajuda e a tomar medidas legais para se protegerem. A categoria Perseguição (*stalking*) passou a ser contabilizada

metade se o crime for cometido contra criança, adolescente, idosa, ou se envolver o uso de arma de fogo. Além disso, a legislação proíbe a concessão de fiança e a suspensão condicional do processo para os acusados de *stalking*, tornando a punição mais eficaz e restritiva. A aprovação da Lei é um avanço significativo no combate à violência psicológica e ao assédio persistente que muitas pessoas, principalmente mulheres, enfrentam em suas vidas. O *stalking* pode causar danos psicológicos graves, interferir na liberdade e na qualidade de vida das vítimas e, em casos extremos, evoluir para violência física, para a tortura e para o sequestro.

No entanto, é fundamental que, além da legislação, haja esforços contínuos para educar a sociedade sobre o *stalking*, promovendo a prevenção e fornecendo apoio adequado às vítimas. A conscientização sobre esse crime é essencial para criar uma cultura de respeito e proteção dos direitos individuais, especialmente no contexto das relações de gênero, onde o *stalking* muitas vezes está relacionado a formas de controle e poder. Portanto, a Lei do *Stalking* representa um passo importante na busca pela segurança e bem-estar das vítimas desse tipo de violência.

O caso de Isabela descreve um episódio de sequestro, que é uma forma grave de violência que implica privação da liberdade. Esse relato destaca a extensão da violência que algumas mulheres enfrentam, onde a vida delas está em perigo, por isso apresento toda a história.

Em resumo, as entrevistas evidenciam a necessidade de uma abordagem ampla e abrangente para enfrentar a violência contra as mulheres no Brasil. As leis de proteção, como a Lei Maria da Penha e a Lei do *Stalking*, representam avanços importantes, mas é crucial não apenas implementar essas leis, mas também aumentar a conscientização e fornecer apoio adequado às vítimas. A análise desses relatos destaca a urgência de se combater a violência de gênero em todas as suas formas, retirando mulher do convívio com agressor para ela não morrer, mas também de promover uma cultura de respeito e igualdade de gênero.

apenas em 2021, segundo os dados do Fórum Brasileiro de Segurança pública, foram contabilizados 27.722 crimes, sendo que Amazonas, Bahia, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Rio Grande do Norte não apresentaram dados para a análise. Em 2022, o número saltou para 56.560 crimes contabilizados, com dados de todas as Unidades da Federação.

“Olha só o que esse cara fez, ele me SEQUESTROU!”

Porque assim, eu fugia, ia, colocava minhas coisas na mala e fugia dele. Ia embora, porque ele era demais. Quando ele saía, eu esperava ele sair e fugir, ele ia embora. Aí, esse dia eu fugi, vim embora e resolvi sair pra balada com as minhas amigas... Aí ele veio, de Oswaldo Cruz, com mais cinco caras. Ele entrou...e ele dentro da balada. E na hora que eu olhei assim, nossa, não senti nem as minhas pernas. Falei..." ah, hoje eu vou morrer!" Nesse dia também eu achei que eu ia morrer.

Nesse dia eu achei que eu ia morrer, porque ele era muito louco, doente. Esse não era o ciumento, não. O problema dele era outras coisas, [...] Mas esse primeiro, que é o pai da minha filha, de Oswaldo Cruz, ele era doente, ele era possessivo. Aí ele me olhou, aí ele falou: "nem adianta você tentar nada, que eu tô armado, você vai embora comigo!" E pronto. E eu deixei minha bolsa, celular, olhei pras minhas amigas e falei assim: "Deixa pra avisar minha mãe amanhã, nem avisa agora, senão vai estragar o sono dela. Falei, eu vou ir com ele. E não tenho o que fazer, eu falei, eu vou ter que ir com ele. Entreguei minha bolsa, tudo, meu celular. Aí elas foram em pranto também, com medo. Aí a gente foi embora, tudo. Ele no carro...

Ele falou pros caras, pros amigos dele, falou assim: "a gente vai ficar nesse motel", que era um motel em Quintana, se não me engano, em Herculândia, Paradise. Falou: "eu vou ficar aqui, porque eu acho que a polícia já deve estar esperando na entrada da cidade com ela". Vocês falam que não viu nada!", e a gente entrou.

Aí, tipo assim, ele começou a me tratar bem, normal, como se ele fosse me desculpar, como se eu tivesse errada ainda, sabe? Ele fazia tudo, e eu ainda, só por eu ter ido ali, eu era errada. [...]Passou a noite comigo, e a hora que amanheceu, ele olhou pra mim e falou assim, você acha que vai ficar tudo bem? Você acha que a hora que chegar lá, eu vou fazer o quê com você? Ele falou assim, você vai ver o que eu vou fazer com você a hora que a gente chegar lá?

Aí, eu peguei e falei, nossa, né? Aí, eu aproveitei que ele tava amarrando o tênis, saí correndo por dentro de um motel, entrei, fechei uma porta, tinha uma moça ali limpando, falei pra ela, moça, que o meu marido me sequestrou, e não chama a polícia, por favor, porque ele tá armado, vai que ele faz alguma coisa com a gente, né? Eu falei, eu só quero ir embora daqui, me ajuda.

Aí, ela me levou lá pra cima, pra onde fica todas as câmeras, que eles têm controle de tudo, tava dona, deve ser, não sei. Eu expliquei, e ele louco, gritando, me procurando. Aí, foi o moço do motel lá conversar com ele, falou assim, não, eu vi uma... eles falaram assim, ela saiu correndo pra pista, e eu vendo lá de cima, o moço abrindo as portas dos quartos pra ele, pra ele ver que eu não tava. A moça me colocou no carro, eu não tinha um real, não tinha bolsa, não tinha nada. Me deu 20 reais ainda, porque era o preço da passagem até Marília.

E eu consegui fugir dele nesse dia. Nesse dia, ele ia me matar. Eu tenho certeza, porque ele usava muita droga, muita cocaína, ele ia me matar nesse dia. Nesse dia, eu tinha quase certeza que ele ia me matar. Mas eu consegui fugir dele. Só dele. Só que aí, ele sempre voltava (Isabela, entrevista realizada em 20/12/2022).

“A mulher tem que sumir”- as rotas de fuga

Tanto que da vez que eu larguei dele, da última vez que ele ainda estava na rua, que eu fui buscar minhas roupas escondidas, eu fui pra Ribeirão Preto. Eu fiquei uma época lá, quebrei chip, quebrei tudo. E foi aonde tem que ir. Eu fiquei longe dele e ele não conseguia me achar. Eu também tinha muito medo. E ali eu fiquei de boa, porque eu sabia que ele não podia me achar. Então eu acho muito interessante a mulher ter um lugar assim, que ela possa ficar em paz. Porque é terrível. O sentimento de você estar sendo perseguida, que ele está vindo, que ele vai entrar, que ele vai te pegar, é terrível. Só quem viveu sabe. (Isabela, entrevista realizada em 20/12/2022).

Carla, ao sair de casa com sua filha em busca de acolhimento em uma Casa Abrigo da São Paulo, ilustra em sua fala, diversas vezes, a importância desses espaços de proteção para as mulheres vítimas de violência. Afinal, como demonstro nessa tese, a Casa Abrigo é uma ferramenta fundamental para romper com o ciclo da violência, oferecendo um ambiente seguro e acolhedor para as vítimas, onde elas podem receber apoio psicológico, orientação jurídica e suporte para reconstruir suas vidas. Porém, ela também evidencia como a prisão do ex-marido foi importante para esse ciclo foi quebrado.

A gente fala, não, esse cara não vai fazer isso. Eles fazem. Então o erro está na gente. Sabe por quê? [...] Porque o João me batia, batia na outra mulher, que ele saía, e depois deu essa incrível notícia, porque ele foi preso, eu fiquei no abrigo, ele foi preso, ficou três meses preso. Depois desses três meses, ele nunca mais me procurou! (Carla, entrevista realizada em 20/06/2022).

Na visão de Maria, a Casa Abrigo tem o papel de romper com o ciclo da violência e auxiliar as mulheres a se reorganizarem na sociedade capitalista.

Além de proteção, acho que a Casa Abrigo tem esse olhar de buscar a potencialidade dessa mulher, as habilidades que ela tem, para ela não ficar dependente desse companheiro agressor, financeiramente, para que ela seja independente. Ela não saia daqui depois dizendo que saiu sem nada, não conseguiu avançar, então, vou ter que voltar para ele. Não necessariamente.

Porque o papel da casa é romper com o ciclo da violência, mas que ela consiga se reorganizar nessa sociedade que é capitalista, então, ela precisa ter uma recuperação financeira, principalmente. Se não for, a princípio, por ganhos dela, o mínimo que ela tem que ter é a inclusão nos benefícios de governo, transferência de renda, ou um benefício eventual, que é aluguel social e todos os outros, cesta de alimentos, então, minimamente, ela precisa estar incluída para poder ter uma vida que ela

consiga escolher um companheiro lá para frente, porque ela não vai ficar sem, mas porque ela tem a condição de não ter essa dependência, de conseguir fazer uma escolha, de repente, mais assertiva (Maria Helena, entrevista realizada em 17/02/2022).

Dentro da Casa Abrigo são realizadas oficinas, rodas de conversa e terapias, com o objetivo de trabalhar a conscientização e o empoderamento das mulheres. A equipe busca abordar temas como a Lei Maria da Penha e os diferentes tipos de violência, ajudando-as a reconhecer situações abusivas e a fortalecer sua autoestima. Assim, elas são encorajadas a se reconstruir e a não permitir que outras pessoas repitam as agressões sofridas no passado. Nesse ambiente de acolhimento, também é valorizada a relação de cuidado entre as mulheres. Maria destaca que as participantes costumam ser naturalmente cuidadoras, mas têm dificuldade em aceitar cuidados. Na Casa Abrigo, elas aprendem a importância do autocuidado e do cuidado mútuo.

Maria acredita que o processo de reconstrução vivenciado na Casa Abrigo é enriquecedor, pois as mulheres compartilham suas histórias e se fortalecem mutuamente. Elas encontram um espaço onde podem expressar seu sofrimento, planejar seu futuro e receber apoio para enfrentar os desafios que virão quando saírem dali. A proteção oferecida não se limita apenas à segurança física, mas também busca resgatar a autoestima e permitir que as mulheres construam uma nova vida, baseada na escolha e no empoderamento. Maria ressalta que é fundamental sair do anonimato, criar força e resiliência para enfrentar os desafios de cabeça erguida.

A relação entre as mulheres que trabalham na instituição é outro tema abordado. Maria ressalta que é essencial estabelecer uma relação de respeito, empatia e clareza na comunicação. Ela enfatiza a importância de não apenas se colocar no lugar das mulheres atendidas, mas também falar com autoridade e firmeza quando necessário. Destaca que a equipe técnica da Casa Abrigo é responsável por organizar e articular o trabalho, buscando sempre melhores condições e resultados para as mulheres. Quanto à formação da equipe, menciona que a estrutura inicial já contava com assistente social, psicóloga, coordenador, serviço-gerais e cozinheira. No entanto, ela reconhece a necessidade de ajustar a equipe, especialmente durante o período noturno, quando é preciso garantir uma maior presença para lidar com situações

imprevistas. Pontua, veementemente, a importância de contar com profissionais de diversas áreas para compor a equipe, visando a contribuição de diferentes conhecimentos e experiências.

Porque aí a gente começa a entender [...] quando a mulher chega para nós, geralmente ela chega com a cabeça para baixo, porque ela olha para o chão, porque ela está no processo de depressão, de autoestima está lá embaixo, ela está fragilizada, ela está envergonhada, ela está tudo. Então, ela vai para baixo. Com o nosso trabalho, a questão é que ela vai levantando esse rosto, então ela tem que olhar para cima. Então, essa é a nossa motivação, é o que a gente trabalha. Então, você tem que sair do anonimato, criar força, resiliência, para você, então, enfrentar, de cabeça erguida (Maria Helena, entrevista realizada em 17/02/2022).

As casas abrigo desempenham um papel vital na prevenção e no combate à violência de gênero. Elas oferecem um refúgio seguro, apoio emocional e recursos práticos para as vítimas, permitindo-lhes escapar do ciclo de abuso e recomeçar suas vidas. No entanto, é importante destacar que o acesso às casas abrigo ainda é limitado em muitos lugares e que a expansão dessas instalações é fundamental para garantir que todas as vítimas tenham acesso a esse suporte vital. Além disso, a conscientização pública sobre a importância das casas abrigo e a necessidade de prevenir a violência de gênero é essencial para criar uma sociedade onde o abuso seja inaceitável e onde todas as pessoas possam viver livres de medo. Afinal, como vou discorrer capítulos a frente, Casa Abrigo o sigilo não pode ser anonimato.

“Eu passei por ser mulher” - Presas, Putas, Loucas, Mães, esposas

Depois que passa tudo isso, aí a gente... A pergunta vem de nós mesmas. Por que eu passei por tudo isso? E realmente, essa pergunta eu não consigo responder. Porque é algo que fez parte da minha vida. Não teve uma razão assim. Até chega um pouco a fazer mal para a gente, porque não tem um motivo. Isso não tem um motivo. Eu passei por ser mulher. Simplesmente por isso. É o que eu vejo. Eu passei por tudo isso porque eu sou mulher. E, sendo mulher, aí a gente é vista de diversas formas. A gente é vista com a lente daquele próximo. Então, aquele próximo pode achar muitas coisas de você. É isso. (Carla, entrevista realizada em 20/06/2022).

O título desta sessão está parafraseando o livro " *Los cautiverios de las mujeres: madrepasas, monjas, putas, presas y locas* " fruto do doutoramento de Marcela Lagarde (2005). Nele, Lagarde examina as experiências de mulheres em situações de marginalização e vulnerabilidade, explorando as interseções entre gênero, poder e violência. Busca desconstruir estereótipos de gênero e chamar a atenção para as múltiplas formas de violência e opressão que as mulheres enfrentam. A obra aborda categorias que representam diferentes formas de opressão enfrentadas pelas mulheres na sociedade, a partir dos seus diferentes cativerios, entendidos como " *expressão político-cultural da condição da mulher* " (LAGARDE, 2005, p. 35). E foi isso que eu pude encontrar nos testemunhos de sobreviventes ao feminicídio.

"Presas" refere-se às mulheres encarceradas, destacando as desigualdades e violências específicas que enfrentam dentro do sistema prisional. Lagarde (2005) analisa as estruturas patriarcais presentes nas prisões, que contribuem para a opressão e a marginalização das mulheres, além de discutir as dificuldades que enfrentam ao buscar justiça e reintegração na sociedade após o cumprimento de suas penas. A prisão foi um lugar tanto para Lucy, quanto para Isabela. Foi no sistema prisional que elas conheceram seus maridos que passaram a ser seus agressores. Ambas retratam as suas relações como sendo piores do que a prisão, reforçando o exposto na tese de Lagarde: o cativo das esposas seria o mundo privado.

"Putas" aborda a exploração sexual e a prostituição, investigando as condições sociais e econômicas que levam muitas mulheres a se envolverem nessa atividade. Lagarde (2005) critica a objetificação e a violência enfrentadas pelas mulheres na prostituição, além de questionar as estruturas sociais que perpetuam essa forma de exploração e a falta de alternativas reais para essas mulheres. Isabela ao sair da situação de violência com os dois ex-maridos encontrou na prostituição uma forma de manter seus filhos.

"Loucas" abrange as questões relacionadas à saúde mental das mulheres, desafiando os estigmas e preconceitos associados a elas. Lagarde (2005) analisa como a sociedade muitas vezes desvaloriza e marginaliza mulheres que enfrentam desafios psicológicos, oferecendo uma perspectiva crítica sobre as estruturas sociais que contribuem para sua exclusão e negligência. Todas as mulheres que sobreviveram ao feminicídio passaram por processos intensos de humilhação, chantagem e dependência dos agressores, até mesmo torturas psicológicas com perseguições e sequestro e, todas elas já eram mães.

"Mães/esposas", as palavras das mulheres retratam de forma poderosa a complexidade da experiência materna em meio a situações de opressão e violência. Elas evidenciam como a maternidade é um fardo pesado que ao passo que as mantém em uma situação violenta também as impulsiona a sair. As mães são reconhecidas, tanto nas suas histórias particulares, quando nas histórias de mulheres que sofrem violência e foram para abrigos.

Dá para pensar como que um homem tem coragem de agredir uma mãe, uma mãe, com seis crianças para cuidar. Porque a mãe, por mais que ela seja uma dona de casa, ela lava a roupa das crianças, ela faz comida para as seis crianças, ela cuida das seis crianças. [...]

Gigantesco o trabalho. E ela, por ser mãe, ela faz. Pode não ficar 100% porque o trabalho de ninguém é 100%. Mas ela, com certeza, muito ela faz. Muito ela faz, sim (Carla, entrevista realizada em 20/06/2022).

Carla enfatiza essa dimensão do trabalho do cuidado e evidencia como sua experiência com seu filho e filha foi transformada pela violência, pois observando as dificuldades que suas mães enfrentam, muitas vezes se tornam seus maiores apoios e aliada e aliados.

os filhos, eu vejo que os filhos... na nossa vida, eles observam a verdade do que acontece. Meus filhos hoje, eles me respeitam, os dois. Mas porque eu vejo que em algum momento, eles viram que eu estava passando uma dificuldade, que era difícil para mim, e eles sempre foram muito amigos, foram meus amigos. E nós saímos de tudo isso juntos. Até hoje, é assim, nós saímos juntos. Eu, o Lucas e o Angelina. E a minha mãe também, né? Ela fez parte de tudo isso, não teve como... (Carla, entrevista realizada em 20/06/2022).

Lucy aponta para a perpetuação do ciclo de violência, mencionando como ela própria praticou a violência contra seus filhos, criando um ambiente onde a agressão parecia ser uma resposta aceitável aos conflitos. Essa dinâmica reflete a triste realidade de muitas famílias, onde o comportamento violento é transmitido de uma geração para a próxima. O relato enfatiza a importância da desconstrução da violência e do diálogo como elementos-chave desse processo. A família está trabalhando para introduzir o diálogo como uma ferramenta para resolver conflitos, substituindo a violência.

Só uma coisa que eu fiquei de te falar. Em relação aos filhos, nós estamos em processo de desconstrução da violência até hoje. Então é um processo demorado. Eu sofro mais porque eu tive a violência na minha infância. Eles também têm. No meu caso é duplo. Então eu tenho que desconstruir a violência que eu vivi. E eles, junto com eles, porque eu também já cheguei a praticar a violência contra a vida deles. É aquela história do pai bate na mãe, a mãe bate no filho, o filho bate no cachorro. Então, infelizmente, a gente reproduziu o sim, dentro de casa, mas estamos nesse processo de desconstrução, de diálogo, tentando sempre introduzir o diálogo. (Lucy, entrevista realizada em 07/03/23).

Essa é uma abordagem essencial para mudar as dinâmicas de violência em um ambiente doméstico. A família reconhece a necessidade de intervenções profissionais para lidar com os traumas resultantes da violência. Terapia psicológica é mencionada como uma ferramenta para ajudar a superar esses desafios. Isso destaca a importância de serviços de apoio psicológico e terapêutico para vítimas de violência e suas famílias.

A entrevistada também menciona que a filha sofreu violência sexual praticada pelo pai e hoje se tornou uma ativista. Isso ilustra como as experiências pessoais de violência podem levar as pessoas a se envolverem em ações de defesa e conscientização. É uma demonstração de resistência e desejo de fazer a diferença na sociedade. A menção de que a filha confronta discursos machistas na escola indica uma conscientização crescente e um desejo de agir contra o sexismo e a misoginia. Isso sugere que a conscientização e a educação desempenham um papel fundamental na interrupção do ciclo de violência e na promoção da igualdade de gênero.

Em resumo, essas entrevistas destacam os desafios e o processo contínuo de desconstrução da violência de gênero em uma família. Elas demonstram que a mudança é possível, mas demanda tempo, esforço e apoio profissional. Além disso, ressaltam a importância da conscientização e do ativismo na luta contra a violência de gênero e na promoção de relações familiares mais saudáveis e igualitárias.

CAPÍTULO 02:

ROMPENDO O SILÊNCIO: O FEMINICÍDIO NA VIDA DAS MULHERES



Capítulo 02- Rompendo o silêncio: o feminicídio na vida das mulheres

O feminicídio é um crime misógino, é a falta de garantia do Estado à vida das mulheres, tanto em âmbito público como privado, é a total falta dos direitos “humanos” das mulheres, direito à vida. É genocídio (Rita SEGATO, 2012).

É importante ressaltar que esses assassinatos vão além do homicídio comum, pois considera o contexto de violência de gênero no qual esses assassinatos ocorrem. Eles refletem a persistência de estruturas sociais e culturais que desvalorizam e oprimem as mulheres, perpetuando a ideia de que nossas vidas são descartáveis.

Em 2021, estima-se que 81,100 mil mulheres foram assassinadas intencionalmente em todo o mundo, pelo fato de serem mulheres. Mais da metade desses assassinatos foram cometidos pelos maridos, ex-maridos, namorados ou outros familiares. Isso significa que, em média, mais de cinco mulheres ou meninas são assassinadas a cada hora por alguém de sua própria família (UNODC y ONU Mujeres ,2022).

Isso significa dizer que até você completar a leitura desse capítulo no mínimo cinco mulheres ou meninas terão morrido por violência de gênero. A capa é proposital, essa obra de arte de Maria Frizarin demonstra o luto. É uma forma de expressar que cada morte aqui testemunhada, principalmente pelos dados nos mapas de mulheres assassinadas, importa. Cada número foi uma vida, foi uma mulher com uma história, com uma memória e um nome que não conhecemos.

Feminicídio é fruto da inequidade, é problema de saúde. Assim como um termômetro que indica a presença de uma doença, o feminicídio e o transfeminicídio sinalizam a existência de uma pandemia de violência de gênero enraizada em estruturas sociais e culturais discriminatórias. Essas são mortes evitáveis, são eventos sentinela que evidenciam de maneira alarmante a pandemia silenciosa da violência de gênero.

Tendo em vista o silenciamento em torno do problema, este capítulo foi construído a partir de um levantamento bibliográfico sobre o conceito, bem como, um levantamento de marcos legais e de dados de mulheres assassinadas, em diversas escalas, desde mundial até a escala do corpo. Para isso, o texto articula os dados quantitativos com dados qualitativos, trabalhando com a visualização geográfica.

Feminicídio: morte matada de mulheres

Existem duas formas de morrer: por morte matada ou por morte morrida. O feminicídio, que pode ser definido como a morte matada de mulheres, representa uma triste realidade em nossa sociedade. Enquanto a morte morrida refere-se a um evento natural ou acidental, o feminicídio ocorre como resultado direto da violência de gênero, sendo motivado pelo simples fato de ser mulher (Niara de OLIVEIRA, Vanessa RODRIGUES, 2023).

Conhecido como a morte matada de mulheres, o feminicídio possui raízes profundas na história, encontrando um paralelo emblemático na caça às bruxas. Essa forma de violência extrema tem como alvo mulheres pelo simples fato de serem mulheres, refletindo um sistema de dominação e controle baseado em questões de gênero. A caça às bruxas, marcada por perseguições implacáveis, acusações infundadas e execuções cruéis, exemplifica a maneira como as mulheres foram alvo de violência e opressão ao longo do tempo. Ambos os fenômenos revelam o medo e a intolerância em relação às mulheres que desafiam as normas patriarcais, seja por seu conhecimento, pela prática de rituais pagãos ou por sua recusa em se submeter às estruturas de poder dominantes (Diana Russel, 1976; Silvia Federici, 2019).

Por isso, uma maneira simples de descrever o temor de ser mulher é através do medo de ser morta como bruxa. Não é coincidência que as bruxas sejam frequentemente retratadas em filmes, desenhos e na cultura como seres feios e cruéis. No desfecho das histórias elas são punidas com tortura e morte, porque são consideradas detentoras de conhecimentos, especialmente na área da cura, e por adorarem deuses e deusas não reconhecidos pelo cristianismo, além de desobedecerem à ordem estabelecida pelo patriarcado. Essas mortes são comemoradas, pois apenas com a eliminação das mulheres que desafiam as regras masculinas é possível alcançar o tão esperado "felizes para sempre!".

Diana Russell (1976) cunhou o termo feminicídio para descrever os genocídios de mulheres documentados ao longo da história, como a perseguição às bruxas. Durante o período da caça às bruxas, cerca de nove milhões de pessoas foram acusadas, julgadas e mortas, sendo que 80% delas eram mulheres que foram queimadas na fogueira, espancadas, estupradas - as bruxas (ANGELIN, 2005). Esse cenário demonstra que a perseguição às bruxas, considerado o maior feminicídio da história ocidental (Silvia FEDERICI, 2019), ainda perdura. Lembrar das mulheres que morreram como bruxas - queimadas, apedrejadas, estupradas - é manter viva na luta atual a

constatação de que sempre houve resistência das mulheres aos modelos de dominação de gênero, por meio da eliminação de corpos que desafiam as normas. Ou seja, o feminicídio sempre existiu.

A caça às bruxas chegou ao "Novo Mundo", trazendo consigo um grande número de feminicídios. Os colonizadores utilizaram a caça às bruxas como uma estratégia para disseminar o terror e destruir as resistências coletivas, silenciando comunidades inteiras, como forma pragmática de justificar a escravidão e o genocídio dos povos. A luta das sobreviventes, especialmente as não brancas, proporcionou uma fonte de resistência anticolonial e anticapitalista por mais de 500 anos (FEDERICI, 2017). Nesse contexto de violência extrema, "as mulheres latinas, não brancas, sofrem ainda mais com o sistema de gênero moderno colonial" (Maria LUGONES, 2014, p.17). No entanto, "foram as mulheres que defenderam de forma mais ferrenha o antigo modo de existência e que se opuseram com mais veemência à nova estrutura de poder, provavelmente devido ao fato de serem também as mais afetadas" (Sílvia FEDERICI, 2017, p.400).

Mesmo após o fim da colonização, a configuração dos Estados na América Latina manteve as "feridas" da colonialidade (QUIJANO e MARIÁTEGUI, 1991) e as marcas do domínio do homem branco sobre o poder. Afinal, o poder é masculino, branco e preferencialmente heterossexual (Heleith SAFFIOTI, 1987), e "o capital domina e se apropria de formas heterogêneas de trabalho e exploração" (QUIJANO e MARIÁTEGUI, 1991, p. 53), realizado por corpos de diferentes gêneros e raças/etnias.

Não é mais aceitável entender o espaço geográfico apenas como resultado das práticas econômicas engendradas pelo capitalismo. Portanto, embora o marxismo forneça bases importantes, ele por si só não aborda completamente a chamada "questão da mulher". Afinal, os "homens são dois fatos simultâneos, marco inicial das lutas de classes. Nesse sentido, o marxismo abriu as portas para o tema da opressão específica" (Maria MORAES, 2000, p. 89).

Assim, como mulheres, carregamos uma carga histórica de luta pelos direitos à vida, resistindo ao massacre do homem branco - antes dos colonizadores e hoje representado pelo verdadeiro "HOMEM" que se beneficia do trabalho das mulheres, o Estado (Sílvia FEDERICI, 2019). O espaço brasileiro atual é moldado por três subestruturas: gênero, classe e raça/etnia, que são governadas por uma lógica contraditória, diferente das que regem cada contradição separadamente (Heleith SAFFIOTI, 2004).

O feminicídio, que surgiu como uma provocação política e se tornou uma categoria jurídica e analítica, transcende diferentes conceitos e correntes feministas e correndo por todo o mundo, que mulheres morrem pelo fato de serem mulheres. O conceito foi forjado a partir das vivências e experiências daquelas que sofrem violência simplesmente por viverem. Foi da necessidade de nomear essa matança de mulheres que surge o conceito de feminicídio. Afinal, não é possível, no mundo das ideias, criar conceitos sem considerar a vivência (Débora DINIZ; Bruna COSTA; Sinara GUMIERI, 2015).

Como os conceitos surgem a partir de vivências e são posteriormente transformados em ferramentas de pensamento, faz-se necessário compreender suas raízes teóricas, elucidando o momento que surge o termo, a categoria e o conceito. As formas de pensar o *femicídio* e, posteriormente, o *feminicídio* são intrinsecamente geográficas, e evocam questões de ordem ontológica e epistemológica, como por exemplo: *quem propôs, onde essa pessoa pensou e em que ano?* Em suma, os conceitos representam uma construção interpretativa e explicativa da realidade, resultado da abstração humana. Quando sustentados por métodos científicos, esses conceitos estão sujeitos a questionamentos, tensões, refutações e reformulações (Nicola ABBAGNANO, 2007).

O termo feminicídio começou a ser desenvolvido como uma categoria de análise legal para descrever os assassinatos violentos de mulheres, sendo posteriormente adotado como feminicídio, fruto de uma provocação política feminista.

A palavra *Femicídio* ²⁵surge como neologismo para buscar a justiça de gênero, disputando a epistemologia dos direitos humanos. O termo começa a ser discutido amplamente no Tribunal Internacional de Crimes contra Mulheres²⁶ que aconteceu em Bruxelas, em 1976. Neste momento, mais de duas mil militantes feministas, de quarenta países, compartilharam suas experiências sobre a violência contra as mulheres e a impunidade dos agressores. As mulheres começaram a questionar o homicídio como categoria homogeneizadora para esses assassinatos. Surge então a expressão *femicídio*, formulada originalmente em inglês, *femicide*, publicizada pelos trabalhos da feminista radical sul-africana, Diana Russell (Wania PASINATO, 2011; Ana CARCEDO e Montserrat SAGOT 2000, 2010; Suely ALMEIDA, 1998).

²⁵ é a tradução direta do espanhol e do português, da palavra criada em inglês.

O femicídio começou a ser difundido na academia, com o livro intitulado: “*Femicide: The Politics of Woman Killing*” organizado por Diana E. Russell e Jill Radford, em 1992, olhando para o contexto de diversas violências dos Estados Unidos. Neste contexto, o femicídio era entendido como mortes violentas de mulheres pelo fato de serem mulheres, relacionada ao sexo.

A compreensão da grafia do termo é fundamental para compressão do conceito atual. Existia uma preocupação de visibilizar a morte de mulheres e diferenciá-las dos homicídios, mas não somente de mulheres adultas, mas em todas as fases da vida. Desta forma, o termo, cunhado em inglês, tinha preocupação de utilizar o prefixo FEM, com origem em *FEMALE* e não em *WOMAN* (Diana RUSSEL, 2011). Até sua recente morte, em 28 de julho de 2020, Diana Russel utilizou a definição: “*the killing of one or more females by one or more males because they are female*”²⁷ (2012: s/p). O uso do termo *female* (fêmea) ao invés de *woman* (mulher), é importante para enfatizar que a definição incluía bebês do sexo feminino e meninas. O femicídio, portanto, é um termo amplo que engloba todas as formas de assassinato de mulheres, independentemente da motivação específica do crime.

O femicídio é o término, o fim extremo de um *continuum* de terror contra as mulheres que inclui uma ampla variedade, que vão muito além de abusos verbais e físicos, tais como estupro, tortura, escravidão sexual (particularmente a prostituição), incesto e abuso sexual na infância, agressões físicas e emocionais, assédio sexual (no telefone, nas ruas, no escritório em salas de aula), mutilações genitais (clitoridectomia, excisão, infibulação), operações ginecológicas desnecessárias (histerectomia gratuita), heterossexualidade forçada, esterilização contra a vontade, maternidade forçada (pela criminalização do aborto e da contracepção), neurocirurgias por razões psiquiátricas, negação de alimentos a mulheres em algumas culturas, cirurgias cosméticas e outras mutilações em nome da estética. Sempre que essas formas de terrorismo terminam em morte, tem-se o feminicídio. (RADFORD e RUSSEL, 1992, p. 02-tradução minha).

O termo Feminicídio ganha espaço no debate latino-americano em 1990, principalmente pelo contexto mexicano em Ciudad Juarez, através das denúncias feministas de assassinatos de mulheres, as quais eram resultado de diversas violências (estupros, torturas e desaparecimentos), a completa impunidade dos agressores e, principalmente, a omissão do Estado. A Ciudad Juárez, é uma cidade na fronteira entre o México e os Estados Unidos e é

²⁷ que se traduz por: feminicídio é o assassinato de uma ou mais fêmeas por um ou mais machos porque elas são fêmeas.

conhecida como um dos locais mais violentos para mulheres na América Latina (Marcela LAGARDE, 2004; Rita Segato, 2005; Wania Pasinato, 2011).

A partir dos anos 1990, a cidade passou a ser marcada por uma série de assassinatos de mulheres, que foram brutalmente torturadas e mutiladas antes de serem mortas. Esses crimes, conhecidos como "feminicídios de Ciudad Juárez", ganharam repercussão nacional e internacional e foram responsáveis pelo surgimento do termo feminicídio e pela ampliação do debate sobre a violência contra as mulheres na América Latina e no mundo. O caso também levou à criação de movimentos sociais e políticas públicas para a prevenção e a punição do feminicídio e para a luta pelos direitos das mulheres na região (Marcela LAGARDE, 2004; Rita SEGATO, 2005; Wania PASINATO, 2011).

Neste mesmo período acontecem dois marcos internacionais importantes: a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, adotada em 1979, e a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher (conhecida como Convenção de Belém do Pará), estabelecida em 1994. Representando marcos importantes na luta pelos direitos das mulheres, esses instrumentos internacionais, sendo o último vinculativo, reconheceram o direito das mulheres a uma vida livre de violência, tanto no âmbito público quanto no privado e foram ratificados por todos os países da América Latina e Caribe.

A Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, também conhecida como CEDAW por suas siglas em inglês (*The Committee on the Elimination of Discrimination against Women*), foi adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 1979. Este tratado internacional estabelece os princípios fundamentais para garantir a igualdade de gênero e a eliminação da discriminação contra as mulheres em todas as esferas da vida. Reconhece que a violência contra as mulheres é uma forma de discriminação e exige que os Estados signatários tomem medidas para prevenir e combater essa violência.

Por outro lado, a Convenção de Belém do Pará é um instrumento internacional vinculativo adotado no âmbito da Organização dos Estados Americanos (OEA) em 1994. Esta convenção é o primeiro tratado a reconhecer especificamente o direito das mulheres para viverem livres de violência. Ela estabelece a obrigação dos Estados signatários de prevenir, punir e erradicar a violência contra as mulheres, tanto no âmbito público quanto no privado. Além disso, reconhece

que a violência de gênero é uma violação dos direitos humanos e estabelece mecanismos para proteger e proporcionar justiça às vítimas.

Ambas as convenções²⁸ são ferramentas fundamentais na promoção da igualdade de gênero e na erradicação da violência contra as mulheres. Sua existência e aplicação têm contribuído para fortalecer a legislação e os debates acerca das políticas de gênero ajudando a transformar o femicídio, como categoria legal e política, em feminicídio como conceito decolonial pensado principalmente por feministas da América Latina.

Marcela Lagarde (2005) introduziu o termo "feminicídio" após um longo e contínuo debate. Lagarde, uma renomada antropóloga, feminista e ativista mexicana, que também atuou como deputada por vários mandatos, dedicou sua carreira acadêmica e política ao estudo e combate à violência contra as mulheres. Ela é uma figura fundamental no debate sobre o feminicídio na América Latina. Marcela Lagarde (2006) define o feminicídio como um genocídio contra mulheres que ocorre quando as condições históricas geram práticas sociais que permitem ataques violentos à integridade, saúde, liberdades e vidas de meninas e mulheres.

o feminicídio não é apenas uma violência exercida por homens contra mulheres, mas por homens em posição de supremacia social, sexual, jurídica, econômica, política, ideológica e de todo tipo, sobre mulheres em condições de desigualdade, de subordinação, de exploração ou de opressão, e com a particularidade da exclusão (Marcela LAGARDE, 2006, p. 221- tradução minha).

De acordo com Marcela Lagarde (2005, 2008), a opressão das mulheres é estrutural e ocorre em diversos âmbitos, como na família, na religião, na política, na cultura e na economia. Ela defende, e concordo com ela, que: o feminicídio é *uma forma de barbárie no contexto patriarcal da era da globalização*. Por essa razão, ela redefine o conceito para que não se restrinja apenas ao assassinato de mulheres por homens, mas também leve em consideração a sensação de impunidade que acompanha esses crimes, considerando-os como crimes de Estado.

É responsabilidade do Estado prevenir, tratar e proteger as mulheres contra a violência de gênero, garantindo sua liberdade e direito à vida. Além de sua contribuição para a compreensão do feminicídio como uma forma de barbárie, Marcela Lagarde também aborda as diferentes formas pelas quais o feminicídio se manifesta.

²⁸ Para saber mais acesse o material de apoio.

Uma dessas formas é o feminicídio íntimo, que ocorre quando mulheres são assassinadas por seus parceiros ou ex-parceiros. Essa forma de feminicídio está enraizada em dinâmicas de poder desiguais nos relacionamentos, onde ocorre violência doméstica e o controle exercido pelo agressor pode levar à morte da mulher.

O feminicídio sexual é outra manifestação preocupante, sendo motivado por relações sexuais não consentidas ou pela rejeição sexual. Mulheres são mortas como resultado de agressões sexuais, incluindo estupros, ou como retaliação por rejeitar avanços ou expectativas sexuais indesejadas.

No feminicídio familiar, a morte é praticada por um membro da família. Pode envolver pais, irmãos, tios ou outros parentes próximos, muitas vezes como resultado de disputas familiares, questões de “honra”, práticas culturais que desvalorizam a mulher e permitem o uso da violência como meio de controle.

O feminicídio cultural ocorre quando a morte de uma mulher é motivada por normas, valores e práticas culturais que desvalorizam sua vida e sua dignidade. Essas normas e valores enraizados na cultura podem incluir tradições como crimes de honra, casamentos forçados, mutilação genital feminina e outras formas de opressão e violência contra mulheres.

Marcela Lagarde traz à tona essas diferentes formas de feminicídio para ressaltar a complexidade do fenômeno e a necessidade de abordar suas raízes sistêmicas e culturais. Sua análise destaca que o feminicídio vai além do simples ato de matar mulheres e requer uma resposta abrangente que envolva mudanças estruturais, educacionais e culturais para dismantelar as bases de desigualdade e violência de gênero em nossa sociedade.

As compreensões sobre o conceito de feminicídio são provenientes de muitas mexicanas, entre elas Rosa Linda Fregoso e Cintya Bejarano (2011) que definem o feminicídio como: “o assassinato de mulheres e meninas baseado em uma estrutura de poder de gênero, uma violência sistemática tanto no âmbito público quanto no privado” (p. 50).

Outra autora importante para compreensão do feminicídio é Rita Segato, ela destaca a violência sexual como uma forma central do feminicídio.

Segato critica o sistema de justiça por não levar em conta a dimensão cultural do feminicídio e por tratar as mulheres como objetos descartáveis. Ela afirma que a violência sexual é um instrumento utilizado para subjugar e controlar as mulheres, e que muitas vezes resulta em

morte. Essa autora também destaca o *feminicídio como uma forma de controle social*, que busca manter as mulheres em um estado de submissão e subordinação, reforçando a dominação masculina sobre a sociedade como um todo. Em sua teoria do **"feminicídio como genocídio"**, destaca, também, a dimensão étnico-racial do feminicídio na América Latina. Ela argumenta que as mulheres indígenas e afrodescendentes são particularmente vulneráveis ao feminicídio devido à sua posição marginalizada na sociedade (Rita SEGATO, 2016, 2013, 2012, 2011, 2008).

O feminicídio é uma categoria analítica que surge muito antes de ser uma categoria punitiva que pretende dar nome a matança sistemática de mulheres. Mas não de todas as mulheres, e sim de corpos sexados como mulheres, dentro do sistema de opressão-dominação patriarcal (Débora Diniz et al, 2015). Hoje, existe um consenso na literatura feminista ocidental de que: o feminicídio é resultado do sexismo e resultante da misoginia, sendo esse crime a forma mais extrema da violência de gênero. Atualmente o conceito vem sendo ampliado em seu rol de categorias analíticas. Desta forma, o feminicídio tornou-se um exemplo extremo da lógica sexista e da misoginia, pois é a negação da humanidade e da igualdade das mulheres, e, também, justifica a violência contra elas.

O livro *"Down Girl: The Logic of Misogyny"* escrito por Kate Manne (2018), uma filósofa e professora universitária canadense que atualmente leciona na Universidade Cornell, nos Estados Unidos, explora a natureza e a lógica da misoginia. Embora o livro não se concentre especificamente no sexismo, aborda a diferença entre sexismo e misoginia e como eles se relacionam. Segundo Manne (2018), o sexismo é uma forma de discriminação ou preconceito baseado no sexo ou gênero de uma pessoa. O sexismo pode ser direto, quando uma mulher é impedida de conseguir um emprego porque é mulher, ou pode ser indireto, quando as expectativas de gênero limitam as opções e oportunidades de uma pessoa. Por outro lado, a misoginia é uma aversão, ódio ou preconceito contra mulheres. A misoginia não se limita em ações discriminatórias, mas também inclui ações violentas, abusivas ou de controle contra as mulheres. Logo, o feminicídio é resultado da misoginia, uma forma mais extrema e violenta de sexismo que nega a humanidade e a igualdade das mulheres.

O título do livro de Manne, *"Down Girl"*, é um jogo de palavras com expressão, sugerindo que é necessário "derrubar" a lógica da misoginia e acabar com a opressão e a violência contra as mulheres. A expressão *"Down Girl"* pode ser traduzida para o português como "cala a boca, garota" ou "abaixa a bola, garota", representando a tentativa de controlar e silenciar mulheres,

desvalorizando sua perspectiva e sua existência pela infantilização. Essa expressão pode ser usada em contextos em que as mulheres são desencorajadas ou punidas por falar, agir ou resistir às expectativas de gênero ou às dinâmicas de poder patriarcais (Kate MANE, 2018)

A misoginia é baseada na ideia de que as mulheres são inferiores aos homens e que seu papel é servir e satisfazer os homens. Enquanto o sexismo pode ser um resultado do sistema patriarcal e das crenças culturais que valorizam mais os homens do que as mulheres, a misoginia é uma forma mais extrema de sexismo que se manifesta em violência e discriminação ativa contra as mulheres. Em suma, embora sexismo e misoginia estejam relacionados, eles têm diferenças importantes. Enquanto o sexismo é a discriminação baseada no sexo ou gênero, a misoginia é uma aversão ou ódio específico contra as mulheres, que muitas vezes se manifesta em violência e discriminação ativa (Kate MANE, 2018).

Em resumo, o feminicídio é um termo mais amplo que engloba todas as formas de assassinato de mulheres dentro do contexto misógino, racista e transfóbico, enquanto o femicídio se concentra especificamente nos casos em que as mulheres são mortas por razões sexistas. O feminicídio, como uma forma específica de violência de gênero, se manifesta de diversas formas, desde a violência sexual, física, psicológica, patrimonial até as normas culturais que desvalorizam a mulher. Ambos os termos são importantes para denunciar a violência contra as mulheres e para exigir medidas de prevenção e proteção. Contudo, o feminicídio tem um sentido mais preciso e político, ao reconhecer a dimensão de gênero da violência letal contra as mulheres.

Feminicídio surge da necessidade de realizar as ações de nomear, visibilizar e conceituar as mortes violentas de mulheres, o que constitui o exercício material do direito a ter direitos (Debora DINIZ; Bruna Santos COSTA; Sinara GUMIERI, 2015; Dora MUNEVAR, 2012).

O conceito feminicídio, apesar de ter sofrido percalços no caminho de consolidação na América Latina, está diretamente relacionado com suas raízes semânticas do homicídio, o que torna os homicídios crimes com base no gênero da vítima (Izabel GOMES, 2018; Diana LAN, 2019).

Desta forma, é possível observar que o desenvolvimento da discussão sobre mulheres assassinadas pelo fato de serem mulheres tornou-se “assunto de polícia”, ao implicar um novo tipo penal para judicializar os crimes de homicídios que acontecem com características estruturais do patriarcado.

Judicialização do feminicídio na América Latina

A legislação referente ao feminicídio em nosso continente é relativamente recente, com dezoito países da América Latina e do Caribe já adotando leis específicas que consideram o fenômeno silencioso de matança de mulheres como um crime grave.

Com base nos dados de 2021 fornecidos por organizações como a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), o Observatório de Igualdade de Gênero da América Latina e do Caribe, ONU Mulheres e do Mecanismo de Acompanhamento da Aplicação da Convenção de Belém do Pará (MESECVI), podemos observar que os países latino-americanos têm adotado diferentes estratégias legislativas ao longo dos anos para enfrentar o problema da violência contra as mulheres. Em muitos casos, as leis incluem uma variedade de fatores que contribuem para o fenômeno do femicídio/feminicídio. Entre os mais comuns estão a presença ou histórico de relações íntimas entre vítima e agressor, conhecido como femicídio/feminicídio doméstico; registros anteriores de violência, seja ela relatada ou não, antes do crime; e a ocorrência de atos que violam a liberdade sexual da vítima.

A Costa Rica foi pioneira na legislação sobre Feminicídio com a promulgação da Lei 8.589. Posteriormente, em 2021, a Lei 9.975 fortaleceu as medidas de proteção às mulheres vítimas de violência. A legislação costarriquenha abrange diversas categorias condicionantes, incluindo relação de parentesco ou relação de casal ou ex-casal, contexto de violência sexual, e relação de confiança, autoridade ou ascendência hierárquica. Destaca-se ainda o agravante do crime na presença dos filhos, quando cometido por mais de uma pessoa e contra meninas, idosas ou pessoas com deficiência.

Na Guatemala, o Decreto 22 de 2008 abordou o Femicídio, estabelecendo medidas para combater a violência de gênero, com considerações sobre relação de parentesco, denúncia reiterada, relação de confiança ou cometido por grupos.

O Chile promulgou legislações sobre Femicídio em 2010 e 2020 (Leis 20.480 e 21.212), incluindo-o no código penal e demonstrando a evolução da legislação para enfrentar a violência de gênero. São consideradas as interseccionalidades, a presença de agravantes quando o crime é cometido contra mulheres grávidas, no puerpério ou na presença dos filhos, além de características como idade avançada ou deficiência.

Na Argentina, em 2012, a Lei 26.791 tratou do Homicídio Agravado, incluindo-o no código penal e considerando diversos fatores como agravantes, como relação de casal ou ex-casal, denúncia prévia, relação de ensino e crime cometido por mais de uma pessoa. No México, em 2012, um decreto reformou diversas leis para abordar o Feminicídio, refletindo um compromisso com a proteção das mulheres. Decreto pelo qual são reformadas e adicionadas várias disposições do Código Penal Federal, da Lei Geral de Acesso das Mulheres a uma Vida Livre de Violência, da Lei Orgânica da Administração Pública Federal e da Lei Orgânica da Procuradoria-Geral da República.

Na Nicarágua, a Lei 779 tratou do Femicídio, seguida pelo Decreto 42 de 2014 e pela Lei 1.048 de 2021, fortalecendo as medidas de prevenção e combate à violência de gênero, embora não tenha sido incluída no código penal, são considerados como condicionantes para o crime de femicídio a relação de casal ou ex-casal, contexto de violência sexual, denúncia prévia e a presença de filhos, com agravantes quando o crime é cometido contra meninas, mulheres mais velhas ou pessoas com deficiência.

No Panamá, em 2013, a Lei 82 abordou o Femicídio, incluindo-o no código penal e considerando uma série de condicionantes, como relação de casal ou ex-casal, contexto de violência sexual, relação de confiança, autoridade ou ascendência hierárquica, presença de filhos ou ascendentes, gravidez ou pós-parto, e condições que implicam discriminação.

No Peru, ainda em 2013, a Lei 30.068 tratou do Feminicídio, implementando medidas para enfrentar esse grave problema social, considerando como fatores agravantes o contexto do tráfico ou em relação de ensino, mas não levando em conta denúncias reiteradas. No Estado Plurinacional da Bolívia, a Lei 348 estabeleceu medidas abrangentes para prevenir e punir a violência contra as mulheres, considerando oito fatores condicionantes, além de considerar o contexto do tráfico.

Honduras se destaca como um caso singular, uma vez que, por meio dos Decretos 23 e 130, promulgados em 2013 e 2019, respectivamente, incluiu o crime de Femicídio no seu código penal. Além dos fatores agravantes relacionados à intimidade entre vítima e agressor, ao contexto do tráfico e à violência sexual, é o único país que considera como agravante o fato de a vítima ter exercido a prostituição ou qualquer outra ocupação de natureza sexual.

Na Venezuela, em 2014, uma Lei de Reforma da Lei Orgânica Sobre o Direito das Mulheres a uma Vida Livre de Violência tratou do Femicídio, visando fortalecer as medidas de proteção às mulheres. Considera-se como agravantes relações de casal ou ex-casal, contexto de violência sexual, relação de confiança, autoridade ou ascendência hierárquica, contexto do tráfico, relações de ensino, com meninas ou mulheres idosas, e denúncia prévia.

No Equador, o Código Orgânico Integral Penal (COIP) tratou do Femicídio, implementando medidas para prevenir e punir a violência contra as mulheres no código penal, considerando quatro categorias como agravantes: relação de casal ou ex-casal, relação de confiança, autoridade ou ascendência hierárquica, presença de filhos ou ascendentes e nas relações de ensino.

Depois de todas essas experiências legais foi a vez do Brasil legislar sobre inclusão do feminicídio. Incluído no Código Penal somente em 2015, especificamente em 09 de março através da primeira Presidenta do País, a Lei 13.104/15 é uma instância qualificadora de homicídio e crime hediondo e considera o assassinato que envolve violência doméstica e familiar, menosprezo ou discriminação à condição de mulher, com pena de até 30 anos, passível de aumento de pena, revisto no artigo sétimo:

No Brasil, a pena do feminicídio é aumentada de 1/3 (um terço) até a metade se o crime for praticado: I - durante a gestação ou nos 3 (três) meses posteriores ao parto; II - contra pessoa menor de 14 (catorze) anos, maior de 60 (sessenta) anos ou com deficiência; III - na presença de descendente ou de ascendente da vítima.

Os últimos países foram: o Paraguai, em 2016, com a Lei 5.777 que tratou do feminicídio, buscando combater esse tipo de crime de forma mais eficaz, incluindo-o no código penal e considerando cinco condicionantes. No Uruguai, em 2017, a Lei 19.538 abordou o femicídio no código penal, buscando garantir a proteção das mulheres em situações de violência, considerando como condicionantes o contexto de violência sexual e denúncia prévia.

O Belice, Cuba, Jamaica, Haiti, Bahamas, Guiana, Guiana Francesa e Suriname não apresentam nenhuma tipificação legal para o assassinato de mulheres por homens motivados por ódio ou menosprezo às mulheres, como pode ser visto no mapa temático a seguir.

Mapa 1- Feminicídio: anos das legislações na América Latina



Brasil: O país que mais mata mulheres na América Latina

O termo legal de tipificação de homicídio por feminicídio foi ganhando ascensão e hoje já temos alguns dados específicos sobre feminicídio, que nos mostram que 81.100 mulheres foram assassinadas em 2021. Porém, cerca de quatro em cada dez assassinatos de mulheres que aconteceram no mundo não possuem informações contextuais que permitam identificá-los como feminicídio (UNODC e ONU Mujeres, 2022).

Na América Latina, dez países²⁹ possuem normas sobre a produção de dados e informações sobre a violência contra mulheres e meninas, assim como sobre o feminicídio (CEPAL, 2022). A análise dos dados de feminicídio revela a existência de um regime de acoplamento entre sexo e gênero, no qual os corpos são classificados heteronormativamente.

Essa classificação excludente afeta diretamente as pessoas trans, que não são reconhecidas e contabilizadas como vítimas de feminicídio, mesmo quando assassinadas em decorrência de sua identidade de gênero (Judith BUTLER, 2007, 2015, 2018). Outro ponto importante para analisar é que aqui no Brasil, e em diversos países da América Latina, apesar da lei do feminicídio ser aplicável ao assassinato por ódio ou desprezo de mulheres pelo gênero, incluindo as mulheres travestis e transexuais, nós ainda não temos estatísticas oficiais (Tathiane ARAÚJO; Sayonara NOGUEIRA; Euclides CABRAL, 2023).

O relatório da Transgender Europe (TGEU) revelou dados alarmantes sobre a violência enfrentada pelas pessoas trans ao redor do mundo. No período de 01/10/2020 a 30/09/2021, o Brasil se destaca negativamente, registrando um triste recorde: 41% de todos os casos de assassinatos de pessoas trans ocorreram em território brasileiro. Segundo os dados notificados, foram 125 vidas brutalmente interrompidas. Em seguida, encontram-se o México, com 65 casos, e os Estados Unidos, com 53. Entre as vítimas, chama atenção o fato de que 96% eram mulheres trans ou pessoas transfeminadas, sendo que 58% delas eram profissionais do sexo. É estarrecedor constatar que 36% dos homicídios aconteceram nas ruas e 24% no próprio lar das vítimas. Além disso, a idade média das pessoas assassinadas é de apenas 30 anos. Esses dados preocupantes evidenciam a urgência de medidas concretas para combater a violência e garantir a segurança e o respeito à vida das pessoas trans no Brasil e no mundo.

²⁹ Argentina, Bolívia (Estado Plurinacional da), Colômbia, Equador, El Salvador, México, Panamá, Paraguai, Peru e Uruguai.

A intenção dos mapas a seguir é demonstrar, a partir da distorção dos territórios nacionais pelo número absoluto de assassinatos pelo choque visual proporcionado pela Anamorfose Geográfica, que: **o Brasil é o país que mais mata mulheres, cisgênero e transgênero, de toda a América Latina!**

A anamorfose geográfica é uma forma de visualização poderosa e pouco usada e desafia a regra do fundo euclidiano nos mapas. Ao trabalhar com a variável tamanho, de números absolutos, ela nos proporciona relacionar o fenômeno ao local, fazendo três perguntas básicas: *Onde está localizado o fenômeno? Onde a concentração é maior e onde a concentração é menor?* Desta forma, permite expressar a distribuição, a diferenciação e a comparação imediata. (Fernanda PADOVESI, 2004; Jacques LÉVY, 2003).

O Mapa 01 foi feito com dados de 2021, organizados pela *Comisión Económica para América Latina y el Caribe*, a partir dos dados disponíveis no site do *Observatorio de Igualdad de Género de América Latina y Caribe* (2022).

Já o mapa 02 é um esforço de visibilizar o importante trabalho da Rede Nacional de Pessoas Trans do Brasil ³⁰ @redetransbrasil, a primeira instituição liderada por pessoas trans e travestis que, desde 2016, realiza um monitoramento sobre os assassinatos, violações de direitos humanos e tentativas de homicídio das pessoas trans, travestis e de gênero diverso no país. O mais novo Dossiê mostra que no ano de 2022 foram registrados 100 casos de homicídios de pessoas trans e travestis no Brasil, uma redução de cerca de 12% em relação ao ano de 2021, em que foram registrados 111 casos (Tathiane ARAÚJO; Sayonara NOGUEIRA; Euclides CABRAL, 2023) e as mortes mapeadas podem ser encontradas em : [Mapa 2022 - Assassinatos de pessoas trans na América Latina e Caribe - Google My Maps](#).

Os dados podem ser acessados no mais novo Dossiê, o qual, segundo as organizadoras e o organizador: "é um instrumento de denúncia, pois, publicizando toda esta violência e exclusão social, demonstramos a necessidade de políticas públicas específicas e uma maior atuação do Executivo, Judiciário e o Legislativo." (ARAÚJO, Tathiane; NOGUEIRA, Sayonara; CABRAL, Euclides, 2023).

Mapa 2- Feminicídios na América Latina em 2021.



Mapa 3- Transfeminicídio na América Latina em 2022.



Mulheres assassinadas problema antigo do Brasil

O feminicídio foi incorporado na lei brasileira em 2015. A Lei (13.104/2015) alterou o código penal ao tipificar esse homicídio de mulheres mortas pelo fato de serem mulheres e também mulheres mortas pela violência doméstica e familiar, menosprezo ou discriminação. A pena prevista é de 12 a 30 anos de prisão, não admitindo indultos da anistia e muito menos aplicação de fiança. É um crime hediondo³¹.

A implementação da tipificação do feminicídio é recente. Existe toda uma complicação da produção dos dados de feminicídio que vão desde o boletim de ocorrência até a entrada dos registros nas bases de dados. O registro dos feminicídios depende da compreensão sobre estrutura de poder entre os gêneros, para que no momento de registro do óbito, possa identificar o crime como feminicídio e não somente homicídio. Esta dificuldade passa por diversos setores do serviço público de segurança e também dos serviços de saúde. Logo, estes dados tem uma subnotificação muito alta e, mesmo com subnotificação alta, é um dado extremamente alarmante.

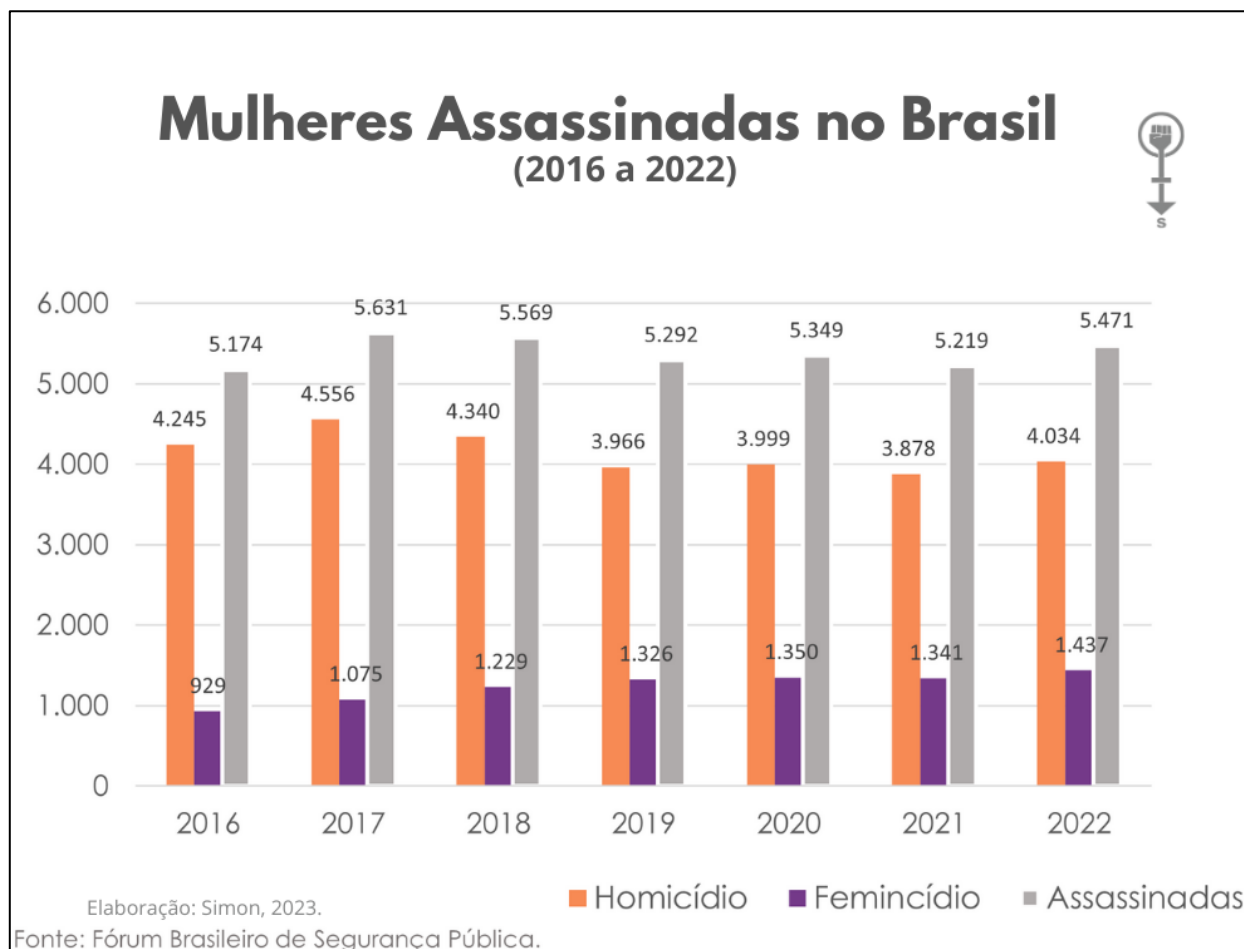
Entender a extensão desse problema é fundamental para o desenvolvimento de políticas e estratégias eficazes de prevenção e combate à violência contra as mulheres. Nesse contexto, foram feitas análises das últimas edições (2017-2023) do Anuário Brasileiro de Segurança Pública³², produzidos anualmente pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), que registraram os dados absolutos e taxas de mulheres assassinadas no nosso país, tanto as mortes por homicídio quanto as mortes por feminicídio, em todas as Unidades da Federação.

Ao analisar os números absolutos de mulheres assassinadas, tanto por homicídio quanto por feminicídio, é notável que no Brasil mais de 5 mil mulheres são assassinadas por ano. No gráfico abaixo é possível perceber que há um aumento nos casos de feminicídio em geral, embora tenha havido flutuações nos números de homicídios e no total de mulheres assassinadas

³¹ A classificação de um crime como "hediondo" implica que ele é considerado especialmente grave e, portanto, sujeito a penas mais severas do que crimes não hediondos. Os crimes hediondos geralmente são caracterizados por sua natureza cruel, impacto severo na vítima ou na sociedade, e são frequentemente sujeitos a medidas mais rigorosas no sistema de justiça criminal, como a impossibilidade de concessão de liberdade condicional, a necessidade de cumprir uma parte significativa da pena antes da possibilidade de liberdade condicional e penas mais longas de prisão.

³² As fontes de dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública são Secretarias Estaduais de Segurança Pública e/ou Defesa Social; Instituto de Segurança Pública/RJ (ISP). Já as estimativas da população residente no Brasil e Unidades da Federação, foram feitas com base nos dados IBGE, realizadas por meio de interpolação linear; Censo 2022 - IBGE.

Gráfico 1- Mulheres Assassinadas no Brasil (2016 a 2022)



A partir dessas análises, foram feitas duas pranchas de mapas, uma de homicídio de mulheres no Brasil (2018-2022) e outra de feminicídio de mulheres (2018-2022). Os anos de 2016 e 2017 não entraram na análise cartográfica porque algumas Unidades da Federação não apresentavam dados, como Amapá, Maranhão Sergipe e Ceará que não apresentaram os dados em 2016. Em 2017 Ceará ainda não apresentava os dados. Desta forma, em cada prancha foram feitos cinco mapas coroplético, um para cada ano da análise, com as taxas por 100 mil mulheres e um mapa da variação percentual das taxas ao longo dos cinco anos.

Para construir as classes dos mapas das taxas de homicídio e feminicídio por 100 mil mulheres foi utilizado o método de Sturges, um dos mais comuns entre os métodos de discretização de dados. Desenvolvido por Herbert Sturges em 1926, esse método oferece uma maneira simples e eficaz de determinar o número adequado de classes para representar dados de forma significativa e informativa. Levando em conta a amplitude dos dados e o número da

amostra (ou população) permite trabalhar com a série temporal criando classes, em padrões para a série histórica. Ao calcular as classes adequadas para as taxas por 100 mil mulheres, os dados são padronizados e permitem comparações significativas entre Estados com diferentes populações ao longo do tempo. Isso evita distorções estatísticas que poderiam surgir devido às variações na população.

Os mapas de variação percentual total referem-se à mudança percentual ao longo do tempo no número de casos de feminicídio e de todos os outros homicídios de mulheres. Essa variação é calculada comparando o número de casos (de cada crime) em dois momentos diferentes, em diferentes períodos de tempo, para determinar se houve aumento ou redução na incidência dos crimes. A fórmula para calcular a variação percentual total é a seguinte:

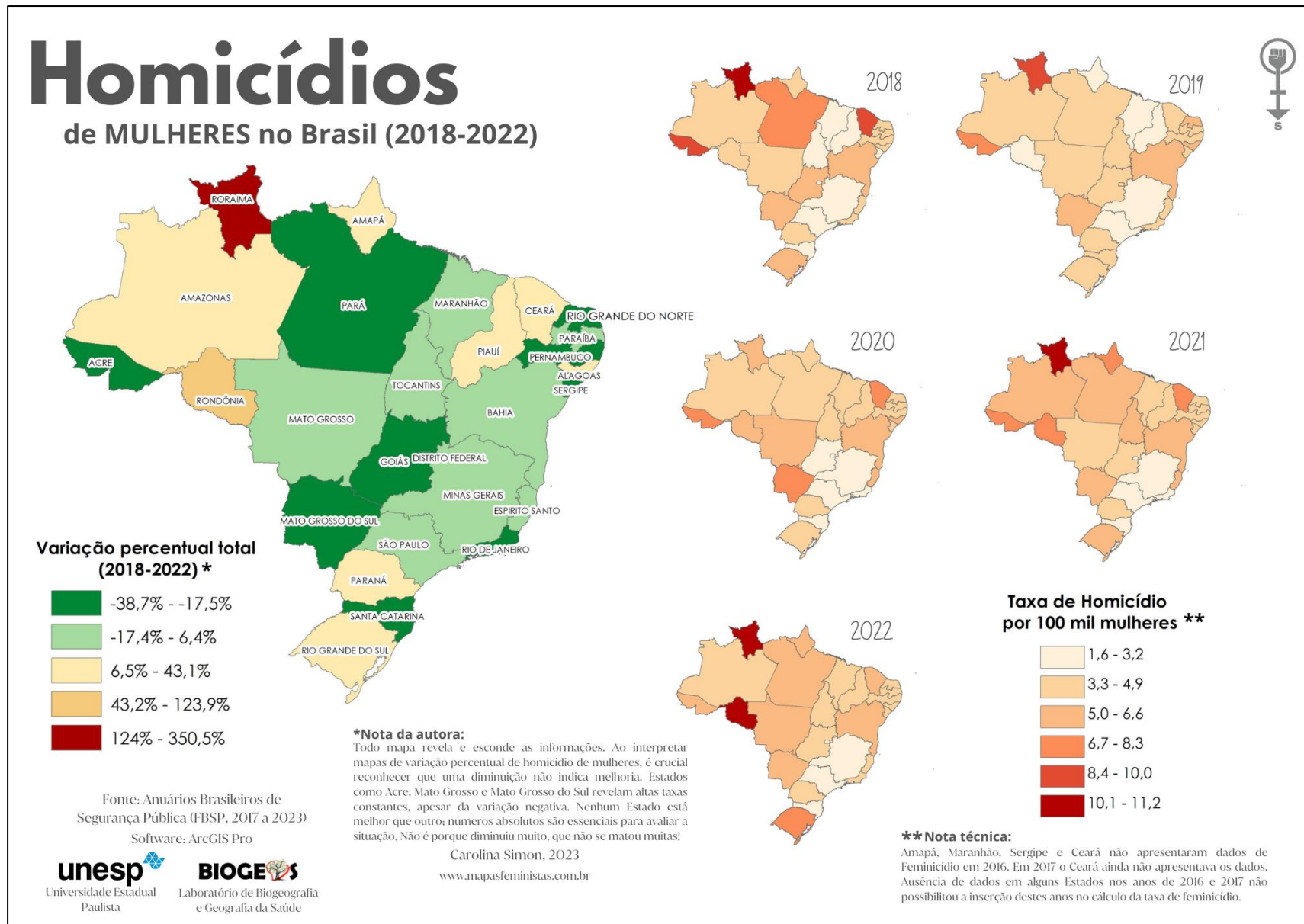
$$\text{Variação Percentual Total} = \frac{\text{Número de Casos no Período Atual} - \text{Número de casos no Período Anterior}}{\text{Número de Casos no Período Anterior}} \times 100$$

Se o resultado for positivo, indica um aumento na incidência de mortes, enquanto um resultado negativo indica uma redução. Essa análise é importante para monitorar e entender as tendências de violência de gênero em uma determinada área ou ao longo do tempo, permitindo a implementação de medidas de prevenção e políticas públicas apropriadas. Mas ressalto, não é porque matou menos, que não morreram diversas mulheres!

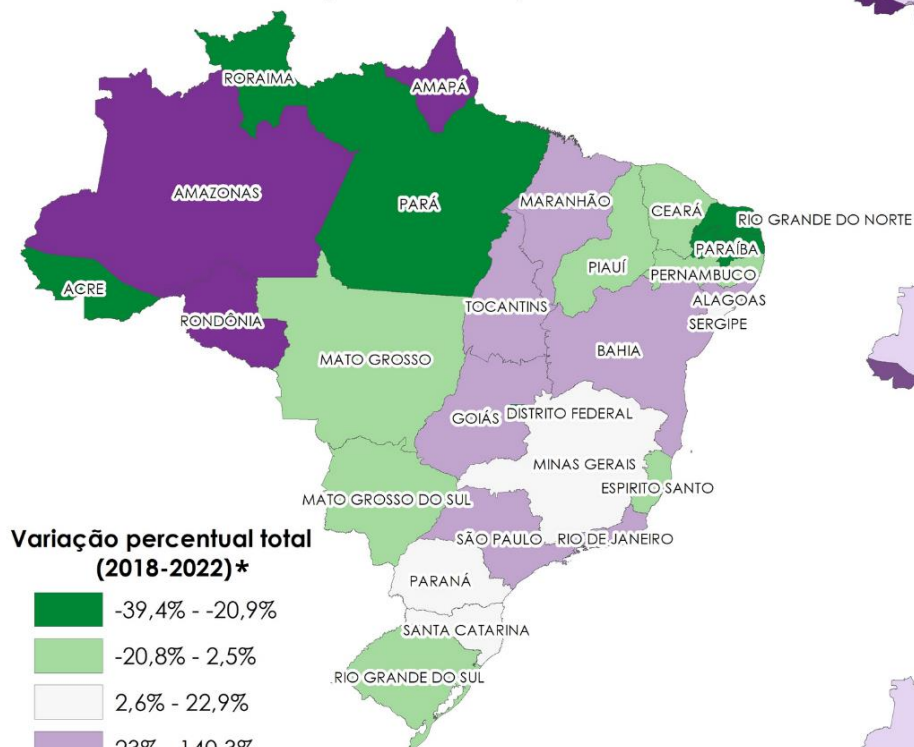
Sobre homicídios de mulheres, a partir do mapa 04 é possível perceber que Roraima é um dos estados mais preocupantes do Brasil, com a maior variação percentual de 350,5%, seguido por Rondônia com variação de 123,9%. Entre os Estados que apresentaram aumento de homicídio, destacam-se: Alagoas (43%), Rio Grande do Sul (39,7%), Ceará (32%), Amazonas (31%), Paraná (25%), Piauí (24%) e Amapá (16,5%).

Já no mapa 05, Roraima apresenta uma diminuição na incidência de feminicídios, com uma diminuição de -36,5% na taxa de variação. Os Estados com maiores resultados de feminicídio são: Amazonas (446,1%), Rondônia (205%), Amapá (193,8%).

Mapa 4. Taxa de Homicídio de Mulheres no Brasil e variação percentual (2018-2022)



Feminicídios no Brasil (2018-2022)



***Nota da autora:**

Todo mapa revela e esconde as informações. Ao interpretar mapas de variação percentual de feminicídio, é crucial reconhecer que uma diminuição não indica melhoria. Estados como Acre, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul revelam altas taxas constantes, apesar da variação negativa. Nenhum Estado está melhor que outro; números absolutos são essenciais para avaliar a situação. Não é porque diminuiu muito, que não se matou muitas!

Carolina Simon, 2023

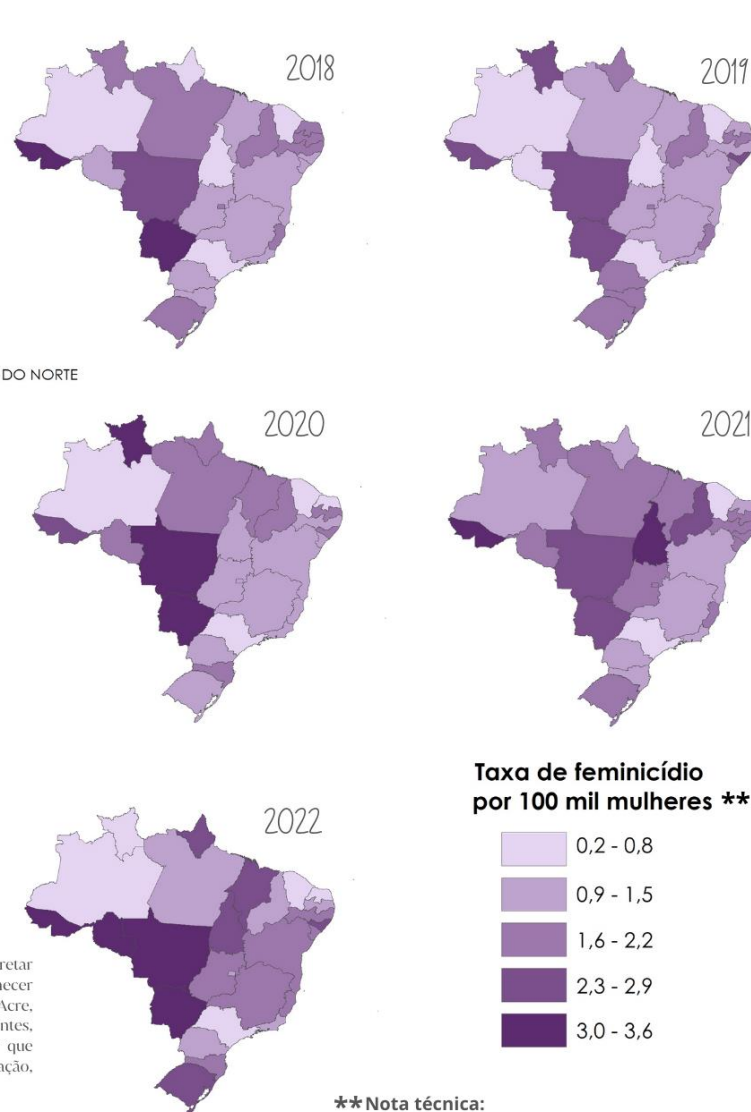
www.mapasfeministas.com.br

Fonte: Anuários Brasileiros de Segurança Pública (FBSP, 2017 a 2023)

Software: ArcGIS Pro

unesp
Universidade Estadual Paulista

BIOGEO
Laboratório de Biogeografia e Geografia da Saúde



****Nota técnica:**

Amapá, Maranhão, Sergipe e Ceará não apresentaram dados de feminicídio em 2016. Em 2017 o Ceará ainda não apresentava os dados. Ausência de dados em alguns Estados nos anos de 2016 e 2017 não possibilitou a inserção destes anos no cálculo da taxa de feminicídio.



O mapeamento das taxas de violência contra as mulheres por 100 mil habitantes nos Estados brasileiros é uma abordagem essencial para compreender a violência de gênero no país. Isso permite uma análise mais precisa da extensão do problema e facilita a formulação de políticas e estratégias direcionadas. Dada a persistência da violência de gênero no Brasil, é imperativo que esses esforços sejam priorizados. A conscientização pública, a coleta de dados mais precisa e o compromisso contínuo com a igualdade de gênero são passos fundamentais em direção a uma sociedade mais segura e justa para todas as mulheres brasileiras.

Apesar dos dados de Feminicídio do FBSP não apresentarem os dados de raça/cor, idade, escolaridade, local do crime e a relação da vítima com o feminicida discriminados por Estados, a partir das edições do Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2019 (que analisou o ano de 2017 e 2018), temos algumas análises produzidas a partir dos microdados dos registros policiais e das Secretarias estaduais de Segurança Pública e/ou Defesa Social dos anos de 2017 e 2018 para 26 Unidades da Federação³³. Estas análises trazem informações relevantes sobre as encruzilhadas de opressões por quais os corpos dessas mulheres passam ao viver e morrer no Brasil (Carla AKOTIRENE, 2019).

Nos anos de 2017 e 2018, observa-se que o ápice da mortalidade feminina ocorreu predominantemente entre mulheres com idades compreendidas entre 20 e 44 anos, totalizando 69,4% das vítimas. Destaca-se que a maioria dessas mulheres eram negras, representando 61% dos casos, e 70,7% delas possuíam, no máximo, o ensino fundamental. Além disso, em 88,8% dos casos, o agressor era ou havia sido companheiro dessas mulheres, e 65,6% dessas mortes ocorreram no ambiente doméstico (FBSP, 2019).

Em 2019, o cenário persistiu, com mulheres negras representando a maioria das vítimas (66,6%), enquanto 69,2% das vítimas eram adultas entre 20 e 44 anos. Os crimes continuaram a ocorrer principalmente no ambiente residencial, em 58,9% dos casos, sendo cometidos em 89,9% das vezes pelo companheiro ou ex-companheiro da vítima. As armas brancas foram utilizadas em 53,6% dos casos, seguidas por armas de fogo, responsáveis por 26,9% das mortes (FBSP, 2020).

³³ O Estado da Bahia foi o único que não enviou os dados para a primeira análise de 2019.

No ano de 2020, a situação não apresentou melhorias substanciais, com 61,8% das mulheres mortas sendo negras. Alarmantemente, 81,5% das vítimas foram mortas por companheiros ou ex-companheiros, e aquelas com idades entre 18 e 44 anos representaram 74,6% dos casos. As armas brancas ainda predominaram, sendo responsáveis por 55,1% das mortes, enquanto as armas de fogo foram utilizadas em 26,1% dos crimes. A maioria dos homicídios ocorreu em residências (54%), e os horários noturno (31,4%) e madrugada (18,4%) se destacaram como períodos de risco (FBSP, 2021).

Em 2021, os dados revelam que as mulheres mortas por feminicídio continuavam majoritariamente sendo negras (62%), com idades entre 18 e 44 anos representando 68,7% das vítimas. As armas brancas ainda eram frequentemente utilizadas, responsáveis por 50% das mortes, enquanto 29,2% dos casos envolveram armas de fogo. Chocantemente, em 65,6% dos casos, as mortes ocorreram em residências, e em 81,7% dos casos, o agressor era companheiro ou ex-companheiro da vítima (FBSP, 2022).

O anuário mais recente, referente a 2022, destaca que 61,1% das vítimas de feminicídio eram negras, e a maioria continuava sendo jovem, com 71,9% das vítimas entre 18 e 44 anos. Preocupantemente, 7 em cada 10 mortes ocorreram dentro de casa, totalizando 69,3% das mortes em residências. As mulheres foram mortas principalmente por companheiros (53,6%) e, em menor proporção, por ex-parceiros (19,4%). As armas brancas ainda foram responsáveis pela maioria das mortes, com 49,9%, seguidas por armas de fogo, envolvidas em 26,3% dos casos. Chama a atenção que 10,4% das mortes ocorreram devido a agressões diretas (FBSP, 2023).

Esses dados inquestionavelmente evidenciam a urgência de ações coordenadas e a necessidade de uma abordagem mais ampla, incluindo a luta contra o racismo estrutural (Silvio de Almeida, 2019), para combater a violência de gênero no Brasil.

Porém um questionamento que fica é: essas mulheres eram mães? Como vimos, anteriormente, as entrevistadas da pesquisa tinham mais uma interseccionalidade em evidência, como opressão e dominação caracterizadas nas diversas violências, todas eram mães. Conscientização pública, coleta de dados precisos e um compromisso incansável com a igualdade de gênero são cruciais para construir uma sociedade que seja verdadeiramente segura e justa para todas as mulheres brasileiras.

Violência de gênero: um problema, também , de saúde

O feminicídio, assassinato de mulheres baseado em questões de gênero, é um problema que há muito tempo aflige a saúde pública, mas somente recentemente tem recebido maior reconhecimento. Antes mesmo desse fenômeno misógino receber um nome, especialmente no contexto legal, já havia um debate sobre a violência de gênero e seus impactos na saúde.

Esse debate começou a ganhar forma mais intensamente na década de 1990, quando a violência contra as mulheres e as mortes ocasionadas por esse fenômeno foram inseridas como uma questão de direitos humanos. Antes dos anos 1990, prevalecia a ideia de que a violência era tratada na saúde apenas por meio da Classificação Internacional de Doenças (CID), categorizando-a como causadora de agravos à saúde que podem levar à morte (Mariana AZAMBUJA, Conceição NOGUEIRA, 2008).

A expressão "violência contra a mulher" foi cunhada pelo movimento feminista há pouco mais de duas décadas. Essa expressão abrange uma ampla gama de situações, como violência física, sexual e psicológica cometida por parceiros íntimos, estupro, abuso sexual de meninas, e, principalmente, a violência perpetrada pelo Estado, por ação ou omissão (Miriam Grossi, 1998; OEA, 1996).

Estudos sobre violência de gênero revelam uma complexidade de questões que vão além da violência física explícita. Minayo (1994) destaca a existência de uma violência imperceptível na sociedade, determinada pela desigual apropriação de bens e informações. Essa forma de violência compõe uma rede menos evidente, abrangendo a delinquência, atos de violência reconhecidos como ferimentos, assassinatos e mortes, bem como a violência estrutural perpetrada pelo Estado e instituições, que reproduzem as condições geradoras de violência. Além disso, há a resistência às condições de desigualdade, que às vezes se expressa por meio da agressão física. Essas três formas de violência estão interligadas e formam uma rede complexa de violência de gênero.

A violência de gênero, incluindo o estupro, violência doméstica, mutilação, assassinato, feminicídio e abuso sexual, é uma causa significativa de morbidade e mortalidade feminina em todo o mundo. No entanto, raramente é politicamente apresentada como um problema de saúde, embora haja um acúmulo de anos de pesquisas

sobre o assunto, tornando-se assim "O ônus oculto para a saúde" - uma carga oculta para a saúde (Lori HEISE; Jacqueline PITANGUY; Adrienne GERMAIN, 1994).

Quando se fala em qualidade de vida, está se abordando a saúde em seu sentido amplo. A saúde não se limita apenas à ausência de doenças, mas também inclui o bem-estar físico, mental e social de uma pessoa. A qualidade de vida está intimamente ligada a esses aspectos e a saúde é um elemento central para alcançá-la (Maria MINAYO e Edinilsa SOUZA, 1999).

De acordo com Maria Minayo e Edinilsa Souza (1999), a violência é considerada parte do escopo da saúde pública dentro do conceito ampliado de saúde, abrangendo qualquer forma de agravo que represente uma ameaça à vida, às condições de trabalho, às relações interpessoais e à qualidade de vida. Além disso, a violência em sentido restrito afeta diretamente a saúde das pessoas, frequentemente resultando em mortes prematuras.

Desta forma, a violência apresenta múltiplos desafios para a saúde. Primeiramente, ela resulta em altas taxas de mortalidade e morbidade, especialmente entre crianças, mulheres e jovens, sendo agravada em regiões onde a violência, tanto interpessoal quanto coletiva, é prevalente.

Em segundo lugar, o combate à violência exige a destinação de recursos financeiros significativos para a prestação de assistência médica às vítimas, muitas vezes em detrimento de outros setores que também necessitam de investimentos.

Por fim, a violência não impacta apenas a vítima, mas também sua família e o ambiente ao seu redor, acarretando efeitos negativos imediatos nos aspectos econômicos, sociais e psicológicos, que podem se estender a médio e longo prazos (Alberto CONCHA-EASTMAN; Miguel MALO, 2006).

O evento sentinela, a ponta do iceberg, da violência de gênero

O feminicídio pode ser considerado um evento sentinela porque é um indicador trágico e alarmante da violência de gênero contra as mulheres. Eventos sentinela são eventos graves e evitáveis que servem como um alerta para a existência de um problema subjacente em uma determinada área ou sistema de saúde. Eles são frequentemente utilizados no campo da saúde pública para identificar lacunas e desafios e direcionar ações para prevenção e intervenção, pois refletem a produção social da saúde em diferentes contextos geográficos, que podem ser detectados por eventos sentinela e revelam a situação de morbi-mortalidade (David RUTSTEIN et al, 1976.; Tim ALDRICH, Paul LEAVERTON, 1993, Juan SAMAJA, 1996.)

No contexto do feminicídio, esse evento sentinela revela a persistência das desigualdades e injustiças de gênero que afetam as mulheres em muitas sociedades. Ao serem mortas simplesmente por serem mulheres, as vítimas de feminicídio são exemplos trágicos das consequências extremas da violência baseada no gênero.

O feminicídio é um indicador crítico, pois destaca a gravidade da violência de gênero, evidenciando que as mulheres estão sujeitas a uma ameaça de vida específica e diferenciada simplesmente por sua identidade de gênero. Esse tipo de violência não pode ser atribuído a incidentes aleatórios ou isolados, mas sim a um sistema de desigualdade e discriminação enraizado em normas culturais, estereótipos e desequilíbrios de poder entre homens e mulheres.

Além disso, o feminicídio funciona como um evento sentinela porque seus efeitos reverberam na sociedade como um todo. O medo da violência e do feminicídio restringe a liberdade e a qualidade de vida das mulheres, limitando suas oportunidades e contribuições para a sociedade. Dessa forma, o feminicídio não afeta apenas as vítimas e suas famílias, mas também tem um impacto mais amplo na coletividade, gerando um clima de insegurança e perpetuando um ciclo de desigualdade e violência.

Portanto, o feminicídio como evento sentinela chama a atenção para a necessidade de abordar a violência de gênero de forma abrangente, tanto no âmbito jurídico e político quanto no campo da saúde pública. Ele destaca a urgência de políticas e intervenções direcionadas para prevenir a violência, promover a igualdade de gênero, fortalecer a proteção das vítimas e responsabilizar os agressores. Somente assim poderemos enfrentar

o feminicídio e combater efetivamente a violência baseada no gênero em todas as suas manifestações.

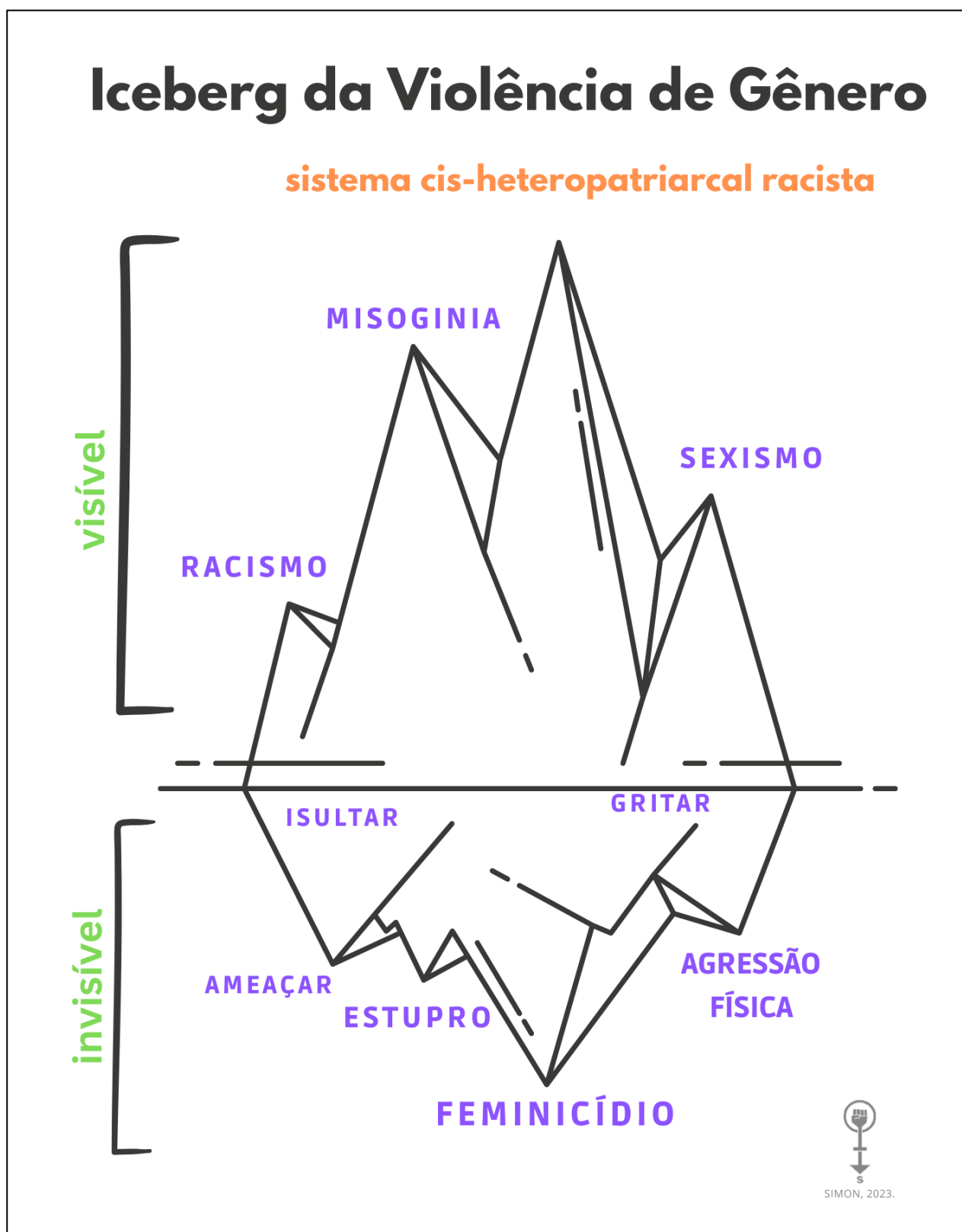
A teoria do *iceberg* da doença é um conceito utilizado na epidemiologia e saúde pública para ilustrar a disparidade entre os casos identificados de uma doença ou condição e a sua verdadeira prevalência na população. De acordo com essa teoria, os casos diagnosticados e notificados representam apenas a "ponta do iceberg", enquanto uma parcela significativa dos casos permanece invisível, não detectada ou subnotificada.

Ao relacionar a teoria do iceberg da doença com os eventos sentinelas de violência, como o feminicídio, podemos entender que esses eventos trágicos são apenas uma manifestação extrema e visível de um problema muito maior e mais profundo. Assim como os casos diagnosticados representam apenas uma fração do total de casos de uma doença, o feminicídio é apenas a ponta do iceberg da violência de gênero que afeta as pessoas.

O feminicídio, compreendido como um evento sentinela, serve de alerta para a existência de uma epidemia de violência de gênero, assim como um caso diagnosticado alerta para a existência de uma doença. Por trás de cada feminicídio há inúmeros casos de violência que podem variar em intensidade e gravidade, desde assédio sexual, violência doméstica até agressões físicas e psicológicas constantes (Margarita CELAYA, 2014).

Assim como a teoria do iceberg da doença nos mostra que é fundamental abordar não apenas os casos diagnosticados, mas também os casos submersos para controlar uma doença, no contexto da violência de gênero é igualmente importante ir além dos eventos sentinelas do feminicídio. É necessário abordar as diversas formas de violência de gênero que ocorrem diariamente, mesmo que não resultem em morte, a fim de promover a igualdade, segurança, bem-estar e a saúde das mulheres.

Organograma 2- O Iceberg da violência contra a mulher



Elaboração: a autora, 2023.

As atitudes e crenças sociais que sustentam a violência masculina precisam ser desafiadas para combater a violência contra as mulheres. Essas atitudes e crenças incluem normas de gênero e sexualidade, desequilíbrios de poder entre homens e mulheres e aceitação cultural da violência como meio de resolver conflitos. Abordar as causas profundas da violência é essencial para prevenir e reduzir a violência contra as mulheres (Lori HEISE; Jacqueline PITANGUY; Adrienne GERMAIN, 1994).

Neste sentido, o artigo *Domestic violence: The base of the iceberg* (Susan LEES, et al, 2013), reconhece que o feminicídio é apenas uma pequena parcela visível da violência de gênero, que é ainda mais agravada pela invisibilidade da casa, se manifestando como violência doméstica. Assim sendo, a teoria do iceberg da doença nos ajuda a compreender que o feminicídio é apenas a ponta do iceberg da violência de gênero, um problema de saúde pública. Relacionando esse conceito com os eventos sentinelas, podemos direcionar esforços para abordar a totalidade do problema, buscando prevenir e erradicar a violência contra as mulheres em todas as suas formas.

Em suma, o feminicídio e a violência de gênero são problemas antigos de saúde pública que demandam uma abordagem holística, considerando não apenas as consequências físicas, mas também os aspectos sociais, psicológicos e estruturais. É essencial promover a conscientização, a prevenção e a implementação de políticas efetivas para enfrentar essas formas de violência, garantindo a saúde e a segurança das mulheres em todas as esferas da sociedade. A violência é uma questão crucial para a saúde pública, pois engloba diversos aspectos.

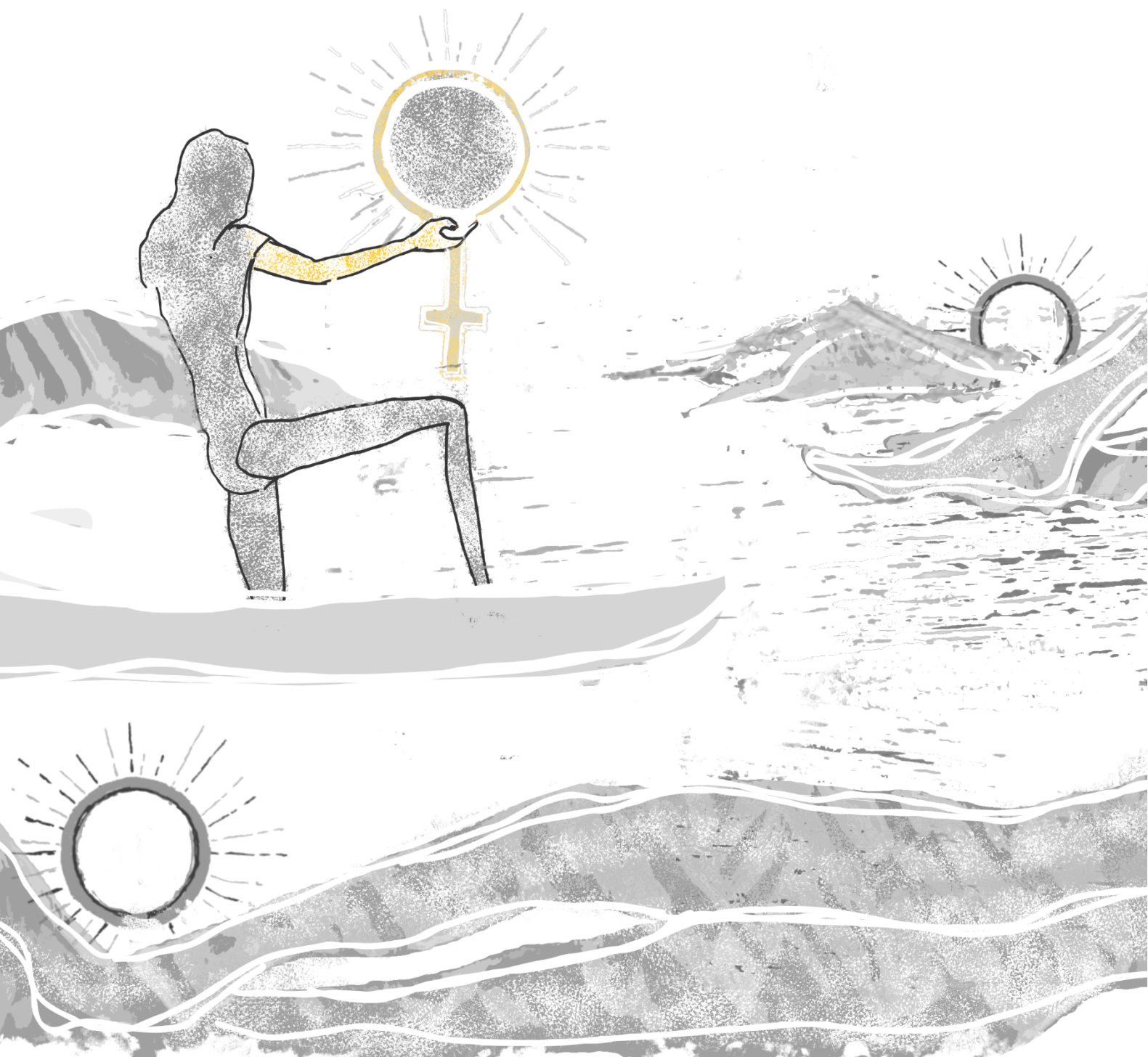
É possível desenvolver estratégias mais abrangentes para prevenir e combater a violência em todas as suas formas. Isso inclui fortalecer a legislação e políticas de proteção às vítimas, melhorar o acesso a serviços de apoio e denúncia, promover a educação sobre igualdade de gênero e empoderamento das mulheres e combater as normas culturais e estereótipos prejudiciais.

CAPÍTULO 03:

AS PRINCIPAIS

POLÍTICAS PÚBLICAS BRASILEIRAS

PARA A PREVENÇÃO DO FEMINICÍDIO



Capítulo 03- As principais políticas públicas brasileiras para a prevenção do Feminicídio

As mulheres demoraram décadas para tornar o feminicídio um assunto público. No Brasil, desde os anos 80, as mulheres se articularam coletivamente para denunciar a violência de gênero que acontece no espaço privado da casa e brutalmente mata as mulheres. Frente a impunidade dos agressores, sob alegações de “defesa da honra”, as mulheres começaram a pautar a luta contra a violência através da reivindicação de equipamentos públicos, para materializar o reconhecimento da violência contra mulheres como um crime e responsabilizar o Estado no que se refere à implantação de políticas públicas que permitiram o combate a esse fenômeno (Lídio de SOUZA e Mirian CORTEZ, 2014).

O Estado brasileiro é comprometido, internacionalmente e nacionalmente, em prevenir e promover as vidas femininas através da proteção de direitos humanos das mulheres, mas o patriarcado é, ainda hoje, um dos principais vetores da violência contra as mulheres no Brasil (SIMON, 2021).

Esse é um dos reflexos de como a criação de políticas públicas é mais fortemente relacionada com as políticas de governo e não de Estado. Assim, apresentam descontinuidades com as alternâncias de partidos no poder. Logo, as políticas públicas sempre apresentam um viés político, que deixa suas marcas ideológicas com características específicas. Assim, o Estado, responsável pelas injustiças de gênero, também é um importante promotor da justiça.

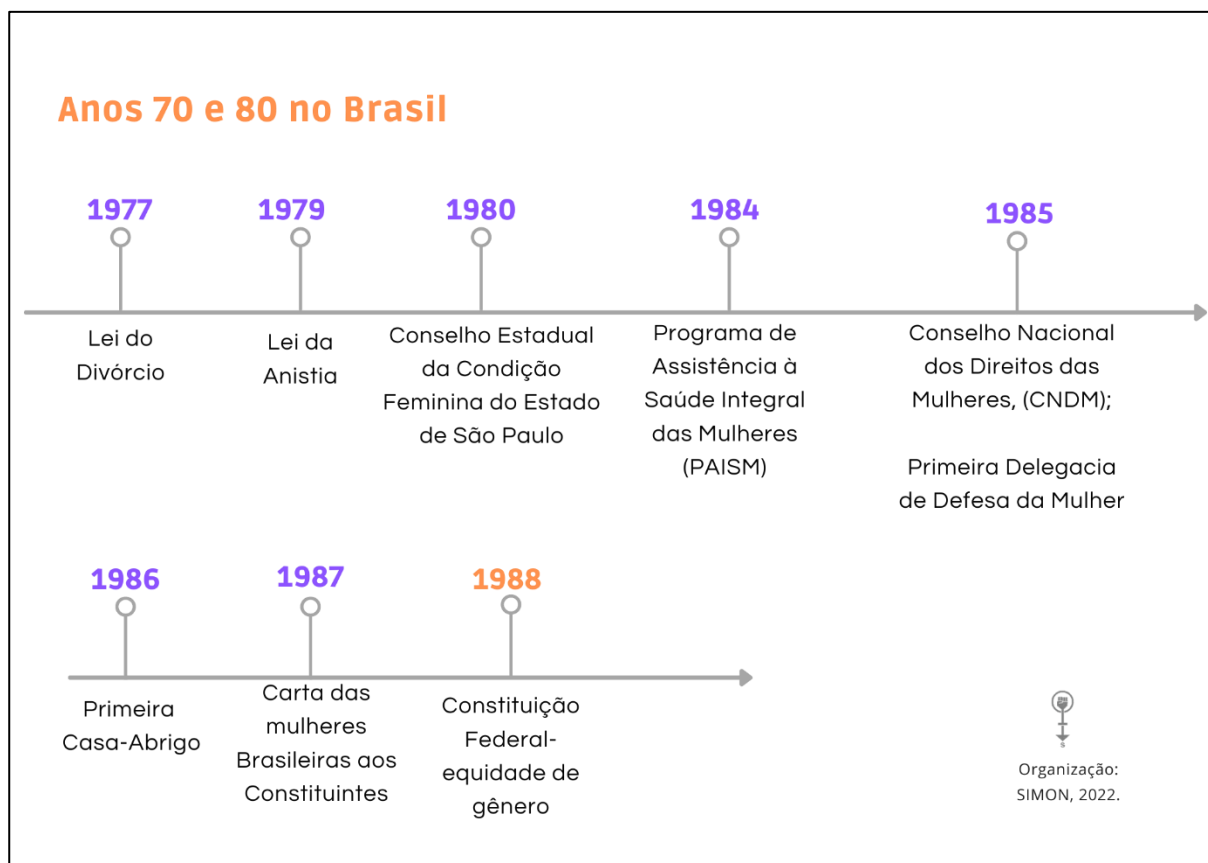
A esfera pública é um espaço onde o binarismo ganhou força ao longo dos séculos, logo a subordinação das mulheres é perpetuada e reforçada no espaço da esfera pública, pois autoriza a subordinação das mulheres aos homens na esfera privada. Analisar as políticas públicas e programas governamentais permitem verificar as iniciativas do Estado para salvar a vida das mulheres da misoginia arraigada na sociedade Brasileira.

Política pública é a substância do que o governo faz (SALISBURY, 1995), por isso as políticas públicas devem garantir a cidadania, buscando a dignidade para as pessoas. Podem ser descritas como um conjunto de ações governamentais, através de programas

com participação de setor público ou privado, logo as ações do Estado podem ser definidas como políticas públicas, sendo fundamental ressaltar que essas ações são orientadas por objetivos de interesses do governo (Elisa REIS e Eliza PEREIRA, 1989; Marta FARAH, 2004).

Anos 70 e 80 no Brasil “legítima defesa da honra”

Organograma 3- Avanços feministas dos anos 70 e 80 no Brasil



Nestas décadas, as lutas feministas por uma vida livre de violências se intensificaram no Brasil e materializaram o reconhecimento da violência contra às mulheres como um crime, implicaram a responsabilização do Estado tornando a violência contra a mulher, na esfera pública e privada, “assunto de polícia” (Nadine JUBB, et al, 2008; Lidio SOUZA; Mirna CORTEZ, 2014).

Nesta época crimes julgados sob a tese da “legítima defesa da honra” começaram a ser denunciados. O assassinato³⁴ de Ângela Diniz, que aconteceu em 1976, foi um dos crimes de violência contra mulheres de maior repercussão do Brasil, o caso “Doca Street”,

³⁴ Nessa época ainda não se estabelecia o debate sobre feminicídio nas ruas e nas mídias.

o Crime da Praia dos Ossos³⁵. Ângela era uma mulher bissexual, mineira de alta classe social, era famosa e conhecida por diversas revistas. Mãe de três filhos, era desquitada, pois **as mulheres puderam se divorciar somente em 1977**. Aos 32 anos ela foi assassinada com quatro tiros na cabeça dentro de sua casa. Os tiros foram disparados pelo namorado, Raul Fernando do Amaral Street, empresário paulista, separado, pai de três filhos, cujo o apelido era Doca. Ele matou e fugiu. Réu confesso, mas ele virou vítima antes de ser assassino. Quando se entregou, ficou em prisão preventiva.

O primeiro julgamento ocorreu em 1979, três anos após o crime, com grande pressão social e repercussão midiática. Ele alegou que Ângela teria cometido crime contra a sua honra, “ela queria trocá-lo, e trocar por uma mulher, uma ofensa irreparável”. Ele foi condenado por excesso culposo de legítima defesa e o assassinato de Ângela foi considerado como **crime passionai- “matou por amor”** foi a apelação de sua defesa que gerou grande repercussão. Sua pena foi de somente dois anos de detenção, e ainda que pequena, sua a pena foi suspensa- ele já havia cumprido sete meses na prisão antes do julgamento e o seu advogado conseguiu suspensão da execução da pena privativa de liberdade imposta sob determinadas condições (Miriam GROSSI,1998).

Em 18 de agosto de 1980, com cartazes que diziam **“Quem ama não mata”**, as mulheres brasileiras foram às ruas, refutando as frases de juras de amor proferidas tanto nos julgamentos quanto nas notícias e reportagens sobre o assassinato de mulheres. O julgamento do crime foi amplamente divulgado e acompanhado pela sociedade brasileira. Outros feminicídios começaram a ser evidenciados, mortes cruéis de mulheres começaram a ser manchete de jornais, e, neste momento, o movimento feminista- como atrizes políticas- conseguiram romper com o estigma na sociedade brasileira de que a violência contra a mulher só acontecia com mulheres da classe trabalhadora, principalmente com pretas, pobres e de baixa escolaridade

³⁵ Para saber mais acesse o podcast jornalístico: [O julgamento | Praia dos Ossos \(radionovelo.com.br\)](https://radionovelo.com.br)

Mais que a ocorrência dos crimes, a impunidade dos réus – sempre absolvidos ou condenados a penas mínimas – indicava a plena concordância do júri popular – e, portanto, da sociedade – com a ação e os valores dos assassinos. Foi este dado – a impunidade dos agressores (pobres ou ricos) – que levou o movimento feminista a destacar a existência de uma violência específica contra a mulher, acobertada pelo Estado e legitimada culturalmente pela sociedade (Leila BARSTED, 1994:18).

Neste mesmo período, o Brasil acabava **de legislar o divórcio (1977), a Anistia (1979) e lideranças negras fundaram o Movimento Negro Unificado contra a Discriminação Racial (MNU)**. A luta se intensifica com o fim do período da ditadura (1964-1985), quando o feminismo já se impunha como um ator- ou atrizes- políticas no cenário brasileiro (Jaqueline PITANGUY, 2018; Celi PINTO, 2003).

Foram décadas de trabalho e organização na construção de relações comuns com o movimento de trabalhadores para implementação de políticas públicas de combate à violência patriarcal. Desta forma, “as lutas feministas saltaram no Brasil principalmente num contexto de luta pela democracia, contra a ditadura e as desigualdades sociais” (Lia MACHADO, 2016, p. 10).

Em **1981**, depois de ampla repercussão internacional- com a CEDAW³⁶ e a II conferência mundial das mulheres- e nacionalmente com manifestações feministas, a promotoria do caso de Ângela Diniz conseguiu abrir o julgamento novamente. O Agressor foi condenado a 15 anos de reclusão. Cumpriu três anos em regime fechado, dois anos no semiaberto e o restante em condicional.

Com as eleições de 1982 e a vitória da oposição nos principais colégios eleitorais de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, as feministas demandam a criação de espaços institucionais nos governos estaduais, o que levará ao Conselho dos Direitos das Mulheres de Minas Gerais, governado por Tancredo Neves, e ao Conselho da Condição Feminina de São Paulo, governado por Franco Montoro. No Rio de Janeiro, foi eleito Leonel Brizola, e foi criado um Centro de Referência [da Mulher] (Jaqueline PITANGUY, 2018, P.45).

³⁶ A Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW) é um tratado internacional que visa promover e proteger os direitos das mulheres em todo o mundo. Adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 1979, a CEDAW é composta por 30 artigos que delineiam as obrigações dos Estados Partes na eliminação da discriminação de gênero.

O Conselho Estadual da Condição Feminina do Estado de São Paulo, criado em 1980

foi um marco, pois foi o primeiro órgão do governo destinado a atuar pelos direitos das mulheres. Entre as fundadoras e participantes deste Conselho estavam Thereza Santos e Sueli Carneiro, que **em 1988 fundaram o Geledés – Instituto da Mulher Negra**. (Sueli CARNEIRO, 2002).

O feminismo era uma agenda política com o avanço da redemocratização e a reorganização das mulheres, em partidos políticos e movimentos sociais, surgiram as reivindicações o **“pessoal é político”** – esse foi o preâmbulo da construção da cidadania no mundo e consequentemente no Brasil (Eva BLAY, 2007). Porém, isso só foi reafirmado no **Código Civil de 2002**, quando o termo “pátrio poder” foi substituído por **“poder familiar”** e entrou em vigor apenas em janeiro de 2003.

Em **1984** é criado o **Programa de Assistência à Saúde Integral das Mulheres (PAISM)**, que pela primeira vez considerou as especificidades vividas pelas mulheres em diferentes ciclos da vida, criando especialmente uma política de saúde voltada para as gestantes e puérperas.

Em **1985**, pela Lei federal 7.353 foi criado o **Conselho Nacional dos Direitos das Mulheres (CNDM)** junto ao Ministério da Justiça. Era um órgão com características de um ministério, tinha orçamento advindo da criação de um Fundo Especial de Direitos das Mulheres na mesma Lei que criara o CNDM e tinha autonomia para deliberar e garantir os direitos das mulheres na constituição. O CNDM era composto por 17 conselheiras, nomeadas pelo Ministro da Justiça, das quais 1/3 eram advindas de movimentos de mulheres (Celi Pinto, 2003; Jaqueline PITANGUY, 2011, 2018).

O CNDM foi assim um dos primeiros órgãos públicos na América Latina voltados para os direitos da mulher e influenciou iniciativas similares, especialmente nos países do Cone Sul, como a Argentina e o Chile, países que possuem uma caminhada de redemocratização e uma história política muito parecidos como o Brasil (Jaqueline PITANGUY, 2011).

O CNDM lançou a campanha Mulher e Constituinte com o slogan *“Constituinte pra valer tem que ter direitos da mulher”*, elaborou cartazes, folhetos fez inserções na mídia e facilitou uma caixa postal. Abria comunicação direta com o movimento de mulheres que

enviavam o que acreditavam que deveria ser incluído na nova Constituição relativo aos direitos da mulher (Jaqueline PITANGUY, 2011). Neste período surgiram os primeiros equipamentos de proteção a vida das mulheres, como as **Delegacias de Defesa das Mulheres em 1985 e Casas Abrigo 1986**.

As eleições de 1986 possibilitaram a eleição de 26 deputadas, que ainda que representasse apenas 5,7% no congresso era uma vitória nunca antes vista no Brasil, “eram mulheres de família de políticos tradicionais, longe de ser uma bancada feminista popular” (Celi PINTO, 2003, p. 53). Porém, com mais mulheres no Congresso o conselho conseguiu desenvolver articulações com as deputadas que formaram a bancada feminista- essa articulação ficou conhecida como o **Lobby do Batom**. Esse movimento originou um documento histórico, **a Carta das mulheres Brasileiras aos Constituintes**³⁷.

Após a realização de um Congresso Nacional em 1986, a carta foi então aprovada em plenário e entregue em 1987 por Jaqueline Pitanguy ao Presidente do Congresso, Deputado Ulysses Guimarães. O documento se dividia em duas partes: a primeira, que versava sobre a Saúde, sobre o Sistema Único de Saúde, ensino público e gratuito, reforma agrária, reforma tributária, entre outras questões; e, na segunda parte, tratava mais especificadamente dos direitos das mulheres no que se refere ao casamento, saúde, direitos reprodutivos, entre outros. Cerca de 80% das proposições foram incorporadas na Carta Magna, outras levaram a mudanças nos códigos civil, penal, em leis complementares, ou na criação de novas leis e serviços para a mulher (PITANGUY, 2011). Como observa Leila Linhares Barsted:

O movimento feminista brasileiro foi um ator fundamental nesse processo de mudança legislativa e social, denunciando desigualdades, propondo políticas públicas, atuando junto ao Poder Legislativo e, também, na interpretação da lei. Desde meados da década de 70, o movimento feminista brasileiro tem lutado em defesa da igualdade de direitos entre homens e mulheres, dos ideais de Direitos Humanos, defendendo a eliminação de todas as formas de discriminação, tanto nas leis como nas práticas sociais. De fato, a ação organizada do movimento de mulheres, no processo de elaboração da Constituição Federal de 1988, ensejou a conquista de inúmeros novos direitos e obrigações correlatas do Estado, tais como o reconhecimento da igualdade na família, o repúdio à violência doméstica, a igualdade entre filhos, o reconhecimento de direitos reprodutivos, etc. (BARSTED, 2001, p. 35).

³⁷ Essa carta pode ser acessada em: https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicao-cidada/a-constituente-e-as-mulheres/arquivos/.

Na **Constituição Federal de 1988** (constituição vigente), garantiu o sufrágio universal e as mulheres passaram a ter as mesmas funções na família. Pela primeira vez na República brasileira foram redigidos artigos que asseguram a equidade de gênero- tipificando igualdade entre homens e mulheres- e a proteção dos direitos das mulheres- como humanas. “**Homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações**” é o que estabelece o artigo 5º da Constituição Federal e, pela primeira vez , o Estado brasileiro passa a ter o dever de criar mecanismos para coibir a violência no âmbito das relações familiares (BRASIL, 1988).

O processo de redemocratização do Brasil na década de 80 descentralizou o poder e permitiu a participação da sociedade civil na formulação e implementação de políticas públicas através da articulação de movimentos sociais que pautavam a necessidade de acesso aos serviços públicos de qualidade, principalmente nos centros urbanos, criando condições para o exercício da democracia (Eder SADER, 2007; Marta FARAH, 2004).

Os movimentos sociais dos anos 70 e 80 culminaram em mudanças profundas da sociedade brasileira ao denunciarem as desigualdades de classe, porém eram protagonizados pelas mulheres, as atrizes sociais, que romperam a esfera privada e reivindicaram condições de permanecerem nas esferas públicas, como sujeitas políticas, logo sujeitas de direitos, convergindo assim com as pautas do movimento feminista e conquistando as primeiras políticas públicas voltadas para a reparação da desigualdade de homens e mulheres no país (Elisabeth SOUZA-LOBO, 1991; Marta FARAH, 2001, 2004).

Em relação às políticas públicas, as pressões dos movimentos se dirigiram a diferentes níveis de governo, dependendo da distribuição de competências em cada campo de política pública. Assim, por exemplo, as reivindicações na área de combate à violência contra a mulher se dirigiram prioritariamente aos níveis estadual e municipal. As questões relativas à saúde, por sua vez, foram dirigidas, em um primeiro momento, ao Governo Federal. À medida que a descentralização se iniciou, as pressões também sofreram um redirecionamento, deslocando-se parcialmente para os governos estaduais e para os municípios (Marta FARAH, 2004, p. 52).

São décadas de luta feminista no Brasil em torno da violência contra as mulheres. Em **1985**, com a criação das primeiras Delegacias de Defesa da Mulher (DDMs) e no ano seguinte, **1986**, com a primeira Casa Abrigo para a proteção de mulher sob risco de morte

do país, chamada de Centro de Convivência para Mulheres Vítimas de Violência (CONVIDA), na cidade de São Paulo. As lutas feministas materializaram o reconhecimento da violência contra mulheres como um crime e, implicaram a responsabilização do Estado tornando a violência contra a mulher, na esfera pública e privada, “assunto de polícia” (Nadine JUBB, et al, 2008; Lidio SOUZA; Mirna CORTEZ, 2014).

A consolidação e expansão destes equipamentos de prevenção à vida de mulheres em âmbito Federal se deu, principalmente, pelos avanços legais da conceituação da violência contra a mulher, reconhecendo-a como: **uma violação aos direitos humanos**, proveniente da **Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher-Convenção de Belém do Pará, em 1994**. Mas, principalmente articulada com a **Constituição Federal, 1988**, que em seu art. 226, parágrafo 8º, assegura “*a assistência à família, na pessoa de cada um dos que a integram, criando mecanismos para coibir a violência, no âmbito de suas relações.*”

No que concerne às violências contra mulheres, entre 1985 e 2002, as políticas públicas foram centradas nas delegacias da mulher- que aumentaram ao longo dos anos pelo território Nacional, mas ainda são insuficientes- e as casas abrigo, que se tornaram equipamentos públicos isolado e, muitas das vezes, anônimo- como vamos ver páginas à frente.

A partir dos anos 2000, o movimento feminista brasileiro consolida a necessidade de uma rede articulada de atendimento à mulher, cobrando ações governamentais integradas entre os serviços que atendem mulheres vítimas de violência e os equipamentos públicos de punição e prevenção, como as delegacias especializadas e as Casas Abrigo. Começa assim uma nova fase de luta feminista, e quase vinte anos depois essa ainda é a fase atual, na qual as mulheres pautam a necessidade de construir políticas públicas para as mulheres que estão com a vida sob risco não morram, mas, também, a necessidade de ações para que elas possam retomar, minimamente, suas vidas.

A Lei Maria da Penha: “a vida começa quando a violência acaba”

Essa frase é sempre repetida nas falas de Maria da Penha Maia Fernandes, que foi mais uma vítima de violência doméstica no Brasil. Em 1983 ela sofreu duas tentativas de assassinato, uma seguida da outra. Os crimes de ódio ocorreram em sua casa e foram perpetuados pelo homem que ela era casada. Na primeira tentativa ele simulou um assalto e ela ficou paraplégica após um tiro de espingarda, e, depois de alguns dias ela quase foi eletrocutada. O agressor foi condenado três vezes, em 1991 e 1996, recorreu em liberdade e teve o julgamento anulado, mas permanecia em liberdade. Indignada, Maria da Penha não se calou. Escreveu um livro em 1994, “Sobrevivi e posso contar” e uniu-se com o movimento de mulheres.

Acordei de repente com um forte estampido dentro do quarto. Abri os olhos. Não vi ninguém. Tentei mexer-me, mas não consegui. Imediatamente, fechei os olhos e um só pensamento me ocorreu: “Meu Deus, o Marco me matou com um tiro”. Um gosto estranho de metal se fez sentir, forte, na minha boca, enquanto um borbulhamento nas minhas costas me deixou ainda mais assustada. Isso me fez permanecer com os olhos fechados, fingindo-me de morta, porque temia que Marco desse um segundo tiro (Maria da Penha, 1994, p. 39).

Em 1995, o Estado Brasileiro aprovou a **Lei nº 9099: Dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais**- a qual servia para qualquer tipo de delito de “menor complexidade”. Como não tratava especificamente sobre a violência contra as mulheres, mas qualquer tipo de agressão, assemelhava o valor de uma agressão contra a mulher a uma pequena batida de carro- cujo o valor não podia exceder “quarenta vezes o salário mínimo” (Eva BLAY, 2007).

Como o Estado Brasileiro era signatários das convenções e tratados internacionais, principalmente da CEDAW (1979) e da Convenção de Belém do Pará (1994), as articulações dos movimentos feministas levaram o caso de Maria da Penha, em 2001, à Comissão Interamericana dos Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA) que condenou o Estado Brasileiro por omissão e negligência as violências contra a mulher (CIDH-OEA, 2001).

Em **2002**, Luís Inácio Lula da Silva assume a presidência da república. Neste mesmo ano, tivemos a alteração do o Código Civil de 2002, e a categoria usada para designar a

totalidade deixou de ser “todo homem” para “toda pessoa”, enfatizando tratamento igualitário entre os gêneros e, a falta de virgindade deixa de ser motivo para anular casamento.

Já em 2003 foram criadas a **Secretaria Especial de Políticas Públicas para Mulheres (SPM)** e a Secretaria Especial de Políticas de Promoção de Igualdade Racial (SEPPIR). O Art. 22 da Lei N.º 10.683 de 2003 versa sobre a criação da SPM e define, como competência

assessorar direta e imediatamente o Presidente da República na formulação, coordenação e articulação de políticas para as mulheres, bem como elaborar e implementar campanhas educativas e antidiscriminatórias de caráter nacional, elaborar o planejamento de gênero que contribua na ação do governo federal e demais esferas de governo, com vistas na promoção da igualdade, articular, promover e executar programas de cooperação com organismos nacionais e internacionais, públicos e privados, voltados à implementação de políticas para as mulheres, promover o acompanhamento da implementação de legislação de ação afirmativa e definição de ações públicas que visem ao cumprimento dos acordos, convenções e planos de ação assinados pelo Brasil, nos aspectos relativos à igualdade entre mulheres e homens e de combate à discriminação. (BRASIL, 2003, Lei Nº 10.683, Art. 22)

Em 2004, foi apresentado o projeto para coibir a violência doméstica pela redatora Deputada Jandira Geghali. Em 2006, o Presidente Lula assinou a **Lei 11340/2006, conhecida como a Lei Maria da Penha**, que contava com 46 artigos e criou mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra as mulheres.

Toda mulher, independentemente de classe, raça, etnia, orientação sexual, renda, cultura, nível educacional, idade e religião, goza dos direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sendo-lhe asseguradas as oportunidades e facilidades para viver sem violência, preservar sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual e social (BRASIL, 2006, Lei Nº 11.340, Art. 02).

No art. 5º da Lei Maria da Penha, a violência doméstica e familiar contra a mulher é definida como “qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial” e que pode se configurar independentemente da orientação sexual.

A Lei Maria da Penha é considerada pela Organização das Nações Unidas (ONU) uma das três mais avançadas do mundo. Estão previstos cinco tipos de violência doméstica e

familiar contra a mulher: física, psicológica, moral, sexual e patrimonial – Capítulo II, art. 7º, incisos I, II, III, IV e V. Em relação a tipologia de violência presente no Art. 2º da Convenção de Belém do Pará, a Lei Maria da Penha acrescentou dois tipos de violência: a violência patrimonial e a moral, como vimos anteriormente.

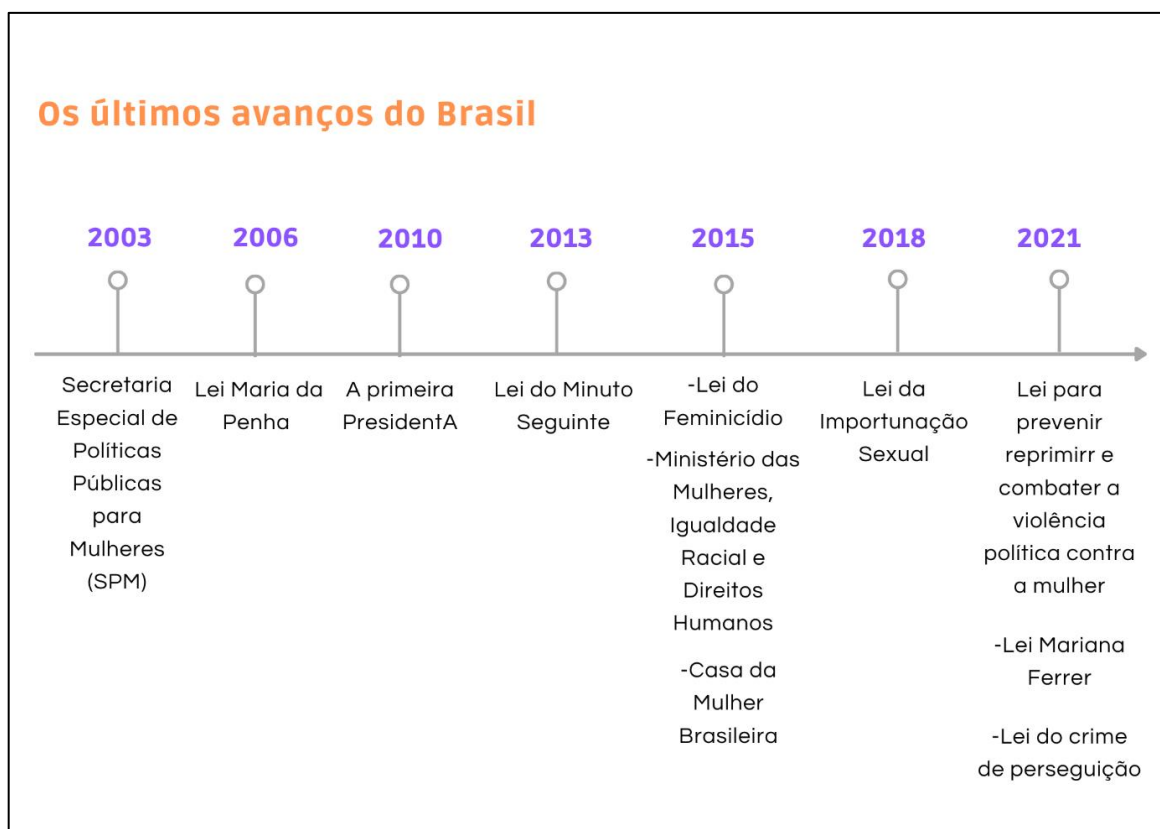
Uma das principais inovações desta lei são as medidas protetivas de urgência para as vítimas que sofreram as violências em até 48 horas. As juízas ou juízes podem determinar:

- *A proibição ou restrição do uso de arma por parte do agressor.*
- *O afastamento do agressor da casa.*
- *A proibição do agressor de se aproximar da mulher agredida.*
- *A restrição ou suspensão de visitas aos dependentes menores.*
- *A obrigatoriedade da prestação de alimentos provisórios.*
- *A restituição de bens indevidamente subtraídos pelo agressor.*
- *A proibição de venda ou aluguel de imóvel da família sem autorização judicial.*
- *O depósito de valores correspondentes aos danos causados pelo agressor, etc.*

A Lei também prevê Crime de Descumprimento de Medidas Protetivas de Urgência. Além disso, ela prevê a criação de equipamentos públicos indispensáveis à sua efetividade: Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher, Casas Abrigo, Centros de Referência da Mulher e Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, entre outros, como será visto a partir das próximas páginas. Apesar dessa lei ser uma das mais avançadas do mundo, haviam diversas lacunas que estão sendo preenchidas com outras leis e políticas públicas ao longo dos anos.

Avanços do Brasil na prevenção

Organograma 4- Conquistas dos anos 2000 no Brasil



Organização: a autora, 2023.

Com a chegada dos governos federais de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010) e Dilma Rousseff (2011-2016), as violências passaram a ser enfrentadas em âmbito federal e, assim, os anos 2000 foram marcados por avanços com a criação da Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM). Nesta nova fase os equipamentos públicos passaram a ser considerado prioridade, bem como, o aprimoramento da prevenção do *feminicídio íntimo* que, historicamente, é o assassinato de mulheres mais comum no nosso país.

A SPM foi criada em 2003 e, ainda neste ano, organizou a **I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres** e, a partir desta conferência, lançou o **I Plano Nacional de Políticas para Mulheres**.

Uma das ações da SPM foi se aproximar do setor da saúde, pensando em promover a saúde coletiva. E, com a **Lei 10.778**, de 2003 que estabeleceu a **notificação compulsória de caso de violência contra as mulheres que forem atendidas em serviços de saúde**, públicos ou privados, a violência contra as mulheres passou a ser cada vez mais presente nas políticas de saúde. Como os serviços passaram a ser obrigados a emitir uma notificação ao Serviço de Vigilância Epidemiológica da Secretaria Municipal de Saúde, as informações começaram a formar uma base de dados nacional integrada, que desde 2003 vem colaborando para traçar o perfil das pessoas que sofrem violência e as que praticam.

Ainda sobre a produção de dados, em 2005, a SPM, criou a Central de Atendimento à Mulher – a partir do número gratuito, **Ligue 180**³⁸. Com esse número simples e de utilidade pública, a sociedade brasileira passou a ter a divulgação dos direitos das mulheres e dos serviços públicos existentes mais próximos, de forma articulada. Este canal direto tornou-se uma política pública essencial no país (SPM, 2011).

Desde a **lei 12.034 de 2009**, todos os partidos políticos no Brasil tiveram que respeitar o percentual mínimo de 30% e o máximo 70% para candidaturas de cada gênero. Porém, somente em **2010**, elegemos a **primeira presidenta do Brasil**, Dilma Vana Rousseff (2010-2016). Com Dilma, outras nove mulheres ocuparam cargos ministeriais e diversos foram os avanços para a vida das mulheres.

Em **2013** conquistamos a **Lei do minuto seguinte**, Lei 12.845/2013. Essa lei oferece garantias as vítimas de violência sexual, como atendimento imediato no Sistema Único de Saúde, sem a necessidade de comparecimento em uma delegacia para registro do crime. Dessa forma, a lei garante que a pessoa que sofreu a violência sexual seja incluída na rede do sistema de saúde, com aparato médico, psicológico e social, garantindo por exemplo: realização de prevenção a gravidez e doenças sexualmente transmissíveis.

³⁸ Segundo o estudo *A conta do desmonte – Balanço do Orçamento Geral da União 2021*, realizado pelo Instituto de Estudos Socioeconômicos (INESC), demonstra que: *Os gastos com o Ligue 180: Central de Atendimento à Mulher – na atual gestão [do governo Bolsonaro] foi integrado ao Disque 100, de denúncias sobre violações de direitos humanos –, caíram 42% em termos reais entre 2019 e 2021, passando de uma execução financeira de R\$ 44,1 milhões para R\$ 25,8 milhões, respectivamente. De todo modo, a porta de entrada da política pública de enfrentamento a violência segue funcionando, embora a ministra [Damare Alves] insista em desconfigurar o serviço, como foi o caso da Nota Técnica do MMFDH que recomendou que o canal recebesse denúncias de pessoas antivacinas. Felizmente, o Superior Tribunal Federal (STF) proibiu a medida estapafúrdia.* (INESC, 2022, p. 91)

Somente em **2015- o feminicídio tornou-se circunstância qualificadora de homicídio** no Brasil. Como demonstrado no capítulo anterior, o Brasil foi o 17º da América Latina a incluir o feminicídio como instância qualificadora do homicídio de gênero. Feminicídio é a expressão máxima de violência contra às mulheres, é “o assassinato de mulheres realizado por homens motivado por ódio, desprezo, prazer ou um sentido de propriedade sobre as mulheres” (Jane CAPUTI; Diana RUSSEL, 1992, p. 34).

Aqui, o feminicídio é comprovado caso haja antecedente de violência doméstica e familiar ou se o crime for motivado por menosprezo ou discriminação à condição de mulher, desta forma a Lei Maria da Penha pode ser usada para provar um feminicídio e, assim, aumentar a pena do feminicida.

O Ano de 2018 é emblemático na história recente do Brasil. O Supremo Tribunal Federal (STF) **reconheceu a alteração de nome das pessoas transexuais e transgênero** sem precisar de autorização judicial e a **importunação sexual** passou a ser crime com a **Lei Federal nº 13.718/2018**, que a definiu como crime: “*praticar contra alguém e sem a sua anuência ato libidinoso com o objetivo de satisfazer a própria lascívia ou a de terceiro*”. Com essa lei, toques inapropriados, beijos sem permissão e outras condutas sem consentimentos que não eram considerados assédio sexual ou estupro passaram a ser crime com pena, de um a cinco anos de prisão.

A **Lei nº 13.931** de 2019 foi incluída na Lei 10.778 de 2003, que estabeleceu a notificação compulsória de violência contra a mulher ao Serviço de Vigilância Epidemiológica, a **obrigatoriamente de comunicar à autoridade policial no prazo de 24 horas**, para as providências cabíveis e para fins estatísticos. Cabe ressaltar que a aprovação da notificação compulsória teve o veto do Presidente Jair Bolsonaro, no entanto, o veto foi derrubado pelo Congresso.

Em **2021**, foi sancionada a **lei que prevê punição para atos contra a dignidade de vítimas de violência sexual e das testemunhas do processo durante julgamentos**. A lei é fruto do terrível caso de múltiplas violências sofridas pela **Mariana Ferrer**. Em 2018, Mariana foi dopada e estuprada em uma festa, e, durante o julgamento, o advogado de defesa do estuprador a humilhou com uso de fotos de redes sociais e falas misóginas.

Em 2021, conquistamos a definição do **crime de perseguição ou stalking**– quando a vítima é perseguida fisicamente ou no meio virtual – foi tipificado em 2021 no país. Está

previsto no **Art. 147-A do Código Penal** e foi instituído pela **Lei 14.132/2021**, que o define como: “Perseguir alguém, reiteradamente e por qualquer meio, ameaçando-lhe a integridade física ou psicológica, restringindo-lhe a capacidade de locomoção ou, de qualquer forma, invadindo ou perturbando sua esfera de liberdade ou privacidade”., como vimos exemplos no capítulo 01, pelas histórias de horror vividas pelas mulheres.

Ainda nesse ano, foi criada a **lei 14.192 para prevenir, reprimir e combater a violência política contra a mulher**. A pena pode variar de 1 a 4 anos de reclusão e multa. Se a agressão for cometida contra mulher gestante, com deficiência ou maior de 60 anos, a punição pode ser agravada em um terço. A Lei é fruto da violência política misógina no Brasil,³⁹ que foi agravada pelo afastamento da presidenta Dilma, o feminicídio de Marielle Franco e as diversas denúncias de violência sofridas pelas mulheres nas eleições federais de 2018 e municipais de 2020.

A rede de atendimento as mulheres

A Lei Maria da Penha foi sancionada em 07 de agosto de 2006, depois de muita luta e articulação feminista de mulheres, como vimos anteriormente. Tivemos finalmente a tipificação legal do que se entende por violência doméstica contra a mulher, com tipologia da violência, e a urgência de integrar os equipamentos já conquistados com uma rede de assistência para prevenir o assassinato de mulheres vítimas de violência. Desta forma, prevê em seu Artigo nº9 que:

a assistência à mulher em situação de violência doméstica e familiar será prestada de forma articulada e conforme os princípios e as diretrizes previstos na Lei Orgânica da Assistência Social, no Sistema Único de Saúde, no Sistema Único de Segurança Pública, entre outras normas e políticas públicas de proteção, e emergencialmente quando for o caso” (Art. 9º, lei 11.340/2006).

A Lei fortaleceu a necessidade de criação e articulação de equipamentos e órgãos públicos, através **de rede de atendimento as mulheres**, principalmente em âmbito

³⁹ A violência política no Brasil é tão profunda que o primeiro banheiro feminino do Senado foi construído em 2016.

estadual e municipal, no artigo 35, responsabilizou os governos a criar equipamentos, como se pode ver:

A União, o Distrito Federal, os Estados e os Municípios poderão criar e promover, no limite das respectivas competências:

I - centros de atendimento integral e multidisciplinar para mulheres e respectivos dependentes em situação de violência doméstica e familiar;

II - Casas Abrigos para mulheres e respectivos dependentes menores em situação de violência doméstica e familiar;

III - delegacias, núcleos de defensoria pública, serviços de saúde e centros de perícia médico legal especializados no atendimento à mulher em situação de violência doméstica e familiar;

IV - programas e campanhas de enfrentamento da violência doméstica e familiar;

V - centros de educação e de reabilitação para os agressores.

As redes são expressões de poder do Estado sob os territórios e são estudadas a muito tempo por geógrafos e geógrafas. Na Geografia as redes são repletas de pluralidade de usos – conceitual, metafórico e metodológico (Leila DIAS, 2020). Para Claude Raffestin, uma rede é sempre móvel no espaço-temporal, “depende dos atores que geram e controlam os pontos da rede, ou melhor, da posição relativa que cada um deles ocupa em relação aos fluxos que circulam ou que são comunicados nas redes” (RAFFESTIN, 1993, p. 151). Logo é importante ter em mente que:

A rede, como qualquer outra invenção humana, é uma construção social. Indivíduos, grupos, instituições ou firmas desenvolvem estratégias de toda ordem (políticas, sociais, econômicas e territoriais) e se organizam em rede. A rede não constitui o sujeito da ação, mas expressa ou define a escala das ações sociais. As escalas não são dadas a priori, porque são construídas nos processos. Como os processos são conflituosos, as escalas são ao mesmo tempo objeto e arena de conflitos [...]” (DIAS, 2005, p. 22-3)

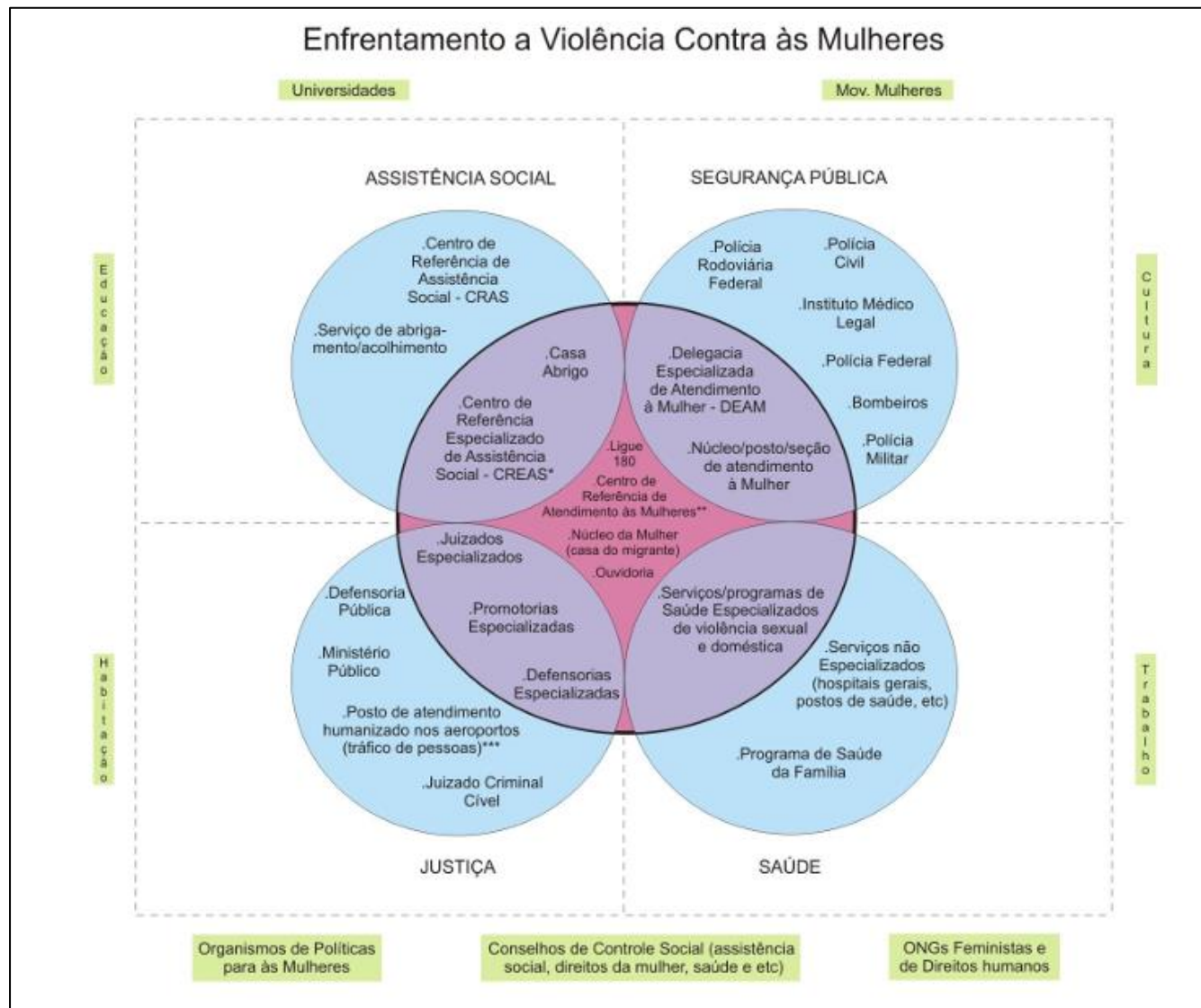
Enfrentar a violência como uma rede de atuação dos serviços é um dos principais avanços federais dos últimos anos. A rede de atendimento é formada por diversos equipamentos públicos de diferentes setores afim de: [...] garantir o atendimento humanizado e qualificado às mulheres em situação de violência por meio da formação continuada de agentes públicos e comunitários; da criação de serviços especializados [...];

e da constituição/fortalecimento da Rede de Atendimento (articulação dos governos – Federal, Estadual, Municipal, Distrital- e da sociedade civil para o estabelecimento de uma rede de parcerias para o enfrentamento da violência contra as mulheres, no sentido de garantir a integralidade do atendimento) (BRASIL, 2006, p. 8).

Importante ressaltar que a formulação da ideia de rede de atendimento se apoia na compreensão construída por outros Ministérios e políticas públicas, principalmente da Saúde, de que as redes necessitam de “*tomadas de decisões horizontais, garantindo a igualdade, democracia, cooperação e solidariedade*” (BRASIL, 2010b). Desta forma, no ano seguinte, em **2007** foi lançado o **Pacto Nacional de Enfrentamento à violência contra a mulher**, formulado a partir da SPM.

O Pacto Nacional consistiu em um acordo entre o governo federal e os governos estaduais e municipais brasileiros para a implementação de políticas públicas integradas para formar **a rede enfrentamento à violência contra as mulheres**. Com este pacto a responsabilidade de enfrentar a violência é assumida por diferentes áreas de governo - planejamento, orçamento, justiça, educação, saúde, assistência social, trabalho, segurança pública, cultura, entre outros (SPM, 2011). A proposta do Pacto é organizar as ações pelo enfrentamento à violência contra mulheres, com base quatro eixos estruturantes, como pode ser visto na figura a seguir:

Figura 1:- O enfrentamento a Violência contra às Mulheres proposto pela SPM em 2010.

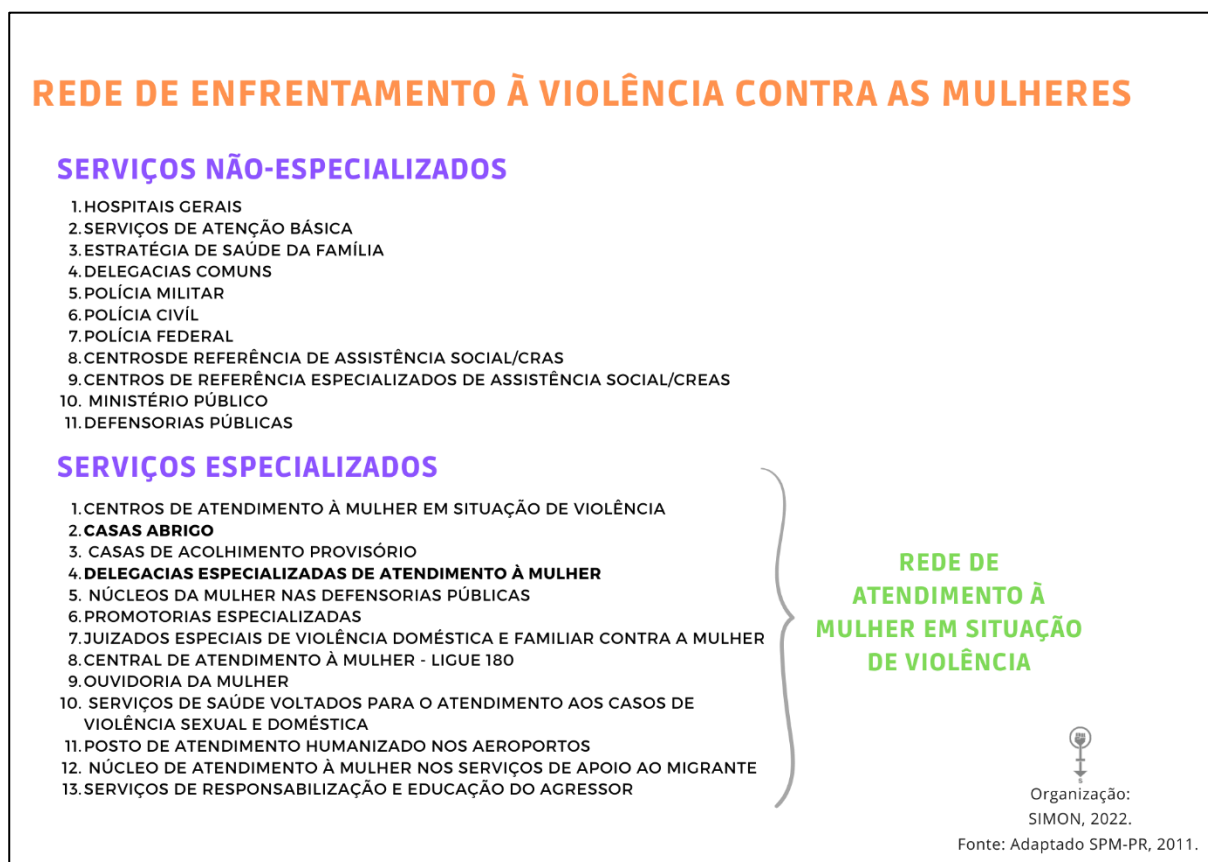


Fonte: SPM-PR, 2010- Pacto Nacional de Enfrentamento à violência contra a mulher, p.05

Em 2011, a SPM muda a conceituação de rede de atendimento à mulher para **Rede de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres**. Com esse novo olhar, proposto pela Lei Maria da Penha e pelo Pacto Nacional de 2007, órgãos e serviços indispensáveis para enfrentar a violência fruto da desigualdade estrutural de gênero, como por exemplo Ministério Público, Defensoria Pública, órgão municipais e estaduais de garantia de direitos a uma vida digna e, universidades passam a ser incluídos na rede, bem como, agentes não governamentais, como coletivos feministas e de mulheres (SPM, 2011).

Desta forma, a rede de enfrentamento a violência inclui os serviços especializados que já foram criados e, também, os não especializados - como de saúde, justiça, da segurança pública e da assistência social- que servem como portas de entrada as outras políticas de garantia à vida livre de violências das mulheres, alguns dos serviços podem ser vistos na figura abaixo:

Figura 2-: Os serviços da Rede de Enfrentamento À violência contra as Mulheres



Delegacias Especializadas de Atendimento às Mulheres⁴⁰

As delegacias especializadas em atender mulheres vítimas, conhecidas como DDM

- Delegacia de Defesa da Mulher, ou DEAMs - Delegacias Especializadas de Atendimento às Mulheres, são, historicamente, os principais equipamentos de proteção à vida de mulheres que estão sob risco de feminicídio, e configuram-se, desde seu nascimento, como uma das principais portas de entrada nos equipamentos da proteção de mulheres gerenciados pelo Estado.

A primeira Delegacia de defesa da mulher foi criada em 06 de agosto de 1985 na cidade de São Paulo. Essa foi *“a primeira experiência de implementação de uma política pública de combate à violência contra as mulheres”* (BRASIL, 2010, p.07), sendo *“[...] uma invenção pioneira brasileira que depois se expandiu para outras cidades do país e para outros países da América Latina”* (Guita DEBERT, 2006, p. 16).

No mesmo ano de promulgação da Lei 11.340, em 2006, houve um esforço de diversas áreas para criar a primeira **Norma Técnica de Padronização das Delegacias Especializadas de Atendimento às Mulheres (DEAMs)**, pois a partir da Lei Maria da Penha as DEAMs passaram a realizar a expedição de medidas protetivas de urgência em no máximo 48 horas, bem como, a necessidade expressa de orientação qualificada sobre outros equipamentos municipais e estaduais da rede de enfrentamento a violência.

Em 2010 foi lançada a mais recente Norma Técnica de Padronização das Delegacias da Mulher, que recomenda que todos os municípios brasileiros devem possuir ao menos uma unidade especializada, sendo que *“O atendimento qualificado deve ser ofertado de forma ininterrupta, nas 24 horas diárias, inclusive aos sábados, domingos e feriados, em especial nas unidades que são únicas no município”* (BRASIL, 2010, p. 52).

Os mapas a seguir foram produzidos a partir da geocodificação de todos endereços das delegacias especializadas no atendimento às mulheres vítimas, levantados através dos sites da Polícia Civil de cada Unidade da Federação do Brasil. Com a intenção de demonstrar tanto a insuficiência de delegacias especializadas no país como a ausência

⁴⁰ Resultados parciais foram publicados em: SIMON, Carolina Russo; GUIMARÃES, Raul Borges. Mulheres assassinadas no Brasil: o que revela e esconde os mapas?. IN: XIV Encontro Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia, outubro de 2021, João Pessoa- PB. Anais eletrônicos... XIVENANPEGE, p.01-20. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/edicao/detalhes/anais-do-xiv-enanpege>.

destes equipamentos com funcionamento durante à noite, foram criados dois shapes de dados pontuais, um com as 403 delegacias especializadas no atendimento às mulheres e outro com as 48 unidades identificada com funcionamento 24 horas.

No primeiro mapa, essas informações foram sobrepostas sobre as imagens de satélite da NASA de 2016 durante a noite⁴¹, sendo possível evidenciar, pelo choque visual das luzes dos 5570 municípios do Brasil, que há uma grande ausência de delegacias no país, principalmente com a atendimento durante a noite.

A Norma Técnica de Padronização das Delegacias da Mulher de 2010, também recomenda que, para municípios de até 300 mil habitantes deve haver duas DEAMs, até 500 mil a existência de três DEAMs, de 500 a um milhão a existência de quatro DEAMs, mais de um milhão a existência de cinco DEAMs – e essas devem estar localizadas em áreas geográficas antagônicas (BRASIL, 2010). Assim, a partir dos mapas, foi possível analisar quais e quantos municípios estão adequados no país.

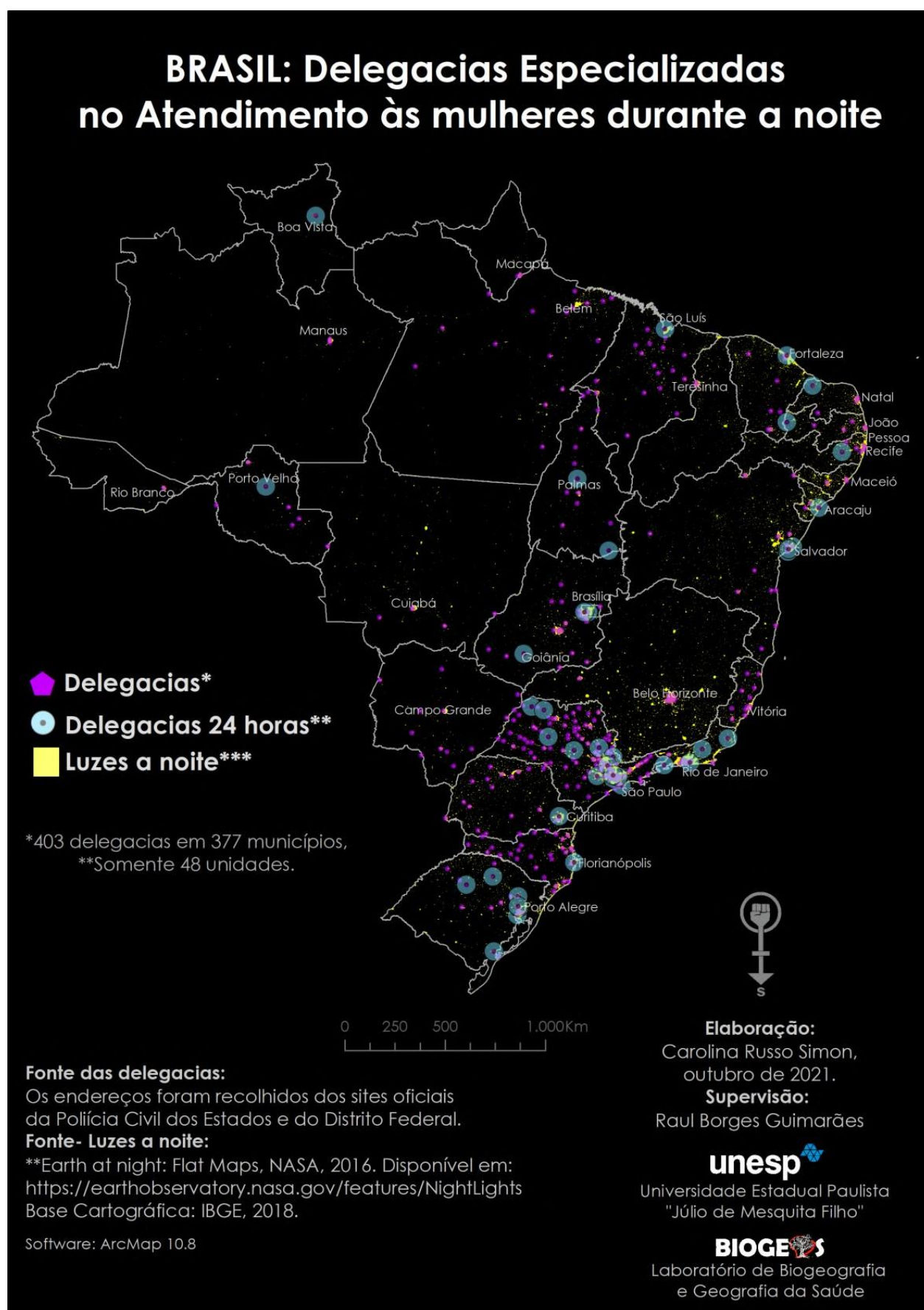
Dos 5570 municípios, somente 149 municípios estão adequados à Norma Técnica de Padronização das Delegacias da Mulher de 2010, que estabeleceu que todos os municípios devem ter pelo menos uma unidade com atendimento 24 horas, sendo que o número mínimo de unidades é calculado pela proporção da população residente no município. Os únicos municípios adequados que possuem mais de uma unidade são: São Paulo - SP e Teresina - PI, duas capitais estaduais.

Das 403 delegacias especializadas, somente 48 têm atendimento 24 horas, sendo que 36 unidades abertas durante à noite estão localizadas no Estado de São Paulo (75%) e 10 Estados não possuem nenhuma delegacia especializada no atendimento à mulher com atendimento 24 horas.

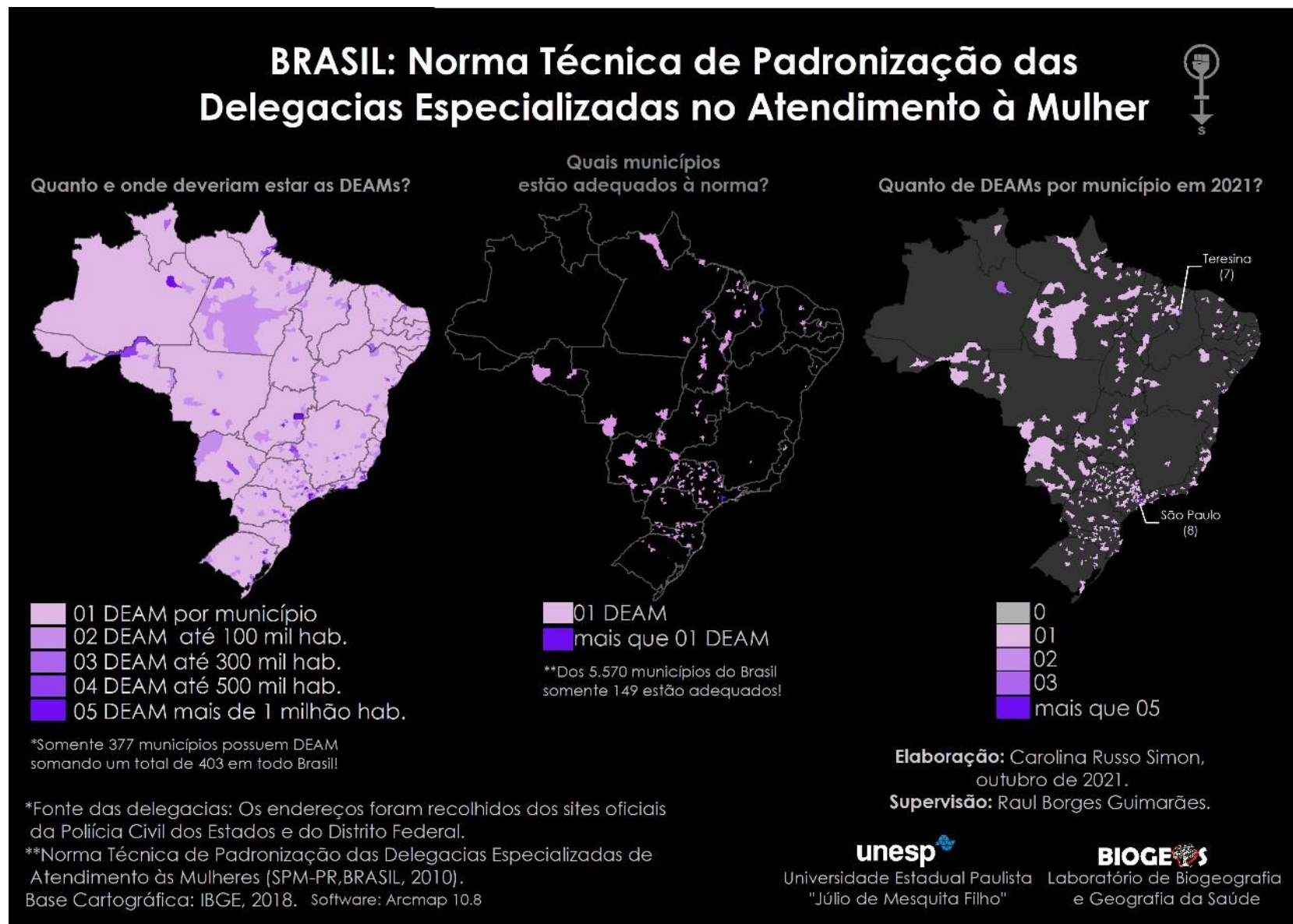
Observando os mapas a seguir é possível identificar que os municípios adequados as normas técnicas de delegacia podem ser relacionadas com a rede e hierarquia urbana, com destaque para as capitais de Estado e principais centros regionais.

⁴¹ Disponíveis em GeoTIFF no site: <https://earthobservatory.nasa.gov/features/NightLights>.

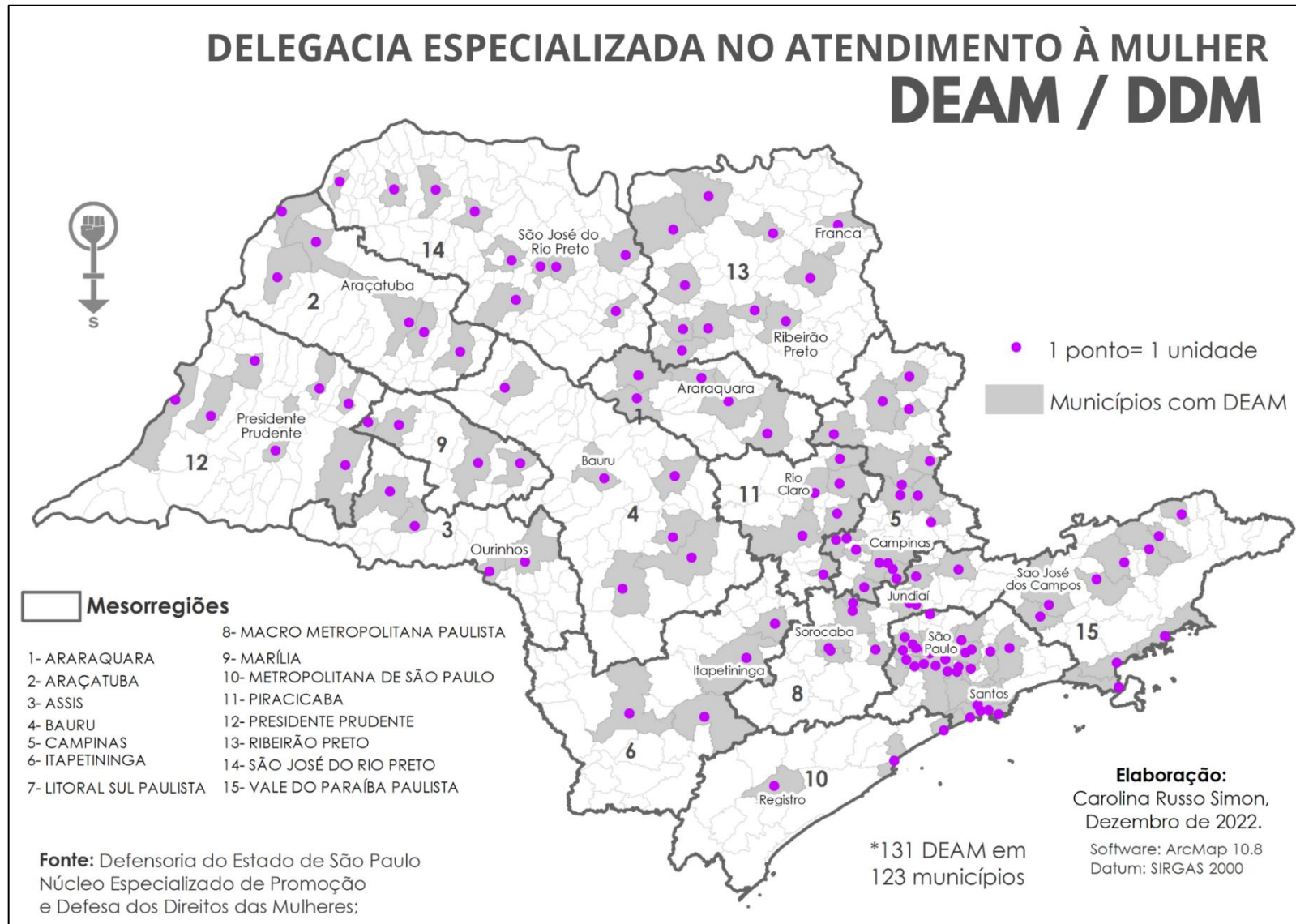
Mapa 6- Brasil: Delegacias Especializadas no atendimento às mulheres durante a noite



Mapa 7- Brasil: Norma técnica de padronização das Delegacias Especializadas no atendimento à Mulher



Mapa 8- São Paulo: Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher



O Estado de São Paulo possui 645 municípios e se destaca como sendo o Estado com as menores taxas de assassinatos de mulheres, tanto de feminicídio quanto de homicídio de mulheres, e por possuir expressivo número de equipamentos frente as outras Unidades da Federação, com 131 delegacias especializadas. Segundo a regionalização do IBGE, as mesorregiões são:

área[s] individualizada[s] em uma unidade da Federação que apresenta[m] formas de organização do espaço geográfico definidas pelas seguintes dimensões: o processo social como determinante; o quadro natural como condicionante; e a rede de comunicação e de lugares como elemento da articulação espacial (IBGE, 1990, p.8)

Como evidencia o mapa das Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAM) do Estado de São Paulo, o equipamento está presente em todas as mesorregiões, sendo que a que menos tem delegacia é a mesorregião do Litoral Sul Paulista, com somente três unidade para 17 municípios. A mesorregião Metropolitana de São Paulo é a mais populosa, e também a que mais apresenta o equipamento, com 30 delegacias especializadas para 45 municípios. Já a mesorregião de Presidente Prudente, onde se desenvolveu essa pesquisa, apresenta sete DEAM para 54 municípios.

Desta forma, os mapas evidenciam que apesar deste equipamento ser o mais comum no Brasil, bem como o mais antigo, a quantidade de DEAM instaladas no Brasil ainda é muito reduzida, mesmo no Estado que mais apresenta o equipamento, nem todos os municípios podem contar com esse serviço essencial para o combate à violência contra as mulheres.

Apesar das delegacias especializadas serem o principal equipamento de proteção as mulheres que estão sob risco de violência, o feminicídio tem como característica principal em nosso país ser um crime proveniente da situação de violência doméstica e familiar (FBSP, 2020). Neste nível de assistência, a principal resposta do Estado está traduzida na criação de equipamentos denominados Casas Abrigo, como a principal forma de prevenir o feminicídio e proteger a vida da mulher que correm risco de vida ao permanecerem em suas casas.

Casas Abrigo

A primeira casa criada para ser um abrigo para mulheres vítimas de violência, que aparece na literatura foi em 1971, na Inglaterra, com o nome **“Refúgio de Chiswick”**. Já na metade da década de 1970 diversos países como a Irlanda, o Canadá, os Estados Unidos, a Austrália, contavam com abrigos para mulheres (Bárbara SOARES, 1999). Segundo Virgínia Seixas (2008), nos Estados Unidos o combate à violência contra a mulher foi muito tensionado e, em 1974 criou-se o primeiro abrigo no país. Seis anos depois já existiam 150 abrigos em funcionamento, chegando a mais de 1300 na década de 1990.

O primeiro abrigo da América Latina foi criado em 1979, em Porto Rico, nomeado como **“Casa Protegida Júlia de Burgos”**. No ano de 1982 surgiu no Peru o abrigo **“A Voz da Mulher”**. Ele foi criado por uma mulher indígena que transformou sua própria casa em um local para receber mulheres que sofriam violência.

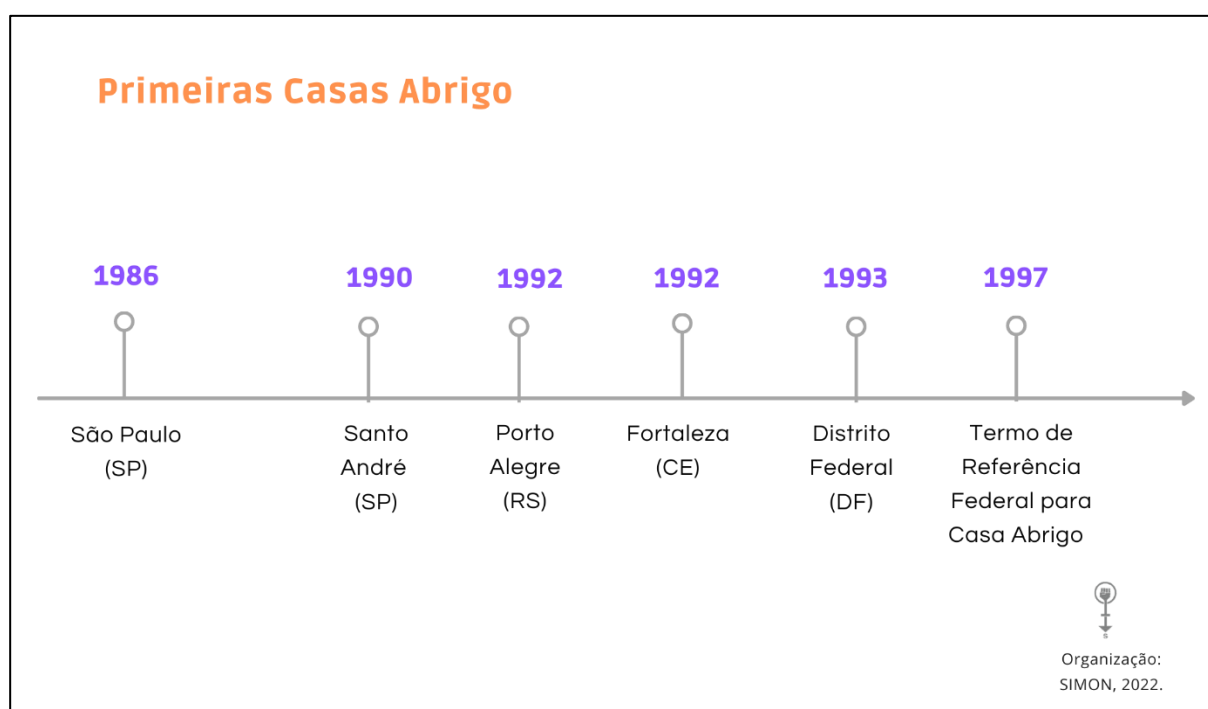
As Casas Abrigo foram fundadas como recursos comunitários, alternativos, que só passaram a contar com recursos públicos posteriormente. Eram mulheres se solidarizando com outras mulheres, realizando uma intervenção voltada ao atendimento de seus problemas e necessidades diante da situação de violência, na perspectiva de sua libertação (ROCHA, 2007, pg. 213).

A primeira casa criada para ser um abrigo para mulheres vítimas de violência do Brasil foi em São Paulo - SP, no ano **1986**, através da Secretaria de Segurança Pública, com o nome **“Centro de Convivência para Mulheres Vítimas de Violência Doméstica”** (CONVIDA) e esteve em funcionamento por três anos. No ano de **1990** em Santo André- SP foi criada a segunda Casa Abrigo e funcionou por dois anos.

A Casa Abrigo é uma medida emergencial para manterem protegidas as mulheres que estão com a vida em risco. Logo, seu endereço não é identificado em nenhum lugar público e a vigilância deve ser ininterrupta. O abrigamento realizado vai além de uma prevenção de vidas através da retirada da mulher do convívio com o agressor, pois as mulheres atendidas no abrigamento são orientadas para reflexão referente às relações de gênero enquanto construção histórico-cultural do patriarcado, uma vida autônoma e recuperação de sua autoestima (Cássia CARLOTO e Vanusa CALÃO, 2006).

As primeiras casas abrigo no Brasil surgiram e fecharam rapidamente, revelando a dificuldade de implantação do projeto no setor público (Virgínia SEIXAS, 2008; Bárbara SOARES, 1999). Frente a essa dificuldade, no início dos anos noventa, as mulheres articuladas no movimento feminista pressionaram os governos populares eleitos no país, que voltaram a reabrir e criar Casas Abrigo em diversos locais. Em **1992** inaugura-se Casas Abrigo em Porto Alegre - RS e em Fortaleza - CE. No ano seguinte, **1993**, o Distrito Federal inaugura sua primeira casa (Virgínia SEIXAS, 2008).

Figura 3- Linha do tempo das primeiras Casas Abrigo do Brasil



Em **1997**, o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM) publicou o **Termo de Referência do Programa de Casas Abrigo**, colocando-as como prioridade de investimento no combate à violência contra a mulher. O documento foi editado algumas vezes desde a sua primeira publicação. A partir de 1998, a quantidade de Casas Abrigo aumentou rapidamente, chegando à mais de 70 unidades no Brasil.

Em 2003, 28 Casa Abrigo fecharam e havia somente 42 Casas Abrigo no Brasil. Já em 2011, existiam 72 Casas Abrigo no território brasileiro, sendo que a maior concentração de Casa Abrigo encontrava-se no Sudeste do país (25 equipamentos) e no Sul (13 equipamentos). Trinta e sete por cento das unidades da federação (10 UFs) possuíam somente um equipamento (SPM, 2011).

Em 2005, a Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM) editou o referido documento e as Casas Abrigo foram definidas como locais seguros para o atendimento às mulheres em situação de risco de vida iminente em razão da violência doméstica. Assim, **“trata-se de um serviço de caráter sigiloso e temporário, onde as usuárias poderão permanecer por um período determinado, após o qual deverão reunir condições necessárias para retomar o curso de suas vidas”** (SPM, 2005, s/p).

Tabela 1- Principais diferenças entre Casa Abrigo e Casa de Acolhimento

Tabela 1: Principais diferenças entre Casa-Abrigo e Casa de Acolhimento

Características	Casa-Abrigo	Casa de Acolhimento
Nomenclatura na tipificação sócio-assistencial	Serviço de Acolhimento Institucional para mulheres em situação de violência (Resolução CNAS nº 109/2009).	Serviço não incorporado aos serviços sócio-assistenciais.
Natureza	Serviço público , de longa duração (de 90 a 180 dias) e, em geral, sigiloso.	Serviço público , de curta duração (até 15 dias) e não-sigiloso.
Público-alvo	Mulheres em situação de violência doméstica e familiar sob risco de morte (acompanhadas ou não de seus filhos/as).	Mulheres em situação de violência de gênero (em especial da doméstica e familiar e vítimas do tráfico de pessoas), que não estejam sob risco de morte (acompanhadas ou não de seus filhos/as).
Objetivo do Serviço	- Garantir a integridade física e emocional das mulheres; - Auxiliar no processo de reorganização da vida das mulheres e no resgate de sua autoestima.	- Garantir a integridade física e emocional das mulheres; - Realizar diagnóstico da situação da mulher para encaminhamentos necessários.

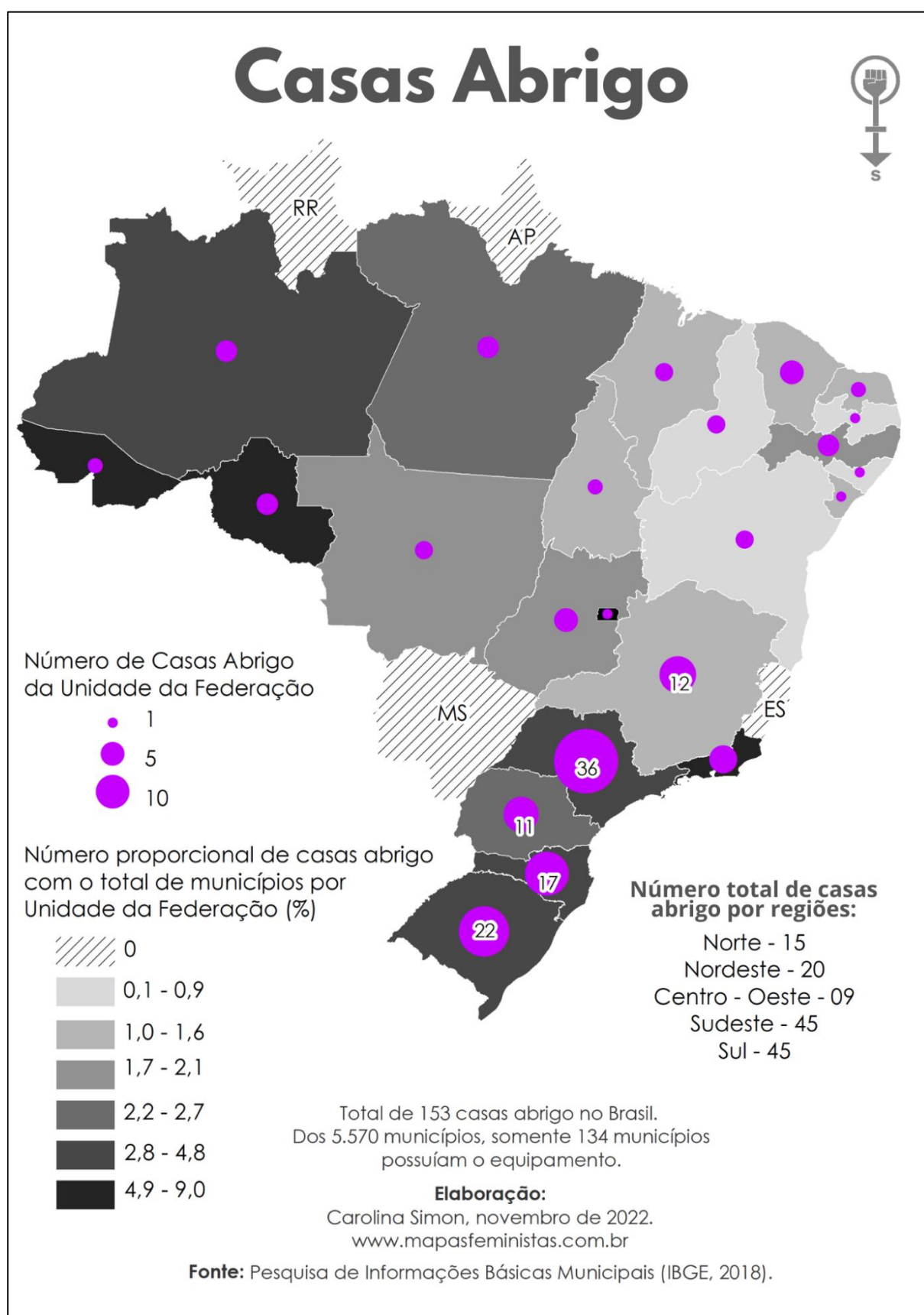
Fonte: Diretrizes Nacionais de Abrigamento às Mulheres em Situação de Violência.

Na Lei Maria da Penha está prevista a criação das Casas Abrigo, expressa em seu artigo 35, II, que prevê a possibilidade de criação das unidades para mulheres e seus filhos menores, cuja iniciativa pode partir da União, Estados e Distrito Federal e Municípios.

Até 2018 o Brasil possuía 153 Casas Abrigo em 134 municípios e somente 2,4% dos municípios brasileiros possuem esse equipamento, segundo a Pesquisa de Informações Básicas Municipais - Munic 2018, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, a única pesquisa em âmbito nacional que apresenta dados sobre esse equipamento. Como os dados são agregados, foi evidenciado o número proporcional de Casas Abrigo com o total de municípios para cada Unidade da Federação.

Até 2018 a pesquisa do IBGE não identificou nenhum equipamento em quatro Estados Brasileiros (Roraima, Amapá, Mato Grosso e Espírito Santo). Como se pode ver no mapa a seguir, o Estado que mais possuía Casas Abrigo em 2018 era São Paulo (36) seguido do Rio Grande do Sul com (22). Apesar de São Paulo apresentar mais equipamentos a porcentagem de municípios com Casas Abrigo em São Paulo é de somente 4,03%- somente 26 municípios de 645.

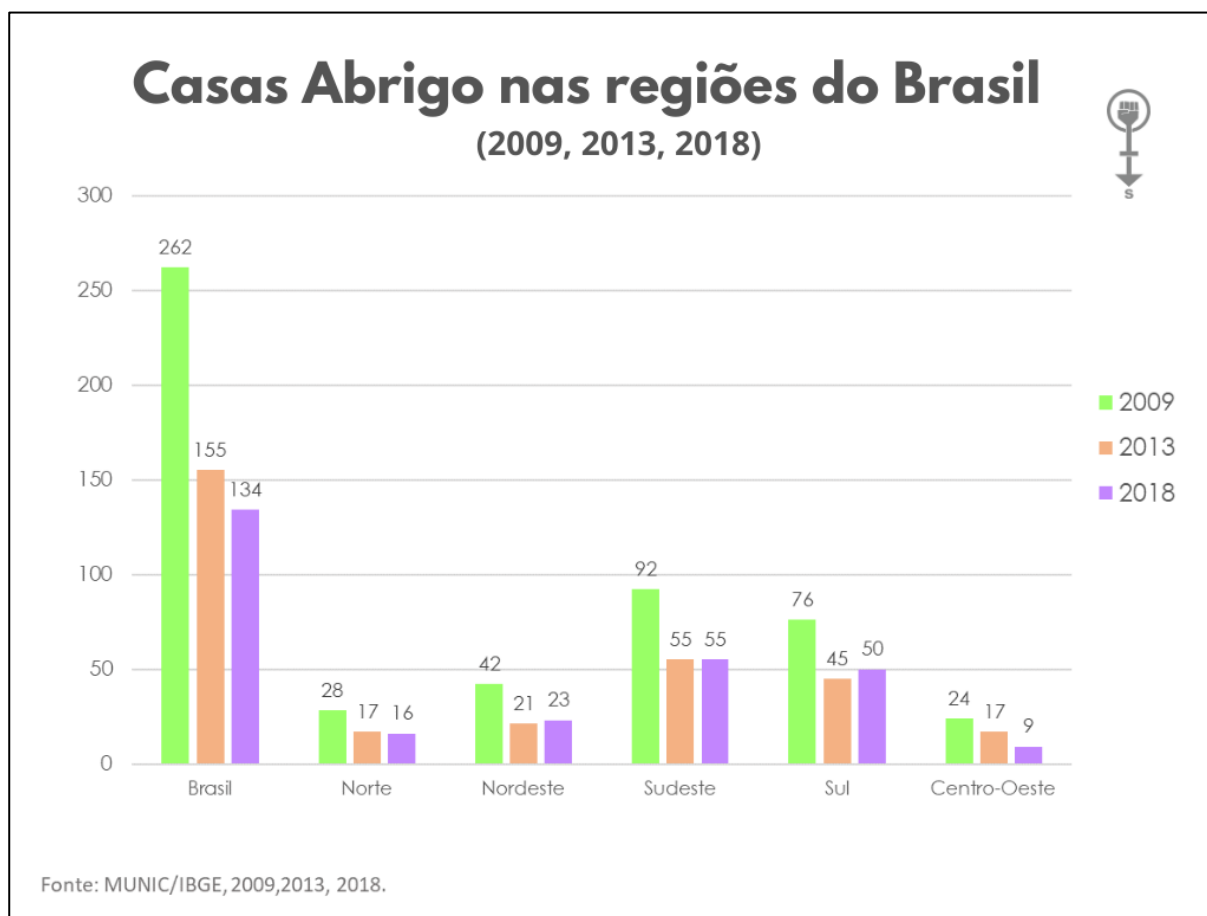
Mapa 9- Brasil: Casas Abrigo por Unidades da Federação, 2018.



A partir das Pesquisas de Informações Básicas Municipais de 2009, 2013 e 2018, realizadas pelo IBGE, foi possível constatar que **diversas casas foram fechadas ao longo dos anos e que, historicamente, a distribuição das casas abrigo no Brasil é extremamente desigual, tanto regionalmente quanto pela classe de população dos municípios.**

Como se pode ver no gráfico, cerca de 128 casas abrigo fecharam ao longo dos anos de levantamento do IBGE. Estes equipamentos estão historicamente concentrados no Sudeste e no Sul do País. Porém, a região Sudeste fechou cerca de 47 equipamentos de 2009 até 2018. Já a região Sul, fechou cerca de 34 casas entre 2009 e 2013, e foi a única que criou mais casas de 2013 até 2018, foram criadas mais três. A região Nordeste diminuiu 12 equipamentos e a região Norte fechou 13 Casas Abrigo. A região centro-oeste é a mais crítica e possui somente nove Casas Abrigo, sendo que em 2009 possuía 24.

Gráfico 2- Distribuição de Casa Abrigo pelas macrorregiões do Brasil



A implantação de Casas Abrigo é restrita a municípios com mais de 50.000 habitantes e, quanto à sua localização, a unidade deve se situar, preferencialmente, em área residencial, sem guaritas aparentes ou qualquer tipo de identificação, em razão do sigilo.

O Gráfico abaixo revela que nos municípios menos populosos, com até 20 000 habitantes, os quais correspondem a cerca de 70% do total de municípios no Brasil, são os municípios que praticamente inexistiu a estrutura desse tipo de serviço desde 2009, seguindo o mesmo padrão até 2018. Os mais populosos, acima de 500.000 habitantes, registraram maior incidência (58,7%) em todos os três anos de pesquisa publicada pelo IBGE.

Gráfico 3-Distribuição de Casas Abrigos por tamanho da população dos municípios (2009, 2013, 2018)

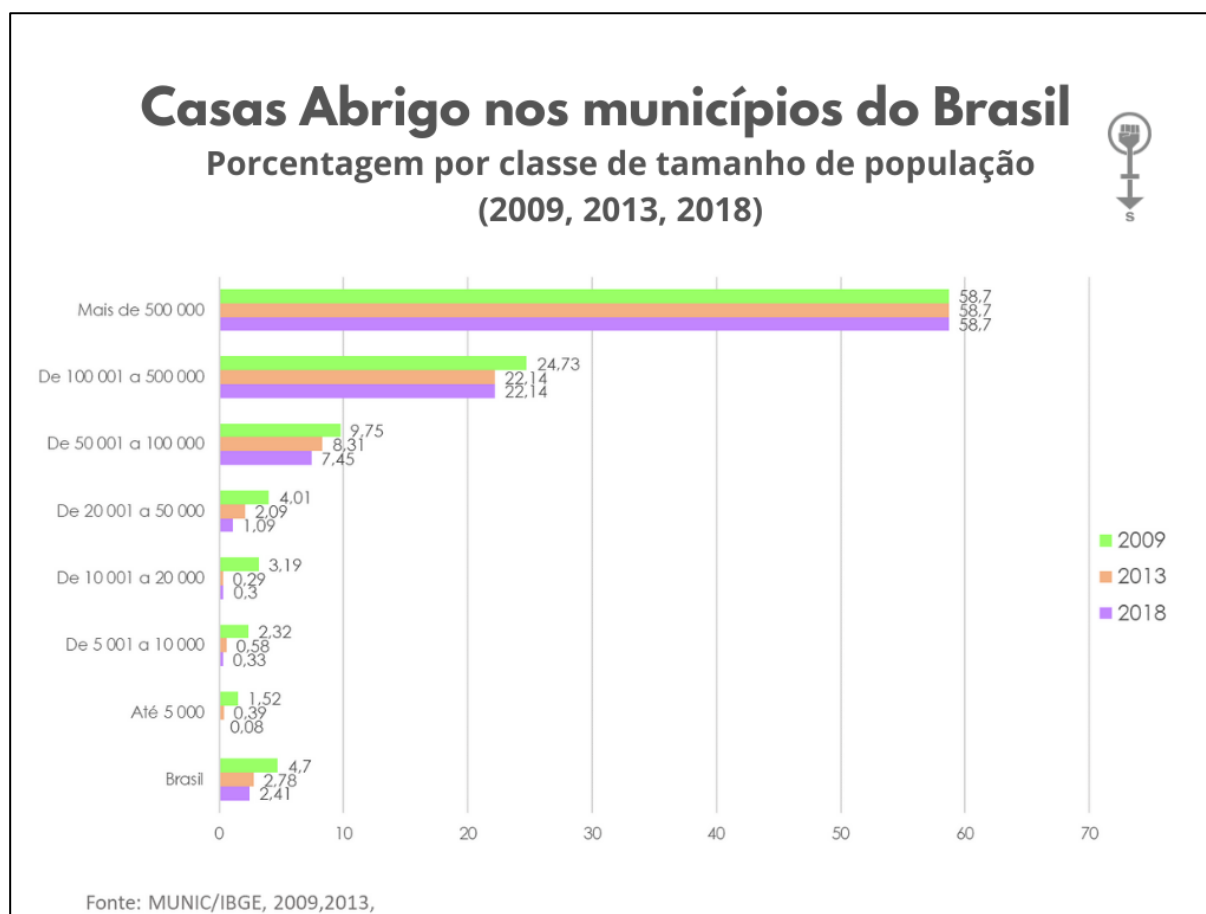
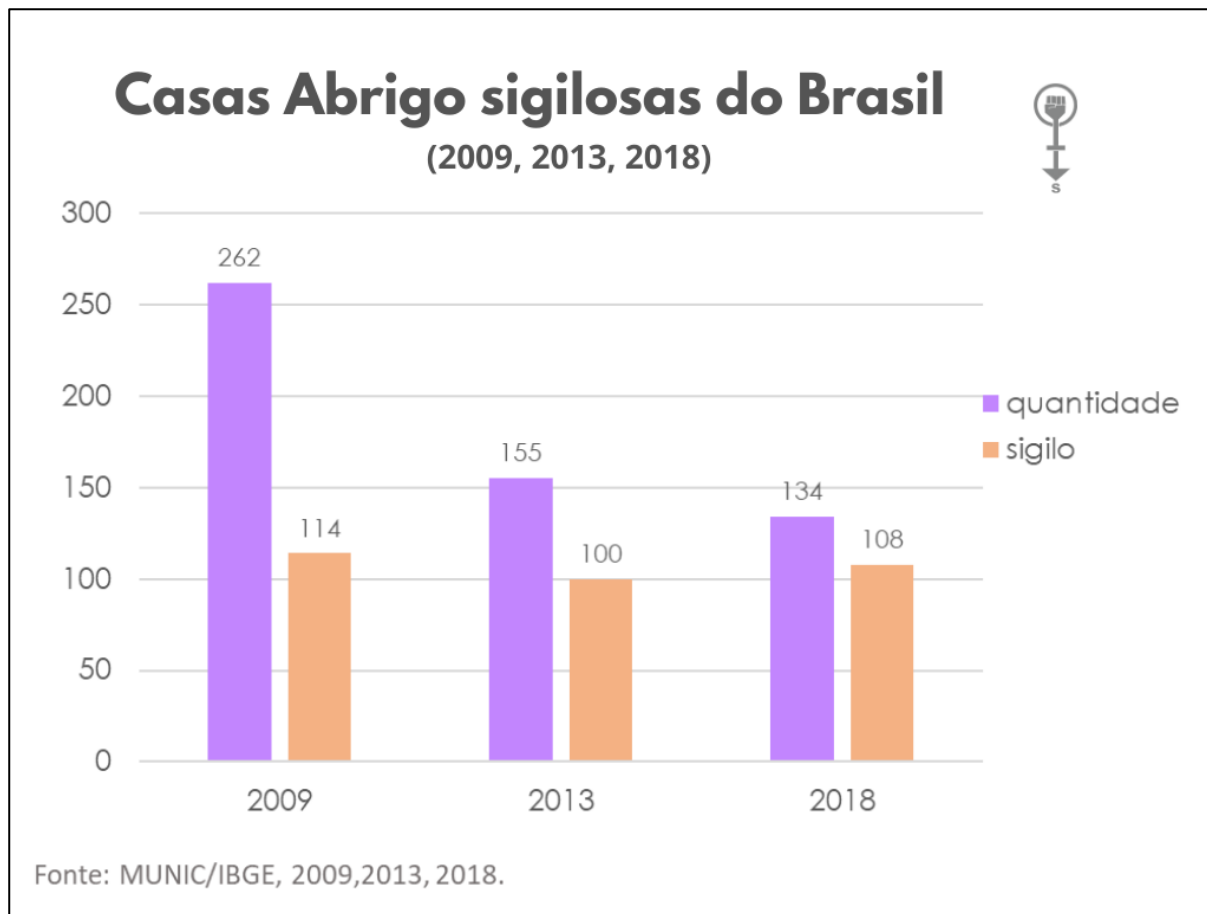


Gráfico 4- Quantidade de Casa Abrigo sigilosa no Brasil (2009,2013,2018)



O sigilo vem sendo cada vez mais incorporado nos equipamentos ao longo dos anos, como se pode ver no gráfico abaixo, de 2009 para 2018 muitas casas passaram a ter seu endereço sigiloso. Em 2009 somente 114 casas das 262 (43,5%) já em 2018, 108 equipamentos dos 134 (80,6%).

Casa da Mulher Brasileira

Em 2013, Dilma Rousseff lançou o Programa **"Mulher, Viver sem Violência"**, também pela Secretaria Especial de Políticas para Mulheres (SPM-PR), iniciativa transformada em Programa de Governo por meio do **Decreto nº. 8.086**, de 30 de agosto **de 2013**. O Programa priorizava a implementação de políticas públicas de combate à violência contra a mulher, realizando ações de maneira integrada com várias organizações. O Programa foi estruturado nos seguintes eixos:

- a) Implementação da Casa da Mulher Brasileira
- b) Ampliação da Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180
- c) Organização e humanização do atendimento às vítimas de violência sexual
- d) Implantação e Manutenção dos Centros de Atendimento às Mulheres nas regiões de fronteira seca
- e) Campanhas continuadas de conscientização
- f) Unidades Móveis para atendimento a mulheres em situação de violência no campo e na floresta

Diversos são os avanços deste plano, como a **Casa da Mulher Brasileira**, que é um equipamento público extremamente importante para a prevenção do feminicídio no Brasil, uma vez que seu objetivo é a assistência integral e humanizada às mulheres em situação de violência, integrando os serviços públicos de segurança, justiça, saúde, assistência social, acolhimento, abrigamento, como indicado na Lei Maria da Penha. Estes serviços estão listados na tabela na página a seguir.

Figura 4- Serviços disponíveis na Casa da Mulher Brasileira

Serviços disponíveis na <i>Casa da Mulher Brasileira (CMB)</i>	
Acolhimento e Triagem	O serviço da equipe de acolhimento e triagem é a porta de entrada. Forma um laço de confiança, agiliza o encaminhamento e inicia os atendimentos prestados pelos outros serviços da Casa, ou pelos demais serviços da rede, quando necessário.
Apoio Psicossocial	A equipe multidisciplinar presta atendimento psicossocial continuado e dá suporte aos demais serviços da Casa. Auxilia a superar o impacto da violência sofrida; e a resgatar a autoestima, autonomia e cidadania.
Delegacia	Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (Deam) é a unidade da Polícia Civil para ações de prevenção, proteção e investigação dos crimes de violência.
Juizado/vara especializada	Os juizados/varas especializados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher são órgãos da Justiça responsáveis por processar, julgar e executar as causas resultantes de violência doméstica e familiar, conforme previsto na Lei Maria da Penha.
Ministério Público	A Promotoria Especializada do Ministério Público promove a ação penal nos crimes de violência contra as mulheres. Atua também na fiscalização dos serviços da rede.
Defensoria Pública	O Núcleo Especializado da Defensoria Pública orienta sobre direitos, presta assistência jurídica e acompanha todas as etapas do processo judicial, de natureza
Promoção e autonomia Econômica	Esse serviço é uma das "portas de saída" da situação de violência para as mulheres que buscam sua autonomia econômica, por meio de educação financeira, qualificação profissional e de inserção no mercado de trabalho. As mulheres sem condições de sustento próprio e/ou de seus filhos podem solicitar sua inclusão em programas de assistência e de inclusão social dos governos federal, estadual e municipal.
Central de Trnsportes	Possibilita o deslocamento de mulheres atendidas na Casa da Mulher Brasileira para os demais serviços da Rede de Atendimento: saúde, rede socioassistencial (CRAS e CREAS), medicina legal e abrigo, entre outros. Os serviços de saúde atendem as mulheres em situação de violência. Nos casos de violência sexual, a contracepção de emergência e a prevenção de doenças sexualmente transmissíveis/aids devem ocorrer em até 72h. Além do atendimento de urgência, os serviços de saúde também oferecem acompanhamento médico e psicossocial.
Brinquedoteca	Acolhe crianças de 0 a 12 anos de idade, que acompanhem as mulheres, enquanto estas aguardam o atendimento.
Alojamento de Passagem	Espaço de abrigo temporário de curta duração (até 24h) para mulheres em situação de violência, acompanhadas ou não de seus filhos, que corram risco iminente de morte.

Fonte: Adaptado de BRASIL, 2013. Programa "Mulher, Viver sem Violência".

Segundo a nota do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos,⁴² até 2022, o Brasil possui 30 casas da Mulher Brasileira em implementação, sendo nove em fase de construção e somente sete CMB em funcionamento, como se pode ver no mapa.

⁴² [Com orçamento previsto de R\\$ 7,7 milhões, Casa da Mulher Brasileira não recebeu nenhum pagamento em 2022 | São Paulo | G1 \(globo.com\)](#)

Mapa 10-- Distribuição da Casa da Mulher Brasileira, 2022.



Onde mais mata e onde mais protege?

Visando responder essa pergunta foi feito um mapeamento síntese que integra os dados principais dos mapas de equipamentos públicos especializados em atender mulheres vítimas apresentados neste capítulo, com os dados de assassinadas do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, apresentados nos mapas de feminicídio e homicídio de mulheres do capítulo 02. Para isso, foi criada a legenda por uma tipologia de espaços para compreender a complexidade desse fenômeno silencioso no Brasil.

Nos **espaços de matança**, busco demonstrar as maiores médias nas taxas de assassinatos de mulheres entre 2018 e 2022 em diferentes Unidades da Federação. É importante destacar que, ao calcular a média das taxas de assassinadas por 100 mil mulheres, os resultados foram classificados em cinco categorias.

As Unidades da Federação que mais assassinam mulheres são marcadas com uma linha grossa vermelha, destacando tanto os Estados com maiores médias nas taxas de feminicídio ao longo desses anos, como o Acre (2,84), Mato Grosso (2,68) e o Mato Grosso do Sul (2,74), quanto os Estados com maiores médias nas taxas de homicídios de mulheres, incluindo Acre (6,99), Rondônia (6,72), Ceará (6,95), Roraima (9,11).

Portanto, foram destacados em hachurado⁴³, Estados com resultados das categorias mais altas, indicando um aumento assustador na incidência de mortes, tanto em feminicídio quanto em homicídio. Nesse sentido, destaco com preocupação a segunda categoria de Estados com maiores médias nas taxas de feminicídios como Rondônia (1,69), Roraima (1,88). Alagoas (1,82), Piauí (1,75) Espírito Santo (1,65), Maranhão (1,63), Rio Grande do Sul (1,74). Por outro lado, destacam-se os Estados que apresentaram altas médias nas taxas de homicídio de mulheres, como Bahia (5,52), Rio Grande do Sul (5,31), Pará (5,28), Espírito Santo (5,13), Mato Grosso (4,99), Amapá (4,93).

Já nos **espaços da proteção**, enfatizo as Unidades da Federação com maior disponibilidade de equipamentos especializados de prevenção e proteção para as mulheres em risco de morte iminente. Dentre os 149 municípios destacados em cinza escuro, apenas dois possuem mais de uma unidade adequada à Norma Técnica de

⁴³ Os hachurados são linhas paralelas que geralmente são desenhadas em uma determinada direção, como linhas diagonais ou horizontais, para preencher uma área no mapa e destacá-la.

Padronização das Delegacias da Mulher de 2010⁴⁴ : São Paulo - SP e Teresina - PI, ambas capitais estaduais. Além disso, dentre as 403 delegacias especializadas, apenas foram identificadas 48 as quais oferecem atendimento 24 horas, com a notável presença de 36 delas no Estado de São Paulo (75%). Por outro lado, 10 Estados não possuem nenhuma delegacia especializada no atendimento à mulher com atendimento 24 horas.

Atualmente o Brasil possui 153 Casas Abrigo em 134 municípios, somente 2,4% dos municípios brasileiros com esse equipamento. A única macrorregião que apresenta ao menos um equipamento em todos os Estados é a região nordeste, com somente 20 Casas Abrigo, IBGE (2018). Das 27 unidades da Federação, somente sete possuem Casas da Mulher Brasileira. Sete Casas estão em construção: Ananindeua(PA), Macapá (AP), Teresina (PI), Mossoró (RN), Salvador (BA), Cariacica (ES), Japeri (RJ), Cidade Ocidental (GO), Jataí (GO).

O Estado de São Paulo se destaca por ter uma média de feminicídio mais baixa que outros Estado e por possuir expressivo número de equipamentos frente as outras Unidades da Federação, com 131 delegacias especializadas, 36 unidades de Casas Abrigo e a mais recente Casa da Mulher Brasileira. Isso se explica, em parte, porque foi o primeiro Estado a implementar as primeiras políticas de segurança pública dirigida às mulheres, a primeira delegacia em 1985, a primeira Casa Abrigo em 1986, Casa da Mulher Brasileira em 2019.

Poderíamos também refletir sobre a distribuição destes equipamentos pelo território nacional. Observa-se no mapa que os municípios adequados a norma das delegacias e as localizações das Casas da Mulher Brasileira pode ser relacionado com a rede e hierarquia urbana, com destaque para as políticas de proteção para as capitais de Estado e principais centros regionais.

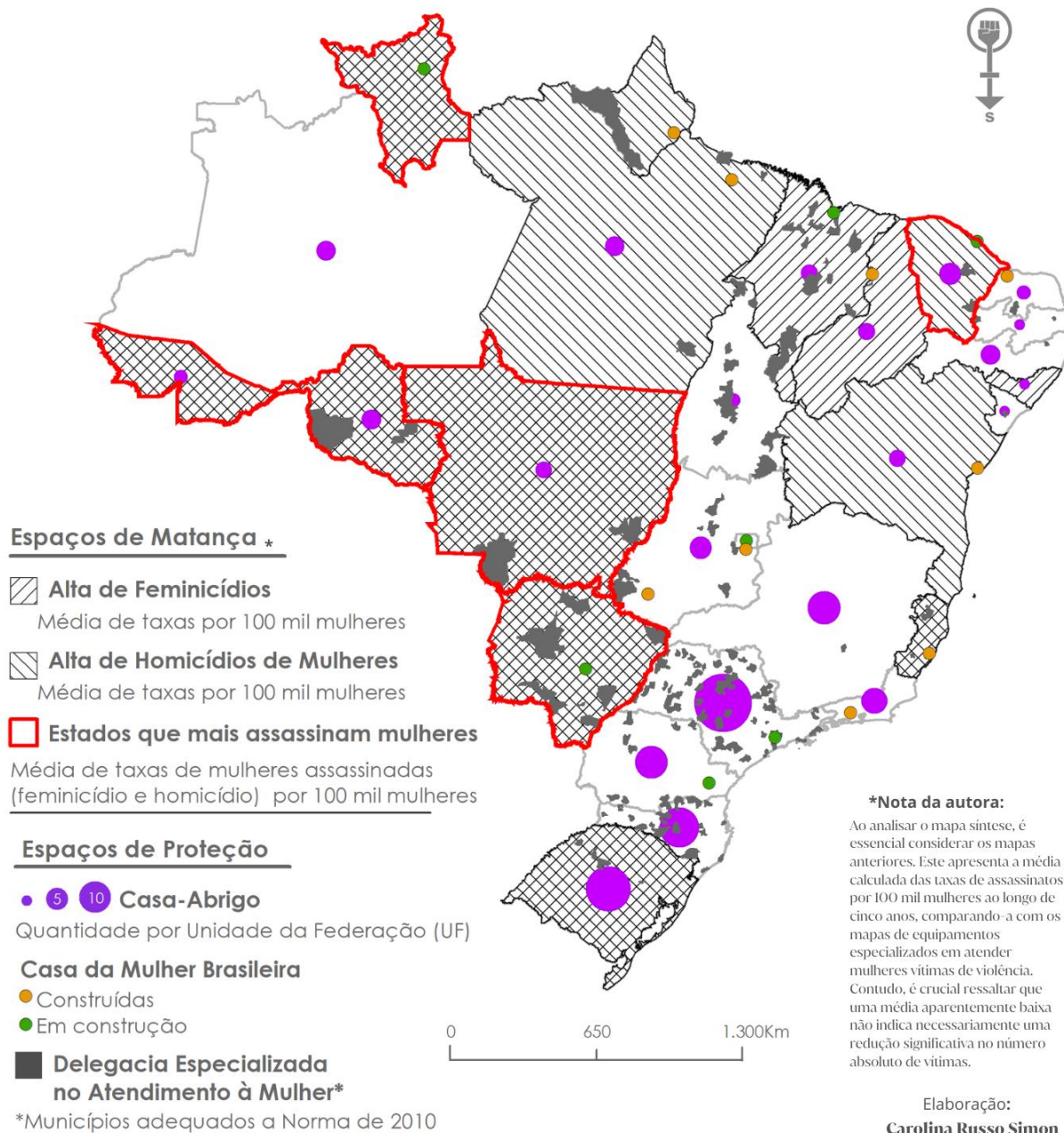
Por fim, **a Ausência** é composto por todos os municípios brasileiros que não possuem equipamentos especializados de proteção as mulheres.

⁴⁴ Estabeleceu que todos os municípios devem ter pelo menos uma unidade com atendimento 24 horas, sendo que o número mínimo de unidades é calculado pela proporção da população residente no município.

Mapa 11-Síntese Mulheres Assassinadas no Brasil

Mulheres Assassinadas no Brasil

Espaços da matança e de Proteção (2018-2022)



Fontes:

Casa da Mulher Brasileira: Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (2021).

Delegacias: Sites oficiais da Polícia Civil dos Estados e do Distrito Federal (2021).

***Norma Técnica de Padronização das Delegacias Especializadas** (SPM-PR, 2010).

Morte de Mulheres: Anuário Brasileiro de Segurança Pública (FBSP, 2017-2023).

Casa-Abrigo: Pesquisa de Informações Básicas Municipais (IBGE, 2018).

Base Cartográfica: IBGE, 2020.

Elaboração:

Carolina Russo Simon

Dezembro de 2023

www.mapasfeministas.com.br

unesp

Universidade Estadual Paulista

BIOGEO

Laboratório de Biogeografia e Geografia da Saúde

Software: ArcGIS Pro

Orçamento federal para promover a vida das mulheres

Nos últimos anos, o orçamento destinado à proteção da vida das mulheres no Brasil sofreu um declínio alarmante, refletindo a negligência do Governo Federal em relação a essa questão crucial. De acordo com um relatório do Tribunal de Contas da União (LINDER, 2020), o orçamento específico para políticas voltadas às mulheres diminuiu drasticamente, passando de 119 milhões para apenas 5,3 milhões entre 2015 e 2019. Esse desinvestimento é uma clara evidência da naturalização da violência no governo bolsonarista, o que é profundamente preocupante.

Documentos importantes, como "A conta do desmonte – Balanço do Orçamento Geral da União 2021"⁴⁵ e a "Nota técnica: Análise do Orçamento de Políticas de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres (de 2019-2023)"⁴⁶, conduzidos pelo Instituto de Estudos Socioeconômicos (INESC), revelam que o governo Bolsonaro não alocou recursos significativos para programas de combate à violência contra a mulher, mesmo em um momento em que o mundo alerta para uma verdadeira “pandemia de violência”. Enquanto a necessidade de ação era premente, o governo falhou em repassar fundos essenciais para esses programas.

Ao focar especificamente no Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, identificamos dois problemas críticos. Em primeiro lugar, o ministério enfrenta um déficit orçamentário significativo, com recursos inadequados para combater eficazmente a violência de gênero (LINDER, 2020). Além disso, mesmo com os recursos disponíveis, a execução desses fundos tem sido inadequada, como evidenciado nos gráficos adaptados das informações do INESC em 2023.

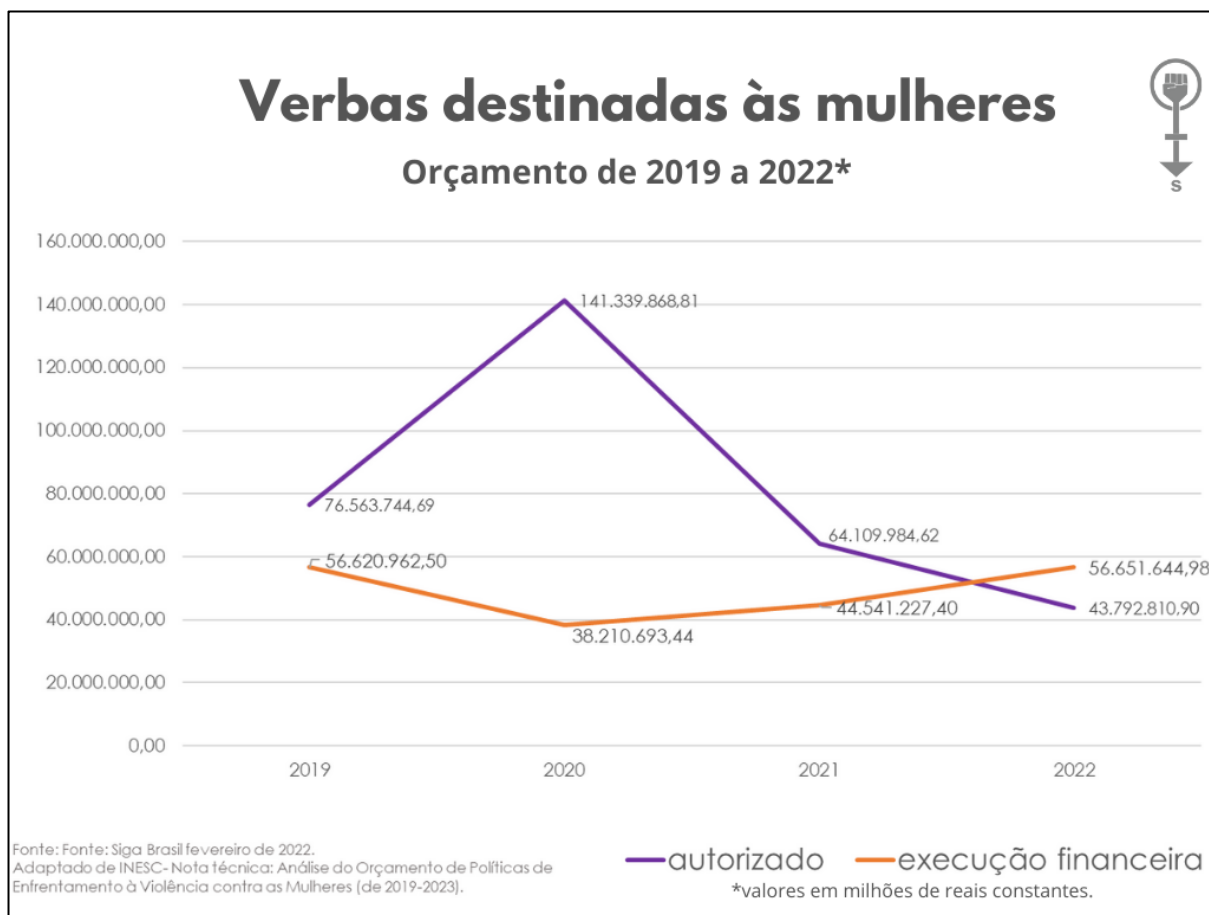
Em 2020, um ano marcado pela pandemia de COVID-19, quando as regras para licitações e contratos foram flexibilizadas, o Ministério gastou apenas 29,45% dos recursos autorizados, apesar do aumento da violência doméstica em um contexto de isolamento

⁴⁵ Pode ser acessado pelo link: https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKEwj-8umwg4iCAxVarpUCHftrBloQFnoECAGQAw&url=https%3A%2F%2Fwww.inesc.org.br%2Fwp-content%2Fuploads%2F2022%2F04%2FBalancoOrcamento2021-Inesc-1.pdf&usg=AOvVaw3puFIPZ_SfYzIoFU3-np_C&opi=89978449.

⁴⁶ Pode ser acessado pelo link: [Orçamento para combater violência contra mulheres piorou ano a ano, com pior cenário para 2023 - INESC](#)

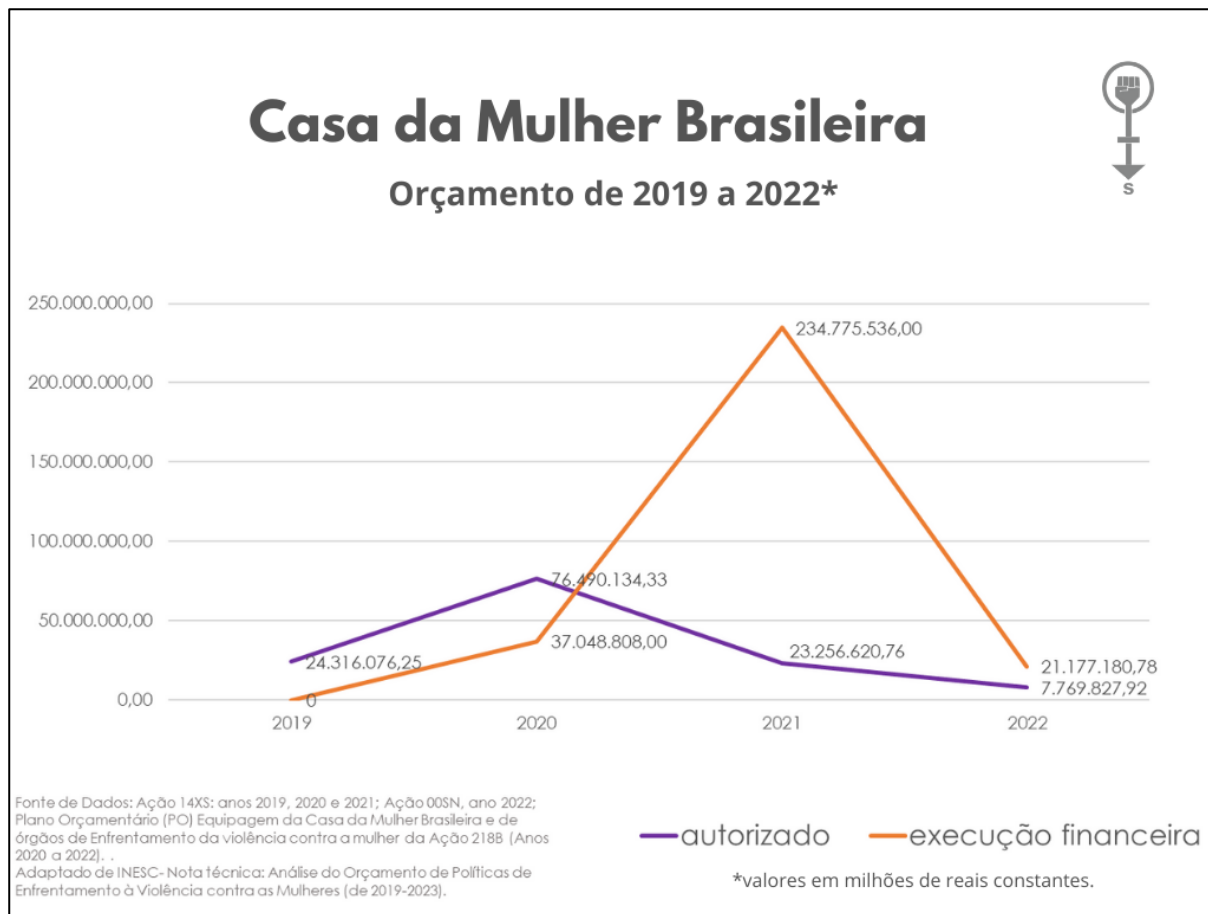
social. No período de 2019 a 2022, houve um corte orçamentário de quase 30%, o que apenas agravou a situação (INESC, 2023).

Gráfico 5-- Orçamento Federal destinado ao combate à violência contra à mulher (2019 a 2022).



O cenário para as Casas da Mulher Brasileira também é preocupante. A ex-ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Damare Alves, anunciou a liberação de 25 dessas casas em 2020, porém, isso não se concretizou (LINDER, 2020). O Instituto de Estudos Socioeconômicos (INESC) demonstra que, desde o início do governo Bolsonaro, houve um padrão consistente de falta de investimento nesses equipamentos especializados. Em 2019, nenhum valor autorizado foi executado, e essa tendência de não investimento continuou até 2021.

Gráfico 6-- Orçamento Federal destinado a construção de Casa da Mulher Brasileira (2019 a 2022).



Os cálculos do INESC (2022, 2023) revelam que o orçamento previsto para as Casas da Mulher Brasileira foi de R\$ 7,7 milhões, mas até agosto de 2022, em um ano eleitoral, nenhum pagamento foi efetuado. Para a construção, foram autorizados R\$ 76,4 milhões, mas apenas R\$ 225,2 mil foram executados. Para a manutenção das Casas, apenas R\$ 145,2 mil de restos a pagar de anos anteriores foram utilizados, apesar da possibilidade de maior alocação de recursos, considerando as crescentes necessidades durante a pandemia.

O Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos também deixou de gastar 70% dos recursos destinados ao combate da violência contra a mulher em 2020, apesar das medidas de flexibilização de regras fiscais e de licitações. Isso equivale a um montante de R\$ 103,1 milhões que não chegaram aos estados e municípios para apoiar a rede de atendimento às mulheres (INESC, 2023).

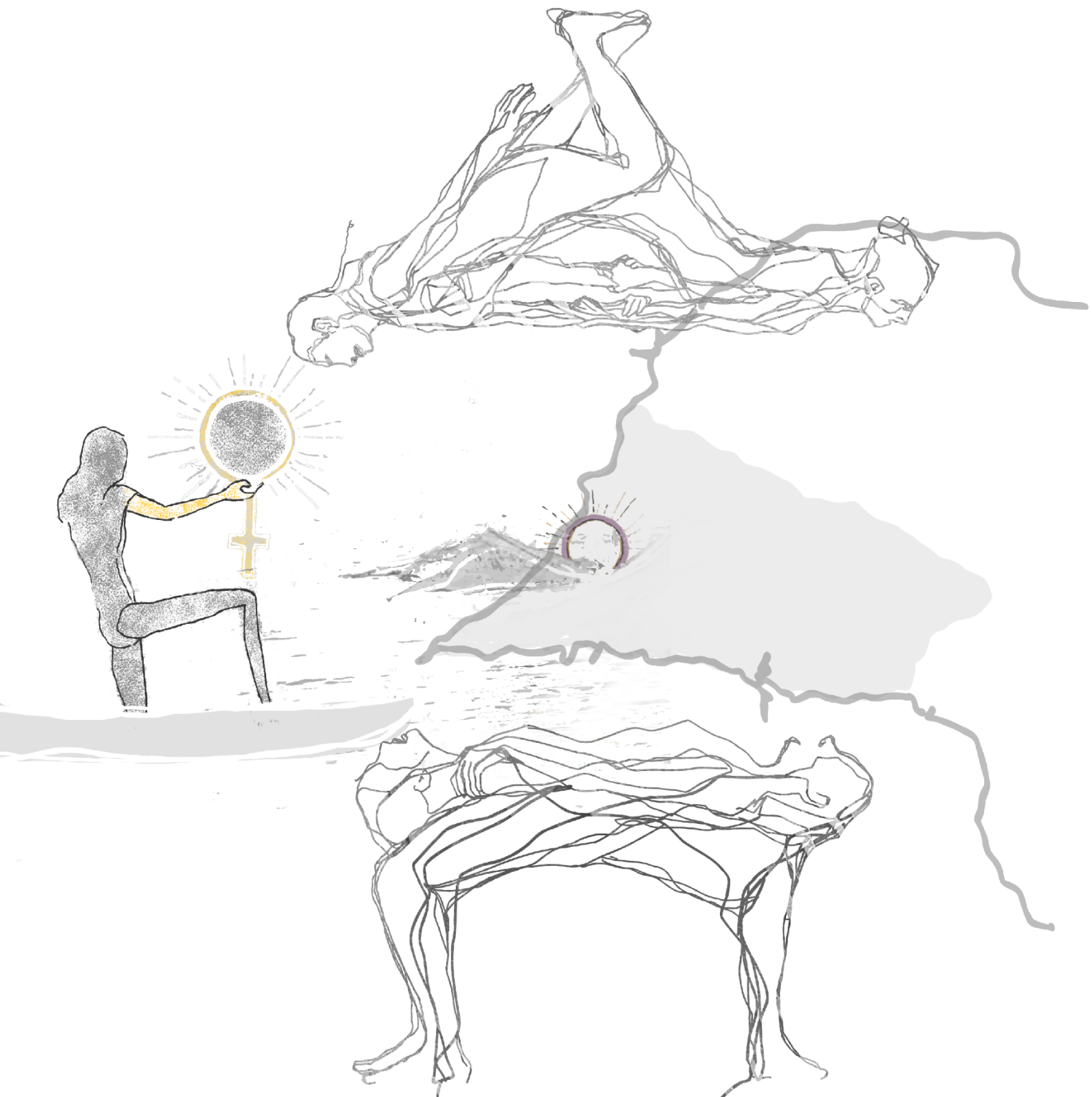
Em 2023, a situação orçamentária para políticas de enfrentamento à violência contra a mulher piorou ainda mais. O Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) proposto pelo governo Bolsonaro alocou apenas R\$ 13 milhões para ações voltadas às mulheres, o que representa um valor extremamente insuficiente. Embora o Congresso tenha aumentado essa quantia para R\$ 33,1 milhões, ainda é notavelmente inferior aos anos anteriores. A diminuição de recursos entre 2022 e 2023 foi de 24%, e só não foi maior devido à intervenção do Legislativo (INESC, 2023).

A reconstrução e recuperação da política pública de promoção dos direitos das mulheres iniciou em 2023 com a recriação do Ministério das Mulheres no governo de Lula, sob o comando de Aparecida Gonçalves, também conhecida como Cida Gonçalves. Com sua especialização em gênero e enfrentamento à violência contra as mulheres, bem como sua atuação como ativista na defesa dos direitos das mulheres por mais de 40 anos, a liderança de Cida Gonçalves representa uma oportunidade crucial.

Nesse contexto, a recomposição do orçamento é uma necessidade, e o Plano Plurianual 2024-2027, a ser elaborado em 2023, deve estabelecer metas claras e indicadores que visem restaurar a rede de proteção social das mulheres como um direito fundamental (INESC, 2023).

CAPÍTULO 04:

A CASA ABRIGO E A O ENFRENTAMENTO A VIOLÊNCIA DO OESTE PAULISTA



Capítulo 4: A Casa Abrigo e a o enfrentamento a violência do Oeste Paulista

Imaginar, recriar, desobedecer, lembrar, narrar, celebrar são verbos feministas (Débora Diniz e Ivone GERBARA, 2022). Por isso, este capítulo é fruto de um esforço pessoal, mas também coletivo, de lembrar e narrar a história de construção do Serviço de Acolhimento Institucional – **Casa Abrigo para Mulheres Vítimas de Violência e seus dependentes do Oeste Paulista**, como uma forma de celebração frente a conformação da sororidade para recriar a esperança feminista na região.

Este equipamento público é fruto da união de esforços de diversas mulheres, de diversas organizações e instituições públicas, que recriaram a esperança no serviço público, ao repararem a ausência de equipamentos feministas na região. Para isso, foi necessário desobedecer, centenas de vezes, a política patriarcal para que a Casa Abrigo se concretizasse. Até o ano de 2021, nenhum dos municípios do Oeste do Estado de São Paulo apresentavam esse equipamento, que, como vimos anteriormente, existe no Brasil desde de 1986. Foram 35 anos de luta feminista para que se implementasse esse equipamento no Oeste do Estado de São Paulo. Celebro essa história nesse capítulo.

Sendo assim, este capítulo foi construído em duas grandes partes, a primeira visa demonstrar quais foram os recursos que nós, mulheres articuladoras do projeto, encontramos para viabilizar a instalação da casa. Para isso, centro logo nas primeiras páginas o esforço de construir a história dos principais grupos feministas do município de Presidente Prudente, que participaram da construção da pauta e da luta na região. Apresento a forma de levantamento de dados para a formulação do projeto, até a conquista de verbas para custeio da implementação e continuidade.

Na segunda parte, construo uma narrativa sobre os primeiros atendimentos da casa, articulando os dados apresentados pela coordenadora do abrigo, tanto em entrevista para essa pesquisa, quanto nos diversos eventos que participamos juntas. Demonstro como a Casa Abrigo do Oeste Paulista é um equipamento que foi montado para a prevenção e, que hoje, tem demonstrado que promove a vida de mulheres e crianças que passam por aquele contraespaço feminista (Carolina SIMON, 2020).

Rede Mulher Presidente Prudente

As mulheres prudentinas já se organizavam politicamente na luta contra a violência desde meados 2008, quando um grupo de mulheres feministas criaram a Rede Mulher de Presidente Prudente.

Esta rede começou a ser formada dentro do II Fórum Municipal sobre violência contra à mulher realizada no ano de 2008, sob organização do antigo Centro de Referência de Atendimento à Mulher (CRAM), com apoio da Secretaria de Assistência Social de Presidente Prudente (SAS) e também em parceria com Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), 29ª Subseção de Presidente Prudente- SP.

O CRAM, ou Centro de Referência de Atendimento à Mulher, é um serviço especializado voltado para o atendimento de mulheres em situação de violência doméstica e familiar. Os CRAMs têm como objetivo acolher, orientar e prestar apoio às mulheres que sofrem violência, oferecendo atendimento psicológico, social e jurídico. Eles desempenham um papel fundamental no enfrentamento da violência de gênero, contribuindo para a proteção e empoderamento das mulheres.

Neste evento de 2008 foram levantadas diversas dificuldades encontradas no atendimento às mulheres que sofrem violência, dentre elas - a falta de serviços de atendimentos ao agressor, conforme previsão da Lei 11.340/06; e também a ausência do Conselho Municipal da Mulher, conforme previsão em lei municipal 3.403/1992 e, principalmente, a falta de capacitação dos profissionais que fazem parte da rede de atendimento à mulher vítima de violência (Giovana OLIVEIRA, 2011).

A partir deste evento, em 2009, a Defensoria Pública de Presidente Prudente se reuniu com o CRAM e iniciaram reuniões para articulação de encontros periódicos entres os serviços de atendimento as mulheres, consolidando assim a formalização da REDE MULHER. Inicialmente, a rede foi formada por convidados Poder Judiciário, Ministério Público, Vigilância Sanitária, Secretaria de Assistência Social (SAS), Defensoria Pública, Delegacia de Defesa da Mulher e Polícia Militar (Giovana OLIVEIRA, 2011).

O CRAM de Presidente Prudente foi criado em 2007, com uma discussão focada no atendimento à mulher, porém ainda não existia uma compreensão ampla das questões de gênero ou mesmo de feminismo dentro do serviço. Em 2009, a coordenação deste

serviço passou a ser gerida pela feminista Simone Duran⁴⁷, que é sempre lembrada no imaginário da luta feminista prudentina como principal articuladora das políticas de atendimento as mulheres na região. Nesse período o CRAM não apresentava o financiamento continuado no trabalho, pois o Governo Federal trabalhava por projetos, quando os projetos acabavam, os financiamentos cessam e não havia como atender as mulheres. Em 2009, o CRAM passou a ser CREAS- Centros de Referência Especializado de Assistência Social, como uma estratégia feminista formulada dentro das reuniões coletivas da REDE MULHER, para ter financiamento continuado do Governo Federal.

Com a criação do CREAS⁴⁸ o trabalho da assistência social do município de Presidente Prudente passou a ter a seguridade financeira. Neste momento, Comunicação Social: Publicidade e Propaganda da Faculdade Centro Paulistano (UNIESP) foi acionado pela Rede Mulher para a produção de um documentário chamado “EMPODERADAS”⁴⁹. Esse documentário foi inovador na região, pois diversas mulheres acompanhadas pelo CREAS passaram a relatar as violências que sofreram. Esse foi um marco da pauta feminista da região.

Em 2011, a Rede MULHER logrou em (re)conquistar Conselho Municipal da Condição Feminina de Presidente Prudente (CMCF-PP). Este conselho era de caráter normativo e consultivo e foi criado por meio da Lei Municipal 3.403/1992 de autoria da vereadora Alba Lucena Fernandes Gandia⁵⁰. A escolhida para ser a presidenta do conselho em 2011 foi Maria Helena, a atual coordenadora da Casa Abrigo. A partir do CMCF e da REDE

⁴⁷ Simone Duran se aposentou em 2020.

⁴⁸ Os CREAS começaram a ser criados no Brasil a partir da implementação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) na década de 2000. Antes disso, existiam somente os CRAMs (Centros de Referência de Atendimento à Mulher) como serviços especializados para atendimento às mulheres em situação de violência doméstica. A partir da aprovação da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) em 1993, foram estabelecidos os princípios e diretrizes para a política de assistência social no país. A LOAS previa a criação de um sistema integrado de serviços socioassistenciais, o SUAS, que passou a ser implementado gradualmente a partir de 2004. Com a implantação do SUAS, houve a reorganização e ampliação da rede de proteção social, visando garantir uma abordagem mais abrangente e integral às situações de vulnerabilidade e violação de direitos. Nesse contexto, surgiu a necessidade de criar serviços especializados que atendessem não apenas as mulheres em situação de violência, mas também outras populações em risco ou vulnerabilidade. Assim, os CRAMs foram incorporados ao SUAS e passaram a fazer parte dos CREAS, que têm uma abrangência mais ampla, atendendo não apenas as mulheres, mas também crianças, adolescentes, idosos, famílias e outros grupos em situação de vulnerabilidade social (Paula LINDO, 2015)

⁴⁹ Essa informação pode ser observada na matéria presente no site do município: <http://www.presidenteprudente.sp.gov.br/site/noticia/5364>.

⁵⁰ A notícia de reativação do conselho pode ser encontrada em: <http://www.presidenteprudente.sp.gov.br/site/noticia/13581>.

MULHER foi organizado a primeira Conferência Municipal Dos Direitos Das Mulheres, com o tema Autonomia e Igualdade para as Mulheres. A partir desse evento as militantes participaram da conferência estadual e a antiga coordenadora do CREAS, Simone Duran, foi como delegada para a conferência nacional. Esse conselho foi implantado, mas não conseguiu ser continuado.

Ainda 2011 foi implementada a campanha do Laço Branco, que é um movimento mundial dos homens contra a violência contra as mulheres. Foi quando a Rede Mulher conseguiu aproximar os homens da pauta feminista, demonstrando como a presença dos homens na pauta da construção de uma sociedade de paz era fundamental. Neste momento surgiu o Núcleo de Atendimento ao Homem, junto a uma Organização Social apoiada pela Central Única de Trabalhadores (CUT) sob coordenação do Psicólogo Edson Marcelo Oliveira Silva, de forma voluntária. O NAH funcionou por cinco anos, mas como a Rede Mulher não conseguiu transformar esse espaço em política pública, a falta de fomento ao serviço fez com que esse trabalho terminasse.

É importante ressaltar que desde 2010, a REDE MULHER tentou articular uma Casa Abrigo para atender mulheres vítimas de violência. Ao buscar documentações e legislações foi possível encontrar o Projeto de Lei nº 238/2010, do deputado estadual Ed Thomas (PSB), que instituiu no município a criação de uma Casa Abrigo. No 6º Fórum de Enfrentamento à Violência Contra Mulher, que aconteceu em 2014 no município, essa era uma demanda pautada publicamente para a construção.⁵¹

Em 2014, outro marco feminista aconteceu, a equipe do CREAS, com suporte da REDE MULHER, conseguiu o financiamento para o projeto “Prudente construindo a igualdade de gênero”. Existia um debate na câmara dos vereadores contra a pauta de gênero. Desta forma, a REDE MULHER elaborou no âmbito do projeto conquistado pelo CREAS outro documentário, chamado NEGA⁵², que contava a história de uma mulher acompanhada pela equipe do CREAS e teve uma história de superação da violência, também em parceria com a UNIESP, sob a coordenação do Professor Fernando Martinez.

⁵¹ Notícia no site da Assembleia legislativa do Estado de São Paulo <https://www.al.sp.gov.br/noticia/?id=360591>.

⁵² Documentário está totalmente disponível no Youtube no link : https://www.youtube.com/watch?v=AEk1_NUrPXY&ab_channel=FernandoMartinez. Também pode observar a notícia da época em: [Creas exhibe documentário ‘Nega’ em Simpósio do curso de Serviço Social da Toledo - Município de Presidente Prudente](#)

Segundo as informações coletadas pela militância feminista da Frente Pela vida das Mulheres, este documentário foi apresentado em mais de 100 espaços na região, entre escolas, universidades, serviços de saúde, de assistência social, espaços de segurança pública, empresas entre outros espaços.

Ainda em articulação de REDE, em 2015, a Prefeitura de Presidente Prudente sancionou a Lei nº 8.850, de 8 de maio de 2015, que estipula o pagamento da Bolsa Mulher, um benefício para mulheres que sofreram violência doméstica ou familiar. O projeto de lei foi proposto e aprovado pela Câmara Municipal e garante pelo menos cinco pagamentos para as vítimas, de acordo com avaliação do Centro de Referência Especializado em Assistência Social (CREAS).

Desde a formulação da REDE MULHER, eventos voltados para a saúde da mulher, principalmente no combate à violência foram realizados no município, bem como capacitação de profissionais da área de saúde e segurança pública. O CMCF deixou de existir, não consegui saber em qual ano pois não há nenhum documento nem mesmo notícias sobre ele.

O blog da Rede Mulher (<http://redemulherprudente.blogspot.com/>) reuniu a memória desse coletivo até o ano de 2016 e é sabido que até a pandemia o grupo ainda existia, sendo articulado pelo CREAS, com reuniões mensais principalmente para a continuidade de ações no Dia Internacional da Mulher (08 de março) e Dia de combate a violência contra a mulher (25 de novembro) com mais de dez eventos sob o nome- Fórum Municipal sobre violência contra à mulher.

É perceptível que a pauta da violência contra a mulher no município foi estabelecida principalmente pelo feminismo institucional que tentou de todas as formas transformar o cenário feminicida da região.

Cordel social

O grupo Cordel Social, criado em novembro de 2018, nasce a partir de um encontro entre quatro profissionais da área de Psicologia e Serviço Social, em busca de mudanças no cenário de violência doméstica familiar contra a mulher em Presidente Prudente- SP.

Esse coletivo atua com Palestras e Oficinas de ações fundamentadas na arte e dramatização com o intuito de sensibilizar a situação vigente e crescente de violência das mulheres, meninas e adolescentes que continuam perdendo ao longo da história e atualmente sua dignidade, equidade e até a própria vida apenas por ser mulher.

O coletivo surgiu do desejo de Lucy, uma das entrevistadas da pesquisa. Como ela me contou, o cordel social surgiu da união de amigas da faculdade, a primeira reunião aconteceu na casa dela.

[...] veio o Cordel, foi em 2018, foi um grupo que também me trouxe muita experiência, nasceu de um desejo meu, de aproveitar um pouco a máquina pública, algumas coisas que eu via no município através do meu curso de serviço social, eu via muita deficiência nas políticas públicas, e eu falei, nossa, eu preciso fazer alguma coisa, Eu queria montar um grupo que falasse de violência doméstica, mas de uma forma leve. Porque falar de uma forma pesada me machucava, então eu não conseguia, me dava gatilhos, eu não conseguia ver folder com mulheres machucadas, sangrando, até hoje isso me incomoda, não é um gatilho mais, mas me incomoda, eu não gosto. Então, eu queria ver mulheres sorrindo, eu queria ver mulheres empoderadas, e eu tinha muito esse desejo, fiz uma reunião na minha casa e convidei algumas profissionais. Foram duas montagens do cordel, o primeiro foi com uma psicóloga, ela veio, mas ela não tinha muita disponibilidade de horário, e aí ela indicou uma outra psicóloga, e através dessa indicação a gente foi tentando crescer, aí fomos para a cultura, participando de alguns eventos, e a ideia até então é a que eu tenho até hoje, é trabalhar na educação e prevenção. Então esse era o maior desejo, vamos trabalhar a prevenção, e aí eu focava muito para elas, meninas, eu quero ser a palestrante, eu quero ser a palestrante, e eu nem sabia falar (risos). (Lucy entrevista realizada em 07/03/2023),

Desde 2019, o Coletivo Cordel Social é membro da Rede Mulher Prudente, e o Coletivo participou ativamente das ações organizadas pela Rede, com destaque nas atividades referentes ao aniversário da Lei Maria da Penha e do Dia Internacional de Luta Contra a Violência de Gênero, desenvolvidas no ano de 2019. E a articulação da Casa Abrigo em 2020.

Frente pela vida das Mulheres

A Frente Pela Vida das Mulheres (FPVDM) surgiu em 2016, a partir da auto-organização das mulheres da Frente Brasil Popular para construir lutas no Dia Internacional das Mulheres em Presidente Prudente e região.

A Frente Brasil Popular (FBP) é uma coalizão política e social brasileira que surgiu em 2015, durante um contexto de intensa polarização política no país. Ela foi formada por uma série de organizações, movimentos sociais, sindicatos, partidos políticos de esquerda e outros grupos progressistas, com o objetivo de articular a resistência contra o impeachment da então presidente Dilma Rousseff (PT) e combater o avanço de medidas conservadoras e neoliberais.

Em 2016 conseguiu organizar a unidade da Frente Brasil Popular no Pontal do Paranapanema. A coalizão na nossa região reuniu diversos setores da sociedade, incluindo movimentos sociais ligados à luta por direitos humanos, trabalhistas, estudantis, populares e agrários, além de representantes de partidos políticos como o Partido dos Trabalhadores (PT), e o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL). A Frente Brasil Popular buscava unir essas diferentes vozes em torno de uma plataforma comum, a fim de enfrentar as ameaças aos direitos conquistados e propor uma alternativa política à agenda conservadora. Entre as principais pautas defendidas no momento estavam a defesa da democracia, dos direitos sociais, dos direitos trabalhistas, dos direitos das mulheres e LGBTQIAP+, a luta contra a desigualdade social, a defesa da soberania nacional e uma crítica às políticas econômicas neoliberais (Mariana VIEIRA, 2021)

Em meados de fevereiro de 2016, aconteceu no Galpão da Lua- sede da Federação Prudentina de Teatro e Artes Integradas de Presidente Prudente- SP a reunião da Frente Brasil Popular, para construir a agenda de lutas das mulheres. Para essa reunião diversas mulheres foram convidadas, através de convites encaminhados para instituições, partidos, sindicatos e, principalmente Movimentos Sociais. Ali, naquele momento de reunião surgiu a FPVDM, que diferente do feminismo institucional e estatal, tinha a preocupação de fazer a colisão com mulheres moradoras da periferia de Presidente Prudente, e também, de mulheres camponesas assentadas na região.

Em 2018, a Frente pela vida das Mulheres ganhou corpo e representação, pois era necessário construir ativamente o feminismo popular, reunindo, ainda mais, a luta das

mulheres que pautavam um projeto de país diferente. A Luta estava fragmentada, e, naquele momento político catastrófico entendemos que era necessário unir esforços para uma mudança estrutural, da região e do Brasil.

Em 01 de fevereiro de 2018, foi criado um grande grupo de WhatsApp, que naquele ano chegou a ter mais de 60 participantes. O grupo tinha com proposta reunir o debate das mulheres militantes para formar uma semana de atividades com mulheres em março, chamada *Mulheres em luta: em defesa da democracia e da Soberania Nacional*. Também tivemos representantes participado da Construção do Congresso do Povo, o evento nacional da FBP e, principalmente, o ato do *#ELENÃO de presidente Prudente, que foi o maior ato feminista da história da região, com mais de 3000 pessoas nas ruas!*

Desde de 2018, a Frente Pela Vida Das Mulheres começou a ganhar visibilidade, pelos atos e ações de intervenção feminista, se tornando um coletivo feminista de referência para as mulheres que necessitavam de ajuda. E assim, o grupo começou a ser chamado para compor as reuniões da Rede Mulher.

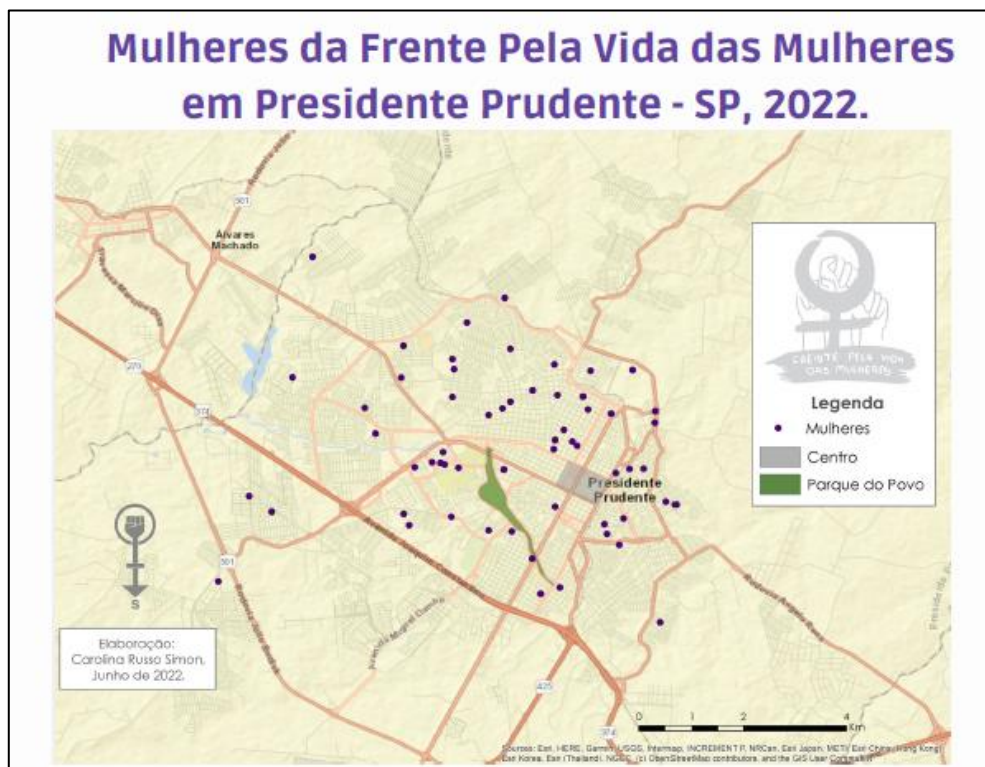
Essas demandas tornaram-se cada vez maiores, com a chegada da pandemia em 2020. Dessa forma, foi criado em 2020 um grupo de operações, para conseguir guiar politicamente as diversas propostas e pedidos de ajuda que chegavam no grupo maior. Esse grupo foi formado pelas mulheres que historicamente eram articuladoras das tarefas, e visava operacionalizar, não hierarquizar, as demandas. Com a imposição do isolamento social e a necessidade de manter a organização feminista, foi preciso fortalecer a rede social, principalmente o *Instagram*⁵³.

Com a criação do operacional e das redes sociais o coletivo ganhou ainda mais força e representação, tornando-se um coletivo de referência, que passou a ser convidado a participar de diversos espaços do feminismo estatal da cidade e da região. Muitas mulheres se somaram ao grupo geral da frente, e por isso em junho de 2022, foi organizado um formulário para ser respondido pelas mulheres se somaram ao grupo maior ao longo do tempo. O objetivo do formulário era de conhecer melhor quem eram essas mulheres e onde estavam. Das 103 participantes do grupo, 77 responderam às nossas perguntas. A

⁵³ a conta @frente.pelavidadasmulheres estava mais de 2890 seguidoras em maio de 2023.

maioria das mulheres eram, ou foram, moradoras da região, como se pode ver nos mapas abaixo.

Mapa 12- Localização das residências das mulheres da Frente Pela Vida das Mulheres na Cidade de Presidente Prudente- SP



Fonte: Frente pela vida das Mulheres, junho de 2022. Elaboração: a autora.

A maioria das mulheres que se identificavam como feministas e entraram no grupo da frente eram jovens com idades de 21 e 35 anos, cerca de 35%. A maioria se declarou como cisgêneras, sendo 52% delas heterossexuais, e majoritariamente brancas (65%). Faz-se importante destacar que 49 mulheres eram mães (48%).

Somente 10 mulheres não faziam parte de organizações, 67 mulheres que responderam fazer parte de alguma organização, sendo 40 organizações diferentes, como sindicatos, partidos políticos, coletivos religiosos e movimento sociais.

Gráfico 7- Faixa etária das mulheres da Frente pela Vida das Mulheres

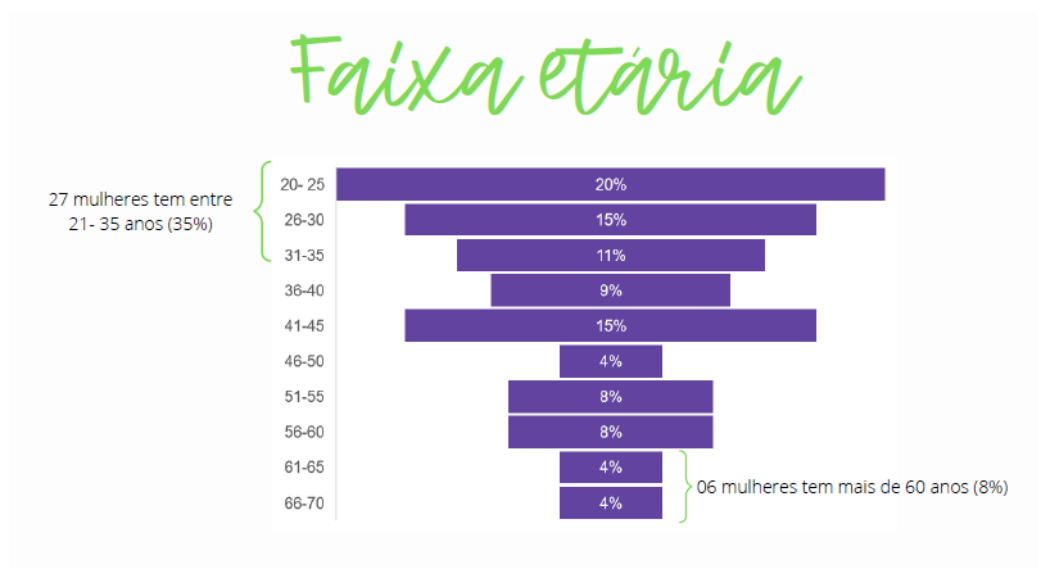


Gráfico 8- Orientação sexual das mulheres da Frente pela Vida das Mulheres

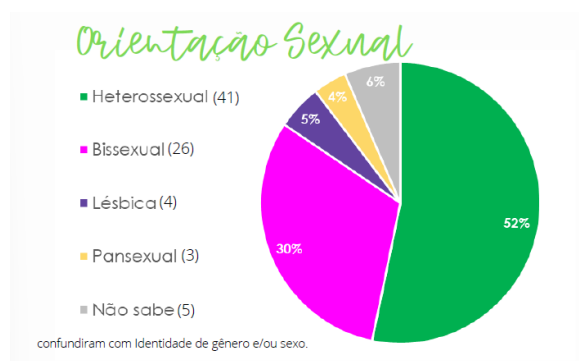
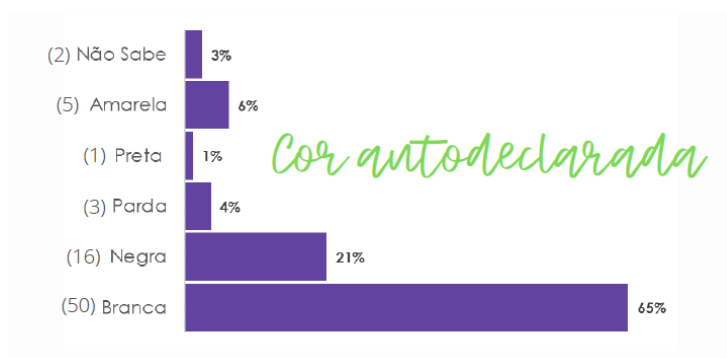


Gráfico 9- Cor autodeclarada das mulheres da Frente pela Vida das Mulheres



Fonte: Frente pela vida das Mulheres, junho de 2022. Elaboração: a autora.

A partir desse levantamento foi possível ter uma dimensão do impacto da Frente Pela Vida das Mulheres na pauta feminista do município e da região. Nesses anos todos de funcionamento do coletivo, porque ainda resistimos, o grupo maior da frente continua recebendo mulheres que colocam demandas urgentes para manter mulheres vivas. Com denúncias de violência, pedido de auxílio psicológico e/ ou jurídico, pedido de alimentos e até mesmo ajuda para enterrar mulheres assassinadas.

Por isso grupo operacional continua existindo em 2023, com mais de 10 mulheres articuladoras⁵⁴ que recebem as demandas no grupo maior e acionam as integrantes da nossa grande rede de mulheres, fazendo muita das vezes o que o Estado não faz, mas também articulando e encaminhando mulheres para os serviços existentes, principalmente auxiliando em denúncias na DDM e encaminhando mulheres para o CREAS.

A formulação do projeto Casa Abrigo ⁵⁵

Historicamente a matança de mulheres no Brasil é naturalizada. E essa realidade cruel de morte matada de mulheres já era historicamente noticiada no município de Presidente Prudente, localizado na região do Oeste Paulista.

Segundo os dados levantados e divulgados pela imprensa regional, principalmente pelo jornal *O Imparcial*, a região já demonstrava um cenário feminicida antes mesmo do início da pandemia. Em 2015, foram registradas 919 ocorrências de violência doméstica na Delegacia de Defesa da Mulher (DDM) da cidade Presidente Prudente- SP (Bruno SAIA, 2016)⁵⁶. Em 2017, foram registrados 966 casos de denúncias de violência contra as mulheres, uma média de 80,5 ao mês. Neste ano ao todo, foram abertos 644 inquéritos

⁵⁴ Algumas mulheres que entraram no operacional saíram, novas chegaram e essa tarefa de articulação tem sido construída pela sororidade, para conhecer algumas das mulheres veja o agradecimento da tese.

⁵⁵ Esta história também é remontada por um artigo da própria defensora pública. ROTA, Giovana Devito dos Santos. Defensoria em atuação extrajudicial: dialogicidades interinstitucionais viabilizam implantação de abrigo sigiloso regional para mulheres em situação de violência doméstica no oeste paulista. Cadernos da Defensoria Pública do Estado de São Paulo / Escola da Defensoria Pública do Estado de São Paulo, São Paulo, v. 7, n. 33, p. 170-192, 2022. ISSN 2526-5199.

⁵⁶ SAIA, Bruno. Registros de violência doméstica contra a mulher crescem 7,6%. O Imparcial digita. Presidente Prudente- SP, 07 de agosto de 2016. Disponível em: <https://www.imparcial.com.br/noticias/registros-de-violencia-domestica-contra-a-mulher-crescem-76,9889>. Acesso em 10 de março de 2021.

policiais, além da solicitação de 227 medidas protetivas com caráter de urgência (Gabriel BUOSI, 2018)⁵⁷.

Tendo em vista este contexto de matança, a 4ª Defensoria da Regional de Presidente Prudente, apoiada pelo Centro de Atendimento Multidisciplinar (CAM), iniciou um diagnóstico sobre a violência contra as mulheres na microrregião de Presidente Prudente- SP. Foram enviados mais de 100 ofícios para serem respondidos principalmente pelas Secretarias Municipais de Saúde, Secretarias Municipais de Assistência Social e Delegacias de Polícia da Região. Nestes documentos, os serviços públicos do município precisam responder oito questões principais. Sendo estas:

1. *Quais os serviços que compõem a rede de atendimento desse município?*
2. *Quais ações têm sido desenvolvidas para o enfrentamento das violências contra as mulheres?*
3. *Qual o fluxo da rede de proteção às mulheres nesse município?*
4. *Como têm sido sistematizadas e registradas as informações/ocorrências de violência?*
5. *Existe algum sistema que registra essas ocorrências?*
6. *Quais têm sido as ações adotadas para mulheres em situação de violência que precisam ser afastadas do(s) agressor(es)?*
7. *Há local adequado, nesse Município, para acolhimento das mulheres vítimas de Violência Doméstica e Familiar, bem como para os seus dependentes, que necessitam ser emergencialmente abrigadas, para a preservação da integridade física e psíquica?*
8. *Há projeto em andamento para a construção de Casa Abrigo para mulheres vítimas de Violência Doméstica e Familiar?*

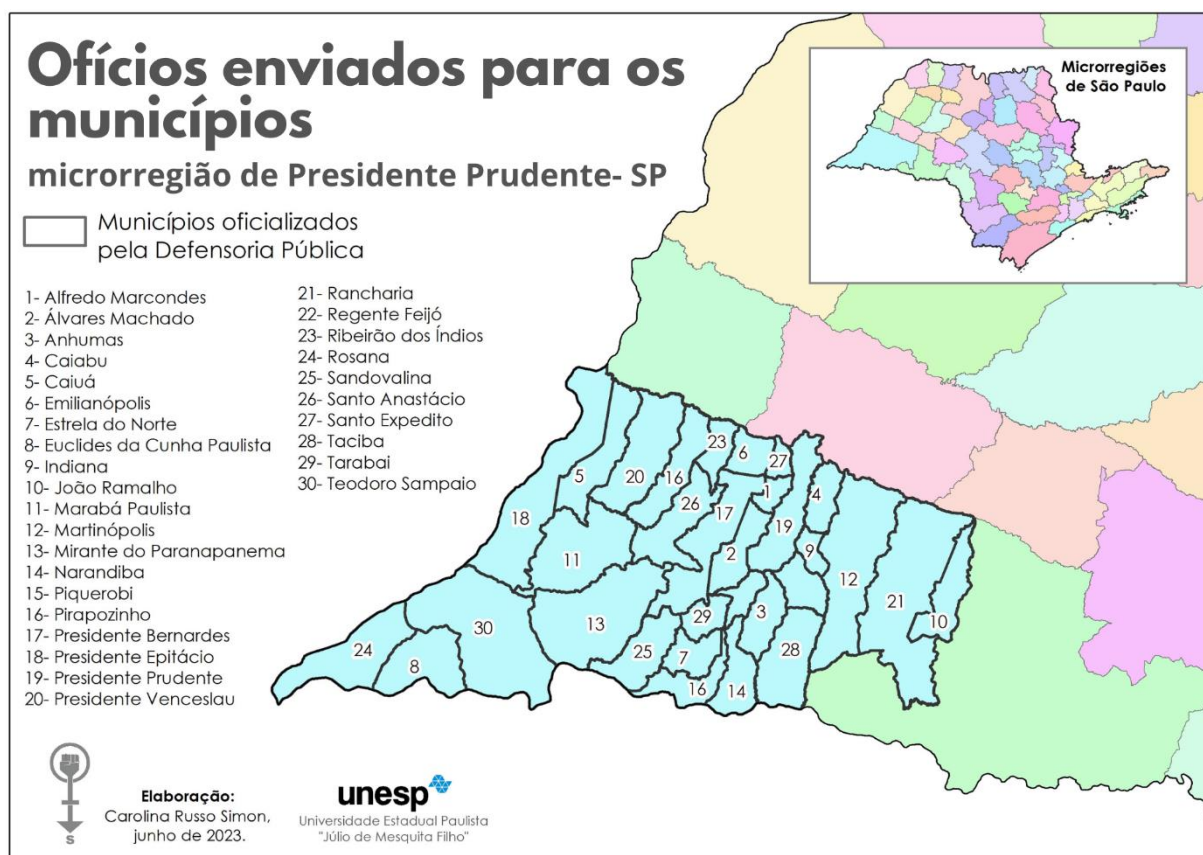
A partir das respostas dos municípios foi possível compreender que a maioria não contava com uma rede de enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar, bem como não existia nenhuma Casa Abrigo na região, descumprindo a Lei Maria da Penha e o Plano Nacional de Enfrentamento a Violência Contra as Mulheres.

No início de 2020, ainda antes do decreto oficial da Pandemia, a Defensora Pública Giovana Devito dos Santos Rota expediu novos ofícios para ter acesso aos dados da DDM

⁵⁷ BUOSI, Gabriel. Prudente soma 52 casos de violência doméstica. O Imparcial digital, Presidente Prudente-SP, 08 de março de 2018. Disponível em: <https://www.imparcial.com.br/noticias/prudente-soma-52-casos-de-violencia-domestica,18744>. Acesso em : 10 de março de 2021.

e ao CREAS de Presidente Prudente e pode constatar que, em 2019, foram registrados 1251 boletins de Violência Doméstica e Familiar contra mulheres, e entre 2018 e 2019 mais de 2500 mulheres sofreram violência de gênero e eram acompanhadas pelo serviço institucional de Assistência Social do município, destas mulheres acompanhadas pelo serviço pelo menos 420 precisaram de acolhimento institucional de salva guarda de sua vida.

Mapa 13- Municípios da Microrregião de Presidente Prudente- SP



Ainda em diálogo sobre a necessidade de serviços especializados com os serviços de atendimento às mulheres vítimas de violência, o CREAS informou que não possuía nenhum equipamento especializado para acolher essas mulheres, e, desde 2015, o encaminhamento era feito para Serviço de Acolhimento para a População de Rua (SAPRU). Frente essa ausência do Equipamento Casa Abrigo no município e em toda a região do Oeste paulista, se iniciou o processo de criação de um projeto de que viabilizasse o

acolhimento especializado, o qual já era implementado no Brasil desde a década de 1980 e era previsto em diversas diretrizes federais, como explícito no capítulo anterior.

Nos primeiros meses de 2020, essa realidade começa a ser amplamente divulgada pela mídia, que se apodera dos alarmantes dados produzidos pela Saúde Pública e pela Segurança Pública, federal e estadual e destaca o crescimento da violência doméstica e, concomitantemente, o aumento do feminicídio.

Afinal, os riscos à vida das mulheres frente ao isolamento social imposto pela Pandemia de Covid-19, em que obrigava as mulheres a ficarem presas em casa, muitas das vezes sem rotas de fuga de seus agressores., aumentaram paulatinamente. Abriu-se assim um debate público amplo sobre a qualidade dos dados noticiados, tendo em vista que os dados de feminicídio eram altos na nossa região, mas não eram fidedignos a realidade das mulheres, pois convivendo mais intensamente com os agressores, as mulheres não conseguiam ir às Delegacias Especializadas denunciar, muito menos acessar os telefones de socorro, como o disque 180.

Todos esses dados coletados foram compartilhados com os coletivos de mulheres, Rede Mulher de Presidente Prudente, Cordel Social e Frente Pela Vida das Mulheres, e foram enviados ao Ministério Público do Trabalho (MPT), com o objetivo de conseguir repasse de verbas, provenientes de multas processuais, para finalmente, iniciar a política pública Casa Abrigo, de forma emergencial, durante a pandemia Covid-19.

Do projeto à conquista da Casa Abrigo

Para que a Casa Abrigo fosse viabilizada pelas verbas do MPT era necessário formular um projeto. Foi nesse momento que efetivamente me envolvi na pauta da Construção da Casa Abrigo, em meados de abril de 2020.

Este projeto foi fruto do trabalho conjunto de várias instituições públicas e movimentos feministas de mulheres, tendo em vista que esse é um equipamento de alta complexidade, porque é *“um espaço de segurança, proteção, (re) construção da cidadania, resgate da autoestima e empoderamento das mulheres, a partir de valores feministas”* (BRASIL, 2011, p. 07).

Como eu sou militante da Frente pela vida das Mulheres (FPVDM) e também, acabava de entrar no Doutorado em Geografia na FCT/ UNESP com um projeto de pesquisa para compreender as lutas feministas de mulheres camponesas na América do Sul, fui convidada tanto pela FPVDM quanto pela UNESP para auxiliar na formulação do projeto, como uma espécie de “consultoria militante”.

As mulheres do coletivo Cordel Social, integrantes da Rede Mulher Presidente Prudente, foram protagonistas na produção do projeto, que precisava direcionar o montante a ser pleiteado ao MPT. Essas mulheres encontraram um local possível na cidade de Presidente Prudente, sendo um imóvel que já tinha sido utilizado para fins de acolhimento de muitas pessoas e estava localizado estrategicamente na cidade, sendo viável a instalação de um abrigo que tivesse seu endereço sigiloso, por sorte o imóvel estava aberto para a locação. Desta forma, coletivo efetivou cotação de preços de todos os utensílios necessários para reformar e equipar o abrigo e calcularam as despesas gerais, tanto de contas básicas (como aluguel, luz, água gás, internet) e, também, as despesas mensais para manter o quadro de funcionárias.

O projeto da Casa Abrigo de Presidente Prudente tomou por base a estrutura e do equipamento de São José do Rio Preto- SP, a comunicação e repasse de informações com as funcionárias da casa já existente foi promovido pelo Ofício enviado pela Defensoria Pública, Ofício SS nº 002/2020/CAM/Teletrabalho, de 02 de junho de 2020. Chegamos a um número, a manutenção mensal do equipamento estava prevista em R\$ 52.000,00.

Com a argumentação dos dados e os valores necessários para iniciar o equipamento, o Ministério Público do trabalho conseguiu pleitear, por autos da Ação Civil Pública nº 0000231-43.2014.5.15.0115, em trâmite pela 2ª Vara do Trabalho de Presidente Prudente, a aprovação da destinação do valor total de R\$ 223.877,33. Essa organização metódica, impulsionada pelos recursos obtidos, permitiu que a casa fosse montada e estivesse pronta para receber as mulheres em busca de segurança e proteção.

Além dos aspectos físicos, foram adquiridos desde materiais básicos, como papel, lápis e caneta, até itens indispensáveis, como roupas de cama, mesa e banho. Essas parcerias estabelecidas ao longo de cerca de um ano foram cruciais para colocar a Casa Abrigo em pleno funcionamento. Após conseguir a verba inicial entramos em um novo

processo, a implementação do equipamento e a continuidade do custeio deste. Não basta iniciar o acolhimento, era necessário construir a continuidade do atendimento às mulheres vítimas de violência.

Neste processo de construção da instalação e da continuidade do equipamento foram realizadas diversas reuniões, com muitas mulheres ativistas dos municípios da região de Presidente Prudente que estavam articuladas em diferentes órgãos públicos, como a Defensoria Pública, representada por mulheres da 4ª Defensoria da Regional de Presidente Prudente e também representantes estaduais do Núcleo Especializado de Promoção e Defesa dos Direitos das Mulheres (NUDEM). Mulheres que trabalhavam no Ministério Público, e no Ministério Público do Trabalho, representantes da Secretaria de Assistência do Município de Presidente Prudente e da Universidade Estadual Paulista (Unesp), tanto do campus de Presidente Prudente- SP quanto de Botucatu- SP, a partir de representantes da Fundação para o Desenvolvimento Médico e Hospitalar (FAMESP).

A FAMESP foi chamada para participar a partir do meu envolvimento como representante da UNESP e também da Professora Renata Coimbra, que historicamente milita pelo fim da violência tanto em suas pesquisas desenvolvidas na FCT/UNESP quanto nas implementações de políticas públicas no município. A inserção da FAMESP no projeto foi necessária pois o coletivo de mulheres Cordel Social, que estava organizando o projeto de implementação do equipamento, a pedido da Defensoria e da Rede Mulher, não possuía cadastro de Pessoa Jurídica e não poderia fazer a gestão dos recursos e do Equipamento.

Depois de diversas reuniões com a UNESP e também com a sua fundação, concluímos que não seria possível o gerenciamento dos recursos pleiteados, pois para isso teríamos que ter uma atuação direta de acompanhamento do equipamento que exigia uma série de diretrizes por se tratar de um equipamento de alta complexidade. Assim, iniciou-se uma nova fase, a busca por Organizações da Sociedade Civil que tivessem descrito em seu cadastro de pessoa jurídica a possibilidade de gerenciamento de equipamentos de alta complexidade.

A saída encontrada naquele momento foi acionar o Estado, o principal responsável por fazer valer o direito à vida das mulheres livre de violências. Chamamos algumas reuniões virtuais com a proposta de abrir o diálogo da problemática de gerenciamento do

equipamento e, também, sobre a necessidade de encontrar soluções para o custeio do equipamento para os próximos meses. A partir dessas reuniões, onde todas nós, articuladoras do projeto, dialogamos com representantes da Proteção Social Especial (PSE) de Alta Complexidade do Estado, compreendemos que seria possível solicitar parte do custeio do equipamento ao Estado de São Paulo. Assim, em agosto de 2020, foi expedido o Ofício SS nº 051/2020/CAM/Teletrabalho, pela Defensoria, questionando formalmente o Governo do Estado sobre o Cofinanciamento do Abrigo para Mulheres Vítimas de Violência. Em seis dias veio a resposta oficial, e conseguimos com que o Estado de São Paulo arcasse mensalmente com o custeio de 50% das despesas da Casa Abrigo.

Neste processo, encontramos com auxílio de representantes do Estado uma Organização da Sociedade Civil (OSC) em Presidente Prudente, que além de ter seu cadastro de pessoa jurídica regularizado, poderia oferecer serviços de alta complexidade, a OSC “O Amor é a Resposta”. Esta organização não possui fins lucrativos e foi criada em 14 de agosto de 2008, com uma origem inspirada no Movimento da Renovação Carismática Católica de Presidente Prudente. Com a evolução do projeto, a associação se desvinculou gradualmente da igreja, adotando uma abordagem mais ampla e formalizada na esfera da Assistência Social. Seu compromisso central reside na Proteção Social Básica (PSB), com um enfoque estratégico no fortalecimento dos laços familiares, sociais e comunitários.

Conforme observa Saffioti (2013, p. 142), “[...] a posição da Igreja católica reflete, de um lado, uma doutrina religiosa na qual a mulher sempre figurou como ser secundário e suspeito e, de outro, seus interesses investidos na ordem vigente nas sociedades de classe”. Apesar da relação entre a administração da Casa Abrigo e a Igreja Católica nos parecer ser problemática ao início da articulação, pela posição que a mulher ocupa na pirâmide social defendida pela Igreja, a OSC se mostrou aberta a gerenciar o equipamento, sendo laica e essa foi a única solução encontrada na época.

Após reuniões de articulação com a OSC “Amor é a Resposta” iniciamos o passo da manutenção do Custeio. Em diversas reuniões já tínhamos sido alertadas que o município de Presidente Prudente não tinha condições de manter mensalmente o equipamento, o qual necessitava de no mínimo R\$ 26.000 para seu funcionamento. *Era necessário diminuir o custo do município, mas como?* Surge assim, os consórcios públicos como alternativa de custeio de forma regionalizada.

Consortio Público- novas alternativas para o abrigamento

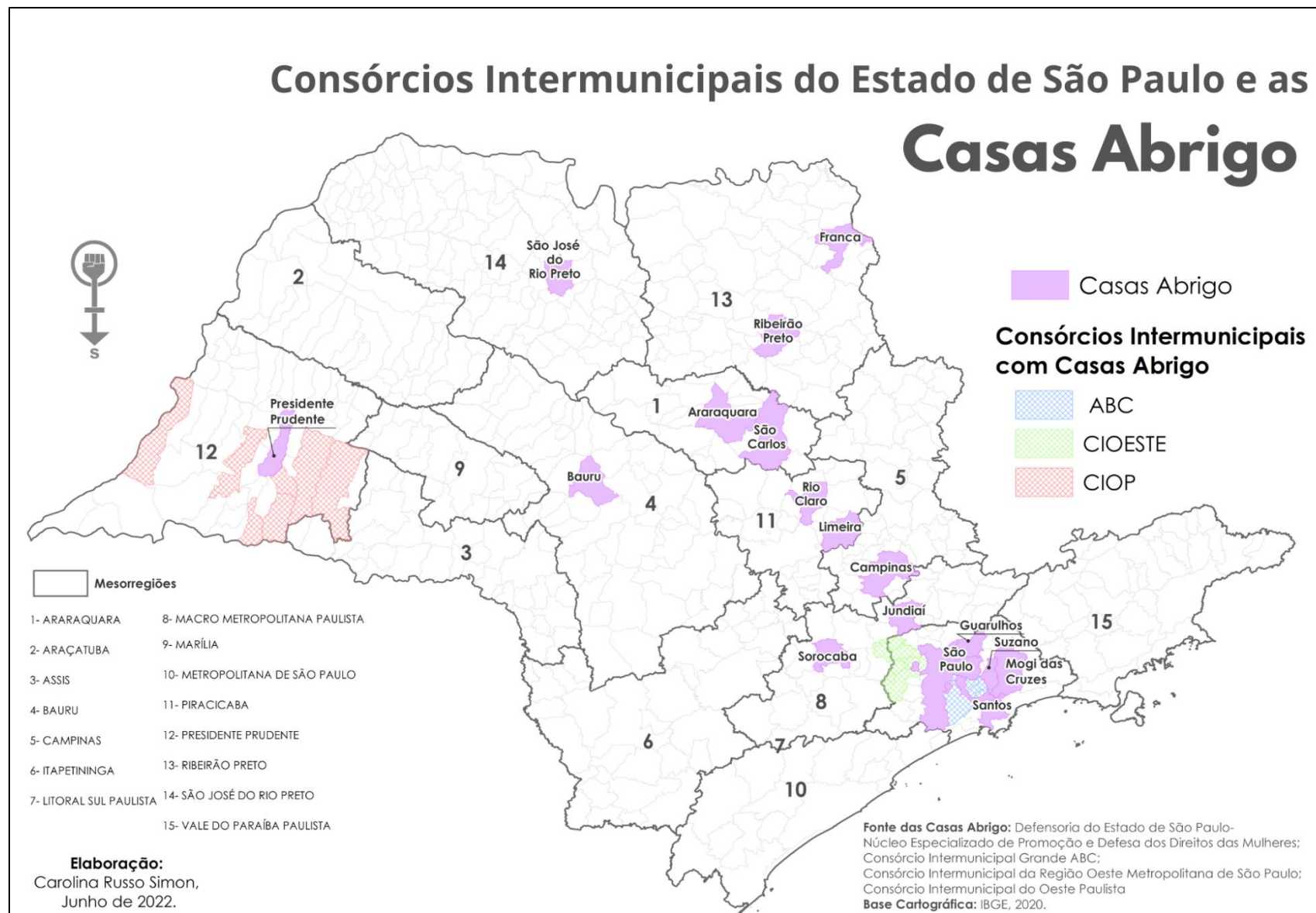
Um consórcio público é fruto de uma união de diferentes entes federativos em uma nova pessoa jurídica, tem como objetivo o fortalecimento da gestão associada de serviços públicos, estando regulamentado na Lei 11.107/2005 e no Decreto 6.017/2007. O objetivo principal dos consórcios é desenvolver políticas para o desenvolvimento regional, integrando os municípios e aumentando a representatividade perante os governos estadual e federal. Dessa forma, os consórcios proporcionam a captação de maior quantidade de recursos para a região, a fim de investir em desenvolvimento nos serviços públicos dos municípios consorciados (Raul GUIMARÃES, Carolina SIMON e João LIMA, 2020).

Desde 2007 a prática do consorciamento público é incentivada pela Secretaria de Políticas para as Mulheres. Em 2011, as Diretrizes Nacionais para o Abrigamento de Mulheres, (SPM, 2011) retoma a importância dos consórcios e os classifica como “novas alternativas para o abrigamento”⁵⁸.

Os consórcios entre municípios, tem sido uma importante estratégia para o cenário de ausências desse equipamento no Estado de São Paulo. A partir do relatório publicado em 12 de março de 2019, pelo Núcleo Especializado de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher (NUDEM) da Defensoria do Estado de São Paulo, foi possível mapear a existência de 18 Casas Abrigo, sendo que 04 destas casas são frutos de consórcios públicos e atendem não só as mulheres que moram nos municípios onde o equipamento foi instalado, mas também outros municípios- como pode ser visto no mapa a seguir. Apesar do Estado de São Paulo ser a Unidade da Federação com mais casas abrigo no Brasil, dos 645 municípios do Estado, somente 5,1% dos municípios tem abrigamento para mulheres que estão com a vida em risco. Como se pode ver no mapa, ainda possuem diversas mesorregiões com a ausência Casas Abrigo, como por exemplo: São José dos Campos; Litoral Sul Paulista, Assis, Marília e Araçatuba.

⁵⁸ Evidenciando a prática pioneira no Brasil- **O Consórcio Regional de Promoção da Cidadania: Mulheres das Gerais**, firmado entre os municípios de Minas Gerais Belo Horizonte, Betim, Sabará e Contagem em 2008, com o apoio do Ministério das Cidades, da Secretaria de Políticas para as Mulheres e da Universidade da Columbia Britânica (Canadá).

Mapa 14- Casas Abrigo e os consórcios intermunicipais do Estado de São Paulo



Ao longo de 2020, eu participei da consultoria de planejamento territorial em saúde solicitada ao Laboratório de Biogeografia e Geografia da Saúde (BIOGEOS/UNESP) pelo Consórcio de Desenvolvimento do Vale do Rio Grande (CODEVAR) localizado no oeste do Estado de São Paulo, epicentro da pandemia no Brasil (GUIMARÃES, SIMON, LIMA, 2021). A partir desta consultoria pude compreender melhor como os consórcios públicos se configuram como regiões de fato, articulando-se para sanar problemas de saúde regional e, pude conhecer o então Presidente Nacional dos Consórcios, Víctor Borges. Acionei esse contato, fizemos uma reunião em conjunto com outras mulheres articuladoras do projeto e ele indicou o Consórcio Intermunicipal do Oeste Paulista (CIOP).

Nós nos debruçamos sobre os documentos reguladores do consórcio e encontramos em seu Estatuto o Art. 9º, inciso IV, que, dentre as finalidades específicas relativas à assistência social e cidadania, está a ampliação da rede regional de serviços voltados à proteção das mulheres em situação de violência e risco de vida. Desse modo, a Defensoria Pública em conjunto com o Ministério Público Estadual emitiu o Ofício SS nº60/2020/CAM/Teletrabalho, de 08 de setembro de 2020, reivindicado ao Presidente do CIOP, na época prefeito de Martinópolis, a convocação de uma Assembleia Extraordinária para expor a necessidade de municípios assumirem os 50% da verba falta para o custeio mensal da Casa Abrigo.

Em 23 de setembro de 2020 aconteceu a Assembleia do Consórcio⁵⁹. Nós do coletivo feminista Frente pela Vida das Mulheres, organizamos uma carta e recolhemos mais de 40 assinaturas de instituições e coletivos de mulheres da região reivindicando aos municípios o repasse de verbas para a Casa Abrigo, a carta foi lida no momento solene de assembleia por uma das advogadas militante, Aline Escarelli. Também foram apresentados diferentes resultados desta pesquisa, fruto dos levantamentos para o projeto inicial. **Conseguimos!**

⁵⁹ A Assembleia foi acompanhada pela mídia da região, que vinculou no jornal Imparcial a conquista, a matéria está disponível em: <https://www.imparcial.com.br/noticias/oito-municipios-da-regiao-aderem-a-Casa-Abrigo-para-mulheres-em-situacao-de-violencia,38272>.

Foi aprovado no CIOP, por maioria absoluta dos entes consorciados, o repasse das verbas para **viabilizar 20 vagas para mulheres e seus dependentes residentes em 08 municípios no Oeste Paulista**, região que até 2021 não possuía nenhum equipamento. O Custeio foi assumido por oito municípios: Presidente Prudente, Martinópolis, Narandiba, Presidente Bernardes, Presidente Epitácio, Rancharia, Regente Feijó e Taciba. Foi assumido o compromisso mensal de repasse de um pouco mais de R\$ 3.250 para cada um desses municípios.

Apesar do compromisso assumido coletivamente pelos 08 municípios consorciados pelo CIOP e pelo Estado de São Paulo, a assinatura dos termos de contrato do CIOP pelos prefeitos dos municípios não aconteceu concomitantemente, atrasando a inauguração do equipamento, que estava prevista para acontecer ainda em novembro de 2020. A exemplo do município de Martinópolis, que se recusou a assinar o compromisso enquanto não passou a pauta do custeio da Casa Abrigo pela câmara de vereadores do município, o que aconteceu somente em 12 de julho de 2021, após pressão dos movimentos de mulheres e também da mídia local.⁶⁰ O prefeito de Presidente Prudente- SP, assinou o termo em 11 de julho de 2021⁶¹.

Da inauguração ao primeiro ano de funcionamento

Depois de anos de luta de diversas mulheres, principalmente de mulheres feministas, no dia **06 de agosto de 2021** foi inaugurada a “**Casa Abrigo para Acolhimento de Mulheres e Dependentes, Vítimas de Violência Doméstica no Município de Presidente Prudente e Região**”. Como endereço do equipamento é sigiloso, o CIOP organizou um evento solene no Centro Cultural Matarazzo de Presidente Prudente- SP⁶².

⁶⁰ FONSECA, Stephanie. Câmara Municipal de Martinópolis aprova projeto sobre Casa Abrigo para vítimas de violência doméstica na região de Presidente Prudente. Portal G1, 13/07/2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/presidente-prudente-regiao/noticia/2021/07/13/camara-municipal-de-martinopolis-aprova-projeto-sobre-Casa-Abrigo-para-vitimas-de-violencia-domestica-na-regiao-de-presidente-prudente.ghtml>.

⁶¹ Informação disponível no site oficial da prefeitura: <http://www.presidenteprudente.sp.gov.br/site/noticia/55641>.

⁶² Veja mais em: <https://www.imparcial.com.br/noticias/CasaAbrigo-para-vitimas-de-violencia-domestica-inicia-atividades,45502>.

Como autoridades participaram da mesa: o prefeito de Presidente Prudente, o prefeito de Iepê e o presidente do CIOP, a Defensora Pública Giovana Rota, a representante do Coletivo Frente pela Vida das Mulheres e da Ordem dos Advogados Aline Escarelli, a representante do Ministério Público do Trabalho Vanessa Martini, a juíza Cibele Carrasco e a representante do Ministério Público do Trabalho Vanessa Zorzam.

Foto 2-Mesa de abertura da solenidade de Inauguração da Casa Abrigo



Fonte: Prefeitura de Presidente Prudente, 05 de agosto de 2021. Disponível em: <http://www.presidenteprudente.sp.gov.br/site/noticia/55701>.

Todas nós, articuladoras do projeto, estávamos presentes, bem como, as funcionárias contratadas para trabalharem no equipamento, como por exemplo a Maria Helena, contratada pela OSC “Amor é a resposta” para ser a coordenadora da casa e também, as educadoras, psicólogas e assistentes sociais, sendo elas em maiorias militantes do Cordel Social. Por se tratar de um evento solene, haviam também, representantes dos poderes executivos e legislativos e da segurança pública dos municípios que assumiram o custeio, além de representantes do Estado de São Paulo.

Foto 3- Plateia da solenidade de Inauguração da Casa Abrigo



Fonte: Prefeitura de Presidente Prudente, 05 de agosto de 2021. Disponível em: <http://www.presidenteprudente.sp.gov.br/site/noticia/55701>.

Foto 4- Fala da pesquisadora na solenidade de abertura da Casa Abrigo.



Fonte: Frente pela Vida das Mulheres, 05 de agosto de 2021.

Nesta solenidade fui convidada para fazer uma fala em nome da Frente Pela Vida das Mulheres e da UNESP. Apresentei a primeira versão do mapa das casas abrigo no Estado de São Paulo junto aos consórcios, e reforcei a importância da universidade pública na região como produtora de documentos científicos e disse que **“entramos no mapa das Casas Abrigo e permanecer nele é fundamental para vida das mulheres da região”**.

A funcionalidade do equipamento e o trabalho dentro da casa

Como relatado no primeiro capítulo, no dia 08 de junho de 2021, eu realizei uma entrevista com a coordenadora do Equipamento, Maria Helena. A partir dessa entrevista foi possível compreender como funciona o equipamento.

A Casa Abrigo foi montada em uma casa alugada no município de Presidente Prudente- SP. O imóvel contém 06 quartos, 03 salas, cozinha, 04 banheiros com acessibilidade, lavanderia coberta, uma antessala que serve de escritório, uma garagem e jardins. Sob essa estrutura, foi possível reformar os espaços para acolher as mulheres com opções de lazer, foi montada uma sala de televisão, outra para realização de oficinas coletivas de psicoterapia, bem como, um espaço apropriado para atendimento psicológico individualizado. Cabe ressaltar que as crianças acolhidas têm um espaço lúdico, carinhosamente chamado pela equipe de brinquedoteca.

A casa foi montada com um quadro de 10 funcionárias. Sendo uma coordenadora, uma psicóloga, uma assistente social, uma auxiliar de serviços gerais, uma cozinheira, uma responsável pelo financeiro e 4 educadoras sociais, sendo que as educadoras trabalham em plantão no regime de 12h de trabalho por 36 horas de descanso. As educadoras sociais têm diversas formações, e elas têm como missão acolher e acompanhar as Mulheres e as famílias acolhidas, repassando as orientações da equipe técnica. Procurar soluções para os conflitos que perpassam no acolhimento. Colocar em prática os cuidados com a moradia, organização e higienização do ambiente. Essas profissionais permanecem na instituição no período noturno, bem como aos fins de semana e feriados. Desta forma, a casa tem constantemente pessoas responsáveis pela gerência do equipamento.

E se vê que é uma casa. Com regras como uma casa. Então, que todo lugar precisa ser regado. Se não, vira bagunça. E não pode virar bagunça. Porque toda bagunça, ela tem um efeito contrário. Ela pode virar tudo aquilo que é além, ele pode virar um conflito.

Então, tudo que a gente faz, toda a ação do educador, é para garantir que isso não aconteça. E se acontecer, ela tem que estar apta, esperta, para resolver de imediato. Se eu não consigo resolver, se eu não consigo resolver, naquele momento, ela vai pegar o telefone, ou ela vai ligar para mim, ou é uma questão de desequilíbrio, essa mulher machucou, ela liga para a ambulância, tem alguém colocando a casa em risco ele liga para o 190, (...). Então, é uma pessoa que está aqui para regradar, para cuidar, para zelar no ambiente saudável, e não para que isso seja, que cause constrangimento na mulher, porque ela precisa entender que ela está no lugar de proteção e não de repressão (Maria Helena entrevista realizada em 17/02/2022).

A casa possui um sistema de segurança por câmeras, internas e externas. As câmeras são essenciais para a manutenção da segurança e da dinâmica da casa. Todas as imagens podem ser acessadas por aplicativos que estão instalados no celular oficial da casa, bem como no celular da coordenadora. As imagens de segurança auxiliam a chegada e saídas das pessoas do equipamento, por elas é possível verificar se há alguma pessoa na rua, circulando pelo entorno, e, também, permite que as pessoas não fiquem mais que alguns segundos no portão de entrada. As câmeras internas auxiliam a coordenação da casa, como explicou a coordenadora, pela câmera ela consegue visualizar a rotina das mulheres e das crianças, e o funcionamento das atividades.

Durante o dia são servidas 06 refeições, desde o café da manhã até a ceia. A alimentação dessas mulheres e crianças é o mínimo para uma vida digna, garantido como direitos humanos, porém, ao chegarem na casa elas relatam como o cuidado com a alimentação é importante pois muitas das vezes foram privadas até mesmo de comer. Como se pode ver quando a coordenadora rememora a história de uma mulher abrigada:

Hoje, eu posso comer arroz, feijão, uma salada mesmo, porque eu só comia macarrão parafuso fervido na água com sal. Era o que eu dava para a minha criança, porque eu não tinha o que comer. Ele comia lanche, ele comia isso, comia aquilo, e me dava um macarrão para comer. Então, trazer, tirar, você não está tirando. A proposta da casa não é tirar somente, o que é o mais importante, da questão da violência física, educada. É possibilitar isso que é digno, que é o mínimo necessário para a própria vida de uma mulher (Maria Helena entrevista realizada em 17/02/2022).

Para que as mulheres que estão com a vida em risco cheguem à Casa Abrigo é necessário que ela passe pelos serviços de acolhimento social dos municípios que são consorciados, como os CRAS e CREAS, ou por encaminhamento da Polícia Civil, principalmente das Delegacias Especializadas. Não é necessário fazer o boletim de ocorrência para acessar a casa, mas obrigatoriamente essa mulher precisa procurar ajuda do Estado.

Foi construído um fluxo de atendimento com base nas diretrizes nacionais, disponível na próxima página. Esse fluxo visa preservar o sigilo do endereço deste equipamento, desta forma, somente os Serviços de Assistência Social e de segurança pública possuem o número do telefone celular da Casa Abrigo.

Após o contato com a equipe da casa é marcado um encontro com essa mulher, o local do encontro é a Sede da Associação “ O Amor é a Resposta”, localizado na Rua. Caetés, 380, no bairro Jardim Esplanada do município de Presidente Prudente – SP. Como me explicou a coordenadora do equipamento:

lá nós fazemos uma entrevista com a mulher, para passar para ela o regimento interno da casa, como funciona, quais os deveres, quais as responsabilidades, a proibição de usar os aparelhos de celular, de imediato ela já precisa entregar para nós, a gente já desliga, retira chip desse equipamento, aceitando a permanência de no mínimo 14, 15 dias sem poder sair da casa, ela só vai sair para alguma questão muito urgente, a questão de médico ou outro que nós entendermos necessário, na companhia de uma educadora (Maria Helena entrevista realizada em 17/02/2022).

As mulheres podem ficar até seis meses no acolhimento da Casa Abrigo, e se for identificado a necessidade de mais tempo a equipe pode reavaliar. Durante o período de acolhimento essa mulher passa por um processo de reconstrução de autoestima, que vai desde cuidados pessoais com a sua imagem e alimentação, até acompanhamento com os serviços públicos de saúde, pois é comum essas mulheres chegarem sem nenhum acompanhamento da saúde pública, como se pode ver na fala da coordenadora, “as mulheres não vão ao médico, não tomam vacina, elas estão apática e ausente de todo o sistema”. (Maria Helena entrevista realizada em 17/02/2022).

Organograma 5- Fluxograma da Casa Abrigo de Presidente Prudente e Região



O trabalho de autoestima das mulheres através dos cuidados pessoais é uma das principais frentes de trabalho da casa. Como relata a coordenadora

quando a mulher chega para nós, geralmente ela chega com a cabeça para baixo, porque ela olha para o chão, porque ela está no processo de depressão, de autoestima está lá embaixo, ela está fragilizada, ela está envergonhada, ela está tudo. Então, ela vai para baixo. Com o nosso trabalho, a questão é que ela vai levantando esse rosto, então ela tem que olhar para cima (Maria Helena entrevista realizada em 17/02/2022).

Essas mulheres são privadas de todo e qualquer tipo de cuidado pessoal, e o trabalho da casa vai desde o mínimo, como ofertar um espaço limpo e salubre com condições básicas de higiene, até ações de embelezamento propiciadas por idas ao salão de beleza. Duas histórias marcantes foram a mim contadas, uma mulher que vibrou por ter acesso a um shampoo, outra que há anos não podia nem mesmo cortar o cabelo.

quando ela chegou o cabelo era para baixo, era mirrado, era para baixo quase da bunda, quando ela se permite cortar o cabelo, que ela só olha que é mulher e que é bonita, quando ela se permite ir numa tarde de beleza, como a gente faz, fazer a sobancelha, fazer a unha, quando a gente leva para o salão, para que ela consiga fazer tudo isso, fazer mechas no cabelo, isso é proteção também, porque estou protegendo ela, fortalecendo, para que ela não fique com medo. Para que ela não fique com medo, fortalecendo, para que ela não permita viver numa relação que deixa para baixo. A autoestima precisa ser a todo momento trabalhada para que ela não se sinta aqui dentro, como lá fora eles fazem, como lá fora ela viveu, aqui ela tem que ter uma nova vida. A proteção é não deixe que as pessoas façam com você novamente o que te fez sofrer tanto. (Maria Helena entrevista realizada em 17/02/2022).

É perceptível pelos relatos da coordenadora do equipamento que empoderar essa mulher, cotidianamente, é uma das soluções encontradas pela equipe para proteção e promoção dessa vida. Os cuidados passam por todas as dimensões da saúde, desde a saúde física pelo acesso aos serviços públicos, com encaminhamento a médicos e vacinações até o cuidado com a saúde mental, potencializando a autoimagem dessas mulheres que, pelo processo de violência, acaba sendo paulatinamente destruído.

Os primeiros acolhimentos

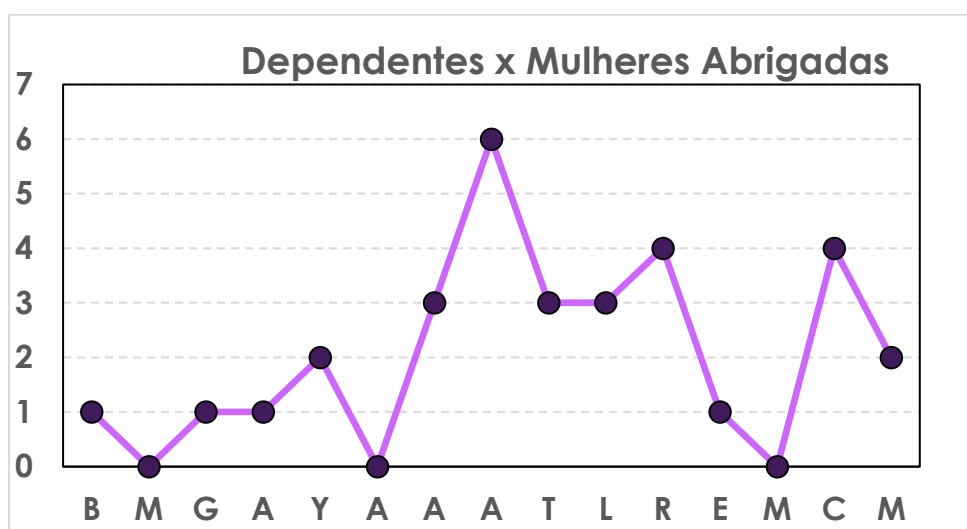
O primeiro acolhimento aconteceu em 01 de setembro de 2021. Chegou a casa uma mulher de 28 anos junto a um filho, ainda criança. Ela é evangélica, tinha o ensino fundamental incompleto e sua fonte de renda era proveniente de benefícios do governo de transferência de renda junto com trabalho informal. Essa mulher foi encaminhada pela rede de atendimento à mulher vítima do município de Presidente Prudente e, segundo as informações relatadas, ela sofreu violência física, psicológica, moral, patrimonial e sexual. Depois da primeira, mais mulheres chegaram ao equipamento com o perfil parecido.

No dia 25 de novembro de 2022, a coordenadora da Casa Abrigo apresentou um balanço geral da atuação do equipamento dentro do XIII Fórum Municipal de Enfrentamento a Violência Contra a Mulher de Presidente Prudente- SP. Com os slides apresentados pela coordenadora e a entrevista concedida a esta pesquisa foi possível constatar que em 476 dias de funcionamento, o abrigo sigiloso acolheu 15 mulheres e 31 pessoas dependentes.

Até a referida data apresentada, somente três mulheres chegaram sem o acompanhamento de dependentes (filhas/os, irmãs). A maioria das mulheres eram mães tinham mais que uma pessoa sob seus cuidados, sendo que uma mulher chegou com 06 dependentes, duas mulheres com duas pessoas dependentes, três mulheres com três dependentes, duas mulheres com dois dependentes e quatro mulheres com pelo menos um dependente, como pode ser visto no gráfico abaixo, construído através das iniciais dos nomes de cada mulher acolhida.

A maioria dessas mulheres eram jovens, e estavam em idade reprodutiva. A mulher mais nova atendida na casa tinha 22 anos e, como se pode ver no gráfico abaixo, somente uma mulher idosa, com 82 anos, entrou no equipamento. A chegada dessa mulher foi devido aos maus-tratos que ela sofria na casa dos filhos, após denúncias anônimas diretamente a casa, ela foi encaminhada para o acolhimento em serviço de urgência. Apesar de não ter condições materiais para atender uma senhora idosa e muito doente, a equipe de mulheres da casa acolheu o caso por um período de tempo curto (segundo a fala da coordenadora por alguns dias) até que ela fosse encaminhada para equipamentos de saúde pública, onde ela pudesse ter o cuidado de profissionais especializados, como cuidadoras e técnicos e de enfermagem.

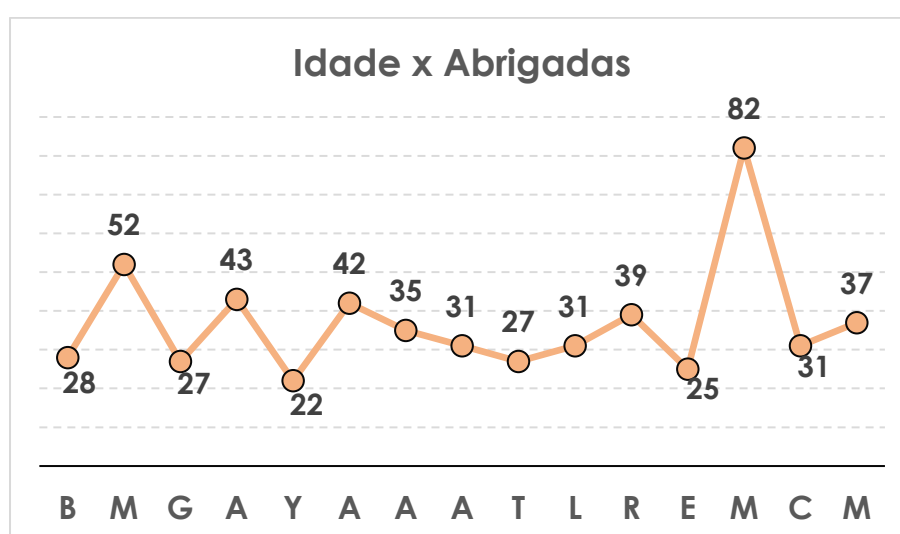
Gráfico 10- Quantidade de mulheres e dependentes abrigadas



Fonte: OSC Amor é a Respostas, 25/12/ 2022. Elaboração: a autora, 03/ 2023.

Sobre a permanência dessas pessoas dentro do equipamento, a maioria ficou cerca de 30 dias no acolhimento, contabilizando cinco mulheres e seus dependentes. Somente três mulheres necessitaram estar o tempo total de acolhimento ofertado, contabilizando 06 meses. Duas mulheres permaneceram por três meses, uma por 20 dias, duas por 15 dias e duas por 10 dias.

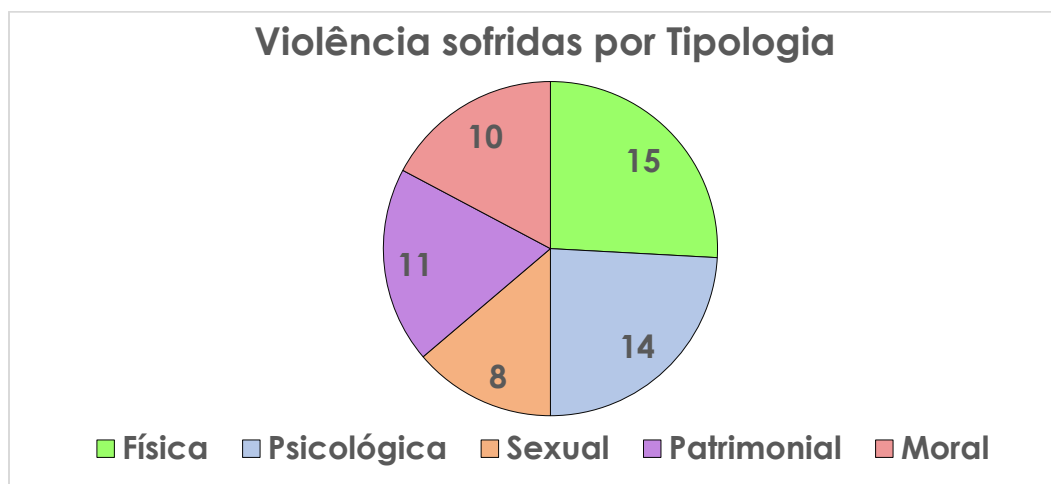
Gráfico 11- Idade das mulheres abrigadas



Fonte: OSC Amor é a Respostas, 25/12/ 2022. Elaboração: a autora, 03/ 2023.

Faz-se importante ressaltar que todas as mulheres que foram abrigadas sofrem mais que um tipo de violência. A violência mais identificada pela equipe foram as físicas, seguidas pela violência psicológica, patrimonial, moral e sexual, como representado no gráfico a seguir:

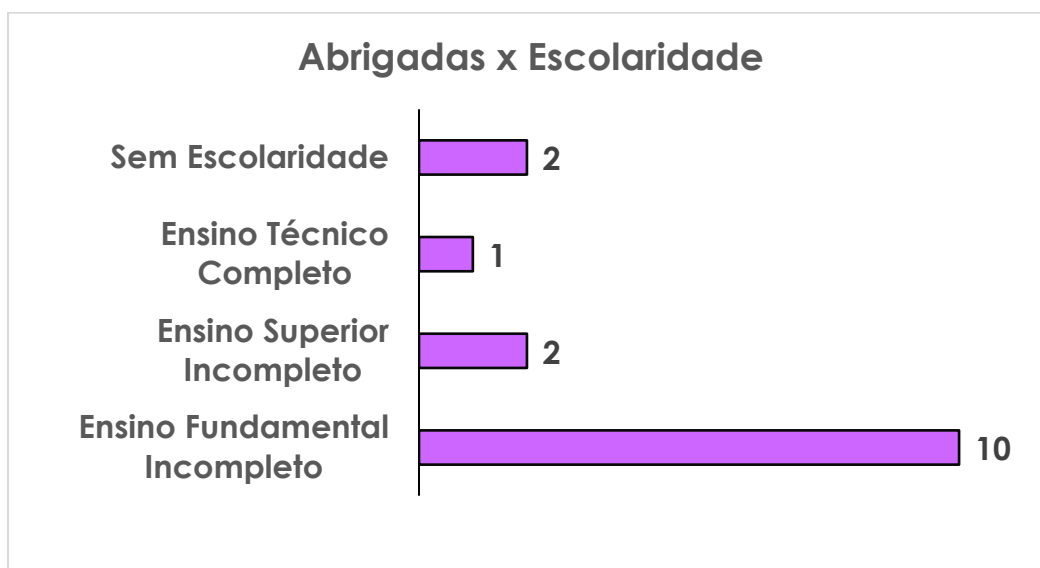
Gráfico 12- Quantidade de violências que as mulheres abrigadas sofreram



Fonte: OSC Amor é a Respostas, 25/12/ 2022. **Elaboração:** a autora, 03/ 2023.

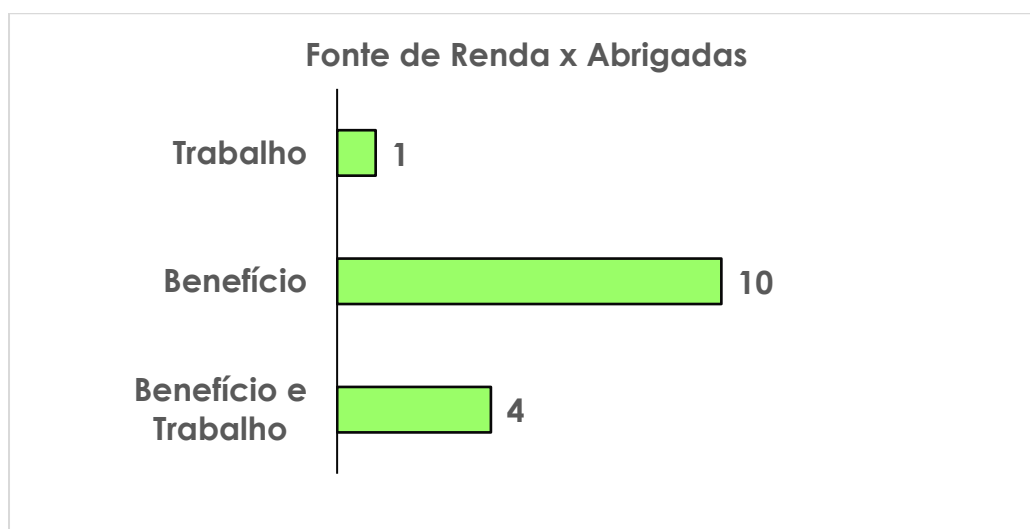
A maioria das mulheres acolhidas tinham o ensino fundamental incompleto (10), duas mulheres eram analfabetas e somente uma mulher tinha concluído o ensino técnico e, somente duas tinham iniciado estudos superiores. Poucas das mulheres que chegaram na casa tinham emprego, das que tinham a maioria trabalhava de forma informal, muitas delas recebiam algum tipo de benefício social de transferência de renda do Governo, como exposto nos dois gráficos a seguir:

Gráfico 13- Escolaridade das mulheres abrigadas



Fonte: OSC Amor é a Respostas, 25/12/ 2022. Elaboração: a autora, 03/ 2023.

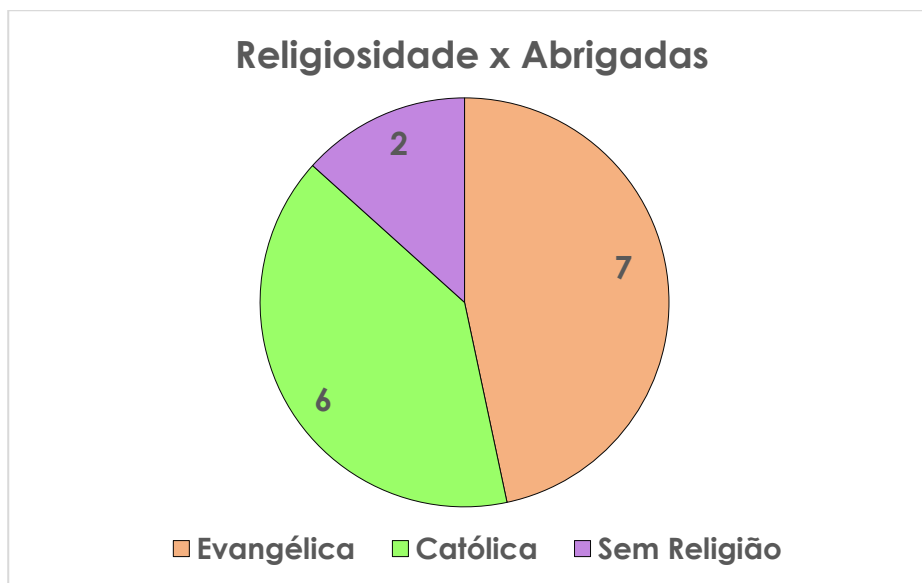
Gráfico 14- Fontes de renda das mulheres abrigadas



Fonte: OSC Amor é a Respostas, 25/12/ 2022. Elaboração: a autora, 03/ 2023.

Das 15 mulheres atendidas no período, somente duas mulheres não enunciaram a equipe da casa uma religião, um fator levado em conta pela equipe tendo em vista que a casa está sendo gerida por uma associação que surgiu da Igreja Católica, segundo as informações apresentadas, a maioria das mulheres eram evangélicas e somente seis eram católicas.

Gráfico 15- Religiosidade das mulheres abrigadas



Fonte: OSC Amor é a Respostas, 25/12/ 2022. Elaboração: a autora, 03/ 2023.

Dentre os 15 acolhimentos realizados somente uma mulher evadiu da casa, antes do serviço de acolhimento ser finalizado. Seis mulheres retornaram para suas residências, após o afastamento do agressor. Outras duas mulheres foram encaminhadas para outros Estados, aproximando-as de suas redes de apoio, através de benefícios de transferência de renda do Governo Federal. Uma das mulheres, através do aluguel social do município, conseguiu seguir o rumo de sua vida e alugar uma casa, outra através de renda própria conquistada pelo seu trabalho conseguiu alugar uma casa.

Vale destacar que durante o acolhimento, uma mulher conseguiu realizar um curso de cabeleira, outra realizou o curso de cuidadora de idosos e muitas delas foram encaminhadas para a Escolarização de Jovens Adultos (EJA), retornando seus estudos. Como pontuou a coordenadora em um momento de entrevista:

Além de proteção, acho que a Casa Abrigo tem esse olhar de buscar a potencialidade dessa mulher, as habilidades que ela tem, para ela não ficar dependente desse companheiro agressor, financeiramente, para que ela seja independente. Ela não saia daqui depois dizendo que saiu sem nada, não conseguiu avançar, então, vou ter que voltar para ele. Não necessariamente.

Porque o papel da casa é romper com o ciclo da violência, mas que ela consiga se reorganizar nessa sociedade que é capitalista, então, ela precisa ter uma recuperação financeira, principalmente (Maria Helena entrevista realizada em 17/02/2022).

Uma das histórias mais marcantes de superação e de encaminhamento bem sucedido de uma família me foi contada pela coordenadora, segundo Maria Helena:

Uma delas já está em um processo de desinstitucionalização. Já tem uma casa alugada, já tem imóvel, que nós estamos já buscando outro, já tem uma rede de proteção especial cuidando. Possivelmente, ela não tenha mais necessidade de permanecer na proteção especial. Ela vai ter necessidade de proteção básica, do CREAS agora, com manutenção de cesta de alimentos, pagamento de aluguel social, esses cuidados. Mas demanda para a proteção especial ela já não tem, porque ela já não está mais em situação de violência. Já cessou, a não ser que ela tenha uma recaída lá fora. Mas ela já não tem mais demanda para nós... Tanto é que ela já está, a criança está na escola, está na creche, na educação infantil, ela já está indo para completar o ensino médio e está terminando um curso de cuidadora de idosos, já está trabalhando, arrumou um serviço registrado como cuidadora. Então, já reorganizou a sua vida, já não está mais no território do agressor. A outra que veio agora, mais nova, que também já está toda organizada. A irmã já está frequentando a escola, a criança já está na educação infantil. Ela tem um desejo de ser policial, desde criança, e é o que ela vai batalhar. A irmã tem um potencial grande para design de roupas. Tanto ela desenha quanto ela faz. Com um pedacinho de pano, ela faz roupinha para as bonecas. O nosso passo agora é buscar esse curso para ela, para que ela tenha uma carreira (Maria Helena entrevista realizada em 17/02/2022).

Alguns problemas relacionados aos acolhimentos de dependentes e isolamento imposto nos primeiros dias de acolhimento foram expostos publicamente em novembro de 2022. A casa não acolhe filhos, homens, com mais de 18 anos, somente se esse filho for uma pessoa com deficiência que necessita de cuidados da mãe, essa escolha é devido ao risco que a presença de um adolescente pode oferecer para o sigilo da casa. Importante ressaltar que a equipe da Casa Abrigo identificou que um dos dependentes acolhidos apresentava perfil de agressor e grande dificuldade de compreender que a mãe e ele passavam por violência.

Este adolescente tentou contato com o pai agressor, através do telefone de um colega da escola. Ele estava inconformado de ter passado mais de uma semana longe de sua casa e de seus amigos, sem poder sair, sem celular ou qualquer outro contato. Ao sair da casa para continuar seus estudos em uma nova escola, em um novo município, ele ligou para o pai e quase colocou o sigilo da casa em risco. Ele é o filho mais velho de uma mulher de 31 anos, moradora de Martinópolis, que possui mais cinco crianças, ela é evangélica e tem o ensino fundamental incompleto. Essa mulher sobreviveu a muito tipos de violência, desde a violência física, psicológica, moral e patrimonial. Segundo as informações passadas pela coordenadora do equipamento, a única renda dessa mulher era proveniente de faxinas, a partir de diárias esporádicas, após a entrada no equipamento essa família passou a sobreviver de benefícios públicos de transferência de renda. E, com muito trabalho multidisciplinar, com a mãe e as crianças, principalmente com o filho mais velho, foi possível minimamente estabelecer a segurança e a saúde dessa família.

O celular não é só um problema para as/os adolescentes, as crianças no começo também sentem a falta do celular, mas a equipe da casa tem trabalhado em torno da dependência do equipamento pelas crianças, como exposto em uma das histórias a mim relatada no momento de entrevista com a coordenadora:

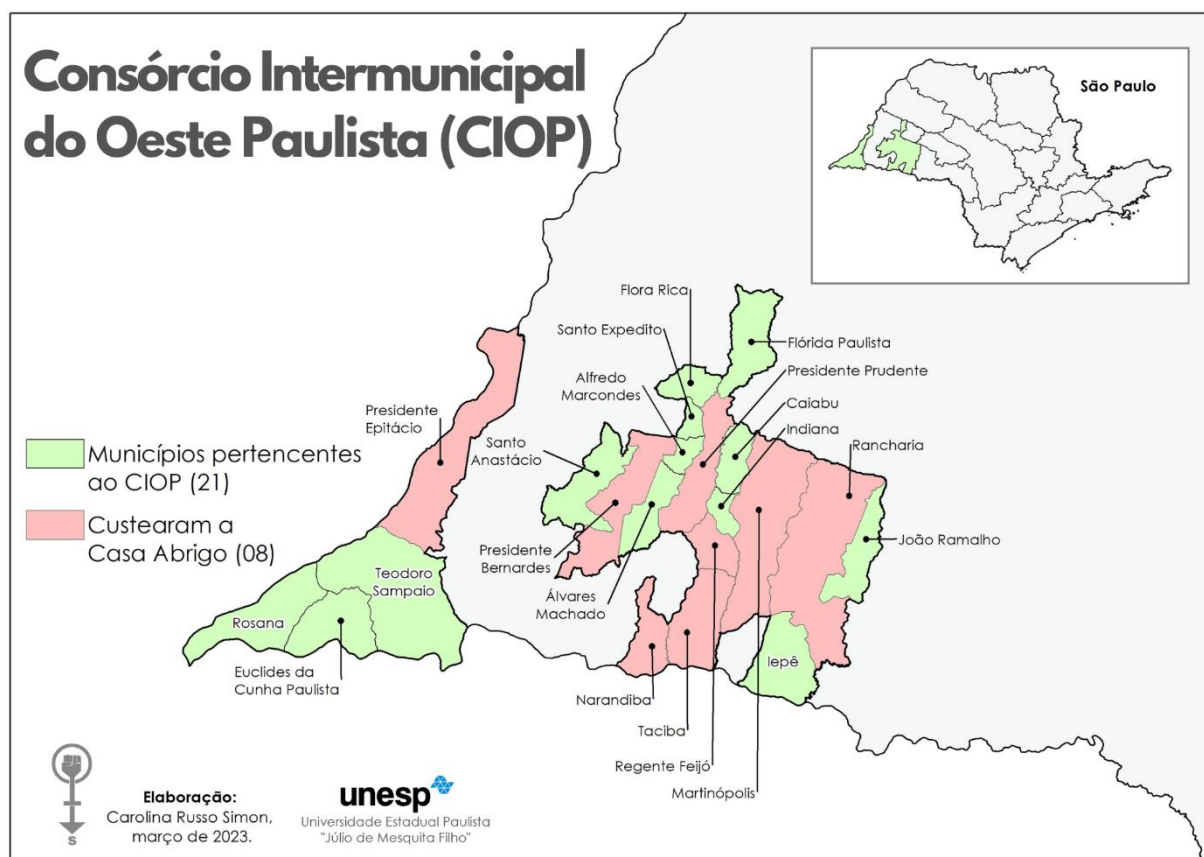
Eu lembrei, esses dias, que a última que nós acolhemos tem uma criancinha que tem três anos. No momento em que nós fomos fazer o acolhimento, eu estava junto, a menina não desgrudava do celular, porque a mãe disse que era a única coisa que ela tinha, era o celular que era entretenimento da criança, ela vivia praticamente 24 horas. Ela disse, meu Deus, como vai ser essa criança dentro da casa sem o celular? Ela chegou aqui, a primeira coisa que ela correu foi para a brinquedoteca, ela nunca tinha um brinquedo. Quando ela se deparou com a dimensão de brinquedo, de boneca, de tudo que ela tinha, ela nunca pediu o celular, nunca falou. A televisão, para ela ver os desenhos, devia que ela via no celular, então ela passou a ver na televisão. Mudou completamente. Uma criança arredia, que hoje é muito dócil, a ponto de dizer para a mamãe dela hoje, mãe, hoje eu vou para a escolinha e eu não vou chorar. Já foi, tanto que amanhã ela já fica o período integral na creche (Maria Helena entrevista realizada em 17/02/2022).

Não há dúvidas que a implementação deste equipamento tem mudado a vida das mulheres e de seus dependentes. Assim, como em outros lugares do mundo, os grupos feministas exigem mudanças na vida das mulheres e demandam que o Estado implemente

medidas para erradicar a violência de gênero, estabelecendo uma relação entre as demandas feministas e a atividade política.

Em um pouco mais de um ano, a Casa Abrigo já salvou a vida de 46 pessoas. Mas, muitos municípios não enviaram pessoas para o acolhimento. O município que mais mandou mulheres foi Presidente Prudente (10), porém três municípios não mandaram mulheres até novembro de 2022. Como pode ser visto no mapa abaixo.

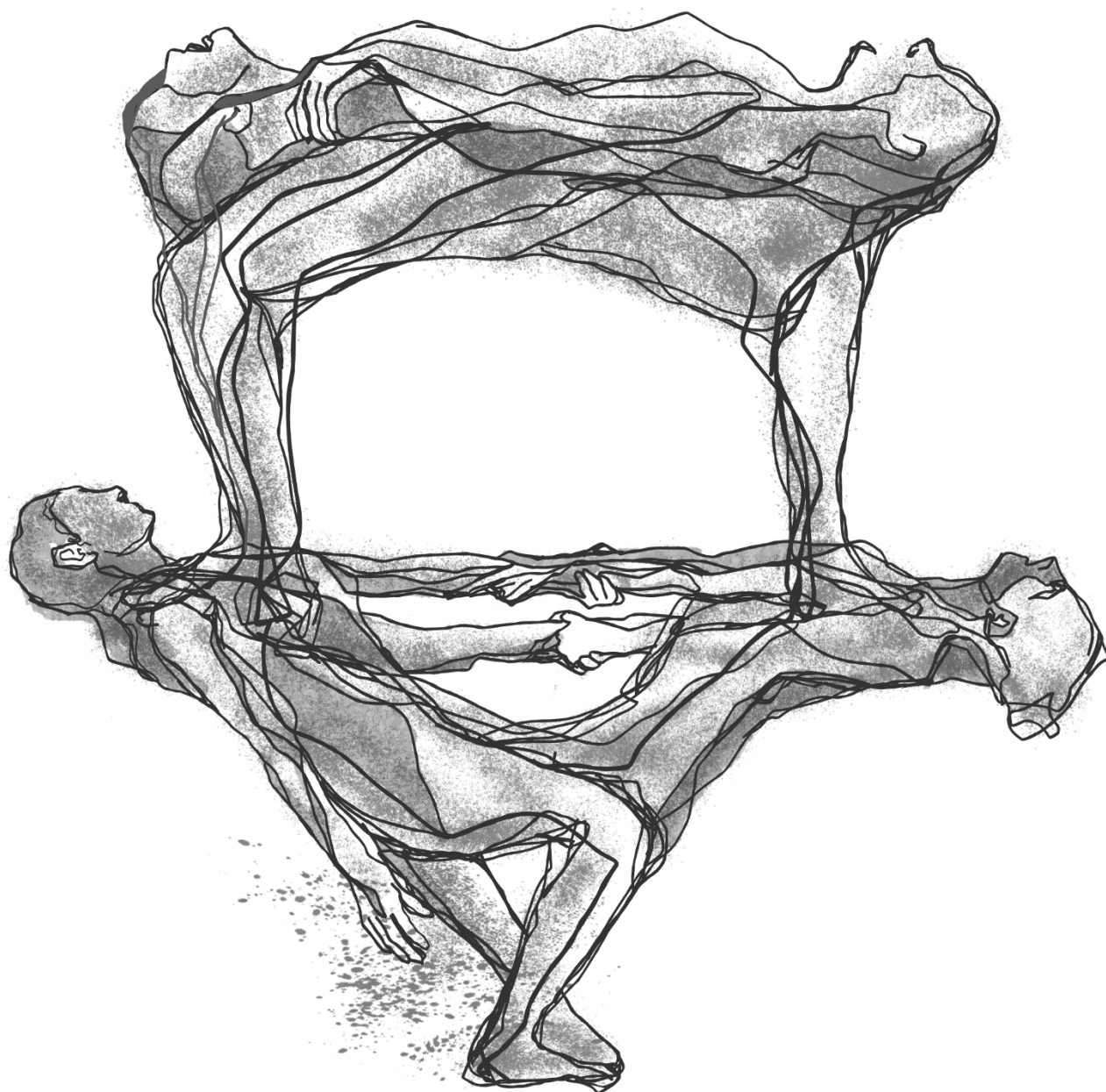
Mapa 15- Acolhimentos por municípios consorciados na Casa Abrigo do Oeste Paulista



CAPÍTULO 05:

CASA ABRIGO

SIGILO NÃO PODE SER ANONIMATO



Capítulo 05: Casa Abrigo sigilo não pode ser anonimato

Esse capítulo surge de uma construção coletiva da constatação de que, embora a confidencialidade e o sigilo sejam elementos cruciais nos serviços prestados pelas Casas Abrigo, é importante destacar que o sigilo não deve ser confundido com o anonimato.

Nos meses subsequentes à inauguração do equipamento em Presidente Prudente-SP, nós mulheres articuladoras do projeto, mas também militantes diversas, observamos a existência de uma demanda evidente para o acolhimento em diversos municípios da região, com notícias locais frequentes sobre a violência contra mulheres. Surgiu o primeiro questionamento coletivo: por que os municípios consorciados não estavam enviando mulheres para a Casa Abrigo?

Compreendemos a importância de abordar adequadamente os conceitos de sigilo, confidencialidade, silenciamento e anonimato no contexto das Casas Abrigo. É essencial garantir que essas distinções sejam claramente compreendidas para fornecer um ambiente seguro e protegido para as vítimas de violência doméstica.

O sigilo é fundamental para proteger a segurança e a privacidade das vítimas. Ele se refere principalmente ao sigilo do endereço das Casas Abrigo, mas também inclui a proteção das informações pessoais das mulheres que buscam abrigo. Isso implica que as informações compartilhadas pelas vítimas, como seu endereço e situação familiar, sejam mantidas em segredo e não divulgadas sem o seu consentimento.

Além do sigilo, a confidencialidade é uma prática ética e profissional que vai além do simples sigilo. Envolve o compromisso de não revelar informações confiadas por uma pessoa. Nas Casas Abrigo, as equipes são treinadas para proteger a privacidade das vítimas e manter a confidencialidade das informações compartilhadas por elas.

Por sua vez, o silenciamento é uma forma de opressão que busca calar, ignorar ou desacreditar a voz das vítimas de violência doméstica. As Casas Abrigo têm como objetivo combater o silenciamento, fornecendo um ambiente seguro e acolhedor para que as vítimas possam expressar suas experiências e buscar apoio. No entanto, é importante que as instituições e a sociedade em geral conheçam a existência desses serviços para que as

mulheres possam procurar ajuda de maneira informada e assertiva. A conscientização sobre as políticas públicas e os recursos disponíveis é essencial para combater a violência contra as mulheres.

No entanto, é evidente que muitas pessoas ocupando posições de tomada de decisão não possuem familiaridade com essa política pública e, como resultado, acabam aceitando a violência contra as mulheres como algo natural, ignorando suas graves consequências. É essencial promover a conscientização e a educação de forma contínua, a fim de transformar essa realidade e assegurar proteção e apoio adequados às vítimas de violência doméstica.

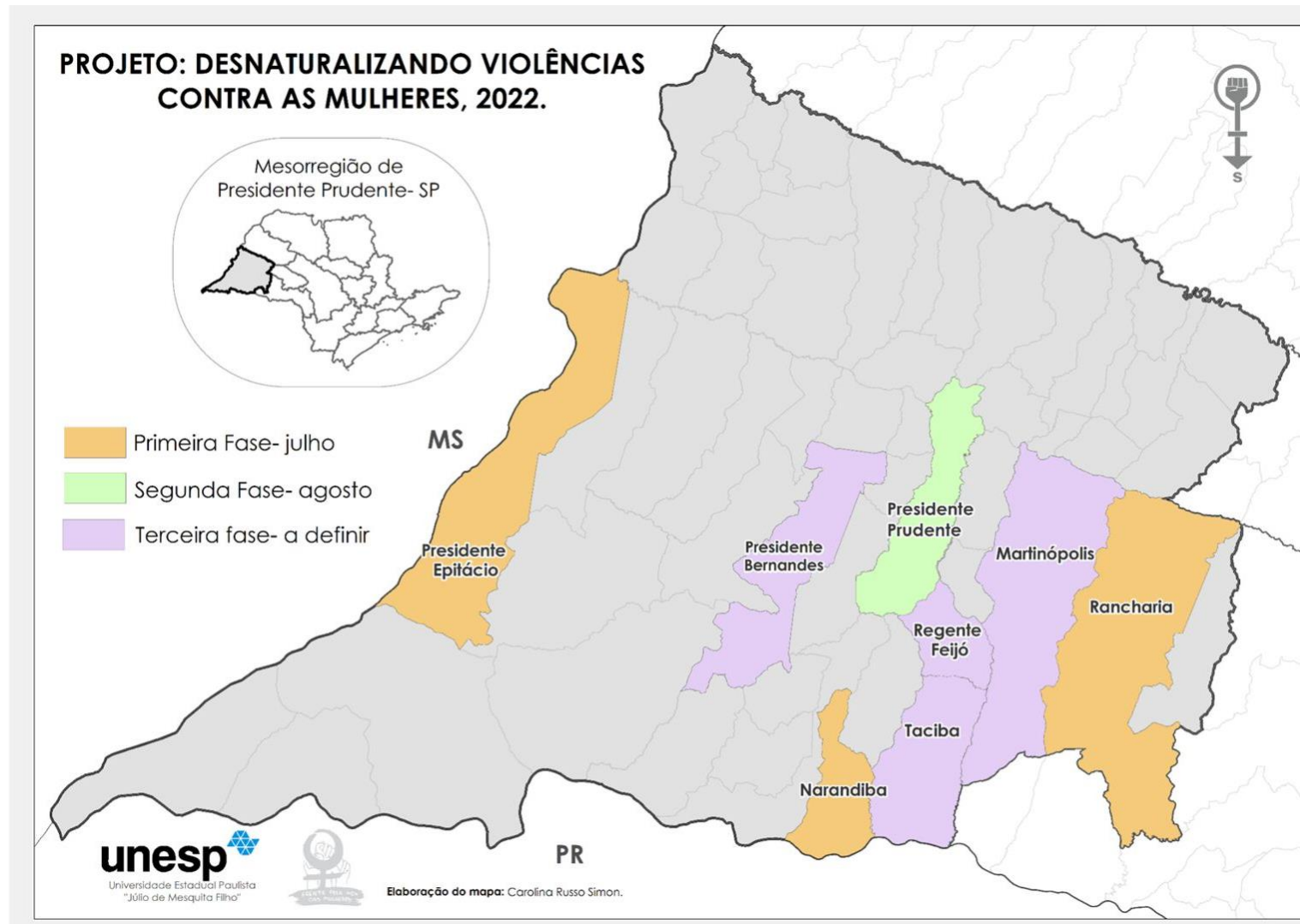
Por fim, o anonimato refere-se à condição de permanecer desconhecido ou não identificado. No contexto das Casas Abrigo do Oeste Paulista, o anonimato começa a ser rompido por meio de manifestações feministas com ampla manifestação sobre Casa Abrigo e de eventos públicos com iniciativas voltadas para a rede de enfrentamento à violência nos municípios consorciados.

Desnaturalizando Violências Contra as Mulheres

O projeto Desnaturalizando Violências Contra as Mulheres foi criado pela Defensoria Pública do Estado de São Paulo- sede de Presidente Prudente, através da articulação da Defensora Giovana Devito dos Santos Rota e de algumas instituições que compõem a Rede Mulher de Presidente Prudente, que voltava se articular depois da conquista da Casa Abrigo. O projeto promoveu oito encontros entre diversas instituições engajadas na prevenção da violência contra as mulheres nos 08 municípios que custeiam a Casa- Abrigo do Oeste Paulista.

Eu participei ativamente do projeto em suas duas primeiras fases, desenvolvidas ao longo dos meses de julho e agosto de 2022. Na primeira fase foram desenvolvidas Rodas de Conversa em três municípios durante o mês de julho de 2022, durante o dia 01 em Presidente Epitácio-SP, no quatro dia do mês em Rancharia- SP e no sétimo dia do mês em Nandiba-SP, como explícito no folder de divulgação construído pela Escola da Defensoria Pública do Estado de São Paulo (mapa 09 e figura 09).

Mapa 16- Localização dos Municípios inseridos no projeto Desnaturalizando Violências Contra as Mulheres



Os três primeiros encontros foram convidadas mais de oito instituições. As professoras (Eu, Alba, Juliane) e a Organização Social Civil O Amor é a resposta, através da Maria Helena coordenadora da Casa Abrigo da região, estivemos presentes nos três municípios e assumimos o papel de facilitadoras do diálogo.

As três rodas de conversa seguiram o mesmo padrão de organização. A defensora pública fazia uma abertura oficial, explicando o caráter do evento e organizando a disposição das cadeiras movimentando as pessoas a se sentarem o máximo possível em roda. Narandiba não foi possível movimentar as cadeiras pois o encontro aconteceu em um teatro onde as cadeiras são presas no chão. A roda de pessoas visava gerar horizontalidade entre as pessoas presentes e incentivar a comunicação não violenta e a cultura de paz.

Figura 5:- Folder de divulgação da primeira fase do projeto Desnaturalizando Violências Contra as Mulheres.



Rodas de Conversas com o tema:

Desnaturalizando Violências Contra as Mulheres

1º/7
10h
Presidente Epitácio
Local: CREAS
Rua Álvaro Coelho, 10-39 (no projeto ONDA)

4/7
10h
Rancharia
Local: OAB
Rua Marcílio Dias, 626, Vila Cantizani

7/7
14h
Narandiba
Local: Centro Cultural de Narandiba
R. Jader Cardoso Garcia, 540

Realização:
Defensoria Pública de SP, Comissões de Defesa dos Direitos das mulheres da OAB/SP, Ministério Público de SP, Ministério Público do Trabalho, Tribunal Regional Eleitoral de SP, Delegacias de Defesa da Mulher, Polícia Militar, CREAS, Profª Alba Lucena (Unoeste), Profª Juliane Muraro (Mirela), Profª Carolina Simon (Unesp), OSC O Amor é a Resposta.

Elaboração: Escola da Defensoria Pública do Estado (EDEPE), 30 de junho de 2022.

Todas as pessoas eram convidadas a se apresentar brevemente, dizendo o nome e como chegou o convite para participar do espaço. As pessoas falavam após o grupo escolher um objeto representativo para o encontro que passava dentro da roda. Em Presidente Epitácio foi um pequeno frasco de álcool em gel que estava disponível em uma mesa e foi escolhido pela coordenadora do CREAS. Em Rancharia foi um pequeno espelho embutido com uma escova de cabelo com o símbolo da OAB, que estava na bolsa de uma advogada. Em Nandiba, foi um estojo fino estampado com o rosto da Frida Kahlo que estava na minha bolsa.

Em seguida, era feita uma apresentação oral pela Defensora com slides sobre direitos das mulheres (Constituição Federal, Leis Infraconstitucionais, Tratados Internacionais) e com as diversas violências- principalmente as descritas na Lei Maria da Penha (2006) e na Convenção de Belém do Pará (1994).

A participação feminina nos espaços políticos e de decisões também foi uma das pautas trabalhadas, principalmente, através da fala da Professora Alba Lucena, que foi vereadora do município de Presidente Prudente por sete mandatos e desenvolveu uma dissertação intitulada *Mulher na Política Educação e Gênero: seu compromisso com cidadania plena*, em 2003.

A Professora Juliana Muraro, que é diretora da Escola Estadual Mirella Pesce Desidere, uma escola de ensino Fundamental e Médio no município de Presidente Prudente-SP, trazia a experiência de trabalhar a prevenção da violência contra as mulheres através de projetos desenvolvidos na escola e apresentava a cartilha que utilizava na escola⁶³. Cabe destacar que ela era Mestranda no Programa de Pós-graduação da FCT/UNESP.

A mim coube apresentar os primeiros resultados da pesquisa sobre a distribuição das Casas Abrigo pelo Brasil. Para as três rodas eu imprimi um material de quatro folhas intitulado **CASAS ABRIGO: sigilo não pode ser anonimato**, contendo uma breve explicação sobre o que é o equipamento, com gráficos, o primeiro com a quantidade do equipamento no Brasil nos anos de 2009, 2013, 2018; o segundo com a porcentagem de Casas Abrigo por classe de tamanho de população dos municípios brasileiros nos anos de 2009, 2013, 2018 e

⁶³ https://www.educacao.sp.gov.br/wp-content/uploads/2022/03/Violencia_contra_mulher_nao_e_normal_versao_estudantes_V8-web.pdf.

também, mapas como o mapa das Casas Abrigo do Estado de São Paulo e um mapa dos municípios que aconteceriam as rodas futuras.

A Maria Helena, coordenadora da Casa Abrigo, apresentou em todas as rodas o funcionamento da casa, rememorando o processo de acolhimento da primeira abrigada e seus dependentes. Enfatizou como é feito o encaminhamento da casa a partir da necessidade de sigilo do equipamento, demonstrando com exemplos como mulheres diversas chegaram ao acolhimento institucional pela articulação da rede de enfrentamento a violência tanto dos municípios como de toda a região.

Após as falas sobre o funcionamento da política pública e o funcionamento da rotina da casa, nos três municípios, surgiram diversas dúvidas de pessoas de diferentes instituições, como Conselho Tutelar, CRAS, CREAS, OAB e também de Vice-Prefeita, Vereadoras e Vereadores e Primeira Dama que muitas vezes enunciaram não saber qual era função da Casa Abrigo e muitas pessoas diziam não conhecer o equipamento.

Presidente Epitácio- SP

No município de **Presidente Epitácio** a roda de conversa aconteceu na sede do Projeto Onda, em um grande salão. Estavam presentes cerca de 35 pessoas durante todo o encontro, sendo que somente duas mulheres não eram representantes de nenhuma instituição, elas eram amigas e vizinhas e tinham sido convidadas pela coordenadora do CREAS do município, que organizou o espaço e viabilizou diversos convites para que acontecesse esse encontro.

Apesar de pouco engajamento das mulheres da comunidade local haviam muitas mulheres representando instituições, como por exemplo: na Secretaria Municipal de Saúde, no CRAS e no CAP, Conselho municipal dos direitos das mulheres, DDM, Secretaria da Assistência Social, Conselho Tutelar, Polícia Militar e também uma Vereadora demonstrando como há muitas mulheres em posições estratégicas de poder político no município. Nesse encontro só haviam três homens presentes, um advogado que estava vereador do município, o sargento da Polícia Militar e um representante da Prefeitura- que não ficou mais que 30 minutos no local.

Durante essa primeira roda de conversa foi possível perceber como a maioria das pessoas presentes não sabiam da existência da Casa Abrigo e nem mesmo qual era a

funcionalidade dessa política pública. Falas iniciais como: “Agora que abrimos uma casa para as mulheres precisamos abrir uma casa para os homens, para relaxar, com uma boa televisão e uma cervejinha gelada” e, também surgiram falas sobre o preço pelo equipamento como: “A gente está pagando o equipamento e não está usando”. Através da troca de conhecimento das pessoas presentes foi enunciado que o município tinha débitos de pagamento há meses e que seria muito mais caro manter esse equipamento custeado somente por Presidente Epitácio do que manter uma vaga pelo consórcio.

Essa informação gerou um debate e uma forma didática de explicar o que era a Casa Abrigo foi usada pela Delegada da DDM quando disse: “Casa Abrigo é igual seguro de carro, quando fazemos um seguro não pretendemos usar”. O fato é que o município precisa muito da vaga no equipamento regional, como exposto pelas pessoas representantes da PM, que enunciaram que: “Apesar de ser uma cidade pequena tem problemas de cidade grande, com cerca de três ocorrências de violência doméstica por dia”.

Outras falas expressivas que surgiram nesse encontro foram: “um tapa bem dado mata” e “o silêncio ainda é preocupante”, que traziam um posicionamento político frente a violência patriarcal presente na região. Estas falas encaminharam o fim da atividade que durou cerca de duas horas e 35 minutos.

Foto 5- Roda de conversa Desnaturalizando Violências Contra as Mulheres em Presidente Epitácio, em 01 de julho de 2022.



Fonte: a autora, 2022.

Foto 6:- Pessoas presentes na roda de conversa Desnaturalizando Violências Contra as Mulheres em Presidente Epitácio, em 01 de julho de 2022.



Fonte: a autora, 2022.

Rancharia- SP

Em Rancharia a roda de conversa aconteceu dentro da sede da OAB do Município. Cerca de 38 pessoas estavam nesse encontro, sendo que somente seis homens estavam presentes- o presidente da sede da OAB, o coordenador do CREAS, um professor de história que era vereador do município, o sargento da Polícia Militar, um funcionário e um estagiário do CREAS.

Todas as pessoas presentes eram atuantes no combate às violências no município através de seus ofícios, a maioria das pessoas presentes eram psicólogas, assistentes sociais e advogadas. Havia também uma vereadora, uma representante do Conselho Tutelar, pessoas do CRAS e do Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), do Ministério Público (MP) e também da Secretaria de Assistência Social do Município, entre outras.

Assim como em Presidente Epitácio a maioria das pessoas não conhecia a Casa Abrigo e muito menos sabia como acessar a vaga do município nesse equipamento. Isso foi enunciado logo na nossa chegada, ao começar a organizar as cadeiras da roda a representante da OAB e o presidente da subsede que nos receberam estavam convencidos

de que essa era uma atividade para conversar sobre o acolhimento de crianças em abrigos, tendo em vista que no município existe esse tipo de serviço.

Assim sendo, as falas explicativas sobre o que era a Casa Abrigo foram fundamentais para que as pessoas sanassem dúvidas como “se precisar levar essa mulher com risco de vida de madrugada a Presidente Prudente- SP, o serviço fecha?”, “quem pode acionar a Casa Abrigo”? entre outras. Foi necessário explicar cada fase necessária para se acolher as mulheres com sigilo. Durante essa roda de conversa foi possível perceber o grande descompasse entre as instituições presentes, demonstrando a necessidade de reestruturar o fluxo de atendimento as mulheres vítimas de violência. Diversas falas pontuaram a ausência da Delegada da DDM na roda de conversa que fora convidada, mas não compareceu por motivos outros.

Foto 7-: Roda de conversa Desnaturalizando Violências Contra as Mulheres em Rancharia -SP, em 04 de julho de 2022.



Fonte: a autora, 2022.

Foto 8:-Pessoas presentes na roda de conversa Desnaturalizando Violências Contra as Mulheres em Rancharia- SP, em 04 de julho de 2022.



Fonte: a autora, 2022.

Merece destaque o caso evidenciado pelo Conselho Tutelar, que relatou que poucos dias antes da roda de conversa uma mulher, trabalhadora do corte da cana, migrante, sofreu violência doméstica e teve sua vida colocada em risco. A mulher é mãe de uma criança de colo, a criança estava na creche e posteriormente com o agressor. O Conselho Tutelar foi acionado para acompanhar junto a polícias da DDM a busca da criança. A mãe e a criança tiveram seu transporte facilitado para a cidade de Tupã, para a casa de familiares, a representante do conselho deixou evidenciado que a mulher estava em risco pois o agressor conhecia a família.

Com esse relato absurdo de mau funcionamento da rede do município integrada à rede da região, a vereadora presente problematizou ainda mais a situação, o que gerou o grande debate em torno da fala “se temos uma vaga na casa porque essa mulher não foi para Presidente Prudente- SP?”. Neste momento diversas pessoas evidenciaram não saber o que aconteceu e nem mesmo como enviar para o acolhimento.

Com a sequência do debate, através da exposição de uma advogada que trabalhou na prefeitura em mandatos anterior na prestação de contas, a Casa Abrigo estava sendo cotada como um gasto desnecessário, ela fez uma fala dizendo que se arrependia por não ter consciência do serviço antes. Por fim, depois de muito debate com a participação de diversas pessoas a roda chegaram à conclusão de que a Casa Abrigo é um equipamento fundamental para o funcionamento da rede de enfrentamento à violência contra a mulher.

Narandiba- SP

Em **Narandiba** a roda de conversa aconteceu no dia sete de julho de 2022, no centro cultural municipal, o qual conta com a estrutura de teatro. Este encontro contou com quase 60 pessoas. Havia muitas pessoas que não eram representantes de instituições e haviam pelo menos sete homens presentes. Com destaque para dois PM's, o sargento amplamente conhecido pelas pessoas por ser policial desde 2016 e um policial aposentado, que estava acompanhado da esposa e da filha.

Como o espaço era rígido e não proporcionava o deslocamento dos assentos, foi feito uma grande roda com as cadeiras disponíveis, onde se sentaram as autoridades presentes e representantes de instituições públicas, como pode ser visto na foto 13.

Vale destacar que o município não possui CREAS, porém o CRAS teve papel fundamental de articulação das pessoas presentes, bem como, na articulação com a prefeitura. Esta roda contou com a presença da Vice-Prefeita e da Primeira Dama- a qual é atuante no fundo social do município, que expressaram mais de uma vez o quanto a prefeitura está aberta para combater a violência.

Havia diversas profissionais da Saúde presentes na plateia, como agentes de saúde, equipe da Estratégia de Saúde da Família (ESF), psicólogas da UBS. A plateia contou com diversas mulheres, professoras, bibliotecárias, donas de casa, mães que estavam com seus filhos, mulheres idosas e pessoas com deficiência, configurando a roda mais diversa que tivemos.

Após a exposição das falas, comuns em todos os eventos através das professoras e da defensora pública, o debate girou em torno da necessidade de combater a violência no município de forma preventiva. Segundo os dados apresentados pela PM durante a

pandemia, o município teve diversas ocorrências, sendo que em um único mês foram mais de 18 ocorrências de violência doméstica.

Dois momentos foram extremamente marcantes com relatos de duas mães, idosas, que contaram sobre lágrimas que suas filhas sofrem violências domésticas. Nestes dois momentos o incômodo tomou conta do ambiente, rapidamente algumas mulheres do CRAS, principalmente psicólogas, acolheram as mulheres e as levaram para tomar água-fora do ambiente da roda. Esta postura de acolhida me gerou profundo estranhamento, mas tal sentimento só pode ser elaborado após o ocorrido, no momento do caderno de campo. *Por que as mulheres que choram pelas suas filhas violentadas devem se retirar do local?*- esse foi o questionamento que carreguei comigo ao sair daquele espaço.

Foto 9:-Roda de conversa Desnaturalizando Violências Contra as Mulheres em Narandiba -SP, em 04 de julho de 2022.



Fonte: a autora, 2022.

Foto 10: Pessoas presentes na roda de conversa Desnaturalizando Violências Contra as Mulheres em Narandiba -SP, em 04 de julho de 2022.



Fonte: a autora, 2022.

Ao final da roda um homem, psicólogo que atende no sistema público do município, me procurou para dizer que me conhecia de uma atividade de grupos reflexivos sobre masculinidades desenvolvida em parceria do antigo Núcleo de atenção ao Homem com o BIOGEOS/UNESP, ao longo do segundo semestre de 2019 e me questionou o porquê de serviço de prevenção a violência com os homens não era pauta na articulação das rodas.

A demanda era claramente necessária, tinham a nítida compreensão de que não adiantava somente falar de Casa Abrigo, precisávamos pensar nos homens agressores, mas como?

Com essa demanda criamos a segunda fase do projeto, que já nasceu dentro do carro, no caminho de volta da roda de Narandiba, em uma conversa entre eu e a Defensora Pública Giovana Devito Rota. Naquele dia, já marcamos uma série de reuniões com o antigo coordenador do Núcleo de Atenção aos Homens (NAH), para levantar informações referente ao antigo serviço prestado no município de Presidente Prudente- SP.

Presidente Prudente- SP

No dia 05 de agosto de 2022 em **Presidente Prudente- SP**, aconteceu a segunda parte do projeto Desnaturalizando Violências contra as Mulheres. A data foi escolhida em alusão aos 16 anos da Lei Federal nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, conhecida como Lei Maria da Penha. Há anos, a Rede Mulher se organiza entorno da data comemorativa da lei, promovendo o agosto lilás, por isso a escolha de acontecer logo nos primeiros dias de agosto.

Segundo a Lei Maria da Penha, faz-se necessário o comparecimento do agressor a programas de recuperação e reeducação, bem como o acompanhamento psicossocial, por meio de atendimento individual e/ou grupo de apoio. Sendo que o juiz(a) poderá determinar obrigatório o comparecimento do agressor a programas dessa natureza (Art. 22 e Art. 45).

Desta forma, foram enviados convites e ofícios para diversas instituições do município, como se pode ver no folder da página anterior. Para todas instituições convidadas solicitamos que as pessoas representantes fossem homens, pois definimos que o debate iria ser em todo das masculinidades construídas sobre a égide do sistema patriarcal. Todas as instituições convidadas pela Defensoria mandaram representantes, porém nem todas as pessoas que foram ao evento eram homens.

O evento começou com mais de 60 pessoas, lotando visualmente o auditório do Centro Cultural Matarazzo- conforme eu pude contar, estavam presentes cerca de 25 homens durante a parte da manhã.

Figura 6:- Folder de divulgação da segunda fase do projeto Desnaturalizando Violências Contra as Mulheres.

Rodas de Conversas com o tema:

Desnaturalizando Violências Contra as Mulheres

Local:
Centro Cultural Matarazzo de Presidente Prudente

5 de agosto de 2022

9h00	Abertura
9h15	Exposição do documentário: "O Silêncio dos Homens"
10h até 12h	Roda de Conversa sobre Masculinidades e sobre a reativação do NAH (Núcleo de Atenção ao Homem) de Presidente Prudente.
14h até 17h	Roda de Conversa sobre a necessidade de desnaturalização das Violências contra as Mulheres.

Instituições participantes:

1. DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
2. OAB 29ª SUBSEÇÃO PRESIDENTE PRUDENTE-SP, COMISSÃO DE DEFESA DAS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E CRIMES SEXUAIS DA OAB/SP, COMISSÃO DA MULHER ADVOGADA DA OAB/SP
3. MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
4. MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
5. TRE-SP, 402ª ZONA ELEITORAL DE SÃO PAULO EM PRESIDENTE PRUDENTE
6. DDM-DELEGACIA DE DEFESA DA MULHER DE PRESIDENTE PRUDENTE
7. POLÍCIA MILITAR

8. CREAS1, CREAS2 E SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE PRESIDENTE PRUDENTE
9. UNIVERSIDADES: UNESP, UNOESTE, TOLEDO PRUDENTE E OUTRAS
10. OSC O AMOR É A RESPOSTA
11. SINTRAPP- SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE PRESIDENTE PRUDENTE E REGIÃO
12. REDE MULHER, FRENTE PELA VIDA DAS MULHERES, PROMOTORAS LEGAIS POPULARES DE PRESIDENTE PRUDENTE
13. ASTAE- ASSOCIAÇÃO DE SAÚDE, TRABALHO, MEIO AMBIENTE E EDUCAÇÃO

Datas e participantes do evento poderão sofrer alterações, a critério da Escola da Defensoria Pública do Estado de São Paulo – EDEPE, sem aviso prévio. As opiniões e conceitos emitidos serão de exclusiva responsabilidade dos/as palestrantes, não expressando necessariamente a posição institucional da EDEPE ou da Defensoria Pública do Estado de São Paulo.

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Escola da Defensoria Pública do Estado de São Paulo

CREAS

MPSP

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

unesp

TOLEDO

MPT

PROMOTORAS LEGAIS POPULARES

Unoeste

Rede Mulher

ASSOCIAÇÃO O AMOR É A RESPOSTA

COSA

PRESIDENTE PRUDENTE

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

PRIMEIRA DAMA

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SÃO PAULO

SINTRAPP

ASTAE

Elaboração: Escola da Defensoria Pública do Estado (EDEPE), 01 de agosto de 2022.

Página | 217

Após a mesa de abertura, com autoridades do município e falas de incentivo sobre a necessidade de cuidar dos homens, inclusive com um relato pessoal do Prefeito de Presidente Prudente, que refletiu sobre os efeitos malignos do álcool e a dependência química de seu pai, o evento seguiu sob a mediação do Psicólogo Edson Marcelo Oliveira Silva, que na época também era graduando em Geografia pela UNESP, e meu companheiro de pesquisa dentro do Laboratório de Biogeografia e Geografia da Saúde (BIOGEOS/UNESP).

Aproveitando a presença das instituições e da mídia pela manhã, Edson iniciou os trabalhos com uma apresentação do serviço ofertado por ele, de forma voluntária, durante os anos de 2015 até 2018, com a criação do Núcleo de Atenção aos Homens (NAH).

A proposta suleadora do NAH foi propiciar espaços de discussão, reflexão, manifestação e publicização da realidade concreta vivenciada pelos homens autores de violência doméstica e familiar, praticada contra a mulher, contribuindo para a reeducação, modificação e construção de novas expressões de masculinidades. O NAH germinou por meio das conversas propiciadas pela Rede Mulher desde o ano 2009, e foi implementado com suporte da Associação de Saúde, Trabalho, Meio Ambiente e Educação (ASTAE), do CREAS.

O projeto funcionou em três frentes, a primeira eram os Grupos Reflexivos com os homens autores de violência doméstica, a segunda era a mobilização e articulação de instituições e a terceira era a produção de pesquisa científica. Durante o projeto, 31 homens passaram pelos grupos reflexivos, com homens de 21 até 65 anos. Estes homens chegavam por demanda espontânea ou por encaminhamentos de serviços da assistência social, segurança e justiça. Dentre as informações apresentadas, faz-se importante ressaltar que todos os homens que passaram pelo NAH, já tinham presenciado violência entre a relação dos pais e vivenciaram algum tipo de violência física.

Este projeto foi o pioneiro na região oeste do Estado de São Paulo em oferecer este serviço. Porém nunca teve incentivo financeiro para a sua continuidade. A fala do psicólogo no momento do evento evidenciou algumas necessidades para que o serviço se tornasse política pública, pois para seu funcionamento era necessário, um espaço físico, com equipamentos (como computadores, caixas de som e televisão), bem como, a garantia da alimentação durante os encontros dos grupos. Faz-se necessário cerca de nove mil reais

mensais, para o pagamento do salário dos profissionais, respeitando o piso salarial dos profissionais. O NAH necessitaria de no mínimo um coordenador, um psicólogo, um assistente social e um educador.

Após essa apresentação sobre como foi e como poderia reconstruir esse serviço, foi apresentado um trecho do documentário “O Silêncio dos Homens”, que provoca a reflexão sobre a construção de masculinidades tóxica e como isso acaba por silenciá-los. A obra foi produzida pela plataforma Papo de Homem, a partir de uma pesquisa que envolveu mais de 40 mil pessoas, com dados públicos por meio de um convênio com o Consórcio de Informações Sociais (CIS) da Universidade de São Paulo (USP), e foi viabilizado por verbas da empresa Natura, este documentário está totalmente disponível no Youtube⁶⁴.

Após a exibição do documentário na sala cinema, mudamos de sala para um espaço onde pudéssemos fazer uma roda, com cadeiras móveis. Neste momento, a presença dos homens já diminuiu, principalmente dos homens com cargos de poder mais altos, como juízes, promotores e representantes do executivo e do legislativo do município. Conforme pude contar, não chegávamos a 15 homens, frente 38 mulheres. Apesar da baixa representação na roda de conversa ela foi extremamente positiva, pois aqueles que ficaram abriram o debate.

A roda seguiu a metodologia das rodas anteriores, foi escolhido o objeto da palavra, que na ocasião era um artefato construído por três casas coloridas, presente na bolsa de uma das mulheres. O psicólogo mediador iniciou a roda com a pergunta: “O que é ser homem? “, após o silêncio de alguns segundos surgiram mais de 10 falas de homens.

⁶⁴ Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=NRom49UVXCE&ab_channel=PapodeHomem.

Foto 11:- Roda de conversa sobre Masculinidades



Fonte: autora, 05 de agosto de 2022.

A primeira, problemática, não respondeu à pergunta. A intervenção, foi: *“como é legal “ver” que estamos passando a ser pessoas e não homens e mulheres”*. Com isso exposto, o psicólogo provocou, *“mas as mulheres elas podem ser seres humanos assim como os homens, historicamente, são?”*. Logo, outras falas surgiram, de pais e mães, que ao terem filhas meninas, expunham como era dolorido não poder realizar atividades com essas crianças gentrificadas, por medo de abuso.

Como o caso de um pai que relatou que por anos levava a filha para brincar de construtora em obras que trabalhava, até parar de ir no período da pré-adolescência, pois segundo ele, olhares perversos começaram a surgir. A partir dessa fala, uma mãe perguntou: *“tem como educar meu filho para que ele não seja preconceituoso e machista?”*. Ela foi interpelada por um homem trans, ele relatou diversos momentos da sua transição e como foi difícil construir sua masculinidade em um mundo onde o sexo, e o aparelho genital era hipervalorizado. Em sua fala diz: *“homem é criado para ser macho e pegador, com saco*

roxo. Mulher não escuta que a sua pepeca é linda, pelo contrário tem que esconder ela. Nunca tive o saco roxo, nunca pude me inserir nesse contexto”.

Com essas falas mais 10 falas surgiram em torno da educação das crianças pelo sexo, mas também pelos papéis de gênero de homem e mulher. Porém, o protagonismo era masculino. Outra fala marcante em meu caderno de campo foi: “ eu era um menino que sorria de mais, chorava de mais, taxado como bixa, apesar de heterossexual, estou compreendendo que construí minha masculinidade pela DOR da subversão!”.

Com essas falas, e o avançar da hora, o psicólogo conseguiu encaminhar a roda, pedindo para que todas as pessoas que não falaram escolhessem pelo menos uma palavra para representar o que sentiram naquele momento, dentre as que eu consegui anotar estavam: *Liberdade, revolução, pluralidade, transformação, carência, afeto, construção, respeito, paz, solidariedade, amor, decisão, verdade e empatia.*

A roda da manhã terminou com falas do Vice Diretor da UNESP, Ricardo Pires de Paula reafirmando o compromisso da UNESP em trabalhar em conjunto com as instituições presentes para construir ações de pesquisa, ensino e extensão sobre violências de gênero. Essa fala foi reforçada também por professores representantes das outras universidades presentes, UNOESTE e TOLEDO.

A partir das 14h se iniciou a roda de conversa da tarde, e nitidamente os homens presentes pela manhã não retornaram para a construção da desnaturalização da violência contra as mulheres. Pelo que pude contar, no início da tarde tínhamos cerca de 50 pessoas, mas somente 10 homens presentes, sendo os presentes funcionários da rede de enfrentamento a violência de Presidente Prudente e região, a maioria psicólogos.

A roda da tarde se iniciou com uma mística sobre feminismo, organizada pelas militantes da Frente Pela Vida Das Mulheres, foi apresentado a leitura de um fragmento do livro “Feminismo em comum: Para todas, todes e todos” de autoria de Marcia Tiburi e, também, o clipe da música *Canción sin miedo* de autoria de Vivir Quintana⁶⁵.

Após a fala de abertura da Defensora Pública, iniciamos os trabalhos da tarde rememorando a construção da Casa Abrigo, onde eu e a coordenadora do equipamento dividimos a fala. O Tribunal Estadual Eleitoral, apresentou os comerciais produzidos para a

⁶⁵ Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=VLLyzqkH6cs&ab_channel=VivirQuintana.

eleição que se aproximava, e tinham como foco o combate à violência política de gênero, bem como, os chocantes dados sobre a baixa participação de mulheres em cargos de poder federal.

Assim como as rodas anteriores, a ex-vereadora do município e professora de história da UNOESTE, Alba Lucena, apresentou um conjunto de slides que demonstrava que a violência de gênero estava presente desde a Grécia antiga. A professora Juliane Muraro, apresentou os projetos de prevenção a violência desenvolvidos na escola onde é diretora.

O Ministério Público do Trabalho apresentou o novo projeto nacional “cor da igualdade” e demonstrou como vem trabalhando em diversas escalas para combater a desigualdade salarial e combater o assédio moral e sexual dentro das empresas. Apresentou a necessidade de formulação de projeto municipal, em parceria, para incluir mulheres que passaram por situações de violência de gênero extremas, principalmente tentativas de feminicídio, no mundo do trabalho.

A advogada Aline Escarelli, militante da Frente pela vida das Mulheres e representante da Ordem dos Advogados do Brasil, sede de Presidente Prudente- SP, apresentou as diversas ações de acompanhamento as mulheres no processo de denuncia na Delegacia de Defesa das Mulheres.

Também tivemos o debate aberto sobre a necessidade de reformulação da rede de enfrentamento à violência no município e no Estado, através de colocações da representante da Diretoria Regional de Assistência e Desenvolvimento Social (DRADS) e da coordenadora do Centro de Referência de Assistência Social (CREAS) de Presidente Prudente- SP.

A partir de todas as falas, eu e Giovana (defensora pública), organizamos os pontos levantados e reforçamos a necessidade de todas essas instituições reativarem a Rede Mulher, participando ativamente das reuniões e construindo a pauta do combate e da prevenção da violência não só no município, mas em toda a região.

Foto 12- Roda de conversa desnaturalizando as violências contra as mulheres em Presidente Prudente- SP.



Fonte: autora, 05 de agosto de 2022.

O evento terminou com uma denúncia. Uma mulher que sofre violência doméstica desde 2019, e que segundo ela não conseguiu acolhimento em diversas instituições que procurou, inclusive do CREAS. O caos se instalou.

As representantes de diversas instituições estavam estarecidas com a denúncia pública, e começaram a questionar a veracidade da história. Depois da mediação da situação de diversas profissionais presentes, inclusive de juíza, promotora e defensora, foi possível reconstruir a história e compreender que essa mulher não havia feito a entrada no sistema de segurança, não havia passado por nenhuma DDM e o CREAS que atendeu a mulher não era do município. Essa mulher conseguiu ajuda, ali mesmo as funcionárias do CREAS iniciaram o acolhimento e ela recebeu encaminhamento do seu pedido de ajuda.

XIII Fórum Municipal de Enfrentamento à Violência Contra Mulher de Presidente Prudente- SP

Este fórum já é uma tradição no município de Presidente Prudente. Ele acontece por organização da Rede Mulher, sempre em novembro, em alusão ao Dia Internacional de Combate à Violência Contra a Mulher.

A organização do XIII Fórum foi feita em uma reunião no dia 24 de agosto de 2022, na sede do Centro de Referência Especializada De Assistência Social de Presidente Prudente, localizado na Rua. Napoleão Antunes Ribeiro Homem, 471 , no bairro Jardim Marupiará, Pres. Prudente - SP, com a presença de 15 mulheres, de diferentes instituições vinculadas a Rede Mulher. Neste momento discutimos coletivamente as pautas relevantes ao fórum, construímos a programação do evento e traçamos um calendário de atividades da Rede Mulher até o final do ano de 2023.

A construção do evento foi centrada em duas demandas de debate público para o município, a primeira era a necessidade do balanço da Casa Abrigo, que já havia completado um ano de funcionamento e ainda não havia recebido mulheres de alguns municípios, bem como, a constante necessidade de o equipamento não ser fechado.

A outra era a necessidade de demonstrar o avanço do Ministério Público do Trabalho em articular com empresas privadas da região vagas de emprego específicas para as mulheres que sofreram a violência, principalmente doméstica, que foram atendidas pelo CREAS.

Com a avanço da reunião, nós sentimos a necessidade de pressionar publicamente as instituições parceiras para o combate e prevenção da violência no município. Dessa forma, articulamos o PACTO PELO FIM DA VIOLÊNCIA DOMESTICA, documento esse que foi assinado durante o evento de 25 de novembro de 2022.

Foto 13:- Reunião da Rede Mulher, na sede do CREAS de Presidente Prudente.



Fonte: A autora, 24 de agosto de 2022.

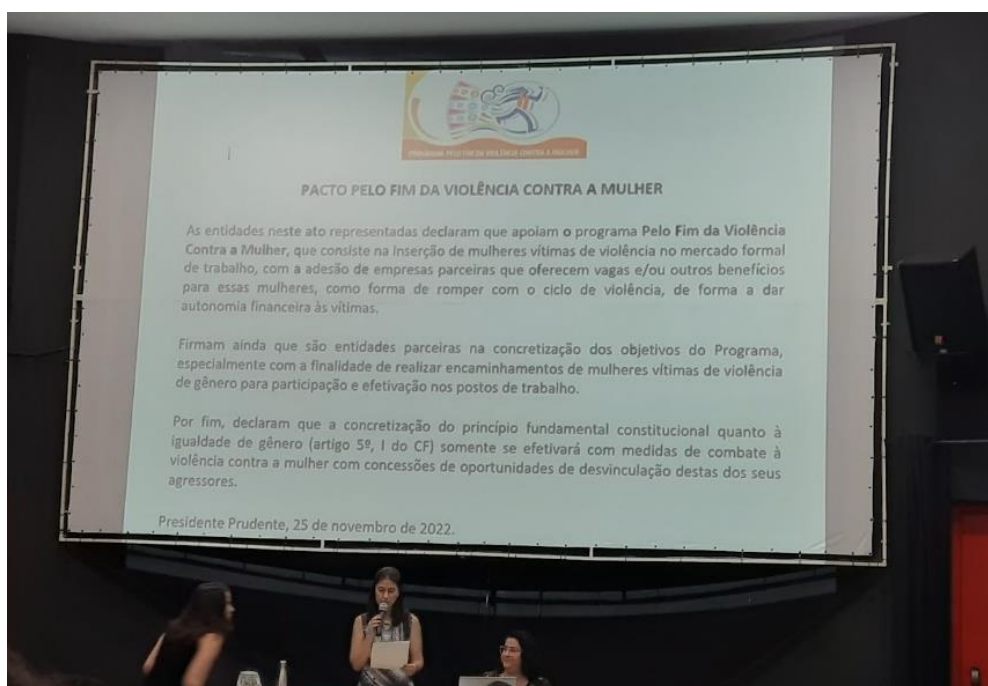
A primeira parte do evento foi destinada para a apresentação do Ministério Público do Trabalho (MPT) que firmou uma carta compromisso para a abertura de 10 vagas de emprego formal e direto para mulheres em situação de violência de gênero atendidas pelo Sistema de Justiça e Assistência Social de Presidente Prudente, Junto a Drogaria São Paulo.

Essa carta foi lida publicamente, a rede de farmácias participou com representantes do município, bem como de forma virtual, com representantes da rede Nacional. A drogaria se colocou como apoiadora do programa “Pelo fim da violência contra a mulher”, que prevê ações para superar a violência de gênero e a violência doméstica com iniciativas relativas ao trabalho. A Carta Compromisso firmadas entre o MPT, CREAS e Drogaria São Paulo prevê medidas que permitam o afastamento da mulher do local de trabalho e a modificação das rotinas diárias, incluindo transferência de estabelecimento, adoção do trabalho remoto, jornadas de trabalho flexíveis, trabalho em tempo parcial ou licenças remuneradas.

Figura 7-: Folder de divulgação do XIII Fórum Municipal de Enfrentamento à Violência contra Mulher



Foto 14- Apresentação do Pacto Pelo Fim da Violência Contra a Mulher



Fonte: A autora, 25 de novembro de 2022.

Foto 15: Assinatura do Pacto Pelo Fim da Violência Contra a Mulher



Fonte: Frente Pela Vida das Mulheres, 25 de novembro de 2022.

Posteriormente a celebração desse acordo, foi apresentado o pacto elaborado pelo MPT com apoio da Rede Mulher, na tentativa de envolver mais empresas e autoridades no compromisso *Pelo Fim da Violência Contra a Mulher*. O pacto assinado⁶⁶ consiste num programa contínuo que apoia a inserção de mulheres vítimas de violência no mercado formal de trabalho, com adesão de empresas parceiras, que oferecem vagas e outros benefícios para essas mulheres, como forma de romper o ciclo de violência, de forma a dar autonomia financeira às vítimas.

A segunda parte do evento foi direcionada para a apresentação do funcionamento da Casa Abrigo, que até a data do evento, já tinha acolhido mais de 15 mulheres e seus representantes. Os dados dessa apresentação foram amplamente explorados no capítulo anterior.

Logo após a apresentação do mapa, conheci a presidenta do recém criado Conselho da Mulher de Pirapozinho⁶⁷, que me pediu para ampliar o mapa para os municípios da Comarca de Pirapozinho e fazer uma palestra no I Fórum Regional de enfrentamento à Violência contra a mulher, onde autoridades e serviços estariam presentes.

⁶⁶ Participaram da assinatura do pacto: Clélia Regina Barbalho Tomazini, Secretária de Assistência Social de Prudente; Vanessa Martini, Procuradora do Trabalho na PTM de Prudente; Vanessa Zorzan, Promotora de Justiça do MPSP, Giovana Devito dos Santos Rota, Defensora Pública; Marcela Papa Paes, Juíza de Direito do TJSP; Denise Simonato, Delegacia da Mulher; Daniela Roefero Marrey Sanchez, Delegada da Delegacia da Mulher; Viviane de Castro Gabriel Segatto, 29ª Subseção da OAB/SP; Carolina Russo Simon, Frente pela Vida Das Mulheres de PP; Maria Helena Veiga Silvestre, Coordenadora da Casa Abrigo; Aline Fernanda Escarelli, ABMCJ (Associação Brasileira Mulheres de Carreira Jurídica); Elisângela Batista Viudes, Promotoras Legais Populares.

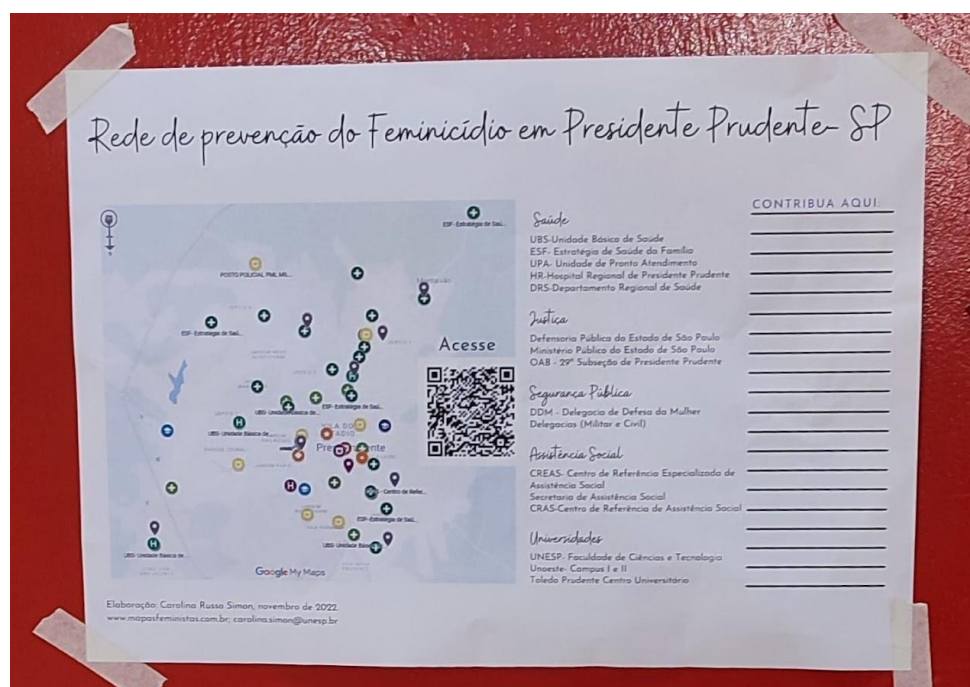
⁶⁷ O Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Pirapozinho – COMDIM, foi criado durante a pandemia, pela LEI Nº. 4.468/2020. Este órgão de caráter permanente, com competência propositiva, consultiva, fiscalizadora, normativa e deliberativa, no que se refere às matérias pertinentes aos direitos da mulher; tendo este a finalidade de promover, em harmonia com as diretrizes traçadas com o Governo Estadual e Federal, políticas destinadas a assegurar à mulher participação e conhecimento de seus direitos como cidadã.

Foto 16- Apresentação do balanço de um ano de funcionamento da Casa Abrigo pela coordenadora do equipamento.



Fonte: Frente Pela Vida das Mulheres, 25 de novembro de 2022.

Foto 17- Intervenção da pesquisa de doutorado através do Mapa da Rede de Prevenção ao Feminicídio em Presidente Prudente-SP.



Fonte: Frente Pela Vida das Mulheres, 25 de novembro de 2022.

I Fórum Regional de Enfrentamento a Violência contra a Mulher da Comarca de Pirapozinho- SP

Figura 8-: Folder de divulgação do I Fórum Regional de Enfrentamento a Violência contra a Mulher da Comarca de Pirapozinho



A Prefeitura de Pirapozinho, por meio da Divisão Municipal de Assistência Social e Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, realizou em dezembro de 2022, o primeiro Fórum Regional de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher. O evento foi realizado no Centro de Convivência do Idoso das 08h às 17h, e contou com a participação dos municípios de Pirapozinho, Narandiba, Tarabai, Estrela do Norte e Sandovalina., como se pode ver no mapa a seguir.

Mapa 17- Localização dos municípios da Comarca de Pirapozinho, participantes do Fórum Regional.



Foto 18- Mesa de abertura do I Fórum Regional de Enfrentamento à violência contra a Mulher da Comarca de Pirapozinho.



Fonte: Facebook oficial do município. Disponível em:

<https://www.facebook.com/MunicipiodePirapozinho/photos/a.108650837836154/555992299768670/>

Foto 19- Público do I Fórum Regional de Enfrentamento à violência contra a Mulher da Comarca de Pirapozinho.



Fonte: Facebook oficial do município. Disponível em:
<https://www.facebook.com/MunicipiodePirapozinho/photos/a.108650837836154/555992563101977>.

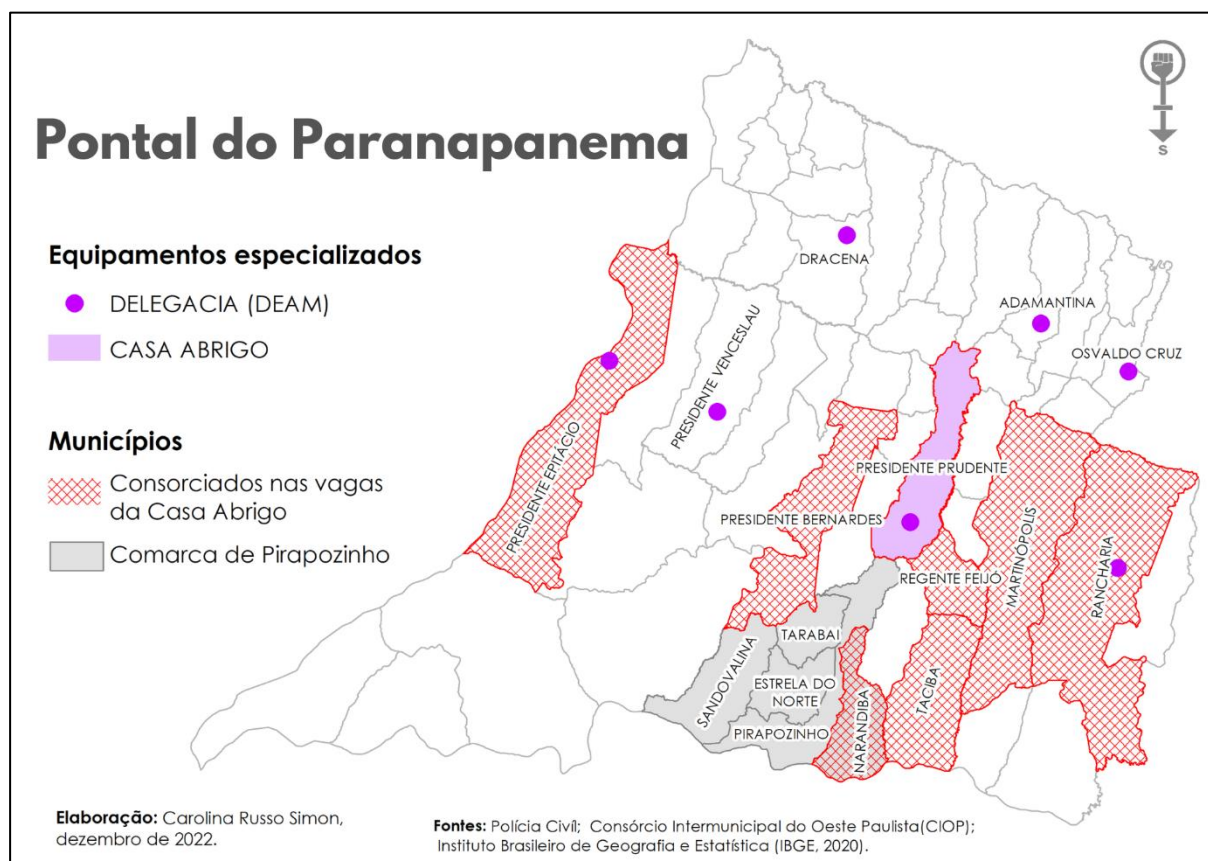
Foto 20- Apresentação da pesquisa no I Fórum Regional de Enfrentamento à violência contra a Mulher da Comarca de Pirapozinho.



Fonte: Facebook oficial do município. Disponível em:
<https://www.facebook.com/MunicipiodePirapozinho/photos/a.108650837836154/555992036435363/>.

A minha fala visava suprir as necessidades expostas pela presidenta do Conselho e abriu o debate sobre a necessidade de se trabalhar em rede, não só municipal, mas principalmente regionalizada. Pude apresentar os resultados da pesquisa, principalmente as imagens produzidas sobre as criações de Redes de enfrentamento à violência, com a diferença dos equipamentos de atendimento especializados e não especializados. Após a apresentação do mapa dos equipamentos presentes no mapa do *Google Maps*, levantei o debate sobre a falta de cobertura da região com delegacias especializadas e também de Casa Abrigo, tendo em vista que nenhum dos municípios participantes tinham vagas no equipamento, através do mapa a seguir.

Mapa 18- Municípios do Pontal do Paranapanema atendidos por Delegacias Especializadas e vagas na Casa Abrigo Regional.



Em seguida, foi debatido o ciclo da violência contra mulheres, pandemia e atuação da Segurança Pública, com apresentação dos Delegados Everson Contelli e Rafael Galvão.

Outra pauta em discussão foi a saúde mental da mulher em situação de violência e os fatores de proteção, com apresentação da Assistente Social Margareth Leonardi e Psicóloga Luciana Aparecida da Silva Oliveira, membras do Cordel Social e funcionárias da Casa Abrigo.

Pela tarde, foi realizada apresentação dos municípios referente o acompanhamento da mulher em situação de violência. E foi firmada uma pactuação das ações a nível regional. No fechamento do Fórum, foi eleito um comitê regional de enfrentamento a violência contra a mulher.

A luta contra o anonimato e silenciamento continua...

A partir do ano de 2023, já com a consciência geográfica sobre o feminicídio, sobre importância da *práxis* geográfica desta pesquisa na pauta da violência de gênero no Oeste Paulista- SP, participei da minha última ação como pesquisadora-militante representando a Frente pela Vida das Mulheres na Rede Mulher de Presidente Prudente- SP. A ação política aconteceu em 08 de março de 2023, o mesmo dia em que foi tirada a foto que abre essa tese.

O dia 08 de março de 2023 é representativo sobre como a pauta da violência doméstica contra as mulheres pode e deve ser uma pauta em conjunto por mulheres feministas, como se pode ver nos folders de divulgação política, apesar de a Frente Pela Vida das Mulheres historicamente organizar as manifestações de rua, o tema de luta da ação, que seguia o tema nacional, não foi incorporado pela divulgação da ação pela Rede Mulher. No dia 01 de setembro de 2023, aconteceu a edição da roda de conversa, Desnaturalizando Violências Contra Mulheres em Taciba- SP. Os encontros de Martinópolis e Narandiba estão previstos para acontecer até o final do ano de 2023.

CAPÍTULO 06:

OS MAPAS MILITANTES E A CARTOGRAFIA GEOGRÁFICA FEMINISTA

OS MAPAS, A CARTOGRAFIA E A GEOGRAFIA



Capítulo 06- Os mapas militantes e a Cartografia Geográfica Feminista

Ao longo dos anos da pesquisa (2020, 2021, 2022) participei de diversas negociações com o poder público para a implementação e continuidade da Casa Abrigo do Oeste Paulista. As reuniões estavam sempre muito cheias e, com diferentes profissionais do setor público municipal e estadual. Estavam presentes os muitos representantes e as poucas representantes do poder executivo, do poder judiciário e do legislativo. Nesses momentos, bastante formais, é difícil conseguir um tempo de fala razoável que permitisse uma argumentação feminista articulada, devido ao grande número de pessoas representando instituições.

Ao ter que argumentar com o aparato político do patriarcado sobre a importância de se implementar um equipamento especializado em atender mulheres vítimas de violência de gênero, que quase perderam suas vidas por tentativas de feminicídio, fui em busca de referências e de dados para fomentar a fala do coletivo de mulheres. Os dados quantitativos eram importantes para a argumentação, mas visualizar esses dados tornou-se tarefa essencial, pois somente o número de mulheres mortas pelo feminicídio não parecia comover o poder público, era necessário demonstrar a *ausência* de políticas públicas.

Logo, os gráficos e os mapas foram recursos importantes para construir uma argumentação sólida sobre a presença da violência contra a mulher e a ausência de resposta do Estado, tanto no poder municipal quanto no estadual, para o cumprimento das Leis Federais. Com os mapas e os gráficos, nós mulheres feministas em luta pelo equipamento, conseguíamos dar uma resposta visual, através de uma percepção instantânea da ausência e da presença (era importante o choque!).

Ao (re)encontrar os mapas como importante recurso de discurso geográfico tive que me dedicar à produção de “bons mapas”, mapas que servissem ao propósito de serem para “ver” mais que para “ler” durante as reuniões (Jaques BERTIN, 1973), sendo estes mapas enunciadores das experiências socioespaciais encarnadas de mulheres (Donna HARAWAY, 1998). Assim, foi necessário estudar, compreender e efetuar a visualização geográfica com as premissas feministas.

Os mapas, a Cartografia e a Geografia

Historicamente, os mapas se constituíram como documentos importantes de representação de práticas e relações espaciais de poder de diversas culturas (John HARLEY, 1989). Desde a pré-história mapas são produzidos, como explícito na obra do Marcello Martinelli (2005, p.02):

*os mapas surgiram há muito tempo. Nos albores de sua existência, o **homem** gravava em pedra ou em argila, pintava em pele de animais ou armava em estruturas diversas o seu lugar, o seu ambiente e suas atividades. Ao fazer isto não só representava a prática de suas relações espaciais, em terra ou mar, como também expunha o conteúdo das relações sociais de sua comunidade (Kish, 1980)*

A construção da Geografia enquanto ciência, a história da Cartografia e, por consequência, dos mapas, foram construídas a partir dos conhecimentos produzidos pelos homens, logo os mapas são frequentemente associados a uma prática historicamente masculina. As teorias críticas e feministas têm nos ajudado a compreender que diferentemente do que nos ensinaram a vida inteira, as mulheres pré-históricas foram produtoras de conhecimento e não ficavam apenas varrendo as cavernas (Marylène PATOU-MATHIS, 2022).

Os mapas foram umas das ferramentas utilizadas para suprir as necessidades humanas, como a noção do espaço-tempo, a construção de narrativas das histórias das comunidades, sistematização de conhecimentos do mundo, mas, também, controle e poder patriarcal.

A história dos mapas e da Cartografia tomava como referência a cartografia europeia recente (a partir do séc. XVII) e ignorava toda a produção de mapas de períodos anteriores, considerando essas peças de linguagem como “primitivas”, por falta de orientação (ao norte, claro) e de lugares outros, como os mapas orientais. Desta forma, a Cartografia deixou de reconhecer a diversidade de formas de representação [e produção] do espaço de múltiplas culturas humanas (John HARLEY, 1991).

Desde a Antiguidade clássica, junto aos filósofos gregos, os mapas têm servido à produção de pensamento androcêntrico através da lógica espacial, mas é partir do século XVI até meados do século XIX, que os mapas ganham atenção especial, pois o homem

tornara-se objeto de ciência, passando a solicitar sua representação (PALSKY, 1996 apud Marcello MARTINELLI, 2005).

Com a criação das relações capitalistas do século XV e XVI, e o aprofundamento da dominação masculina pelo patriarcado, bem como, a criação do colonialismo e do racismo (Aníbal QUIJANO, 2005) foi exigido da produção de conhecimentos o aprimoramento de formas de controle do espaço, principalmente o aprimoramento de técnicas de navegação.

Assim, os mapas tornaram-se objetos ainda mais importantes e desejantes, pois os mapas propiciam a visão onipresente, através da Ortovisão - que é possibilidade de ver todos os pontos ao mesmo tempo, sendo assim, “o truque divino de ver tudo a partir de lugar nenhum” (Donna HARAWAY [1991], 2013, p. 189). Nas palavras de Gisele Girardi,

[...] Se o desejo costuma incidir justamente naquilo que nos falta, não seria a visão na qual o mapa é especializado que moveria o desejo humano por mapas? Em outras palavras, o mapa oferece-nos uma forma de ver e, com isso, realiza o (nosso, humano) desejo de ver como um deus veria: tudo ao mesmo tempo [...] (Gisele GIRARDI, 2009 p. 53)

Com a consolidação dos Estados Nação e a emergência da propriedade privada começa a ampliar a demanda pelo conhecimento dos recursos do território pelo Estado. Desta forma, os mapas tornaram-se objetos símbolo da Geografia androcêntrica e, com o desenvolvimento tecnológico da Cartografia foi possível aprimorar as grandes invasões e “os mapas confirmaram-se como armas do imperialismo, promovendo a política colonial” (MARTINELLI, 2005, p.02). Assim, tornava-se importante o “contorno do território” como traço identitário da população para a criação dos nacionalismos (Gisele GIRARDI, 2003).

Com essa necessidade ressurgiram os interesses por mapas e foram criadas as bibliotecas especializadas em mapas e, também, a criação de sociedades geográficas as quais possibilitaram o “nascimento” da Geografia como ciência em 1850 (Gisele GIRARDI, 2003). Especificamente no século XVIII a sistematização do conhecimento do mundo em mapas foi um fator que possibilitou que a Geografia se tornasse um campo autônomo de conhecimento. A Geografia se estabeleceu enquanto conhecimento dos homens sobre os lugares e a Cartografia enquanto materialização deste conhecimento. Juntas as disciplinas compunham um corpo indissociável de conhecimentos (Marcello MARTINELLI, 2005).

Os precursores do pensamento Geográfico, como Alexander Von Humboldt (1769-1859), Carl Ritter (1779-1859), Friedrich Ratzel (1844-1904), Elisée Reclus (1830-1905), Paul Vidal de La Blache (1845-1918) e Maximilien Sorre (1880-1962) são alguns dos pesquisadores que se utilizaram da Cartografia para construção e consolidação de teorias geográficas nas quais os mapas foram co-partícipes.

Já no século XIX, a Geografia regional francesa, especialmente com as pesquisas de Vidal de La Blache e Max Sorre, apresentou o mapa como elemento do método que permitia, pela sobreposição de vários mapas temáticos, chegar à “síntese regional” (Antônio MORAES, 2005). Max Sorre destaca a importância metodológica da produção cartográfica na qual,

[...] os primeiros objetivos de qualquer mapa são localizar os fenômenos, o local onde ocorreram; segundo determinar as áreas de extensão desses fenômenos; e terceiro marcar as variações de intensidade dentro destas áreas. A representação do movimento ocorre somente depois (Max SORRE, 1978, p.239- tradução minha).

Na virada para o século XX, os mapas começaram a servir, ainda mais, aos princípios das Guerras, bem como o pensamento geográfico empreendido nessas peças de linguagem (Yves LACOSTE (2005 [1985])). Com a primeira guerra mundial, as técnicas de mapeamento entraram em expansão pelo mundo não europeu, principalmente das técnicas topográficas de levantamento dos territórios. Esse processo gerou o estabelecimento das estruturas universitárias e de pesquisa locais⁶⁸ e, com elas, os cursos de Geografia (Gisele GIRARDI, 2003).

Com a Segunda Guerra Mundial, vivemos uma mudança paradigmática das ciências, principalmente sociais. A Guerra foi o marco da autonomização da Cartografia, influenciando a Cartografia topográfica já utilizada na guerra anterior, mas abrindo horizontes ainda mais sólidos para a demanda de produção e consolidação da Cartografia Temática⁶⁹, pois era ainda mais necessário mapas em escalas pequenas para estratégias

⁶⁸ Em 1934, foi criado o curso de Geografia na Universidade de São Paulo (USP) bem como, a Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB). No ano seguinte foi criado o curso de Geografia na Universidade Federal do Rio de Janeiro e, em 1937 foi criado o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

⁶⁹ Para quem tem interesse em compreender o poder dos mapas nas guerras recomendo que veja a pasta de mapas disponibilizadas pela CIA em : [Coleção: CIA Cartography \(flickr.com\)](https://www.flickr.com/photos/cia-cartography/).

de controle do território. Após a II Guerra abrem-se novos campos de pesquisa com mapas, devido ao avanço da tecnologia e desenvolvimento de metodologias para lidar com diferentes fontes de dados. Tivemos assim, a ruptura da Geografia Clássica pela Geografia Renovada.

Com a Guerra Fria, o mundo necessitava de novos significados para o mapa e para a Cartografia. Temos assim, a autonomização da ciência cartográfica, que se estabeleceu a partir da definição do mapa como seu objeto⁷⁰. Surgem, assim, separações mais severas sobre o papel do mapa nas disciplinas. (Gisele GIRARDI, 2003; Eduardo GIRARDI, 2008).

Começa então um movimento de renovação na Geografia, era necessário romper com o método positivista empregado na produção e análise dos mapas, bem como se libertar das análises que davam extrema importância aos aspectos matemáticos do traçado do mapa e não considerava o contexto histórico e social dos mapas. Porém, a Cartografia não colabora com a renovação da Geografia e, a renovação da Geografia “ignora a Cartografia e não trabalha para que ela lhe sirva” (Fernanda FONSECA, 2007, p. 86). A crítica passava a ser feita sobre o fato de que os números acabavam substituindo os fenômenos propriamente ditos, mascarando o conteúdo concreto e social, perdendo-se assim, o caráter geográfico das pesquisas (PALSKY, 1996 apud Marcello MARTINELLI, 2005, p. 02).

Neste contexto em que autores podiam afirmar que: A “Cartografia está Morta (Graças a Deus!)” (Denis WOOD, 1993). Essa visão adentrou a Geografia Brasileira, a entrada se deu principalmente a Geografia Universitária e/ou Escolar (LACOSTE, 2005 [1985]), que no início da década de 1970 assumiu o método materialista histórico dialético como método da Geografia Crítica.

No início dos anos 1970, surge então a Geografia crítica e com ela abre-se as portas da abordagem crítica do mapa, a partir da necessidade de se criar uma Cartografia crítica que rejeitasse a neutralidade dos mapas, e, para que tivesse explícito o caráter político da elaboração cartográfica, era necessário representar um discurso diferente dos apreendidos anteriormente, não simplesmente ignorar.

⁷⁰ Em 1959 aconteceu a Fundação da Associação Cartográfica Internacional.

Já a *Cartografia*, enquanto ciência que *produz os mapas*, se apoiou na perspectiva da comunicação, derivando dos sistemas de linguagem verbal, em que a língua é a fala, e da linguagem visual, a partir da qual um código emite uma mensagem. A *Geografia* usa o *mapa* como mais uma das ferramentas de análise do espaço geográfico. Para a Geografia o mapa é um meio, diferente da Cartografia, cujo o mapa é o fim e, busca-se a representação fidedigna do espaço (Eduardo GIRARDI, 2008).

Para recuperar o mapa como ferramenta de análise geográfica era necessário contestar a Cartografia e surge, então, epistemologias alternativas baseadas mais na teoria social do que no positivismo científico. Segundo Pinder (1996), esse momento é marcado principalmente por duas estratégias de se opor às representações cartográficas dominantes. A primeira é a rejeição total de qualquer tipo de mapa, o que resultará na criação de outras formas de ver e experimentar o espaço. A segunda é a utilização do próprio método cartográfico para pensar os mapas existentes “re-usados, refeitos, (re)virados ou rompidos para abrir novas possibilidades sociais e políticas” (Pinder, 1996, p.406 apud Jörn SEEMANN, 2012). Na segunda alternativa, os principais protagonistas foram Yves Lacoste (1985) e Brian Harley (1989) (Eduardo GIRARDI, 2008).

Yves Lacoste (2005 [1985]) é considerado um dos precursores da corrente crítica geográfica, na França. Ele deixa claro em sua obra que é necessário explicitar este caráter estratégico da Geografia e ensiná-lo na escola. Para ele há duas Geografias no momento – “geografia dos Estados maiores” e “geografia dos professores”, a primeira é fruto da consciência da dominação exercida pelo Estado e pelas empresas através do conhecimento geográfico, já a segunda, a Geografia dos Professores (ou Geografia Universitária), se dedica aos estudos dos mapas como linguagem geográfica, segundo ele: “Vai-se à escola para aprender a ler, a escrever e a contar. Por que não para aprender a ler uma carta?” (LACOSTE, 2005 [1985], p.55)

John Brian Harley (1932-1991) publica obras relevantes para pensar o mapa, e os definem como “um árbitro silencioso do poder” (HARLEY, 1989, p.13). O autor propõe a Desconstrução, como análise do discurso em geral. Para ele, a desconstrução dos mapas demanda uma leitura mais fechada e profunda do texto cartográfico do que tem sido a prática geral, tanto na Cartografia como na história da Cartografia. Pode ser considerada como uma busca de significados alternativos.

Desconstrução nos obriga a ler as entrelinhas do mapa - “nas margens do texto”- e através disso *descobrir os silêncios* e contradições que desafiam a aparente honestidade da imagem. Começamos a entender como os mapas são uma “construção social do mundo expressa pelo meio da cartografia” e, tal como outros documentos, eles também “reescrevem o mundo em termos de relações e práticas de poder, preferências e prioridades culturais” (HARLEY, 1989, p. 61). Assim, é possível afirmar que a desconstrução pode servir para três funções:

- a) *permite mudar o mito epistemológico da ciência progressiva e objetiva que produz cada vez melhores delimitações da realidade;*
- b) *permite redefinir a importância histórica dos mapas;*
- c) *permite que a história do mapa tome um lugar mais completo no estudo interdisciplinar do texto e do conhecimento*

Pela leitura desconstrucionista começam a surgir outros estudos sobre o potencial de verdade e de ideologias em mapas, como por exemplo Mark Monmonier, ao publicar a obra *How to lie with mapas*, em 1991, e nos ajuda a compreender que impreterivelmente todo mapa mente. Segundo o autor (2018 [1991]), existem três origens de “mentiras” do mapa: a “mentira necessária”, intrínseca às limitações técnicas, como a representação do tridimensional em um plano bidimensional; a “mentira com finalidades políticas”, quando há intencionalidade; a “mentira por erro do mapeador⁷¹”, agravada com o advento dos sistemas informatizados de elaboração cartográfica.

Jeremy Black (2000 [1989]) também contribui com a visão de mentiras empregadas nos mapas através do poder dos mapas em transformar imagens com verdades absolutas, naturalizadas. O Black deixa claro que mapear é criar, decidir o que mostrar, como mostrar e o que omitir.

Na Geografia brasileira temos como referência basilar sobre os mapas geográficos e a Cartografia temática o professor Marcello Martinelli, que desde a década de 1980 tem

⁷¹ Para compreender melhor recomendo o artigo de Patrícia MATSUMOTO, Rafael de CATÃO, Raul GUIMARÃES, intitulado: MENTIRAS COM MAPAS NA GEOGRAFIA DA SAÚDE: MÉTODOS DE CLASSIFICAÇÃO E O CASO DA BASE DE DADOS DE LVA DO SINAN E DO CVE. Publicado em 2017 na *Hygeia - Revista Brasileira de Geografia Médica e da Saúde*, v. 13, n. 26, p. 211–225, 2017. DOI: 10.14393/Hygeia132618.

se dedicado a produzir conhecimentos sobre o potencial dos mapas, dos gráficos e das redes para a Geografia. Martinelli defendeu sua tese de livre docência ainda antes da virada do milênio, em 1999, e nesse momento já defendia que os mapas temáticos eram as representações gráficas da Geografia.

Não posso deixar de comentar as produções de **mulheres geógrafas**, que pela postura crítica, têm feito avançar o debate da Cartografia Geográfica Brasileira e fizeram avançar a Cartografia Escolar, desde a década de 1970. As mulheres nunca são suficientemente lembradas e/ou citadas nas obras fazem referência à Cartografia por trabalharem com temas ligados à licenciatura, a didática, a formação de professoras e o cuidado do aprendizado de crianças pelos mapas. Suas obras e produções foram esquecidas, vistas como menos relevantes, por falar da educação cartográfica. Falar de educação era visto como “tarefa de mulher”, menos importante para a ciência masculinista que em grande maioria ignorava os mapas, por serem positivistas.

Além disso, quando essas mulheres são lembradas e citadas são invisibilizadas, pois as normas de citações brasileira fazem com que elas ficassem invisibilizadas como sujeitas, através da citação do último sobrenome, que no Brasil é herança do pai, isso faz com que frequentemente autoras sejam referenciadas como homens.

A começar pela professora Lívia de Oliveira, grande precursora do ensino geográfico pela cartografia no Brasil, que faleceu em 2021. Ela era Professora titular e emérita do Instituto de Geociências e Ciências Exatas da UNESP- Rio Claro, sua contribuição à Geografia lhe rendeu um título de Comendadora conferido pela Sociedade Brasileira de Cartografia, além de ter recebido medalha da União Geográfica Internacional. A tese de livre-docência, “Estudo metodológico e cognitivo do mapa”, se tornou livro em 1978 e uma grande referência para a Cartografia Escolar, no Brasil e no Mundo. O conceito de percepção do espaço em Jean Piaget a levou à percepção geográfica, em que defendia que *é necessário transformar a orientação corporal para a orientação espacial para iniciar os mapas com as crianças*.

Outro destaque na Cartografia escolar é a Professora Rosângela Doin de Almeida, que em suas pesquisas questiona: quais os mapas dos adultos? Existe mapas para crianças? Ao longo de suas obras e publicações ela vem contribuindo para a didática da Geografia e para a formação de professoras e professores. Defendeu sua tese de Doutorado em

Geografia (1994) com o seguinte tema: “Uma proposta metodológica para a compreensão de mapas geográficos”. Apesar de pouco citada nas obras sobre mapas e Geografia, ela foi reconhecida em 2007 pela Ordem do Mérito Cartográfico grau de Cavaleiro da Sociedade Brasileira de Cartografia, assim como Livia Oliveira anteriormente.

As pesquisas da Geógrafa Rosely Archela são bons exemplos na linha da Geografia Crítica que trabalha com a Cartografia geográfica, a partir das ideias de desconstrução de mapas, as quais foram imbuídas na construção do pensamento geográfico dos anos 1990 e 2000. Em sua dissertação de mestrado, publicada em 1993, a autora elenca o mapa como Instrumento de Comunicação e Pesquisa. E por anos a fio dedica-se a construir e compreender a história da Geografia através do desenvolvimento da Cartografia Brasileira, bem como dedica-se a compreender as contribuições e aprimoramento de comunicação cartográfica e da visualização geográfica (Rosely ARCHELA, 2001).

Outra Geógrafa que merece destaque é a professora Neli Aparecida de Mello-Théry, que faleceu durante essa pesquisa no ano de 2021, e por toda a sua vida usou os mapas como ferramentas para o raciocínio da mudança social. Neli era naturalizada na França, e ao ter contato com as teorias francesas acerca da Cartografia, principalmente de modelização, semiologia gráfica e visualização, as utilizou para analisar o Brasil em diversos temas, como Amazônia, gestão ambiental, dinâmicas territoriais, políticas ambientais e territoriais, meio ambiente e desenvolvimento sustentável, gestão urbana e ordenamento territorial, e meio ambiente e políticas internacionais. Destaco como referência a obra "Atlas do Brasil - Disparidades e Dinâmicas do Território (2005, 2008, 2018), em parceria com seu marido, o geógrafo francês Hervé Théry, que por machismo acadêmico estrutural acabou se tornando uma referência mais lembrada que ela.

Dentre as professoras e professores mais novos na linha da Geografia Crítica que trabalham com a Cartografia geográfica não posso deixar de explicitar a importância da Professora Geógrafa Gisele Girardi, que hoje atua no departamento de Geografia da Universidade Federal do Espírito Santo e teve sua formação em São Paulo. Como toda sua ativa produção, deixo como destaque o seu mestrado intitulado: “A Cartografia e os mitos: ensaio de leitura de mapas” (1997) e a sua tese de doutorado “Cartografia Geográfica: considerações críticas e proposta de ressignificação das práticas cartográficas na formação

do profissional de Geografia” (2003). Todas as suas obras e escritos foram recorridas diversas vezes na produção dessa pesquisa.

Por fim, mas não menos importante, temos a Professora Fernanda Padovesi Fonseca, que tanto em seu mestrado quanto em seu doutorado se dedicou a fazer uma leitura crítica sobre o mapa, apresentando suas potencialidades como ferramenta de análise. Com destaque para o seu doutorado intitulado “A inflexibilidade do espaço cartográfico, uma questão para a Geografia: análise das discussões sobre o papel da Cartografia” (2004) onde a autora apresenta a “crise do mapa”, apoiada principalmente nas ideias de Jacques Lévy através da compreensão da “ditadura euclidiana” presente no fundo dos mapas. Anos após sua tese a autora continuou produzindo sobre o uso do mapa, mas para o ensino de Geografia⁷².

A partir da contribuição dessas autoras brasileiras e desses autores internacionais foi possível, assim, avançar na teoria acerca dos mapas na Geografia, mas a teoria não basta para a mudança social. Fazia-se necessário avançar nas metodologias, mas, principalmente, na prática empreendida com os usos dos mapas e, inconformado com mau uso dos mapas nas análises Geográficas principalmente nos trabalhos da Geografia brasileira, o Professor Eduardo Paulon Girardi (2008) defendeu a tese de doutorado propondo uma Cartografia Geográfica Crítica (CGC). Segundo Eduardo Girardi (2008) a CGC é uma *práxis* cartográfica que compreende simultaneamente *teoria, método e técnica*. A CGC é crítica por duas razões: por adotar a teoria crítica do mapa, que contesta a compreensão positivista tradicional e ter como referência os fundamentos da Geografia Crítica, e, por isso, prever que o mapeamento enfatize a análise das *desigualdades sociais*. Sua tese muito me fez avançar na proposta de produção dos mapas feministas desta tese.

Porém, as desigualdades sociais não podem ser voltadas à compreensão central da divisão classista do sistema capitalista, proposto por estes tantos autores e autoras como única estrutura de dominação-opressão e exploração. É urgente e necessário avançar na CGC, evidenciando as desigualdades sociais frutos do sistema patriarcal, nesses pressupostos tem surgido as Cartografias feministas.

⁷² Para saber mais veja o livro: FONSECA, Fernanda Padovesi; OLIVA, Jaime. **Cartografia**. Editora Melhoramentos, 2013.

Visualização Geográfica como prática de investigação Feminista

Nas premissas da visualização geográfica, advindo do avanço crítico produzido pela nova história da Cartografia, todo mapa é feito para análise, deve romper “os mapas para poucas pessoas e deve estar disponíveis a um amplo público, tem que necessariamente transmitir uma mensagem (Alan MACEACHREN; John GANTER, 1990).

Segundo MacEachren (1992) a origem da visualização geográfica se deu com os métodos de Cartografia temática desenvolvidos no século XVIII, a partir do uso das representações visuais corretas em papel para tornar contextos e problemas sociais visíveis. Porém, a visualização Geográfica vai além da visualização cartográfica, incorpora gráficos, tabelas, imagens e sons, além dos mapas.

Tantos os mapas quanto os gráficos são ferramentas de reflexão e, também são meios de comunicação poderosos. Precisam registrar os dados, organizar, representar e comunicar visualmente os principais resultados. Segundo Marcello Martinelli, os mapas e gráficos “[...] devem dirigir o discurso, e não ilustrá-lo, e revelar o que há de dizer e que decisão tomar diante do que foi descoberto” (2014, p.12).

Desta forma, a superioridade de um mapa em relação a um gráfico é a substituição da ordem numérica pela ordem geográfica, que pode ou não estar presente, pois a localização dos objetos geográficos, embora importante, não justifica por si só a Cartografia. André Libault (1975) já dizia isso ao destacar que o melhor tratamento para se eliminar imprecisões ou facilitar a conversão do subjetivo ao objetivismo, é submeter o fenômeno à prova da cartografia, afinal a realidade obriga a nós, geógrafas, a considerarem vários fenômenos que não sofrem avaliação matemática.

Assim, a visualização é parte da Cartografia (Fraser TAYLOR, 1994) e da Geografia, mas não é sinônimo das disciplinas. A visualização consiste em descobrir e gerar novas informações não visíveis através do imageamento, tanto de forma analógica quanto de forma digital (Alan MACEACHEREN e John GANTER, 1990).

Como afirma o Geógrafo Crítico Brasileiro Paulo César da Costa Gomes, as imagens para a Geografia possuem relevância especial pois “as imagens devem possuir a capacidade de mostrar aos olhos do observador aquilo que ele habitualmente olha, mas não vê” (Paulo GOMES, 2017, p. 27).

A visualização se refere, assim,” à forma como informações recebidas pelo cérebro humano são transformadas em conhecimento” (Cristhiane RAMOS, 2005, p. 34), ou seja, é um processo de apreensão do conhecimento. Visualizar refere-se à formação de uma imagem mental de um conceito abstrato, não envolve necessariamente a visão, pois a imagem mental pode ser formada por estímulos multissensoriais (DÜRSTELER, 2002 apud RAMOS, 2005). Logo, a visualização é uma habilidade humana e as ferramentas de visualização permitem que as pessoas possam focar sua atenção em padrões de informação de interesse (Alan MACEACHREN, 1994).

A visualização científica surge como novo paradigma da ciência contemporânea e refere-se aos processos de investigação através do *pensamento visual*. Mediante a facilidade de manipulação de dados propiciada pela tecnologia na elaboração de artifícios gráficos (mapas, gráficos, modelos e etc.), testes e descartes de hipóteses foram agilizados e, neste processo, produz-se conhecimentos. Evidentemente, a Cartografia ocupa lugar de destaque na visualização científica (Eduardo GIRARDI, 2008).

A visualização cartográfica é um conceito, derivado da visualização científica, que se refere à visualização espacial, em que o mapa desempenha papel preponderante. É uma forma de conceber a Cartografia e tem como grande objetivo reforçar o processo de visualização cartográfica, principalmente através do uso de tecnologia, para facilitar a apreensão de grande número de informações (Cristhiane RAMOS, 2005).

Diante do exposto, no final da década de 1980 e começo da década de 1990 surge a visualização cartográfica como um novo paradigma e possibilita “o leitor, por meio de sua exploração, estabelecer suas próprias análises e chegar a um novo conhecimento” (Cristhiane RAMOS, 2005, p.34). A Visualização Cartográfica pressupõe o uso de representações visuais concretas para tornar contextos espaciais e problemas visíveis (Alan MACEACHREN, 1992).

Diversos modelos de visualização científica foram propostos para compreender a visualização cartográfica, desde a exploração dos dados, a formulação de hipóteses até a apresentação de resultados. Afinal, o mapa possibilita o “pensamento visual” (*visual thinking*), que seria a construção de conhecimento com base na exploração dos mapas. Assim, visualização cartográfica é uma nova forma de pensar a aplicação da Cartografia como instrumento de pesquisa (Alan MACEACHREN, 1994).

A partir dos modelos de visualização, foi possível afirmar que a visualização cartográfica (re)aproximou o mapa da Geografia por potencializar sua característica analítica e investigativa sobre os fenômenos geográficos; é um avanço em relação à comunicação cartográfica e à semiologia gráfica (mas inclui seus elementos) (Eduardo GIRARDI, 2008).

Por sua vez, a *semiologia gráfica* é um conjunto de regras que permite o melhor uso de elementos gráficos para a elaboração mais eficaz de gráficos, diagramas e mapas. O trabalho seminal é de Jacques Bertin (1973), cuja a teoria da semiologia elaborada por ele tem como base a forma como o sistema visual humano percebe as informações gráficas e as organiza, o que permite, com sua utilização, melhor comunicação das informações representadas graficamente. Com a semiologia gráfica, os gráficos e mapas começam utilizado como instrumento de análise e não como uma ilustração (UNWIN, 1994 apud Cristhiane Ramos, 2005, p. 45), passam a ser compreendido como um conjunto de signos.

Um dos postulados de Jacques Bertin é que a construção gráfica (gráficos e mapas) é monossêmica, diferente de elaborações gráficas como a fotografia, a pintura, a publicidade. No sistema monossêmico o significado de cada signo é conhecido *a priori* pela observação do conjunto de signos, o que não permite lacunas para interpretações dúbias sobre o que determinado signo representa. A monossemita permite que a leitura dos signos seja padronizada para toda as pessoas, a legenda é o elemento responsável pela padronização do significado de cada signo.

Segundo Fernand Joly (2005) os mapas apresentam qualidades e limites, as quais podem ser analisadas por cinco tópicos: 1.Precisão; 2.Qualidades didáticas e legibilidade; 3.Eficácia; 4.Limites de percepção e níveis de leitura; 5.Medidas dos mapas e incertezas.

O mapa temático representa qualquer tema Geográfico (André LIBAULT, 1975), tem como limite a precisão e medições, em contraponto as qualidades preponderantes, as quais são a eficácia e leitura facilitada do fenômeno (Fernand JOLY, 2005). Essas qualidades são construídas a partir de símbolos gráficos, especialmente planejados para facilitar a compreensão de diferenças quantitativas e qualitativas dos dados representados (Jacques BERTIN, 1973 [1962]). Assim sendo, o processo de visualização com uso de mapas temáticos pressupõe: 1. Manipulação de dados; 2. Geração de produtos básicos; 3. Elaboração de

hipóteses “espaciais”. 4. Correlações; 5. Comprovação ou descarte de hipóteses.; 6. Produção de conhecimentos novos.

Desde a década de 1980 e começo da década de 1990, as críticas feministas à produção de conhecimento em ciência Geográfica, Cartográfica, e, conseqüentemente, a utilização de Sistemas de Informação Geográfica (SIG) têm colocando em “xeque” os produtos do sujeito mapeador, frutos do privilégio masculinista.

A partir da década de 2000, começam a ser publicados artigos sobre **Cartografia feminista** sob essa nomenclatura, pautando o uso dos Sistemas de Informação Geográfica (SIG) como ferramentas que podem proporcionar a visualização geográfica com pressupostos feminista. A teoria crítica ao mapa abre as portas para o surgimento da Cartografia Feminista. Assim, começam a surgir mapas que possibilitam a visualização de poder como perspectiva.

Os textos seminais desse momento são da feminista e geógrafa Mei-Po Kwan em 2002 intitulados “*Is GIS for women? Reflections on the critical discourse in the 1990s*” e “*Feminist visualization: Re-envisioning GIS as a method in feminist geographic research*”. Com base nestes artigos, a autora definiu que o SIG é usado como propósito de entender a experiência de gênero de indivíduos através de múltiplos eixos de diferença, e não descobrir a verdade universal ou gerar generalizações em forma de leis sobre o mundo.

Com os anos surgem mais publicações, como as de Marianne Pavlovskaya (2004, 2006, 2020) Knigge, La Dona e Cope Megan (2006), Sarah Elwood (2008), Sara McLafferty (2002), a partir das quais aprofunda-se a discussão sobre a importância de usar métodos mistos não só como forma representacional, mas também como formas integradas e mais completas com uso de dados quantitativos e qualitativos, o que demonstram como o SIG pode ser reajustado de maneiras que o permitam representar perspectivas do mundo situadas corporificadas. Juntas essas mulheres começam a formar a base da literatura feminista sobre o SIG e sobre a visualização feminista.

Não há dúvidas que as Cartografias feministas, através das discussões sobre a desconstrução dos mapas e as leituras críticas da Geografia de gênero e das geografias feministas, têm reaproximado o mapa da produção de saber geográfico ético feminista (Diana LAN, 2019, Selene YANG, 2021). Afinal,

“O fortalecimento de teorias feministas, queer e étnicas foi criada uma plataforma teórica diversificada que permitiu a reaproximação entre o mapa e a geografia. Essa nova situação abriu o caminho para fazer o segundo passo na crítica cartográfica que ainda está faltando na geografia brasileira: a elaboração de práticas que mostrariam essa “nova cartografia” em ação (Jörn SEEMANN, 2012, p.145).

A partir da segunda década do século XXI a Cartografia feminista começa a ser desenvolvida com mais evidência na Geografia latino-americana, a partir da necessidade posta da violência contra a mulher, especificamente sobre o feminicídio

La cartografía de la violencia contra las mujeres fue siempre una preocupación, para visibilizar desde las geografías feministas las violencias vividas como una opción política, que espacializara la defensa por la igualdad de derechos de las mujeres y las disidencias sexuales. [...] Los mapas tienen el potencial de visibilizar las realidades de los territorios en aquellos casos donde la casuística parece que no es lo suficientemente amplia como para poder establecer generalidade (Diana LAN, 2019, p.01).

Diversos são os trabalhos acerca do feminicídio na América Latina que se utilizam de Sistemas de Informação Geográfica para denunciar o silêncio do Estado sobre essas mortes, como por exemplo os trabalhos de mapeamento Angélica Lucía Damian Bernal (2010, 2013), que tiveram impacto direto nas legislações do México sobre o assassinato de mulheres, principalmente sua tese de doutorado “*El proceso de la producción de un espacio libre de violencia para las Mujeres em Naucalpan, Estado de México, 2010-2014*” (2016).

A Geógrafa Selene Yang, em abril de 2021, publicou os resultados da sua pesquisa de doutorado em formato de livro, chamado “Feminismo, ética e dados geoespaciais”. Neste livro a Geógrafa feminista defende que: “A cartografia feminista veio expor a crítica desde *status quo* sobre o uso do espaço e a constituição do poder através do mesmo” (p.06) e “o futuro da cartografia ética terá que ter uma perspectiva feminista, e assim disputar politicamente as representações do espaço, e que assim se incluam uns aos outros” (YANG, 2021,p.31).

Com o avanço das teorias críticas acerca da história das Cartografias, passamos a compreender como os mapas são uma “construção social do mundo expressa pelo meio da cartografia” e, tal como outros documentos, eles também “reescrevem o mundo em

termos de relações e práticas de poder, preferências e prioridades culturais” (John HARLEY, 1989, p. 61). Portanto, com as Geografias Feministas, principalmente anglo-saxãs, passamos a reaprender sobre os mapas, os quais se configuraram como síntese de um saber socialmente construído pelos homens, nos quais as mulheres foram excluídas tanto das histórias oficiais de produção quanto como objetos de pesquisa (Marianna PAVLOVSKAYA e Kevin MARTIN, 2007).

Hoje é possível compreender que a Cartografia não serve apenas “para fazer a guerra”, aliada ao pensamento Geográfico Crítico, antirracista e Feminista, ela também pode ser um recurso de subversão e uma ferramenta essencial para a construção da cidadania (Jörn SEEMANN, 2012). Assim,

“subverter a cartografia [...] implica não apenas tentativas de subverter mapas e convenções cartográficas existentes, mas também de produzir outros mapas e formas subversivas da cartografia” (Pinder, 1996, p.406, apud Jörn SEEMANN, 2012, p.41).

Com as Cartografias feministas os mapas ganham sentido e, cada vez mais têm demonstrado seu poder enquanto uma ferramenta produtora de discursos feministas, para disputar as nas narrativas do o espaço público – real e virtual. O mapa dos feminicídios do México⁷³, produzido pela Geógrafa María Salguero com dados desde 2016 até o ano de 2020, apresentava até o dia 23 de janeiro de 2023, 2.198.599 visualizações e é um grande exemplo de como um mapa pode chamar atenção para a morte de mulheres. Diversos coletivos feministas de mulheres geógrafas começaram a se formar e se utilizar dos mapeamentos colaborativos para visibilizar as violências contra as mulheres nos últimos anos. Como por exemplo: coletivo Geochicas⁷⁴, Colectivo Geobrujas⁷⁵, Asociación de Geógrafas Feministas de Chile⁷⁶, Rede Trans Brasil ⁷⁷.

Para terminar a explanação teórica dois pontos merecem destaque. Primeiro, torna-se perceptível que com a utilização do SIG, principalmente por militantes sem formação cartográfica, que os mapas produzidos pelos coletivos de mulheres aparecerem

⁷³ [Feminicidios en México - Google My Maps](#)

⁷⁴ [Geochicas – Colectivo de mapeadoras feministas](#)

⁷⁵ [GeoBrujas \(@geobrujas\) • Fotos e vídeos do Instagram](#)

⁷⁶ [Geógrafas Chile – Asociación De Geógrafas Feministas \(geografaschile.cl\)](#)

⁷⁷ [Mapa 2022 - Assassinatos de pessoas trans na América Latina e Caribe - Google My Maps](#)

com a arte, e a “[...] difusão das cartografias feministas retoma a expressão artística que havia sido retirada da cartografia em nome da objetividade científica, que as cartografias críticas já vêm recuperando” (Manuela SILVEIRA, 2021, p. 09). Segundo ponto é que os mapas feministas em diferentes lugares da América Latina “tem conseguido levar a discussão a uma esfera de aplicabilidade, colaborativa, participativa enraizada em seus território” (Selenia YANG, 2021, p.33).

Apesar de toda essa reconstrução da construção dos mapas com o pensamento geográfico e a consolidação da Cartografia, algumas questões ainda ficam em aberto:

O que faz uma Cartografia ser feminista?
Qual o objetivo da Cartografia feminista?
Qual o público alvo?

Estas são as questões que eu não tenho a pretensão de responder sozinha, mas como um movimento em comum com as geógrafas feministas latino-americanas. Acredito que os mapas são hoje, para o movimento feminista, uma ferramenta fruto do espírito do nosso tempo- *Zeitgeist*- pois, proporciona o estudo profundo do presente através do conjunto intelectual e cultural do mundo definidor das décadas.

Os mapas feministas

Mapas feministas é um projeto de divulgação científica militante, que visa produzir e divulgar mapas e análises feministas interseccionais. O projeto começou em 2021 com o lançamento do site www.mapasfeministas.com.br⁷⁸ e se consolidou em 2023 com uma página no Instagram.

Os mapas produzidos para a tese e para o site www.mapasfeministas.com.br foram produzidos em formato de denúncia e de análise em Geografia, expondo violências interseccionadas que mulheres sofrem através de mapas temáticos, pensados para “ser capaz de dar conta de explicar o visível pelo invisível, vice e versa, o invisível, entrelaçando

⁷⁸ O domínio do site é pago pela autora, custa R\$40,00 por ano e está alocado nos sites google.

o visto e o dito dialeticamente” (Ruy MOREIRA, 1999, p.20), principalmente no tocante as violências feminicidas (Rita SEGATO, 2012).

A ideia de criar um site e disponibilizar os mapas produzidos ao longo desta pesquisa e, também, de outras que trataram especificamente de violências contra as mulheres nas redes sociais, surgiu a partir da necessidade exposta por diversas mulheres acadêmicas, pelos movimentos feministas e pelo poder público que tinham tomado conhecimento dos mapas através dos eventos que participei. As pessoas queriam usar os mapas que eram apresentados nos eventos e, para isso, era necessário criar um espaço para acessá-los.

Figura 9-Página inicial do site Mapas Feministas



Fonte: Autora, 2021. Disponível em: <https://www.mapasfeministas.com.br>.

Desta forma, o site foi inspirado no site [Atlas da Questão Agrária Brasileira \(atlasbrasilagrario.com.br\)](http://atlasbrasilagrario.com.br) criado pelo Geógrafo Eduardo Girardi⁷⁹ como resultado da sua tese de doutorado em março de 2008 e que exerce a anos o papel de divulgação científica.

Afinal, o mapa é um objeto-símbolo, fruto do desejo e este desejo costuma incidir justamente naquilo que nos falta (Giseli GIRARDI, 2009). É uma peça comunicativa, é linguagem (Fernanda FONSECA e Jaime OLIVA, 2013) e são uma “construção social do mundo expressa pelo meio da cartografia” e, tal como outros documentos, eles também “reescrevem o mundo em termos de relações e práticas de poder, preferências e prioridades culturais” (John HARLEY, 1989, p. 61).

Outro ponto incentivador para criar o site foi a minha experiência docente na disciplina de Geocartografia, tanto como estagiária em 2020, como docente em 2021 e em 2022. Essa disciplina é ofertada ao terceiro ano da licenciatura e bacharelado da Geografia na Faculdade de Ciência e da Tecnologia da Universidade Estadual Paulista (FCT/UNESP), e em sua ementa apresenta alguns objetivos, como:

1. Compreender a natureza dos mapas e da Cartografia geográfica para a pesquisa e para o ensino de Geografia;
2. Entender os fundamentos da semiologia gráfica, da visualização cartográfica, da modelização gráfica e da cartografia social;
3. Elaborar mapas utilizando os fundamentos e técnicas da semiologia gráfica, da visualização cartográfica e da modelização gráfica;

Por meio do ensino e aprendizagem de Geocartografia foi possível me aprofundar na potência dos mapas e dos gráficos e compreender o mau uso e o péssimo ensino destes. Segundo os dados do Indicador de Alfabetismo Funcional (INAF, 2018)⁸⁰ **APENAS 12% das/es/os brasileiras/es/os** entre 15 e 64 anos atingiram o nível Proficiente de alfabetização, revelando **domínio das habilidades** descritas para essa classificação como **interpretação de tabelas, gráficos e mapas** envolvendo mais de duas variáveis e resolução de situações-

⁷⁹ O autor do site foi meu professor na graduação com diferentes disciplinas sobre cartografia e me incentivou a criar o site.

⁸⁰ [Alfabetismo no Brasil | Inaf \(alfabetismofuncional.org.br\)](http://alfabetismo.no.brasil|Inaf(alfabetismofuncional.org.br))

problema de contextos diversos. As pessoas têm muita dificuldade em usar o mapa (essa dificuldade era perceptível na sala da aula e, também, nas reuniões de articulação da Casa Abrigo).

Ao montar as aulas da disciplina foi difícil encontrar mapas que respeitassem o estudo acumulado da Geografia e da Cartografia, principalmente mapas que respeitassem os preceitos básicos de Cartografia temática, como as regras básicas semiologia e visualização cartográfica. A dificuldade era ainda maior em encontrar os mapas que tratassem especificamente de mulheres e tornava-se quase intransponível quando eu buscava mapas e gráficos que representassem os fenômenos que afetam mulheres não brancas ou pessoas transsexuais, ao ponto que se eu quisesse trabalhar com feminismo na aula de Geocartografia eu precisava elaborar e ensinar as/es/os discentes a elaborar os seus próprios mapas.

Foto 21- Aula de Geocartografia com mapas feministas, 13 de janeiro de 2023.



Fonte: acervo pessoal da autora, 2023.

Logo, todos os mapas presentes no site até o momento, são resultados de pesquisa ou de material didático utilizado em sala de aula. Todos eles fazem referências às **Escala de Mensuração**, que são pontos de partida na caracterização da linguagem cartográfica, que seriam as Escalas das propriedades dos objetos e/ou fenômenos. Esta classificação é ditada pela natureza dos dados nas variáveis selecionadas para o mapeamento.

Existem 3 relações fundamentais que os mapas produzidos para o site e, principalmente, nesta tese apresentam: diversidade, ordem, proporcionalidade. Assim temos as quatro representações mais comuns:

1- **Representações qualitativas** expressam a existência, localização e extensão das ocorrências. Mostram a diversidade dos atributos a partir da Variável visual que permita a seletividade; (linha, ponto ou área). São representação exaustiva (o que há em tal lugar?) ou podem vir em coleção de mapas, representando cada mapa uma variável ou atributo (onde está? qual agrupamento?). Os mapas mais comuns para a variáveis qualitativas foram os **mapas corocromáticos**, pois “apresentam dados geográficos e utilizam diferenças de cor na implantação zonal. Mostrar diferenças nominais em dados qualitativos, sem que haja ordem ou hierarquia” (ARCHELA E THÉRY, 2008, P. 23).

2- **Representações quantitativas:** quantidades ou contagens acerca do fenômeno, os valores numéricos expressam a relação de proporcionalidade entre conteúdo e lugares por linha, ponto ou área. Os mapas mais comuns para a variáveis qualitativas foram **os mapas de símbolos pontuais nominais**, pois leva em conta os dados absolutos, que são localizados como pontos e utiliza como variável visual a forma. A disposição dos pontos nesse tipo de mapa cria uma regionalização do espaço formada especificamente pela presença e ou ausência da informação (ARCHELA E THÉRY, 2008).

3- **Representações ordenadas:** indicadas quando os fenômenos admitem classificação de uma ordem, por linha, ponto ou área (onde estão os maiores? onde estão os principais?). Aqui, mapas de **símbolos proporcionais** foram os mais comuns, pois representam melhor os fenômenos quantitativos e constituem-se num dos métodos mais empregados na construção de mapas com implantação pontual. Esses mapas são utilizados para representar dados absolutos Outra forma de mapeamento utilizado foram os **mapas coropléticos**, pois são indicados para mapear dados quantitativos relativos e ordenados através do matiz dos mapas através do brilho variável, o qual

permite a indução do olho humano a classificar os tons mais claros e mais escuros, permitindo o ordenamento espacial por hierarquia (Marcelo MARTINELLI, 1991).

4- Os **Mapas de síntese**, também conhecidos como mapas sinóticos, também foram utilizados nesta tese e neste projeto de divulgação científica, mas em menor quantidade, porque é mais complexo e exige profundo conhecimento técnico dos assuntos a serem mapeados. Representam o mapeamento da integração de fenômenos, feições, fatos ou acontecimentos que se interligam na distribuição espacial. Esses mapas permitem que se estabeleçam estudos conclusivos sobre a integração e interligação dos fenômenos através de dados qualitativos, quantitativos e ordenados. Segundo Eduardo Girardi (2008, p.83).

Eu esperava que os mapas e os gráficos produzidos, através da perspectiva da Cartografia feminista crítica que está em desenvolvimento, pudessem ser úteis para alfabetização cartográfica como instrumentos de análise e estudo, e, principalmente, fossem usados nas reivindicações dos movimentos sociais que lutam pela vida das mulheres, como documentos poderosos na reversão do contexto cis-heteropatriarcal e racista da América Latina- nossa Abya Yala.

A repercussão foi gigantesca, muito maior do que eu imaginava. A rede social Instagram foi criada recentemente, em 26 de janeiro de 2023 e até o dia 23 de outubro deste ano a página contava com 315 seguidores.

O site teve acesso de 18 países até o dia 14 de fevereiro de 2023, sendo estes por ordem de acesso: Estados Unidos, Brasil, Irlanda, Suécia, Alemanha, México, Portugal, Espanha, Argentina, Reino Unido, Chile, Costa Rica, Colômbia, Croácia, França, Irã, Itália, Quênia. Das pessoas que acessaram o site ao longo dos anos a maioria é proveniente de locais que falam inglês (935 acessos), seguido de português (328), espanhol (16).

Ao todo foram 145 cidades⁸¹ com acesso ao site, as 10 cidades com o maior número de acessos ao site "Mapas Feministas": Forest City, localizada nos Estados Unidos, há 241 usuários ativos; Dublin, na Irlanda, registra 188 usuários; Prineville, também nos Estados Unidos, conta com 170 usuários; Lulea, situada na Suécia, abriga 114 usuários; Ashburn, nos Estados Unidos, mantém uma comunidade de 89 usuários; Altoona, também nos Estados Unidos, possui 64 usuários, e Presidente Prudente, no Brasil, está conectada com 58 usuários. Essa diversidade geográfica reflete a amplitude do site.

⁸¹ Existem 30 acessos que não tem identificação de localização

As cores

As cores roxo, verde, e laranja têm uma forte ressonância emocional para mim e para muitas mulheres feministas. Historicamente as cores roxo, branco e verde são usadas como táticas de luta feminista, como forma de apelo visual, por isso essas cores fazem parte da construção dos mapas da tese em tela, bem como do site *mapas feministas*- fruto desta pesquisa.

A utilização das cores roxo, branco e verde são ligadas às estratégias de luta do movimento sufragista inglês desde 1908, principalmente pelo movimento *Woman's Social and Political Union* (WSPU), liderado pela Emmeline Pankhurst.

Figura 10- Bandeira do Woman's Social and Political Union



Fonte: UK Parlamento. Disponível em: <https://www.parliament.uk/about/living-heritage/transformingsociety/electionsvoting/womenvote/parliamentary-collections/collections-suffragettes/flag/>.

A utilização dessas cores é explicitada por Emmeline Pankhursts no jornal semanal do movimento, intitulado *Votes for Women*, onde escreveu: “Roxo... representa o sangue real que corre nas veias de cada sufragista... branco representa pureza na vida privada e pública... verde é a cor da esperança e o emblema da primavera⁸²”

⁸² No original: “Purple ... stands for the royal blood that flows in the veins of every suffragette ... white stands for purity in private and public life ... green is the colour of hope and the emblem of spring.” Essa definição pode ser encontrada no site da biblioteca da University College London, disponível em: <https://www.ucl.ac.uk/library/exhibitions/dangers-and-delusions/votes-for-women>.

O roxo é uma cor secundária e suas tonalidades são resultantes da mistura das cores primárias azul e da cor rosa. Existem alguns consensos de que, nos anos 60, o movimento de mulheres brancas recupera a cor roxa, visando a crítica a esse binarismo que representa o uso das cores- meninos usam azul e meninas usam rosa.

O branco, na simbologia das cores, representa a “pureza”, a “limpeza” e, principalmente a paz. Essa cor não é mais tão presente como antes nas manifestações feministas que foram ressignificadas- ainda bem- em seus simbolismo, principalmente através das críticas a branquitude, realizada principalmente pelos movimentos de mulheres negras, mas faz-se importante ressaltar que o branco já foi utilizado diversas vezes pelo movimento feminista mundial, a exemplo do movimento das mães, hoje também avós, que buscam seus filhos e filhas desaparecidos desde a época da Ditadura da Argentina, conhecido como o movimento das *Madres de Plaza de Mayo*, que usam os lenços (*pañuelos*) brancos na cabeça.

Foto 22.-Madre de Plaza de Mayo e filha reivindicando a aparição com vida de um dos mais de 30 mil desaparecidos da ditadura Argentina em 1982.



Foto: Adriana Lestido. Disponível em

<https://www.bellasartes.gob.ar/coleccion/obra/11967/>.

A escolha do verde é um resgate das cores feministas, a “esperança” de um mundo mais justo e está diretamente relacionada com a pauta atual da legalização do aborto presente no feminismo latino e, também, mundial. Comecei a ter mais contato com a simbologia do verde em 2018, quando fui para a Argentina realizar um estágio de pesquisa para desenvolver minha dissertação de mestrado. Com frequência eu via pessoas, maioria jovens, com bandanas (*pañuelos*) de lutas presos em suas bolsas e até em janelas- esses símbolos de luta eram de diferentes cores. Mas, ao chegar em San Juan e em Mendoza, me deparei com uma “maré verde feminista”⁸³.

Naquele momento, o Senado da Argentina estava votando a legalização do aborto, os movimentos feministas argentinos estavam organizados de tal forma que a pauta estava posta nas ruas e marcava visualmente as lutas pelas cores, como relato em meu diário de campo:

Pelas ruas de San Juan me faço poesia. Depois de um longo inverno às árvores se recriam em cada esquina. O florescer de cada árvore seca é como um “*pañuelo en cada chica*”. Andamos pelas ruas e buscamos, nos achamos representadas em cores. Estamos juntas, como flores. Pintamos essa primavera em busca da vida: verde pelo aborto; roxo pelo fim do feminicídio e laranja pela separação do Estado e da Igreja. Pensavam que estávamos mortas pelos machistas, mostramos como a primavera é palavra feminina, reforçada pelas feministas na Argentina e, logo, em toda a América Latina (Carolina SIMON, Diário de Campo do mestrado, 30.09.2018).

Essa foi a primeira vez que me dei conta do quão importante são as cores para a luta feminista. Anterior a esse momento, somente o roxo vivia em meu imaginário como uma “cor feminista”. Ao me deparar e vivenciar as massivas manifestações feministas da Argentina extremamente coloridas, comecei a incorporar essas estratégias de uso das cores e me aprofundar no porque destes usos, tanto no meu corpo- que é um grande instrumento de política feminista, como nas páginas dessa tese. Esses lenços de luta podem ser vistos nas fotos a seguir.

⁸³ Para saber mais como o verde foi recuperado pelas argentinas, veja: https://www.lemonde.fr/en/international/article/2022/05/14/why-is-green-the-color-of-the-fight-for-abortion-rights_5983496_4.html.

Figura 11- Lenços de luta feminista da Argentina



Disponível em: <https://www.infobae.com/sociedad/2019/06/08/color-por-color-que-significan-los-24-panuelos-que-se-venden-en-las-calles-portenas/>.

Foto 23.-Manifestação feminista na cidade de Mendoza-Argentina, 2018.



Fonte: Autora- diários de campo do mestrado, dia 26 de novembro de 2018.

Foto 24.-Manifestação feminista na cidade de Presidente Prudente- Brasil, 2022.



Fonte: Coletivo Feminista Frente pela Vida das Mulheres, dia 08 de março de 2022.

Outra que aparece atualmente dentro da pauta feminista é o laranja. Como escrevo no meu diário de campo, na Argentina o laranja representa a luta pela separação dos assuntos relacionados ao Estado e a Igreja, pela consolidação de um Estado Laico. Esse debate foi aberto publicamente nas ruas a partir dos avanços da pauta dos direitos reprodutivos das mulheres e, continua em construção.

O laranja também vem sendo utilizado pela Organização das Nações Unidas, que desde 2012 lançou a campanha *UNA-SE pelo Fim da Violência contra as Mulheres*, a partir da qual proclamou o dia 25 de cada mês como Dia Laranja. Pede-se que use a cor laranja, como uma forma de expor o desejo por um mundo livre da violência contra mulheres e meninas. O dia 25- o dia laranja- busca ampliar o calendário celebrado no dia 25 de novembro - Dia Internacional pelo Fim da Violência contra as Mulheres.

Figura 12-Folder de divulgação da Campanha UNA-SE da ONU.



Fonte: ONU Mulher. Disponível: <https://www.onumulheres.org.br/areas-tematicas/fim-da-violencia-contra-as-mulheres/campanhas/unase/>.

A orientação feminista do sul

Todos os mapas produzidos são orientados para Sul e não para o Norte. Esta é uma escolha teórica e política, tendo em vista que colonização geográfica passou-se a uma dominação do poder e do saber (c). Essa compreensão é fruto do movimento decolonial que, principalmente, com a arte e os mapas têm reafirmado cada vez mais a necessidade de afirmar que *não deve haver norte em nosso Sul* (Joaquín TORRES-GARCÍA, 1944) pois, ao assumir o sul, me posiciono, pois é “[...]É a posição de quem luta para não ser apenas objeto, mas sujeito[e sujeita] também da história. (Paulo FREIRE, [1992] 2015, p.53).”

Essa ideia de valorizar a orientação do Sul em contramão do norte é exposta já em meados dos anos 40 pelo artista Uruguaio Joaquín Torres- García, em sua obra de arte que pretendia criticar a dependência histórica que foi imposta para a América Latina, numa ideia de inversão e valorização.

Figura 13-América Invertida- 1943 de Joaquín Torres-García.



Fonte: Joaquín Torres García, 1944. Disponível em: Museo Torres García, em Montevideu-URG, site www.torresgarcia.org.uy

Nas palavras do autor:

Eu disse Escola do Sul; porque na realidade, nosso norte é o sul. Não deve haver norte, para nós, mas em oposição ao nosso sul. É por isso que agora viramos o mapa de cabeça para baixo e já temos uma boa ideia da nossa posição, e não como eles querem no resto do mundo. A ponta da América, doravante, estendendo-se, aponta insistentemente para o Sul, o nosso Norte." (Joaquín Torres-García, 1944, p.08-tradução minha)⁸⁴.

A preocupação de Sulear o pensamento é timidamente presente no Brasil e surge com Marcio D'Olne Campos, que criou o termo em português em 1991, quando publicou o texto "A Arte de sulear-se". O termo ganha maior repercussão no ano seguinte, quando Paulo Freire incorpora o termo e a crítica, ao apresenta Sulear como verbo necessário para Esperançar, em sua obra 'Pedagogia da Esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido', como se pode ver Freire está em diálogo com o Campos: "Norte é Primeiro Mundo. Norte está em cima, na parte superior, assim Norte deixa "escorrer" o conhecimento que nós do hemisfério Sul 'engolimos sem conferir o contexto local" (CAMPOS, 1991, p. 59-61 apud FREIRE; [1992], 2015, p. 113).

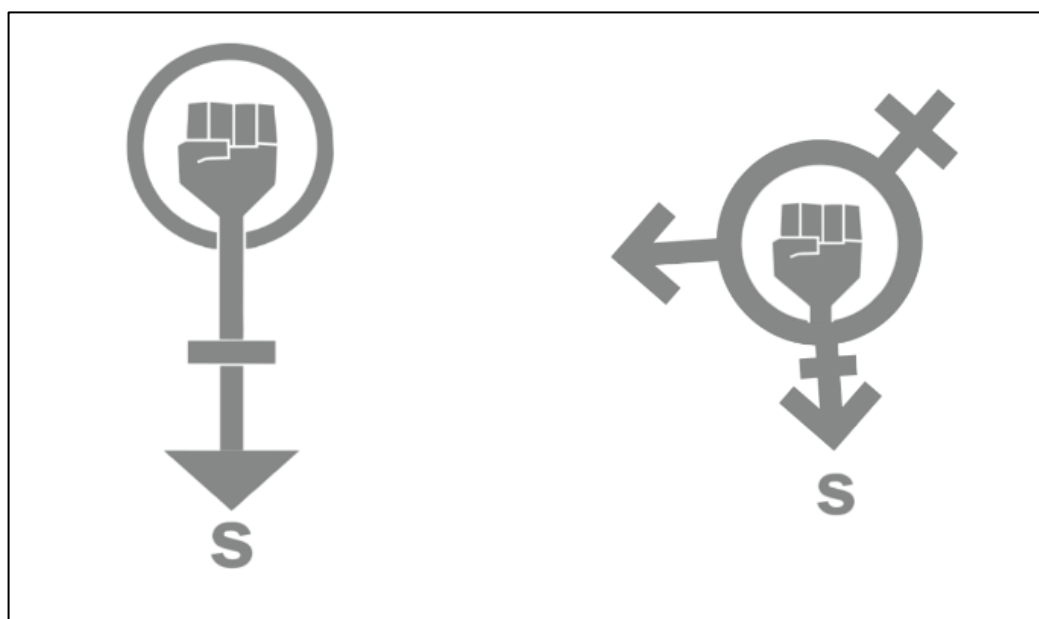
A necessidade Sulear a Geografia Feminista, em buscar formas de orientação que não sejam norteadas, é uma preocupação constantes nos trabalhos feministas, os quais foram impulsionados pelas feministas não brancas, principalmente pelas mulheres pretas e indígenas, através das análises interseccionais sobre as opressões patriarcais, capitalistas e racistas (Joseli SILVA, 2014). Desta forma, mais que uma seta para o Sul era necessário incluir elementos na orientação.

Logo, o símbolo da orientação para o sul está junto ao símbolo de vênus- que representa o feminino, historicamente usado por movimento de mulheres. Porém, temos também um pulso erguido fazendo referência aos diversos movimento revolucionários, sendo extremamente difundindo pelo movimento antirracista protagonizado pelo *Black Power* e incorporado pelo movimento feminista (Robin MORGAN, 2016).

⁸⁴ He dicho Escuela del Sur; porque en realidad, nuestro norte es el Sur. No debe haver norte, para nosotros, sino por oposición a nuestro Sur. Por eso ahora ponemos el mapa al revés, y entonces ya tenemos justa idea de nuestra posición, y no como quieren en el resto del mundo. La punta de América, desde ahora, prolongándose, señala insistentemente el Sur, nuestro norte"

Já os mapas que representam as pessoas trans tem sua orientação acrescida do símbolo elaborado pela escritora e ativista dos direitos dos transgêneros Holly Boswell em 1993, como uma forma de visibilizar não só as mulheres travestis e transsexuais mas também os homens trans.

Figura 14- A orientação feminista interseccional do sul



Fonte: a autora.

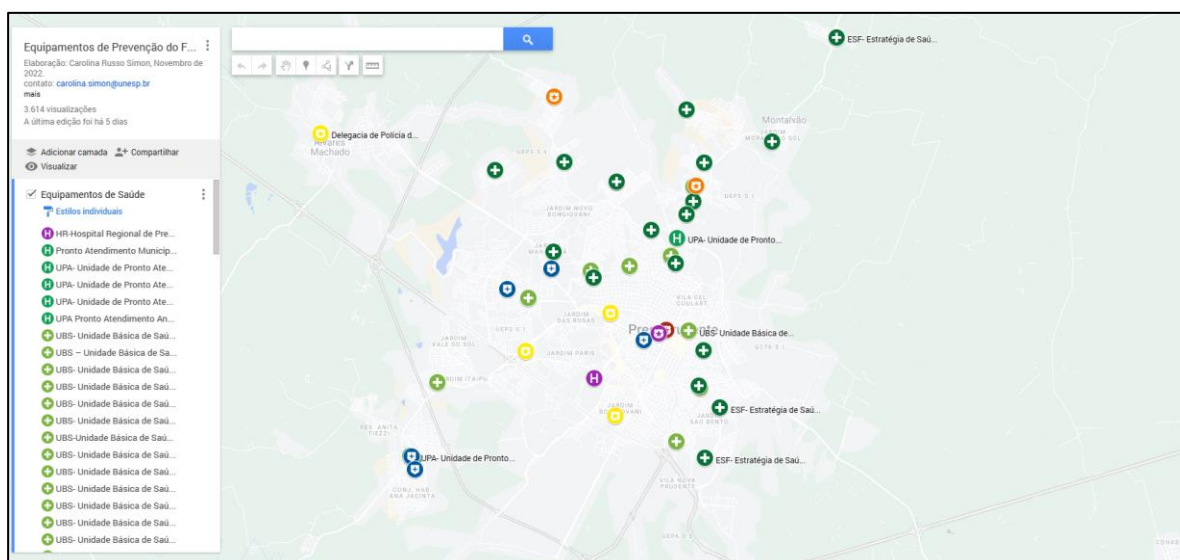
Figura 15- Ilustração da capa do capítulo três da dissertação de mestrado

A construção da orientação feminista interseccional do sul foi elaborada em conjunto com a artista Maria Frizarin, que é ilustradora, arquiteta e urbanista formada pela UNESP, para a pesquisa de mestrado e foi adaptada para ser uma marca de todos os mapas produzidos nessa tese de Doutorado.

O mapa da prevenção do Oeste Paulista

Como vimos anteriormente, a partir da participação de eventos públicos sobre o combate à violência no Oeste Paulista surgiu a demanda de localizar quais eram os principais serviços e equipamentos da cidade de Presidente Prudente- SP. Para isso, foi usada a ferramenta Google MyMaps, [Equipamentos de Prevenção do Femicídio - Google My Maps](#), para localizar os equipamentos de Saúde, de Segurança Pública, da Assistência Social e as Universidades, que compõem (ou deveriam compor) a rede de enfrentamento a violência no município.

Mapa 19- Localização dos Equipamentos de Prevenção ao Feminicídio em Presidente Prudente-SP.

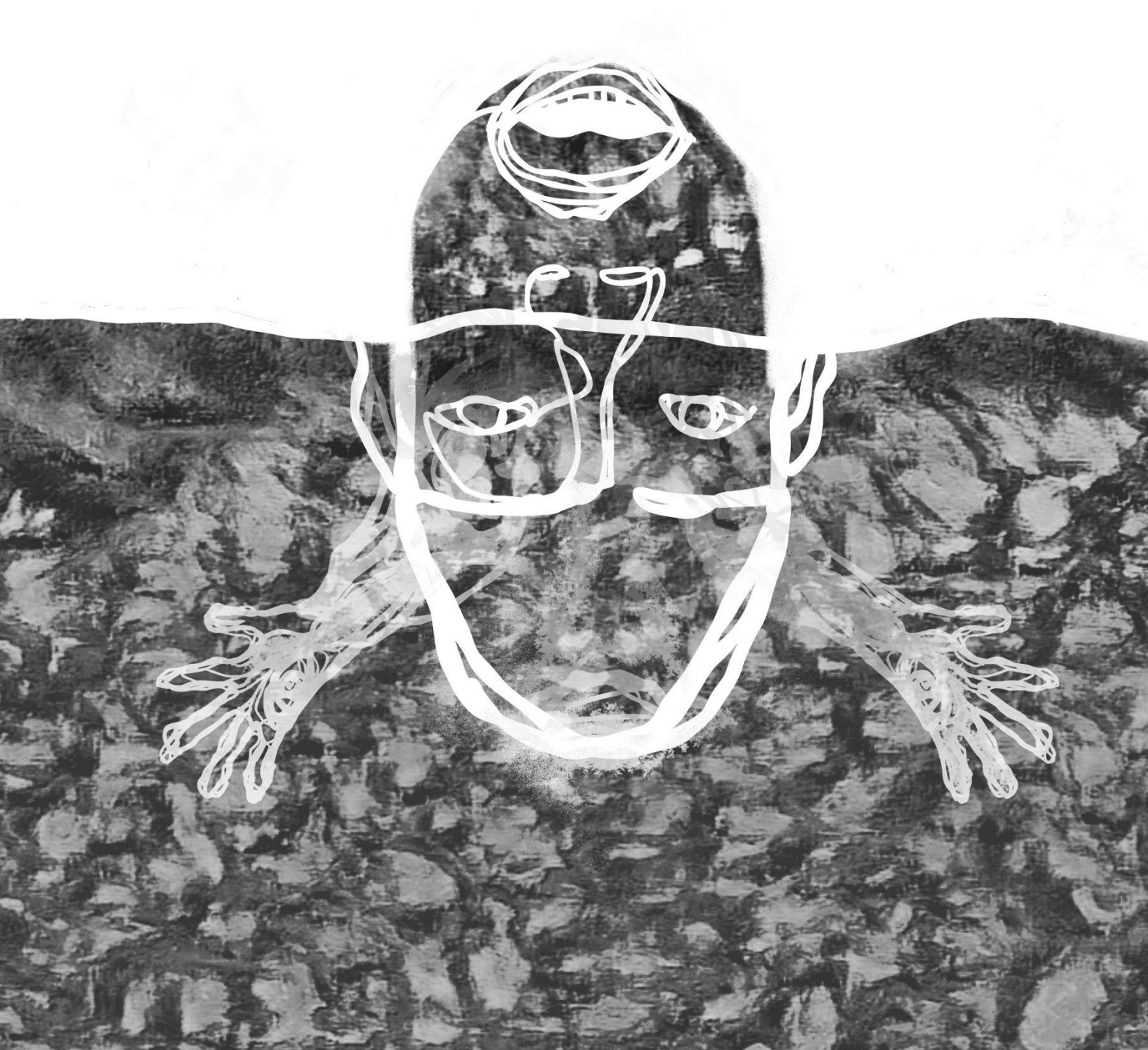


Disponível em: [Equipamentos de Prevenção do Feminicídio - Google My Maps.](#)

Com o tempo essa demanda cresceu e os municípios da comarca de Pirapozinho também foram incluídos. Desde novembro de 2022 até outubro de 2023 já foram mais 3.614 visualizações.

CAPÍTULO 07:

O RACIOCÍNIO GEOGRÁFICO FEMINISTA PARA A PROMOÇÃO DA VIDA DAS MULHERES



Capítulo 07- O raciocínio geográfico feminista para a promoção da vida das mulheres

Ao longo da sua história, a Geografia se destacou pela sua forma original de pensar (Paulo GOMES, 2017; Armando Corrêa da SILVA, 1993). No início da disciplina foi dado ênfase na *lógica, observação e razão* como pilares centrais para a construção do conhecimento geográfico. Essa abordagem teve sua origem no paradigma aristotélico-kantiano que dominou a compreensão da disciplina por séculos, concentrando-se na exploração de padrões, relações e significados na distribuição de fenômenos geográficos. Estes elementos eram considerados fundamentais na Geografia clássica, uma ciência que se constitui na busca de explicações para as conexões espaciais (Raul GUIMARÃES, 2014; Ruy Moreira, 2015).

Na origem da Geografia, o espaço era concebido como um ambiente físico dissociado do tempo histórico. Essa dicotomia entre as dimensões física e humana do espaço foi resultado da fragmentação científica ocorrida no século passado, representando um dos primeiros impactos na existência da Geografia. No entanto, a partir do século XX a Geografia se afirma enquanto uma ciência social, reconhece a necessidade de analisar o espaço como um produto social do seu tempo, onde a natureza não é apenas uma base ou uma parte integrante, mas sim uma condição concreta da produção social (Ruy MOREIRA, 1982; Linda MCDOWELL e Doreen MASSEY, 1991; Jorge PICKENHAYN, 1998).

A Geografia continua evoluindo além da mera descrição do espaço para adotar uma perspectiva mais *original* na interpretação da realidade (Paulo GOMES, 2017). Para alcançar essa compreensão geográfica, foi, e ainda é, essencial estabelecer o *raciocínio geográfico* e participar de debates ontológicos. Isso implica reconhecer que o pensamento geográfico envolve uma *práxis* que está intrinsecamente ligada à formação da consciência e da razão de quem realiza a pesquisa, conforme enfatizado por Armando Silva (1993).

Venho de uma Geografia militante, a Raiz constelatória⁸⁵ a qual faço parte é proveniente de Armando Corrêa da Silva, orientador do meu orientador (Guilherme CLAUDINO, 2019). Por isso, esta tese destaca a importância de criar conhecimento atual e relevante, **preocupado com a vida das pessoas** e não com as disputas epistemológicas do que é ou não Geografia (Raul GUIMARÃES, 2019). Para isto, tive a liberdade intelectual e, ao mesmo tempo, a preocupação em manter os altos padrões de rigor científico no processo de pesquisa e estudo, lição sempre reforçada por meu orientador ao longo dos meus 10 anos de formação geográfica.

Como afirma Filipe LIMA⁸⁶ (2023), em sua recente tese de doutorado, e eu concordo, Armando Corrêa da Silva “talvez tenha sido o autor que mais dedicou tempo à Ontologia na Geografia, e que defendeu a existência de um ser espaço. Ele defendia uma relação intrínseca entre consciência, lugar, espaço e ser (p.80). Mariane BITETI⁸⁷ em seu amplo debate sobre Geografia e Ontologia (2014) e, mais recentemente, nos desdobramentos dos debates engendrados pelos feminismos (2021, 2022), também coloca a produção da Geografia dos sujeitos de Armando Corrêa da Silva, como o pioneiro do debate brasileiro sobre Ontologia.

Segundo a teoria de Armando Corrêa da Silva (1993), o conhecimento geográfico é *um modo de pensar o mundo* em termos de sujeito espacial, que na divisão intelectual e manual do trabalho, distingue a espacialidade dos fenômenos sociológicos, econômicos, psicológicos, antropológicos, políticos, históricos, físicos, químicos, biológicos. Segundo o autor, o conhecimento geográfico é formado por dois elementos fundamentais, sendo estes a consciência e a razão, porque “*a geografia vê o Geográfico*”.

Desta forma, Armando da Silva (1993) destaca que, ontologicamente, o espaço é um ser que orienta o *modo de pensar geográfico*, pois para pensar geograficamente, é

⁸⁵ “Esta raiz é – entre todas – a que de modo mais conciso fez fluir geógrafos à Epistemologia e à história da Geografia no Brasil. Armando é, incontestavelmente, um ponto cósmico na ordem das coisas que, contemporaneamente, desenhou diferentes *modos de pensar o geográfico da existência*. Armando é uma alma que colocou tijolos-alicerces no fluxo teórico de fazer Geografia no Brasil. A singularidade intelectual que lhe faz ser quem é materializou-se em cada unidade das suas orientações. Estas que caminharam por distintas portas da filosofia e história da Geografia, unem-se, consequentemente, nesse mesmo aspecto: do histórico e do *teórico-conceitual-propositivo do saber geográfico*”. (Guilherme Claudino, 2019, p.370).

⁸⁶ Filipe é um geógrafo para a Saúde, e ao concluir seu doutorado sob orientação do professor Raul fez avançar sobre o debate de ontologia e a Geografia para à Saúde, fazendo parte da mesma raiz constelatória que eu.

⁸⁷ Mariana foi orientanda de Ruy Moreira, que foi orientando de Armando Corrêa da Silva.

imperativo considerar a dimensão espacial. Ao enfatizar como o desencaixe entre teoria e prática na Geografia está ligado ao entrave epistêmico-ontológico, resultando da falta de esclarecimento do "sujeito". Essa conexão sugere que a compreensão do sujeito é fundamental para a integração da teoria e da prática na disciplina geográfica. Nos dizeres de Armando Corrêa da Silva:

O movimento da razão se dá como *práxis* – a produção da teoria que se relaciona à ontologia –, como núcleo mesmo da teoria – que implica a epistemologia –, como elaboração da teoria. Desse modo, **não existe ontologia que não se dê primeiro como epistemologia** e, portanto, como teoria do conhecimento, gnosiologia, lógica e metodologia (SILVA, 1986, p. 25).

Afinal, a Ontologia investiga a natureza da realidade no mundo, buscando compreender o que efetivamente existe. Toda forma de compreensão parte de pressupostos sobre a essência do mundo e sua constituição. Esses fundamentos ontológicos fornecem a base para a formulação de teorias que explicam a realidade circundante (Joanne SHARP, 2014). Em contrapartida, a Epistemologia é frequentemente empregada para analisar as diversas abordagens adotadas por teóricos na legitimação do conhecimento em um mundo marcado pela complexidade ontológica.

A Epistemologia representa um vasto campo de argumentos filosóficos utilizados para abordar a indagação fundamental: "Como podemos determinar a veracidade do que conhecemos?" Nesse contexto mais amplo, a Epistemologia se concentra em descrever e regulamentar os princípios filosóficos que sustentam nossa compreensão do mundo, considerando as múltiplas maneiras pelas quais podemos adquirir conhecimento legítimo (Matthew SPARKE, 2014, p. 101).

Por muito tempo, a Geografia amparada pelos pressupostos clássicos, concebia o fenômeno geográfico pelas determinações do meio. Com o avanço da teoria crítica social dentro da disciplina, passamos a compreender que o meio só é uma determinação até o ser humano passar a transformá-lo. Com o avanço das teorias marxistas, aprendemos que essa transformação perpassa necessariamente pelo *trabalho*, mas não só sobre isso, exploraram a relação entre consciência, lugar, espaço e ser (Armando SILVA, 1982, 1991, 2000; Ruy MOREIRA; 1982, 2004; Elvio MARTINS, 2016).

A Geografia, como apontado por Paulo Gomes (2017), explora as razões subjacentes à diversidade de localizações de objetos e fenômenos, incluindo a curiosidade sobre como o sistema de localização pode explicar diferentes aspectos. Isso leva a uma consideração mais profunda não apenas do "onde", mas também do "quando" e "por quê" dos eventos e fenômenos em um mundo em constante transformação, como destacado por Élvio Martins (2016).

Armando Corrêa da Silva já tinha constatado “*a inexistência de um discurso geográfico teórico geral; e, como decorrência disso, ocorre uma fragmentação do conhecimento*” (SILVA, 1987, p. 117). Elvio Martins (2016) acrescenta: a fragmentação leva à perda do geográfico.

Por isso, a dimensão ontológica da Geografia torna-se evidente, como observado por Paulo Gomes (2017), quando se compreende que a questão "quem sou eu?" está inextricavelmente ligada ao conhecimento de "onde estou". A Geografia desempenha um papel crucial na conscientização dessa determinação geográfica da existência (Élvio MARTINS, 2007, 2016).

A busca pela *totalidade*, como ressalta Paul Vidal de La Blache (1921), é fundamental para evitar a fragmentação da realidade. Isso envolve a compreensão da *unidade e distribuição* dos objetos geográficos, como argumentaram Brunhes e Deffontaines (1964), e fornece uma visão abrangente dos fenômenos. A análise da distribuição espacial dos fenômenos deve estar alinhada com o princípio de *conectividade*, revelando a influência da ação humana na transformação do ambiente em espaço geográfico, como apontou Max Sorre (1967). Pierre George (1969, p. 41) enfatiza que o espaço humanizado é, essencialmente, um espaço ordenado, destacando a importância de compreender as estruturas maiores que sustentam a *ordem espacial*, conforme observado por Raul Guimarães (2020).

Os princípios metodológicos da Geografia, como localização, distribuição, conectividade e ordem espacial, formam a base do estatuto epistemológico da disciplina e formaram a base do raciocínio geográfico empregado para compreender o feminicídio. Ao longo de toda essa pesquisa a relação entre Ontologia geográfica e Epistemologia feminista foi crucial, influenciando a forma como percebo a realidade geográfica a partir

da minha corporeidade de mulher, reflete em como conduzi teórica e metodologicamente a pesquisa.

A preocupação de responder a geograficidade desta tese foi constante. Afinal, como apresenta o Ruy Moreira (2004), *“a geograficidade é em si a síntese da relação entre a essência e a existência e assim a própria totalidade concreta do ser”* (p.34) e eu complemento, não SOMENTE do ser homem, que se hominiza pelo trabalho, como amplamente repercutiu-o na geografia com base marxista, mas de todas as pessoas.

Esse entendimento foi sendo construído, consolidando-se mediante o acúmulo de experiências, leituras de obras geográficas clássicas e contemporâneas, nacionais e internacionais que viabilizaram a possibilidade de estabelecer “outros” caminhos; lidos como dissidentes, marginais, periféricos no campo científico-geográfico (Joseli SILVA, Marcio ORNAT, Alideis CHIMIN JÚNIOR, 2017; Joseli SILVA e Marcio ORNAT, 2020).

Por sua vez, vale ressaltar que a *geograficidade do fenômeno*, transformou-se na busca incessante da Geografia com as lentes marxistas, principalmente no Brasil. Esta busca gera um constante *“patrulhamento ideológico”* do que é ou não é geografia, *“esse movimento que acabava por inibir mais fortemente a atuação dos geógrafos e das geógrafas no debate das ciências sociais em saúde no Brasil”* (Raul GUIMARÃES, 2019, p.122). Porém aprendi em duras penas que: *“independentemente de geógrafos [as] e do que esses [as] pensam o que é geográfico, a vida continua ou pelo menos luta para continuar sendo vivida. Na luta constante entre a vida e a morte, as sujeitas produzem a sua própria geografia”* (GUIMARÃES, 2015, p. 47-48).

Este patrulhamento foi agravado quando eu comecei a estudar violência contra as mulheres como um fenômeno que necessitava de prevenção e promoção da saúde por políticas públicas. Demanda essa que chegou pelas mulheres, amplamente dissertada nessa tese. Porém, parti do princípio suleador do nosso coletivo de Geógrafas e Geógrafos do Laboratório de Biogeografia e Geografia da Saúde, que:

“fazer uma Geografia preocupada com a vida das pessoas é praticar uma Geografia compromissada em ouvir a voz daqueles que foram silenciados/silenciadas ou que nunca foram ouvidos/ouvidas. Enfim, é adotar uma postura ética, de valorização da justiça e da solidariedade” (Raul GUIMARÃES, 2019, p.123).

Até meados dos anos 2000, as Geografias feministas não estavam firmemente enraizadas na Geografia brasileira, pois a questão de gênero não era considerada uma categoria fundamental para a compreensão do espaço (Paula LINDO, 2019). Com o tempo, e os tensionamentos feministas diversos, foi fazendo com que a Geografia aborde o "[...] gênero como uma dimensão da vida social que deve ser incorporada nas estruturas existentes" (Susana SILVA 1998, p.108).

Ao longo de toda a minha formação acadêmica dentro do laboratório, fui acompanhando o processo de consolidação das Geografias Feministas para a saúde das pessoas através da articulação de metodologias qualitativas, principalmente através das pesquisas da Natália Cristina Alves (2010, 2015), Martín Torres Rodríguez (2012), Mateus Fachin Pedroso (2017, 2022), Julian Medina Naranjo (2022), Kayque Cordeiro da Silva (2022), Bruna Guimarães Borsoi (2018) e Gabriele Guimarães (2022).

Contudo, as mulheres, constantemente em risco de vida simplesmente por serem mulheres, demandaram uma abordagem geográfica feminista para à saúde, que compreenda tanto os fenômenos que afetam suas vidas quanto aqueles que resultam em suas mortes. Pois, a realidade corpórea das pessoas que experienciam as normas de gênero e de saúde-doença (Natália ALVES et al, 2019). Nesse sentido, nós, geógrafas e geógrafos feministas para a saúde aspiramos ir além, adotando uma abordagem mais radical, embasada em teorias decoloniais, anticapitalistas e antirracistas, ao analisar a violência enquanto “a maior patologia geográfica”. Essas pesquisas tomam a categoria vida como elo significativo e fundante de raciocínios geográficos pautados nos movimentos da realidade.

Depois de um acúmulo de violências epistemológicas, que galgadas de misoginia, me acompanharam durante toda a minha formação - baixa afirmações dos cânones da Geografia, e também de colegas cientistas e alunos, que diziam que: “Isso não é Geografia!”, me propus a escrever para tensionar os discursos até então considerados como axiomáticos (Paulo GOMES, 2009). Mesmo que não consiga esgotar o tema, acho relevante fechar esse doutorado expondo como eu geógrafa vejo o geográfico, através da dor de ser mulher e sofrer a violência sexista e misógina. Afinal,

[...] a produção de conhecimento é também um processo corporal de autoconhecimento. Ao pensar o que é saúde, compreendemos que a

principal reflexão não seja a respeito do que é simplesmente o espaço, mas de quem somos nós, geógrafos e geógrafas da saúde. O que estamos fazendo aqui? Qual é o nosso projeto? (Raul GUIMARÃES, 2019, p 129).

Pretendo demonstrar os silêncios geográficos tendo como enfoque analítico a interlocução entre a Geografia da Saúde e as Geografias Feministas. Para isso, este capítulo aborda as experiências vividas por mim ao longo dos anos de produção da tese, são textos elaborados a partir do meu diário de pesquisadora, pois para além dos resultados da pesquisa eu expunha constantemente os enfrentamentos e os ataques de deslegitimações acerca das Geografias Feministas, pois para "Tornar-se feminista faz-se necessário 'ler a dor como violência estrutural em vez de incidental' [...] para a transformação da dor em coletividade e resistência" (Sara AHMED, 2017, p. 261).

As geografias feministas

"As feministas têm interesse num projeto de **ciência sucessora** que ofereça uma explicação mais adequada, mais rica, melhor do mundo, de modo a viver bem nele, e na relação crítica, reflexiva em relação às nossas próprias e às práticas de dominação de outros e nas partes desiguais de privilégio e opressão que todas as posições contêm. Nas categorias filosóficas tradicionais, **talvez a questão seja ética e política mais do que epistemológica**" (Dona HARAWAY, 2016, p.15).

As Geografias feministas evocam o plural, pois se constroem para além de um "mito da ciência imaculada"⁸⁸ (Joseli SILVA, 2007). Quase tão antiga quanto a vertente crítica marxista da Geografia, as geografias feministas se apresentam desafiando as bases do conhecimento geográfico. Surge com pesquisas que combatem a "cegueira de gênero" para tornar a Geografia cada vez mais Humana (Janice MONK e Susan HANSON, [1982] 2016), desafiando suas epistemologias, metodologias e ontologias, demonstrando como a ciência é um campo de forças desiguais entre homens e mulheres (Linda MCDOWEL, 1992; GIBBONS, 2001).

⁸⁸ O termo "imaculada" é um adjetivo que se refere a algo que é puro, sem manchas, sem imperfeições ou sem pecado. Geralmente, o termo é usado para descrever algo que está completamente livre de qualquer tipo de impureza, sujeira ou falha.

É por isso que as geógrafas feministas seguiram o exemplo de várias filósofas feministas, como Simone de BEAUVOIR (2014), Sandra HARDING (1991) e Dona HARAWAY (1991), ao questionar as suposições subjacentes sobre quem são os conhecedores, o que pode ser conhecido e o que é valorizado como conhecimento, denunciando as ausências e silêncios sobre as vivências espaciais das mulheres, conforme observado por Pamela Moss (2002) e Joseli SILVA (2003, 2009).

Cahill (2007) afirma que é a partir do momento em que as feministas declararam que o “pessoal é político”, nas décadas de 60 e 70, que as pesquisas começaram a repensar sobre os espaço, privados e públicos, em um contexto social e político. O lema sugere que as experiências pessoais das mulheres estão intrinsecamente ligadas à estruturas de poder político e social mais amplas que produzem e se reproduzem no espaço através do sexismo flexível (Doreen MASSEY, 1991).

Isso levou a uma análise crítica das experiências das mulheres em relação ao espaço, à Geografia e à Política. Nesse contexto, a Geografia Política Feminista se desenvolveu como uma abordagem que considera essas interseções complexas. Kate MILLETT escreveu uma das primeira definição feminista de política, ainda na década de 1970, definiu como “relações estruturadas pelo poder, arranjos pelos quais um grupo de pessoas é controlado por outro” (2017, p. 23).

Essa definição segue a "segunda onda" do movimento feminista, um período crucial nas décadas de 1960 e 1970, marcado por uma série de reflexões e ações significativas relacionadas às questões de gênero. Inicialmente, a premissa central que ganhou destaque entre as feministas da segunda onda era a ideia de que as experiências pessoais das mulheres estão profundamente conectadas à vida social e que essas experiências têm implicações políticas significativas. Acreditava-se que compreender essa interconexão entre o âmbito privado e o político era essencial para o empoderamento das mulheres, logo para que elas pudessem sair de situações de violências diversas (MACKINNON, 1987).

Chandra Talpade MOHANTY, em seu trabalho seminal de 1988, levantou preocupações fundamentais em relação à noção de que todas as mulheres compartilham experiências semelhantes de opressão, levando a interesses comuns e uma irmandade global feminista. Porém muitas autoras argumentaram que essa concepção era

essencialista, pois negligenciava as complexas diferenças de poder que existem entre grupos de mulheres, especialmente aquelas com diferentes contextos geográficos e culturais.

Assim, a Geografia Política Feminista se desenvolveu em resposta a essas críticas, enfatizando que não são apenas as experiências pessoais em sua forma bruta que determinam a política, mas sim as relações políticas e sociais que moldam e são moldadas por essas experiências diversas de ser mulher (MOHANTY, 1988).

Essa abordagem feminista plural exige uma análise contextual, espacial e histórica das experiências pessoais. Joan Scott, em 1992, sugeriu a necessidade de desvendar e compreender em profundidade os significados associados à *experiência*, pois esses significados não são óbvios e precisam ser explorados e expostos.

Logo, a política, como entendida pelas geógrafas feministas, está relacionada aos processos de como as pessoas exercem o poder por meio de práticas materiais e discursivas (RANDALL, 1987). Ela engloba uma variedade de definições, todas intrinsecamente políticas. O conflito e o consenso são elementos críticos nas abordagens e estudos da política, e essa perspectiva ampliada da política tem desafiado as visões tradicionais que limitam a política apenas à esfera pública, ao Estado e aos partidos políticos.

Diversas autoras feministas latino-americanas, influenciadas pelo feminismo comunitário, trans, indígena e negro, têm enfatizado a colonialidade de gênero como uma questão central. Essa perspectiva considera as relações de poder nas dimensões materiais e subjetivas do gênero, resultantes de um patriarcado colonial moderno (Rita SEGATO, 2012). A crítica ao feminismo hegemônico se manifesta na virada dos anos 2000, com a compreensão de que a análise de gênero não pode ser dissociada das dimensões de raça, classe e colonialidade.

A exemplo de Oyèronké Oyěwùmí (2004) que em sua obra destaca o privilégio racial e de gênero arraigado na cultura da modernidade, enfatizando a necessidade de abordar gênero, raça e classe de forma inseparável. Assim, as pesquisas relacionada às mulheres brancas, mesmo quando se concentra no gênero, deve reconhecer o privilégio racial que persiste.

A decolonialidade representa uma crítica profunda ao mundo moderno e à ciência hegemônica moldados pela colonialidade do poder, do ser e do saber (Aníbal QUIJANO, 2007). Este paradigma colonial da racionalidade/modernidade negou outras culturas e promoveu a destruição de modos de vida. A produção científica, dominada por padrões ocidentais, propagou valores eurocêntricos, ignorando conhecimentos de grupos marginalizados.

Por sua vez, a sociedade moderna, fortemente influenciada pelo colonialismo, estabeleceu como padrão universal a mulher branca, heterossexual e cristã, relegando tudo o que não se enquadra nesse modelo ao ostracismo, perpetuando assim a colonialidade de gênero (Maria LUGONES, 2014; Rita SEGATO, 2012)

A colonialidade, como descrita por Quijano (2005), persiste após o período colonial, colocando a Europa como o único referencial histórico, estabelecendo um padrão moderno a ser alcançado por outras sociedades, manifestando-se na colonialidade do ser, do saber e do poder.

Não por outra razão, a invisibilidade da colonialidade, como observada por MIGNOLO (2005), é resultado de uma perspectiva eurocêntrica que perpetuou a ideia de que o colonialismo era necessário para a modernidade e a civilização, tornando-se invisível à medida que a modernidade tomava o centro do palco. No entanto, a colonialidade permaneceu como um espaço subjugado a partir do qual a modernidade procurou conquistar e dominar. E o ambiente acadêmico não ficou alheio a este processo de dominação (Joseli SILVA, Marico ORNAT e Alides CHIMIN JUNIOR, 2017)

Carlos Walter Porto-Gonçalves (2005, p.03) aponta para um legado epistemológico do eurocentrismo que nos impede de compreender o mundo a partir do próprio mundo em que vivemos e das epistemes que lhe são próprias. Para muitos, o que define a Geografia como ciência é seu objeto, o espaço. No entanto, para as geografias que se *preocupam com o futuro das pessoas*, principalmente as *geografias encarnadas*, torna-se cada vez mais evidente que o que faz da Geografia uma ciência não é apenas seu objeto (Joseli SILVA, 2007)

Conforme Morin (1996) argumenta, as relações de poder desempenham um papel significativo na organização do meio científico, determinando quais temas são priorizados.

As teorias eurocêntricas, ao se afirmarem como universais, perpetuam privilégios epistêmicos, marginalizando outros conhecimentos e cosmovisões. Desta forma, Geógrafas feministas enfatizam a importância da interseccionalidade, reconhecendo que identidades e opressões estão interligadas (Joseli SILVA, ORNAT e CHIMIN JUNIOR, 2017)

A abordagem interseccional⁸⁹ busca compreender as complexas interações entre diferentes eixos de subordinação e como políticas específicas podem reforçar opressões ao longo desses eixos (Kimberlé CRENSHAW, 2002). Patrícia Collins (2021) destacam que a interseccionalidade reconhece que categorias como raça, classe, gênero, orientação sexual, nacionalidade, etnia e idade estão interconectadas e influenciam umas às outras. A análise interseccional desafia a ideia de uma mulher universal e essencialista promovida pela perspectiva ocidental.

Rodó-Zárate (2021), geógrafa feminista destaca a importância de analisar e reconhecer os eixos analíticos, incluindo gênero, orientação sexual, origem, racialização, diversidade étnica, cultural, religiosa, classe social, idade e diversidade funcional. A interseccionalidade não isola essas categorias, mas as explora dentro das relações de poder.

Produzir uma Geografia feminista decolonial implica a difícil tarefa de pensar a partir de lugares não centrais e produzir pesquisas por entre as fissuras do poder da tradição epistemológica e da ordem global editorial (Joseli SILVA, Marico ORNAT e Alides CHIMIN JUNIOR, 2017, p. 26).

Afinal, a interseccionalidade impede a simplificação de identidades humanas e busca compreender como as condições estruturais atravessam os corpos e reorientam significados subjetivos. Essa abordagem desafia as estruturas tradicionais de poder e conhecimento, promovendo uma compreensão mais complexa da diversidade humana em encruzilhadas de opressões (Carla AKOTIRENE, 2019).

A Rodó-Zárate (2021) propõe assim uma "interseccionalidade situada", enfatizando sua dimensão geográfica. O pensamento-ação interseccional:

⁸⁹ Fassin nos recorda que, de forma semelhante ao que foi mencionado anteriormente no caso de Doreen Massey, o significado subjacente do termo já estava presente, inclusive entre pensadoras "latinas" precursoras da abordagem decolonial, como Gloria Anzaldúa e Lélia González.

"... seria um fenômeno político amplo que se refere a como historicamente diferentes coletivos à margem desenvolveram, e continuam a desenvolver, conceituações sobre a inter-relação entre diferentes eixos de desigualdade de maneira genuína em diferentes partes do mundo. (...) permite valorizar cada um dos desenvolvimentos locais. Uma proposta que defende a necessidade de reconhecer as origens da tradição interseccional no feminismo Negro norte-americano e, ao mesmo tempo, convida a buscar as próprias genealogias do pensamento e ação de tipo interseccional no contexto local e fora do âmbito acadêmico." (p. 151-152)

Já na Geografia da saúde, melhor dizendo, a geografia preocupada com a vida das pessoas, tem-se estabelecido um profícuo debate a partir da contribuição de geógrafas e geógrafos feministas e do papel fundamental da análise da interseccionalidade, pois visualiza as iniquidades de saúde que produzem eixos de desempoderamento nas vidas das mulheres (Natália ALVES et al 2019, Mateus PEDROSO et al, 2023; Carolina SIMON e Bruna BORSOI, 2022).

Isabel DYCK (2003) há vinte anos identificou várias semelhanças e diferenças entre a geografia feminista e a geografia da saúde. Uma das principais semelhanças é que ambos os subcampos estão preocupados com as dimensões sociais e culturais da saúde e da doença, e como essas são moldadas por fatores como gênero, raça, classe e lugar. Ambos também enfatizam a importância da incorporação de conhecimento experiencial e teoria crítica em suas análises.

No entanto, a autora aponta que também existem algumas diferenças importantes entre os dois subcampos. A geografia da saúde tende a estar mais alinhada com o estabelecimento médico e muitas vezes se concentra em questões como o mapeamento de doenças e a prestação de cuidados de saúde. Em contraste, a geografia feminista é mais propensa a ser crítica em relação ao estabelecimento médico e a se concentrar em questões como a construção social da saúde e da doença e as maneiras pelas quais as relações de poder moldam os resultados de saúde (DYCK, 2003).

Apesar dessas diferenças, argumenta que há uma sobreposição significativa entre os dois subcampos, especialmente em termos de seu interesse comum nas dimensões sociais e culturais da saúde. Nas palavras da autora:

“[...] Então, onde estão as geografias feministas da saúde e da doença? Parece que geógrafas feministas interessadas em questões relacionadas à saúde ocupam uma posição desconfortável nas margens da geografia da saúde, apesar da influência do trabalho feminista em perturbar a fronteira da geografia médica "tradicional" (Isabel DYCK, 2003, p.366- tradução minha).

Nós, geógrafas feministas, estamos fazendo contribuições importantes para a geografia da saúde ao trazer uma perspectiva crítica para o estudo da saúde e da doença, e ao destacar as maneiras pelas quais gênero, raça e outros fatores sociais se interseccionam para moldar os resultados e as experiências de saúde. Essa perspectiva destaca como as diferentes identidades se intersectam, resultando em experiências únicas de opressão e privilégio. “Portanto, nós, geógrafas, devemos [...] também operacionalizar o conceito de interseccionalidade como elemento-chave dos contextos de iniquidades, visando assim promover todas as vidas” (Carolina SIMON; Bruna BORSOI, 2022, p.55).

Em suma, a Geografia Feminista para a promoção da saúde das mulheres vai além da análise geográfica médica tradicional. É um campo que se entrelaça com o feminismo e a busca pela igualdade de gênero. Ao reconhecer que a saúde das mulheres é moldada pelo espaço e pela sociedade, podemos trabalhar conjuntamente para construir um mundo onde todas as mulheres possam alcançar o completo bem-estar físico, mental e social, livre da sombra da violência e da desigualdade.

Mas o debate acerca do *raciocínio geográfico feminista* que a presente tese de doutorado impõe não termina aqui. Ainda é preciso considerar nesta discussão a questão da posicionalidade e da sororidade a partir das experiências e dos chamamentos ontológicos vividos pela pesquisadora. É o será discutido adiante.

Afinal, para geografar de forma eficaz, uma perspectiva decolonial, interseccional e situada é necessário reconhecer a influência das experiências pessoais e nossas, de pesquisadoras, com as interações sociais na construção do conhecimento geográfico. Isso desafia as narrativas eurocêntricas e considera as complexas interações entre diferentes identidades na análise do espaço geográfico.

Encruzilhadas de pesquisa: chamamentos ontológicos e epistemológicos feministas

Como já discutido em capítulos anteriores, é na encruzilhada que a Pombagira mora. A encruzilhada desempenha um papel crucial na filosofia de terreiro, principalmente quando se trata de decisões importantes, visto que representa o ponto de intersecção entre caminhos e possibilidades. Tal postulado poderia ser embasado nos fundamentos filosóficos do “pensar Nagô”, conforme tem discutido Muniz Sodré (2017). Apesar de ser um debate necessário, não será o caso de aprofundamento na presente tese.

Para discussão que está colocada aqui, o que interessa é o que representa o encontro com a Pombagira, entidade que simboliza a dualidade e a transição, a encruzilhada se torna um espaço sagrado onde se buscam orientações espirituais e soluções para dilemas. Essa simbologia permite entender que as escolhas e decisões não são lineares, mas influenciadas por múltiplos fatores espirituais e terrenos, incentivando uma abordagem mais reflexiva e equilibrada diante das encruzilhadas da vida e, conseqüentemente, desta pesquisa.

Ser militante da Frente pela vida das Mulheres e ser Pesquisadora do Laboratório de Biogeografia e Geografia da Saúde foi o que me levou ao encontro da construção do projeto da Casa Abrigo do Oeste Paulista. Ser militante e pesquisadora requer de mim um constante exercício filosófico e geográfico, que se baseia na compreensão da minha posição, situação e reflexão constante no processo de produção do conhecimento, conforme apontado por Gill Rose (1993). Acredito que essa prática está intrinsecamente ligada à minha experiência no mundo, que é moldada pelo meu próprio corpo, também considerado um instrumento de pesquisa, como mencionado por Joseli Silva (2009, 2020), Juliana Przybysz(2017), Mateus Pedroso(2022).

Ser reflexiva é uma estratégia para situar os conhecimentos, evitando a falsa neutralidade e universalidades que tentam policiar e colonizar a produção do que é a ciência. Situa-los é compreender que há uma forma de produzir conhecimento por nós, geógrafas feministas, pois tais conhecimentos também são marcados pela própria experiência (Gil ROSE, 1993; Joseli SILVA, 2009, 2020; Juliana Przybysz, 2017).

A postura reflexiva de pesquisadora foi reforçada a partir da posicionalidade, ou seja, da nossa posição enquanto pesquisadoras em campo perante a posição da sujeita pesquisada. A partir da própria posicionalidade, compreendemos que entre a sujeita pesquisadora e a sujeita pesquisada há relações de poder e que dependendo da forma como agimos em campo somos margem ou centro de tais relações (Gil ROSE, 1993). Afinal,

As interações construídas entre as pessoas envolvidas no ato investigativo do tipo reflexivo geram expectativas que devem ser consideradas válidas e explicitadas, retirando a pessoa que investiga da proteção da invisibilidade que permeia até mesmo o estilo da escrita impessoal, muitas vezes exigida no ambiente acadêmico. [...]. (Joseli SILVA, 2009b, p. 107).

Como propõe Pamela Moss (2002), tornar uma metodologia "feminista" implica politizá-la por meio do feminismo, como nos explica a autora.

*“[...]A teoria, como uma combinação de conceitualizações de fenômenos e uma explicação de como os fenômenos funcionam, existem ou se articulam, e a **práxis, como uma maneira politicamente ativa de viver no mundo**, estão inegavelmente ligadas. Compreender uma como intrinsecamente envolvida na outra cria um ambiente onde não pode haver nenhum ato que não seja político. Compreendê-los como entidades separadas permite nichos bem definidos entre aqueles interessados em teorizar a vida (por exemplo, acadêmicos) e lidar com injustiças sociais (por exemplo, ativistas). Alguma das soluções? Muitas feministas voltam às palavras de Karl Marx e apontam que a contribuição do feminismo não é (apenas) proporcionar uma compreensão do mundo, o ponto é (também) mudá-lo. No entanto, **viver a vida cotidiana sempre estando politicamente engajado é emocionalmente doloroso e eticamente debilitante** (Pamela Moss, 2002, p.13- tradução minha).*

A relação entre teoria e *práxis*, conforme destacado por Moss (2002), é fundamental, pois entender uma está intrinsecamente envolvida na outra, criando um ambiente no qual todos os atos são políticos. A pesquisa feminista exige uma reflexão sobre como as ideias sobre feminismo, poder, conhecimento e contexto se desdobram durante o processo de pesquisa. O contexto em que a pesquisa ocorre também deve ser examinado de perto, pois o poder está intrinsecamente ligado à produção de conhecimento na pesquisa.

Linda McDowell, abordando questões semelhantes, mantém o foco nas transformações das condições cotidianas das mulheres, defendendo a adesão a noções de

poder que concebem as relações sociais como flexíveis, mas não excessivamente, permitindo abstrações complexas que explicam de maneira mais adequada as complexidades da vida cotidiana (Linda McDowell, 1992, 1997).

Por isso, início com o primeiro momento que (re)conheci o chamamento ontológico de se fazer e pensar sobre a Geografia feminista. A dor⁹⁰ é uma crônica produzida como exercício da disciplina “Oficina de Escrita” do Programa de Pós Graduação da Unesp em novembro de 2020. Neste convite a reflexão entendi o porque estava doendo tanto fazer a tese, que não tratava sobre as outras, mas sobre mim mesma.

O segundo momento apresento o chamamentos epistemológico da tese, que aconteceu a partir da pergunta: *Você é doutora?*, foi quando me entendi enquanto geógrafa na luta pelo fim da violência.

Por fim, fecho com a minha experiência docente no processo de doutoramento, afinal ao se posicionar como feminista tive que acolher a dor, "tornar-se feminista refere-se precisamente a essa transição de 'ler a dor como violência estrutural em vez de incidental' [...] para a transformação da dor em coletividade e resistência" (AHMED, Sara 2022, p. 261).

⁹⁰ será publicada como capítulo do livro: Crônicas (de isolamento) – diferentes olhares/Raul Borges Guimarães Carlos Alberto Feliciano, Neide Barrocá Faccio (orgs). 1. ed. – Presidente Prudente - SP: UNESP, (PRELO)

A dor

Era de madrugada, estava deitada vendo um filme e a amiga que divide casa comigo me chamou para ouvir os gritos que invadiam seu quarto pela janela: “pelo amor de Deus, para! ”; “solta a faca!”. Entre breves olhares nós duas enunciamos juntas: é uma mulher!

Sáímos de casa sem rumo e começamos a percorrer as ruas do bairro tentando localizar a casa que imitia os terríveis sons, três vizinhas saíram também. Nós, cinco mulheres, paramos em frente do portão da casa e vimos uma adolescente entre o pai e a mãe.

A mãe tinha empunhada uma “peixeira” apontada para a menina que protegia o pai. Começamos, todas, a conversar com a mulher, pedindo para ela sair dali, largar a faca e vir para a rua conosco. Ela, totalmente abalada, dizia que ia matar ele, que se dedicou a ele, que a casa era dela, o carro e outros pertences materiais também eram reivindicados em seus gritos.

Depois de muitos minutos de mediação da situação feita pelo portão, nós convencemos a filha e a mãe a sair da casa. A mãe saiu armada com a faca em punhos, sentou na sarjeta e começou a chorar. Me sentei ao seu lado, ela me entregou a faca e começou a contar que ela tinha apanhado e que ele tinha explodido o celular dela para não chamar a família. Assim, o episódio de violência, onde uma mulher apontava a arma para o homem era, na verdade, um ato de autodefesa. Enquanto ela me contava tudo isso, a filha contava para uma das vizinhas a mesma história, entre prantos. As outras três mulheres que saíram para ajudar ficaram em frente ao portão para o agressor não sair e, chamaram a polícia.

A polícia chegou em duas viaturas, seis homens e uma mulher. Todos os homens saíram, se espalhando rapidamente, a mulher policial ficou ao lado da viatura, como uma estátua, com uma mão na cintura segurando a arma e a outra no carro. Três policiais entraram na casa e um veio até a mulher que estava comigo, eu segurava a faca.

Depois de me olhar da cabeça aos pés, começou um interrogatório para a vítima responder o porque de estar sentada na rua, com roupa rasgada e chorando. Ela brevemente respondeu: “tá tudo bem, eu só apanhei e tentei matar esse traidor!” Ele perguntou quem eu era e antes mesmo de terminar, me interrompeu, me pediu a faca, segurou e voltou para viatura. Os outros policiais saíram e todos conversaram, todos os homens.

O policial voltou até onde estávamos e falou: “Ele está indo embora, deixa ele ir. Você quer fazer um B.O.? Porque não vai adiantar muita coisa, só se você não quiser ver ele nunca mais”. Ela por um segundo se calou, eu segurei a mão dela, ela apertou. Disse que não faria B.O. pela filha, que não queria a filha na delegacia. Eu a olhei aterrorizada e apertei sua mão de volta.

Chegaram dois carros, em um entrou a filha e no outro entrou o cara. Em segundos a outra viatura saiu, ficou só a policial e dois homens. Bom, nós não tivemos a oportunidade de dialogar ou intervir, todas nós que saímos para rua, saímos para socorrer sem saber o que iria encontrar. E, assim, os policiais saíram, foram embora sem nenhuma proteção estabelecida para aquela mulher, sem ouvir a história dela. Ficamos mais algumas horas com ela e nos mostrou a casa toda quebrada, o celular explodido na cozinha. Ela foi se acalmando, conseguiu ligar para a família e suas duas irmãs vieram socorrê-la, nós, as vizinhas, a deixamos somente quando suas irmãs chegaram.

Esse episódio me marcou, rememorei essas cenas muitas vezes. Foram diversos momentos onde me imaginei falando com a polícia de forma mais incisiva e me julguei por não ter sido mais assertiva sobre a realização do B.O. e de um corpo de delito. Porém, eu só percebi o quão potente foi essa história, quando enfoquei o ato de cinco mulheres saírem à rua para socorrer mulheres que gritavam, quando rememorei essa história a partir da resistência e, assim, pela sororidade, resinifiquei uma história que pensei que tínhamos fracassado.

A sororidade é a experimentação do sexismo, ela vem de um impulso de “irmãs” de dor, da união de mulheres que se reconhecem pela dor de viver em um mundo patriarcal. Para alguns, metidos a feministas, sororidade seria como o sentimento de fraternidade estabelecido entre os homens, mas, não! É muito mais que isso, é a dor de ser um corpo que é traído e apanha por reivindicar os bens comprados a partir do seu trabalho reprodutivo e produtivo. Sobre ser privada de comunicação e não tem direito de se defender por ser a mulher, logo a louca e inconsequente.

Acolher mulheres é um ato de coragem e, assim, colocar essa cena como impotente frente as opressões-dominações estruturais que vivemos enquanto mulheres na sociedade patriarcal é um ato de covardia. Nós mulheres já estamos cansadas de saber, através dos nossos corpos, como a violência funciona e se instrumentaliza. O que precisa ser dito, explicado e compreendido e que nós estamos revolucionando quando saímos várias para socorrer algumas, que quando somos muitas irmãs, ligadas pela dor, vidas se salvam!

O dia exato eu não lembro, o nome das vítimas do patriarcado eu não sei, mas, a dor de ser mulher eu também sinto!

O chamamento ontológico dessa história ressoa profundamente em mim, como mulher e como feminista. Ela não é apenas um relato de um evento específico, mas sim um espelho que reflete os aspectos mais essenciais da existência e da realidade da mulher em um mundo marcado pelo patriarcado.

O que essa história nos apresenta, em primeiro lugar, é a poderosa noção de sororidade. A sororidade não é apenas um conceito abstrato, mas uma força viva que nos une, mulheres, em uma irmandade de experiências de dores compartilhadas. Ao testemunhar a ação coletiva de cinco mulheres que saíram para socorrer outra mulher em perigo, somos lembradas de que somos mais fortes juntas, de que nossa união é uma fonte de coragem e resistência.

A violência de gênero é um dos pilares centrais da ontologia feminista, e essa história coloca essa triste realidade diante de nós de forma nua e crua. A mulher, em um ato de autodefesa, segura uma faca enquanto protege sua filha e confronta o agressor. Isso ilustra vividamente como o patriarcado permite e perpetua a violência contra as mulheres. A narrativa também revela a triste realidade de que muitas vezes as instituições, como a polícia, falham em proteger as vítimas de violência de gênero, reforçando ainda mais o sentimento de desamparo das mulheres.

A atitude dos policiais, sobretudo dos homens, é uma manifestação clara do sexismo institucionalizado. A mulher, que estava em situação de abuso, é tratada de forma desrespeitosa, e sua história não é adequadamente ouvida. O sistema policial, ao invés de proteger as vítimas, muitas vezes as revitimiza. Isso nos confronta com a necessidade urgente de reformas e sensibilização dentro das instituições que supostamente deveriam ser refúgios seguros para as mulheres em situações de violência.

A ação coletiva das mulheres, que saíram às ruas para socorrer uma desconhecida, é um testemunho da força que surge quando nos unimos na luta contra o patriarcado. A irmandade de dor, baseada na compreensão mútua das opressões que enfrentamos, é o que nos impulsiona a agir em prol do bem-estar e segurança de nossas irmãs. É a essência da sororidade, uma experiência que transcende o mero sentimento de fraternidade estabelecido entre homens.

Relembrar essa história é, para mim, um ato de resistência e um lembrete de que, como mulheres, estamos revolucionando a sociedade a partir de nossas ações coletivas. Não podemos permitir que nossa ação solidária seja subestimada ou desvalorizada. Devemos reconhecer que quando muitas de nós se unem em solidariedade, vidas são salvas, e o curso da história é alterado.

Embora eu possa não lembrar a data exata da ocorrência nem os nomes das vítimas, a dor que essa história evoca é algo que eu, assim como tantas outras mulheres, sinto profundamente. É a dor de viver em um mundo patriarcal, mas também a dor transformada em força, em ação, e em esperança. É a dor que nos lembra que a ontologia feminista é uma jornada de resistência, luta e solidariedade, e que cada história compartilhada é um passo em direção à mudança.

“Você é doutora?”

Em um dos eventos promovidos para divulgação da Casa Abrigo em meados de 2022, onde eu tinha o compromisso de fazer uma fala sobre os impactos da pandemia de violência na realidade do Oeste Paulista, uma advogada me perguntou: - *Você é Doutora?* E, eu, ingenuamente, respondi: *não, sou mestra*. Ela, insistente em me forçar a pensar quem eu era, continuou: *Não, amor, perguntei se você é da OAB*. Entendendo que ela queria saber se eu era advogada, afinal o evento estava acontecendo na sede da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), eu respondi: *Sou militante feminista, sou professora, sou geógrafa... da UNESP*. Ela brevemente responde, sem graça: *perdão, te vi do lado da Defensora Pública e achei que você era Doutora*.

Como escrevi em meu diário de campo, esse encontro do projeto *Desnaturalizando a violência contra as mulheres*⁹¹ foi um "chamamento ontológico e epistemológico", afinal: Quem pode falar sobre a violência?

Esse episódio revela a importância desses chamamentos, pois me levou a questionar as categorias que definem nossa identidade do ser mulher pesquisadora,

⁹¹ Este projeto é descrito em detalhes no capítulo 05.

professora e militante e como essas categorias moldam a minha compreensão da realidade cis-heteropatriarcal, inclusive do conhecimento geográfico.

O chamamento ontológico só foi identificado após o encontro com a teoria, composta por diversos autores e autoras que estudaram a relação da ontologia e da epistemologia, principalmente na ciência geográfica. Ao ter acesso, e até mesmo uma certa maturidade acadêmica para entender o que eu estava lendo, começou a ficar evidente que nesse episódio em que eu estava como militante eu também estava como pesquisadora, pois a advogada estava tentando categorizar a pessoa que eu sou com base em rótulos e títulos predefinidos, como o ser ou não ser “doutora”. Ela esperava que eu me encaixasse em uma determinada noção de *ser*, associando minha identidade à profissão de advogada, para *estar* em um evento sobre violência contra as mulheres, afinal esse assunto historicamente vem sendo judicializado⁹².

No entanto, minha resposta ampla, mencionando minha identidade como feminista, professora e geógrafa da UNESP, desafia essas categorias e revela que a nossa essência vai além das profissões que exercemos. Mas também me convidou a refletir sobre quem somos além dos rótulos e das expectativas sociais.

Ao mesmo tempo, o chamamento epistemológico se faz presente, pois a advogada baseou-se em seu conhecimento prévio para fazer suposições sobre mim. Ela nos leva a refletir sobre a importância de buscar conhecimentos mais amplos e não se limitar a noções preconcebidas. Assim, esse encontro se revela como um "chamamento ontológico e epistemológico" desta tese, pois me convida a repensar as categorias que me definem, a questionar os rótulos sociais e a ampliar a busca por conhecimento, através da confirmação da importância do raciocínio feminista para promover uma vida livre de violências. Me lembra que somos seres complexas, multifacetadas, que vão além dos ofícios que exercemos e que nosso conhecimento deve ser constantemente questionado e aprimorado.

Nesse sentido, o projeto *Desnaturalizando a violência contra as mulheres* desempenha um papel fundamental nessa tese, ao me convidar a refletir sobre a

⁹² A exemplo disso temos as Delegacias Especializadas no atendimento à mulheres vítimas que se iniciaram no país um ano antes das Casas Abrigo em 1985, como exposto no capítulo 3.

realidade e a conhecer de forma mais profunda as complexidades e desafios enfrentados pela rede de enfrentamento e acolhimento das mulheres em situação de violência. Mas, também, ao questionar as bases sociais e culturais dessa violência específica, artimanha fundamental do silenciamento patriarcal, o projeto nos convida a um chamamento ontológico e epistemológico coletivo, em busca de uma compreensão mais completa e justa da realidade.

Até esse momento, eu não me entendia como pesquisadora e doutoranda em Geografia na luta pela Casa Abrigo. Eu me entendia como militante, pela amplitude de ações⁹³ que a tarefa militante exigia. Para mim, participar da Casa Abrigo do Oeste paulista era uma forma de aprender como acolher as tantas mulheres que sofrem violência e buscam a Frente pela vida das mulheres. Eu não achava que esses eventos entrariam na minha tese, até o momento eu tinha como pretensão ouvir mulheres acolhidas em diferentes Casas Abrigo do Brasil, compreendendo os diversos contextos regionais na prevenção da violência de gênero. Porém, como as Casas Abrigo não me receberam como pesquisadora, me valia da identidade de militante feminista para construir o projeto e a continuidade do equipamento em Presidente Prudente - SP.

Todos esses eventos de encontro com o aparato político e jurídico do patriarcado⁹⁴ demandaram de mim tanto a função de pesquisadora quanto a de militante. Como pesquisadora, fui responsável por uma série de tarefas, desde a formulação de perguntas de pesquisa até a coleta e análise de dados, e a posterior comunicação dos resultados. Além disso, desempenhei um papel fundamental na revisão da literatura existente e na busca por financiamento para os projetos relacionados.

No entanto, minha função como militante também foi essencial. Participei da organização prévia dos eventos e desempenhei um papel fundamental na produção de relatos sobre os acontecimentos. Além disso, trabalhei em conjunto

⁹³ Acompanhar mulheres em processos de denúncia, organizar ações de solidariedade para conseguir alimentos para mulheres em situação de fome. Organizar oficinas de acolhimento de mulheres através de parcerias. Participar de greves, e eventos da classe trabalhadora e popular da cidade. Realizaram análise de conjuntura e cursos de formação militante para a produção de conteúdo nas redes sociais e preparar falar em atos de rua e manifestações etc.

⁹⁴ Descritos no capítulo 05.

com outras companheiras da coletiva feminista para desenvolver estratégias políticas que permitissem a manutenção e a implementação eficaz das políticas públicas que conquistamos. Essa combinação de papéis de pesquisadora e militante foi crucial para o sucesso e a eficácia das iniciativas em que estive envolvida.

Daquele dia em diante, comecei a refletir me questionando: quem eu era? Onde eu estava localizada naquela equipe majoritariamente de assistentes sociais, advogadas e psicólogas? O que a minha tese tinha a ver com as falas que eu fazia como militante? Qual a importância do raciocínio geográfico feminista para o combate as violências do Oeste Paulista? Qual foi importância do meu corpo, de mulher cis branca e, ainda por cima, loira, para acessar esses eventos?

Desta forma, ao longo da pesquisa a Casa Abrigo do Oeste Paulista passou a ser o ponto de partida para refletir sobre a importância da Geografia para o combate a pandemia de feminicídio, um problema de saúde que antigo na realidade brasileira, mas que só nos últimos anos com a promulgação da Lei nº 13.104, de 9 de março de 2015⁹⁵ que começou a tornar-se mais visível o assassinato de mulheres que envolve violência doméstica e familiar, menosprezo ou discriminação contra a mulher.

A partir da minha inserção de pesquisadora-militante⁹⁶ na equipe de mulheres que desenvolveram o projeto da Casa Abrigo, eu precisei encontrar a importância do meu saber, inclusive sobre Geografia, a minha ciência de formação, para reivindicação de políticas públicas que salvavam a vida de mulheres. Me tornei uma escutadeira feminista no processo de militância e de pesquisa. Passei-me a assombrar com as histórias de terror contada pelas mulheres, principalmente pelas que sobreviveram a tentativas de feminicídio e puderam colaborar com seus testemunhos para a compreensão de que: elas passaram por isso por que são mulheres.

Ao assumir uma postura política de pesquisadora-militante, mesmo sem ter consciência deste fato, tive a permissibilidade para estar nos espaços de decisão do

⁹⁵ Para saber mais ver o capítulo 02.

⁹⁶ O encontro com o texto “Pesquisador-militante ou militante-pesquisador: dilemas da investigação científica frente à prática política” escrito pelo sociólogo, que foi meu Professor na graduação, Luís Antônio Barone de 1995, é fruto da sua dissertação de mestrado e foi um acalento a angustia de tentar resolver um dilema que faz parte de toda investigação social.

poder jurídico e político do patriarcado defendendo o projeto da Casa Abrigo, e posteriormente pude também me comunicar com pessoas que atuam nos territórios da proteção das mulheres a partir das redes de enfrentamento a violência nos municípios que atendem a casa, e em outros que necessitam de uma casa⁹⁷.

Ao me deparar com o desafio de operar como geógrafa e como militante em uma equipe multidisciplinar de mulheres que apesar de identificarem como feministas, seguem princípios controversos para se chegar ao ponto da luta pelo direito das humanas de viver e morrer dignamente, fui instigada a abraçar um exercício epistemológico e ontológico constante, que indaga sobre o papel desempenhado pela Geografia dentro do debate acerca do feminicídio e da capacidade de *imaginar* como seria um espaço livre de violências patriarcais⁹⁸.

Tal reflexão me remeteu a necessidade de compreender que a abordagem geográfica requer a habilidade de estabelecer diálogo com outras áreas do conhecimento, conferindo destaque à importância do *raciocínio geográfico* para delinear a especificidade da disciplina e sua habilidade singular de estruturar o pensamento de maneira original (Gomes, 2017; Guimarães, 2019; Martins, 2016). Por isso, foi necessário me perguntar, diversas vezes: *O que é a Geografia?*

Essa busca pela compreensão do que é a ciência geográfica foi amparada pela vivência cotidiana, de anos de pesquisa, de ter que me entender como sujeita e militante no processo de pesquisa, ensino e extensão. Ao ter que explicar e demonstrar para os diferentes coletivos de mulheres (principalmente da equipe idealizadora do equipamento de salvaguardar a vida das mulheres), para os prefeitos dos municípios do consórcio do Oeste Paulista (CIOP) e para as mulheres que quase morreram por serem mulheres, pelos ex-companheiros feminicidas com quem (sobre)viveram e puderam colaborar com essa pesquisa e compartilharam suas histórias.

⁹⁷ Como por exemplo os municípios que compõem a comarca de Pirapozinho e participaram do I Fórum regional, explícito no capítulo 05.

⁹⁸ A primeira tese a tratar especificamente sobre isso foi de Angélica Lucía Damián Bernal.

Professorinha, Não!

Outro fator que contribuiu para necessidade de construção desse capítulo e compreensão da hipótese da tese foi a prática da docência. Durante todo meu doutoramento estive como professora universitária. No primeiro ano, 2020, fui estagiária da disciplina de Geografia da Saúde na graduação em Geografia da UNESP, junto ao meu orientador de doutorado, que me proporcionou compreender que existia uma forma de pensar geograficamente sobre as situações de vida e morte. Durante os meses subsequentes fui contratada como substituta pela UNESP para ministrar as disciplinas de Geografia da Saúde e Geocartografia durante o ano de 2021 e 2022. Com o fim da minha bolsa de doutorado, já em 2023, no último ano da pesquisa, me mudei para Erechim – RS para ministrar aulas de Geografia na Universidade Federal da Fronteira Sul, onde fui designada a ensinar diversas disciplinas de Geografia Humana⁹⁹.

Cada aula que preparava e ministrava me incentivavam a pensar que as melhores aulas eram aquelas que eu alcançava com as turmas o processo de ensinar e aprender a *pensar* geograficamente os fenômenos sociais que geravam desigualdades, porém através das desobediências epistemológicas do feminismo decolonial (Joseli SILVA e Marcio ORNAT, 2019).

À medida que a violência se torna cada vez mais visível devido à atuação do movimento feminista em diversos meios, como mídia, artes, música, cinema, séries, bem como nas ruas e nas redes sociais, e através de ações políticas que exercem uma influência direta na defesa da democracia no Brasil, minha atuação como militante feminista estava sempre presente na sala de aula. Sempre que possível, eu introduzia o debate atual sobre o feminicídio e o abordava sob a perspectiva de um fenômeno geográfico, destacando a importância de considerar seu contexto espacial e territorial.

Afinal, ao ser um fenômeno geográfico foi passível de ser mapeado, como amplamente exposto no capítulo anterior, mas também é facilmente observado nas práticas sociais cotidianas, inclusive na universidade, instituição que é regida pelas

⁹⁹ Epistemologia da Geografia, Iniciação a Prática Científica, Geografia Regional, Projeto Integrador I, Projeto Integrador II, Geografia Econômica, Geografia Cultural e Geografia da Saúde.

normas políticas, jurídicas e científicas do sistema cis-heteropatriarcal racista, o qual configura a base da violência de gênero. A universidade é sustentada por práticas misóginas cotidianas que promove o feminicídio epistemológico (Carolina SIMON, 2021).

O feminicídio epistemológico permeou toda a minha trajetória acadêmica e também se manifestou de maneira vívida em minha prática docente. No decorrer do último ano, deparei-me com experiências de misoginia vindas de alunos insatisfeitos com a minha jovem identidade como professora feminista. Eles menosprezaram não apenas as disciplinas que ministrei, mas também questionaram a minha ética enquanto educadora, minhas decisões em relação a faltas e notas, minha abordagem didática e até mesmo a minha própria experiência de vida. Essa hostilidade foi alimentada pelos estereótipos machistas que insistem em reservar a intelectualidade exclusivamente aos homens de certa idade.

Um dos episódios mais perturbadores que vivenciei ocorreu durante uma aula de Geografia Cultural, quando um aluno, de maneira agressiva, dirigiu-se a mim utilizando o termo pejorativo "professorinha", acompanhado de outras atitudes e palavras violentas. Esse incidente serviu como um doloroso lembrete de que independentemente dos meus títulos acadêmicos e da minha posição como docente em uma Universidade Federal, eu permaneço sendo uma mulher. Esse episódio me fez perceber que, ao discutir o feminicídio, a memória das mulheres e a contribuição intelectual das mulheres, estou, essencialmente, discutindo a minha própria experiência.

No entanto, de maneira paradoxal, minha presença como professora em ambas as universidades, me levou a ser reconhecida como uma referência na área do feminismo, uma educadora que incentiva a desobediência às normas tradicionais. Esse reconhecimento culminou na maior honra da minha carreira acadêmica: fui escolhida como professora homenageada pela turma LXII na cerimônia de formatura do curso de Geografia em março de 2023 na UNESP. Sem dúvida, esse foi um dos momentos mais significativos da minha ainda recente trajetória profissional, e foi resultado do carinho e reconhecimento das minhas alunas.

Na UFFS, o último ano da pesquisa foi marcado pelo reconhecimento da minha abordagem feminista da Geografia, o que resultou em convites para participar de diferentes espaços e eventos acadêmicos para discutir o meu trabalho. Um desses convites foi para proferir a palestra de encerramento da VII Semana Acadêmica de Filosofia da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), campus Erechim, em 31 de agosto de 2023. Confesso que, ao receber o convite para falar em um evento de Filosofia, senti uma grande ansiedade e me questioneei sobre o que poderia acrescentar à discussão. *Por que fui convidada?*

Como nos ensina Armando Corrêa da Silva: “A Geografia, como filosofia, ciência e técnica constituiu-se, assim, num mundo modo particular de pensar e abordar o mundo e evidenciando-lhe as contradições no espaço e no tempo” (1993, p.01). Parafraseando Milton Santos, acredito que o convite que me foi estendido se deve ao fato de que, no final das contas, eu sou essencialmente uma professora de Geografia, e isso me permite explorar certos temas de forma ousada. Nas palavras de Milton Santos:

“A única justificativa para minha ousadia de estar aqui é o fato de que o que une as disciplinas todas é o mundo. E o mundo se havendo tornado acessível a todos nós, [...], fez que a filosofia se colocasse à disposição dos não filósofos, abrindo espaço para que a filosofia produzida em cada campo do saber seja operacional” (SANTOS, 2000, p. 100).

O convite para essa participação especial surgiu a partir das disciplinas “Iniciação à Prática Científica” e “Epistemologia da Geografia”, que ministrei no semestre anterior a palestra. Na turma da primeira disciplina, tive a honra de contar com a presença de Giulia Santos, uma futura professora de Filosofia. O envolvimento dela na disciplina despertou uma indagação acompanhada de uma afirmação: “Seria viável abordar a atual situação das mulheres no ambiente acadêmico, tanto como professoras quanto como pesquisadoras? Também poderíamos destacar as dificuldades que você enfrentou ao buscar seu espaço como pesquisadora nos tempos atuais. Tenho certeza de que houve desafios significativos.”

¹⁰⁰ Conferência magna proferida pelo Professor Milton Santos no I Seminário Nacional Saúde e Ambiente no Processo de Desenvolvimento, em 12 de julho de 2000, disponível em formato de texto, p.309).

Esse convite rapidamente se tornou irresistível para mim. Naquele momento, compreendi que Giulia e outras alunas estavam enfrentando experiências misóginas em sua jornada universitária. Sem hesitação, aceitei a tarefa de compartilhar minhas reflexões sobre o "Feminicídio Epistemológico". Giulia, de forma ágil, sugeriu o subtítulo desta palestra: "A Realidade de Ser Mulher, Professora e Pesquisadora". Sem necessidade de mais explicações sobre o conceito de feminicídio epistemológico, ela já havia captado a sua essência: esse termo descreve as práticas misóginas que as mulheres vivenciam diariamente na universidade e em ambientes científicos, onde a misoginia se intensifica por meio de formas de violência que sufocam o pensamento feminino, particularmente das feministas (Simon, 2021).

Preparar as aulas e palestras nos meses de conclusão desta tese trouxe à tona a complexidade de “obedecer para desobedecer”. Fruto do dilema feminista que carrego constantemente: o desafio de lecionar uma Geografia cujos pilares androcêntricos não ecoam com minha convicção. A disciplina me foi ensinada por muitos homens e poucas mulheres, e, dentre essas mulheres, algumas “cúmplices do patriarcado”¹⁰¹, que reforçaram por anos em minha formação que a Geografia era a ciência *neutra* que estuda as relações entre *Homem* e *Natureza*; onde o sujeito e o objeto, era verdadeiramente *HOMEM*, e as mulheres não eram sujeitas, e suas experiências de vida e de morte não eram interessantes o suficiente para serem estudadas.

A desobediência se revela como uma força em minha trajetória, como aluna, pesquisadora e docente. Seguindo os preceitos da esperança feminista de Débora Diniz e Ivone Gebara (2022), desobedecer é uma forma de inventar a vida, de rejeitar os ditames da opressão que tenta moldar nossa mente e corpo. Eu desobedeci timidamente no passado como aluna, mas hoje como professora universitária tenho a oportunidade de desafiar as normas com um público mais amplo.

Perguntar e responder a mim mesma sobre as opressões é o ponto de partida para montar uma aula. Busco compreender minhas próprias inquietações com a ciência para traçar um caminho de transformação. Quando minhas perguntas

¹⁰¹ Isso reforça a afirmação de Simone de Beauvoir: "O opressor não seria tão forte se não tivesse cúmplices entre os próprios oprimidos". (1967, p. 82).

encontram eco em outros corações e gera a indignação, nasce a força da ação coletiva, necessária para que a universidade possa se transformar em comunidades, como nos ensina a utopia da pedagogia feminista de bell hooks (2013, 2021). Assim, os feminismos se ergueram, as opressões são (d)enunciadas e as mudanças se fazem possíveis.

A sala de aula se transforma em contraespaço feminista popular, de resistência e mudança (Carolina SIMON, 2020). Sinto a responsabilidade de proporcionar as bases para a construção de um contraespaço de ensino-aprendizagem que encoraje o questionamento, que desafie as referências antigas e predominantemente masculinas, e que celebre a diversidade de vozes na ciência geográfica. Logo, cada aula é uma semente para o futuro feminista e, consequentemente, anticapitalista e antirracista.

A cada aula que preparo, me confronto com a necessidade de romper com paradigmas aristotélicos-kantianos e construir um espaço de ensino vivo, repleto de emoções, risos, críticas e reflexões. Onde corpo e mente estão presentes. Minhas aulas são construídas por "caras de dúvida" através da promoção do desconforto epistemológico, porque é nesses momentos de incerteza que a verdadeira aprendizagem sobre a importância do raciocínio geográfico feminista floresce. Portanto, a escuta se revela como uma ferramenta fundamental na minha abordagem pedagógica, assim como na atividade de pesquisa da tese. Aprendi na prática como aluna e docente, mas, também, na teoria de Paulo Freire (1965, 1970) e bell hooks (2019, 2020, 2021) que a escuta não é inata, é uma habilidade que se desenvolve, especialmente na pedagogia da esperança, uma pedagogia transgressora e feminista.

Minha busca por criar um ambiente de aprendizagem significativo exige que eu ouça ativamente, pois, é através dessa escuta atenta e afetuosa que a imaginação geográfica é ativada, permitindo compreender realidades distintas das minhas. Minha aula é a busca de uma conversa entre eu e minhas alunas, alunas e alunos, onde a imaginação geográfica é instigada pela pergunta mãe da Geografia: *ONDE?* essa pergunta é o fio condutor para explorar possibilidades de perguntas futuras, como: *Quem? Quando? Porque? E, principalmente, Para quem?*

Perguntar e desafiar as respostas patriarcais, racistas e heterossexuais compulsórias¹⁰², mesmo que isso signifique enfrentar o desconforto e o feminicídio epistemológico, é fundamental para construir um futuro mais igualitário. Através das perguntas rompemos com as respostas impostas pelo poder vigente e construímos um contraespaço de esperança feminista.

Questionar é o ato de revolução que forjou a base do feminismo. O fardo de ser uma professora e pesquisadora feminista é grande, mas é uma necessidade para a minha própria (re)existência, logo foi essencial para o fechamento desta tese.

¹⁰² A heterossexualidade compulsória foi cunhada por Adrienne Rich em 1980 e se refere a uma estrutura social que impõe e valoriza a heterossexualidade como a norma, relegando outras orientações sexuais a uma posição marginalizada. tem semelhanças com o termo "heterossexualidade obrigatória" introduzido por Gayle Rubin em seu artigo clássico "O tráfico de mulheres: notas sobre a 'economia política' do sexo" (1975).

Considerações Finais

Ao terminar essa tese preciso evidenciar a vocês, leitoras e leitores que até aqui chegaram, indiferentemente do caminho que escolheram perseguir entre as possibilidades de permutação dos sete capítulos, que a produção dessa pesquisa foi extremamente dolorosa, por isso a leitura não é agradável.

Ler, escutar, falar, desenhar, mapear e escrever sobre as raízes profundas do feminicídio já são em si atos feministas revolucionários, pois se propõem a manter as pessoas vivas em um regime de morte matada, logo, de dor. A pesquisa sobre o feminicídio, um tema tão sensível e urgente, exigiu um mergulho profundo em questões que muitas vezes são negligenciadas ou ignoradas pela sociedade e, conseqüentemente, pela Geografia. Assim, a tese destaca a necessidade premente de ações abrangentes, promovendo não apenas a igualdade de gênero, mas também a proteção das vítimas, a responsabilização dos agressores e do Estado.

Este trabalho, desde seu início, reflete a expressão do raciocínio geográfico da autora, reconhecendo que as reflexões e análises aqui apresentadas são modos de pensar situados, parcialmente concebidos e fundamentados na compreensão de que o pensamento geográfico é uma prática política ligada ao nascimento da consciência e da razão. Assim, destaco que o caminho percorrido pela pesquisa foi em espiral e, por não ter uma linearidade clássica, foi árduo e desafiador, como representado no organograma a seguir.

Ao finalizar esta jornada de mais de quatro anos de pesquisa sobre feminicídio, é inevitável não destacar a importância da teoria e da prática feminista para alcançar a promoção da saúde em sua totalidade, abrangendo a utopia do bem-estar físico, mental e social.

Desta forma, a Geografia é abordada em quatro níveis fundamentais: o ontológico, o epistemológico, o disciplinar e o pedagógico. Essa abordagem reflete a consciência da não neutralidade da ciência produzida, ensinada e perpetuada. No contexto desta pesquisa, o raciocínio geográfico feminista surge como uma ferramenta crucial na identificação e análise de estratégias de prevenção do feminicídio e, assim, na continuidade da Casa Abrigo.

Organograma 6- Espiral do raciocínio de produção da Tese



Essa abordagem inovadora permite a adaptação das ações às especificidades locais, reconhecendo que o feminicídio não é apenas um problema generalizado, mas profundamente enraizado em contextos geográficos específicos. Assim, detalho os componentes fundamentais que envolveram o raciocínio geográfico feminista para a vida das mulheres, como a posicionalidade, a dororidade e a interseccionalidade situada. Essas abordagens teóricas, metodológicas e conceituais me permitiram uma análise holística e profunda das causas e consequências da violência de gênero, considerando o espaço geográfico como um elemento fundamental para a compreensão do fenômeno que mata silenciosamente.

Optei por romper o silêncio da academia e iniciar com as histórias de mulheres que sobreviveram ao feminicídio, mas também articulei diversas outras histórias de dor, vividas sob o regime de dominação, exploração e morte que sustenta a violência de gênero no Brasil. Esta é uma escolha política-geográfica, pois acredito que ao sensibilizar a partir do cotidiano, o texto estabelece o ponto de partida real.

Ao considerar o feminicídio como um fenômeno geográfico, explorei suas diversas facetas, começando pela análise da distribuição espacial das mortes. Utilizando ferramentas feministas, especialmente a cartografia, foram mapeadas as áreas com maior incidência de feminicídio ao longo dos anos, desde a tipificação legal dessas mortes na América Latina até uma análise temporal dos assassinatos de mulheres registrados nas Unidades da Federação do Brasil.

No entanto, a tese vai além da cartografia dos dados de mortes, concentrando-se também no acesso a serviços para mulheres vítimas de violência. Destaco lacunas geográficas na prestação de serviços especializados, como Delegacias, Casa da Mulher Brasileira e Casa Abrigo. Essas ausências nos mapas evidenciam a necessidade de políticas públicas adaptadas às particularidades de diferentes regiões, ressaltando a importância de uma abordagem integrada e em rede no combate ao feminicídio no Brasil.

As Casas Abrigo, por exemplo, desempenham um papel crucial na proteção e assistência às vítimas, mas ainda enfrentam desafios e carências de recursos em diversos locais do Brasil. A inauguração da "Casa Abrigo para Acolhimento de

Mulheres e Dependentes, Vítimas de Violência Doméstica no Município de Presidente Prudente e Região", em 6 de agosto de 2021, representou um importante marco na luta contra o feminicídio e na proteção das vítimas de violência de gênero na região do Oeste Paulista e foi o ponto de partida desta pesquisa. Este equipamento é fruto de um engajamento intenso ao longo do primeiro ano do doutorado em 2020, representou uma colaboração entre diferentes atrizes e atores, incluindo o coletivo feminista popular da cidade, a Frente pela Vida das Mulheres, e a Defensoria Pública do Município, além de representantes da Universidade Estadual Paulista (UNESP) e outros órgãos públicos.

Apesar das conquistas alcançadas com a inauguração da Casa Abrigo, enfrentamos desafios contínuos na região do Oeste Paulista, especialmente em relação à continuidade do financiamento para sua manutenção. Este desafio é exacerbado pela especialização do equipamento, que torna sua manutenção dispendiosa para municípios menores, com recursos limitados e uma rede de enfrentamento à violência ainda em desenvolvimento.

É a partir dessa experiência que esta tese se propõe a realizar uma análise profunda sobre o combate ao feminicídio, destacando-o como um evento sentinela para compreender o iceberg da violência de gênero. Logo, o processo de pesquisa que culminou nesta tese revela que é fundamental que as autoridades se sensibilizem para garantir o apoio necessário para enfrentar a violência feminicida.

Para isso, realizei um extenso levantamento bibliográfico e de marcos jurídicos e políticos que tratam especificamente da prevenção da violência contra as mulheres. Embora a Lei Maria da Penha seja um marco importante nas políticas de prevenção do feminicídio, esta pesquisa evidencia a carência de recursos e investimentos, especialmente em relação às Casas Abrigo.

A análise da distribuição geográfica desses recursos revela desafios na prestação de serviços às mulheres em situação de violência e mostra que não estamos cumprindo plenamente a legislação vigente. Este trabalho reflete não apenas a trajetória e expressão da autora, mas também a importância de uma abordagem feminista e geográfica na compreensão das complexas relações entre Geografia, Saúde e Violência de Gênero.

Tenho a convicção de que o combate à violência contra as mulheres é intrinsecamente ligado à promoção da educação, fundamental para pensar na vida das mulheres e homens. Por isso, a participação ativa dos homens da Geografia como aliados é urgente, desafiando e transformando o patriarcado.

O compromisso das geógrafas e geógrafos é contribuir ativamente com a vida das pessoas, com todas as ferramentas metodológicas disponíveis. Destaco especialmente as cartografias críticas feministas e as metodologias da pesquisa qualitativa, as quais nos fornecem a possibilidade de tornar-me “escutadeira” e geógrafa feminista para a Saúde. A construção social dos conceitos de saúde e doença na realidade brasileira emerge como um desafio para a Saúde Coletiva, demandando um raciocínio geográfico renovado.

Afinal, o feminicídio não é apenas um fenômeno geográfico silencioso, mas também um reflexo das desigualdades de gênero e de questões mais amplas de saúde e qualidade de vida.

Referências

A

- ABBAGNANO, Nicola. Dicionário de Filosofia. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- AHMED, Sara. Viver uma vida feminista. Ubu Editora, 2022.
- AKOTIRENE, Carla. Interseccionalidade. Pólen Produção Editorial LTDA, 2019.
- ALDRICH, Tim E.; LEAVERTON, Paul E. Sentinel event strategies in environmental health. *Annual Review of Public Health*, v. 14, n. 1, p. 205-217, 1993. DOI: <https://doi.org/10.1146/annurev.pu.14.050193.001225>.
- ALMEIDA, Rosângela Doin de. O espaço geográfico: ensino e representação. Editora Contexto, 1994.
- ALMEIDA, Silvio. Racismo estrutural. Pólen Produção Editorial LTDA, 2019.
- ALMEIDA, Sueli Souza. Femicídio: Algemas (in)visíveis do público-privado. Rio de Janeiro: Revinter, 1998.
- ALVES, Natália Cristina; PEDROSO, Mateus; FACHIN, Guimarães, Raul Borges. Corpos que falam: interpretações geográficas entre saúde, gênero e espaço. *Caderno Prudentino de Geografia*, v. 3, n. 41, p. 09-24, 2019. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/cpg/article/view/6435>.
- ALVES, Natália Cristina. A cidade inscrita no meu corpo: gênero e saúde em Presidente Prudente- SP. 2010. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/96754>.
- ALVES, Natália Cristina. “O outro na cidade”: deficiência, acessibilidade e saúde em Presidente Prudente – SP. 2015. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente. <http://hdl.handle.net/11449/127928>.
- ALVES, Natália Cristina; SIMON, Carolina Russo. A multidimensionalidade da deficiência: contribuições da Geografia e da pesquisa qualitativa. In: ALVES, Natália Cristina; DIAS, Leonice Seolin; FILHO, Vitor Ribeiro (Org.). *Pessoas com deficiência: uma abordagem geográfica*. 1. ed. Tupã: ANAP, 2021. p. 27-44. Disponível em: <https://www.estantedaanap.org/product-page/pessoas-com-defici%C3%Aancia-uma-abordagem-geogr%C3%A1fica>.
- ANGELIN, Rosângela. A “caça às bruxas”: uma interpretação feminista. *Revista espaço acadêmico*, v. 5, n. 53, 2005.
- ARAÚJO, Tathiane Aquino; NOGUEIRA, Sayonara Naider Bonfim; CABRAL, Euclides Afonso. Registro Nacional de Assassinatos e Violações de Direitos Humanos das Pessoas Trans no Brasil em 2022. Série Publicações Rede Trans Brasil, 7a. ed. Aracaju: Rede Trans Brasil, Uberlândia: IBTE, 2023.
- ARCHELA, Rosely S. Mapa: Instrumento de Comunicação e Pesquisa: Análise de representações gráficas. 1993. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade de São Paulo, São Paulo.

ARCHELA, Rosely Sampaio. Contribuições da semiologia gráfica para a cartografia brasileira. GEOGRAFIA (Londrina), v. 10, n. 1, p. 45-50, 2001. DOI: <https://doi.org/10.5433/2447-1747.2001v10n1p45>.

AZAMBUJA, Mariana Porto Ruwer de; NOGUEIRA, Conceição. Introdução à violência contra as mulheres como um problema de direitos humanos e de saúde pública. Saúde e Sociedade, v. 17, p. 101-112, 2008. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-12902008000300011>.

B

BARONE, Luís Antonio. Militante-Pesquisador ou Pesquisador-Militante. Dilemas da Investigação Científica frente à prática política. Cadernos de Campo: Revista de Ciências Sociais, n. 2, 1995. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/cadernos/article/view/10127>.

BARSTED, Leila de Andrade Linhares. Em busca do tempo perdido: mulher e políticas públicas no Brasil 1983-1993. Revista Estudos Feministas, v. 2, p. 38-54, 1994. DOI: <https://doi.org/10.1590/%25x>.

BARSTED, Leila Linhares. Os direitos humanos na perspectiva de gênero. In: Anais do I Colóquio de Direitos Humanos. São Paulo: USP, 2001.

BEAUVOIR, Simone. O segundo sexo. Nova Fronteira, 2014.

BERTH, Joice. Empoderamento. Pólen Produção Editorial LTDA, 2019.

BERTIN, J. Sémiologie graphique: les diagrammes, les réseaux, les cartes. Paris: Gauthier-Villars, 1973.

BITETI, Mariane de Oliveira. O em-si-para-o-outro-para-si: o ôntico e o ontológico como dimensões do ser geográfico. 2014. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal Fluminense, Niterói.

BITETI, Mariane de Oliveira. Geografia e ontologia no debate dos feminismos. Revista Tamoios, v. 18, n. 2, p. 6-21, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/tamoios.2022.65547>.

BLACK, Jeremy. Maps and politics. University of Chicago Press, 2000.

BLAY, Eva Alterman. Do feminismo ao gênero: uma nova Inquisição?. Revista USP, n. 122, p. 63-70, 2019. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.voi122p63-70>.

BLAY, Eva. Assassinato de Mulheres e Direitos Humanos. São Paulo: Editora 34, 2007.

BORSOI, Bruna F. G. Cirurgias plásticas e o espaço heteronormativo: as (trans)formações do corpo jovem em Presidente Prudente- SP. 2018. Monografia (Graduação em Geografia) - FCT Unesp, Presidente Prudente.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Política nacional de atenção integral à saúde da mulher: princípios e diretrizes. Brasília: Ministério da Saúde, 2004. 82 p. (C. Projetos, Programas e Relatórios). ISBN 85-334-0781-5.

BRASIL. Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para Mulher, 2007. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/politicas-para-mulheres/arquivo/assuntos/violencia/pacto-nacional>.

BRASIL. Norma técnica de padronização das delegacias especializadas de atendimento às mulheres: 25 anos de conquistas - Deams. Brasília: Ministério da Justiça, Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2010. Disponível em: <[https://assets.compromissoeatitude-ipg.sfo2.digitaloceanspaces.com/2012/08/MJ-2010-Norma](https://assets.compromissoeatitude-ipg.sfo2.digitaloceanspaces.com/2012/08/MJ-2010-Norma-Tecnica-Padronizacao-DEAMs.pdf) Técnica-Padronizacao-DEAMs.pdf>.

BRASIL. Lei 14.541, de 3 de abril de 2023. Estabelece as diretrizes para a criação e o funcionamento ininterrupto de Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (Deam). Diário Oficial da União, Brasília. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/L14541.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%2014.541%2C%20DE%203,Art.

BRASIL. Lei 11.340, de 7 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm.

BRASIL. Lei 13.104, de 9 de março de 2015. Altera o art. 121 do Decreto-Lei 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 10 mar. 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13104.htm.

BRASIL. Lei 14.132, de 31 de março de 2021. Tipifica o crime de perseguição, nos termos do art. 5º, inciso XLI, da Constituição Federal. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 1º abr. 2021. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/l14132.htm.

BUTLER, Judith. El género em disputa: el feminismo y la subversión de la identidad. Barcelona: Editora Paidós, 2007.

BUTLER, Judith. Relatar a si mesmo. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

BUTLER, Judith. A vida psíquica do poder: teorias da sujeição. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.

BUTLER, Judith. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. Editora José Olympio, 2018

C

CAHILL, Caitlin. The personal is political: Developing new subjectivities through participatory action research. *Gender, Place and Culture*, v. 14, n. 3, p. 267-292, 2007. DOI: <https://doi.org/10.1080/09663690701324904>.

CAPUTI, Jane; RUSSEL, Diana. *Femicidio: la política de matar mujeres*. New York: Twayne, 1992.

CARCEDO, Ana; SAGOT, Montserrat. Femicidio en Costa Rica 1990-1999. In: *Femicidio en Costa Rica 1990-1999*. p. 84-84, 2000.

CARLOTO, Cássia Maria; CALÃO, Vanusa Ferreira. A importância e o significado da Casa Abrigo para mulheres em situação de violência conjugal. *Emancipação*, v. 6, n. 1, 2006. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/emancipacao/article/view/79>.

CHAUI, Marilena. *Convite à filosofia*. São Paulo: Editora Ática, 1995.

CLAUDINO, Guilherme dos Santos. Raízes e constelações do saber geográfico acadêmico brasileiro: o conhecer e o pensar na condição de nervuras. 2019. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/192153>.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. *Interseccionalidade*. Boitempo Editorial, 2021.

COLLINS, Patricia Hill. *Bem mais que ideias: a interseccionalidade como teoria social crítica*. Boitempo Editorial, 2022.

CONCHA-EASTMAN, Alberto; MALO, Miguel. Da repressão à prevenção da violência: desafio para a sociedade civil e para o setor saúde. *Ciência & saúde coletiva*, v. 11, p. 1179-1187, 2006. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-81232006000500008>.

CRAMPTON, Jeremy e KRYGIER, John. Uma introdução à cartografia crítica. In: ASCELRAD, H. (org.). *Cartografias sociais e território*. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 2008.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Revista Estudos Feministas*, v. 10, n. 1, p. 171-188, 2002. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2002000100011>.

D

DAMIÁN, Angélica Lucía Bernal. La manifestación espacial de la violencia feminicida en Naucalpan. 2010. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidad Nacional Autónoma de México. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.14330/TES01000659917>.

DAMIÁN, Angélica Lucía Bernal. El proceso de producción de un espacio libre de violencia para las mujeres en Naucalpan. 2016. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidad Nacional Autónoma de México. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.14330/TES01000746146>.

DEBERT, Guita Grin. As Delegacias de Defesa da Mulher: judicialização das relações sociais ou politização da justiça?. In: Vida em família: uma perspectiva comparativa sobre crimes de honra. p. 15-64, 2006.

DIAS, Leila Christina. Os sentidos da rede: notas para discussão. Redes, sociedades e territórios, v. 2, p. 11-28, 2005. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11624/3125>.

DINIZ, Debora; COSTA, Bruna Santos; GUMIERI, Sinara. Nomear feminicídio: conhecer, simbolizar e punir. Revista Brasileira de Ciências Criminais, n. 114, p. 225-239, 2015. Disponível em: <https://bd.tjdft.jus.br/jspui/handle/tjdft/48458>.

DINIZ, Débora; GEBARA, Ivone. Esperança Feminista. Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Tempos, 2022.

DYCK, I. Feminism and Health Geography: Twin tracks or divergent agendas? Gender, Place & Culture, v. 10, n. 4, p. 361-368, 2003. DOI: <https://doi.org/10.1080/0966369032000153331>.

E

ELWOOD, Sarah. Volunteered geographic information: future research directions motivated by critical, participatory, and feminist GIS. GeoJournal, v. 72, n. 3-4, p. 173-183, 2008. DOI: <https://doi.org/10.1007/s10708-008-9186-0>.

F

FARAH, Marta Ferreira Santos. Parcerias, novos arranjos institucionais e políticas públicas no nível local de governo. Revista de administração pública, v. 35, n. 1, p. 119-a, 2000. Disponível em: <http://web.bndes.gov.br/bib/jspui/handle/1408/15464>.

FARAH, Marta Ferreira Santos. Gênero e políticas públicas. Revista Estudos Feministas, v. 12, p. 47-71, 2004. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2004000100004>.

FEDERICI, Silvia. Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva. Editora Elefante, 2023.

FEDERICI, Silvia. O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista. Editora Elefante, 2019.

FLICK, Uwe. Introdução à pesquisa qualitativa. Artmed. Porto Alegre, 207, 2009.

FONSECA, Fernanda Padovesi; OLIVA, Jaime. Cartografia. Editora Melhoramentos, 2013.

FONSECA, Fernanda Padovesi. A inflexibilidade do espaço cartográfico, uma questão para a Geografia: análise das discussões sobre o papel da Cartografia. 2004. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade de São Paulo.

FONSECA, Fernanda Padovesi. O potencial analógico da cartografia. Boletim Paulista de Geografia, n. 87, p. 85-110, 2007. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/boletim-paulista/article/view/697/579>.

Fórum Brasileiro de Segurança Pública. ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA 2023. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, ano 17, 2023. Disponível em: <https://publicacoes.forumseguranca.org.br/handle/123456789/229>.

Fórum Brasileiro de Segurança Pública. ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA 2022. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, ano 16, 2022. Disponível em: <https://publicacoes.forumseguranca.org.br/handle/fbsp/59>.

Fórum Brasileiro de Segurança Pública. ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA 2021. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, ano 15, 2021. Disponível em: <https://publicacoes.forumseguranca.org.br/handle/fbsp/60>.

Fórum Brasileiro de Segurança Pública. ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA 2020. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, ano 14, 2020. Disponível em: <https://publicacoes.forumseguranca.org.br/handle/fbsp/61>.

FREGOSO, R.; BEJARANO, C. Feminicidio en América Latina. México: Centro de Investigaciones y Estudios Superiores en Antropología Social, 2011.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido. Editora Paz e Terra, 2014.

FREIRE, Paulo. Pedagogia dos sonhos possíveis. Editora Paz e Terra, 2015.

FREIRE, Paulo. Educação como Prática da Liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1965.

G

GEORGE, Pierre. Précis de géographie urbaine. Paris: Presses Uni. de France, 1969.

GIBBONS, Wendy. 'Critical of What?': Past and Current Issues in Critical Human Geography. History of Intellectual Culture, v. 1, n. 1, 2001.

GIRARDI, Eduardo Paulon. Proposição teórico-metodológica de uma cartografia geográfica crítica e sua aplicação no desenvolvimento do atlas da questão agrária. 2008. Tese (Doutorado em Ciência e Tecnologia) - Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/105064>.

GIRARDI, Gisele. A cartografia e os mitos: ensaios de leitura de mapas. 1997. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade de São Paulo, São Paulo.

GIRARDI, Gisele. Cartografia Geográfica: considerações críticas e proposta para ressignificação de práticas cartográficas na formação do profissional em geografia. 2003. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade de São Paulo, São Paulo.

GIRARDI, Gisele. Mapas desejantes: uma agenda para a Cartografia Geográfica. Pro-Posições, v. 20, p. 147-157, 2009. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-73072009000300010>.

GOMES, Izabel Solyszko. Feminicídios: um longo debate. Revista Estudos Feministas, v. 26, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1590/%25x>.

GOMES, Paulo Cesar da Costa. Quadros geográficos. Bertrand Brasil Editora SA, 2017.

GOMES, Paulo Cesar da Costa. Um lugar para a Geografia: contra o simples, o banal e o doutrinário. Espaço e tempo: complexidade e desafios do pensar e do fazer geográfico. Curitiba: Associação de Defesa do Meio Ambiente e Desenvolvimento de Antonina (ADEMADAN), p. 13-30, 2009.

GROSSI, Miriam Pillar. Gênero, violência e sofrimento. Antropologia em primeira mão, Florianópolis, v15,n. 21,p. 7-10, 1998.

GT de Saúde da AGB Seção Local Pres. Prudente. RESISTIR PARA RE-EXISTIR: GT DE SAÚDE PRESIDENTE PRUDENTE. Caderno Prudentino De Geografia, v. 4, n. 42, p. 446-454, 2020. Recuperado de <https://revista.fct.unesp.br/index.php/cpg/article/view/7768>.

GUIMARÃES, Gabriele Carvalho. Aborto em Três Lagoas (MS) e a violência racial e de gênero. 2022. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente. Recuperado de <http://hdl.handle.net/11449/234946>.

GUIMARÃES, Raul Borges. Geografia e saúde. Saúde: fundamentos de Geografia humana [online]. São Paulo: Editora UNESP, p. 17-39, 2015. DOI: <https://doi.org/10.7476/9788568334386>.

GUIMARAES, Raul Borges; SIMON, Carolina Russo; LIMA, João Pedro Pereira Caetano de. COVID-19, REGIÕES DE SAÚDE E OS DESAFIOS DO PLANEJAMENTO TERRITORIAL NO BRASIL. Hygeia-Revista Brasileira de Geografia Médica e da Saúde, p. 370-379, 2020. <https://doi.org/10.14393/Hygeia0054640>

GUIMARÃES, Raul Borges. Saúde pública e política urbana: memória e imaginário social. 2000. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade de São Paulo, São Paulo.

GUIMARÃES, Raul Borges. Saúde: fundamentos de Geografia humana. São Paulo, SP: Editora UNESP, 2014. <https://doi.org/10.7476/9788568334386>.

GUIMARÃES, Raul Borges. A dupla determinação geográfica da saúde: Uma teoria em construção. In: Novos temas para se pensar as pesquisas em Geografia da Saúde. Blumenau: IFC, p. 18-25, 2019.

GUIMARÃES, Raul Borges. Prefácio. In: Geografia e Saúde: conceitos, teorias e metodologias. Dourados: UFGD, p. 7-13, 2020.

H

HARAWAY, Donna. Simians, Cyborgs and Women: The Reinvention of Nature. London: Free Association, 1991.

HARAWAY, Donna. The Persistence of Vision. In: MIRZOEFF, Nicholas (org.). The Visual Culture Reader. Londres: Routledge, 1998.

HARAWAY, Donna. 'Situated Knowledges: The Science Question in Feminism and the Privilege of Partial Perspective'. In: Space, gender, knowledge: Feminist readings. Routledge, p. 53-72, 2016.

HARDING, Sandra. Whose Science? Whose Knowledge? Thinking from Women's Lives. Milton Keynes, 1991.

HARLEY, J. B. Deconstructing the map. Cartographica: The international journal for geographic information and geovisualization, v. 26, n. 2, p. 1-20, 1989.

HARLEY, J. B. Historical geography and the cartographic illusion. Journal of Historical Geography, v. 15, n. 1, p. 80-91, 1989.

HARLEY, John B. Can there be a cartographic ethics?. Cartographic Perspectives, n. 10, p. 9-16, 1991.

HEISE, Lori; PITANGUY, Jacqueline; GERMAIN, Adrienne. Violencia contra la mujer: la carga oculta sobre la salud. Programa Mujer, Salud y Desarrollo, Organización Panamericana de la Salud, 1994. 103 p.

HERMANN, Harry. Narratives interview. In: Handbuch qualitative Sozialforschung: Grundlagen, Konzepte, Methoden und Anwendungen. Beltz, PsychologieVerlagsUnion, p. 182-185, 1995.

hooks bell. Feminism is for Everybody. In: Ideals and Ideologies. Routledge, p. 421-426, 2019.

hooks, bell. Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.

hooks, bell. Ensinando pensamento crítico: sabedoria prática. Editora Elefante, 2020.

hooks, bell. Ensinando Comunidade: uma pedagogia da esperança. São Paulo: Elefante, 2021.

J

JOLY, Fernand. A cartografia. Campinas: Papirus, 8ª ed, 2005.

JUBB, Nadine et al. Regional mapping study of women's police stations in Latin America. Project: Access to Justice for Women in Situations of Violence: A Comparative Study of Women's Police Stations in Latin America (Brazil, Ecuador, Nicaragua, Peru), 2008.

K

KNIGGE, LaDona; COPE, Meghan. Grounded visualization: Integrating the analysis of qualitative and quantitative data through grounded theory and visualization. Environment and planning A, v. 38, n. 11, p. 2021-2037, 2006. DOI: <https://doi.org/10.1068/a37327>.

L

LA BLACHE, Paul Vidal de. Principes de géographie humaine publiés d'après les manuscrits de l'auteur. A. Colin, 1921.

LACOSTE, Yves. A geografia-isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra. Papyrus, 2005 [1985].

LAGARDE, Marcela. Por la vida y la libertad de las mujeres. Fin al feminicidio. México: Cámara de Diputados, 2004.

LAGARDE, Marcela. “El feminicidio, delito contra la humanidad”. In: Feminicidio, Justicia y Derecho Comisión Especial para Conocer y dar Seguimiento a las Investigaciones relacionadas con los Feminicidios en la Republica Mexicana, México, 2005.

LAGARDE, M. Del femicidio al feminicidio. Desde el Jardín de Freud, n. 6, p. 216-225, 2006. Disponível em: <https://revistas.unal.edu.co/index.php/jardin/article/view/8343>.

LAGARDE, Marcela. La política feminista de la sororidad. Mujeres en Red, el periódico feminista, v. 11, p. 1-5, 2009.

LAN, Diana. Construyendo una Geografía Crítica y Transformadora: En defensa de la Ciencia y la Universidad Pública. In: XXI JORNADAS DE GEOGRAFÍA DE LA UNLP, 2019, Ensenada, Argentina. Actas... Ensenada: Universidad Nacional de La Plata. Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación, 2019. Disponível em: <http://jornadasgeografia.fahce.unlp.edu.ar/front-page/front-page/actas/ponencias>.

LEES, Susan, Phimister, D., Broughan, C., Dignon, A., & Brown, M. Domestic violence: The base of the iceberg. British Journal of Midwifery, v. 21, n. 7, p. 493-498, 2013. DOI: <https://doi.org/10.12968/bjom.2013.21.7.493>.

LIBAULT, André. Geocartografia. Companhia Editora Nacional, 1975.

LIMA, Filipe Antunes. Vulnerabilidade social e a questão social urbana: a condição de existência precária em Londrina- PR e Presidente Prudente- SP. 2023. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologias, Programa de Pós-graduação em Geografia, Presidente Prudente, SP.

LINDO, Paula. O mapa da pesquisa de gênero na Geografia brasileira (2010 a 2019): Sistematização e análise. Revista da ANPEGE, v. 17, n. 32, p. 259-281, 2019. DOI: <https://doi.org/10.5418/ra2021.v17i32.12488>.

LUGONES, Maria. Rumo a um feminismo descolonial. Revista Estudos Feministas, v. 22, p. 935-952, 2014. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2014000300013>.

LUSSAULT, Michel; LEVY, Jacques. Dictionnaire de la géographie et de l'espace des sociétés, 2003.

M

MACEACHREN, Alan M. Visualizing uncertain information. *Cartographic perspectives*, n. 13, p. 10-19, 1992. DOI: <https://doi.org/10.14714/CP13.1000>.

MACEACHREN, Alan M. Visualization in modern cartography: setting the agenda. *Visualization in modern cartography*, v. 28, n. 1, p. 1-12, 1994. DOI: <https://doi.org/10.1016/B978-0-08-042415-6.50008-9>.

MACEACHREN, Alan M.; GANTER, John H. A pattern identification approach to cartographic visualization. *Cartographica: The International Journal for Geographic Information and Geovisualization*, v. 27, n. 2, p. 64-81, 1990. DOI: <https://doi.org/10.3138/M226-1337-2387-3007>.

MACHADO, Lia Zanotta. Feminismos brasileiros nas relações com o Estado. Contextos e incertezas. *Cadernos pagu*, v. 47, 2016. DOI: <https://doi.org/10.1590/18094449201600470001>.

MacKinnon, Catharine. A. *Are women human?*. Harvard University Press, 2007.

MacKINNON, Catharine. "Feminism, Marxism, Method, and the State. Toward Feminist Jurisprudence". IN: Sandra Harding (ed.), *Feminism & Methodology*. Bloomington, Indiana: Indiana University Press, pp.:135-156, 1987.

MANNE, Kate. *Down girl: The logic of misogyny*. Oxford University Press, 2017.

MARIÁTEGUI, José Carlos; QUIJANO, Aníbal. *Textos básicos*. Lima: Fondo de cultura económica, p. 228-57, 1991.

MARTINELLI, Marcello. Cartografia dinâmica: tempo e espaço nos mapas. *GEOUSP Espaço e Tempo (Online)*, v. 9, n. 1, p. 53-66, 2005. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geousp.2005.73972>.

MARTINELLI, Marcelo. Os mapas da Geografia. In *Anais do Congresso Brasileiro de Cartografia*, No. 22, pp. 1-12, 2005.

MARTINELLI, Marcelo. *Mapas, gráficos e redes: elabore você mesmo*. Oficina de Textos, 2014.

MARTINS, Elvio Rodrigues. Geografia e Ontologia: o fundamento geográfico do ser. *GEOUSP*, São Paulo. N°21, p.32-52, 2007. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geousp.2007.74047>.

Martins, Elvio Rodrigues. O Pensamento Geográfico é Geografia em Pensamento? *GEOgraphia*, v. 18, n. 37, p. 61, 2016. <https://doi.org/10.22409/GEOgraphia2016.v18i37.a13758>.

MCDOWEL, Linda. *Gender, identity and place: Understanding feminist geographies*. U of Minnesota Press, 1999.

MCDOWELL, Linda. Women/gender/feminisms: doing feminist geography. *Journal of geography in higher education*, v. 21, n. 3, p. 381-400, 1997. DOI: <https://doi.org/10.1080/03098269708725444>.

MCDOWELL, Linda. Engendering change: curriculum transformation in human geography. *Journal of Geography in Higher Education*, v. 16, n. 2, p. 185-197, 1992. DOI: <https://doi.org/10.1080/03098269208709194>.

MCLAFFERTY, Sara L. Mapping women's worlds: Knowledge, power and the bounds of GIS. *Gender, Place and Culture: A Journal of Feminist Geography*, v. 9, n. 3, p. 263-269, 2002. DOI: <https://doi.org/10.1080/0966369022000003879>.

MEDINA-NARANJO, Julián Eduardo. Lugares acolhedores TLGB+: militância do cuidado no fim do mundo. 2022. Tese de Doutorado - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente. Recuperado de <http://hdl.handle.net/11449/238081>.

MEIHY, José Carlos. Manual de história oral. 4Zed. São Paulo: Ed. Loyola, 2002.

MENDES, Soraia Rosa. Feminicídio de Estado: a misoginia bolsonarista e as mortes por covid-19. São Paulo: Blimunda, 2021.

MIGNOLO, Walter D. " UN PARADIGMA OTRO": COLONIALIDAD GLOBAL, PENSAMIENTO FRONTERIZO Y COSMOPOLITANISMO CRITICO. *Dispositio*, v. 25, n. 52, p. 127-146, 2005. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/41491792>.

MILLETT, Kate. Política sexual. Ediciones Cátedra, 2017.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Violência social sob a perspectiva da saúde pública. *Cadernos de saúde pública*, v. 10, S7-S18, 1994. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-311X1994000500002>.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; SOUZA, Edinilsa Ramos de. É possível prevenir a violência? Reflexões a partir do campo da saúde pública. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 4, p. 7-23, 1999. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-81231999000100002>.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade. *Ciência & saúde coletiva*, v. 17, p. 621-626, 2012. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-81232012000300007>.

MOHANTY, Chandra. Under Western eyes: Feminist scholarship and colonial discourses. *Feminist review*, v. 30, n. 1, p. 61-88, 1988 DOI: <https://doi.org/10.1057/fr.1988.42>.

MONK, Janice; HANSON, Susan. On not excluding half of the human in human geography. *The Professional Geographer*, v. 34, n. 1, p. 11-23, 1982. DOI: <https://doi.org/10.1111/j.0033-0124.1982.00011.x>.

MONMONIER, Mark. Ethics and map design: Six strategies for confronting the traditional one-map solution. *Cartographic Perspectives*, n. 10, p. 3-8, 1991. DOI: <https://doi.org/10.14714/CP10.1052>.

Moraes, Antonio Carlos Robert. Ideologias geográficas: espaço, cultura e política. 2005.

MORAES, Maria Lygia Quartim de. Marxismo e feminismo: afinidades e diferenças. *Crítica marxista*, n. 1(11), p. 89-97, 2000.

MOREIRA, Ruy. A Geografia serve para desvendar máscaras sociais. *Vozes*, p. 33-63, 1982.

MOREIRA, Ruy. A diferença e a Geografia: o ardil da identidade e a representação da diferença na geografia. *GEOgraphia*, v. 1(1), p. 41-58, 1999. DOI: <https://doi.org/10.22409/GEOgraphia1999.v1i1.a13362>.

MOREIRA, Ruy. Marxismo e geografia (a geograficidade e o diálogo das ontologias). *GEOgraphia*, v. 6(11), 2004. DOI: <https://doi.org/10.22409/GEOgraphia2004.v6i11.a13466>.

MORGAN, Robin. *Sisterhood is global: The international women's movement anthology*. Open Road Media, 2016.

MORIN, Edgar. O futuro caminha para o passado. *Tempo: violência e cidadania*, p. 15-20, 1996.

MOSS, Pamela. Taking on, thinking about, and doing feminist research in geography. *Feminist geography in practice: Research and methods*, p. 1-17, 2002.

MUNÉVAR, Dora Inés. Delito de femicidio. Muerte violenta de mujeres por razones de género. *Estudios socio-jurídicos*, v. 14(1), p. 135-175, 2012.

O

OLIVEIRA, G. A., GODOY, M. M., RODRIGUES, R., GARCIA, T. L. A. Vigilância social: ferramenta necessária no enfrentamento da violência de gênero em Presidente Prudente. *Intertem@s Social* ISSN 1983-4470, v. 6, 2011. Disponível em: <http://intertemas.toledoprudente.edu.br/index.php/Social/article/view/2902>.

OLIVEIRA, Livia. *Estudo metodológico e cognitivo do mapa*. São Paulo: Instituto de Geografia/USP, 1978.

OLIVEIRA, Niara; RODRIGUES, Vanessa. Histórias de morte matada contadas feito morte morrida. *Organicom*, v. 20(41), p. 32-46, 2023. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2238-2593.organicom.2023.206716>.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. Editora da UNICAMP, 2007.

OYĚWÙMÍ, Oyèronké. Conceituando o gênero: Os fundamentos eurocêntricos dos conceitos feministas e o desafio das epistemologias africanas. CODESRIA, 2004.

P

PASINATO, Wânia. “Femicídios” e as mortes de mulheres no Brasil. *Cadernos pagu*, p. 219-246, 2011. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-83332011000200008>.

PATOU-MATHIS, Marylène. *O homem pré-histórico também é mulher*. 1ª ed. Editora Rosa dos Tempos, 2022.

PAULILO, Maria Angela Silveira. A pesquisa qualitativa e a história de vida. Serviço Social em Revista, v. 2(2), p. 135-148, 1999. Disponível em: https://www.uel.br/revistas/ssrevista/c_v2n1_pesquisa.htm.

PAVLOVSKAYA, Marianna; MARTIN, Kevin St. Feminism and geographic information systems: From a missing object to a mapping subject. Geography Compass, v. 1(3), p. 583-606, 2007. DOI: <https://doi.org/10.1111/j.1749-8198.2007.00028.x>.

PAVLOVSKAYA, Marianna. Other transitions: Multiple economies of Moscow households in the 1990s. Annals of the Association of American Geographers, v. 94(2), p. 329-351, 2004. DOI: <https://doi.org/10.1111/j.1467-8306.2004.09402011.x>.

PAVLOVSKAYA, Marianna. Theorizing with GIS: a tool for critical geographies?. Environment and Planning, v. 38, n. 11, 2006.

PEDROSO, Mateus Fachin. Flores e dores, vozes e vidas: contexto geográfico de mulheres e suas experiências interseccionais em Presidente Prudente, SP. 2022. Tese de Doutorado - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente. Recuperado de <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/237020>.

PEDROSO, Mateus Fachin. Contextos geográficos da AIDS e os espaços vividos por jovens com HIV em Presidente Prudente – SP. 2017. Monografia de bacharelado - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista – UNESP. Recuperado de <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/156334>.

Pedroso, Mateus Fachin.; SIMON, Carolina Russo.; GUIMARÃES, Raul Borges. A RUPTURA DO SILÊNCIO NA LUTA CONTRA A VIOLÊNCIA: A GEOGRAFIA QUE ACONTECE NA VIDA DAS MULHERES. In: MARQUES DA COSTA, Eduarda; LOURO, Ana (org.) Desigualdades em saúde, desigualdades no território: desafios para os países de língua portuguesa em contexto de pós pandemia. 1 ed. Lisboa, Portugal: Centro de Estudos Geográficos, Instituto de Geografia e Ordenamento do Território, p.235-242. 2022.. DOI: <http://dx.doi.org/10.33787/CEG20220006>.

PENHA, Maria da. Sobrevivi... posso contar. Armazém da Cultura, 1994

PICKENHAYN, Jorge Amancio. Tiempo y Geografia, UNSJ, 1998.

Presidente Prudente. Lei Municipal 3.403/1992. Cria o conselho da Condição Feminina. Disponível em: https://www.presidenteprudente.sp.gov.br/site/leis_decretos_detalhe.xhtml?t=2&a=1992&n=3403&c=.

Presidente Prudente. Lei 6130/2003. Dispõe sobre a autorização para a criação, junto a Secretaria Municipal da Assistência Social, de Casa Abrigo para Mulheres ameaçadas ou Vítimas de Violência, e da outras providencias. Disponível em: <https://www.presidenteprudente.sp.gov.br/site/documento/2604>.

Q

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. (1988). Relatos Orais: Do Indizível ao Dizível. In: VON SIMON, Olga Moraes (Org.). Experimentos com História de Vida (Itália-Brasil). São Paulo: Vértice.

QUIJANO, Anibal. (2005). Dom Quixote e os moinhos de vento na América Latina. Revista Estudos Avançados [online], São Paulo, v. 19, n. 55. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-40142005000300002>.

QUIJANO, Aníbal. (2007). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, p. 117-142.

R

RADFORD, Jill; RUSSELL, Diana EH (Ed.). Femicide: The politics of woman killing. Twayne Pub, 1992.

RAMOS, Cristhiane da Silva. Visualização cartográfica e cartografia multimídia. UNESP, 2005.

RANDALL, Vicky. Women and Politics. An International Perspective, 2nd edn. Basingstoke, Hants, 1987.

REIS, Elisa P.; PEREIRA, Eliza. Política e políticas públicas na transição democrática. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 3, n. 9, p. 90-104, 1989.

RIEMANN, Gerhard; SCHÜTZE, Fritz. Trajectory as a basic theoretical concept for analyzing suffering and disorderly social processes. In: Social organization and social process: Essays in honor of Anselm Strauss, p. 333-357, 1991.

ROCHA, Lourdes de Maria Leitão Nunes. Casas-Abrigo no Brasil: no enfrentamento da violência de gênero. São Paulo: Veras Editora, 2007.

RODÓ-ZÁRATE, M. Interseccionalidad: desigualdad, lugares y emociones. Manresa: Bellaterra, 2021.

ROSE, Gil. Feminism and Geography: The Limits to Geographical Knowledge. Cambridge: Polity, 1993.

ROTA, Giovana Devito dos Santos. Defensoria em atuação extrajudicial: dialogicidades interinstitucionais viabilizam implantação de abrigo sigiloso regional para mulheres em situação de violência doméstica no oeste paulista. Cadernos da Defensoria Pública do Estado de São Paulo / Escola da Defensoria Pública do Estado de São Paulo, São Paulo, v. 7, n. 33, p. 170-192, 2022. ISSN 2526-5199.

RUSSEL, Diana. E. H. The Origin & Importance of the Term Femicide. Speech presented to the Conference Stop Femicide!. Amsterdam, 2011. Disponível em: <https://www.dianarussell.com/defining-femicide.html>. e <https://youtu.be/fk9VNHYMOrE>.

Russell, D. E. H. Defining feminicide: introductory speech presented to the United Nations Symposium on Feminicide. 2012. Recuperado em: 20 de julho de 2020, de

http://www.dianarussell.com/f/Defining_Femicide_-_United_Nations_Speech_by_Diana_E._H._Russell_Ph.D.pdf.

RUSSELL, Diana. Crimes against women: proceedings of the International Tribunal. East Palo Alto, CA: Frog in the Well, p. 219, 1976.

RUTSTEIN, David D., et al. Measuring the quality of medical care: a clinical method. New England Journal of Medicine, v. 294, n. 11, p. 582-588, 1976. DOI: <https://doi.org/10.1056/nejm197603112941104>.

S

SADER, Eder. Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007.

SAFFIOTI, Heleieth. O segundo sexo à luz das teorias feministas contemporâneas. Um diálogo com Simone de Beauvoir e outras falas, 5, p. 15-38, 2000.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. O poder do macho. Moderna, 1987.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. Gênero, patriarcado, violência. São Paulo (SP): Fundação Perseu Abramo, 2004.

SAFFIOTI, Heleieth. A mulher na sociedade de classe: mito e realidade. São Paulo: Expressão Popular, 2013 [1969].

SALISBURY, Robert H. The analysis of public policy: A search for theories and roles. In M. A. Cahn & S. Z. Theodoulou (Eds.), Public policy: The essential readings. Upper Saddle River, NJ: Prentice Hall, p. 3-17, 1995.

SANTOS, Milton. Saúde e ambiente no processo de desenvolvimento. Ciência & saúde coletiva, v. 8, p. 309-314, 2003. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-81232003000100024>.

SCAVONE, Lucila. Dar a vida e cuidar da vida: feminismo e ciências sociais. Unesp, 2004.

SCOTT, Joan. História das mulheres. A escrita da história: novas perspectivas, v. 4, p. 63-96, 1992.

SEEMANN, Jörn. Subvertendo a cartografia escolar no Brasil. Geografares, p. 138-174, 2012. DOI: <https://doi.org/10.7147/GEO12.3191>.

SEGATO, Rita Laura. Território, soberania e crimes de segundo Estado: a escritura nos corpos das mulheres de Ciudad Juarez. Revista Estudos Feministas, v. 13, p. 265-285, 2005. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2005000200003>.

SEGATO, Rita Laura. ¿Que és un feminicídio? Notas para un debate emergente. In Fronteras, violencia, justicia: nuevos discursos. PUEG/UNIFEM: Cidade do México, 2008.

SEGATO, Rita Laura. Femi-geno-cídio como crimen en el fuero internacional de los Derechos Humanos: o direito a nombrar o sofrimento em o direito. In Fregoso, R. L., & Bejarano, C. (Orgs). *Feminicídio en América Latina* Diversidad Feminista. CEIICH/UNAM: Cidade do México, 2011.

SEGATO, Rita Laura. Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial. *E-cadernos ces*, n. 18, 2012. DOI: <https://doi.org/10.4000/eces.1533>.

SEGATO, Rita Laura. Femigenocidio y feminicidio: una propuesta de tipificación. In *Labrys Estudos Feministas*, (24), jul.-dez. 2013. Edição digital. Disponível em: <https://www.labrys.net.br/labrys24/feminicide/rita.htm>.

SEGATO, Rita Laura. *La guerra contra las mujeres. Traficantes de sueños*, 2016.

SEIXAS, Virgínia Falcão. Política de abrigo - a Casa Abrigo na Bahia: história de um difícil processo. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Bahia, Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismos, 2008. Disponível em: <http://www.repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/9986>.

SHARP, Joanne. The violences of remembering. *Area*, v. 46, n. 4, p. 357-358, 2014. DOI: https://doi.org/10.1111/area.12138_7.

SILVA, Armando Corrêa da. O modo de pensar do geógrafo. *AGB Informa*, (47), p. 11, 1993.

SILVA, Armando Corrêa da. Sujeito e objeto e os problemas da análise. *Boletim Paulista de Geografia*, (71), p. 105-112, 1993.

SILVA, Armando Corrêa da. *Cinco Paralelos e Um Meridiano: contribuição ao Discurso Geográfico Teórico. Livre-docência em Geografia*. São Paulo: Instituto de Geografia da USP, 1979.

SILVA, Joseli Maria. SILVA, J. M. UM ENSAIO SOBRE AS POTENCIALIDADES DO USO DO CONCEITO DE GÊNERO NA ANÁLISE GEOGRÁFICA. *Revista de História Regional*, [S. l.], v. 8, n. 1, 2007. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/rhr/article/view/2167>.

SILVA, Joseli Maria. Amor, paixão e honra como elementos da produção do espaço cotidiano feminino. *Espaço e cultura*, (22), p. 97-109, 2007. DOI: <https://doi.org/10.12957/espacoecultura.2007.3515>.

SILVA, Joseli Maria. Gênero e espaço: esse é um tema da Geografia. *Ensino de Geografia. Novos temas para a geografia escolar*. Rio de Janeiro: Consequência, p. 143-182, 2014.

SILVA, Joseli Maria. 'RELATOS DE SI': EU, A GEOGRAFIA E O INDIZÍVEL NO CAMPO CIENTÍFICO. *Caderno Prudentino de Geografia*, 2(42), p. 173-189, 2020. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/cpg/article/view/7888>.

SILVA, Joseli Maria; ORNAT. Geografias feministas na América Latina: desafios epistemológicos e a decolonialidade de saberes. *Journal of Latin American Geography*, v. 19, n. 1. DOI: <https://doi.org/10.1353/lag.2020.0019>.

SILVA, Joseli Maria; ORNAT, Marcio Jose; CHIMIN JUNIOR, A. B. Geografias feministas e pensamento decolonial: a potência de um diálogo. Diálogos ibero-latino-americanos sobre geografias feministas e das sexualidades, Ponta Grossa: Todapalavra, p. 1130, 2017.

SILVA, Joseli Maria; ORNAT, Marcio Jose; JUNIOR, Alides Baptista Chimin. 'NÃO ME CHAME DE SENHORA, EU SOU FEMINISTA!' POSICIONALIDADE E REFLEXIBILIDADE NA PRODUÇÃO GEOGRÁFICA DE DOREEN MASSEY. GEOgraphia, v. 19, n. 40, p. 11-20, 2017. DOI: <https://doi.org/10.22409/GEOgraphia2017.v19i40.a13796>.

SILVA, Joseli Maria. Geografias Subversivas: discursos sobre espaço, gênero e sexualidades. Ponta Grossa: Todapalavra, 2009.

SILVA, Kayque Virgem Cordeiro. Tipologia de usos dos serviços de saúde pela população LGBTI+ de Presidente Prudente - SP: corpos dissidentes em espaços interditos. 2022. Monografia de bacharelado - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista – UNESP. Recuperado de <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/234919>.

SILVA, Susana Maria Velede. Geografia e gênero / geografia feminista - o que é isto? Boletim Gaúcho de Geografia, 23(1). 1988. Disponível em: <https://www.seer.ufrgs.br/bgg/article/view/38385>.

SIMON, Carolina Russo; GUIMARÃES, Raul Borges. GEOGRAFIA, TRABALHO E SAÚDE-O SENTIDO DA VIDA NA FALA DE SUJEITOS COM ESCLEROSE LATERAL AMIOTRÓFICA. PEGADA-A Revista da Geografia do Trabalho, 17(2). DOI: <https://doi.org/10.33026/peg.v17i2.4512>.

SIMON, Carolina Russo. A promoção da saúde feminismo e contraespaço: mulheres e sua luta para se manterem vivas. Dissertação de Mestrado em Geografia, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista. 2020. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/193184>.

SIMON, C. R. GUIMARÃES, R. B. Mulheres assassinadas no brasil: o que revela e esconde os mapas?. Anais do XIV ENANPEGE... Campina Grande: Realize Editora, 2021. Disponível em: <https://www.editorarealize.com.br/index.php/artigo/visualizar/78304>.

SIMON, Carolina Russo. FEMINICÍDIO EPISTEMOLÓGICO: PRÁTICAS MISÓGINAS NA GEOGRAFIA. Terra Livre, [S. l.], v. 2, n. 57, p. 166–189, 2022. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/index.php/terralivre/article/view/2289>.

SIMON, Carolina; BORSOI, Bruna. Uma Geografia para todas as saúdes: feminismo como direção para promoção da saúde. Metodologias e Aprendizado, 5, p. 49-66, 2022. DOI: <https://doi.org/10.21166/metapre.v5i.2644>.

SOARES, Barbara Musumeci. Mulheres invisíveis: violência conjugal e as novas políticas de segurança. Civilização Brasileira, 1999.

SODRÉ, Muniz. Pensar nagô. Editora Vozes Limitada, 2017.

SORRÉ, Max. Principes de cartographie appliquée à l'écologie humaine. Social Science & Medicine. Part D: Medical Geography, v. 12, n. 3-4, p. 238-250, 1978.

SOUZA-LOBO, Elisabeth. A classe operária tem dois sexos. São Paulo: Brasiliense, 1, 1991.

SOUZA, Lídio de; CORTEZ, Mirian Beccheri. A delegacia da mulher perante as normas e leis para o enfrentamento da violência contra a mulher: um estudo de caso. Revista de Administração Pública, 48, p. 621-639, 2014. DOI: <https://doi.org/10.1590/0034-76121141>.

SPARKE, Matthew. Epistemology. In L. McDowell & J. P. Sharp (Eds.), A Feminist Glossary of Human Geography. Routledge. (Original work published 1999), 2014.

T

TAYLOR, DR FRASER. Perspectives on visualization and modern cartography. In Visualization in modern cartography (pp. 333-341). London: Pergamon Press, 1994.

TELES, Maria Amélia de Almeida. O que são direitos humanos das mulheres. São Paulo: Brasiliense, p. 39, 2006.

THÉRY, Hervé; DE MELLO-THÉRY, Neli Aparecida. Atlas do Brasil: disparidades e dinâmicas do território. Edusp, 2023.

THOMPSON, Edward P. A Miséria da Teoria. Zahar, 1981.

THOMPSON, Edward P. Rough music reconsidered. Folklore, v. 103, n. 1, p. 3-26, 1992. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/1261031>.

TIBURI, Marcia. Feminismo em comum: para todas, todes e todos. Rosa dos tempos, 2023.

TORRES GARCÍA, Joaquín. Universalismo constructivo: Contribución a la unificación del arte y la cultura de América. Poseidón, 1944.

TORRES RODRIGUEZ, Martin L. Vivencias de sujetos en procesos transexualizadores y sus relaciones con o espaço urbano de Santiago de Chile. Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual Paulista, 2012. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/115756>.

Y

YANG, Selene. Feminismo, ética y datos geoespaciales. In: ATENAS, Javiera; FUMEGA, Silvana (eds). Documento de trabajo (n). ILDA, Montevideo. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.5281/zenodo.4681033>.

ANEXOS

Entrevistas com as mulheres

Maria Helena-17 de fevereiro de 2022

Pesquisadora: O primeiro ponto é te explicar um pouquinho sobre a pesquisa, né?

Maria: Sim, pode ser.

Pesquisadora: Bom, dona Maria Helena, eu sou a Carol Simon. Eu estou atualmente doutoranda na Unesp. Eu sou geógrafa, formei na Unesp e também, fiz mestrado. No meu mestrado eu trabalhei com feminismo camponês e popular. E eu estudei principalmente mulheres do movimento do MST e da UST no Brasil e na Argentina. Agora, no doutorado, eu já tinha a vontade de estudar mulheres e estudar violência, porque foi um tema muito constante no relato das mulheres camponesas, né?

Maria: Muito presente.

Pesquisadora: E aí surgiu a articulação da Casa Abrigo de Presidente Prudente. E aí a demanda chegou, eu abracei e falei, eu vou estudar Casa Brigo. Achei que era um momento importante para a gente se articular e ter isso registrado, né? Então, a pesquisa começou ali em 2020, agora a gente já está no segundo ano de doutorado, tem mais dois anos para ela se desenrolar. E a pesquisa como um todo, o nome dela, o tema, é a importância das Casas Abrigo e a prevenção do feminicídio e a promoção da saúde das mulheres brasileiras. Então, como eu trabalho desde a graduação com promoção da saúde, com feminismo, eu tento, nessa tese, mostrar, antes de tudo, que a Casa Abrigo é um equipamento que previne o feminicídio, mas principalmente que ela promove a saúde das mulheres, uma perspectiva de qualidade de vida. Então, é mais ou menos isso que eu queria te dizer.

O que eu pensei para hoje é mais conhecer a senhora, conhecer um pouco como a casa está acontecendo, como o projeto se desenrolou a partir do seu relato, da sua história nessa trajetória, que a gente possa ir conversando até mesmo para que essa pesquisa possa acontecer, tendo em vista que Casa Abrigo é um equipamento sigiloso.

Então, já deixo explícito aqui, que está gravado, que vou preservar os nomes de todas as participantes, até mesmo das coordenadoras. Não vou ferir esse princípio ético de pesquisa, claro.

Então, fique à vontade para falar que essa gravação é somente para que eu consiga fazer transcrições e análises. E para me contar o que a senhora achar que vale. Tudo que puder me

contar, estou aberta a te ouvir. Para que a gente possa construir uma tese que dê mais gás ainda para essa política pública.

Maria: É. Então, o que você está falando, estou aqui pensando nessa construção toda. Porque com a Casa Abrigo mesmo, o meu envolvimento mais efetivo aconteceu a partir de fevereiro não, de abril do ano passado. Quando fui contratada para vir para casa. Já acompanhava o histórico dessa demanda por estar executando um trabalho, por estar vinculada à assistência aqui do município Prudente. Então, já não era a estrutura Casa Abrigo, a questão da violência contra a mulher não me era estranha. Eu já tinha algum contato, já tinha participado de algumas reuniões, de algumas solicitações que eram do grupo que cabecava na época a questão da violência, a questão da proteção das mulheres. E, assim, ali por meados de 2015, mais ou menos, quando o Estado provoca a região para começar a pensar nisso, para começar a entender o que era, como iria instalar, o levantamento de demanda.

O CREAS aqui em Prudente, anteriormente, ele era o CRAM, o Centro de Referência de Atendimento a Mulheres. Com a entrada da tipificação, lá em 2009, quando o município tinha que organizar a política, naquele momento o CRAM passa a não mais existir e ele então toma aquele grupo de técnicos, eles vêm para compor um serviço de CREAS. E, naquele momento, o CREAS foi denominado CREAS de Atendimento a Mulheres Vítimas de Violência. Então, começou a história do CREAS do município de Prudente sendo fragmentado como temático, a gente chamava de temático, não fragmentado. Então, tinha um que era só mulheres, outro só criança, que começamos a pensar na estrutura, como ele estava formado, atendimento lá pelo CRAM, o atendimento do Sentinela, a coordenadoria de doze, então foi isso. Então, desde aquele momento comecei a ter esse contato mais com os serviços.

E aí, naquele momento, quando em 2014, mais ou menos, existe esse movimento forte para o acolhimento das mulheres vítimas de violência, já que no município de Prudente as mulheres que tinham necessidade de acolhimento ou eram articuladas para que elas fossem para fora do município, para alguma casa de alguém que era da família, ou que, então, fosse acolhida lá no serviço, que é o serviço, a casa que atende pessoas em situação de rua, que é o SAPRU, o Serviço de Acolhimento para Pessoa em Situação de Rua, que é o serviço que, naquele momento, era utilizado para acolher essas mulheres. Então, dentro da perspectiva de que não era um lugar que garantisse a segurança, ou que tivesse ali uma equipe especializada para atender essas mulheres, começa, então, essa luta para atender as mulheres. Lembro bem que tivemos uma reunião que foi realizada por uma representante do Estado e que trazia essa necessidade de implantar aqui em Prudente, já que Prudente

tinha uma demanda maior para mulheres. E aí Prudente não tinha recurso para poder implantar sozinho, um serviço caro.

Hoje, a Casa Brigo, para nós, está aí numa média de R\$ 36 mil, custando, em média, meio, com toda essa estrutura que nós temos. E deveria, então, ser um serviço regionalizado. Mas aí o Estado, para ser regionalizado, a DRADES precisaria entrar, o Estado com o seu cofinanciamento e tudo, e não houve, então, naquele momento, uma adesão que justificasse, o Estado entendia que precisaria ter. Mesmo porque, Prudente, saía na vantagem, vamos dizer, de que, vamos dizer, bem ou mal, tinha um local onde acolher essas mulheres, tinha recurso para mandar para fora, o que não era a realidade dos outros municípios. Então, essa história de Casa Brigo já vem de vários momentos e vários encontros.

No município de Prudente, capitaneando isso, uma grande mentora era Simone Duran, por estar à frente, militante na causa, junto com outros grupos, e acabou vindo por uma ação da Defensoria Pública, que a doutora Giovanna, bem incisiva, não desprende em nenhum momento da causa e foi buscando esses outros parceiros, e então toma esse vulto por meados de 2020, então, começa a aprofundar um pouco mais. Como eu te disse, que nesse momento, o meu conhecimento era só das ações, por acompanhar mesmo, por estar dentro da secretaria.

E depois, quando chega 2020, ali por agosto de 2020, quando tem a provocação maior, já que vai ser regionalizado, vão buscar recursos, o Estado entra com esse cofinanciamento, e então, nesse modelo, qual era a parcela dos municípios, se vai ser regionalizado quem vai executar a ação, identificação de um consórcio, já que o Prudente tinha um consórcio instalado aqui no CIOP, então, entra o CIOP com os municípios que fazem parte desse grupo.

Então, se dentro da possibilidade de número de mulheres que poderiam utilizar desse equipamento, então, chegou-se à história, chegou-se a um número de que seriam 20 mulheres, 8 mulheres, podendo chegar a 20 pessoas dentro da casa, porque 8 mulheres com seus dependentes até 18 anos, ou mais, se forem dependentes, se tiverem alguma questão de... [interrupção por 3 min para atender uma funcionária da casa]

Chegou-se a esse número, nessa reunião, os municípios que se colocassem à disposição para montar a Casa Abrigo, fazer parte, estariam, então, se organizando. Oito desses municípios, desse conjunto, oito se manifestaram favoráveis. E, a partir daí, então, vem toda a tratativa entre Estado, entre CIOP, para, então, organizar quem seria essa organização da sociedade civil que estaria executando o serviço.

A princípio, eu acho que você acompanha, o Cordel Social vem com muita força para alavancar junto com a defensoria e outros para poder executar, que em determinado momento não se configurou, tendo em vista toda a questão burocrática de ser uma... Precisa ter CNPJ, então, precisa ter uma configuração na execução da política de assistência entra a fundação da Unesp, junto com a Renata, também para se estruturar. Nesse momento, a Associação Amor é Resposta demonstra que na sua execução enquanto organização, trabalhando dentro da política de assistência na média complexidade na proteção básica, ela executa ação nos territórios onde as mulheres que são atendidas, em determinado momento, elas relatam as questões de violência.

Então, aquela equipe também trabalha com essas mulheres nos territórios vê a importância. A questão de violência, isso sai num diagnóstico de final de exercício da associação, que traz para a associação essa possibilidade de executar o serviço.

E aí, então, houve toda a necessidade de se organizar para que isso está estatutário, o estatuto precisaria ser mudado, precisaria ser feito com o recurso da própria organização, da diretoria, em afeitar, mudar toda a sua estrutura, compreender o que é o serviço. Isso ocorreu por volta de quase um ano, toda a estruturação, tanto de estatuto como a legislação, a adequação do estatuto à legislação, que ela passa da proteção básica para a proteção social de alta complexidade, dentro da proteção de alta complexidade, na execução do serviço.

Foi uma questão de esclarecimento e, durante um ano, ter que organizar toda a casa, encontrar uma casa adequada, uma casa grande, que conseguisse oferecer o mínimo possível de recursos, como número de quarto, banheiro, sala de equipe, cozinha, lavanderia e tudo mais. E aí, então, entra junto ao Ministério Público de Trabalho, que, através de um recurso, de uma medida que foi aplicada em uma empresa, esse recurso é destinado à associação que coloque a casa em funcionamento.

Foi importantíssimo, porque, com esse recurso, foi possível alugar a casa, fazer toda a adaptação de pintura, que foi do teto, desceu, caixa d'água, e, enfim, eu fico olhando o espaço aqui e lembrando tudo, o que é e como ficou. Então, essa organização toda, com esse recurso, foi possível montar a casa e, efetivamente, comprar desde o papel, lápis, caneta, é tudo. Então, deu condição para tanto habitar a casa quanto para o início da execução do serviço, a oferta de qualidade no serviço para essas mulheres, desde roupa de cama, mesa, banho, tudo. Então, essas parcerias começam, e nesse período de um ano, praticamente, foi possível colocar a casa em funcionamento.

Esse equipamento, como a gente diz, é um dos equipamentos de proteção para a mulher, que é o nosso grande objetivo, que é garantir a segurança, e a proteção para ela e para os seus dependentes, num local sigiloso, com todo um sistema de segurança, um monitoramento, que é o que nos permite segurança, já que, tendo como um local de sigilo, nem mesmo a polícia militar pode saber o endereço, nenhum outro equipamento sabe o nosso endereço.

Outra forma de comunicação com o acesso que tem é através do telefone celular, que é o que a gente disponibiliza também para os parceiros da rede de proteção. Quem tem somente a política de assistência, os CRAS ou órgão gestor, os CREAS, os CRAS não, os CREAS e o órgão gestor. Pesquisadora: Por quê?

Maria: Para que isso tudo aconteça, cada município precisa se organizar. Pesquisadora: Se organizar como? Maria: Ele tem que montar a sua micro rede que vai atender essa mulher, e então ele vai saber, discutir com essa micro rede para onde encaminhar.

Foi construído um fluxo de atendimento para essa mulher com duas vertentes. A mulher chegou com a demanda em qualquer um dos serviços especializados ou não. O CREAS mesmo não é especializado. Especializado é delegacia, poderia ser um CRAM, poderia ser um equipamento que só atenderia a mulher. Aí ele é especializado. O CREAS não, porque ele atende mais violências. Mas, independentemente disso, chegou nesse órgão de proteção ou nesse organismo, é acessado o CREAS, quando não o órgão gestor do município, que então vai fazer uma entrevista com essa mulher e poder entender se é risco eminente de morte, é necessário ir para um acolhimento sigiloso, ou é uma casa de passagem, ou é um acolhimento temporário, provisório, que é essa diferença um do outro. E se, por um acaso, a mulher tá em risco é a Casa Abrigo, então aí vem para nós, mas de antemão é essa micro rede que é o que vai ter esse contato com a Casa Abrigo, quem vai solicitar a vaga, a gente facilita muito, pelo WhatsApp, por e-mail, faz a ligação, é muito rápido.

Então é só o tempo de nós disponibilizarmos para ela a vaga, ela organiza com a mulher o que tem de material dela, roupa, pertences dela, e o mínimo que ela tiver de informação da saúde para a questão medicamentosa, que é muito pertinente para que ela venha para cá com o mínimo de medicamento, se ela utiliza dele, se tiver, para que a gente já comece a trabalhar com o boletim de ocorrência, se não, também não é condição para que ela venha para o acolhimento. Ela pode vir sem nada disso e na sequência nós vamos conseguir organizar.

Então, veio para casa, pediu a vaga, nós liberamos a vaga, de imediato a gente já marca o ponto de encontro com ela, com essa equipe, nossa equipe daqui vai para esse ponto de encontro, que hoje nós estamos utilizando a sede da organização, passamos o endereço para a equipe que está solicitando a vaga, que traz até o ponto de encontro, lá nós fazemos uma entrevista com a mulher, para passar para ela o regimento interno da casa, como funciona, quais os deveres, quais as responsabilidades, a proibição de usar os aparelhos de celular, de imediato ela já precisa entregar para nós, a gente já desliga, retira chip desse equipamento, aceitando a permanência de no mínimo 14, 15 dias sem poder sair da casa, ela só vai sair para alguma questão muito urgente, a questão de médico ou outro que nós entendermos necessário, na companhia de uma educadora.

Entendeu isso, nós trazemos ela para casa, então começa todo o processo desse acompanhamento, acompanhamento com a equipe psicossocial que nós temos na casa, e ela já começa a ser, a passar, a usar do dia a dia da casa, ela vai conhecer seu quarto, os horários de alimentação, o horário de lavagem de roupa, o dia que tem, o envolvimento no dia a dia da casa, nas tarefas, ela é convidada a participar também da organização da casa, e a partir daí já começa o desenvolvimento do plano individual de atendimento dela, a partir do qual nós vamos estabelecer todas as necessidades, tudo que ela tem em tensão, levantando as habilidades, potencialidade dessa mulher, o que ela quer, o que ela deseja para daqui a seis meses.

Ela pode ficar até seis meses, o retorno para o mundo do trabalho, retorno para a escola, é muito pertinente e é muito igual, vamos dizer, chegarem sem acompanhamento de unidade básica de saúde, mulheres não vão ao médico, não tomam vacina, elas estão apática e ausente de todo o sistema, a questão escolar, que também está tudo defasado, o regresso ao mundo do trabalho, muitas vezes elas tinham e decidiram deixar, então é o trabalho individual com elas nessas necessidades, e incluindo elas em cada serviço, trabalho terapêutico, retorno para o mundo da escola novamente, então é toda essa busca que fazemos durante todo esse tempo... Pesquisadora O que é mais importante na Casa Abrigo?

Maria: Acho que o que é importante, falei tudo, por quê? Porque quando a mulher sai do anonimato, que é o que falamos esses dias, ontem saiu a entrevista na TV Fronteira, então, quando ela percebe que aquilo que está lhe acontecendo é uma violência e que ela não pode ficar naquela violência, quando ela quer romper esse ciclo, ela precisa pedir ajuda. Quando ela pede ajuda e que ela aceita vir com o equipamento desse, acho que aí nasce uma nova criatura.

Pesquisadora Por quê?

Maria: Porque ela se permite ressignificar a vida dela, permite ser protegida, permite ser acompanhada, entender esse processo. Então, acho que o nosso objetivo é dar essa proteção e fazer com que ela entenda que isso é tóxico para ela, é uma relação tóxica e que ela tem como sair. Então, ter todo esse caminhar com ela, ter toda essa trajetória desde o início, que ela entenda e que o Estado está ofertando para ela essa possibilidade de mudança, num lugar seguro, um lugar salubre, um local que ela vai ter condição de criar as crianças, as que tem, num momento saudável.

Eu lembrei, esses dias, que a última que nós acolhemos tem uma criancinha que tem três anos. No momento em que nós fomos fazer o acolhimento, eu estava junto, a menina não desgrudava do celular, porque a mãe disse que era a única coisa que ela tinha, era o celular que era entretenimento da criança, ela vivia praticamente 24 horas. Ela disse, meu Deus, como vai ser essa criança dentro da casa sem o celular? Ela chegou aqui, a primeira coisa que ela correu foi para a brinquedoteca, ela nunca tinha um brinquedo. Quando ela se deparou com a dimensão de brinquedo, de boneca, de tudo que ela tinha, ela nunca pediu o celular, nunca falou. A televisão, para ela ver os desenhos, devia que ela via no celular, então ela passou a ver na televisão. Mudou completamente. Uma criança arredia, que hoje é muito dócil, a ponto de dizer para a mamãe dela hoje, mãe, hoje eu vou para a escolinha e eu não vou chorar. Já foi, tanto que amanhã ela já fica o período integral na creche.

Então, assim, esse outro lado que o serviço apresenta como possibilidade de reestruturação, esse é o ponto forte do nosso trabalho, da Casa Abrigo, e que consegue mostrar para a mulher que ela é capaz e ela pode mudar. Ela tem outras oportunidades. Ah, mas eu não vou poder sair porque eu moro numa cidade vizinha e que tem muitas pessoas de lá vêm para cá. Já encontrei pessoas, já vi pessoas aqui. Aí é ponto de ela dizer, mas eu não posso me esconder. Eu tenho que melhorar porque eu não quero mais. Então, eu preciso me cuidar, claro, mas eu preciso mudar de vida.

Outro relato, que uma delas disse, nós ganhamos no final do ano de uma paróquia que fez uma ação com os seus paroquianos. Então, vieram muitos kits de higiene pessoal. E aí, uma delas, quando recebeu, ela falou, não acredito que agora eu posso tomar quantos banhos eu quiser, lavar minha cabeça com shampoo e que eu posso ficar cheirosa, posso deitar na minha cama cheirosa. Então, isso é assim, é tirar, é materializar a proposta do trabalho. Quando a gente ouve isso de uma mulher, isso é gratificante.

Hoje, eu posso comer arroz, feijão, uma salada mesmo, porque eu só comia macarrão para fuso fervido na água com sal. Era o que eu dava para a minha criança, porque eu não tinha o que comer. Ele comia lanche, ele comia isso, comia aquilo, e me dava um macarrão para comer. Então, trazer, tirar, você não está tirando. A proposta da casa não é tirar somente, o que é o mais importante, da questão da violência física, educada. É possibilitar isso que é digno, que é o mínimo necessário para a própria vida de uma mulher.

Então, acho que é isso que a Casa Abrigo tem, pelo menos a nossa, que está no início de oito meses que nós estamos, que conseguiu propiciar para essas mulheres que estão aqui. Nós estamos com três mulheres, nós estamos com três crianças e uma adolescente. Essa adolescente é irmã de uma delas, que veio também por conta da violência. Então, eu consigo me sentir... Me sentir, não, dizer que a casa, nesse percurso com essas mulheres, atingiu o que era objetivo.

Uma delas já está em um processo de desinstitucionalização. Já tem uma casa alugada, já tem imóvel, que nós estamos já buscando outro, já tem uma rede de proteção especial cuidando. Possivelmente, ela não tenha mais necessidade de permanecer na proteção especial. Ela vai ter necessidade de proteção básica, do CREAS agora, com manutenção de cesta de alimentos, pagamento de aluguel social, esses cuidados. Mas demanda para a proteção especial ela já não tem, porque ela já não está mais em situação de violência. Já cessou, a não ser que ela tenha uma recaída lá fora. Mas ela já não tem mais demanda para nós... tanto é que ela já está, a criança está na escola, está na creche, na educação infantil, ela já está indo para completar o ensino médio e está terminando um curso de cuidadora de idosos, já está trabalhando, arrumou um serviço registrado como cuidadora então, já reorganizou a sua vida, já não está mais no território do agressor, a outra que veio agora, mais nova, que também já está em toda organizada. A irmã já está frequentando a escola, a criança já está na educação infantil. Ela tem um desejo de ser policial, desde criança, e é o que ela vai batalhar. A irmã tem um potencial grande para design de roupas. Tanto ela desenha quanto ela faz. Com um pedacinho de pano, ela faz roupinha para as bonecas. O nosso passo agora é buscar esse curso para ela, para que ela tenha uma carreira.

Além de proteção, acho que a Casa Abrigo tem esse olhar de buscar a potencialidade dessa mulher, as habilidades que ela tem, para ela não ficar dependente desse companheiro agressor, financeiramente, para que ela seja independente. Ela não saia daqui depois dizendo que saiu sem nada, não conseguiu avançar, então, vou ter que voltar para ele. Não necessariamente. Porque o papel da casa é romper com o ciclo da violência, mas que ela consiga se reorganizar nessa sociedade que é capitalista, então, ela precisa ter uma

recuperação financeira, principalmente. Se não for, a princípio, por ganhos dela, o mínimo que ela tem que ter é a inclusão nos benefícios de governo, transferência de renda, ou um benefício eventual, que é aluguel social e todos os outros, cesta de alimentos, então, minimamente, ela precisa estar incluída para poder ter uma vida que ela consiga escolher um companheiro lá para frente, porque ela não vai ficar sem, mas porque ela tem a condição de não ter essa dependência, de conseguir fazer uma escolha, de repente, mais assertiva.

Então, um pouco do que entendo, do que penso, de construção, de como foi, esse processo todo é um pouco disso, não sei como mais consigo colaborar com você.

Pesquisadora: Nossa, incrível, não é? Eu acho que estou até um pouco emocionada de ouvir as histórias que você traz, do que está acontecendo, porque é um projeto que foi sonhado por muitas de nós, eu estou emocionada. E isso mexe, porque a gente está pensando na possibilidade de um mundo mais saudável, em que as mulheres realmente possam ter essa condição de escolher e serem amadas. E algumas coisas me chamaram muito a atenção no seu relato, e eu queria perguntar para entender um pouco melhor. Uma das questões foi que você falou quando a mulher permite ser protegida. E eu acho que isso é bastante potente, e eu queria te ouvir um pouco mais sobre isso, até porque nós, mulheres, sempre estamos na condição de cuidar de alguém. E para a gente, sempre é muito difícil ser cuidada. Como é essa relação do cuidado com as mulheres, das mulheres para com elas mesmas, e como é a convivência entre elas na casa? Eu queria ouvir um pouquinho mais sobre isso.

Maria: Quando eu falo isso, eu acho que tudo que a gente fala, a gente fala para si mesma. Então, nós somos realmente muito mãezona, queremos cuidar de todos. E muitas vezes a mulher, nesse processo de violência, ela nem percebe que ela está sofrendo violência, ainda mais quando tem criança. Então, ela diz, estou aqui porque preciso cuidar da minha criança, da minha cria, do quem está comigo. Então, melhor aqui, porque não tenho possibilidade, ou eu não conheço, outro que pode cuidar de mim.

Então, assim, foram o exemplo das três que correram, das outras que já passaram também, que correram no momento crítico em busca de... não era nem a proteção, de busca de um alívio para sair daquela situação de agressão. E quando elas vêm, elas também não se reconhecem, porque elas estão em situação de proteção. A proteção para elas, naquele momento, é de sair das amarras lá do agressor. É isso que é o pensamento. Mas hoje, se permitir a ser protegida, a ser, a gente trabalha com elas, a gente, nós trabalhamos com elas nas oficinas, quando nós trabalhamos com elas, a questão que é o tema, sobre a lei Maria da Penha, a temática, o que é isso, as violências, os tipos de violência, quando ela sofre uma

situação dessa, de não ter comida, isso é uma violência. Quando ela não pode ir no portão e colocar o lixo na rua, quando ela tem que usar roupa comprida, porque deixou as marcas, quando ele destruiu o celular... então, nós vamos trabalhando essas questões de violências que ela sofre, que elas precisam se proteger contra isso. A proteção é não permitir mais que alguém faça isso.

Então, eu preciso estar forte, como eu preciso estar forte? Aí é que começa o processo de trabalhar. Ela precisa de uma terapia para poder entender, para poder, de repente, minha mãe sempre apanhou, sempre sofreu, a vida foi assim, eu fui criada assim, então é assim, só que agora eu não quero mais. Então, esse trabalho, aqui dentro, nós começamos a construir, nas rodas de conversa, mesmo num trabalho de construir um vaso de EVA com girassóis de EVA. Por quê? Porque quando estamos construindo, a oficina está sendo construída, o processo do EVA e o girassol, ela tem uma relação, quando o girassol é só, ele fica virando para o sol, o outro também para o sol, quando não tem mais sol, os dois se viram de encontro para um pegá-los do outro. Então, aqui dentro, nós trabalhamos essa relação, que as mulheres aqui vivenciaram, vivenciaram um processo similar, não necessariamente as mesmas violências, os mesmos tipos de violência, porém elas têm o mesmo sofrimento, elas trazem as mesmas cargas.

Então, o que a história de uma fortalece na outra? Como que uma vai conseguir enfrentar hoje? O que ela está vendo? Como ela está vendo?

Então, nos grupos que a gente trabalha, que dá voz, ela precisa ter voz para dizer do sofrimento, para dizer como ela vai enfrentar, como ela está pensando para si, para enfrentar lá fora, o que ela está deixando, como ela está deixando, o que ela precisa reconstruir e se permitir ser cuidada, se permitir a cuidar do cabelo, a cortar o cabelo, que é essa que deu a entrevista, quando ela chegou o cabelo era para baixo, era mirrado, era para baixo quase da bunda, quando ela se permite cortar o cabelo, que ela só olha que é mulher e que é bonita, quando ela se permite ir numa tarde de beleza, como a gente faz, fazer a sobrancelha, fazer a unha, quando a gente leva para o salão, para que ela consiga fazer tudo isso, fazer mechas no cabelo, isso é proteção também, porque estou protegendo ela, fortalecendo, para que ela não fique com medo, para que ela não fique com medo, para que ela não fique com medo, fortalecendo, para que ela não permita viver numa relação que me deixa para baixo. A autoestima precisa ser a todo momento trabalhada para que ela não se sinta aqui dentro, como lá fora eles fazem, como lá fora ela viveu, aqui ela tem que ter uma nova vida. A proteção é não deixar que as pessoas façam com você novamente o que te fez sofrer tanto.

Porque aí a gente começa a entender, e é um pouco da nossa logo, quando a mulher chega para nós, geralmente ela chega com a cabeça para baixo, porque ela olha para o chão, porque ela está no processo de depressão, de autoestima está lá embaixo, ela está fragilizada, ela está envergonhada, ela está tudo. Então, ela vai para baixo. Com o nosso trabalho, a questão é que ela vai levantando esse rosto, então ela tem que olhar para cima. Então, essa é a nossa motivação, é o que a gente trabalha. Então, você tem que sair do anonimato, criar força, resiliência, para você, então, enfrentar, de cabeça erguida.

E como que a gente faz isso? E os terceiros também, a saúde, quando nós levamos para que ela tenha contato com o psicólogo, psiquiatra, que ela toma medicação. Então, é o cuidado com a medicação para que ela não se automedique ou deixe de tomar a medicação. Então, é uma proteção com a saúde, um cuidado com elas, com questão da alimentação, porque a alimentação para elas, elas descontam tudo. É um tal de levantar de madrugada para comer, então ganhar peso. Então, você tem que trazer um técnico, alguém aqui, para poder falar das questões de saúde, para que elas também não coloquem toda a ansiedade na saúde. Eu conversei, gente, vocês estão levantando muito. O que está acontecendo? A janta não está sendo suficiente? A gente precisa melhorar o jantar? Ah, não, é porque a gente janta muito cedo. Não poderia ser mais a noite. Epa, não é verdadeiro isso. Olha a câmera aqui. Vocês estão jantando 8, 8 e meia da noite, 9 horas. O que justifica que 10, 10 e meia, 11 horas, vocês estão comendo novamente? Ah, é a ceia. Então, a ceia é um chá, umas bolachinhas, para vocês irem dormir. Levantar 2 horas da manhã, 3 horas da manhã não justifica? Ah, não, é porque a gente anda muito ansiosa. Então, nós precisamos comer. A gente levanta e vai comer. Então, a gente vai cuidar disso também. Proteção para que elas não saiam daqui. Também engordada. Demais, né? Uma situação de obesidade, né? É, obesidade. Saúde.

Pesquisadora: Nossa, quantas coisas ricas.

Maria: Falei, eu sou um *pendrive* ambulante.

Pesquisadora: Nossa, é muito, é muito rico e muito potente, porque vai desde do porquê vocês estão levantando à noite até como a gente vai resolver. Eu acho que isso é muito potente na sua fala, que é o vamos resolver em conjunto. Isso, pra mim, é uma potência gigante pra Casa Abrigo, que é o momento em que nós, mulheres, olhamos pra outras mulheres. E aí, eu queria te perguntar exatamente sobre isso. Sobre o ser mulher, nesse equipamento, em contato com outras mulheres. Como que você vê essa relação? O seu corpo dela em relação a você? Sua com elas? Existe algum relato que queira me dar sobre essa sua

percepção do ser mulher, coordenando um equipamento para mulheres? Como que tem sido essa experiência?

Maria: É forte, né? Você vai falando, a gente vai se arrepiando. Porque eu penso que um pouco, o que traz é uma questão de estar nessa profissão, estar nessa militância. Eu falo porque a gente precisa ser militante, não ser só profissional. Porque eu posso ser assistente social de formação e ter um outro viés de ação. Então, quando eu entendo que eu preciso, isso vem desde o processo de formação, de passar por todo esse processo de luta mesmo. Embora não está na execução, está na gestão de algum equipamento, isso é natural da gente. Mulher que traz, falando da Maria Helena, mulher que traz esse espírito de luta, de cuidado, de estar junto, de querer fazer, na construção de vida. A vida me fez assim, a vida me trouxe isso, sou grata por tudo, porque hoje é a mesma questão que foi me dito com relação à entrevista.

Ela saiu com a imagem distorcida e a fala distorcida. Por que você foi falar... Muita gente conhece, alguém tem que dar a cara, alguém tem que falar o que é esse equipamento, alguém tem que colocar o que é que esse equipamento está fazendo e dizer pra você, mulher, você não está sozinha, vamos juntos, porque isso que eu falei, eu não falei por falar o que eu estava na frente da câmera, é o que a gente executa aqui dentro, a relação com elas aqui dentro é essa relação, você não está sozinha.

Agora, pouco aconteceu a fala, eu não quero ir ao médico, não, você vai, porque você se coloca no meu lugar, se fosse eu que estivesse querendo uma consulta médica e foi encaixado você, e agora você não vai, você já se colocou no meu lugar, que eu precisaria estar no médico e não vou, e você tem a oportunidade e não vai? Ela levantou da cama e foi pro médico. Então, essa relação de conversar com um respeito, em primeiro lugar, eu não preciso me colocar no lugar dela, porque eu não estou sofrendo o que ela está sofrendo, mas eu tenho que falar com ela com autoridade, com respeito, ter essa empatia, porque ela precisa, ela precisa do meu trabalho aqui também, ela precisa de alguém que esteja dizendo, porque alguém pra passar a mão na cabeça ou pra chamar a atenção dela, ela já teve lá fora. Aqui dentro são responsabilidades, é responsabilidade que ela precisa ter, mesmo porque existe uma equipe técnica toda atrás, organizando tudo isso. Essa equipe técnica está aqui organizando tudo isso, é porque a gente pensa, a gente articula, a gente tem conhecimento de onde vai buscar esses princípios, e tudo isso eu falo muito claro com elas, porque eu falo, eu vejo o que vocês fazem de madrugada, eu vejo o que vocês fazem, porque eu tenho o celular na minha mão, eu tenho câmera na minha casa, eu tenho por obrigação de ver, ah, porque isso... Não, a gente tem que ter uma relação clara, ontem eu vi você fazendo isso, e

isso é isso, está correto? Então, estar aqui, em condição de mulher, em condição de mãe, em condição disso, daquilo, eu acredito que me dá mais força para falar, mais força para entender, em determinado momento, não me colocar, como eu disse, não me colocar no lugar, mas entender a relação tóxica, e que ela precisa sair disso, e ela precisa, em algum momento, ter uma postura, alguém que fale firme também, porque não é porque sofreu violência, ou isso, ou aquilo, que tem que ser, ah, não, coitadinha, não é coitada, é uma mulher que lá fora vai ter que enfrentar a vida, a vida que vai cobrar, em determinado momento, quero que ela pense lá fora e haja, ah, não, a Maria Helena fez essa chamada, me chamou para a realidade, e tive que enfrentar.

Então, é isso que quero, que a minha marca, enquanto mulher, enquanto aqui, dizer para ela, vamos lá, a gente consegue, com as suas limitações, com o que você tem de potencial, você consegue, e vamos junto, estamos juntos, estamos numa luta para conseguir mudar, vamos mudar a sua realidade, porque você pode ajudar outras a mudarem, então, vamos, a cama não está arrumada, lá na sua casa vai ser assim, lá na sua casa vai ser assim, é isso que você quer levar? Porque não é isso que a gente está passando. Então, eu tenho que chamar para a realidade, porque eu sei fazer, a minha casa não é assim, mas eu não posso dar meu exemplo também, eu tenho que dizer para ela, vai ser assim, o que pode ser melhor? Não dá para mudar? Porque, senão, tudo que nós trabalhamos com você, de dizer do que é bom, do que pode ser melhorado, vai para a água baixo.

Então, a importância de ser, de estar junto, de ser, é um pouco, é um pouco não, é esse processo de militância, é essa força que a vida me deu, é entender que precisa ser melhor e que nós temos esse potencial de sermos mulheres, de lutar para e de mostrar que pode ser diferente. Acho que é um pouco disso.

Pesquisadora: Perfeito. Adorei. Saio inspirada. Quero fazer algumas perguntas. Minha cabeça está assim a milhão, não poderia ter escolhido conversar com outra pessoa nesse momento, que é o começar a pesquisa sempre muito difícil, eu estava com borboletas no estômago, na garganta, até aqui, nervosa. Mas é incrível como ouvir outra mulher, ainda mais uma mulher que tem muito mais experiência que eu de vida, falando sobre mulheres, incentiva, dá vontade da gente continuar lutando.

Maria: Com certeza. Pesquisadora: E aí eu queria te perguntar primeiro como está a equipe da Casa e como foi montar essa equipe? Quais foram as ideias que passaram pela sua cabeça em buscar nas profissionais e quais profissionais estão trabalhando com você, como foi esse processo de montar essa equipe?

Maria: A equipe da Casa já tinha uma estrutura. Minimamente é assistente social e psicóloga, um coordenador, um serviço-gerais, uma pessoa do serviço-gerais e uma pro para a cozinha, uma que mexe com a parte financeira, que é o nosso financeiro, e eu preciso de ter, eu não, a Casa precisa ter, minimamente, uma educadora em cada plantão no regime de 12 por 36. Foi isso que nós construímos. Hoje, a minha ideia, a minha ideia e a necessidade da Casa já mostraram que essa equipe precisa ser revista, por quê? Pelo menos no período noturno, tem que ter duas em cada noite, porque uma adoece, não tem quem colocar. Uma mulher passa mal à noite, ela tem que sair para levá-la para o equipamento de saúde, tem que ficar com as outras. Então, foi uma loucura, né, esse tempo nós estamos acabando de fazer esse levantamento do financeiro para poder alterar a equipe, porque eu preciso alterar o plano, e aí vira uma confusão, porque a questão burocrática, ela é o que pega mais. Então, nós estamos com essa equipe, são quatro educadoras, eu, a Brenda, a Márcia, a Denise e a Irene e a Shirley, nós estamos em dez, que são as outras, e precisamos alterar, pelo menos com mais duas, para poder ficar um pouco mais redondo. Na realidade, precisaria mais três, porque aí uma durante o dia fazendo oito horas, que aí seria o ideal, não teria necessidade de mais.

Pensar a equipe, quando eu cheguei, a equipe já estava, a equipe técnica, por exemplo, a Brenda, a Márcia, que é assistente social e psicóloga, elas já estavam na equipe, já estava a Shirley, do financeiro, e estava a Ana Paula, aí a Ana Paula saiu, então eu cheguei naquele momento. A Brenda, a Márcia, elas vieram no processo, porque já estavam no cordel social, já faziam parte do processo, então foi um combinado, um arranjo, um acerto, de que não seria, que elas permaneceriam na equipe. Tranquilo, a gente troca muito bem, já estamos na sala junto hoje, onde a gente consegue conversar bastante sobre isso. Aí ficou para nós contratarmos as educadoras e a moça da limpeza e da cozinha Fomos pela questão de termos formações diferentes, não só psicólogo ou assistente social, para que nós pudéssemos compor os conhecimentos. Então, cada um para a sua ciência vai colaborar dentro da sua formação com o processo de vida dessas mulheres. Hoje nós temos na equipe de educadores a Margareth, que veio também do Cordel, ela é assistente social, mas atua como educadora. Nós temos a Vanessa, que tem várias formações, inclusive bióloga, também tem uma formação legal. Nós escolhemos porque ela tem curso de formação em circense, teatro, isso, então, vai dar uma vida para as mulheres nas oficinas. Depois nós temos uma pedagoga, porque nós falamos pedagogia, vai ter toda aí uma questão de trabalhar com as crianças, com as próprias mulheres, entender um pouco as necessidades, as defasagens de educação. E temos uma psicóloga na equipe de educador, e é o que nos dá sustento para poder

entender, porque as mulheres, é isso, elas acabam conversando com elas, trazem para elas, as educadoras, é que estão mais tempo junto com as mulheres, com as crianças, então nós pensamos em estruturar mais ou menos assim, porque cada um com seus saberes trariam para nós essa informação. Assim foi feito.

Nós estamos hoje no processo de reavaliar toda a dinâmica, as próprias educadoras, o fazer, a troca, o que elas estão nos trazendo de retorno, porque elas não são damas de companhia, elas são educadoras, elas têm um papel, elas têm todas as atribuições e competências que elas precisam executar. Então, nós estamos agora nesse processo de reavaliação de cada um, de cada fazer, de cada execução das suas tarefas. Precisamos melhorar a equipe? Precisamos sim.

Precisamos pôr mais fôlego nelas e elas precisam ser trabalhadas ainda com relação ao que eu faço, onde eu estou, por que eu estou, a questão da barreira. Eu tenho que ser técnico, eu tenho que ter autoridade, porque eu tenho que saber até onde eu posso ir. O envolvimento pessoal meu com a colhida não pode fazer parte da ação em si, porque isso acaba atropelando, acaba criando afinidades dentro dos serviços que acabam prejudicando a relação com a outra. Se eu estou muito afim com essa ou a outra, eu acabo prejudicando. Então, isso a gente está vendo, está reconstruindo. Esse ano eu ainda não fiz, porque eu estava fazendo planejamento, reorganizando, pensando essas próprias questões, mas, no ano passado, de agosto até dezembro, todas as quartas-feiras nós sentávamos e fazíamos reunião de equipe. Então, a reunião de equipe estuda caso, faz uma dinâmica, aplica essa dinâmica que é para reaplicar com as mulheres. Então, as dificuldades nessa reunião, elas sejam as dificuldades, a dificuldade de como lidar com o conflito, como mediar conflito entre elas, porque elas têm conflito.

Nós já tivemos situações agravadas aqui dentro da casa, que houve a necessidade de intervenção mesmo por conta de empatia, uma questão de não me identifico com você, você está representando alguma coisa que a minha mãe fazia. Então, assim, identidade, identificação e tudo mais. E conflitos mesmo. Então, essa necessidade desse educador, dessa educadora, aliás, de ela se posicionar e saber onde ela vai, a ponto de a gente dizer, não, você é autoridade na casa, você tem que colocar a regra na casa e não se levar pela regra. Então, precisa disso também. A equipe precisa estar nessa vibe, vamos dizer, porque senão eu acabo me enredando. Então, controle de alimentação, controle de atividades, o dia a dia da mulher na casa precisa ser organizado. Quem quer ouvir isso?

Pesquisadora: Sobre isso, sobre essa questão de organização do dia a dia, da educadora que está ali de noite, de dia, acompanhando, enfim, alguns trabalhos acadêmicos que eu tive a oportunidade de ler, se remetem à Casa Abrigo sempre como um espaço de prisão para as mulheres, onde elas são vigiadas. Eu queria ouvir a sua opinião sobre isso, sincera e aberta. Estou te trazendo o que eu li e estou buscando formas de refutar esses argumentos acadêmicos sobre a casa. E aí, até trazendo essa experiência que você traz com as educadoras, de elas mesmas conseguirem mediar conflitos em um ambiente de extrema convivência, extrema convivência com pessoas diferentes.

Maria: Sim.

Pesquisadora: Eu queria ouvir um pouco sobre isso. O que a senhora pensa sobre essa questão de pessoas de fora, distantes, que olham para casa e falam que é como se fosse uma prisão, onde educadoras, por exemplo, seriam como... Esqueci o nome da palavra do profissional na cadeia que faz o cárcere.

Maria: Um vigia.

Pesquisadora: Não é um vigia, mas... Uma reguladora de poder, talvez. Esqueci o nome da profissão, mas eu li isso.

Maria: A gente é o agente penitenciário.

Pesquisadora: Isso. Isso mesmo. Então... Como trabalhar isso? Já começa por essa fala mesmo.

Maria: Nós não somos vigia. Nós somos educadores. Aqui não tem isso. Tanto que... As mulheres têm liberdade para ficar na sala, assistir. Tudo regulado, claro.

Elas vão ter acesso à televisão, ao controle. Elas podem ficar na sala, podem ver o programa que ela quiser ver. Mas é isso monitorado. O barulho está alto. Porque eu tenho que regular isso. Porque tem mais gente que não quer assistir e foi dormir. A questão de controle da televisão. Eu tenho aqui na casa uma usuária que ela adora assistir a novelinha agora. O Cravo e a Rosa. Não sei o que. Então tem que respeitar. Quem vai regular isso? É a própria educadora. Ela gosta desse programa. Então nós vamos organizar. Porque se você não gosta, vamos procurar fazer outra atividade. Ela vai para o quarto a hora que ela quiser. Ela tem acesso à casa e todos os cômodos da casa. Ela vai dormir a hora que ela tem o sono. Então, respeitando o espaço da outra. A educadora está aqui para fazer esse movimento. De dizer que existe regra, tanto é que nós temos um rendimento interno. Eu tenho que respeitar o

lugar do outro. Porque a minha liberdade vai também até onde a da outra começa. Não posso me atropelar.

Então, vou para a cozinha de madrugada. Você vai fazer o que? Qual é a sua necessidade? Então, respeitando o espaço da outra. A cozinha tem utensílios que, se eu tiver com uma intriga com a outra, isso pode causar perigo. Então, eu tenho que estar atenta, a educadora tem que estar atenta, alerta, para alguma possibilidade. Não de vigiar. Quando eu falo que olho o celular. Porque é uma questão de segurança. É o único sistema que nós temos de segurança. O que está acontecendo? É para vigiar porque é um big-brother? Não. Então, a gente tem que ter álibi para contradizer. Ah, não, eu estou comendo muito cedo e eu não, eu tenho fome à noite, porque a comida está muito cedo. Vamos jantar mais tarde? Epa, não é essa a realidade. Vocês estão jantando? Está a hora. Está aqui. Então, para isso, contra-argumentar. Tanto é que o único celular que tem câmera é o meu e o da casa. Porque à noite elas precisam estar atenta no espaço externo da casa. Então, se tem barulho, se tem algum movimento, então, são essas... A casa abrindo, só quem está aqui dentro para sentir e para ver como é.

A última que veio, a última mulher acolhida, ela disse que quando foi ofertado para ela a possibilidade de ela vir para casa, a primeira coisa que ela pensou foi isso. Primeiro que ela disse que ela não sabia do equipamento, nunca ouviu falar que tinha um equipamento desse. E segundo que, quando ofertaram, ela pensou que ela fosse vir para uma delegacia onde já está cheio de polícia e já está cheio de guarda, de gente. Não. Então, assim, não dá para trazer essa mensagem para fora, porque as pessoas precisam vivenciar. E se vê que é uma casa. Com regras como uma casa. Então, que todo lugar precisa ser regrado. Se não, vira bagunça. E não pode virar bagunça. Porque toda bagunça, ela tem um efeito contrário. Ela pode virar tudo aquilo que é além, ele pode virar um conflito.

Então, tudo que a gente faz, toda a ação do educador, é para garantir que isso não aconteça. E se acontecer, ela tem que estar apta, esperta, para resolver de imediato. Se eu não consigo resolver, se eu não consigo resolver, naquele momento, ela vai pegar o telefone, ou ela vai ligar para mim, ou é uma questão de desequilíbrio, essa mulher chutou, ela liga para a ambulância, para o 190, vai levar para o serviço de saúde, vai ligar para uma das técnicas, o que eu faço agora, o que você me orienta a fazer. Então, é uma pessoa que está aqui para regerar, para cuidar, para zelar no ambiente saudável, e não para que isso seja, que cause constrangimento na mulher, porque ela precisa entender que ela está no lugar de proteção e não de repressão.

E se colocar nesse espaço que a gente estava falando lá no começo, de deixar ser cuidado. Cuidando desse espaço, da relação, do convívio. Tem uma das nossas janelas da casa que faz barulho. Se ventar, ela bate. Então, quando foi ontem, uma ventania muito forte, a usuária da casa mulher ficou apavorada, com medo, porque está entrando aqui, tem um homem que vai bater na janela. Então, ela trouxe na memória o que ela vivia na casa dela, que ele chegava lá destruindo a janela para poder entrar. Então, ela pegou o celular, foi olhando as câmeras, não tem nada. A cerca elétrica não disparou, ele não tem por onde entrar. Então, está tudo tranquilo na casa. Precisa ter essa pessoa que vá acalmar essa situação, trazer para a realidade e dizer, não, qualquer coisa, a gente está olhando aqui pelo circuito, se tiver necessidade, vou ligar para a polícia.

Então, quer dizer, elas são todas orientadas, nós passamos por um treinamento de como manter a segurança, tanto da casa, a parte externa, a nossa segurança, quando eu chego, quando eu saio, quando a gente chega, um quarteirão para baixo, a gente já avisa, estou chegando. Porque é nossa obrigação de quem está na casa, é pegar o celular, olhar se tem algum carro suspeita, se tem alguma coisa diferente, não, está tudo então, descer, abrir o portão para que ela não fique esperando no portão e já entrar de imediato dentro da casa. Então, tem todo um esquema articulado para que as coisas funcionem de uma forma que nos garanta um pouco mais de segurança. Então, assim, quem não conhece o funcionamento pode ter essa ideia, mas, na realidade, não é assim. Pode ser que exista, mas não é a nossa realidade. Nossa realidade está além, de repente vai ter algum momento que a gente precisa adequar porque, de repente, a gente vai estar em uma casa com a lotação total. Aí poderíamos ter um outro olhar, mas, como é essa quantidade de pessoas na casa, essa necessidade disso, não é a nossa realidade, por enquanto. Não temos essa necessidade, esperando mesmo que esteja a casa lotada, que nós não tenhamos essa postura de... Nossa postura é, a primeira questão é de um espaço humanizado, questão de humanização.

Pesquisadora: Nossa vida é com pessoas sofridas também. E isso vai muito de encontro com uma das questões que venho pensando em propor para escrever, por isso que eu queria ouvi-la, que acho que estamos em consonância. A Casa Abrigo tem que ser sigilosa, mas não pode ser anônima. Eu acho, não, essa é a minha hipótese de tese. Ela tem que ser sigilosa e pretendo demonstrar o porquê do sigilo, mas o porquê não pode ser anônimo para as mulheres saberem que existe, para o serviço conseguir acontecer e realmente mudar o caminho da vida dessa mulher. E aí, por fim, para a gente só fechar, temos uma hora de entrevista.

Maria: Já?

Pesquisadora: Bastante coisas, você me deu bastante dados para eu conseguir escrever e trabalhar. Queria saber se vocês têm relações com outras Casas Abrigo. A minha pretensão é trazer diversos exemplos de Casas Abrigos Brasil afora. Estou batalhando para ter dinheiro da pesquisa para fazer isso. Atualmente, a pesquisa é patrocinada pela Capes. Então, estou correndo atrás de outros recursos para que eu consiga rodar esse Brasilão e trazer exemplos positivos e negativos de cada lugar para que a gente fortaleça a política pública. Só que a Casa Abrigo, pelo que eu vejo, sempre o sigilo acaba se tornando anonimato. E é muito difícil acessar coordenadoras de outras casas. Então, queria saber, primeiro, se vocês têm essa relação com outras Casas Abrigo. E, segundo saber como posso construir essas pontes.

Maria: Nós, quando foi para construir a casa, como eu já te disse que não participei nisso, as meninas tiveram muita proximidade com Curitiba. E uma casa que foi a nossa, acho que o pontapé inicial, foi a Fala Mulher. E aí, da Fala Mulher, é a Carla As meninas têm esse contato com ela. Outra casa que nós tivemos agora, que eu me aproximei bastante com eles, foi a de São José do Rio Preto, que é a Cléo. Cléo, se não me engano, é o nome dela. Só que é bem isso. Eu falo com ela. Como é que é? Ela é do CRAM, de São José. E aí ela me fala. E, quando eu quero, às vezes, falo com a coordenadora da casa que vai lá no CRAM e poucas vezes e a gente conversa. Elas me falaram outro dia para eu vir fazer uma visita. Qualquer dia eu vou lá mesmo.

Pesquisadora: Vamos juntas, para poder entender um pouquinho de como é tudo isso.

Maria: Mas são essas duas que foram as que trouxeram para nós. A Associação Fala Mulher, a Casa de São José do Rio Preto, que nós acabamos encontrando essa casa, conversando com o pessoal. E toda a estrutura nossa foi pensada, estruturada junto com o pessoal da Casa Mulher. Que é as duas casas que têm a mesma dinâmica, a mesma dinâmica, que é de sigilo. Na qual eu conversei essa semana passada com o pessoal de Dracena. Dracena foi agora judicializado. Eles precisam implantar, mas eles vão implantar a casa provisória. De acolhimento provisório. Que ela é diferente da nossa. Então, é 15 dias. E aí toda uma outra dinâmica de funcionamento. E aí até eu dei o contato da casa, do pessoal do Fala Mulher, também, para poder ela conversar e entender um pouquinho o que é como que eles se estruturaram, como que eles estão pensando, como pensou, para poderem entender. Mas é por aí. No caso da Fala Mulher, que ela está aí em Taboão da Serra, não é? Lá, as meninas aqui, eu nunca falei direto com ela, eu ligando, mas é a Carla, Carla Jara, e é quem faz todo o gerenciamento lá da casa. E São José, que eu falo no CRAM, onde eu preciso falar alguma coisa, que é, deixa eu pegar aqui, inclusive, Grande Rio Preto, é a que é a Cleia, Cleia é o nome dela, que ela acaba dando toda a informação para a gente, tudo que eu preciso

lá é, deixa eu pegar aqui, estou pegando as coisas aqui, os endereços e tudo mais. Entrar em contato. É, aí dá para trocar um pouquinho isso com elas, a Cleia, ela é uma pessoa que começou a implantar a casa, o serviço, trabalhou junto, lá houve todo o processo que nós estávamos entrando aqui no início, que era o entendimento da rede, o que é a casa aberta, a casa aberta, que essa casa aberta que foi modelada aqui. Ela não é uma casa de acolhimento provisório, porque tem que sair a minha equipe daqui lá na delegacia atender a mulher que está na delegacia, não, quem tem que fazer isso primeiro é o CRAS, ou o CREAS, ou o órgão gestor, que é o da política de assistência, que vai acionar o nosso serviço. Então, ele tem uma outra complexidade, tem uma outra forma de se organizar. Até porque chamaria atenção, ver a equipe da Casa Abrigo entrando e saindo da delegacia, chamaria atenção. Não tem nada que justifique isso. Mas é um pouco disso, Carol, se eu consegui ajudar alguma coisa...

Pesquisadora: Muito, me ajudou muito, muito obrigada pelo seu tempo, pela sua história. A senhora diz que é mãe, né?

Maria: Mãe, avó e tudo mais.

Pesquisadora: Mãe, avó e suas informações para mim são importantes. Eu queria saber, eu sei que essa pergunta é um pouco indelicada, mas qual a sua idade? Maria: Eu tenho 60 anos.

Pesquisadora: E você é que natural de Prudente?

Maria: Eu sou de Regente.

Pesquisadora: Maravilha, mãe, avó, militante, assistente social, inspiração.

Maria: Nossa, muito, muito amor. Eu falei amor, muito... Eu não consigo me ver fora de tudo isso. Não consigo me ver. Falo, hoje eu fiz a minha faculdade tardia. Quando eu fui pra faculdade, eu já tinha a minha filha e meu filho com 7 anos de idade e minha filha já. Eu fui muito tarde, então até que minha filha falava pra mim, mas você não vai passar na escola, você já é velha. Eu falei, eu tô indo fazer vestibular. Até eu conseguir passar é uma história. E eu consegui ir pra faculdade. Então, fui pra faculdade muito tardia. E tive um processo de caminhada de trabalho pelo regime geral. Então, pelo regime geral da presidência, eu já sou aposentada. Mas eu não consigo me ver. Não dá, não dá. A hora que eu tiver, esses dias, eu falei, tem um tempo pra sentar na varanda de casa e olhar o povo na rua. Mas aí, será que eu vou dar conta disso? Não vou dar conta. Então, é isso. Enquanto eu puder, vou estar na caminhada, na correria. É isso que move muito o mundo.

Pesquisadora Nossa! É muito bom isso, né? Muito, muito obrigada. Saiba que eu sou uma admiradora do serviço, uma pesquisadora militante. Eu sou militante da Frente Pela Vida das

Mulheres, então faço parte da operativa há alguns anos já. Se vocês precisarem na casa o que eu não puder dar enquanto UNESP, a gente vai procurar enquanto militante.

Maria: Em parceiras, vamos seguindo juntas.

Pesquisadora: Essa primeira rodada da pesquisa, eu acho que é mais isso, é entender o serviço, entender as críticas que vêm, como eu tinha essas críticas que eu li para fundamentar um início. E eu espero que na próxima fase da pesquisa, que seja mais para o meio do ano, eu consiga conversar com algumas mulheres que estão no serviço, que passaram pelo serviço, que a gente consiga trazer, dar voz a essas mulheres dentro da academia. Eu acho que o meu maior o meu maior ponto é fazer uma pesquisa conosco, mulheres. Uma pesquisa para a gente falando na academia, olha, tem gente fazendo coisas diferentes, mudando a vida. E aí mostrar essas vidas, eu acho que é essencial. Então, na próxima fase, eu pretendo também conversar com mulheres que passaram por diversos abrigos no Brasil, que elas também trazem pontos de vista.

Maria: Mais dois anos aí de pesquisa?

Pesquisadora: Com certeza, eu vou em algum momento, vou te mandar uma mensagem.

Maria: Tá certo.

Pesquisadora: Vou te mandar perguntas. Vou entrar em contato com as outras casas. Muito obrigada de novo.

Maria: É isso, Carol. Tamo junto.

Pesquisadora: Beijo.

Maria: Beijo. Tchau.

Carla -08 de julho de 2022

Carla: Boa tarde, boa tarde, eu sou a Carla Araújo e eu combinei com a Carol de estarmos falando sobre violência doméstica. Como eu expus para ela, eu estou cursando o quarto ano de Direito e gostaria de falar.

Estou contente de poder estar falando, contar a minha história, porque eu sei que eu quero muito poder ajudar de alguma forma, porque é uma dor e eu acredito que quando a gente consegue ressignificar qualquer dor que a gente passe, isso faz todo sentido, seria isso. Então, se eu passei essa dor e através disso eu conseguir ajudar alguém ali, talvez você coloque esse vídeo num lar de mulheres que sofrem violência, alguém pode ouvir e fazer sentido para ela, e isso vai me deixar muito feliz, aí a gente vê o que vale a pena na vida de verdade.

Durante [o período] que eu estava sofrendo a violência doméstica, o medo domina, as pessoas perguntam, por que você apanhava? você deve pegar uma vassoura e bate nele. Mas você é dominada pelo sentimento de medo, e aquilo te deixa um pouco assim... você não sabe o que fazer, você não sabe o que fazer, e é muito sério, por que? Por que eu acho tão sério, por que eu vejo no relato, são várias coisas que eu gostaria de destacar, depois você vê o que você acha interessante.

Nós mulheres temos que ter consciência de o perigo que é isso, e o quão sério é isso, por que o que acontece, eu vejo mulheres que são advogadas, que é uma mulher que tem conhecimento, e elas são mortas pelo companheiro, até teve um caso agora, foi um caso em Minas, que o rapaz, ele é um engenheiro, e a mulher é uma advogada, e ele esfaqueou, fugiu numa BMW, então a gente vê que não é uma coisa, não tem classe social, não tem nada a ver com classe social, não tem nada a ver com falta de conhecimento, com uma ignorância, não, você vê que é uma coisa que eu não sei nem explicar, uma coisa talvez cultural, enraizada aí na sociedade, e que a gente tem que ter um jeito de resolver isso, gente, porque isso não pode continuar, são muitas mulheres passando por isso. Então a mulher, a gente tem que se orgulhar muito em ser mulher, porque a liberdade da mulher é lavada com sangue, entendeu? Então a gente tem que ter muito orgulho de ser mulher, nossa... e por isso você sempre olhar pra frente, sabe? Porque é orgulho, tem que ser muito orgulhosa de ser mulher [voz embargada pelo choro reprimido].

Então, a mulher, ela tem que acreditar mais que aquele homem que você ama, que você teve filhos, que você se casou, ele pode, sim, tornar-se o seu assassino. Por que a mulher fica numa situação? Ela não acredita que aquela pessoa, pai dos seus filhos, vai chegar nesse ponto.

Então, tem que pensar no que ele fez e o que ele é capaz de fazer, porque ele vai... [inaudível por quatro segundos] temos que olhar assim, ter esse olhar e ver com uma visão mais séria. Porque a mulher que eu vi sendo esfaqueada no vídeo, depois eu vou te mandar o vídeo, ele fez e os filhos viram. E é muito triste, porque eu sei que eu tenho o Lucas, que é seu colega, e tem a minha filha, a Angeline, e eles sofreram com tudo isso. Isso não deve acontecer, Carol, isso não deve acontecer dentro de um lar. Entendeu?

Então, outro detalhe que eu queria te expor, na época que eu fiquei no lar de violência doméstica, eu fiquei uma semana lá, e nessa [época] eu falava com a minha advogada e ela falava assim: olha, Carla, isso aqui é um programa de violência doméstica que, na verdade, nós visamos educar esse homem, o agressor. Então, eu passei por isso, o Lucas está com 24 anos, olha, deve fazer uns 20 anos atrás, Carol. E o interessante que eu quero te passar é o feedback disso. Por quê? Porque até hoje a minha filha tem contato com o pai dela. Então, se o programa busca tratar o homem naquela época, não funcionou. Porque depois de mim, olha, ele na época, ele me agredia e agredia a mãe de uma outra. Eu era tudo, eu era menina, tinha 23 anos, eu estava com esses namoricos aí, minha filha, entendeu? Nada a ver, sabe? E aconteceu que eu fiquei grávida e a outra mulher ficou grávida. Isso dava muita briga. Eu até justificava um pouco, falei, não, é briga por causa da condição de estar estando com duas. Mas não, está vendo como é um erro você justificar o homem? Não, ele bebeu, ele está atrapalhado. Não, isso é um erro. A gente tem que olhar para o não, essa pessoa, ele tem problema. Ele tem problema e eu preciso me afastar dele, eu e os meus filhos, urgente. Urgentemente eu preciso me afastar dele, porque ele pode sim, agredir ou assassinar eu e meus filhos. Incrivelmente tem homem que assassina os filhos também.

A gente fala, não, esse cara não vai fazer isso. Eles fazem. Então o erro está na gente. Sabe por quê? Porque o programa que assistia o agressor naquela época não resolveu. Porque o João me batia, batia na outra mulher, que ele saía, e depois deu essa incrível, porque ele foi preso, eu fiquei no abrigo, ele foi preso, ficou três meses preso. Depois desses três meses, ele nunca mais me procurou. [Inaudível por 3 segundos] Ele encontrou a minha filha através de Facebook. Foi assim que ele achou minha filha. E na época minha advogada me alertou. Falou assim: não entrem em contato com ele, porque teve uma mulher que, numa outra cidade, ela mudou, teve todo o trabalho de mudar para um endereço que ele não sabia, e a vida tranquilizou. Porque depois que você sai dessa situação, sua vida tranquiliza. Sua vida é melhor. Tranquilizou, se estabilizou naquela cidade. Ela disse que ela caiu na besteira de ligar pra ele. Olha, tô bem e tal. Diz que ele marcou um encontro com ela e matou a mulher. Então a minha advogada naquela época, ela falou: Carla, não entre em contato com ele. Entendeu?

Não pegue pensão. Na época ela me deu essa orientação, porque se você estiver sem receber pensão, eu consigo prendê-lo a qualquer momento. Então ficou assim. A minha vida naquele tempo ficou desse jeito. Eu mudei de cidade, mudei pra um endereço que ele não conhecia, nem ninguém. Fiquei sem dar endereço. Eu até perdi o contato com muita gente. Com muita gente por conta da situação. Mas eu consegui sair. Deu certo. Deu certo, porque lá eu consegui trabalho, eu aluguei uma casa. E aí a vida foi... O Lucas e a Angeline foram pra escola em São Caetano. E a vida foi indo. Eles gostaram da cidade. E aí deu tudo certo. Deu tudo certo.

Só que em relação ao agressor, o que eu tenho notícias é que ele continuou. Ele casou de novo com uma moça. Com a X, vou pôr o nome. Ela casou com a pessoa X, teve um outro filho, agrediu essa mulher também. Eu sei pela Angeline, ele namorou uma outra moça, agredia também. Ele agrediu uma mulher, acho que machucou um dos olhos dela. Não tenho notícias, acho que ele tá até meio que foragido. Você vê que o homem vai repetindo essa situação na vida dele e ele não melhora. A gente vê que talvez seja uma questão cultural mesmo do homem. Por que o homem pensa assim em relação a mulher? Não entendo o que é que o homem pensa. A gente também não pode pensar mais nisso, porque é uma coisa tão urgente. É uma coisa que a gente tem que ter outro olhar pra isso. A gente tem que olhar como sendo algo grave. Algo grave, porque a gente não tem mais esse tempo de pensar. Porque aí pode custar a sua vida e dos seus filhos. Então você não deve pensar isso. Você tem que ver que ele tem esse traço de agressividade. Ele tem esse traço. Eu vou mudar minha vida. Eu vou deixar esse cara pra trás e vou seguir minha vida. Foi a melhor coisa que eu fiz, Carol. Melhor coisa que eu fiz. Sabe por quê? Depois disso, foi o que eu te falei. Eu mudei pra uma outra cidade. Eu tive ajuda de família em relação à assim... Eu consegui uma casa, mas eu consegui trabalho. Coloquei meus filhos na escola. Eles foram estudando. Eu fui trabalhando. O Lucas e a Angelina cresceram. Hoje eles estão super bem. O Lucas está fazendo mestrado na Unesp. Ele também está forçando a faculdade. E agora eu entrei no curso de Direito com 40 anos. Então você que tem sim uma forma de... Eu vejo que a mulher precisa ter uma postura em relação ao agressor. A gente não deve achar que por algum motivo ele vai mudar... Não, porque nisso que você fez... Ele veio e te matou, te agrediu na frente dos seus filhos. Não tem condição isso, sabe? É muito triste viver. Então é isso. Eu espero que eu tenha me conseguido contar de uma forma boa a história. Se você quiser a gente pode gravar também.

Pesquisadora: Eu queria te fazer algumas perguntas, posso?

Carla: Algumas perguntas, com certeza. Pode fazer.

Pesquisadora: Você falou que foi para o abrigo na Mooca. Então você morava em São Paulo.

Carla: Sim.

Pesquisadora: Aonde você morava nessa época em São Paulo? Carla: Eu morava em São Caetano do Sul. E a minha advogada também era de São Caetano do Sul.

Pesquisadora: E aí de lá vocês conseguiram o abrigo lá na Mooca. Como que foi esse processo para chegar no abrigo? Você lembra como que foi? Se foi pela delegacia? Como que foi chegar no abrigo?

Carla: Não. Quem conseguiu esse abrigo para mim foi a minha advogada na época. Porque eu estava realmente... Ele ia lá. Eu morava num apartamento. E ele ia. Só que era um apartamento que não tinha portaria. A entrada era pela calçada mesmo. E ele entrava. Olha, ele foi lá. Ele chutou a porta da frente. Ele saiu até o andar que eu morava. Chutou a porta do prédio. E isso tudo com meus filhos na casa. Entendeu? Então, assim, gente não dá...

Pesquisadora: Isso foi antes dele ser preso?

Carla: Foi antes dele ser preso. E ficava demorando. Porque já estava isso. Ele me tirou de um emprego. Ele me tirou de três empregos. Três empregos eu perdi por causa dele. O primeiro emprego... Ele ligava... Todos os telefones tocavam. Que é um PABX, né? Ele ligava em todas as linhas do PABX. E fazia todos os telefones tocarem. Então, o meu patrão me dispensou. Falou assim: “Carla, eu vou precisar te mandar embora”. E aí eu fui dispensada. E fui para São Caetano do Sul. Lá eu consegui outro emprego. Ele fez a mesma coisa. Por quê? Porque eu achava isso aí... Ah, não! Isso vai passar. Foi uma coisa do momento. [voz embargada pelo choro]

Pesquisadora: Ele está triste, depois ele para, né?

Carla: É um erro. Não! Isso aí que eu queria... Deixar muito claro para as mulheres. A pessoa fez isso. Você tem que se afastar. Urgente. Você e os filhos, sua família. Até chegar em ele ser preso, ele fez muita coisa para mim. Olha, eu passei muita vergonha. Muita vergonha. Eu me sentia muito envergonhada naquela época. Porque ele foi na casa da minha mãe, chutou o portão. Olha, quebrou o portão da minha mãe. Os vizinhos todos viram. Essa cena também de estar lá no apartamento, ele chutou a porta, chutou a outra. Todo mundo ficava sabendo. Horrível! [voz embargada pelo choro seguido de tom de exaltação]

Pesquisadora: E a gente perseguiu no emprego, todo mundo via...

Carla: No trabalho. Todo mundo ficava... Aí, que coisa, tal. Então, é muito chato isso daí, sabe? Horrível. Foi uma fase péssima... Quando eu saí, tanto é que quando ele foi preso, e eu já estava trabalhando, eu trabalhava numa concessionária de veículos, eu evitava comentar aquilo, para contar, ficar contando, sabe? Para eu esquecer. Era uma coisa em que eu queria esquecer aquilo, de todo jeito.

Pesquisadora: Muita dor, né?

Carla: É! Eu queria... Se eu pudesse apagar, eu apagava, mas a gente não... Não conseguia. Então, fica como experiência, né? Eu conto para quem precisa ouvir. Eu não fico expondo isso. Se tem uma mulher passando por esse problema, eu conto para que sirva de conforto. Um conforto para ela, né? Um conforto de que existe, sim, uma saída, mas que essa saída depende muito dela mesma. Porque você vê esse programa, na época que eu fiz, “não queremos tratar o agressor!” não funcionou. [faz as aspas com as mãos] não funciona porque ele não tem interesse, eu acho que o homem agressor ele não quer melhorar. E, ele foi punido, mas também não funciona. Eu conto para quem precisa ouvir. Porque é a vida dela que está em risco, né? E dos filhos também, de quem está do lado.

Pesquisadora: E como que foi chegar no abrigo com as crianças? Eu sei que foi um momento muito difícil, mas... O que te marcou no abrigo, de estar lá, mãe, com duas crianças?

Carla: Eu fui na época só com a Angeline, né? O que me marcou lá, porque ele pegava a Angeline e sumia, não me entregava. E fui para lá só com a Angeline. O que me marcou na época foram as histórias. Eu estava lá, né? Mas o abrigo eu achei um lugar muito bom, porque eu tinha um quarto individual para ficar com a minha filha, e na hora do almoço, revezava, né? Quem fazia o almoço, ali entre as mulheres que estavam ali, e a limpeza da casa também. Então, tudo isso eu achei bom, eu gostei. Você está numa situação também de tanta dificuldade, de tanto horror, que aquilo ali vira um lugar maravilhoso, talvez, sabe, Carol? Porque você está numa situação de agressão, você vai para um abrigo, e você gosta, porque ali você fica em segurança com os seus filhos. A gente se alimentou bem, foi um lugar bom, pude conversar com as moças. Lá nesse abrigo tinha uma mulher com duas crianças, o menininho, ele não falava, porque por causa das agressões com o pai, ele não falava. Eu fazia perguntas para o menininho, ele não respondia, de tanto medo. E aquilo me marcou também. Quando você vai conversar com essas mulheres, você fica aterrorizada com as histórias. Teve uma mulher que o rapaz batia na cabeça dela, com a tampa da panela de pressão, com aquele bico. Então agredia muito a mulher.

Pesquisadora: É uma tortura.

Carla: É uma tortura, é muito sofrimento. Então, quando você vai para um abrigo, aquilo é bom. É um lugar pra você... Só que o que acontece? Eu não sei como está hoje. Nós precisamos, sim, ter uma... fazer uma conscientização nessas mulheres, para que elas mudem esse ponto de vista em relação ao agressor. Porque isso dele... Eu sei que é difícil, que a gente quer ter aquela família, que a gente teve aquele pai, que são os pais dos seus filhos, que tudo isso é difícil. Só que a gente precisa, sim, olhar para ele. Não, essa pessoa pode me causar um dano grave ou fatal para mim ou para os meus filhos. Infelizmente, nós precisamos olhar para esse homem... dessa forma. Não tem o que ser feito. Não tem outro caminho. Eu vejo que... que tem que vir da mulher. Essa consciência vai ter que vir da mulher também. Não dá para você achar que o homem vai ter isso. Ele não vai ter.

Pesquisadora: Ele não vai buscar, né?

Carla: Não vai buscar. Não vai buscar um tratamento. Não busca. Tem que partir realmente da mulher que está com os filhos. Não tem outro jeito.

Pesquisadora: Deixa-me te perguntar uma coisa, Carla. Você falou que quando foi para o abrigo você tinha mais ou menos 23 anos. E que a Angelina era pequena.

Carla: A Angelina devia ter uns... Se eu tinha 23... Não, eu devia ter mais. Eu devia ter... Não era 23, não. Eu devia estar com uns... 5, 6 anos. Eu devia estar com 28 nessa época. Com 28 anos. É, 28. Pra você vê, com sua idade eu já tinha dois filhos e passado por tudo isso. E...

Pesquisadora: E muita coisa acontecendo.

Carla: Muita coisa acontecendo.

Pesquisadora: E como que foi para a sua família? Você falou bastante da casa da sua mãe. Que ele chegou aí lá. Como que foi para a sua mãe? Ela sabia que você estava indo para um abrigo? Não sabia?

Carla: Sabia. Sabia que eu estava indo para lá. Ela... Coitada, né? Na época, sim, ela... Vivia isso junto comigo, né? Sabe por que também, Carol? Sinceramente... Quem está do seu lado, não tem o que fazer. Não tem o que fazer. Não adianta você ficar buscando ajuda, porque é uma coisa muito perigosa mesmo. E... E você não tem muito como pedir. Sabe por que? Para quem você pede, você põe a pessoa em risco. Você põe a pessoa em risco, sabe? E chega aquele homem violentíssimo dentro de uma casa, seja de onde você for. Eu nem aconselho. Eu nem aconselho, porque... Realmente, a única forma é você ir para um lugar e não dar o seu endereço. Na época que eu fiquei no abrigo, a única solução era essa. Era essa. Não adianta...

Pesquisadora: Era assumir, né?

Carla: Sumir. Era assumir. Porque se ele soubesse que você... estava na casa de alguém, seja quem for, ele ia lá... Ele ia lá e derrubava a porta, fazia o que fosse... Não tem o que fazer. O negócio é ir para um lugar mesmo que ele não saiba o endereço. É o único jeito. E aguardar. E aguardar a sua vida... Você retomar a vida. A gente fica mesmo com a cabeça muito... ruim, né? É uma decepção muito grande. Decepcionada, humilhada, sem dinheiro. É uma situação difícil mesmo. Então, você tem que aguardar mesmo e buscar ajuda psicológica para que você fique mais forte para passar por aquilo.

Pesquisadora: E você lembra se no abrigo tinham psicólogas na época? Faz bastante tempo, né?

Carla: Tinha, tinha. Tinha sim, tinha porquê... até a advogada, ela me ajudou muito, a minha advogada. Muito mesmo.

Pesquisadora: E como que você chegou nessa advogada?

Carla: Foi pela minha família. Foi a minha tia que me conseguiu. Ela falou, Carla, minha família me ajudou. E me ajudou muito. E aí ela me indicou essa advogada e ela conversava bastante comigo também, e a me orientando. Foi ela conseguiu tudo ... Então, outro ponto que a gente pode destacar. A mulher ter uma orientação sobre o que está acontecendo. Orientação, conscientização. Olha só nessa conversa o que nós já conseguimos destacar de pontos aqui. Porque em relação ao abrigo, ele é fundamental. E é um lugar bom. Na época, eu vi como um lugar muito bom. Era tudo limpinho, banheiro, tudo limpo. A comida boa. Só que éramos nós que preparávamos, a gente que limpava a casa. E a mulherada colaborava. Tinha uma mulher lá também, Carol, com seis filhos [voz de ênfase na quantidade de filhos].

Pesquisadora: É muita criança.

Carla: Dá para pensar como que um homem tem coragem de agredir uma mãe, uma mãe, com seis crianças para cuidar. Porque a mãe, por mais que ela seja uma dona de casa, ela lava a roupa das crianças, ela faz comida para as seis crianças, ela cuida das seis crianças.

Pesquisadora: É um trabalho gigantesco.

Carla: Gigantesco o trabalho. E ela, por ser mãe, ela faz. Pode não ficar 100% porque o trabalho de ninguém é 100%. Mas ela, com certeza, muito ela faz. Muito ela faz, sim.

Pesquisadora: E essa relação entre as mulheres? Você trouxe a história de outras mulheres, como isso te impactou. E acredito que tinha outras mulheres trabalhando no abrigo também. Existia esse trabalho em torno do ser mulher? Essas reflexões que você trouxe, já elaboradas depois de 20 anos que tudo isso aconteceu.

Carla: É verdade.

Pesquisadora: Mas isso começou no abrigo?

Carla: Começou no abrigo. Começou no abrigo. Foi nessa época que eu comecei a ter... Elas te dão orientações que você começa a refletir. Não, eu estou tendo uma visão errada. Eu preciso mudar. Elas te ajudam sim. Te ajudam sim. A mulherada aí. Mulherada muito boa. [risos]

Pesquisadora: Mulheres ajudando mulheres.

Carla: É isso mesmo. [grande sorriso]

Pesquisadora: Legal. Eu acho que você já me trouxe tantas coisas. Eu ia te perguntar, eu fiz um esquema de perguntas, mas você já me trouxe na vida, que eu acho que é o mais rico.

Carla: Se você quiser, nós podemos fazer outra. Você ouve ou pode talvez mostrar para alguém, veja se você... Eu estou à sua disposição.

Pesquisadora: Muito obrigada. O que eu ia te falar é que é muito difícil arrumar entrevistas de mulheres que foram abrigadas ou que trabalham em abrigos por conta do sigilo.

Carla: É que o meu foi há muitos anos atrás. Então, eu já... Depois que passa tudo isso, aí a gente... A pergunta vem de nós mesmas. Por que eu passei por tudo isso? E realmente, essa pergunta eu não consigo responder. Porque é algo que fez parte da minha vida. Não teve uma razão assim. Até chega um pouco a fazer mal para a gente, porque não tem um motivo. Isso não tem um motivo. Eu passei por ser mulher. Simplesmente por isso. É o que eu vejo. Eu passei por tudo isso porque eu sou mulher. E, sendo mulher, aí a gente é vista de diversas formas. A gente é vista com a lente daquele próximo. Então, aquele próximo pode achar muitas coisas de você. É isso. Eu nunca fui uma pessoa de sair, de ficar. Mas nem isso é razão. Eu vejo hoje que as meninas... E daí? Se você sair também? Mas, realmente, para a agressão, não tem justificativa. Nada justifica. Independentemente do que a pessoa faça, nada justifica aquilo. Então, é realmente uma questão da mulher ficar mais consciente em relação... Se ela identificar esse traço agressor no homem, para que ela se afaste, termine aquele relacionamento, porque não dá certo. Não dá certo. Não tem melhora. Não existe melhora. A pessoa é daquele jeito e acabou. É só você, o que te resta é você sair daquilo.

Pesquisadora: E no seu caso, você tinha duas crianças, né?

Carla: Eu tinha dois filhos.

Pesquisadora: E fazer esse impulso, talvez? Você acha que as crianças foram um dos impulsos para você... Conseguir sair disso?

Carla: Claro, claro.

Pesquisadora: Eu não sou mãe, e aí eu gosto muito de ouvir sobre isso.

Carla: Não, os filhos, eu vejo que os filhos... na nossa vida, eles observam a verdade do que acontece. Meus filhos hoje, eles me respeitam, os dois. Mas porque eu vejo que em algum momento, eles viram que eu estava passando uma dificuldade, que era difícil para mim, e eles sempre foram muito amigos, foram meus amigos. E nós saímos de tudo isso juntos. Até hoje, é assim, nós saímos juntos. Eu, o Lucas e o Angelina. E a minha mãe também, né? Ela fez parte de tudo isso, não teve como. [risos]

Pesquisadora: É claro, ela foi um suporte

Carla: Não existe uma razão, nós fomos todos envolvidos nisso, sabe? Parece uma avalanche que vem e te leva, sabe? Não tem uma razão, sabe? Então, é isso.

Pesquisadora: Carla, muito obrigada.

Carla: Imagina, o que é isso?

Pesquisadora: Você não tem ideia de quanto 40 minutos salvou a minha tese.

Carla: É, que bom, que bom.

Pesquisadora: Porque é poder argumentar, né? A ideia da tese é realmente promover a política da Casa Abrigo.

Carla: Isso, isso. E eu quero fazer parte. Se você me der a oportunidade, quero fazer parte, sim, tá?

Pesquisadora: Eu vou te enviar um termo de consentimento.

Carla: Tá.

Pesquisadora: Para registros públicos mesmo. E aí, uma coisa que eu queria te perguntar, né? Por uma questão ética, eu nunca uso o nome das entrevistadas. Mas você falou para mim que você queria o seu nome.

Carla: Sim.

Pesquisadora: E eu queria te perguntar se você quer que eu use o seu nome, se você quer que eu use um codinome, você poderia escrever esse codinome?

Carla: Pode usar o meu nome. Porque hoje eu curso Direito, né? Então, faz parte até do meu profissional hoje. E eu faço questão, sabe por quê? Eu nunca tive oportunidade de agradecer também. Todas essas pessoas, agradecer a minha advogada. Eu nunca mais encontrei essas mulheres que estão no abrigo. Nunca mais eu vi. A juíza, o promotor que pediu para... Assinou lá para que ele fosse preso. Nunca mais eu vi. Eu não sei se essas pessoas têm a noção desse gesto. É um gesto. Eu acolhi ali a mulher. Olha, aquela mulher, no meu caso, eu saí e venci. E não foi sozinha. O Lucas e a Angeline venceram junto comigo. Então, você vê que é um trabalho ali que às vezes... Tem uma orientação aqui. Mas aquilo é... Aquilo tem uma proporção enorme. Então, são coisas que não têm preço. São coisas... Eu vivi o horror e você vive muita coisa boa. Muito amor também, diante de tudo isso. Se você for olhar, você recebe muita ajuda. Você vê pessoas ali te estendendo a mão. Então, eu acho que o prazer da vida é esse. De você poder viver e ter o olhar de ver o ruim e o bom. E agradecer por tudo. Então, também queria deixar um agradecimento a todas essas pessoas que estão ali envolvidas. Porque, às vezes, no momento, no calor de toda aquela situação, a pessoa não agradece. Ela nem está com a cabeça para ir lá agradecer aquelas pessoas. Mas, não, eu fico com o meu agradecimento por elas. [voz embargada pelo choro]

Pesquisadora: Pode ter certeza que eu vou evidenciar essa fala.

Carla: É verdade. Você vê que, às vezes, um trabalho ali... O que vira? Vira muita coisa boa. Muita coisa bonita. Aquela mulher pode sair dali reconstruir a vida, ser uma grande pessoa.

Pesquisadora: Ser uma grande advogada com os filhos na universidade, como você, um exemplo!

Carla: Muito bom, né? Nossa! Então, assim, gente, vamos ter esperança. Vamos acreditar em nós, nos filhos. Vamos acreditar nisso. Nisso que a gente deve acreditar. Não acreditar que aquele agressor vai melhorar. Que ele vai ir na igreja, vai ficar melhor. Não! Acreditando em você. Que você pode sair disso. Acredita nos seus filhos. Que eles têm toda a oportunidade do mundo. É isso que tem que ser ressaltado. Pode tudo. Pode tudo. É só querer.

Pesquisadora: É isso. É isso.

Carla: Obrigada.

Isabela- 20 de dezembro de 2022

Pesquisadora: A gravação serve também para você ter de recordação. E aí, bora escutar o que você tem para me contar?

Isabela: Tá bom. Mas olha, eu estou super descabelada.

Pesquisadora: Ninguém vai ver esse vídeo. Ele é um link que vai direto para o meu e-mail da que é pra ficar privado. Então ninguém nunca vai ter acesso pra gente conversar. Só eu mesmo. E é o máximo possível pra te garantir segurança também, né?

Isabela: Então, beleza. Tudo bem.

Pesquisadora: Você quer que eu te conte um pouco sobre mim? E aí depois você conta um pouco sobre você.

Isabela: Pode ser, começa você.

Pesquisadora: Eu sou a Carol. Tenho 28 anos. Eu sou geógrafa. Sou umbandista, como você viu, sou médium no terreiro do Pai Flávio. Eu trabalho há alguns anos com a luta das mulheres pela vida. Então, eu desenvolvo pesquisas relacionadas à luta das mulheres pra se manterem vivas. Seja na cidade, seja no campo. Já são 10 anos fazendo pesquisa nessa temática, aqui na UNESP de Presidente Prudente.

Agora, no meu doutorado, eu estou estudando o feminicídio, como eu tinha te dito. E principalmente as formas de se manter viva frente a esses crimes. Quais são as estratégias que a gente tem? E aí, nada melhor que ouvir mulheres pra falar sobre mulheres, não é mesmo?

Isabela: Verdade...

Pesquisadora: E aí, eu queria conhecer um pouco da sua história. Eu queria conhecer um pouco de você, como você se apresenta...Eu quero que você se sinta livre pra me contar de você... Me conte tudo que você achar que é legal eu saber pra conhecer a história de uma mulher que venceu, né?

Isabela: É... Então, meu nome é [retirado por sigilo]. Tenho 31 anos. Eu sou nail designer, designer de sobrancelha. E faço uns extras... (silêncio)

Isabela: É... Eu me envolvi já desde novinha, né? Com 18 anos, com o pai da minha filha. É... Ele era um homem, assim, muito ciumento. Não deixava, assim, eu colocar saia. Era só calça... Me traía, me abandonava, me deixava sozinha. E quando chegava... Eu ia questionar, ele me

batia. É... Uma vez eu tentava ir embora, ele não deixava. E, assim, ele já deu um tiro, cinco palmos pra cima da minha cabeça. Eu fiquei, assim, em choque, paralisada, assim. Achei até que tinha acertado em mim... Achei até que tinha acertado em mim. Mas, graças a Deus, não acertou nada. Deu um perto do meu pé, pertíssimo. Eu vi a morte de perto, assim, ao vivo. Assim, eu vou morrer agora! Saía, deixava o menino armado dentro da área, pra mim não fugir. Eu fui, assim, olha... Não sei te dizer como que eu passei tudo isso...

Mas depois disso, o que aconteceu? Ele foi preso. Porque ele já mexia com outras coisas erradas, não por isso. E foi onde a gente, assim, se distanciou. Eu vi ele por um tempo, era muito nova, achava que ele poderia mudar e tudo. Mas, visitando ele, eu vi que ele continuava o mesmo. Que ele não iria mudar. Que eu iria sofrer. Aí, eu tive a minha filha, tudo. E aí, a gente se separou. Se separou, eu não quis mais ver ele. Ele ficou 10 anos preso. Ele não pagou na lei, assim, comigo. Mas, na lei lá de cima, ele não passou batido. Ele pagou um pouco, eu acho. Mas, não mudou nada. É a mesma pessoa, assim. Tenho um pouco de contato. Eu tenho pouco contato pela minha filha. Não é da mesma cidade, sabe? Mas, para mim, não mudou nada.

Hoje, ele tem seus... Hoje, ele tem seus... Ele era 5 anos mais velho que eu. Eu tenho 31, ele está com 36. Está casado com uma moça de 17 anos. E fica lá, fazendo a menina de escrava, e trabalhando para ele, e fazendo tudo. Eu fico... Muda a vítima, mas continua. O homem, assim, ele é abusivo, tóxico, agressor. Ele não muda. Eu acho que... Eu acho que... Por hoje, a mente que eu tenho hoje. Se eu tivesse... quando eu era novinha, mais lá no começo, eu não tinha aceitado nem o primeiro tapa!

Não deveria aceitar. Nenhuma mulher deve aceitar. Porque depois do primeiro, vai vir o resto tudo de pior. Assim, tudo que você puder imaginar. Porque um homem te dá um tiro, assim, de pertinho. E você é um trauma. Tanto que hoje eu tomo antidepressivo. Eu tomo calmante. Eu desenvolvi crise de ansiedade. Já cheguei a me entortar toda. No centro, do peito assim eu comecei a formigar. Fui para o hospital. Não era nada. Era crise. Tive crise de pânico...

E, além do mais... Além de... Depois de eu encerrar com esse. Eu fiquei com outro homem. Engravidei a segunda vez. Que é o meu segundo filho. Eu tenho uma menina de 10. E um menino de 9. Quase gêmeos. Juntinho, né? É. Engravidei desse homem. Largada do outro. Engravidei. Falei assim. Bom. De novo, eu vou ficar sozinha. Com outra filha. Tentei, né? Mas era outro. Também me traía. Também me abandonava. Me deixava sozinha. Sofri muito.

Sofri muito na minha gestação. Ele viajava. Ele me traía muito. Ele já me empurrou. Já bateu na minha cara... na cara, eu grávida. Eu grávida. Ele já fez isso.

Uma vez, eu encontrei um celular com um monte de mensagem. Um celular que ele guardava, ele e os amigos, para conversar com outras mulheres. Porque os amigos e eles eram tudo assim... A gente morava juntos. Porque eu nunca me casei. Perante Deus. No papel, o civil. Nem nada.

Eu sofri tanto, tanto grávida! Eu corria... Eu lembro que ele tentou me chutar. Eu chutei muito de volta. Eu só falava o nome do meu filho. Para ver se ele parava. E ele é um homem muito ruim. Eu acho assim... Não sei qual dos dois é pior. Eu acho que a única coisa boa que eu tive com os dois foi meus filhos. Porque são duas pessoas ruins. Que não tem mudança. Eu acho que... Não tem mudança. Muito ruim. Muito ruim. Ele era muito ruim. Ele é ruim. Ele era abusivo. Ele era péssimo. Péssimo. Foi um péssimo pai também. Ausente.

Eu sempre criei meus filhos sozinha, sempre eu que fui. Eles nunca tiveram isso. Sabe?

É pai. Entre aspas, sabe? Então assim... Eu já sofri muito. Eu já vi a morte de perto. E um conselho é não perdoar. Perdoar sim, né? Você se limpar e não guardar nada. Mas não acreditar. Porque a pessoa que faz uma vez, ela vai fazer de novo. O homem que colocar a mão numa mulher, ele vai continuar. Ele não vai mudar. Ele não vai mudar. E se a mulher perdoar e continuar, o futuro, infelizmente, é a morte. Ou ficar em cima de uma cama, alguém cuidando. Porque eu não sei como eu não morri até hoje. Até hoje, de verdade. Eu vi a morte. Eu vi, eu venci. Deus cuidou. Os nossos orixás, os nossos guias cuidaram de mim. Acredito que não era a minha hora. Mas eu também acredito que se eu insistisse, eu poderia adiantar a minha hora.

Hoje, eu até tenho um relacionamento assim. Mas não é nada sério. Mas é uma pessoa totalmente diferente. Eu olho e falo assim, gente, porque não foi assim pra mim desde o começo? Mas também tenho medo. Sou desconfiada, não acredito. Eu sou cheia de trauma.

Toda quebrada por dentro. Assim, sabe? Uma fênix que renasceu das cinzas. Nossa!

E coisa assim, que eu nem lembro, também. Que eu acho que a gente até esquece pra não fazer mal. Mas já fui muito traída, humilhada, por palavras, por agressão. O primeiro pai da minha filha, ele me deixava muito sozinha. Eu era muito novinha, né? E ele me levou embora da minha cidade. Eu não tinha ninguém lá. E eu falava pra ele não sair. E ajoelhava no pé dele, segurava. E ele me chutava. Igual chuta um cachorro. E sai, me solta. E foi isso.

E eu cheguei aqui, eu me mudei, eu me amo. Sabe, hoje eu penso mais em mim. Assim, não sei se eu acredito mais no amor. Se eu quero me envolver ainda mais de novo, assim, sabe? E não sei. Mas um homem, assim... Um conselho que eu dou pra todas as mulheres. Se elas pudessem, no primeiro tapa, no primeiro grito, empurrando. De ver que o cara quer te

controlar. E que a mandara em você termina o quanto antes. Porque senão você pode conseguir não sair. Eu consegui sair dessas duas aí porque foi um milagre. Mas parece que no meu caminho só veio assim, trastes...Trastes! Nossa, eu sofri!

Pesquisadora: E você falou que quando você conheceu esse primeiro homem você tinha 18 anos, né? E que você mudou de cidade. Onde você morava?

Isabela: Marília e ele em Oswaldo Cruz.

Pesquisadora: E aí você foi pro Oswaldo Cruz com ele?

Isabela: E aí eu fui pro Oswaldo Cruz com ele. Assim, foi muito rápido, sabe? A gente se A gente se conheceu e já foi morar junto, coisa de dois meses. Apaixonada, né? Apaixonada. Era o homem da minha vida. Apaixonada...

Pesquisadora: E aí esse tempo lá em Oswaldo Cruz que você passou, você lembra quanto tempo foi? Quantos anos?

Isabela: Foi... Com meus 19, até meus 19 e pouco, ele foi preso. Acho que eu morei lá uns dois anos.

Pesquisadora: E aí quando ele foi preso você voltou pra Marília?

Isabela: Quando ele foi preso... na primeira vez eu fiquei lá ainda, sozinha. Depois na segunda vez eu não tinha conseguido fugir dele. Eu fugi dele porque ele estava foragido. E aí eu fui lá, peguei, tive coragem de pedir pra um amigo de Marília e comigo buscar minhas coisas. Porque a mãe dele, assim, a gente morava num condomínio. Então eu podia entrar e sair. Ele estava escondido em outro lugar. E aí eu peguei todas as minhas coisas, coloquei no carro e fui embora. Só roupa, sabe? Não peguei nada, nada. A gente tinha uma casa montada, eu só peguei a minha roupa do quarto.

Isabela: Aí, tem alguém ligando. Peraí.

Pesquisadora: Tranquilo, estou esperando.

Isabela: Pronto.

Pesquisadora: Estou te ouvindo, mas não estou te vendo mais. Acho que você está aí.

Isabela: É, deixa eu tentar de novo. Dá pra me atender e voltar em você?

Isabela: Pode, pode ser? Me atende aí. Só um minutinho...

[interrupção por 2 minutos, e ela entrou novamente na sala virtual]

Pesquisadora: que rápido.

Isabela: Oi, pronto. Então, aí onde a gente parou?

Pesquisadora: Você estava contando de Oswaldo Cruz, de quando você estava lá e foi buscar suas coisas...

Isabela: É. Isso. Eu morei lá, depois, aí eu busquei a minha roupa, né? Liguei pra ele e ele me ameaçava muito, sabe? Ele falava pra mim que se eu largasse dele e fugisse, ele ia matar minha família. Ele ia pegar alguém, eu ia ter que aparecer... Ele já me sequestrou na minha cidade, menina! Olha só o que esse cara fez, ele me SEQUESTROU!

Porque assim, eu fugia, ia, colocava minhas coisas na mala e fugia dele. Ia embora, porque ele era demais. Quando ele saía, eu esperava ele sair e fugir, ele ia embora. Aí, esse dia eu fugi, vim embora e resolvi sair pra balada com as minhas amigas... Aí ele veio, de Oswaldo Cruz, com mais cinco caras. Ele entrou...e ele dentro da balada. E na hora que eu olhei assim, nossa, não senti nem as minhas pernas. Falei..." ah, hoje eu vou morrer!" Nesse dia também eu achei que eu ia morrer.

Nesse dia eu achei que eu ia morrer, porque ele era muito louco, doente. Esse não era o ciumento, não. O problema dele era outras coisas, o segundo.

Mas esse primeiro, que é o pai da minha filha, de Oswaldo Cruz, ele era doente, ele era possessivo. Aí ele me olhou, aí ele falou: "nem adianta você tentar nada, que eu tô armado, você vai embora comigo!" E pronto. E eu deixei minha bolsa, celular, olhei para as minhas amigas e falei assim: "Deixa pra avisar minha mãe amanhã, nem avisa agora, senão vai estragar o sono dela. Falei, eu vou ir com ele. E não tenho o que fazer, eu falei, eu vou ter que ir com ele. Entreguei minha bolsa, tudo, meu celular. Aí elas foram em pranto também, com medo. Aí a gente foi embora, tudo. Ele no carro...

Ele falou pros caras, pros amigos dele, falou assim: "a gente vai ficar nesse motel", que era um motel em Quintana, se não me engano, em Herculândia, Paradise. Falou: "eu vou ficar aqui, porque eu acho que a polícia já deve estar esperando na entrada da cidade com ela". Vocês falam que não viu nada!", e a gente entrou.

Í, tipo assim, ele começou a me tratar bem, normal, como se ele fosse me desculpar, como se eu tivesse errada ainda, sabe? Ele fazia tudo, e eu ainda, só por eu ter ido ali, eu era errada. Aí, tipo assim, passou a noite comigo, e a hora que amanheceu, ele olhou pra mim e falou assim, você acha que vai ficar tudo bem? Você acha que a hora que chegar lá, eu vou fazer o quê com você? Ele falou assim, você vai ver o que eu vou fazer com você a hora que a gente chegar lá. Aí, eu peguei e falei, nossa, né? Aí, eu aproveitei que ele tava amarrando o tênis, saí correndo por dentro de um motel, entrei, fechei uma porta, tinha uma moça ali limpando,

falei pra ela, moça, que o meu marido me sequestrou, e não chama a polícia, por favor, porque ele tá armado, vai que ele faz alguma coisa com a gente, né? Eu falei, eu só quero ir embora daqui, me ajuda. Aí, ela me levou lá pra cima, pra onde fica todas as câmeras, que eles têm controle de tudo, tava dona, deve ser, não sei. Eu expliquei, e ele louco, gritando, me procurando. Aí, foi o moço do motel lá conversar com ele, falou assim, não, eu vi uma... eles falaram assim, ela saiu correndo pra pista, e eu vendo lá de cima, o moço abrindo as portas dos quartos pra ele, pra ele ver que eu não tava. Aí, a moça me colocou no carro, eu não tinha um real, não tinha bolsa, não tinha nada. Me deu 20 reais ainda, porque era o preço da passagem até Marília. E eu consegui fugir dele nesse dia. Nesse dia, ele ia me matar. Eu tenho certeza, porque ele usava muita droga, muita cocaína, ele ia me matar nesse dia. Nesse dia, eu tinha quase certeza que ele ia me matar. Mas eu consegui fugir dele. Só dele. Só que aí, ele sempre voltava.

Aí, quando eu resolvi não querer mais mesmo, sabe, mesmo gostando dele, aí foi que também apareceu esse pai do meu menino, eu engravidei, e aí já acabou o vínculo com ele. Mas também foi outro, o pior do mundo.

Eu não sei se ele... Do que ele gostava, porque ele era um homem tão assim, nojento, que ele falava pra mim que ele queria que eu ficasse com o amigo dele. Que ele gostava, que ele queria... E eu não queria isso. E eu grávida do meu filho, eu grávida... Com ele, assim, ele falava assim, “vamos chamar um casal, vamos fazer troca de casal”. Isso, nossa, dói tanto, no meu, dói até hoje. Dói, porque, tipo assim, eu não tenho nada contra quem gosta, mas assim, pra mim foi um trauma, é um trauma. E ele era assim, ele é assim até hoje. Eu não sei do que ele gosta, sabe? Já falou várias coisas, ele era assim.

Ele ficou comigo porque eu também, tipo assim, eu tinha um irmão, E meu irmão tava preso. E eu fui visitando meu irmão, acabei conhecendo esse. Esse cara, que se fez de bonzinho, eles sempre se fazem de bonzinho. Depois que eles se mostram quem eles são, né? E ele é um homem muito ruim, assim, eu acho que ele se aproveitou e ficou comigo, porque ele tava ali, não tinha outra. E aí, quando ele saiu pra rua, ele saía com os amigos dele, eu não aceitava, porque ele queria ficar comigo e queria ter vida de solteiro.

E aí foi onde eu desisti, foi onde eu fui pra conhecer a noite, comecei a viajar pra esquecer dele, tudo. E assim foi. E aí eu também, depois, na noite, eu tive a vontade de ter meus cursos, porque até então eu vivi pra esses filhos.

Aí eu resolvi fazer meus cursos, tô ainda tentando fazer dar certo, O de designer de sobrancelha, de unha designer, que é alongamento de unha. E hoje eu vivo pra mim, vivo

pelos meus filhos, não tenho mais homem como prioridade na minha vida, e tenho certeza que eu não vou ter mais, porque eu fui decepcionada, quebrada de todas as maneiras que eu acho que uma mulher pode ter sido, de verdade!

Pesquisadora: Foi bem forte. Eu não sei nem o que te falar, assim, dessas cenas de estar grávida, né? Já é um momento, assim, tão... Eu imagino que deve ser uma explosão de emoção, de hormônio, de tudo... e ter que aturar isso ainda, assim, né o prazer, do outro...

Isabela: Sim, sim. Eu tinha que me submeter para eu ter ele. E para eu ter ele, eu não sei o que eu criei por ele, mas não era amor. Igual eu amei o pai da minha filha, sabe? Eu não sei o que era, era uma dependência emocional que eu tive por ele. Mas não foi amor. Mas ter ele, ele ainda estava preso. Estava preso, mas aí ele...

Pesquisadora: vocês namoraram quanto tempo?

Isabela: Quatro meses. Quatro meses ele já saiu. Aí ele saiu, a gente continuou junto. Mas aí eu ganhei, eu fui...

Nossa, a gente foi passar um Natal também. E ano novo, porque a família dele é de São Paulo, Osasco. E eu tinha minha menininha, pequenininha, né? Ela tinha um aninho. E estava grávida do meu filho. E a gente foi pra lá. E ele desfez tanto de mim, ele me deixou tanto sozinha. Ele era muito desfeita, que ele fazia comigo, sabe? Ele desfez, ele saiu, voltou de madrugada, bêbado. Deitou, roncou, nem perguntou se eu estava bem. Ele me tratava igual um lixo. O outro, ele era assim. Ele me tratava igual uma princesa. Só que ele tinha um ciúme doente de mim. Então, se eu ameaçasse... Eu tinha mega hair que ele colocou em mim, porque eu não tinha nem cabelo, menino. Eu acho que eu não tinha saúde. Meu cabelo não crescia, meu cabelo quebrava. Hoje que eu vejo esses estudos de pedra de cabelo, eu tenho certeza que eu tinha. Aí, ele tinha me dado um mega hair que eu tinha colocado. Aí, ele falava pra mim, você quer largar? Tudo bem, então vamos tirar esse cabelo. Ele torturava psicologicamente. Os dois, eu acho, assim, sabe?

Mas o outro era mais desfeita, tanto que ele trabalhava com um negócio de rodeio. Ele trabalhava nas barracas, aí viajava, às vezes ficava um final de semana, às vezes ficava 15 dias. E ele estava numa cidade, não estava muito longe da minha cidade, uns 200 quilômetros, sabe? E ele tinha um carro lá disponível. E aí, quando eu fui fazer o meu pré-natal do meu filho, a médica percebeu que ele estava com o coração parando. Então, ela falou que estava acontecendo alguma coisa. Ela me encaminhou, ela falou, se você não tiver quem levar, eu te levo para o hospital. E ele estava onde? Viajando. Sabendo que eu já estava de 39 semanas prestes a ganhar, ele não se preocupou de deixar de lá, de ficar o primeiro filho dele. Sabe?

Da outra, ele já estava preso. Eu já tive a minha filha, a minha mãe que ficou comigo. No do menino, a minha mãe estava com a minha filha. Então, assim, não tinha mais quem ficar comigo. A não ser ele. E ele estava viajando e eu nem conseguia falar com ele, porque nessas festas, depois, quando... Eu cheguei a trabalhar com ele na minha gravidez. Quando acaba, aí cada um vai achar um par, aí é mole, rodeio. Você imagina, o povo se aloja lá, eles trabalham lá. E tem muita festa, muita festança. E ele era muito traidor, muito desleal, ele era. E aí, eu tentando ligar, não consegui. Fui para a mesa do quarto, não consegui falar com ele. Sabe?

Aí ele estava a uns 200 quilômetros, eu acho. Que de Marília, sertãozinho, não é muito longe. Dá umas duas horas, duas horas e meia. Ele não teve coragem de vir, ver o filho dele nascer. Ele não veio, ele... O meu filho nasceu na quinta-feira, ele conheceu o meu filho na segunda. Quando acabou as festas, ele poderia vir. O patrão dele jamais iria, com certeza.

Alguém iria dar um jeito, independente, sabe? Eu sei que sim... Mas ele não quis, ele não quis vir. Ele não deu muito amor para o meu filho, doeu muito.

O pai da minha filha, hoje, depois que ele saiu, ele ficou 10 anos preso. Hoje, a minha filha tem 10 anos. Ele desfaz muito, eu sinto, sabe? E dói muito no meu coração. Dói mais ainda do que eles fizeram comigo. Hoje, o pai do meu filho, ele tenta ser, mas eu não sei quem ele é de verdade. Mas ele era um cara muito nojento, que eu tenho muita mágoa dele. Que também já me renegou muita coisa, grávida. Bateu na minha cara. Onde você viu você bater na cara da sua mulher grávida? Não, ele judiou muito de mim. Eu não sei qual dos dois ganha a disputa, pra ver quem que acabou comigo mais. Eu não sei qual dos dois. É o mesmo perfil de violência, né? É o mesmo perfil. É, muda pouca coisa. Mas os dois eram violentos, gostavam de bater.

Eu tenho a minha marca aqui, porque assim, eu estava com as minhas amigas lá vizinhas. Na casa que a gente morava. E elas brincando com o portão. E um amigo dele entrou e chamou. Entrou, a hora que saiu, ele me chamou e me deu um murro. Falou que eu estava brincando, me amostrando pro cara que estava no portão. Me deu um murro, abriu a minha boca, ficou aberta.

Ficou muito feliz. E meu pai, ele ia viajar. Eu nem pude ir pra Marília no churrasco. Me despedi, porque eu tive que esconder da minha família. O que ele tinha feito comigo. O irmão dele, a hora que chegou lá pra me levar no hospital, ele chorava de ver a minha boca. Ficou muito feia. Ficou aberta, ela ficou um pedaço pra cá e outro pra cá. Aí eu fui dar ponto. Depois ele vinha me abraçar, me pedir perdão. Ele era doente. Ele é doente, né? Com todas as mulheres,

ele não para com uma, depois que ele saiu. E assim, ele quis tentar se aproximar de mim, mas eu não permiti. Jamais permitiria. E também, com tanta dor, é até difícil, né?

Pesquisadora: Você falou, dói mais quando faz com ela.

Isabela: Sim. Ó, pra você ver que ele não mudou, que eu resolvi levar ela pra ver ele quando ele saiu, tudo. Ele levou uma outra menina. Ele falou, vem que eu vou fazer um churrasco com meus filhos. Ele tava com uma outra menina, nada contra a vida dele. Só que tipo assim, ele já não vê a menina. Aí ele vai estar com mulher, em vez dele tirar um dia só pra ele poder ficar com ela e dar uma atenção pra ela. Ele pode ter a vida dele, eu acho que assim, que todo mundo tem que continuar. Aí a menina foi embora, ele ficou no celular pendurado com a menina. E tipo assim, sabe? A minha filha, ela passou de psicóloga e tudo depois que esse cara saiu. Ela tinha tanta expectativa com ele. Eu nunca assim... Porque pelo que ele fez comigo, eu também nunca assim falei, aí, você vai odiar, você não tem pai. Não, eu li, eu falei, você tem um pai. Ela e o meu filho chamam meu pai de pai, porque a gente mora todos juntos. Aí de acostume. Tanto que os meus outros dois sobrinhos, que eu e a minha mãe criou, eles chamam meu pai de pai também. Aí é pai.

Aí eu resolvi levar, eu fui pedir pra ele duas, três vezes, aí eu já tava alterada também, porque tava tendo churrasco, e o irmão dele gosta muito de mim, tinha umas outras pessoas. E eu peguei e xinguei, falei assim, você tá aí com essa menina no telefone, já é a terceira vez, ela também não deve prestar a telefone, ela deveria deixar você curtir sua filha, que veio de longe pra ficar com você, e não sei o que. Aí ele veio e começou a gritar, eu achei que ele ia pôr a mão em mim, aí nisso a minha filha treme e chorava. E eu me segurei também, pra não ter o pior, sabe? E eu falei, nunca mais, eu piso meus pés lá, nunca mais.

Aí ele falava pra mim, você vai tomar um boi que ela tá aqui, porque se ela não estivesse, eu ia te arrebentar na frente dela, ele fez isso. Eu vi tudo se passando, sabe? De novo. Falei, não, eu não quero nem convivência dele com a minha filha, eu não quero. E ela também não sente falta, pra ela é indiferente, ela fala pra mim. Porque às vezes eu pergunto, eu falo, e seu pai mandou mensagem? Ela falou assim, não mãe, mas eu já me acostumei, eu não ligo pra isso. Falei, então tá bom. E eu tentei, sabe? Falei pra ele, seja um bom pai, seja presente, ela precisa de você. Mas ele é um cara que só quer saber de mulher, de status, sabe? Filhinho de papai, paga 200 reais de pensão, mora no condomínio, tem loja, tem tudo. Aí eu fico, vou pôr na justiça, mas ele vai ter direito de ficar pegando a minha filha, eu não quero, não sei. Eu fico mexida, sabe? É bem difícil. É difícil lidar com isso. A gente abre as portas pra ele também ir, né? Pra ele também fazer o que ele quiser, e aí pra empirraçar ele vai querer pegar a menina.

E eu não confio nele, ele tem outros dois filhos lá. Nesse tempo que eu que eu abandonei ele, apareceu uma mulher com a filha dele. Aí ele colocou ela pra visitar ele, fez outro menininho, aí essa menina começou a fazer coisa errada, foi presa.

A mãe dele é uma pessoa tão ruim, eles são pessoa miserável, que tem dinheiro, mas miserável. Permitiu que as crianças fossem pro orfanato. As crianças foram pro orfanato. Aí, eu depois de um tempo me aproximei dele por carta, pela menina, tudo. E ele dando um de coitado, tudo. E eu com meu coração besta, ajudei ainda ele um pouco. Aí, eu entrei em contato com a assistente social do orfanato. Consegui fazer chamada de vídeo com as crianças, com a minha filha. Pra também dar um pouquinho de paz pra eles lá, sabe? Mas, judiação, vou falar pra você. Ele também acabou com a vida dessa outra moça também. Que hoje, ela mora lá num fim do mundo. As crianças, assim, ele não liga, ele é agressivo, ele bate no filho dele. Que eu já vi, eu falei, eu não consigo ficar perto de um cara desse. E nem deixar a minha filha ficar com ele. Ele, aí, eu vou buscar ela. Eu falo, não, buscar não. Você pode passar, vir, passar um dia com ela, mas levar ela, não. Eu nunca releio um dedo nela. Você acha?

Sabe, ele é sem paciência, ele não liga pra ninguém. É uma pessoa que não vai mudar. Não muda. Esse tipo de pessoa, eles não amam nem os filhos, eles não amam ninguém. É triste. Cruel, né? Cruel. Cruel. Cruel.

Pesquisadora: Cruel.

Isabela: Crueldade é, olha, vou falar pra você.

Pesquisadora: me conta uma coisa. Nessas andanças todas que a vida te levou, né? Vocês saíram de Marília, foi pro Oswaldo Cruz, aí você voltou pra Marília. E aí você conheceu o pai do seu menino.

Isabela: Isso. Marília. Quer dizer, no presídio. Isso.

Pesquisadora: Qual que era o presídio?

Isabela: Ah, o de Marília mesmo.

Pesquisadora: E aí ali você ficou.

Isabela: É, ali eu caí numa cilada. Peguei com a minha própria mão.

Pesquisadora: Mas esse período foi um período rápido, né?

Isabela: Foi. Foi um período rápido, porque assim... Em janeiro e em dezembro foi assim também. Eu comecei a pegar gancho por causa do aparelho no presídio onde ele estava. O pai da minha filha.

Pesquisadora: Como assim?

Isabela: Porque eu visitava ele. Depois de um tempo que ele foi preso, tudo que eu consegui me separar dele, aí a gente reatou, ele começou a me mandar carta, foi aonde eu fui visitar e engravidei da minha filha.

Pesquisadora: Entendi. Eu tinha achado que você tinha engravidado antes dele ser preso.

Isabela: Não, eu engravidei depois que ele foi preso. Deve só ser da segunda vez que ele foi preso, que eu tinha fugido e ido embora. Que ele falou que ia pôr fogo na minha roupa, só que a minha roupa não estava mais lá. Daí eu, não sei, caía muito nova, 19 anos, aí eu já estava com 19, mas grande coisa, não muda nada, é uma menina. Um ano de 18 para 19 é muito rápido.

Pesquisadora: É, muito rápido.

Isabela: Mas eu vivi muita coisa com ele, sabe? Meu era uma montanha-russa. Ao mesmo tempo que ele me amava, ele me colocava lá em cima, eu era tudo, eu não era nada. Ele me deixava muito sozinha.

Aí, nessas andanças, eu tive a minha filha, engravidei, voltei com ele, preso. É, depois de uns seis meses que ele estava preso, que eu fui voltar com ele. Tive a minha filha, aí, quando a minha filha era bebezinha, ela nasceu em abril, em novembro eu comecei a tomar gancho.

Eu sai com bilhete, aí era 15, 30 dias, eu não podia voltar, então parecia que estava sendo encerrado o meu ciclo com ele. Parecia que não era mais para mim ver ele, sabe? Eu não sei, eu não sei explicar.

Pesquisadora: Eu ainda não entendi o que é o gancho.

Isabela: O gancho é você ficar...é quando não poder entrar na cadeia. Você fica suspensa. Ele ele esqueceu um bilhetinho com um recado para ligar para a família da pessoa visitar, não pode, esqueceu na bolsa da minha filha, essa foi a primeira vez. Aí, na segunda vez que eu fui, meu aparelho apitou, aí eu peguei mais 30. Aí foi quando meu irmão estava preso, eu comecei a ir ver meu irmão, porque eu vivia só para ele, eu não tinha nem tempo de ver meu irmão. Fui ver meu irmão. E foi onde que eu e o pai do menino começou a se olhar. Aí eu não quis mais ele, o outro. Eu falei assim, não quero mais, deu na minha cabeça que eu não queria mais, não queria mais. E achei que eu estava apaixonada pelo pai do meu filho.

Não sei o que foi. Eu sei que foi encerrado. Até hoje eu não sei explicar...

Depois de um tempo eu me arrependi, tentei voltar, mas foi onde apareceu essa mãe da menininha, que ele tinha, que a menina tem a idade de quando eu estou com ele, ou seja, ele estava comigo e engravidou essa moça. E assim, ele não aceitava a gravidez do meu menino.

Quando eu quis voltar, ele falou assim, para você ter ideia, ele falou assim, eu até volto, mas você tem que abandonar essa criança. Dar essa criança para o pai. Porque eu não vou aceitar, eu falei, jamais. Então você pode ficar com a mãe da sua filha, que apareceu, e seguir com ela, porque o meu filho eu não vou. E eu não aceitava ter meu filho. Porque eu tinha esperança ainda do pai da minha filha, sabe?

Foi assim, era gancho, eu não estava separada. Depois que eu mandei carta, que eu separei, tudo, que eu conheci o pai do meu filho, eu queria ficar com ele, e na verdade, não ficar com os dois, enganando, sabe? E assim, eu engravidei muito rápido, eu não aceitava, eu não tenho foto na gravidez do meu filho. E também, depois que ele saiu, e eu vi a pessoa que ele era, sabe? Porque quando ele saiu, que eu realmente vi quem era ele. Você passou a conviver com ele, né? É, aí ele já saiu e ele voltou a viajar, porque assim, ele sempre viajou, o negócio de roder, e ele se envolveu, por causa de amizade, e foi preso. Ele não era bandido.

É igual o pai da minha filha também, ele era filhinho de papai, e foi querer andar com os outros, e arrumou esse monte de cadeia de trouxa. Porque... É, era trouxa. Era trouxa. E... Aí foi isso.

Acreditei, não tenho foto, mas ele é meu xodó, meu menino. Amo os dois. Só que eu não aceitei ele. Eu fui aceitar ele na hora que ele nasceu. Porque foi muito, é um misto, você imagina.

Pesquisadora: É muito curto tempo, né?

Isabela: É um ano. Eu não sei porque, querendo ou não, eu ainda... Tipo assim, se eu tivesse ficado com ele, ele tivesse saído, e eu visse quem ele era, eu não tinha continuado com ele. Eu não tinha sofrido o tanto que eu sofri. Porque esse dia que eu te falei do celular lá, que eu achei que ele me espancou, ele ainda falou assim, ó, se arruma. Era a copa. Ele falou, se arruma, porque meus amigos estão vindo aqui, você vai cozinhar, você vai fazer comida pra todo mundo comer. Então vai, se ajeita, cheia de galo na cabeça, boca toda machucada por dentro. E aí, sabe, ele é cruel. Eu não sei quem é pior dos dois. Eles usam as pessoas, sabe?

O pai da minha filha gosta de fazer os outros de empregado. O pai da minha filha gosta de fazer os outros de empregado. Igual uma amiga minha falou, que ele estava, que foi lá na

conveniência, porque eles têm uma loja de conveniência, têm supermercado lá em Oswaldo Cruz. E... Tem condição, né? Tem! Mora na casa deles, é de condomínio, de luxo, lá no Santa Mônica, com piscina, tudo. O pai dele é advogado, sabe? [Só que aí ele desfaz. E assim, eu não falo nem por questão financeira. Graças a Deus, o trabalho não falta nada pra minha filha. Mas de carinho, de amor, todos eles...Ninguém se importa. É como se ela não existisse! Ela só existe se ela estiver ali. Se eu levar, também é bem pouco a coisa.

Não tem muito... Não tem afeto, né? Não, não tem. Não tem afeto, menina. Mas olha, e foi isso A minha vida. Foi um erro atrás do outro. As únicas bênçãos, os meus filhos, porque eles são meus, filhos da mãe mesmo. Então...

Pesquisadora: Foi você que pariu, né?

Isabela: Foi eu que pari, eu que cuido.

Pesquisadora: Então...E esse processo todo Tipo, passou, as crianças nasceram.

E aí teve uma hora que você falou que deu um estalo, foi fazer seus cursos de design.

De quando foi isso, que ano foi isso. Conta pra mim como surgiu a ideia de trabalhar com o que você trabalha hoje...

Isabela: Porque eu sempre trabalhei como manicure. Sempre gostei. Aí começou... Também gostava muito de beleza. Eu sempre trabalhei no salão. Sabe? É que ele tinha ciúme, ele não deixava eu ter a minha vida, eu viver. Aí eu... Depois de um tempo todo, passou ainda uns anos, em... 2018, eu acho que eu fiz meu primeiro curso de sobrancelha. Aí não deu muito certo. Aí em 2020, eu engatei. Aí fiz o de unha, fiz o de sobrancelha. E de lá pra cá, eu venho estudando, venho tentando conciliar. Aí como que tá meio fraco e eu ainda tô no começo, aí eu viajo pra cá, pra trabalhar aqui na boate. Sabe? Mas não é o que eu quero. Eu quero viver dos meus cursos. Tanto porque também é ruim quando tem que vir ficar longe das crianças. Eu não gosto. E também não é uma vida que... Eu não vou ser bonita nova, não vou ter juventude pra sempre. Eu quero e eu gosto das coisas que eu fiz dos cursos, sabe? Eu acho que eu me encontrei ali. É o que me faz bem. É até uma terapia pra mim quando eu tô trabalhando assim.

Pesquisadora: Eu ia te perguntar, esse movimento aí, 2018, 2020, foi quando você começou a vir para o Prudente para trabalhar?

Isabela: Não, eu ia para... Na verdade, em 2018, na verdade, depois que eu passei todas essas decepções, eu ia trabalhar e parava. Ia numa boate e parava. Eu tava muito desandada, usando droga, bebendo. Em 2018, um amigo meu acabou fazendo eu ir num lugar, e aí a

polícia pegou, tinha um pouco de droga, tudo, aí eu perdi meu carro, fiquei de tornozeleira eletrônica. Foi em 2018 isso que aconteceu comigo. Aí eu parei pra refletir em tudo. Eu já vim de uma vida fodida, sofrida, porque na minha infância também, meus pais usavam droga, era muita briga. Eu acho que se eu não tivesse uma mente, eu também era bem desandada. Mas aí eu consegui me resgatar, eu consegui mudar. Eu consegui falar, não, não é isso que eu quero pra mim.

Aí eu fiquei de tornozeleira uns seis meses. Aí eu falei, não, eu vou fazer um curso, eu vou me dedicar. Ninguém nasce sabendo, mas se você tem apreço por aquilo, é sinal que você tem um dom. Eu acho que ninguém gosta de nada à toa. Falar, se te atrai é porque você tem um dom pra fazer aquilo. Tem que sair, né? É, e eu gosto dos dois. Tem até gente que critica, mas você tem que se dedicar. Ou você cuida da sobancelha, ou você faz unha. Eu falei, eu não me limito. Eu não posso me limitar. Se você se limita, eu gosto dos dois e eu vou fazer os dois. E aí eu vou contra as regras. Totalmente, totalmente. Aí umas amigas, assim, falam, mas se você faz o dedo só pra mim, ninguém vai dar credibilidade. Aí a hora que flora, certa, vai deslanchar. Vai dar certo.

Eu não tô com pressa. Eu tô estudando, tô dedicando.

pesquisadora: E nas boates, você acaba tendo crise?

Isabela: Tenho, tenho. Da unha, parece que não vai. Alongamento, parece que tá... É uma área que tá travada. Mas sobancelha, sim.

Pesquisadora: É bom, dá pra conciliar algumas coisas, né?

Isabela: É, sim.

Pesquisadora: Interessante. Eu tô achando o máximo a sua história da reviravolta que você deu, sabe? Tô me sentindo tipo um livro de história...

Pesquisadora: É, amiga, porque eu me libertei. Hoje, nossa! hoje o amor que eu tenho por mim, eu demorei tanto tempo pra me amar, pra saber que eu tinha valor, que eu era valorosa. Eu achava que eu não viveria sem esses homens. E, na verdade, eu não vivia com eles, né? Eu não tinha vida.

O pai do meu filho, ele me deixou em luto no ano de... Quando eu tive meu filho, eu não via a hora de anoitecer pra dormir. De tanto desfeito. No Natal, naquele lá... eu grávida em São Paulo, no de Marília, com a família dele toda, eu não estava no carro dos amigos dele, sumia. Ele me deixou... Ai, ele me deixou muito sozinha. E hoje, assim, eu não sinto a menor falta.

Eu não sinto falta de homem nenhum. Eu estando com meus filhos e com a minha família, pra mim, eu tô ótima. Eu não sinto mais falta, eu acho, de ter alguém. Eu acho que... É...

Pesquisadora: Muita dor?

Isabela: Muita dor. Muita mágoa. Eu consigo seguir... Hoje, eu acho que eu sou liberta, das mágoas. Eu, assim, fiz, cicatrizar. Não que apagou, porque nunca vai apagar o que eu vivi. Desenvolvi muita coisa. Você vê que fiquei até doente de ter que tomar remédio, me tratar. Mas, assim, foi uma reviravolta e eu me superei.

Pesquisadora: Você acha que, por ter passado por tudo isso, você consegue se defender da violência, de alguma forma? Você criou alguma estratégia, assim, quando você vê que você está numa situação que pode barrar violência? O que você faz?

Isabela: Eu evito, eu corto, Eu evito, eu corto, eu já corto no mal pela raiz, eu já corto no mal pela raiz, eu não deixo passar daquilo. Eu não deixo passar daquilo. Até pelo tom de voz mais alto, você já percebe.

Pesquisador: O tom de voz é legal, é uma estratégia, né?

Isabela: É. O tom de voz, o jeito de olhar, assim, às vezes, um gesto também, que fala mais que mil palavras, né? Ali você já percebe. Então, assim, tem que estar atento a todos os sinais, porque eles mostram, de alguma forma, você vai ver. E se ver, não tem que tentar relevar, achar que vai mudar, não, é porque ele é assim, não, ele não tem que ser assim, ele tem que te respeitar. Nós, não só nós mulheres, seres humanos, nós merecemos respeito. A gente merece respeito e se não está bom, se não é o perfil da pessoa que você quer, você tem que procurar outro caminho, não querer bater, judiar, trair, humilhar, prender a pessoa na sua vida, não é? Eu acho... É, eu sofri muito isso, o sentimento de posse.

O do meu filho, não, é eu que insistia para ele ficar comigo. Não era ele que insistia, não, para você ver. Por mais que ele fazia, eu queria ter ele comigo, eu queria ele, porque eu não queria estar sozinha de novo, mas não. Ele não queria. Daí, quando ele quis, foi tarde! Aí eu já tinha despertado.

Pesquisadora: Assim, só para fechar, uma das últimas grandes perguntas, né? Você chegou a acessar, por exemplo, assistência social em algum desses momentos, sobre a questão da violência, em específico, que eu lembro que você contou nas histórias, que muitas das vezes você escondeu. Escondeu da família, porque não tinha como se colocar naquela posição, né? A sua dor contando isso, mexeu comigo. E aí eu queria saber se você acessou algum equipamento público de pedir ajuda, ou como que veio a ajuda para você sair?

Isabela: Eu li, eu pesquisei sim, sobre relacionamento abusivo, sobre homem misógino, e vi que eu encontrei dependência emocional, como você está fazendo agora... eu estudei, eu sou uma pessoa bem curiosa, e eu acho que sim, se tiver esses tipos de materiais assim disponíveis, eu acho que pode ajudar outras mulheres. Porque você lendo, as vezes você vai se enquadrando, você vai tentando seguir algumas coisas, sabe? E eu acho que me ajudou sim, também, essa questão.

Pesquisadora: Mas você nunca chegou aí numa delegacia a fazer um boletim, por exemplo?

Isabela: Nunca, porque eu tinha medo, porque eram dois loucos, eles me matavam.

Sabe o que eu acho? Eu acho que essa medida protetiva que elas fazem hoje é a sentença de morte, pelo que eu acompanho nas reportagens de televisão. Não tem, não existe mais. A medida protetiva é ou a mulher some, ou ela vai embora, porque não tem justiça. Feminicídio, qual é a pena? O homem bate numa mulher hoje, amanhã ele sai. Você entendeu?

Pesquisadora: Você falou tudo o que eu quero mostrar.

Isabela Eu acho assim, que deveria ser mais branda, mais firme. A lei deveria mudar para o homem pensar bem antes dele erguer a mão para uma mulher. Porque é uma covardia. Quem já passou? E o senhor é sair impune, né? É sair impune. Ele não vai ser preso, que não vai adiantar nada, e se for preso ele vai sair. Ele vai sair e vai vir te matar. Se ele for um cara assim, igual a gente vê na maioria dos tristes casos, ele vai vir e vai te matar. Não tem como. Quantos casos a gente vê de medida protetiva e a mulher morta?

Pesquisadora E você já chegou a escutar alguma vez sobre Casa Abrigo? Que é uma casa para acolher mulheres vítimas de violência...

Isabella Eu acho que eu já escutei falar, já. Mas agora, por esses tempos de agora, não na minha época, que foi uns 12 anos atrás, né? Por aí. Uns 10, 12 anos atrás.

Pesquisadora Então, essa casa, acho que agora também a gente está ouvindo falar mais, porque agora tem uma aqui em Presidente Prudente, mas ela é exatamente pra tirar a mulher dali. É sumir com ela. O endereço é sigiloso, ninguém sabe onde fica. E aí, essa mulher pode ficar até 3 meses nessa casa com as crianças, protegida O cara não vai chegar nela. Tem que manter ela viva. E aí eu fiquei me perguntando se na época, por exemplo, que você veio pro Oswaldo Cruz, tivesse esse equipamento, talvez tivesse... Será que você teria ido pra essa casa?

Pesquisadora: Eu acho que eu teria, porque eu morria de medo de ir pra minha casa. Tanto que da vez que eu larguei dele, da última vez que ele ainda estava na rua, que eu fui buscar

minhas roupas escondidas, eu fui pra Ribeirão Preto. Eu fiquei uma época lá, quebrei chip, quebrei tudo. E foi aonde tem que ir. Eu fiquei longe dele e ele não conseguia me achar. Eu também tinha muito medo. E ali eu fiquei de boa, porque eu sabia que ele não podia me achar. Então eu acho muito interessante a mulher ter um lugar assim, que ela possa ficar em paz. Porque é terrível. O sentimento de você estar sendo perseguida, que ele está vindo, que ele vai entrar, que ele vai te pegar, é terrível. Só quem viveu sabe.

Pesquisadora: E essa questão que você falou de ameaçar sua família também, né?

Isabela: Você não podia voltar pra casa. Sim, ele falava assim: “Eu sei aonde vai doer em você”. Ele falava. E se ele... Você acha que ele não ia me ficar me rondando lá da minha casa? Ele ia. Aí eu fui pra Ribeirão. Fiquei lá em Ribeirão. Eu fui, acho que, em dezembro ou novembro, pra Ribeirão. Em janeiro ele foi preso. Aí foi quando eu voltei, pude voltar pra minha casa.

Mas aí fiquei saindo, saindo, e nessa ele mandando carta a carta. Fui lá e caí de novo na dele.

Pesquisadora: Mexeu com você, né?

Isabela: Mexeu comigo.

Pesquisadora: Você falou que você queria ser dona de casa, ter filhos, um marido...

Isabela: Sim, eu tinha esperança, porque ele era uma pessoa, assim, igual eu falei pra você, era montanha-russa. O problema dele era os filmes. Não era a falta de, assim, me dar carinho. Mas ele tinha que sair, porque ele ia trabalhar, fazer as coisas dele erradas.

Só que, às vezes, na maioria, era só ficar com outras mulheres. Só que eu era cega. Agora, do meu filho, não. Do meu filho, eu já era mais mais vivida, já sabia. Só que eu aceitava, porque eu queria ficar, você entendeu? Como que eu fiquei? Eu fiquei doente primeiro.

É, eu morri, eu fiquei em luto. Em 2013, que eu tive o meu filho, até um pedaço de 2014, eu vivi luto. Eu só chorava. Eu só chorava. O leite do meu filho secou. Tinha o quê?

Seis dias que eu ganhei ele, ele estava na balada, e meus pontos inflamados, e eu chorando. Aí, meu leite secou, o menino mamava, não tinha leite. Aí, teve que entrar com aquele leite de lata. Ai, foi terrível. Muita mágoa eu tenho dele. Eu sozinha no hospital, sendo que ele poderia ter ido. Sabe? Mágoa dos dois...

Pesquisadora: Não é pra toa, né? São momentos muito marcantes. Eu nem imagino o que é parir um filho. Deve ser uma coisa surreal.

Isabela: É surreal, é um sentimento único Único!

Pesquisadora E é bonito ouvir na sua história. As crianças também viraram uma força....

Isabela: Eles são aonde eu me recarrego. São tipo carregador, né? São meus carregador. É tudo pra mim. É a parte boa que a vida me deu pra me ajudar, sabe? Me reconstruir meus caquinhos que esses caras me despedaçou. Mandou eles pra colar Porque, olha, As crianças também viraram uma força.

Sabe, eu tenho amigas... eu tenho uma amiga que passa ainda e mantém pra manter o casamento eu conheço uma lá ainda que passa em Osvaldo Cruz só que ela aceita pra manter não aceita, hoje em dia muitas mulheres elas nunca largaram o relacionamento. Era igual eu, como eu tava vivendo com o pai do menino ela a lá se submetendo sabe e... eu acho assim, que é pouco.

Eu tenho amigas que não têm falado sobre isso, elas não se abrem elas guardam pra elas... a gente vê, assim, por uma marca ou outra, mas as mulheres são muito presas hoje em dia! Não sei o que falta, mas eu também já fui presa assim... Eu acho que falta um pouco de experiência, eu não sei explicar como que eu também consegui me superar, mas eu acho que foi mais o tempo da vida. Hoje eu já tenho 31 anos, já passou aquele auge do alarme a gente vai chegando nos 30 a gente vai deixando de acreditar no “feliz pra sempre”. A gente já é o real oficial, a gente é isso: a cicatriz a dor, os traumas, os cacos... Sim é dessa forma dolorida a nossa, é tanta mulher que passa por isso que eu acho difícil pensar em alguma de nós que nunca passou por um relacionamento extremamente violento e tóxico, é muito comum, né?

Pesquisadora: Uau que montanha russa, eu vou usar esse termo ele era uma montanha russa porque eu acho que você mostrou o sentimento, posso?

Isabela: Pode, faz imaginar esse frio na barriga e a espécie medo que subiu, é uma intensidade tudo isso... é, e muitas vezes, é essa montanha russa que prende a mulher e muitas vezes é essa montanha russa que prende a mulher fica ali naquele relacionamento.

Pesquisadora: é faz sentido isso para mim! Muito obrigada por isso, porque assim, você já me ajudou mais do que eu posso te contar.

Isabela: eu te agradeço muito por isso foi legal, imagino que essas coisas não estão nos livros não, né?

Pesquisadora: Pois, é a vida não tá no livro! Deixa eu te perguntar uma coisa, geralmente eu peço para as mulheres que eu converso para elas me falarem o nome de uma mulher que elas querem ser, que represente elas na tese. Porque evito ao máximo usar o nome das pessoas, para que elas não sofram nenhuma perseguição.

Isabela: Usa o meu daqui, fictício, de guerra é Isabela. Sou eu também.

Pesquisadora: De verdade muito, muito, muito obrigada.

Isabela: Imagina, qualquer coisa me liga.

Despedidas.

Lucy Lima- 07 de março de 2023

Pesquisadora: Aí, começou.

Lucy: Ok.

Pesquisadora: Eu vou trabalhar somente com a transcrição do seu relato... Ao final da entrevista eu vou te mandar um termo de consentimento, para que consiga mostrar para a validade da sua história e possa colocar seu nome, para ninguém dizer que eu tirei de qualquer lugar e inventei a sua história...

Lucy: Entendi.

Pesquisadora: E, basicamente, Lucy, a minha tese de doutorado, ela nasceu naquele dia que eu te encontrei na Casa Abrigo. Foi aquele dia que nasceu essa pesquisa. Até então, eu ia estudar o feminismo camponês, que já era um tema que eu já estava estudando há um tempo. E, quando eu fui lá na casa, eu falei, não, eu vou estudar a Casa Abrigo porque não tem referência o suficiente sobre isso. E, todo aquele processo de a gente montar o projeto da Casa Abrigo, eu montei um projeto de pesquisa sobre o feminicídio e a prevenção pelas Casa Abrigo, hoje a já está indo para o terceiro ano, agora finalizando. E é um projeto que eu trabalho desde marcos legais, sobre a violência, sobre essas convenções todas, os termos e diretrizes para políticas públicas, até relato de mulheres que sofreram violência, e também em busca de reconstruir essa história da Casa Abrigo.

Eu preciso que você me ajude, com essa boa memória. Como a gente foi fazendo as coisas, com o carro andando, e a gente foi trocando a roda, muitas etapas da construção do pré-Casa Abrigo foram ficando perdidas. E eu quero, nesse momento, trazer essa história do que era prudente antes, de como tudo isso surgiu, como a gente se organizou em torno de pouquíssimos meses para fazer acontecer. E eu confesso que, naquele momento, eu achava que só ia trabalhar com mulheres abrigadas. Só que o que aconteceu? Muitas Casas Abrigos não me receberam, fecharam as portas, não deixaram eu entrar, por medo do sigilo, também

por falta de vontade de participar de políticas públicas e pesquisas, que a gente sabe que as pessoas, depende muito do perfil das coordenadoras para participar desses tipos de pesquisas. Então, eu não estava me importando em documentar o processo, até que eu vi que, para entrar na Casa Abrigo, a gente vai ter que gritar mais que ela existe. As pessoas nem sabem que ela está existindo. Então, a gente precisa muito remontar essa história. E aí eu quero sua ajuda. E, claro, para você contar a sua história, porque eu conheço trechos da sua história, de palestras, de algumas intervenções artísticas, mas eu nunca consegui construir a linha do tempo de quem é a Lucy, sabe? E eu espero poder te conhecer mais nesse processo, até para demonstrar como a política pública surge de nós, mulheres. A partir de contextos específicos, a gente se junta. Eu preciso mostrar isso para os homens que estão na universidade. E eu acho que a sua história é um exemplo disso que eu estou tentando falar na tese. Por isso que eu estava ansiosa para te encontrar.

Lucy: E tudo acontecendo para a gente não se encontrar, né, Carol? Olha só.

Pesquisadora: Tudo. Mas também eu já entendi que toda vez que vai chegando março, a gente fica numa loucura, né? A vida vira uma loucura. E eu entendo esse processo também, sabe? Que a gente está pós-carnaval e aí,

Lucy: Sim, aí a vida parece que toma, né? Engata a quinta e vai embora. E é por isso que o ano passa rápido depois de março, né?

Pesquisadora: É, exatamente. Engata a quinta.

Lucy: Mas assim, eu estou aqui, estou à disposição. Para mim é uma honra. É um prazer. Quando eu recebi seu convite, eu fiquei bem pensativa porque, Me dispara gatilhos, né? E aí me traz muitas memórias, né? Me trouxe muitas memórias o seu convite. Foi bom, foi positivo. Foi rever, né? Eu revi tudo que vivi. Foi rever de novo, foi pensar com detalhes. E eu acredito que foi bom para esse momento de eu poder passar para você.

Esse momento antes da Casa Abrigo, essa emoção de estar ali. Porque foi ali que a gente não deveria ter se perdido. Em algum momento a gente se perdeu. Mas foram muitas emoções. Eu falo assim, ninguém vê atrás dos bastidores o que realmente acontece. A maioria das pessoas viram a Casa Abrigo pronta. Eu não tive esse prazer enorme ainda. Mas quem sabe um dia,

Pesquisadora: Nem, eu.

Lucy: Quem sabe um dia. Mas o processo, eu acho que é como uma viagem. Você tem que curtir todo o trajeto. E a gente curtiu, pelo menos eu curti o trajeto até a Casa Abrigo. E aí,

quando eu cheguei lá na praia não deu certo de estar junto e curtir o mar, mas tudo bem. Hoje eu já entendo que nada é por acaso. E tudo que aconteceu, a gente cresce. Eu cresci. Eu cresci com os meus erros, cresci também admitindo que a gente cria muita expectativa no outro e o erro está muitas das vezes em nós. Então, para mim foi positivo, sim, me ajudou muito. Crescer até, Eu falo que quando a gente fala da violência que a gente viveu, Carol, nós estamos colocando para fora e isso torna para nós em cura. Entende? Isso foi muita cura, muita coisa que, Eu não me arrependo de ter falado, porque me trouxe muita cura. Entende? Eu externei e depois eu parei para pensar em tudo que eu coloquei para fora e eu disse, Realmente, muita coisa eu não precisava ter falado, mas aí você começa a parar para pensar, olha onde você errou, você poderia não ter falado assim, poderia não ter falado assado, então me serviu de muita experiência.

Pesquisadora: Com certeza, né? Acho que compartilho todas as suas palavras.

Lucy: Todas.

Pesquisadora: Sem tirar nem pôr. A expectativa, a expectativa no outro, a expectativa no próprio Estado, essa falsa sensação de que estávamos arrasando, ganhando tudo, e que nem tudo é assim, uma parte a gente consegue, outra nem tanto. Eu compartilho desse sentimento e eu confesso, até me emociono. Está sendo muito difícil fazer isso, porque eu me sinto muito, machucada ainda, sabe? E ter que documentar tudo isso também é uma forma de a gente resistir enquanto produtoras dessa história, que está sendo negada.

Lucy: Exatamente.

Pesquisadora: E se a gente não se impõe nos espaços para falar, não nos convidam. Vamos se curar juntos, porque vai ser difícil para nós duas.

Lucy: Mas a gente consegue.

Pesquisadora: A gente tem que conseguir, porque acho que a gente precisa de um exemplo.

Lucy: Antes de me tornar quem eu sou, eu falo que eu tenho muito orgulho de mim. E quando as pessoas me perguntam assim, em quem você se inspira? Eu falo que eu me inspiro em mim mesma. Em quem eu era, em quem eu fui, em quem eu sou. Eu me inspiro em mim. Por quê? Porque me inspirar em mim é saber que eu sou falha, mas eu posso ser melhor todos os dias. Então, eu olho ontem e falo, e ontem eu estava assim, hoje eu estou melhor. Eu estou melhor. Então, eu estou muito policiando as minhas palavras, os meus atos, os meus gestos, e isso eu acho que eu tenho que comemorar todos os dias, Carol. E eu passo isso como exemplo para você também, porque não me sinto exemplo para ninguém, mas a caminhada, sabe, a

caminhada me faz ser o meu próprio exemplo. Entendeu? Então, eu sou o exemplo para mim, de falar assim, Olha, ontem você, pô, não foi legal, mas hoje, olha aí, sabe, cresceu, acertou, sabe, e é para a vida, eu estou com 47 anos de idade. Então, eu falo, daqui a pouquinho eu estou com 50, vai mais alguns anos, 60, e aí, qual foi o meu legado? Então, o meu maior legado que eu desejo, assim, de coração, o meu maior legado é que mulheres tenham, Olha isso, escuta isso, que mulheres tenham a coragem de incomodar, como eu já incomodei, para que as suas histórias sejam ouvidas. Entendeu? Então, eu já incomodei muita gente para que outras mulheres tivessem as histórias delas contadas, para que ouvissem as minhas histórias, sabe, de chegar e falar assim, olha, eu quero, eu preciso falar. Alguém quer ouvir, alguém precisa ouvir a minha história, eu preciso desse espaço, e foram várias portas fechadas, mas eu incomodei, até que aquela porta abriu, e outra pequenininha, e uma janela, e um portão, e assim tem sido. Sabe, tem tempo que é portão, tem tempo que é janela, mas está tudo bem, eu vou lá e dou o meu melhor, pode não ser o melhor para você, o melhor para o outro, mas é o meu melhor, entende? Então, é isso que a gente tem que aprender a valorizar, e eu aprendi isso andando com gigantes, sabe, com mulheres grandes também, porque elas diziam, eu dou o meu melhor, e eu não via isso nelas, falava, isso que ela faz é o melhor delas? Eu questionava, e hoje eu entendo, realmente, elas davam o melhor, porque cada um oferece o que tem, elas ofereciam o que tinham.

Pesquisadora: Com certeza, né, é o que a gente carrega, que pode distribuir.

Lucy: Exatamente.

Pesquisadora: Luci, eu queria que a gente conversasse em dois períodos, um período pré-casa, e um período construindo a casa.

Lucy: Sim.

Pesquisadora: Para que você possa trazer a sua trajetória de vida mesmo, contar um pouco de você, a Luci mãe, a Luci várias, né?

Lucy: Várias, Luci. Por muito tempo, eu fui Lucinete, eu fui Lucinete, eu fui Lucinete da minha infância até a minha adolescência, e um pouquinho mais, até a fase adulta. E quem era a Lucinete? A Lucinete era submissa. Na infância, eu sofri todo o processo da violência doméstica, meus pais estavam envolvidos nessa violência, meu pai era alcoólatra, e ele praticava essa violência contra a minha vida, as dos meus irmãos e da minha mãe. Então, foram 25 anos. Eu tenho cinco filhos, minha mãe teve, na verdade ela teve nove filhos, quatro filhos ela perdeu durante o processo de violência doméstica, os quatro morreram por ela apanhar demais, e os cinco que vingou, eu sou uma delas, entre nós tem a nossa irmã mais

velha, que também foi fruto de uma fuga da minha mãe, em relação ao meu pai, que estava bêbado, e ela foi passar uma cerca, correndo com balde, e aí, o balde, ela se enrolou com o balde, no fim ela estava gestante, minha irmã nasceu surda e muda, minha irmã mais velha, então hoje ela tem 52, 53 anos, né?

E assim, a nossa infância não foi nada fácil, a gente era de família bem carente, sofria toda a vulnerabilidade, mas mesmo já pequena, meu pai construiu uma casa no núcleo, pra nós, núcleo residencial, que na época é favela, né? Hoje é núcleo residencial. Então, meu pai construiu essa casa, ganhou esse terreno, e a gente não pagava aluguel, então isso salvava muito a gente, de muita coisa, né? E a minha mãe sempre trabalhando como doméstica, mas ela nunca teve o registro dela, era sempre doméstica. E o meu pai, ele era várias profissões, mas a que mais me chamava atenção nele, era o cozinheiro que ele era, porque ele era chefe de cozinha, e alguns bons hotéis, isso na cidade de Campinas. E quem ensinou a profissão pra ele, foi um primo nosso mais velho, né? E levou ele pros restaurantes da vida, e ele seguiu essa profissão. Mas com essa profissão, o alcoolismo dele piorou, né? Porque eles bebem, tem bebida à vontade, eles bebem muito.

E olha só, hoje eu entendo tudo isso, e eu não tinha essa informação. Olha que interessante, eu não tinha essa informação na época. Mas aí, consequência de toda a bebida do meu pai, ele se separou da minha mãe, e aí eu com 16 para 17 anos, fugi de casa, fugi entre aspas, eu fui morar com o meu pai. Por quê? Porque a minha mãe, hoje também, descobri hoje que a minha mãe era narcisista. Então, a minha mãe tinha esse comportamento narcisista, e ela se vitimizava, usava os filhos para ganhar benefício próprio, a gente saía para vender as coisas na rua, e nisso nós sofriamos violência sexual. Todas nós meninas, são quatro meninas e um menino, fomos abusadas, enquanto a gente saía para vender as coisas na rua. Então, nós sofriamos a violência sexual, e até hoje ela não acredita, ela chama a gente de mentirosa, eu e as minhas irmãs. Inclusive a Sônia, que é surda e muda, ela foi abusada na minha frente. Eu, por ser antes dela, depois dela, eu vi toda a situação acontecer, uma coisa que marcou muito a minha vida, a minha cabeça. Bom, e aí, resumindo, eu fui morar com o meu pai.

E olha só, dos 16 aos 18 anos, foi a melhor fase da minha vida, Carol, a melhor fase da minha vida, porque ele ainda continuava alcoólatra, eu sempre que chegava em casa, ou da escola, ou de trabalho, eu o via nas esquinas, caído, bêbado. Mas, dentro de casa, quando ele não estava alcoolizado, pra mim, ele era o melhor pai do mundo. Melhor pai do mundo.

[fala paralelamente com o filho- Bem, pega minha carteira, só pra eu ler pra Carol a carta que o meu pai escreveu, tá lá na minha bolsa.]

E aí, ele me escreveu uma carta, na época que eu morei com ele, ele foi buscar emprego numa outra cidade e me escreveu uma carta, eu tenho ela até hoje. Tenho essa carta até hoje. Nessa carta, ele fala quem é ele. Se eu ler pra você, é bem curta, mas se o bem achar minha carteira, que eu carrego na carteira, eu vou ler pra você rapidinho. E aí, dá pra você entender quem era meu pai.

Por que que eu estou te falando isso? Porque você, no começo, me disse que os homens precisam ouvir um pouquinho da minha história, e de histórias de outras mulheres, pra entender um pouco o ciclo da violência. Então, meu pai, ele foi o agressor da minha mãe, o nosso agressor, dos filhos também, nós apanhávamos junto com ela, nós dormíamos fora de casa, minha mãe dormia debaixo das árvores, aonde dava com a gente, até passar aquela bebida, aquele maior momento dele de loucura da bebida, e aí a gente voltava pra casa, porque ele era um normal. Ele só era anormal, vamos dizer assim, enlouquecido com a bebida. Então, nesse período que eu fui morar com meu pai, eu conheci quem era o Raimundo, o nome dele é Raimundo, aí eu fui conhecer quem era ele. Até então, eu não sabia. Eu conheci o meu pai na ótica da minha mãe. Minha mãe falava assim, eu não quero vocês perto dele, ele vai abusar de vocês, mas enquanto criança, meu pai nunca abusou de nenhum dos filhos. Nunca. Ele batia. Pouco também, porque a gente tinha muito medo, então, só de olhar, a gente já obedecia. Mas o medo era muito presente. Mas eu percebo hoje que era a minha mãe que manipulava a questão do medo. Então ela indenizava muito o meu pai. Por isso que eu te falo, dos 16 aos 18 eu fui conhecer quem era ele. Porque até mesmo bêbado, ele ficava vulnerável, ele não era violento. Mas a provocação da minha mãe fazia com que ele ficasse violento. Entende? Hoje eu entendo.

Mas eu vou ler pra você a carta. Está escrito assim:

- Lucinete, eu tive que viajar para trabalhar. Eu não tive outra alternativa. Filha, eu fui para Sorocaba. [Aí ele coloca], espero que você tenha juízo suficiente para se cuidar enquanto eu estiver fora. Por favor, não durma aí sozinha. Traga o Fabiano. Fabiano é meu irmão. Não durma sozinha, mas não deixe a casa sozinha. Eu não sei quando volto. Preciso arrumar dinheiro pra nós. Não se esqueça que eu te amo. [Aí ele colocou meu apelido, que eu não vou te contar (risos)]. Aí não faça nenhuma besteira. Cuidado com as falsidades. Eu estou contigo e não abro. Volto quando tiver dinheiro para resolver nossos problemas. Se cuida.

E colocou de novo meu apelido. Então, é a carta que eu tenho até hoje. Não sei se você vai conseguir ver, mas é mais ou menos assim.

Pesquisadora: Super antiga.

Lucy: Ela está borradinha. Ele escreveu em 1994.

Pesquisadora: Eu nasci.

Lucy: E aí essa carta diz muito quem é ele. Realmente ele falava, Eu te amo, filha, eu te amo. Eu vou arrumar dinheiro para resolver nossos problemas. E enquanto eu vivi com ele dos 16 aos 18, eu conheci um outro homem. Entende?

Pesquisadora: Então, carinhoso

Lucy: Carinhoso. Ele pedia ajuda. Carol, meu pai pedia ajuda. Nas palavras, Porque eu questionava. Eu já tinha 16. Eu falava, Pai, mas por que você bebe? Porque eu sou desgostoso. Porque eu não tenho alegria. Ele falava isso para mim. Eu não tenho alegria. Eu não sou feliz. Pai, mas vamos ser felizes. Nós estamos nós dois aqui. Vamos ser felizes. Vamos trabalhar. Vamos comprar carro. Vamos comprar casa. Você sabe, Jovem, adolescente, Aquelas ideias, né? E eu tentava passar isso para ele. Ah, mas eu não tenho força. Eu já estou velho. E ele faleceu com 49 anos de idade. Super jovem. Super jovem!

E aí eu me lembro que ele fez uma vez, Ele era chefe de cozinha. E nós não tínhamos dinheiro para nada. Ele fez uma maionese, Bem simples, com o resto que ele tinha em casa, Que nós tínhamos em casa. Cenoura, uma cenoura, uma batata, E saiu para vender. E ele vendeu por 15 reais. Eram 15 cruzados na época. Olha isso. É como se fosse 150 reais hoje. Era muito dinheiro, era muito dinheiro. E nós fizemos a compra em casa, E ficamos bem no final de semana. Então, esses pequenos detalhes do meu pai, Foi me mostrando quem era ele.

Pesquisadora: Você foi desmistificando aquela imagem.

Lucy: É, porque a criança, enquanto criança, Ela não sabe discernir. Para ela, é um monstro. Era o que minha mãe pintava. Ele é um monstro. Ele vai matar todo mundo. Vamos fugir. Vamos correr. E aí eu fui vendo que, Não que ela estava errada, mas, Ela também era uma vítima, Porque ela também sofria toda a violência, Mas ela não sabia como lidar com a violência. E aí a polícia chegava, Carol, a polícia chegava na nossa casa todos os dias. Porque ele bebia, Ele ia trabalhar e chegava bêbado, Ia trabalhar e chegava bêbado, Então era uma loucura. E eu me lembro que a polícia falava assim, Xingava a minha mãe, Maltratava, Apanha porque gosta, É uma vagabunda, é uma safada, E virava as costas e ia embora. Quando eu não o levava, Eu via meu pai saindo pelo camburão, Eu o levava, E falava assim, Senhora, sai fora da casa porque daqui a pouco ele está solto. E às vezes minha mãe teimava, ficava lá. Daqui a pouco lá vinha meu pai. Pior do que quando tinham levado. Mais violento, mais bravo, mais nervoso, Por que? Porque ele tinha sido, passado por aquela situação vexatória para ele.

Bom, resumindo, porque tem muitos detalhes, Vou te poupar, (risos) E aí, ele, com 18 anos, eu estava virando de 18 anos, eu falei: “pai, eu vou voltar para a casa da mãe”. Ah, mas por que? Eu não quis contar para ele, mas eu tinha muita vergonha de ver o meu pai caído nas esquinas, bêbado, e eu já estava ficando com 18 anos, eu pensei, poxa, eu vou ter que assumir o papel da minha mãe, vou ter que, toda vez que eu chegar em casa, passar na esquina e levar meu pai para casa, então eu não queria aquilo para mim. E era vergonha mesmo, eu tinha vergonha, eu já não tinha mais medo dele. Eu tinha vergonha. Aí até que, eu tentei voltar para a casa da minha mãe mas ela não me aceitou. E aí eu fiquei entre minha mãe e meu pai, e meu pai falou, eu também não te quero. Então eles ficaram assim, me jogaram na rua, os dois, me jogaram na rua e falaram, não, você já tem 18 anos, vai viver a sua vida. E assim eu acabei conhecendo o pai da Lorena, conhecendo não, nós crescemos juntos, enquanto criança, no bairro, infância, e aí a gente começou a namorar, um pouquinho antes, ele falou, não, vai, eu vou falar com meus pais, você vai morar na minha casa. E eu fui morar na casa do pai da minha filha mais velha. Aí nós ficamos oito anos, um relacionamento,

Pesquisadora: Aí moraram com vocês e os pais deles?

Lucy: Os pais, a tia, o tio, era uma grande família. Era uma grande família, tinha sobrinhos, tinha três tios, tinha duas tias que moravam na casa, tinha a avó dele, tinha a mãe dele e um monte de sobrinhaia, um monte. Então eu fui morar nessa casa. E vários conflitos, quando eu cheguei, vários conflitos, porque eu mudei tudo, 18 anos, meia revolucionária, e a maioria tudo idoso, você imagina, né?

Pesquisadora: Foi mexendo nas coisas da casa da sogra,

Lucy: Exatamente. Não fui bem vista, aí depois de um tempo eu fui alugar uma casa, fui morar sozinha, depois disso ele acabou alugando um apartamento, nós fomos para o apartamento, tentando fazer vida. Mas nesse relacionamento, eu era a abusadora. Eu praticava violência contra ele. A violência psicológica, então eu ameaçava ele, se ele me largasse eu ia me matar, enfim, reproduzi muita coisa de infância,

E meados a isso, o meu pai, ele já estava com uma outra senhora, muito mais velha que ele, na época ele tinha 49 ela tinha uns 76, mais ou menos, mas ele bateu nela, nessa senhora, e foi para o boteco. E aí os filhos dela foram atrás dele, e mataram ele do mesmo jeito que ele fazia com as mulheres, batendo nele, bateram muito nele, e ceifaram a vida dele lá. Então a morte dele foi aquilo que ele procurou. Eu sempre digo isso. Sofri muito, mas hoje eu superei, e, que bom, que maravilha que eu pude viver, pelo menos dois anos aí, para conhecer quem foi meu pai. Então, foi muito bom essa parte para mim, para a minha vida hoje, isso me traz

muita recordação boa. E a minha mãe já não me aceitava mesmo, então o relacionamento com ela já era mais difícil e é até hoje. Não mudou, a minha mãe não aceita muita coisa, porém eu fui fazer serviço social para tentar agradar ela, E ela sempre quis ser assistente social, se um dia eu pudesse fazer uma faculdade eu seria assistente social, porque ela sempre foi atendida por assistentes sociais, e nesse meio tem as boas e tem as não muito boas, então ela sempre destacava as boas, e, essa foi boa para mim, se eu pudesse fazer serviço social seria por causa de fulana, então ela trouxe isso, e eu queria agradá-la e acabei indo fazer serviço social, confesso que não era o curso que eu queria, mas eu queria me aproximar da minha mãe, então eu achei que fazendo esse curso eu ia estar mais próxima dela, fazendo a vontade dela...

Pesquisadora: E você queria fazer qual curso?

Lucy: Direito. Eu queria fazer Direito. E, tudo bem. Beleza, as coisas foram passando aí, nesse relacionamento com o pai da minha filha, eu me envolvi no trabalho, eu trabalhava na Sabesp, em Campinas, com uma senhora mais velha, uma amizade muito forte, ela evangélica eu não era evangélica na época mas eu me aproximando dela tentando conhecer, e aí, o que acontece, essa senhora tinha uma filha. A filha dela namorava o cantor Daniel. A filha dela namorava com ele, e a filha dela foi para Brotas, montou uma loja de lingerie lá. E nessa, ele falou para ela, olha, eu vou para a Bahia fazer uma turnê, você vai comigo? Ela disse, eu tenho medo de avião, Ele falou, então volta para Campinas, e fica lá me esperando no meu apartamento. Ela falou, mas e a loja? Ele falou, coloca alguém lá, e vai para lá me esperar. Só que ela não colocou ninguém, e saquearam a loja. Só que essa loja era mantida por essa senhora, que era minha amiga. O nome dela era Elayne, ela era mais velha que eu. Eu tinha uns 20 e poucos, ela já tinha seus 45, 47 anos, a minha idade que eu tenho hoje, mais ou menos. Então, ela, ficou com todo o prejuízo, só que essa loja ela montou com caixa dois, olha isso, ela tinha uma sociedade com o marido dela, que não era pai da filha, e ela fazia um caixa dois onde ela mantinha essa loja, e ele não sabia. Você conseguiu compreender? E aí, ela ficou desesperada porque ele ia descobrir, porque deu um desfalque. O que que ela fez? Ela pediu para eu fazer uma ligação, cobrando o Daniel, desse desfalque, na loja. Eu liguei, ela me passou o telefone direto do Daniel, só que quem atendeu foi o Hamilton Regis Policastro, que era o assessor dele, ou é ainda, não sei. Só que você vai conseguir confirmar essas informações, porque o nome dele está corretíssimo, é Hamilton Regis Policastro, eu lembro até hoje.

Pesquisadora: Você gravou o nome dele?

Lucy: É, só que nessa ligação, eles gravaram a ligação e começaram a me rastrear, e por isso eu fui presa. Fui presa.

Pesquisadora: Por quê, por calúnia?

Lucy: Não, eu não fui presa por calúnia. Foi o primeiro crime que aconteceu em Campinas, que fui eu que cometi esse artigo, que é 1-60, extorsão, é crime de extorsão mediante chantagem, alguma coisa assim. Eles colocaram isso, mas não tinha nada a ver, foi uma ligação, que eles colocaram porque eu era o cantor Daniel. Eu era famoso. E aí, olha que loucura, eu morava num condomínio, eu tinha uma vida estabilizada, Carol, podia se dizer que eu era rica. Vida estabilizadíssima, eu trabalhava meio período só na Sabesp, o pai da minha filha era gerente numa empresa grande em Campinas, então uma vida estabilizada. Tinha tudo dentro do apartamento, que você imaginar, de imóveis, eletros, tudo. Eles começaram a fazer essa perseguição e aí eles rolaram como quadrilha, porque eles colocaram eu, o pai da minha filha, essa mãe da moça, a moça, e um casal de amigo meu, que estava me esperando no dia que eu fiz essa ligação do orelhão de um cemitério. Por que eu fiz essa ligação do orelhão de um cemitério? Porque eu estava velando a mãe de um amigo nosso da empresa. E aí eu aproveitei e fui lá e fiz a ligação, eu falei, para lá, eu vou ligar daqui mesmo, liguei para ela antes, eu falei, vou fazer a sua ligação, de bobeira. Eles já estavam me rastreando, eles foram lá, e me prenderam, nesse dia. Eu fui sentenciada a quatro anos e 19 dias. E aí, dentro da prisão, da cadeia, tem um monte de história, eu fui conhecer, como que era uma mulher, ser presa, aí eu perdi, eu falo que eu perdi os amigos, e fui ver realmente quem eram os amigos e os inimigos. O pai da minha filha logo, só me visitou por seis meses, logo me abandonou, seis meses depois ele já estava em um relacionamento que ele conseguiu dentro da própria empresa em que ele trabalhava. A minha mãe ficou muito desesperada também, só me seguiu por seis meses, me deixou, depois me abandonou. Fica aí com Deus, eu só vou rezar por você, e tudo bem.

Então, assim, os meus irmãos, ninguém mais teve coragem de me visitar, mesmo porque naquela época, tinha que tirar toda a roupa, era muito vexatório, era muito, você entende? Então eles tinham muita vergonha de tudo isso. E da família, eu fui a ovelha negra, eu que envergonhei a minha mãe, isso para ela, até hoje ela fala, que eu sou a vergonha dela. Mas ok, já superei, quem não supera é ela, porque ela não tem a mesma capacidade de superação que eu. O tempo passou, dentro mesmo da cadeia, eu fiz um contato com o pai dos meus quatro filhos que moravam em Presidente Venceslau, mandando cartas para ele,

Pesquisadora: E como você se conheceu com ele?

Lucy: Oi?

Pesquisadora: Como vocês se conheceram?

Lucy: Então, ele estava em Venceslau e nós mandamos cartas por amigos em comuns, ele nos apresentou e ele era missionário. Então eu mandei cartas, falando, ah, missionário, ora por mim e tal, e eu já estava puxando mais para o lado evangélico, e até então eu era católica, e aí, nessas correspondências, e vindo e indo, a gente começou a conversar e prometemos, que assim que eu sáísse, eu iria conhecê-lo.

Pesquisadora: Eu iria visitá-lo. Ele estava em Venceslau, mas você estava aonde?

Lucy: Eu estava na cadeia de Valinhos. Em Valinhos, Não, eu estava no cadeião de Indaiatuba.

Pesquisadora: Indaiatuba, Venceslau, E esses amigos?

Lucy: Amigos, Eu conhecia ele e conhecia eu, Na cadeia? Na cadeia, não, na rua, amigos de rua, Porque assim, dentro da cadeia,

Pesquisadora: Você morava em Campinas, então?

Lucy: Eu morava em Campinas.

Pesquisadora: Agora eu liguei os pontos.

Lucy: Dentro da cadeia, tinha uma rádio, que era da Igreja Universal, e mandava muito recadinho para as famílias. As famílias mandavam para as presas e as presas, também, podiam mandar para as famílias. Então, quando a Igreja Universal ia nas cadeias, a gente dava os bilhetinhos, pedindo, tipo um correio elegante, pedindo para agradecer as famílias pelos bondes que eles levavam, os jumbos. E aí, nessas idas e vindas, ouviram eu agradecendo, ou então alguém falando de mim, E aí, ele foi um dos casos. E ele, também, viu na TV um caso que aconteceu em Campinas, em que um casal jogou uma criança no para-brisa de uma caminhonete. E ele mandou carta evangelizando esse casal, e foi onde eu estava.

Quando ele mandou essa carta, eu achei a carta. Foi a partir daí que a gente começou a trocar, informações. E aí descobrimos que a gente tinha amigos em comum. Bom, carta vai, carta vem, acabou que eu saí e fui visitá-lo. E nisso a gente começou a namorar e fizemos, noivamos, e até que nos casamos. Um ano depois, ele queria filho, eu falei que não, que eu queria só a Lorena, eu já tinha a Lorena com o pai dela, ne? Eu falei, não, eu só quero a Lorena e eu estou bem de filho. Mas eu não sou pai, eu quero ser pai, e ele insistiu muito, eu fui ter o Caleb, só que ele queria uma menina. Ele não queria um menino. Quando nasceu o Caleb,

começaram as agressões. O primeiro tapa dele eu ganhei nesse momento. Então foi a partir daí...

Pesquisadora: Ele não queria um menino?

Lucy: Ele queria muito uma menina. Ele não queria um menino.

Pesquisadora: Então, aí quando ele descobriu...

Lucy: Aí ele começou a me agredir, começou a me bater, começou, ele tinha nojo de mim, ele falava que ele jamais iria tocar em mim de novo, porque não era uma menina que ele queria, um menino era uma menina, e as agressões começaram. E foram dez anos. Por que que eu vivi esses dez anos, passando por toda essa violência? Eu era muito presa emocionalmente nele. Por eu já ter praticado a violência com o pai da Lorena, da mais velha, eu me submeti, eu falei: eu quero ser submissa, eu quero ser diferente, então eu vou aceitar tudo o que vier dele. Eu era presa financeiramente, tudo que eu ia comprar era ele que comprava, então ele tomava as rédeas da minha vida. Então eu não podia fazer um curso, eu não podia nada, era tudo ele. Eu não podia ter amizades, porque se eu tivesse eu ia contar o que ele fazia, e assim, eu tinha cabelo longo, comprido, ele me arrastava pelos cabelos, era faca no meu pescoço, me ameaçava de todos os jeitos, ele tinha revólver, colocava o revólver na minha cabeça, então, isso foi me amedrontando muito, porque eu via nos olhos dele uma coragem de praticar o que ele prometia. Os olhos dele falavam para mim, não duvida de mim que eu faço! Ele não precisava abrir a boca. Só dele me olhar eu falava, ele tem coragem, eu via o sangue no olho dele, então ele tinha muita vontade de cometer aquilo que ele prometia. E o medo me tomou muito, por muitos anos. E também a dependência financeira, eu não trabalhava e ele não deixava, ele me proibia. Dez anos se passaram, até que um dia, eu estava no corredor de uma casa que nós morávamos e já não estava mais com ele. Por quê? Porque eu consegui o divórcio, só que ele pulou o muro dessa casa, e me violentou sexualmente. E foi onde eu engravidei do Benjamin, que é o caçula.

Pesquisadora: Quando que foi isso, Lucy?

Lucy: Foi aqui mesmo em Presidente Prudente, já.

Pesquisadora: Mas, que ano, mais ou menos, assim, em 2000?

Lucy: Foi no ano de 2011 para 2012. Porque o Benjamin nasceu em 2012. Então, eu passei seis meses não querendo essa gravidez. Até que com seis meses, eu estava nesse corredor dessa casa, e, andando assim, eu estava com uma garrafa de álcool na mão, fósforo na outra e eu falei, é hoje que eu vou tirar a minha vida. Chega, não aguento mais! Porque eu entendi que

tudo que eu tinha passado lá atrás, em relação à prisão, não era nada, perto de tudo aquilo que eu estava vivendo com ele. Que o terror maior, a minha maior prisão, Eu te juro, a minha maior prisão, era estar casada com ele. E principalmente naquele momento, Na minha cabeça eu falei, agora que eu me livrei e acontece isso, quer dizer eu já tinha três filhos, eu me vi desesperada, porque eu era usuária do Bolsa Família, pra você ter uma ideia, Eu não tinha renda nenhuma sem Bolsa Família, E eu estava entrando com um processo na justiça,

Pesquisadora: Pra ele pagar a pensão. Eu acho que você tampou o microfone, peraí, mexe assim a mão, que ele fica abafado, fala de novo. Ele está funcionando, mas ficou bem baixinho, do nada.

Lucy: É, Carol, acho que você vai ter que falar de novo, porque cortou.

Pesquisadora: Cortou, Você estava falando que era pior do que na prisão, aí eu parei de ouvir.

Lucy: Sim. Era menos pior na prisão, do que viver com ele. O que eu vivi na prisão não se comparava com aquilo que eu vivia com ele. A minha maior prisão era viver com ele. Porque ele me proibia de tudo. E na prisão eu só não tinha a minha liberdade física. Entendeu? Mas o meu pensamento era livre, eu não podia receber visita, então eu era livre, mesmo estando com a minha prisão física ali, meu corpo preso, mas, com ele, viver com ele, não, eu era presa em todos os sentidos, eu não podia ter amigas, eu não tinha vida. Eu não tinha vida, tudo era voltado para ele, ele tinha um ego, assim, sabe... era um psicopata, sabe, narcisista, psicopata, tudo que você imaginar...

E ele tinha os rompentes de loucura dele, ele falava, hoje eu vou te matar, se você abrir a boca eu te mato, e ele tinha coragem para fazer isso. Então, eu vivia com medo o tempo todo em mim. Até que, de repente, eu falei, chega, eu vou tirar a minha vida mas eu vou levar meus filhos comigo. Peguei a garrafa de álcool, fósforo, e fui andando no corredor. Eu estava gestante, e os três estavam dormindo lá no fundo, na cama de casal, que dormia tudo na cama comigo. E, quando eu cheguei no meio do corredor eu ouvi uma voz. E essa voz falou assim, não faça isso. Eu lembro como se fosse hoje! Aí eu voltei, comecei a chorar, olhei, procurando quem estava falando comigo, não encontrei, falei, eu estou louca, só posso estar louca. Corri para o banheiro, no que eu corri para o banheiro, faziam dez anos que eu não olhava no espelho. Eu me deparei com o espelho, olha, eu entrava naquele banheiro, sempre teve espelho lá, e eu escovava os dentes, penteava o cabelo, mas não me olhava no espelho. Porque o meu psicológico ele já tinha matado. Ele falava assim, não olhe no espelho, você é feia, você já viu o quanto você é feia? Você é completamente feia. Então, eu acreditei nas palavras dele, eu acreditava. As pernas, ele falava das minhas pernas, eu sou menina assim,

fui menina moleque, era criada na rua, até hoje tem um córrego em frente à casa da minha mãe, então a gente corria para lá e para cá no córrego, então, mancha as pernas, marca as pernas, subia em árvore, descia de árvore, tive catapora, tive sarampo, então, assim, uma criança normal. E tive as pernas manchadas, até pela minha cor de pele, coça, até hoje, um pernilongo me pica, eu coço, faz uma feridinha, pronto, fica marcado. E ele falava muito disso, das minhas pernas, que eu deveria cortá-las, porque minhas pernas eram manchadas, porque minhas pernas eram podres, eram feias, e tudo isso eu acreditava, então eu tinha muita vergonha do meu corpo, eu tinha vergonha do meu rosto, do meu cabelo, e aí, quando eu entrei e me deparei com o espelho, eu comecei, então, a Lucinete, foi nesse dia que ela morreu. Quando ela se olhou no espelho... Quando ela se olhou no espelho ela deu de cara com a Lucy. Aí, quando ela encontrou a Lucy, a Lucy parou, fixou nela e falou assim, olha aqui, volta aqui, eu quero falar com você, você é linda, você é maravilhosa, seu sorriso é lindo, e eu acredito nisso até hoje... Menina, é um poder que eu tenho... nesse sorriso, que quando eu dou o meu sorriso, eu falo, eu consigo! Sabe quando você consegue prestar atenção, quando você deu um sorriso de verdade, você fala, olhaaa, parabéns, você está dando aquele sorriso lindo da Lucy quando ela nasceu, é desse jeito que acontece comigo, é incrível, é algo que só eu e o sorriso entende. Você entendeu?

E aí, ela falava comigo assim, com um poder tão grande, Lucy, você é maravilhosa, Nossa, ela está me chamando de Lucy, como assim? É, você é linda, Para com isso, Lucy, vai viver, olha, Deus tem grandes coisas na sua vida, você vai ser grande na Terra, você vai viajar, você vai conhecer o mundo, e foi falando... e as lágrimas iam caindo, e eu fui escutando aquela mulher falar comigo, eu falei, eu estou louca, eu estou louca, mas eu estou gostando do que eu estou ouvindo. E eu fui, sabe assim, e foi nascendo algo, Carol, dentro de mim, que até hoje eu falo, está no meu umbigo até hoje, e sobe, toda vez que eu tenho que dar esse sorriso, porque nasceu do umbigo, aquela coisa gostosa, sabe...

Saí daquele banheiro, a Lucy, nasci ali, empoderadíssima, falei, é hoje que eu vou atrás de uma faculdade, vou mudar minha história, quero nem saber... Logo, eu estava com seis meses, com sete meses me chamaram no concurso público, em que eu tinha feito inscrição. Com sete meses eu fui até lá, falei, não vai me chamar, eu estou grávida, sete meses, me chamaram, trabalhei só dois meses, começou a bênção aí... Benjamin nasceu, ele tinha um ano e pouquinho, eu fui atrás da faculdade. Então aí, as coisas já começaram a melhorar, começaram a mudar, porque veio o emprego, foi a primeira coisa, foi a minha liberdade financeira! Eu lembro até hoje que o primeiro ticket, a gente foi no mercado, no Muffato, as

crianças compraram tudo de chocolate, tudo de chocolate, praticamente! Uma Delícia, falei, pode pegar o que vocês quiserem, só descer o chocolate e bolacha recheada para o carrinho. Então assim, foi um momento muito de exaltação na minha vida esse, e foi aí que a Lucy nasceu, aí veio a faculdade, um pouquinho depois da faculdade veio o Cordel, foi em 2018, foi um grupo que também me trouxe muita experiência, nasceu de um desejo meu, de aproveitar um pouco a máquina pública, algumas coisas que eu via no município através do meu curso de serviço social, eu via muita deficiência nas políticas públicas, e eu falei, nossa, eu preciso fazer alguma coisa, Eu queria montar um grupo que falasse de violência doméstica, mas de uma forma leve. Porque falar de uma forma pesada me machucava, então eu não conseguia, me dava gatilhos, eu não conseguia ver folder com mulheres machucadas, sangrando, até hoje isso me incomoda, não é um gatilho mais, mas me incomoda, eu não gosto. Então, eu queria ver mulheres sorrindo, eu queria ver mulheres empoderadas, e eu tinha muito esse desejo, fiz uma reunião na minha casa e convidei algumas profissionais, foram duas montagens do cordel, o primeiro foi com uma psicóloga, ela veio, mas ela não tinha muita disponibilidade de horário, e aí ela indicou uma outra psicóloga, e através dessa indicação a gente foi tentando crescer, aí fomos para a cultura, participando de alguns eventos, e a ideia até então é a que eu tenho até hoje, é trabalhar na educação e prevenção. Então esse era o maior desejo, vamos trabalhar a prevenção, e aí eu focava muito para elas, meninas, eu quero ser a palestrante, eu quero ser a palestrante, e eu nem sabia falar (risos)

Pesquisadora: Eu não sabia falar...

Lucy: Mas eu tinha tudo aquilo, para sair, para sair, entende, e era cura. Então falar para mim me trazia cura, até que eu percebi que era o mesmo para as crianças, os meus filhos. Porque assim como minha mãe sofreu toda a violência doméstica, os meus filhos também sofreram. Então, nós também dormíamos fora de casa, eu tinha um carro, eu dormi dentro do carro, eu dormi debaixo de árvore, então muita coisa que aconteceu na vida da minha mãe se reproduziu na minha, enquanto violência doméstica.

E aí eu dizia para as meninas, não, a gente tem que falar de forma leve, vamos pensar, vamos cantar, e assim eu desafiava elas, eu falava assim, tinha uma que falava assim, eu não sei cantar, Lucia, eu não sei cantar, não, mas você vai aprender, fica tranquila, do jeito que sair está bom, mas não é assim... elas falavam, não era assim... eu falava, gente, mas vai ser legal, e assim, eu sempre via tudo de uma forma positiva, entende? Mas eu talvez em alguns momentos eu acabei sufocando-as, porque eu trazia muita informação, tanto que em algumas palestras minhas elas se surpreendiam, porque eu contava coisas que eu não tinha

contado para elas ainda, do que eu vivenciei na violência, e aí elas ficavam impactadas, ou até admiradas, diziam, nossa, mas você não contou isso para nós, eu falo, gente, vai saindo, então essa era a minha cura, entende? Era falar, foi onde eu me descobri palestrante, falar me trazia cura, me tirava tudo isso que estava dentro de mim, porque até pouco tempo eu consegui falar sobre o abuso infantil que eu sofri... que era quando a minha mãe mandava a gente ir no vizinho, buscar uma caneca de arroz, uma caneca de café, e, quando eu chegava lá ele abusava daquela criança, que era eu. Então, agora, depois de 40 anos que eu consegui falar sobre isso, então as mulheres têm muita dificuldade, mas falar é libertador, e vai diminuindo os gatilhos, então me diminuiu muito os gatilhos.

Até que o cordel acabou se desfazendo, nós tínhamos ideias diferentes, cada uma foi seguir aquilo que era melhor para cada uma, e está tudo bem, houve alguns conflitos, sim... até me arrependo de algumas palavras, algumas coisas, mas, enfim, hoje infelizmente, eu digo infelizmente, porque eu aprendi muito com cada uma delas, e hoje eu carrego em mim, carrego na Lucy, um pouquinho de cada uma delas também, e eu aprendi muito com elas, eu sou muito grata pelo tempo que a gente vivenciou, mas eu também tenho uma tristeza de a gente não ter dado continuidade. Porque era um grupo forte, era um grupo que cresceu, um grupo que eu acho que tinha tudo para ir muito longe, e eu falava para elas... olha, nós vamos viajar, nós vamos para outro país, e eu fiz algumas conexões, e eu era muito disso, de fazer conexões, de correr atrás, de incentivar o grupo, de mandar capacitação para o grupo, no grupo de *whatsapp*, e tudo mais, mas enfim, cada uma tomou o rumo que achou melhor, e está tudo bem.

Até aí, o Cordel foi para nós uma alavanca em relação à Casa Brigo. Por quê? Porque chegou o convite para o Cordel, para nós receber essa verba de 250 mil reais, mais ou menos, se eu estiver enganada, mas foi entre 240 e 250 mil reais, do Ministério do Trabalho. Esse convite chegou pela defensora, a Giovana Devito, e chegou primeiro para uma de nós, uma assistente social, e ela reportou ao grupo, e nós fomos analisar a possibilidade, a gente ficou super feliz, foi uma festa, porque foi o reconhecimento de que o grupo estava no caminho certo. Entende? Então, o grupo ficou muito honrado, muito lisonjeado, e todas nós nos sentimos, valorizadas no nosso trabalho, que a gente estava desenvolvendo, que é realmente essa luta, de contra a violência doméstica, de prevenção, de falar do ciclo, das fases da violência.

Então a gente estava trazendo tudo isso, nas nossas redes sociais, no nosso nicho, e até no logo, o logo foi desenvolvido por uma de nós também, a profissional que fez o logo, ela traz também uma simbologia em relação às mulheres, em relação à luta, então era algo que era muito específico, que eu não via em outros grupos, e isso para nós era de muito orgulho, e

quando chegou o convite, nossa, a gente fez reunião, fizemos festa, batemos palmas, foi tremendo, e aí nós fomos pensar no projeto. O projeto, cada uma deu o seu palpite, a sua opinião, a sua contribuição, e até que saiu.

Fomos muito cobradas, não posso dizer assim que não fomos, não posso deixar de falar essa parte da cobrança, nós fomos muito cobradas, isso trouxe para o grupo, um conflito maior entre elas, entre nós, porque nós ficamos nos sentindo oprimidas em alguns momentos, e não deixávamos fluir pelo esgoto, pegávamos tudo aquilo para nós, e nos cobrávamos muito.

Pesquisadora: E a cobrança vinha do público, dos equipamentos públicos, da defensoria, do Ministério Público, que era para realmente fazer a verba...

Lucy: Para conhecer, e tinha prazo, tinha muito prazo! Então, a gente tinha que dar conta dos prazos, da nossa vida pessoal, pensa, eu, mãe de quatro filhos, uma delas lá tem uma mãe bastante idosa já, e tinha mais de 90 anos, uma outra era casada recentemente... Então assim, cada uma tinha a sua vida. Então era difícil para a gente conciliar tudo isso, mas a gente se desdobrava. Então, quando veio o convite da Casa Abrigo, a gente fez, cada uma deu o seu melhor, o seu melhor. Eu, sabe assim, tenho muito orgulho de todas nós. E fomos, fomos à luta. E esses conflitos, foi desgastando, foi desgastando, até que chegou um dia, que aí eu também comecei a ter outros convites, até que eu recebi o convite para trabalhar no CREAS. Para mim, então, eu falei, pronto, não preciso nem de Casa Abrigo mais, vou trabalhar no CREAS. Estou feliz no paralelo. E foi a coordenadora lá da época que estava para se aposentar, que me convidou, e eu entrei como educadora social, mas você tem que ter experiência na área de serviço social. E fui acolher famílias, fiz acolhimento de famílias, de jovens e adolescentes, foi uma baita experiência, foi o meu primeiro emprego como na área de serviço social. Foi muito bom, foi um ano de muita troca com os profissionais do CREAS, foi no CREAS 1, no CREAS 2, aliás,

Pesquisadora: É o antigo CREAS Mulher, o 2...

Lucy: Isso, e estar em contato com a rede, conhecer quem era, os agentes, conhecer quem eram os assistentes sociais da rede, tudo isso me trouxe uma gama de experiência muito grande. E aí eu fui indicada também para ser conselheira. Como conselheira também, outra experiência bacana, encontrei muitas deficiências, percebi que o município cobra muito das ONGs, que são privadas, e deixa muito a desejar dentro da sua casa, que é a prefeitura e as outras pastas....

Infelizmente, tem muita falha, e coisas que o conselheiro não está apto, às vezes nem para apontar, para mostrar onde está ocorrendo os erros, porque a gente também sofre uma

certa perseguição, infelizmente. Mas, enfim, passou essa fase, e ainda no CREAS o grupo se reuniu, me fez um convite para uma reunião, e, alguns momentos, alguns dias antes, eu tinha que decidir quem ia fazer o que dentro da Casa Abrigo, porque nessa situação, de ser as convidadas para elaborar o projeto, nós também ganhamos a oportunidade de fazer parte, como profissionais, como equipe multiprofissional lá dentro. E aí, um mês antes, mais ou menos, nós nos reunimos na casa de uma delas, e elas falaram assim, Lucy, você vai ser a coordenadora da Casa Abrigo. Aí eu disse assim, não, gente, tem pessoas melhores, mais qualificadas, eu não vou dar conta, mas elas disseram assim, mas, não, Lucy, mas a proposta é: você entra como coordenadora no nome, e vamos todas as quatro coordenar. As quatro vai estar ali. Então vai ser o cordel. Você vai ser a coordenadora para a base de frente. Eu falei: se for assim, ok. Se vocês forem junto comigo, está tudo bem. E eu, a gente já toma, parece que a gente já toma posse daquilo, já fui mudando a minha posição, eu falei, eu tenho que melhorar nisso, eu tenho que me capacitar, enfim... como será que haja uma coordenadora? o que eu tenho que fazer? e fomos caminhando... Dias antes também, na Casa Abrigo, nós tínhamos que fazer lá um levantamento, para fazer a reforma da Casa Abrigo. E eu me lembro que eu saía da minha casa todos os dias, para ir a pé até a Casa Abrigo, não é muito longe da minha casa, porém o endereço é sigiloso, porém não deve ser anônimo. Então, ela existe, a gente precisa falar sobre ela. E aí eu saía da minha casa e ia a pé todos os dias, ou quando dava, quando eu não tinha trabalho, às vezes eu fugia do trabalho, para ir nessa Casa Abrigo, porque eu estava assim, sabe o primeiro amor, parece o bebê que ia nascer, e para esperar os profissionais, para eles fazerem os orçamentos, então foi um momento muito especial também... Um calheiro que foi lá para ver a situação do telhado, ele chegou a cair, de cima da Casa Abrigo, se machucou, machucou a perna, mas ele não quis ir ao hospital nem nada, eu estava lá, eu vi, e tudo isso também me traz aí outra gama de experiência... do que é reformar uma Casa Abrigo? quais são as dificuldades? quais são os desafios? Tudo isso eu vivenciei, praticamente sozinha, porque as meninas trabalhavam, então elas não tinham tempo, e elas me delegaram essa função, essa missão, e eu aceitei de boa, porque o meu horário era mais flexível.

Eu acredito que nessa época eu já tinha exonerado, da prefeitura, porque foi uma decisão que nós tomamos juntas também, eu disse a elas, olha, eu vou exonerar, porque eu quero, se a Casa Abrigo não deu certo, eu quero viver no cordel como palestrante, ou conhecer o mundo e ser palestrante, então foi essa, a ideia, de Lucy exonerar, e eu fui muito mal vista, até por amigos e amigas, porque, você está louca, você tem quatro filhos, não faz isso, eu

falei, gente, eu vou fazer, porque a gente vive pouco, eu tenho pouco tempo de vida, não sei quanto tempo de vida eu tenho, mas eu quero fazer aquilo que eu amo...

Então, eu estava muito envolvida, muito empolgada, e eu sobrava mais tempo para ir até a Casa Abrigo, e fazer toda essa parte, que sempre é o mais difícil, vamos dizer assim, e nos momentos em que elas podiam estar lá, a gente idealizava, olha, aqui vai ser sala de tal, vai ser, sabe, essa planta vai vir aqui, a gente sonhava, e eu acho isso hoje, na época eu não entendia, mas hoje eu acho isso natural, gente, é normal, a gente sonha, como se o seu bebê nascesse, e você quisesse pôr, todo mundo quer pôr a melhor roupa quando ele nascer, então era assim para nós, a Casa Abrigo, a gente queria pôr a melhor roupa nela, a gente queria vestir ela, para quando chegassem as atendidas, e visse um lugar, eu pelo menos, como já fui presa, eu sei diferenciar o que é ser livre e o que é ser presa, então eu idealizava aquilo, falava, gente, isso aqui tem que ter muita cor, muito colorido, nada de cinza, nada de triste... Então, a gente tinha essas conversas, e as meninas super aceitavam até então, até que me chamaram para uma reunião e elas decidiram que eu não faria mais parte do grupo, lógico que houve sim alguns conflitos, algumas falas minhas que elas não gostaram, falas delas que eu também não aceitei, uma delas é que: eu iria entrar na casa como educadora social, e eu não queria, falei, não, eu não quero, se for para eu ser educadora social, eu prefiro continuar como palestrante, ou eu entro como assistente social, já que eu não vou entrar como coordenadora, eu entro como assistente social, e aí seria uma assistente social, uma psicóloga, e as outras como educadora social, então não teria vaga para todas, porque o grupo tem três assistentes sociais e uma psicóloga, acho que teria que tirar no palitinho...

Então, mas está tudo bem, acabou fluindo... e cada uma foi exercer a função que idealizou dentro da Casa Abrigo, e eu continuei como palestrante, hoje muito feliz, não recebo, não tenho portas abertas, não recebo como gostaria, tenho uma vida apertadíssima, passei por uma cirurgia de coluna bem séria, fiquei 60 dias acamada, após tudo isso, mas hoje eu me recuperei bem, e voltei ativa.

Fiquei com uma pequena sequela no pé direito, cá bastante, cheguei a quebrar punho por causa dessa sequela, e continuei a vida, e falo, vamos que vamos, porque coisa pior eu já passei, então eu sempre tenho isso na minha cabeça, sabe, Carol? Coisa pior você já passou, Lucy, você é a Lucy hoje. Até uma amiga minha disse assim, Seu nome é Lucy mesmo? Eu falo, sim. Mas os seus documentos? Aí eu falei para ela, sim. Mas como assim, você conseguiu mudar? Falei, sim, consegui. Mas não, eu não consegui mudar, não está nos meus documentos, entendeu? Está aqui, está na minha cabeça, está no meu coração, eu sou a Lucy e pronto. Eu não quero mais ser a Lucinete, então, quem me conhece como Lucinete, está lá

em Campinas, são pessoas que me conheceram em outra fase, a Lucinete não tem mais nada a ver com a Lucy. Então, para mim, ela está mais do que morta. Porque a Lucinete viveu muita coisa ruim. Então, tudo que a Lucy for viver de ruim hoje, é pouco. Pelo que a Lucinete viveu lá atrás. Você entende isso? Então, foi necessário,

Pesquisadora: Mas foi muito duro, para construir essa Lucy. Você construiu ela, você escolheu o nome dela, você trouxe ela para você, você construiu a Lucy.

Lucy: Ela nasceu, ela nasceu naquele espelho. Então, hoje eu tenho uma relação muito grande com o espelho, já fiz palestras falando do espelho, quanto é importante a nossa autoestima, Eu não tenho... para você ver, o meu sorriso é o mais lindo do meu mundo, do meu mundo! Porque quem olha para mim vai ver os meus dentes aqui embaixo, são todos quebrados, foi o soco que eu levei, foi o soco que eu levei, e aí eles ficaram moles aqui, e eu nunca tive coragem de ir no dentista e pedir para ele tirar, e eu colocar um outro dente, talvez. Hoje eu sei dessa necessidade que eu preciso, mas eu precisava primeiro me libertar, sabe, dos gatilhos, da dor de olhar, e ainda ver um soco aqui, então hoje eu olho e eu vejo o meu sorriso lindo. Liberta.

E eu consigo admirar isso... Mesmo tendo falha, mesmo não sendo o meu sorriso perfeito, e tudo mais. Então, Carol, espero que não tenha me estendido, se faltou alguma coisa você me pergunte.

Pesquisadora: Eu tenho algumas coisas que eu quero te perguntar....

Lucy: Tá, legal, bacana. Mas a Lucy é isso. A Lucy hoje é vida nova, eu falo que as mulheres que chegam até mim, elas jamais vão ser as mesmas, porque eu empodero elas, e elas chegam empoderadas, aonde elas precisam estar, e elas não se vitimizam, porque eu falo assim: você não vai se vitimizar, porque você tem valor, você não é qualquer pessoa, você não vai chegar em um CRAS ou CRES, e baixar a sua cabeça, porque você está falando com um assistente social, não. Você vai falar de altura com ela, e ela tem que te respeitar, porque ela está lá para te servir, ela está lá para fazer o trabalho dela, e para te ajudar, mas não é uma ajuda que parte dela, é seu direito, então eu mostro para as mulheres o direito que elas têm, que as leis estão do lado delas, que elas podem usufruir, que elas podem usar, e se isso incomoda, fecha portas.

Pesquisadora: As pessoas não gostam de mulheres que falam, e você ensina as mulheres a falar?

Lucy: Exatamente.

Pesquisadora: Lucy, uma coisa que eu anotei, que eu queria voltar um pouquinho, só para eu entender melhor, como que foi você se reconstruir enquanto família, com as crianças, na época que você ficou presa, você já tinha a Lorena? Só a Lorena. Você tinha brigado com a sua mãe?

Lucy: Eu cheguei a entrar com o pedido de guarda dela, mas eu perdi.

Pesquisadora: E depois você reconquistou ela quando você saiu, já com o pai dos meninos? Não.

Quando eu saí, eu comecei esse relacionamento lá dentro, com o pai dos meninos. Mas quando eu saí, o pai dela também quis me segregar, me impedir de ter, eu sofri essa parte de alienação, ele praticou... e pratica até hoje, ela tem 23 anos, a gente se fala muito, mas ele, por exemplo, eu acho que o fato de ela morar em Campinas e eu aqui, teria que, pelo menos uma vez no ano, ele pagar a passagem dela para ela vir. Então, todas as vezes que eu quis vê-la, ou eu ia, ou eu tinha que pagar a passagem para ela vir. Mesmo não tendo condições. Então, eu considero isso uma alienação. Porque ele é o pai e eu sou a mãe, então tem que ser dividido. Entendeu? Então, ele tinha que dividir, mas ele me pune por tudo que eu causei a ele. Ele ainda tem essa, na mente dele que eu devo ser punida, pelo mal que eu fiz à vida dele.

Pesquisadora: Que coisa, né? Então, nessa época...

Lucy: Ela já estava com ele.

Pesquisadora: Lá em Campinas. E aí, agora eu entendi para montar a família. Aí, quando você saiu e veio para Venceslau, não, aí você veio já para o Prudente, né? Venceslau. Venceslau. E depois mudou para o Prudente.

Lucy: É, Caleb nasceu em Venceslau. Eu vim para Venceslau em 2003, Caleb nasceu em 2005.

Pesquisadora: E aí, o Benjamin nasceu em 2013.

Lucy: 12.

Pesquisadora: Agora eu fiz o mapa da sua vida na minha cabeça, a cidade. Para entender, assim, um pouco melhor. Porque eu acho que tem um fator muito comum, entre as mulheres que eu conversei, que sofreram violência, o processo violento. Que é esse processo da peregrinação. De mudar de cidade. De ir de um ponto ao outro. É muito comum na nossa vida a necessidade de ter que mudar. E aí eu tenho tentado entender essas cidades. Para onde a gente vem passando. Porque aí a Lucy sai de Campinas. A Lucy vai presa para Idaiatuba. A Lucy vai para o presidente de Venceslau. A Lucy mora em Prudente. Olha, você rodou o estado inteiro. De ponta a ponta.

Lucy: Literalmente. Eu saí de Campinas. Eu fui presa em Campinas. Eu fui para Montemor. De Montemor eu fui para Valinhos. O que é Montemor? É perto de Campinas. Fui presa em Campinas. Me levaram para Montemor. Fiquei um tempo lá. Porque foram quatro anos. Então eu fiquei um tempo em Montemor. Depois eu fiquei um tempo em Valinhos. E depois eu fui para um cadeião. Que seria uma penitenciária maior. Que fica em Indaiatuba. Que eles chamam de Cadeião. Lá era só de mulheres. Mas era onde as mulheres mais perigosas. Porque era o cantor Daniel. Então eu era uma pessoa perigosa. As mulheres mais perigosas...

Pesquisadora: E você que ligou do telefone. Super perigosa. Foi parar no Cadeião de Indaiatuba.

Lucy: Entendeu? Então eu acabei parando lá. E aí de Indaiatuba foi onde eu saí de liberdade. Voltei para morar em Campinas. Na casa da minha mãe. Mas, por eu ter passado pela prisão, a minha mãe não me aceitou de novo. Então era a segunda vez que a minha mãe estava me mandando embora. E os meus irmãos também me humilhavam muito....

Aí eu fui morar na casa do meu irmão que já era casado. A mulher dele me humilhava, eu dormia no chão, passava por cima da minha cabeça... Como eu já estava nesse relacionamento por cartas, eu falei, ah, vou embora. Só para você entender o porquê que eu peregrinei, Só para você entender o porquê que eu resolvi ir embora. Eu falei, não, eu vou embora dessa cidade, porque ninguém me quer aqui. Minha mãe não me quer, meus irmãos não me querem, eu estou incomodando... E o pai da minha filha tinha conseguido a guarda dela, então eu tinha que ver a minha filha humilhada! Porque eu ia até o portão da casa dele, minha filha descia a escada, e eu via a minha filha no meio da rua. Ela abraçava, ela chorava, abraçava, ela falava, mamãe, você não vai entrar? Você não vai ficar aqui? Não, filha, a mamãe não pode, a mamãe tem que viajar.... E na verdade era o pai dela que não queria ver a minha cara, porque ele se sentiu traído, eu não contei nada para ele que eu estava com essa amizade louca, com essa mulher, e nem que eu tinha feito, que eu ia fazer essa ligação. Então, ele se sentiu muito traído, muito humilhado, e eu falo que ele é honesto até debaixo d'água, e realmente, isso para ele machucou e machuca até hoje!

Porque até hoje, até outro dia, a minha mãe, outro dia não, uns anos atrás, minha mãe disse assim: Liga para o pai da sua filha e pede perdão de tudo que você fez. Eu disse assim: mãe, eu não fiz nada para ele. Não, mas pede perdão. Tá bom, mãe, eu vou ligar. Liguei, falei, eu quero falar com você. Desligou na minha cara, depois mandou um recado, fala para sua mãe que eu não tenho nada a falar com ela, aí minha filha veio e me deu o recado. Então, assim,

incomoda ele, incomoda. Já tentei pedir perdão, me aproximar, ele não quer, e eu respeito. Eu respeito, vida que segue. Então, assim, eu decidi ficar Presidente Prudente...

Pesquisadora: Ele não maltrata a Lorena, ele cuida dela?

Lucy: Não, menina, ele é um pai maravilhoso. O único momento em que eles tiveram uma briga foi quando ela fez 18 anos, e ela que saiu, foi no carnaval e voltou de madrugada. E ele ficou bravo, porque ele estava preocupado, e falou para ela, assim, você está achando que aqui é o que, é a casa da sogra? Então, se você quiser viver desse jeito, você vai embora... Então, ele estava nervoso, teve essa fala, ela falou... por isso não, catou as coisas dela, virou as costas e foi embora. E foi embora até hoje, hoje ela mora dentro da faculdade, da Unicamp, tem um namorado e mora lá, no alojamento dentro da Unicamp, faz faculdade, está lá até hoje. Dos 18 anos, foi para lá e não saiu mais. Então, foi o único momento que eles brigaram, mas assim, eles têm um relacionamento muito bom. Depois se perdoaram e continuou a amizade.

Pesquisadora: É que bom que ela ainda tem a moradia na Unicamp, que ela conseguiu a vaga de moradia. Sim, É mais liberdade para ela também.

Lucy: É o que ela tem hoje.

Pesquisadora: Sempre é, não tem jeito, gente, sempre quer sair da casa dos pais.

Lucy: Sim, tem o 2 aqui que já está nessa fase.

Pesquisadora: Ixi, se prepara. Lucy: Convince ele em assistir aulas da Geografia.

Pesquisadora: Pode deixar, pode deixar

Lucy: Vou dar ideia. Muito obrigada.

Pesquisadora: Eu que agradeço. Se eu precisar de falar mais alguma coisa, eu prometo que eu te procuro.

Lucy: Olha, peço perdão pelo chá que eu te dei. De verdade.

Pesquisadora: Eu sabia que estavam acontecendo as coisas. Eu, tô tranquila. Tá bom. Eu não tô com peso na consciência por isso não. Acontece. Ainda mais coisas virtuais.

Lucy: Verdade. Verdade.

Pesquisadora: Se a gente tivesse conseguido tomar um café, não ia dar acontecer isso. É bem, A gente ia beber um café. Mas como é a internet, não tem, o que fazer. A gente é refém dela agora.

Lucy: Verdade. Infelizmente. Ok, Carol. Muito obrigada mais uma vez. Tô à disposição, tá? Se hoje alguma dúvida, falta alguma coisa, resumo muito. Mas é basicamente isso aí. Tem bastante história. E aí, olha só. Olha o que a Lucy conseguiu, conquistou. Me tornei poetisa, escritora...

Pesquisadora: Poetisa eu não sabia.

Lucy: É, você é a Lucy hoje. Poetisa, escritora, Depois eu te mando um artigo pra você ler. Revista Espelho.

Pesquisadora: Olha o nome da revista. Perfeito. Super chique. Amiga, muito obrigada, tá? Eu vou encerrar a gravação, eu vou transcrevê-la. E vai tá nos anexos da minha tese. Com certeza. Vou te mandar um termo, tá? De livre consentimento. Uma coisa que eu queria te perguntar é, você já acabou me respondendo várias vezes. Mas faz parte do meu protocolo. Qual é o nome que você quer que eu coloque na sua entrevista? Eu deixo as mulheres escolherem. Porque algumas das mulheres se sentem ameaçadas de usar o nome delas, né?

Lucy: Pode ficar à vontade. Lucy Lima. Lucy com Y.

Pesquisadora: Eu ia perguntar isso. Se você queria Lucy ou Lucinete. Mas logo na entrevista você já trouxe que você é a Lucy. E eu falei, essa Lucinete nem existe.

Lucy: Não, tá morta. Não existe mais. Só uma coisa que eu fiquei de te falar. Em relação aos filhos, nós estamos em processo de desconstrução da violência até hoje. Então é um processo demorado. Eu sofro mais porque eu tive a violência na minha infância. Eles também têm. No meu caso é duplo. Então eu tenho que desconstruir a violência que eu vivi. E eles, junto com eles, porque eu também já cheguei a praticar a violência contra a vida deles. É aquela história do pai bate na mãe, a mãe bate no filho, o filho bate no cachorro. Então, infelizmente, a gente reproduziu o sim, dentro de casa, mas estamos nesse processo de desconstrução, de diálogo, tentando sempre introduzir o diálogo.

Então eu já fiz alguns momentos em que eles estavam dormindo num domingo, eu levantei mais cedo, coloquei umas carteiras de escola, carteiras mesmo, aquela de um braço, que eu já tive. Isso. Coloquei um bombom em cada carteira, e aí eu falei pra eles, olha, todo domingo a gente vai ter reunião aqui em casa. Tentando fazer com que o diálogo venha fazer parte da minha vida e da vida deles, principalmente. Trazendo uma família, não uma família dorian, mas uma família, não sei, talvez normal. Uma família que não tem tantas agressões. E hoje, a pancadaria, graças a Deus, acabou.

Hoje é mais a questão verbal, que ainda tem um pouco de violência verbal, sabe, na comunicação ainda tem um pouco de violência, tanto da minha parte, quanto da parte deles

também, eles também reproduzem, mas nós também estamos trabalhando isso. E alguns dos meus filhos passaram por psicólogo. A Keren passou por psicólogo, o Gamaliel passou por psicólogo, eu passei. Então, assim, essa desconstrução demora. É coisa de anos. E infelizmente, a Keren também sofreu a violência sexual praticada pelo pai. Então, nós temos todas essas desconstruções dentro da nossa história. Então, a gente está sempre lutando aí.

Pesquisadora: E a Keren hoje é uma ativista, né?

Lucy: Só não é mais, porque eu não estou envolvida muito mais. Mas ela sente muita falta, depois que o Cordel acabou, a gente se afastou um pouco, eu ainda tentei, mas eles ficaram bem triste, bem desanimados, isso abalou um pouco eles também. Mas se tivesse mais convites, se viesse mais pessoas envolvê-la, com certeza aí ela seria uma segunda Lucy aí, para incomodar. E ela faz alguma coisa na escola, viu Carol? Na escola ela é bem incomodada com algumas falas machistas, ela toma partido.

Pesquisadora: Eu reparei, sim, em uma das atividades, acho que foi na tenda que ela foi cantar. E ela reprimiu uma pessoa, assim. Eu fiquei olhando de longe, uma criança brincando, eu não ouvi o que ele falou. E ela reprimiu e falou isso não pode, você não pode falar assim com ninguém, com uma mulher. Eu fiquei olhando, olha que linda, sabe?

Lucy: Tenho o peito cheio de orgulho, sim. É sobre isso, ela é bem, Ela gosta muito de música, ela gosta. Eu acho que ela vai ser uma boa geógrafa.

Pesquisadora: Eu também acho. Vamos conversar com ela, vai que ela gosta.

Lucy: Fico feliz, hein? Se você der essa forcinha, você vai me ajudar muito. E parabéns pelo seu trabalho, te admiro muito, viu? Você é exemplo aqui no nosso município. Eu gostaria que tivessem mais carols como você.

Pesquisadora: Obrigada.

Lucy: Beijo! Beijo, Carol. Até mais.

Certificado de participação na implementação da Casa Abrigo



Certificado de participação em prática vencedora do Prêmio Justiça para Todos/as

Unesp- Faculdade de Ciências e Tecnologia de Presidente Prudente, Dra. Carolina Simon, certifica-se sua importante participação e apoio para o sucesso da *Implementação da Casa Abrigo Sigiloso para Mulheres Vítimas de Violência Doméstica, seus filhos e filhas no Oeste Paulista*. A prática foi eleita vencedora do Prêmio Justiça para Todos e Todas – Josephina Bacariça (edição de 2022), na categoria "Defensor(a) Público(a)", em nome da Defensora Pública Giovana Devito Santos Rota. Promovida desde 2008, a premiação - decidida pelo Conselho Consultivo da Ouvidoria-Geral da Defensoria Pública do Estado e co-organizada pela Defensoria Pública-Geral, APADEP e ASDPESP - tem como objetivo prestigiar práticas exitosas e com relevante impacto social em defesa dos direitos da população desenvolvidas na instituição.

São Paulo, 25 de maio de 2022.

Willian Fernandes

Ouvidor-Geral da Defensoria Pública do Estado de São Paulo